

Mônica Villela Grayley

**A “Internacionalização” do Português e as Novas
Relações de Poder entre os Países de Língua
Portuguesa**

Tese de Doutoramento em *Ciências Políticas*,
especialidade de *Ciência Política*

Orientadores:
Prof. Doutor João Carlos Relvão Caetano
Prof. Doutor Mário Filipe da Silva

Universidade Aberta
Lisboa, 2014

Aos meus pais, pela herança ímpar; a John, pelo apoio contínuo, real e generoso; ao meu bisavô português, Gonçalo Villela de Sousa, pela bela língua materna...

"If you talk to a man in a language he understands, that goes to his head, but if you talk to him in his native language that goes to his heart."
(Atribuído a Nelson Mandela)

"Por estes foram repartidas as ilhas dos gentios nas suas terras, cada qual segundo a sua língua, segundo as suas famílias, entre as suas nações."
Gênesis 10:5

AGRADECIMENTOS

Escrever esta tese foi mais que uma pesquisa acadêmica, representou também a experiência fascinante e transformadora do aprendizado. A cada entrevista, pensamento, reflexão e construção de argumentos tornavam-se mais claras a dimensão decisiva da língua materna para os indivíduos e a relação entre língua e poder para sociedades e nações.

Muitos são os agradecimentos a pessoas generosas que me acompanharam nesta viagem. Em primeiro lugar, minha imensa gratidão é expressa ao Prof. Doutor João Carlos Relvão Caetano por acreditar neste projeto ainda em tempos pré-embrionários. Seus incentivo e sabedoria não só serviram de bússola para este estudo, mas me fortaleceram e instigaram minha curiosidade abrindo fascinantes sendas até à sua conclusão. Quaisquer imperfeições são de minha inteira responsabilidade.

Neste contexto, agradeço ainda ao Prof. Doutor Mário Filipe por todos os conselhos, contatos de entrevistados, extrema capacidade analítica e olhar de “Argos” na revisão do texto. Aos dois mestres sou eternamente grata.

Muitos contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho. A todos os que, gentilmente, cederam seu tempo ao serem entrevistados, aos falantes da língua portuguesa, independentemente de suas profissões e posições, pelas reflexões sempre inteligentes e entusiasmadas sobre a relação idioma-política, estou muito grata.

Ao presidente Jorge Sampaio, um dos estadistas que mais fizeram pela promoção do idioma português, pela enorme bondade e gentileza de conceder um depoimento exclusivo para esta tese, e de me apresentar ainda textos de sua autoria sobre o tema, estou também muito agradecida.

Agradeço ainda ao embaixador Celso Amorim pela precisa análise política, aos professores Carlos Alberto Faraco, Ivo Castro, José del Valle, Joseph S. Nye e Wayne Selcher pelo constante envio voluntário de estudos e manuscritos, aos representantes do Instituto Francês, Xavier North, e do Instituto Cervantes, Juan Pedro Basterrechea, do

IPOR, Rui Rocha, à dra. Helena Barroco, ao dr. João Alberto Dourado Quintaes, ao sr. Mário Von Haff, à secretária-geral adjunta do Fórum de Macau, comendadora Rita Botelho dos Santos, ao brilhante escritor da língua portuguesa e vencedor do Prêmio Camões 2013, Mia Couto, pela gentileza de refletir sobre o objeto desta tese, numa entrevista escrita, mesmo com uma agenda tão intensa.

À Organização das Nações Unidas, pelo firme apoio a seus funcionários em avançarem com pesquisas acadêmicas e pelas autorizações obtidas na produção de artigos científicos para esta pesquisa, muito obrigada.

Ao Museu da Língua Portuguesa em São Paulo, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ao Instituto Camões (IC), ao Instituto Português do Oriente (IPOR) e ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), por todo o material informativo disponibilizado, nomeadamente em suas páginas de internet, minha gratidão.

Por fim, muito obrigada a minha estimada Universidade Aberta pela dedicação e pelo excelente trabalho realizado por todos os seus funcionários. Sou-lhes grata também pela oportunidade que concedem a tantos estudantes dos países de língua portuguesa não só de se formarem, mas de fazerem a diferença, onde quer que estejam, num mundo cada vez mais interdependente e sequioso de educação de qualidade.

Esta tese é de responsabilidade da autora e não reflete a opinião das Nações Unidas. Foi usada a grafia baseada no novo Acordo Ortográfico, mas em citações conservou-se a grafia original.

RESUMO

O presente estudo analisa o processo de “internacionalização” da língua portuguesa e as novas relações de poder entre os países que falam o idioma, especialmente Brasil, Portugal e Angola. A utilização do português como instrumento de afirmação política num mundo globalizado, o valor econômico da língua e sua função na facilitação de trocas comerciais e políticas e no desenvolvimento macroeconômico são questões especialmente tratadas.

Neste contexto, é estudado o papel do idioma na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e analisado o espaço do mesmo em outras organizações, nomeadamente as Nações Unidas, o palco internacional, por excelência. Através de uma abordagem empírica, examina-se a tentativa de harmonização das escritas brasileira e portuguesa com o mais recente Acordo Ortográfico (1990), cuja entrada em vigor acabou sendo adiada, em dezembro de 2012, pelo Brasil, para 2016, a mesma data da possível e definitiva entrada em vigor em Portugal.

Tomando como base o conceito de Política e Planejamento da Língua (LPP, na sigla em inglês, que significa *Language Policy and Planning*), consideraremos a política de internacionalização do idioma, tal como anunciada por Portugal durante sua presidência rotativa da CPLP, em 2008, como o ponto de partida desta análise, mas também o Plano de Ação de Brasília (2010), endossado por todos os membros da CPLP como um modelo de promoção e difusão do idioma, especialmente no cenário internacional.

As chances de sucesso, os sinais de fracasso, e as lições passadas que levaram ao que muitos analistas chamam de “estagnação da política da língua”, e como foi designada por vários programas de Governos Constitucionais em Portugal.

Aborda-se, ainda, o conceito de “política da língua portuguesa informal ou assistemática” pelo Brasil, uma expressão utilizada em algumas entrevistas preliminares para esta pesquisa.

No contexto língua-poder econômico, examina-se a utilização do português pela China na formação do Fórum de Macau e sua cooperação com os países de língua portuguesa.

Apresentam-se ainda sugestões de iniciativas sobre a internacionalização efetiva do idioma. Essas sugestões são feitas no contexto do estudo dos conceitos, fórmulas e condições de promoção da língua pelos aparatos estatal e privado dos países de língua portuguesa e o potencial de envolvimento das diásporas, entendidas como as comunidades de língua portuguesa no exterior, independentemente da nacionalidade dos falantes, e a utilização de recursos na Era da Tecnologia da Informação.

Tendo em conta os traços específicos do modelo de promoção do português, anunciados sobretudo pelos governos português e brasileiro, verifica-se que o idioma assume uma característica de “commodity” linguística, pronta para ser oferecida em ofensivas de *marketing* político e diplomático. Cabe ressaltar aqui que a relevância dada ao português pelos Estados que falam o idioma não é, nem pode ser, por serem outras as condições históricas e políticas de emergência do português como língua internacional e global, uma emulação do conceito tradicional de francofonia ou de qualquer outro conceito concorrente, mas sim a afirmação de um projeto linguístico-cultural alternativo num mundo cada vez mais familiarizado com a língua inglesa.

Não é deixada de fora a reflexão política sobre o conceito da lusofonia e como o mesmo pode “ajudar” ou “dificultar” a tentativa de multiplicar a disseminação do português pelo mundo. Durante o texto, optou-se pelo adjetivo “lusófono/a” ao nos referirmos ao que “é de som português”, por uma questão estilística e por economia de tempo, em vez de se utilizar a descrição mais longa de “países que falam português ou que têm o português como língua oficial.”

Ao longo do trabalho, dá-se especial atenção ao conceito de “poder suave” ou “*soft power*”, desenvolvido pelo professor americano Joseph S. Nye nos anos 90 do século passado. Baseado nele, muitos países de língua portuguesa exercem hoje influência política com base em razões econômicas e culturais, nas quais o idioma desempenha um papel importante, preterindo a possibilidade de usar o “*hard power*”, ou seja, o poder através de hegemonia militar, por exemplo.

Ao analisar-se o aspecto da “internacionalização” do português, examinam-se, também, as políticas de promoção do francês e do espanhol, este último, talvez, com mais ressonâncias com o processo de internacionalização da língua portuguesa. As diferenças básicas entre os esforços de Portugal e Espanha para a promoção de seus idiomas são também analisadas.

Neste contexto, abordam-se algumas das atividades e as missões do Instituto Cervantes e do Instituto Camões, que, após parte da produção desta tese ter ocorrido, teve seu nome mudado para Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, assim como as atividades e missões do Instituto Francês e do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), que é coordenado pela CPLP.

A pesquisa é permeada com entrevistas a agentes politicamente, socialmente e culturalmente relevantes realizadas exclusivamente para esta tese ou que foram reproduzidas a partir de órgãos e fontes oficiais e não-oficiais. A investigação acolhe assim a palavra dos responsáveis pelo desenho e execução da política de língua, nos diversos países de língua portuguesa e fora deles, sejam eles políticos, linguistas, diplomatas, tecnocratas ou, apenas, falantes do idioma.

Palavras-chave: língua portuguesa, países de língua portuguesa, internacionalização, política de língua, novas relações de poder.

ABSTRACT

This research intends to analyse the process of the so called “internationalisation” of the Portuguese Language and the new political or power relations among the countries that have Portuguese as official language, especially Brazil, Portugal and Angola. The use of Portuguese as an instrument for political affirmation in a globalised world will be examined as well as the economic value of the language and its function as a currency in commercial and political exchanges.

The utilisation of an empirical approach in the attempt to harmonise both spellings of (Portuguese: the Brazilian and the European Portuguese) will be equally analysed. The role of the language across the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP) will be studied together with its place in the United Nations. The concept of Language Policy and Planning (LPP) will be applied to this research in order to understand the politics of the ‘internationalisation’ as it was announced by Portugal during its rotating presidency of the CPLP in 2008. Another point of analysis will be the Brasilia Action Plan (2010) which was endorsed by all CPLP members as the role model for the Portuguese language dissemination and promotion, especially on an international stage.

This study will make some suggestions on the promotion of the Portuguese inside and outside countries for which it is their official language. The potential role of Portuguese-speaking communities (Diasporas) in the promotional process abroad will be examined as well. This research will finally recommend the language to be treated as a kind of “commodity”, ready to be offered in marketing and diplomatic offensives. The concept of *Lusophonie* will equally be analysed by this research as the promotional policies of French and Spanish, the latter being perhaps the nearest example to the Portuguese model. Part of this study will be dedicated to the work and the mission analysis of the Cervantes and Camões Institutes together with the French Institute and the International Institute of the Portuguese Language, IILP.

Keywords: Portuguese Language, Portuguese-speaking countries, internationalization, Language Policy, new power relations.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO. OBJETO E MÉTODO	1
PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO	11
 I CAPÍTULO	
A “internacionalização” do português	
1. Língua e poder	15
2. O valor econômico da língua portuguesa	28
3. O conceito de língua internacional v. língua global	50
4. Internacionalização: uma proposta de Portugal?	58
5. O Acordo Ortográfico: novas regras, antigas desavenças?	72
6. O conceito da lusofonia: a busca por uma palavra, a bricolagem portuguesa	90
7. As novas “lusofonias”: AO v. línguas locais e promoção do português	104
 II CAPÍTULO	
As políticas de promoção da língua	
1. Os Institutos Cervantes e Camões: missões comparadas	121
2. Instituto Camões, IILP, IPOR	128
3. O papel do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)	132
4. Política de língua para o português: abismo entre retórica e ação	142
5. O aspecto econômico da promoção do idioma e a ação dos Estados	150
6. O avanço político da francofonia e da hispanofonia, a OIF	156
 III CAPÍTULO	
Os papéis dos países na difusão da língua portuguesa	
1. Quem comanda a promoção?	167
2. Relações luso-brasileiras: cooperação com competição?	202
3. A crise econômica portuguesa: oportunidades na língua comum?	215
4. Angola e Moçambique: lideranças emergentes e a política de língua	222
5. Português em Macau: o negócio da China	231
6. Timor-Leste, o fiel da balança da difusão	240
 IV CAPÍTULO	
O papel do português na CPLP: a internacionalização na prática	
1. A criação da CPLP	251
2. A CPLP na maioria e a busca pelo elo macroeconômico	261
3. CPLP: burocracias e idiossincrasias, impasses à lusofonia	273
4. O futuro da CPLP nas mãos dos cidadãos, pragmatismo e cooperação externa	281
5. A língua portuguesa como elemento de desenvolvimento	290
6. Os esforços da CPLP para a oficialização do português nas Nações Unidas	294

V CAPÍTULO

Sugestões para uma internacionalização “de fato” da língua portuguesa

1. Pontos críticos e propostas para a promoção do idioma	303
2. O papel da autoestima do falante na internacionalização do português	306
3. O subestimado potencial das diásporas na difusão do português	313
4. Novas <i>media</i> e a internet: um mundo novo a ser explorado pelo português	328
5. Cavaco: missionário em português	342
<i>Um engajamento pessoal em busca do reconhecimento da língua comum</i>	

CONCLUSÕES	349
BIBLIOGRAFIA GERAL	367
DOCUMENTAÇÃO	375
SÍTIOS DE INTERNET	382
AUDIOGRAFIA	392
VIDEOGRAFIA	395
ANEXOS	397

INTRODUÇÃO. OBJETO E MÉTODO

A presente pesquisa, intitulada *A “Internacionalização” do Português e as Novas Relações de Poder entre os Países de Língua Portuguesa*, apresenta como questão central de análise as relações de poder dos Estados de língua portuguesa entre si e com os demais Estados e comunidades políticas tendo como pano de fundo o processo de internacionalização do idioma anunciado pela CPLP em 2008.

O objetivo principal do estudo consiste em procurar compreender como a internacionalização da língua portuguesa se reflete na capacidade de poder e influência em geral dos Estados que a têm como língua oficial, desse modo produzindo novas relações de poder. Procura-se saber, concretamente, como o processo em curso de internacionalização do idioma se reflete nas esferas interna e externa de atuação dos Estados de língua portuguesa e qual o seu impacto em termos políticos, econômicos e culturais.

Para responder à questão, precisamos de olhar para a atuação dos Estados de língua portuguesa quer como atores individuais na política internacional, quer como partes integrantes de blocos com interesses comuns, no caso específico da CPLP.

A língua assume o valor de variável explicativa do relacionamento entre os Estados de língua portuguesa mas também entre os falantes do idioma. Esta referência à ação dos falantes da língua como complemento da ação dos Estados resulta da análise que fazemos da realidade existente e comporta um desenvolvimento teórico do quadro das relações internacionais contemporâneas e das formas políticas correspondentes. Como teremos oportunidade de referir ao longo do trabalho, no campo das relações internacionais, mas com implicações internas no modo de organização das sociedades políticas, assistimos hoje à mudança de um paradigma de representação, centrado na figura do Estado e de seus representantes, para um paradigma de ação externa, centrado numa multiplicidade de agentes, não apenas os representantes do Estado mas também outras pessoas (às quais, por vezes, chamamos, inapropriadamente, “embaixadores”, mas trata-se de algo diferente).

No plano metodológico, a questão está em saber como captar, na multiforme realidade existente, indícios, indicadores e fatores explicativos do poder e capacidade de influência dos Estados e dos falantes da língua portuguesa, pelo fato de a usarem, no mundo complexo em que vivemos. É preciso ainda objetivar quão importante é o uso da língua nas relações dos Estados e dos falantes do português entre si, assim como nas relações destes com os utilizadores de outras línguas.

Se há domínio em que o idioma é particularmente relevante como instrumento de comunicação é na política internacional. Por vezes, o idioma afirma relações de proximidade política e cultural entre os Estados ou as pessoas. Outras vezes, pelo contrário, a língua afirma relações de separação e pretensa superioridade. A língua tem, pois, uma relevância simbólica e política significativa que é necessário estudar. A razão porque os Estados de língua portuguesa estão próximos uns dos outros é, antes de mais, porque querem usar a mesma língua – disso não podemos ter quaisquer dúvidas – e porque a usam efetivamente. A língua portuguesa é tanto mais importante quanto serve a números significativos de pessoas e relações, de todo o tipo e em todo o mundo.

Do fato constitutivo da relação entre Estados por razões linguísticas decorrem muitos interesses, nomeadamente interesses de carácter político e económico, que condicionam, positiva ou negativamente, o poder e a capacidade de influência dos Estados e das respectivas sociedades.

É no contexto dessa realidade complexa que liga os Estados e os falantes de língua portuguesa que palavras como “internacionalização”, a propósito da língua e de realidades próximas da língua, ganham grande atualidade e pertinência política. A internacionalização da língua portuguesa significa a internacionalização do poder interno dos Estados que a usam e a mobilidade das pessoas, para fins que só elas conhecem. A internacionalização da língua significa ainda a internacionalização das atividades culturais e económicas. Isso verifica-se hoje em muitos domínios, alguns deles novos. Há países de língua portuguesa que apostam hoje na internacionalização das universidades e da investigação científica, em moldes nunca antes vistos. Essa internacionalização passa, em grande parte, pelo alargamento das atividades das universidades aos demais países da lusofonia, donde resulta diretamente que é a língua que torna essa ligação preferencial e possível. Claro que há diferenças entre os Estados.

Por exemplo, no domínio da educação superior, a internacionalização é uma preocupação sobretudo do Brasil e de Portugal. Mas, se a economia é um fator de ação estratégica e se é preocupação de todos os Estados de língua portuguesa alargar suas atividades e interesses comuns, embora de maneira diferente, temos de procurar perceber de que modo isso é ou poderá vir a ser feito. Por essa razão, precisamos de saber escolher a metodologia de análise.

A verdade é que, tal como o configuramos, estamos perante um tema novo sobre o qual não existem estudos. A problemática da língua como língua de poder, na perspectiva da internacionalização da língua portuguesa, é afluída num estudo coordenado por Carlos Reis, em 2008, e que foi produzido para o governo português. Não deixa de ser surpreendente que a questão tenha sido afluída nessa pesquisa porque o grupo de trabalho liderado por Carlos Reis era fundamentalmente composto por linguistas, que fazem parte da única comunidade profissional que tem trabalhado sistematicamente a questão da chamada política de língua que abrange tipicamente um conjunto de matérias como, por exemplo, o modo, com as estruturas de suporte respectivas, como o idioma é promovido e ensinado no exterior.

Com esta investigação pretendemos alargar a problemática da internacionalização da língua à questão central das relações de poder dos Estados de língua portuguesa, quer nas suas relações recíprocas, quer nas relações com o exterior. A pesquisa leva-nos assim, por exemplo, ao estudo da missão e ação da CPLP por referência à língua. Estudamos também a ação individual dos Estados, mas a CPLP é particularmente relevante. Sendo a CPLP uma comunidade política internacional baseada na língua – diríamos mesmo que profundamente enraizada e de um modo original na língua –, prossegue outras finalidades e os Estados-membros têm muitos interesses relacionados à língua, mesmo que só agora percebam isso. São esses interesses contrapostos ou convergentes? De que modo se refletem ou podem refletir esses interesses sobre o gerenciamento da língua comum? Explorando a afirmação de Carlos Reis de que uma política efetiva de língua portuguesa deve fazer com que ela se torne em uma língua de poder, é fundamental perceber a questão de uma perspectiva de ciência política.

Na presente pesquisa, adotamos uma metodologia de trabalho que privilegia a análise de dados qualitativos, embora de diferente natureza. Com efeito, tanto utilizamos, por

exemplo, documentos oficiais, de caráter político, jurídico ou programático, como utilizamos entrevistas feitas a atores políticos e culturais relevantes. A evolução da realidade política faz-se de movimentos variados e complementares e com diferentes atores. O posicionamento das elites políticas é, sem dúvida, muito relevante neste processo, mas também é muito relevante o papel das elites culturais. Mia Couto, ao escrever em português, a partir de Moçambique, para todo o mundo tem um forte impacto na construção identitária não só de seu país como do espaço de língua portuguesa no mundo. É por isso compreensível não só que tenhamos planejado, para efeitos de realização desta pesquisa, uma entrevista com Mia Couto.

Em nossa opinião, se há elemento que particularmente valoriza a presente pesquisa são as entrevistas inéditas obtidas.

Para efeitos da preparação e elaboração da tese, seguimos o ensinamento de Matthew B. Miles e de A. Michael Huberman de que um trabalho de pesquisa científica, independentemente dos concretos métodos utilizados, deve conter hipóteses fundamentais (geral e específicas), a apresentação e discussão de dados relevantes e a obtenção de conclusões.

De referir, ainda, que a presente pesquisa contém, no capítulo final, uma série de recomendações para a realização efetiva da internacionalização da língua portuguesa, na perspectiva dos Estados que a têm como língua oficial e de seus falantes. Poderia isso ser dispensável, segundo o argumento de que o pesquisador não se deve substituir ao legislador ou ao poder político. É um argumento válido, mas a verdade é que não pretendemos substituir-nos nem ao legislador, nem ao poder político em geral. Com efeito, as recomendações fazem parte do quadro analítico das relações políticas e de poder entre os Estados de língua portuguesa, como extensões do que foi observado.

Na ausência de estudos teóricos de referência sobre a questão desenhada, faremos recurso, em nossa pesquisa, de abundantes discursos ou tomadas de posição dos agentes políticos e culturais sobre a questão em apreço. Muitas vezes, com efeito, direta ou indiretamente, os agentes políticos dos países lusófonos se referem à língua como mecanismo ou instrumento de poder que molda e se repercute sobre suas relações. Essa

problemática perpassa discursos que se referem a vários tópicos, desde o Acordo Ortográfico à missão da CPLP, passando pela questão da identidade dos países. Até hoje não houve uma análise sistemática destes discursos e tomadas de posição que têm, sem dúvida, grande interesse prático e nos ajudarão decisivamente a construir o objeto e os resultados da pesquisa. Por aqui se vê também a estreita relação existente entre o objeto de estudo e a metodologia adotada, nomeadamente para a obtenção de dados.

Ficando claro que privilegiamos uma análise qualitativa de dados, tal não significa que nos cinjamos a uma mera análise qualitativa.

Nesta pesquisa são utilizados, de fato, métodos qualitativos, comparativos e quantitativos, tendo como base sobretudo os contributos teóricos da Ciência Política mas também da Linguística, com forte acentuação na Política de Língua e no Gerenciamento e Planeamento Linguísticos, e ainda outras contribuições.

No plano teórico, trata-se de um desafio muito aliciante. Tradicionalmente, a teorização da política de língua coube aos linguistas, não aos cientistas políticos ou aos cultores das relações internacionais. Porém, se há área com interesse para a ciência política e para as relações internacionais contemporâneas, é a que respeita ao estudo das consequências decorrentes da escolha, por parte dos Estados, das organizações internacionais ou ainda, em determinados casos ou contextos, das próprias pessoas de uma língua como instrumento de comunicação, independentemente dos fins (políticos, econômicos, culturais etc).

Consciente da relevância da questão no plano teórico e prático, procuramos ter como orientador um cientista político com conhecimentos e apetência pelas questões linguísticas, em sentido amplo. Uma vez escolhido o orientador, este logo nos aconselhou a ter como coorientador um linguista da área da política de língua. A nossa experiência académica anterior facilitou a percepção da relevância e das vantagens de tal proposta. E assim chegamos à realidade de ter na orientação académicos com perspectivas complementares e que nos poderiam ajudar a forjar um caminho novo não apenas na escrita da tese mas na obtenção de resultados teóricos e práticos. Com efeito, estamos perante uma tese em ciência política – que, nesse sentido, aborda um tema novo – mas que tem em conta, de forma decisiva, os estudos de política de língua dos

linguistas. Na verdade, a investigação está para além das preocupações típicas dos linguistas quando abordam a matéria, o que se reflete na delimitação do objeto. Por essa razão, mantemos a expressão cunhada pelos linguistas de política de língua para tratar dos fenômenos relacionados com a gestão da língua, embora a tese tenha também outras preocupações.

Convém frisar que utilizamos tanto a expressão “política de língua” como a expressão “política da língua”, não só porque ambas as expressões estão consagradas pelo uso que delas fazem reputados autores no espaço lusófono como ainda porque pretendemos deliberadamente ultrapassar os limites de análise dos linguistas. A língua deve ser estudada o mais amplamente possível e a utilização das duas expressões sugere o movimento que alguns autores associam à gestão da língua portuguesa.

No plano metodológico, a tarefa torna-se mais exigente, porque nos obriga a mais leituras e ao manejo de mais conceitos.

Fizemos muitas leituras na área da Ciência Política e das Ciências Sociais em geral, assim como na área do pensamento humanístico, porque, de fato, todas essas esferas se cruzam. Especificamente, procuramos conhecer o pensamento de autores que tivessem tratado da temática das relações entre língua e poder político. São os casos, por exemplo, de Peter Sloterdijk, Johann Gottfried von Herder, Joseph S. Nye, Adriano de Freixo, Eric Hobsbawm, Ernst Moritz Arndt e Eduardo Lourenço, que o fizeram de diferentes modos. No campo dos fundamentos do poder político, estudamos autores como, por exemplo, Max Weber, Carl Schmitt e Ernst-Otto Czempiel.

Na área da Política de Língua e Planeamento, analisamos e utilizamos conceitos e metodologias de base que encontramos nos trabalhos, entre outros, de Bernard Spolsky, Robert L. Cooper, Antônio Houaiss, Jan Blommaert, Celso Cunha, Carlos Alberto Faraco, Robert Kaplan, Alastair Pennycook e Louis-Jean Calvet.

Ao todo, foram realizadas 16 entrevistas formais como parte do processo de investigação. Foram enviados por correio eletrônico pela autora três questionários, todos respondidos e recebidos por email. Os entrevistados Mia Couto, Rui Rocha e Rita

Botelho dos Santos discutiram sobre os temas inquiridos pela autora, assim como sobre o estatuto do português em Moçambique e Macau, na China. Seis entrevistados responderam a perguntas por telefone com informações sobre política de língua em países como Espanha, França, Portugal e Brasil (Xavier North, Joseph S. Nye, Ivo Castro, Celso Amorim, Juan Pedro Basterrechea e Carlos Alberto Faraco).

Foram ainda realizadas entrevistas presenciais sobre a participação dos Estados na formulação de política de língua, relações exteriores, concertação político-diplomática e o papel da África na CPLP com as seguintes pessoas: o ex-presidente de Portugal Jorge Sampaio, José del Valle, João Alberto Dourado Quintaes e Mario Von Haff. Todas as entrevistas foram transcritas e podem ser encontradas nas páginas finais desta pesquisa como discriminadas no índice.

Três entrevistados responderam a perguntas da autora sobre o gerenciamento da política de língua e o papel de países como Brasil e Portugal na CPLP. Os três especialistas em questão pediram que suas identidades fossem mantidas em anonimato, o que foi acatado pela autora e devidamente discriminado no *corpus* da pesquisa. Por se tratar de uma questão discutível no plano metodológico e ético, foi a mesma ponderada com os orientadores e fundamentada na literatura existente, que admite situações de anonimato em casos devidamente justificados (em todo o caso, os dados dos respondentes foram identificados).

Ainda como parte do método de recolha de dados, foram analisados documentos relacionados ao tema, entrevistas publicadas em jornais e outros veículos impressos, artigos científicos e de opinião, estudos e pesquisas relevantes, assim como entrevistas de áudio e TV, na maior parte dos casos concedidas no universo dos países de língua portuguesa, mas não somente. A análise documental e a interpretação de questionários e dados foram assim parte constante da pesquisa.

No presente estudo, demos especial atenção ao Acordo Ortográfico (AO), identificado como o braço técnico da proposta de internacionalização da língua portuguesa. Após a previsão da sua entrada em vigor em 2012, foi esta adiada para 2016 pelo Governo do Brasil para coincidir com a data determinada por Portugal. Foram várias as vicissitudes que condicionaram até o momento a plena entrada em vigor do AO em todo o espaço

lusófono, dadas as muitas críticas que, por diferentes razões, suscitou em vários dos países signatários, mas, em todo o caso, há fatos e indícios que apontam para a irreversibilidade da sua adoção, no futuro, por todos os Estados de língua portuguesa (e até por outros territórios ou entidades, como sucede no caso da Galiza, onde algumas comunidades linguísticas já adotaram as novas regras), o que depende precisamente do grau de cooperação política entre eles. Por outras palavras, o AO é um bom teste para a utilidade desta tese e para a viabilidade prática de suas hipóteses.

A questão das relações políticas e de poder entre os Estados de língua portuguesa e respectivas comunidades de falantes, por referência ao objetivo de internacionalização da língua comum, não é uma situação fixa no tempo mas sim uma situação evolutiva.

A medida é apenas um exemplo prático de que o objeto da presente investigação continua em processo de evolução assim como a própria política de língua para o português, que passa por adaptações e modificações. Muitas delas aparecem exemplificadas em resoluções e planos de ação anunciados como resultado de consultas periódicas realizadas pelos países da CPLP.

No escopo desta pesquisa, foram identificados três documentos básicos que assinalam, no campo da política comum da língua, relações importantes entre os Estados de língua portuguesa: "A Internacionalização da Língua Portuguesa. Para uma política articulada de promoção e difusão" (2008); a Declaração sobre a Língua Portuguesa na VII Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP (2008) e o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa (2010).

Alguns limites se impuseram ao estudo, o que se verifica em vários momentos no seu *corpus*. A maioria é de natureza político-diplomática, dada a existência de diferentes sensibilidades e a aparente competição entre alguns atores sobre a liderança da política de língua. Um outro componente que condicionou o estudo foi a natureza mutativa do processo de internacionalização do idioma e a constante evolução da questão central da tese que obrigou a adaptações na metodologia em meio à produção do *corpus* e a uma abordagem diferente do objeto. Com efeito, durante o tempo de redação da tese, houve momentos em que, no plano político, político-legislativo e político-diplomático, ou

mesmo no plano mediático, foi dada especial atenção a determinados temas que, depois, desapareceram. Assim como sofreu mutações a própria ideia de internacionalização do idioma, ancorada no AO ou não. A crise financeira que atingiu Portugal alterou também a frequência da discussão sobre a política de internacionalização do português.

Sendo os canais de *media* sociais parte revelante desta investigação, criamos um blogue multimídia em linha com vídeo, áudio e texto com as entrevistas realizadas assim como artigos relevantes que podem ser consultados pela banca mediante o requerimento de uma senha concedida pela autora ou pelos professores orientadores aos interessados.

Este ponto é duplamente relevante. Por um lado, porque é um procedimento inovador e, segundo cremos, útil para os membros da banca. Por outro lado, porque essa informação poderá ficar disponibilizada no arquivo aberto da universidade e servir como referência a novas pesquisas.

O plano de pesquisa foi dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo trata da proposta de internacionalização da língua portuguesa abordando a relação entre língua e poder, o valor econômico da língua, o conceito entre língua internacional e global e o Acordo Ortográfico, identificado como o braço técnico da internacionalização. A presente pesquisa aborda ainda o conceito de lusofonia ou lusofonias e as ramificações metodológicas e políticas da utilização do mesmo.

Tendo como ponto de partida a internacionalização e as ações de promoção da língua portuguesa, o segundo capítulo analisa os canais oficiais de promoção do idioma como os Institutos Camões, IILP, IPOR, e a DPLP, e tenta comparar as missões de algumas entidades incluindo o Instituto Cervantes, o equivalente espanhol do Camões, e outros. O abismo entre retórica e ação na promoção do idioma é um outro ponto analisado pelo estudo que apresenta consequências consideradas fulcrais para o sucesso da disseminação da língua no mundo.

Ao se tratar de política da língua e gerenciamento, a atuação dos Estados torna-se central no processo de análise. Deste tema ocupa-se o terceiro capítulo intitulado “Os

papéis dos países na difusão da língua portuguesa”. Neste capítulo, tentamos compreender a relação entre Brasil e Portugal, e as lideranças emergentes como Angola e Moçambique no gerenciamento da promoção. Timor-Leste e Macau, na China, são objetos de estudo na equação do sucesso da internacionalização no Oriente, uma premissa fundamental para a manutenção da dimensão global da língua.

O quarto capítulo é dedicado ao papel da CPLP na internacionalização da língua portuguesa. São avaliados os parâmetros da promoção e as variáveis internas da organização assim como os esforços das mesma em propostas de oficialização do português em organizações internacionais incluindo a maior organização do mundo: as Nações Unidas.

O último capítulo, o quinto, é dedicado a sugestões para a internacionalização do português o que inclui a análise de pontos críticos, assim como o papel de mídias tradicionais e novas na tarefa. Neste capítulo, avaliamos ainda a cooperação das diásporas no processo e dedicamos um item aos esforços pessoais do atual presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, para a promoção do português no mundo. Foram elaboradas ainda pela autora 22 recomendações para a internacionalização de fato da língua portuguesa.

PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Neste estudo, buscamos compreender o sentido do projeto de internacionalização da língua portuguesa formalizado pela CPLP em 2008. Este projeto, firmado ao mais alto nível pelos Chefes de Estado e de Governo dos países que têm o português como língua oficial, prevê ações de disseminação e o alargamento da presença do idioma em organizações internacionais, assim como o empenhamento dos Estados-membros da organização na difusão da língua portuguesa no mundo.¹ Trata-se de um projeto que surge na sequência de um estudo pedido pelo governo português a uma equipe de trabalho coordenada por Carlos Reis² e que previa uma profunda transformação das estruturas de apoio à promoção do português no exterior. Aponta ainda esse estudo para possíveis novas formas de cooperação e relacionamento entre os Estados de língua portuguesa, mas, naturalmente, ao ser aceito pela CPLP, assumiu potencialmente novos contornos. Com efeito, tudo o que até então se falara de política de língua tinha um cunho marcadamente nacional. Falar de internacionalização do idioma nos termos em que o fez o estudo de Carlos Reis foi novo, abrindo portas a novas pesquisas.

A pergunta geral que nos move na presente investigação é a seguinte:

Para que serve, e a quem serve, uma política de internacionalização do idioma?

A ela se ligam outras perguntas, a que também procuramos responder:

De que modo a política comum de internacionalização do português conforma as relações de poder entre os Estados-membros da CPLP entre si e as relações destes com o exterior?

Como se fará a política de internacionalização do idioma? A internacionalização da língua portuguesa implica uma concertação político-diplomática e macroeconômica por parte dos Estados-membros da CPLP? Em que termos isso ocorre?

¹ Ver *Declaração sobre a Língua Portuguesa*. VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 25 de Julho de 2008, disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=445> (consultado em 20 de janeiro de 2011).

² Cf. Carlos Reis (Coord.), *Internacionalização da Língua Portuguesa – Para uma Política Articulada de Promoção e Difusão*. Lisboa. 2008.

Qual é o grau de participação dos Estados-membros na execução do projeto? Que tipo de relações suscita? Serão relações predominantemente bilaterais ou multilaterais? Por quê? Existe originalidade, por comparação com que o que se passa com outros idiomas, no modo de relacionamento dos Estados-membros?

De que modo se reflete a política de internacionalização, supondo que existe e é efetiva, no desenho das instituições de promoção da língua e com que consequências, nacionais e internacionais?

Temos consciência de que fazemos perguntas novas que têm um respaldo limitado nos documentos oficiais a que recorremos. Por essa razão, se afiguram muito úteis, por exemplo, as entrevistas e outros tipos de pronunciamento dos agentes políticos e culturais. São de particular valor os depoimentos de personalidades políticas que exerceram ou exercem ainda funções de responsabilidade nos países de língua portuguesa. Algumas dessas pessoas – como é, exemplarmente, o caso do ex-presidente português Jorge Sampaio – desempenharam papel decisivo no processo de internacionalização. Assim como também, embora de maneira diferente, Mário Soares ou Fernando Henrique Cardoso.

Cabe-nos o papel de construtora do sentido convergente de palavras que foram ditas a propósito de temas decisivos para a complexa política de internacionalização do português, com suas possibilidades mas também dificuldades. Nesse processo científico de construção, por assim dizer paralelo ao processo oficial, deparamo-nos com situações que não estão normalmente nas preocupações dos intérpretes das políticas de língua. É também de política de língua que falamos, mas contextualizada por outras razões que estruturam nosso pensamento.

Não temos propriamente um padrão de comparação com outros estudos ou perspectiva teórica. Visitamos avenidas novas, de novos contornos, de uma cidade em construção. A ausência de uma específica literatura sobre o problema, tal como o desenhamos, nos leva a olhar para casos com algum paralelismo, embora por vezes distante e, por isso, com necessidade de ser matizado. É o caso, por exemplo, de quando falamos das relações entre nação e língua recorrendo aos autores iluministas e românticos. Muito do novo, apesar de radicalmente novo, com que lidamos transporta elementos do

passado. É necessário valorizar com a mesma régua autores com registros porventura diferentes, como Agostinho da Silva ou mesmo Eduardo Lourenço, porque apontam para os traços invisíveis que determinam as relações sociais e humanas.

Pelas particularidades de uma tese com o objeto desta, preferimos fazer a problematização da questão ao longo da tese, nomeadamente nos capítulos introdutórios.

No fim, após a análise criteriosa das fontes, procuramos dar respostas claras às questões suscitadas pela internacionalização da língua portuguesa, tal como olhamos para o processo. Estamos certa de que o mais está por fazer, num projeto ao qual procuramos continuar a dar nossa atenção.

I CAPÍTULO

A “internacionalização” do português

1. LÍNGUA E PODER

Nove anos após deixar um dos endereços políticos mais poderosos do mundo, *Downing Street*, em Londres, a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher foi convidada a discursar na Conferência do Partido Conservador, em Blackpool, na Inglaterra. O objetivo era convencer os delegados a não esmorecerem em sua tentativa de tirar do poder os Trabalhistas, na época liderados por Tony Blair. Ao assumir o microfone, Thatcher afirmou que “*durante a sua vida, todos os problemas da Grã-Bretanha foram originados pela Europa continental, mas todas as soluções partiram dos países de língua inglesa ao redor do mundo*”³, numa clara alusão ao papel do inglês (leia-se: dos países de língua inglesa) nas relações de poder e à sua influência no cenário internacional.

Décadas antes dessa declaração, o presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy anunciou a concessão da cidadania americana honorária ao ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill. Ao mencionar o papel de Churchill durante a Segunda Guerra Mundial, Kennedy declarou:

*“In the dark days and darker nights when Britain stood alone -- and most men save Englishmen despaired of England's life -- he mobilized the English language and sent it into battle. The incandescent quality of his words illuminated the courage of his countrymen.”*⁴

Em sua mensagem de agradecimento, Churchill mencionou a importância dos povos de língua inglesa no relacionamento entre os países.

“Mr. President, your action illuminates the theme of unity of the English-speaking peoples, to which I have devoted a large part of my life. I would ask you to accept yourself, and to convey to both Houses of Congress, and through them to the American people, my solemn and heartfelt

³ Cf. “Margaret Thatcher’s speech at the Conservative Party Conference in Blackpool, 1999”. Eis a citação, na versão original: “(...) In my lifetime all our problems have come from mainland Europe, and all the solutions have come from English-speaking nations across the world (...)”. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=zysONVi84s> (Do minuto 1:12 ao 1:24). Consultado em 21 de janeiro de 2011).

⁴ Ver *The Churchill Centre and Museum at the Churchill War Rooms*, London. Disponível em <http://www.winstonchurchill.org/learn/speeches/speeches-of-winston-churchill/125-united-states-citizen> Discurso de John F. Kennedy proferido em 9 de abril de 1963. (consultado em 12 de março de 2012).

*thanks for this unique distinction, which will always be proudly remembered by my descendants.”*⁵

A associação da ideia de união política à utilização de uma língua comum, assim como a uma maior facilidade e rapidez na solução de problemas, foi também apontada por um dos maiores intelectuais portugueses do século XX, Agostinho da Silva. Vários anos antes da afirmação de Thatcher, com efeito, Agostinho da Silva sugeriu a formação de uma comunidade dos países de língua portuguesa com vista a alcançar objetivos nobres. No texto que se segue, republicado pela revista *Nova Águia*, em 2009, o filósofo diz:

*“Pese no que pesar à busca da felicidade individual, a Comunidade tem que ser, quanto a este último aspecto, uma comunidade de missionários: nisto se diferenciara, por exemplo, de uma comunidade inglesa em que as receitas são sempre para uso próprio, não alheio. Coube a eles, talvez, tentar resolver problemas de vida pessoal: cabe a nós resolver os gerais; e veremos como só depois ficam os outros resolvidos.”*⁶

A associação dos aspectos político e linguístico não é um fenómeno novo. Já no século XVIII, o filósofo alemão Johann Gottfried von Herder (1744-1803), por certo que num contexto político e cultural muito diferente, expressou, claramente, o elo entre nação e língua. Para Herder era vital honrar a língua materna como forma de contribuir para a “construção da pátria”. Na tradução inglesa de Daniel Carey e Lynn Festa, o filósofo afirma:

*“Who despises the language of his nation... will become the most dangerous murder of its spirit.”*⁷

Um outro filósofo alemão, Ernst Moritz Arndt, ressaltou a importância para um povo de dominar bem seu idioma materno evitando, assim, “ser dominado por um povo estrangeiro” ao esquecer sua primeira língua. É necessário entender o contexto histórico do Iluminismo, em que Arndt se expressou, no início do século XIX. O filósofo fazia uma clara oposição ao regime francês de então, com a separação entre o que era “alemão” e o que era “francês”. O pensamento era uma de suas estratégias para evitar

⁵ Ver The Churchill Centre and Museum at the Churchill War Rooms, London. Disponível em <http://www.winstonchurchill.org/learn/speeches/speeches-of-winston-churchill/125-united-states-citizen> Discurso de John F. Kennedy proferido em 9 de abril de 1963. Resposta de Churchill, escrita em 6 de abril de 1963, lida em 9 de abril de 1963. (consultado em 12 de março de 2012).

⁶ Cf. *Nova Águia*, *Revista de Cultura para o Século XXI*, 2009. pp. 103 e 104.

⁷ Cf. Ernst Moritz Arndt. “Über Volkshass und über den Gebrauch einer fremden Sprache”, Leipzig, 1813. <http://books.google.com/books?id=CnsHAAAAQAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q=trauriger&f=false>. p. 12. (consultado em linha em 16 de maio de 2012).

que a ideologia do pós-revolução francesa conquistasse mentes e corações alemães. Por isso, ele explica, no texto abaixo, que “cada língua retrata a imagem de um povo, na qual ele sente, pensa, ama e deve viver, [não existindo] nada mais triste ou perigoso do que quando um povo esquece sua própria língua por uma língua estrangeira, e com isso se torna escravo do estrangeiro.”

No original alemão, pode ler-se:

*“Das Größte und Bedeutendste aber liegt in der Verschiedenheit der Sprachen, weil jede Sprache das äußere Abbild des innersten Gemütes eines Volkes ist, weil sie die Form ist, welche sich von Kind an des ganzen Menschen, der sie spricht, am gewaltigsten bemeistert und seinem Geiste und seiner Seele das Gepräge gibt, womit er empfinden, denken, lieben und leben soll: sie ist der erstarrte Geist der vergangenen Geschlechter, den die Lippe auftaut, wie sie die Worte erfäßt. Darum ist nichts trauriger und gefährlicher, als wenn ein Volk seine Sprache für eine fremde vergißt; dann begehrt es, Sklav der Fremden zu werden. [...]”*⁸

Não estamos, claramente, a falar dos melhores resultados decorrentes da utilização de uma língua. Com efeito, as línguas podem ser fator de separação e de aviltamento de quem não as fala. Em seu livro *Nations and Nationalism since 1870*, Eric Hobsbawm menciona a utilização deliberada das línguas nos processos de unificação política de Estados como a Alemanha e a Itália e discorre sobre a dinâmica dos movimentos nacionalistas no século XIX ao explicar que as fronteiras foram estabelecidas por diferenças e divisões, que foram acentuadas pelas línguas. E nada melhor para criar barreiras entre os Estados ou para separá-los do que impor aos seus cidadãos línguas diferentes.

Nas suas palavras, “(...) *For any nation of even middling size had to construct its unity on the basis of evident disparity.*”⁹

O tema continua em voga nos nossos dias, nas sociedades democráticas e ditas multiculturais e abertas à diferença, como é o caso da sociedade norte-americana. Nas

⁸ Ver *The Postcolonial Enlightenment Eighteenth-century Colonialism and Postcolonial Theory*. Edited by Daniel Carey and Lynn Festa, p. 272, Oxford University Press, USA, April 2009. Citação baseada no original alemão “*Briefe zur Beförderung der Humanität*”, Sammlung 5, Briefe 57, Beilage 1795. Citação original: “Wer die Sprache seiner Nation verachtet, entehrt ihr edelstes Publikum; er wird ihres Geistes, ihres inneren und äußeren Ruhms, ihrer Erfindungen, ihrer feineren Sittlichkeit und Betriebsamkeit gefährlichster Mörder.“ Existe uma versão em inglês do texto disponível em http://books.google.com/books?id=Wakta_JzFO8C&pg=PA272&dq=who+despises+his+native+language+herder&hl=en&sa=X&ei=fvJOT9jLHsX20gGiguXmDQ&ved=0CFYQ6AEwBQ#v=onepage&q=who%20despises%20his%20native%20language%20herder&f=false

⁹ Cf. Eric J. Hobsbawm. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, second edition, 1990. p.91.

sociedades onde convivem pessoas com diferentes culturas, a dominância de uma língua sobre as demais não é isenta de problemas, mas é factual. Os textos citados mostram, claramente, que no movimento histórico que conduziu ao estabelecimento das nações, língua e nacionalidade foram impostas. E que essa imposição continua a existir, embora de forma nem sempre bem aceita por todos. Ora, as palavras de Agostinho da Silva vão num sentido contrário ao do confronto cultural e linguístico, ou seja, vão no sentido da afirmação da liberdade e capacidade de cooperação dos povos pelo uso da sua língua própria. Para este autor, a língua portuguesa é um fator cultural de aproximação daqueles que a falam. Estas palavras foram escritas, é bom que se note, num tempo e num contexto político muito diferentes do da afirmação dos nacionalismos, mas são relevantes pelo valor explicativo das possibilidades do português como língua agregadora de vontades e de transformação do mundo. Nesse sentido, há semelhanças com o registo de Margaret Thatcher em relação ao papel do inglês no mundo, salvo que se trata, no caso da língua portuguesa, da afirmação de um projeto político-cultural diferente.

Mas voltemos ao exemplo dos Estados Unidos. Ao examinarmos a propaganda de campanha durante as primárias das eleições presidenciais de 2012, verificamos que o domínio da língua inglesa foi associado, pelo menos na opinião de um dos pré-candidatos republicanos à presidência americana, Newt Gingrich, ao poder político e à soberania, à defesa dos “valores e interesses da pátria”.

Durante o mesmo período, o líder nas pesquisas de intenção de voto, o ex-governador do estado de Massachusetts e também ele candidato a candidato pelo partido republicano, Mitt Romney (que veio a ser, efetivamente, o candidato republicano às eleições de 2012), foi atacado por Gingrich pelo fato de saber falar francês. Num *spot* de TV, Romney foi caracterizado como sendo “anti-americano”, por ter aprendido o idioma de Molière.¹⁰

Nas mesmas primárias, um outro pré-candidato, Rick Santorum, ao ser perguntado pelo jornal *El Vocero*, de Porto Rico, se era a favor de que o território se tornasse um estado

¹⁰ Ver “The French Connection”. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-us-canada-16549624> Consultado em 26 de janeiro de 2012. Mais detalhes em “Mitt Romney lambasted in attack for speaking French.” BBC News, 13 janeiro de 2012. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-us-canada-16549624> (consultado em 26 de janeiro de 2012).

americano, respondeu que sim, sob uma condição: a de que o inglês “fosse a língua principal”, pois, segundo ele, não poderia haver um estado americano onde o inglês não gozasse desse estatuto. Claro que ficam dúvidas sobre o que poderia significar a expressão “língua principal”...

EV: ¿Respaldaría un estado donde se hable español como primer idioma?

RS: “Como en cualquier otro estado, se debe cumplir con esta y cualquier ley federal. Y eso es que el inglés tiene que ser el idioma principal. Hay otros estados con más de un idioma como es el caso de Hawai, pero para ser un estado de Estados Unidos, el inglés tiene que ser el idioma principal”.

Ao contrário da Constituição do Brasil, que estabelece o português como “idioma oficial” do país, a Constituição americana não faz o mesmo em relação ao inglês. De qualquer forma, pareceu “natural”, para Santorum, que é jurista, que o inglês tivesse de estar associado a um estado para que o mesmo pudesse ser classificado de “americano”.¹¹

Um outro episódio associando língua a poder político, no campo da política quotidiana, foi ilustrado pelos comentários do vice-primeiro-ministro da Irlanda do Norte, Martin McGuinness, numa reportagem da BBC de Londres.¹² McGuinness, que integrou o então movimento rebelde Exército Revolucionário Irlandês (IRA, na sigla em inglês), afirmou que estava “ponderando se reunir com a rainha Elizabeth II”, após ela ter tomado a decisão de “reconhecer a língua irlandesa”. Desta forma, ele descreveu a visita da monarca britânica à Irlanda, em 2011:

“And I think the fact that she was prepared to recognise the importance of the Irish language; that she was prepared to stand in a very dignified way to honour those patriots who struggled in 1916 to bring about a free and independent 32-county Irish Republic, that made an impact upon me.”

Jan Blommaert, especialista em política da língua, refere, com precisão, a relação entre língua e poder, ao examinar as consequências do que ele classifica de “imagem de uma

¹¹ Ver *El Vocero*. “En suelo boricua Santoro.” Entrevista concedida à Maricarmen Rivera Sánchez em 12 de março de 2012. Disponível em <http://www.vocero.com/puerto-rico-es/politica-es/en-suelo-boricua-santorum>. (consultado em 14 de março de 2012).

¹² Ver “Martin McGuinness ‘still pondering’ meeting with Queen.” BBC News, Northern Ireland. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/uk-northern-ireland-16669129> (consultado em 26 de janeiro de 2012).

globalização baseada num centro econômico, político e financeiro dominado pela língua inglesa” (BLOMMAERT: 2006).

Este autor analisa também, numa perspectiva eminentemente política, os binômios “língua universal” *versus* “língua local” e “língua oficial” *versus* “língua nativa”, com os quais nos iremos ocupar mais detalhadamente quando abordarmos a relação do português, como língua com peso e estatuto internacional, com algumas das línguas locais/nacionais de países cuja língua oficial é o português, sejam os casos do crioulo de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe ou as várias línguas angolanas, moçambicanas e timorenses.

Blommaert vai mais longe ao afirmar – dentro da mesma perspectiva política – que a promoção do inglês em países como a República do Congo e Moçambique é motivada

“pelo desejo dos governos nacionais de se alinharem com os Estados Unidos e organizações internacionais tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.”¹³

Neste contexto de valorização da geopolítica das línguas ganha relevo a distinção do antigo professor da Universidade de Harvard Joseph S. Nye Jr. entre “*soft power*” ou “poder suave” e “*hard power*” ou “poder duro”. O poder suave traduz-se na capacidade de “atração e persuasão”, em contraponto com o poder militar que é, por excelência, o poder duro, o que é suscetível de ser imposto pela força. No âmbito do “*soft power*”, são utilizadas ferramentas das culturas dos países, como sejam a língua, a literatura, a música, etc. Um outro elemento de “poder suave” é a ajuda humanitária prestada a países em crise, um recurso que o Brasil, para falar de um país de língua portuguesa, tem usado abundantemente, como veremos adiante. Esta problemática liga-se a uma outra, que também abordaremos adiante, que se prende com a importância dos elementos econômicos, sociais e culturais, que ganham relevo nas sociedades políticas contemporâneas em contexto de globalização e de relativa pacificação entre as nações.

¹³ Cf. Jan Blommaert. *Language Policy and National Identity*. Ricento, 2006. p. 241. Ed. 2009, p. 242. (Moçambique integra a Commonwealth, ou Comunidade Britânica, que tem como membros Estados que pertenceram ao Império Britânico, mas também outros Estados que mantêm, ou procuram manter, relações privilegiadas com a Grã-Bretanha).

Assim se compreende que, em uma entrevista ao jornal *Diário Económico*, de Portugal, Nye tenha afirmado que a língua e a cultura portuguesas deveriam ser utilizadas por Portugal para exercer o “*soft power*”.¹⁴

Como compreender esta afirmação, nomeadamente as suas consequências, é o que alguns interessados na problemática da relevância geopolítica do espaço de língua portuguesa num mundo crescentemente interdependente vêm explorando.

De acordo com dados das Nações Unidas, em 2050, o universo dos falantes de português no mundo deve ultrapassar os 350 milhões de pessoas, um número superior ao da população dos Estados Unidos em 2012 (i.e. 312 milhões).

Essas projeções indicam que, de todos os países que falam o português, só Portugal não deverá sofrer grandes alterações em suas taxas de natalidade. Já Angola, Moçambique, Brasil, Timor-Leste e Guiné-Bissau, pelo contrário, têm estimativas de crescimento substancial de suas populações.

Ao sugerir, em 2008, uma política de internacionalização do português visando a promoção do idioma no mundo, Portugal e os demais países da CPLP demonstraram, claramente, sua intenção de investirem na língua comum, de forma estratégica, sem esconderem a existência de dividendos políticos e econômicos advindos da ação conjunta. Não foi a primeira vez que um país, ou conjunto de países, como aconteceu neste caso, se posicionaram na defesa de um idioma. Um dos exemplos mais conhecidos é o da França, que promove, atualmente, o francês no mundo com a ajuda de um robusto aparato estatal. Nos últimos anos, porém, a França tem procurado apoio para a sua causa também fora de portas, como nos mostra um dos responsáveis pela estratégia de promoção da língua francesa no Instituto Francês, Xavier North.

Numa entrevista gentilmente concedida para a elaboração desta tese, North ressaltou a “identificação da França com Portugal”, por, em sua opinião, se tratar de dois países que

¹⁴ Portugal deve usar o “*soft power*” da sua língua e cultura. Entrevista concedida a Mafalda de Avelar, *Jornal Económico*, 18 de março de 2012. Disponível em http://economico.sapo.pt/noticias/portugal-deve-usar-o-soft-power-da-sua-lingua-e-cultura_140482.html (consultado em 9 de abril de 2012).

“têm uma língua global falada fora de suas ex-metrópoles, nas Américas e também na África”.

A solidariedade francesa, no âmbito da aliança linguística com seus parceiros, tem objetivos também políticos – aliás predominantemente políticos – como notou o linguista francês Louis-Jean Calvet, cujas palavras iremos examinar mais adiante. É neste preciso contexto que é necessário perceber a identificação feita por North da França com Portugal. Ao procurar unir-se a outras línguas, com a motivação da “solidariedade linguística”, o francês não só se defende e autopromove como língua nacional como tenta também esvaziar a afirmação e a presença do inglês como “língua franca”.

Ao ser perguntado se a França pretendia ser a “líder” da campanha do multilinguismo, como alternativa à ideia de uma língua dominante, não já à escala nacional mas do mundo, com todas as implicações políticas daí decorrentes, North explicou que a palavra “líder” era muito forte, mas que a França pretendia, sem dúvida, manter viva a defesa de outras línguas em um mundo globalizado para evitar que o francês desaparecesse (ver **ANEXO XAVIER NORTH**).

Às palavras de North sobre a “defesa da língua” (entenda-se: da língua francesa), soma-se ainda, num incidente totalmente separado, um trecho de uma palestra proferida por José Saramago, um dos maiores escritores de língua portuguesa das últimas décadas e até agora o único laureado nesta língua com o Prêmio Nobel da Literatura.

“(…) Num livro que escrevi há alguns anos, chamado Viagem a Portugal, dei a um breve capítulo da parte consagrada ao Algarve o título «O português tal qual se cala». Não preciso explicar porquê. Hoje, uma língua que não se defende, morre. Não de morte súbita, já o sabemos, mas irá caindo aos poucos num estado de agonia desesperada que poderá levar séculos a consumir-se, dando em cada momento a ilusão de que continua viva, e por esta maneira afagando a indolência ou mascarando a cumplicidade, consciente ou não, dos seus suicidários falantes.”¹⁵

Com o objetivo de promover sua língua, Portugal tem-se empenhado, desde há anos, na disseminação do idioma (e de sua influência política) sob vários ângulos e

¹⁵ Palavras de José Saramago proferidas por ocasião da inauguração da Cátedra Luís de Camões – Universidade Carlos III, Madrid. Publicado pela Fundação José Saramago em 22 de setembro de 2009. Disponível em <http://josesaramago.org/6353.html> (consultado em 25 de dezembro de 2011).

nomenclaturas, como, por exemplo: “lusofonia”, “herança comum”, “bem partilhado”, e, mais recentemente, sob o conceito de “lusofonia global”, rubricas que tentam convencer os demais países lusófonos de que a união em torno do idioma é crucial para a sua afirmação no mundo. De certa forma, o que Portugal está fazendo não difere muito do que a França e a Espanha executam para preservar seus patrimônios linguísticos, com seus legados e influências.

Fora de Portugal e dos outros sete países de língua portuguesa, na CPLP,¹⁶ o português é falado por milhões de pessoas nas diásporas e como língua estrangeira, de acordo com dados do Observatório da Língua Portuguesa (OLP) e do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). Estas mesmas organizações referem que o português é a terceira maior língua do Hemisfério Ocidental, atrás do inglês e do espanhol. Já o sítio *Internet World Stats*, que mede a penetração das línguas na internet, coloca o português em quinta posição, com mais de 82,5 milhões de usuários em linha.

O referido interesse de Portugal no desenvolvimento de uma política apropriada para a promoção do português no mundo foi formalizada em 2008, muito por sua iniciativa e capacidade diplomática, durante a VII Cimeira de Chefes de Estado e Governo da CPLP, em Lisboa, a qual gerou reflexões por parte das nações de língua portuguesa.

Que pretendeu o governo português com essa sua iniciativa de aposta na língua? Estaria tentando afirmar uma política única da língua por parte da CPLP, ou seja, uma política com reflexos essencialmente externos? Estaria antes tentando relativizar a ascensão geopolítica do Brasil e a influência natural que a variante brasileira poderia obter, mais cedo ou mais tarde, no cenário internacional? Ao promover externamente a sua língua materna, bem que, por excelência, tem em comum com o Brasil e as demais ex-colônias, poderia a ex-metrópole reafirmar-se politicamente?

Retomando a primeira hipótese, estariam todos os países de língua portuguesa disponíveis para se empenharem na realização de um empreendimento conjunto de defesa do idioma, nisso vislumbrando vantagens para todos? Com efeito, o espaço de

¹⁶ Em 2014, a Guiné-Equatorial ingressou na CPLP, mas, apesar de seus compromissos com o desenvolvimento e disseminação do português, o estatuto da língua não é internamente semelhante ao dos demais países da organização, com suas diferenças.

língua portuguesa no mundo é bastante relevante, podendo ser visto como uma das expressões da globalização. E também nesse sentido podendo ser visto como uma alternativa à hegemonia do inglês, num quadro de convergência e cooperação entre os falantes de português.

A relevância do português deve-se, com efeito, ao fato de ser o idioma falado por mais de 193 milhões de brasileiros, na América do Sul, e por um pouco mais de 10 milhões de portugueses, em Portugal. E ainda por ser utilizado em outros países e continentes. Além de ser ainda o meio de comunicação, por excelência, de “economias emergentes”, como são os casos de Angola e Moçambique.

Poderia também a proposta significar uma vantagem comparativa para todos os falantes de português, no sentido de que há vantagem em falar várias línguas e o português seria, sem dúvidas, uma língua importante pelo seu peso internacional.

Ora, mostra a realidade que, sem uma política clara da língua, o português acaba ocupando lugares de menor destaque comparativamente com outros idiomas, inclusive em ocasiões oficiais, como, por exemplo, em discursos dos representantes de países de língua oficial portuguesa nas Nações Unidas, os quais, muitas vezes, por falta de tradutores e intérpretes, terminam falando em inglês ou francês (línguas de trabalho), e, mais recentemente, em espanhol, língua oficial da organização. Este é também um problema causado pela falta de orçamento dedicado à tarefa, o que dificulta qualquer política visando a internacionalização.

Vimos há pouco que a preservação dos idiomas está intimamente ligada com o poder político das nações. A questão ganha relevância porque a História está repleta de estadistas e políticos políglotas que, em situações formais, dão prioridade à sua língua materna. Uma das personagens de Eça de Queirós, Fradique Mendes, expressa assim a sua opinião sobre a relação que é devida com a língua materna:

“Um homem só deve fallar, com impecavel segurança e pureza, a lingua de sua terra: todas as outras as deve fallar mal, orgulhosamente mal, com aquelle accento chato e falso que denuncia logo o estrangeiro. Na lingua verdadeiramente reside a nacionalidade; e quem fôr possuindo com crescente perfeição os idiomas da Europa vai gradualmente soffrendo uma desnacionalisação. (...) o cosmopolitismo do Verbo irremediavelmente lhe dá o cosmopolitismo

de caracter. Por isso o polyglota nunca é patriota. (...) E como pelo Verbo, que é o instrumento essencial da fusão humana, se póde fundir com todas, em todas sente e aceita uma Patria.”¹⁷

Esta situação encontra alguns lugares paralelos na política contemporânea. A escolha da língua materna como modo de expressão em contexto político criou, há poucos anos, na Alemanha, uma situação difícil, visivelmente constrangedora para as pessoas presentes, envolvendo o vice-chanceler, Guido Westerwelle. Após serem conhecidos os bons resultados do seu partido nas eleições gerais, Westerwelle insistiu em se expressar em alemão. Mesmo em se tratando de uma entrevista a correspondentes estrangeiros, aquele que viria a ser o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, num governo de coalizão liderado por Angela Merkel, recusou-se a responder em inglês a uma pergunta de um repórter da BBC, ainda que o jornalista lhe tivesse pedido, gentilmente, que o fizesse. Westerwelle argumentou que “na Alemanha, se fala alemão”.¹⁸

Talvez que para a educada psicologia portuguesa, assim como para a dos demais países de língua portuguesa, a reação de Westerwelle devesse ter sido mais cordial ou diplomática. Outros observadores, no entanto, deram razão ao ministro, ressaltando que a defesa da língua deve ser feita pelos seus próprios falantes.

Ao comentar a questão da identidade linguística como modo, não apenas de sobrevivência política mas de aprofundamento da interdependência e relações de cooperação, Rudolf de Cillia sugere que:

“As línguas são muito mais que um meio de comunicação... a língua materna é o símbolo central de identidade individual e coletiva, um símbolo que significa pertencer a um certo grupo étnico e a uma certa comunidade linguística.”¹⁹

A verdade é que uma definição estreita como a da expressão “pátria associada à defesa do idioma” e das suas estruturas acaba por se refletir, realmente, na autoprojeção da

¹⁷ Ver Eça de Queirós. *A correspondência de Fradique Mendes: memórias e notas/Eça de Queiroz*. [1ª ed.]. Porto: Livraria Chardron, 1900. p. 139 de Cartas: IV – A Madame S. Disponível em: http://purl.pt/222/2/1-10066-p_PDF/1-10066-p_PDF_24-C-R0150/1-10066-p_0000_g-g_t24-C-R0150.pdf Biblioteca Nacional Digital de Portugal. (consultado em 16 de maio de 2012).

¹⁸ Cf. Na primeira entrevista a jornalistas após a vitória de seu partido nas eleições de setembro de 2009, Westerwelle se recusa a falar em inglês dizendo: “na Alemanha se fala alemão e na Grã-Bretanha, inglês”, Berlim. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=91mbT03oHYw>. Disse Westerwelle em alemão: “Wenn Sie bitte so freundlich wären, weil das eine Pressekonferenz in Deutschland ist. (...) So wie es üblich ist, dass man in Grossbritannien Englisch spricht, so ist es in Deutschland üblich, dass man hier Deutsch spricht.” (consultado em 21 de janeiro de 2011).

¹⁹ Cf. R. de Cillia. “Fremdsprachenunterricht in Oesterreich nach 1945.” In E. Lechner (ed.). *Formen und Funktionen des fremdsprachenunterrichts im Europa des 20. Jahrhunderts* (Bildungsgeschichte und europäische Identität, Vol. 3), Frankfurt: Kohlhammer, 2002.

identidade dos países e, por conseguinte, dos próprios cidadãos. Abundam contemporaneamente situações complexas e difíceis construídas em torno da língua, de que são exemplos a Catalunha e o País de Gales. Para já pretendemos apenas destacar a ambivalência da afirmação da língua como fator de identidade nacional, associado a um território e a um povo.

Dependendo da interpretação que se faça, a afirmação da língua tanto pode ser um fator de abertura ao mundo como um fator de enclausuramento.

Esta questão tem pertinência na crítica feita por Eduardo Lourenço ao Estado Novo, na sua obra *Heterodoxias*, na qual aquele critica o Estado Novo por supostamente se fechar numa lógica identitária solipsista (do célebre “orgulhosamente sós”) que, a despeito das tradicionais boas relações com o Brasil, não se livrou de enfrentar muitas e sérias dificuldades com este país.

Um exemplo recente sobre as relações entre língua e poder vem da África, onde, em 2008, o governo do Ruanda decidiu mudar seu sistema educacional apoiado no francês (língua da potência colonizadora) para o inglês (língua do “colonizador concorrente”). A medida afetou todo o processo educacional do país, do jardim da infância à universidade. De acordo com uma reportagem publicada pela rede britânica BBC, a mudança terá sido motivada pela decisão oficial de Ruanda de se associar à Comunidade do Leste Africano e de se candidatar a membro da Commonwealth. Após o genocídio de 1994, Ruanda começou a investir também na construção de uma nova imagem e na criação de novas relações com a comunidade internacional que passariam, inevitavelmente, por maior proximidade com a língua inglesa, falada ainda por muitos tutsis que viviam no exílio e que retornaram a casa com o fim do genocídio. A maioria da população, no entanto, fala a língua Kinyarwanda, à margem de toda esta discussão.

Segundo o especialista na África da BBC Martin Plaut, uma outra razão para a decisão do governo ruandês terá estado no fato de as suas relações com o antigo poder colonial, a França, se terem deteriorado por causa da atitude desta na época do genocídio ruandês, causando a ruptura com a língua de herança.

*“Officially the Rwandan decision is a result of joining the English-speaking East African Community. But relations between Rwanda and France have been frosty following the 1994 genocide, when France was accused of supporting Hutu militias.”*²⁰

Um ano depois, Ruanda deu mais um passo na sua política da língua ao anunciar sua entrada para a Commonwealth, o bloco anglófono equivalente à Organização Internacional da Francofonia (OIF). Desta forma, a nação africana sinalizou, claramente, sua opção política de romper com a França, ao menos linguisticamente. E os que conhecem o engajamento da francofonia sabem o que a perda política de um país significa ao grupo.²¹

A partir desta corrente de pensamento não se constitui uma surpresa que a política da língua provoque reações de cunhos nacionalista e patriótico, ao determinar também poder político.

Um paralelo histórico poderá ser estabelecido, no contexto das relações entre Portugal e Brasil, com a decisão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, de fazer da “língua portuguesa, o idioma oficial da Colônia”, em 1757, iniciando-se, assim, o processo de gerenciamento do português como língua do território em detrimento de outras línguas faladas no Brasil da época, tanto as línguas indígenas, faladas pelos povos que habitavam o território antes da chegada dos portugueses, como as línguas africanas, faladas pelos escravos, ou mesmo o espanhol, falado pelas vizinhas colônias da Espanha.

Com a medida, que ficou conhecida como “Lei do Diretório”, a Coroa portuguesa afirmou seu poder político naquela parte do Novo Mundo, cercada por territórios espanhóis e, presumivelmente, de língua espanhola, numa afirmação política clara da separação de soberanias e interesses. Este foi, aparentemente, o primeiro registro histórico de uma política da língua executada por Portugal no que é hoje o território brasileiro. A utilização da língua portuguesa como instrumento de afirmação política, no entanto, parece jamais ter saído inteiramente da pauta política dos governos portugueses e de Portugal.

²⁰ BBC Online. “Rwanda Opts for English Teaching” by Martin Plaut, 10 October 2008. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7663298.stm> (consultado em 18 de dezembro de 2011).

²¹ “Rwanda joins the Commonwealth”. *The Telegraph*, 29 de novembro de 2009. Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/rwanda/6685316/Rwanda-joins-the-Commonwealth.html> (consultado em 24 de fevereiro de 2012).

Em uma entrevista gentilmente concedida à autora desta tese, o antigo presidente português Jorge Sampaio falou sem reservas sobre a importância da política da língua e da promoção da “nossa influência” no mundo (o grifo é da autora):

Mônica Villela Grayley: *Analisando alguns documentos da época do seu mandato, notamos que o sr. foi um dos presidentes que mais fizeram pela promoção do idioma. Por que este tema é tão importante e politicamente estratégico?*

Jorge Sampaio: *Porque a língua é uma forma de preservar e de aumentar a identidade e o conhecimento desta identidade através do mundo, porque é uma fonte de ligação entre os vários portugueses e os portugueses falantes. E porque é um instrumento de política cultural, de política-política, propriamente dita. Espero que seja, cada vez mais, um instrumento de política científica, também, e tecnológica, e, portanto, digamos assim, é um poderoso instrumento de ampliação da nossa influência, quer dizer, da nossa influência no mundo, do nosso conhecimento, da nossa história. Ao mesmo tempo, esse instrumento deve ter também uma dimensão de futuro. No fundo, temos uma identidade. E não há nada melhor para reforçar uma identidade do que uma língua própria. E, ainda por cima, falada com o auxílio dos brasileiros e de outros membros da CPLP, angolanos, moçambicanos, etc. é uma língua falada por mais de 200 milhões de pessoas, e, portanto, em crescimento. Isso significa que hoje já não é só um instrumento de identidade e que visa o aumento de influência, mas passou a ser também uma língua de trabalho. Há pessoas que na China aprendem português. Há pessoas que em África querem aprender português, e por toda parte do mundo” (ANEXO JORGE SAMPAIO).*

Ao procurar arregimentar apoios para a afirmação do português no mundo, sob a égide de uma “herança comum”, Sampaio, com a sua vasta experiência política, advogou que Portugal, com a ajuda dos demais países lusófonos, procurasse demonstrar força política, numa manifestação de “poder suave”. Jorge Sampaio sugeriu ainda que Portugal continuasse seus esforços de se manter relevante no mundo, ciente de que o poder econômico e militar (na definição do “jogo de xadrez tridimensional”, de Joseph Nye, em seu livro *O Futuro do Poder*) não é atualmente suficiente.

2. O VALOR ECONÔMICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ao estabelecer-se como uma grande nação empreendedora e autora dos Descobrimentos, Portugal sagrou-se como um dos maiores comerciantes da Era Mercantilista. Eurico Ribeiro lembra que “os portugueses do Descobrimento” recorreram a parcerias, negócios e lançaram “os alicerces do próprio sector terciário de actividade, ou seja, serviços à escala mundial.”²²

²² Cf. Eurico Ribeiro, *Nova Águia, Revista de Cultura*, “A Lusofonia numa Época de Mudança”, p. 201.

O português constituiu-se como língua comercial com trânsito das Índias às Américas, onde se firmou também com as missões religiosas da catequese. O linguista britânico Nicholas Ostler lembra o significativo peso comercial do português, ao citar o orientalista francês Anquetil du Perron, no século XVIII:

*“Merchants of the Hindus, Moors, Arabs, Persians, Parsees, Jews and Armenians who do business with the European factories ... are obliged to speak this language; it serves also as a medium of communication among the European nations settled in India.”*²³

Luís de Camões, em *Os Lusíadas*, celebrou, precisamente, a importância e o valor do comércio na expansão marítima portuguesa de quatrocentos e quinhentos.

Porém, Ostler opina que o tempo de domínio espanhol sobre Portugal, entre 1580-1640, selou para sempre um mau futuro para o português. Segundo este linguista, quando os portugueses reconquistaram sua soberania, em 1640, o uso do português como “língua franca” já estava perdido para o inglês e o francês. Parece mesmo convencido de que o ocaso do português está ligado ao fim do esplendor comercial de Portugal, nem sempre por causa de Espanha. Esta afirmação estabelece historicamente uma forte associação entre língua, comércio e poder econômico. Diz o autor:

*By the time that Portugal reclaimed its sovereignty from the Spanish in 1640, its Indian Ocean trade network had been lost beyond recall: the French by then seemed poised to dominate trade with India, the Dutch the East Indies. Although Portuguese was still a dominant lingua franca in the Indian Ocean at the time, this loss of control was to have a devastating effect on the language’s potential to become a world language in the modern era. Portuguese lost its commanding position as a lingua franca in Asia during the 18th century, as French, and then English, were building up theirs.*²⁴

De acordo com Ostler, este feito histórico impediu a língua portuguesa de continuar avançando na Ásia e na África, ao contrário do inglês, que viajou livremente a bordo dos navios britânicos estabelecendo portos anglófonos pelo mundo.

Refere ainda o mesmo autor que é um fato que Portugal, enquanto manteve sua soberania nos mares, gozou também dos dividendos respectivos. Além dos lucrativos negócios com especiarias do Oriente, houve o comércio de escravos, abundantes

²³ Cf., Relatório Promoção da Língua Portuguesa no Mundo, 2007 citado por Nicholas Ostler. Anquetil du Perron *Recherches historiques et géographiques sur l’Inde*, vol. ii, pp. xii-xiii, quoted by Lopes 1936, p. 60. Disponível em <http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf> (consultado em 7 de julho de 2011).

²⁴ Nicholas Ostler, Relatório Promoção da Língua Portuguesa no Mundo, 2007, p.63.

recursos naturais – como o ouro e as pedras preciosas brasileiras –, e, mais tarde, foram os diamantes e o petróleo africanos que supriram as necessidades do Tesouro português. Em sua época imperial, o país marcou posição e pontos de domínio na costa, não deixando de comercializar e lucrar com outras nações. Assim foi, até que acabou, sendo disso sinal notório a diminuição de importância da língua portuguesa em contexto internacional.

Esta é uma análise de longa duração, que coincide com o período do Império, que só terminou com o processo de descolonização, no século XX. Com efeito, à ideia de Império está associado não apenas o poder político, mas também o poder econômico e cultural.

No livro *Lusofonia: Uma História, um Projecto, Uma Questão*, Lúcia Jorge definiu o poder econômico como uma das razões para o processo tardio de descolonização de Portugal, se comparado aos demais países europeus:

*“Portugal viveu a grande utopia de África. Aqui em Portugal pensava-se, particularmente depois da II Guerra Mundial, que África podia ser o continente, o sítio que nos podia dar a fartura, o conforto e a liberdade de acção para ganhar a vida, que outros sítios não ofereciam.”*²⁵

Este ponto de vista é reforçado, numa outra perspectiva, por Sloterdijk, quando associa aos Impérios a capacidade de transformação alicerçada em fatores culturais como, por exemplo, a língua.

Mais de cinco séculos depois do início dos Descobrimentos, o fato de Portugal possuir uma língua em comum com outras sete nações, principalmente africanas, tem facilitado

o comércio de Portugal e do Brasil e, por conseguinte, o volume das exportações brasileiras para as nações de língua portuguesa, além de acordos comerciais nos mais variados moldes.²⁶

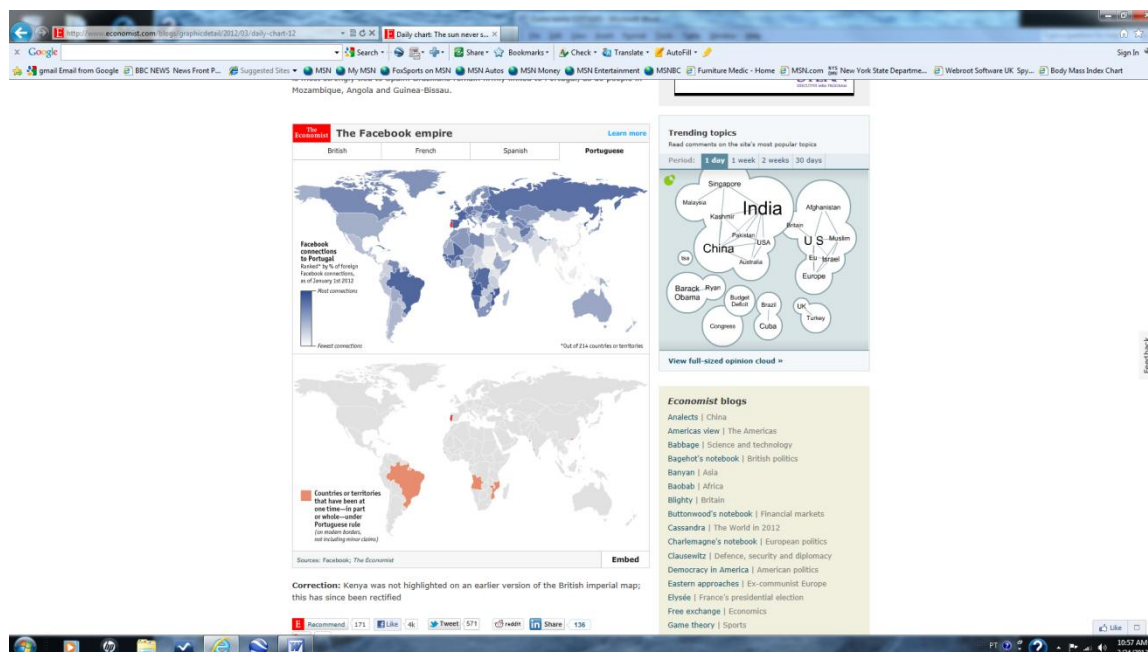
²⁵ Lúcia Jorge, em Mesa Redonda no livro *Lusofonia: uma História, um Projecto. Uma Questão*. Discursos Número 15, Universidade Aberta, Abril de 1998, Lisboa. p. 58.

²⁶ Abrangendo várias áreas nomeadamente educação. Veja-se o recente acordo entre Brasil e Portugal em matéria de reconhecimento de graus académicos de nível superior nas áreas de engenharia e da arquitetura por ocasião da visita da presidente Dilma Rousseff a Portugal em junho de 2013, o que também relaciona-se ao interesse do Brasil de receber mão-de-obra estrangeira compatível com a demanda de uma economia mais próspera e desenvolvida.

Curiosamente, esta conexão histórica mantém uma ligação quase umbilical de Portugal com suas ex-colônias, pelo menos no que diz respeito à língua. E isso não ocorre somente com Portugal, mas também com França, Espanha e Reino Unido, todas nações-impérios um dia.

O reconhecimento do estatuto político-jurídico e econômico de uma língua pode ser medido não só pelo número de falantes da mesma, mas também pelo espaço que ela ocupa no mundo, seja por meio de influência política, cultural, de transações comerciais realizadas na língua ou pela sua importância e destaque que esta tem em organizações internacionais. Mais recentemente, como vimos, a presença do português na internet também ajuda a evidenciar o peso desta mesma língua no cenário internacional e o interesse em aprendê-la como integrante de um espaço de países emergentes e de oportunidades econômicas.

E em época de redes sociais, os números são visíveis, como nesta pesquisa informal sobre ligações entre falantes do mesmo idioma em ex-colônias com suas ex-metrópoles como nos mostra este cálculo da maior rede de relacionamento social do mundo, o Facebook, nestes gráficos cedidos à revista britânica *The Economist*.²⁷



²⁷ *The Economist*. "The sun never sets. How Facebook connections mirror old empires." March 19th 2012, *The Economist* online, London. Disponível em <http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2012/03/daily-chart-12> (consultado em 24 de março de 2012).

Na mesma reportagem, a revista ressalta:

*“Australia, New Zealand and swathes of east Africa hold the strongest ties to Britain. West African Facebookers have most connections with France. Spanish-speaking Latin America is most strongly tied to Spain. Brazilians remain firmly linked to Portugal, as do people in Mozambique, Angola and Guinea-Bissau.”*²⁸

O peso da língua em atividades econômicas é analisado, em profundidade, pelo professor de Economia e também linguista François Grin. Ele menciona o papel de produção, consumo e comércio de mercadorias e a oportunidade de preferências de compra e venda realizadas na língua materna.²⁹

Para os mercantilistas, no passado, assim como muitos economistas do presente, o livre comércio é a porta para o desenvolvimento das nações e a geração de riqueza. No universo que fala português, e no tempo presente, a situação não é diferente. Com efeito, as condições estruturais do livre comércio são semelhantes, com a particularidade de que se impõem as línguas que mais facilmente se adequam ao contexto, como é, exemplarmente, o caso do inglês que acompanha a capacidade econômica dos seus falantes.

Neste sentido, Grin (2001, p. 68) afirma que:

*“A posição relativa de uma língua, ceteris paribus, está positivamente correlata com o poder de compra agregado de seus falantes.”*³⁰

Também isso explica que o elevado número de turistas brasileiros que visitam a Disneyworld, nos Estados Unidos, ou a EuroDisney, em Paris, tenha feito com que os hotéis da capital francesa tenham contratado ainda mais portugueses para atenderem adequadamente os brasileiros, em sua língua materna. Os ganhos econômicos de uma língua decorrem de sua utilização pelas pessoas em geral, mas também da constituição de formas de cooperação e integração entre os Estados onde a língua se fala, tanto mais quanto estas forem mais profundas.

²⁸ The Economist, Ibidem.

²⁹ Cf., François Grin. “Economics Considerations in Language Policy in *An Introduction to Language Policy*. p. 81, Ricento, 2006.

³⁰ François Grin (2001), “English as economic value: facts and fallacies” in *World Englished*. Vol. 20, p. 61. “The relative position of a language, ceteris paribus, is positively correlated with the aggregate purchasing power of its speakers”.

A liberdade de circulação de fatores produtivos é de especial relevância nesta matéria, mas não é fácil de almejar, porque aponta para a constituição de um mercado interno de todos os países onde o idioma é falado, o que é muito difícil de concretizar, porque os espaços de língua portuguesa não são geograficamente contíguos.

Esta reflexão permite aferir as possibilidades, mas também as limitações, de um projeto como o da CPLP, à qual são frequentemente atribuídas finalidades de cariz económico. A verdade é que a CPLP não é, ao contrário da União Europeia, uma união económica. Em todo o caso, é bom que façamos o teste da relevância económica da CPLP, tendo em conta que sua existência se baseia na partilha do mesmo idioma, com as consequências daí decorrentes e já enunciadas.

Após a criação da CPLP, o comércio entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa aumentou. Falar a mesma língua dispensa gastos com traduções e economiza tempo em alfândegas, como afirmou o embaixador do Brasil na Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevêdo, numa entrevista de rádio realizada em junho de 2011. Dois anos depois, Azevêdo seria eleito diretor-geral da agência, sendo assim o primeiro cidadão de língua portuguesa a gerir o órgão. Eis suas palavras:

*“Evidentemente, falar a mesma língua é um instrumento de facilitação de comércio extraordinário, que vai por todas as áreas. Na área cultural, na prestação de serviços. O custo de transação entre os países que falam a mesma língua é muito menor. Até por uma questão de rotulagem, de trâmites aduaneiros, você não tem que se preocupar com tradução de documentos. Que há um impacto monetário, eu não tenho a menor dúvida.”*³¹

Num estudo de Stephen Hagen, encomendado pela União Europeia, de que dá conta Ricardo Salomão, em sua tese de doutorado intitulada *Línguas e Culturas nas Comunicações de Exportação*, lê-se que:

*“945 mil empresas europeias estariam perdendo negócios no valor de 100 mil milhões de euros por ano devido a barreiras na comunicação.”*³²

³¹ Embaixador na OMC diz que português facilita ganhos a países lusófonos. Entrevista concedida à Rádio ONU em 6 de junho de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/06/embaixador-na-omc-diz-que-portugues-facilita-ganhos-a-paises-lusofonos/> (consultado em 26 de dezembro de 2011).

³² Hagen citado por Ricardo Salomão em “Línguas e Culturas nas Comunicações de Exportação”, Universidade Aberta, Lisboa, 2006. Baseado em Hagen, S. (Ed.). (1988). *Languages in British Business*. Newcastle: Newcastle upon Tyne Polytechnic Products Ltd.

Um outro estudo, realizado pelo professor universitário português José Paulo Esperança e apresentado durante a 3.^a Conferência do 1.º Ciclo de Conferências do OLP, confirma que a atividade empresarial ganha mais quando o ambiente linguístico é o mesmo.

Escreveu o autor:

*“A verificação feita neste estudo sugere que as empresas reduzem fortemente os custos de organização quando investem em países com o mesmo idioma. Esta situação é mais significativa nas empresas com menor experiência internacional.”*³³

No mesmo evento, o antigo secretário de Estado (português) das Comunidades Portuguesas no XII Governo Constitucional, Luís Sousa Macedo, estabeleceu a seguinte relação, de forma pragmática, entre a língua e a economia de Portugal, num momento de crise como o que então se vivia:

*“Afigura-se crucial, num tempo de crise como o actual, apostar crescentemente nos países com quem, ao longo dos séculos, construímos pontes, afinidades, afectos e uma língua comum. São eles sobretudo o Brasil e Angola que integrarão no presente século, e já integram, o grupo das economias em desenvolvimento ou emergentes, sem esquecer os recursos energéticos e petrolíferos existentes em São Tomé, Moçambique ou Timor. O sucesso do nosso desenvolvimento passa claramente pela aposta das parcerias e investimento nas economias dinâmicas no espaço CPLP.”*³⁴

Estas afinidades comerciais se baseiam, como já vimos, no pressuposto de uma língua em comum e de um *Weltgeist* semelhante.

A construção desta identidade, aliás, é lembrada por um famoso, embora difícil de interpretar, texto de Fernando Pessoa, no qual o poeta e pensador português novecentista afirma:

“Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiu. Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida (Pessoa 1986: 573)” (Grifo da autora).³⁵

³³ Alocução de José Paulo Esperança em O Valor Econômico da Língua Portuguesa. Artigo publicado no sítio do Observatório da Língua Portuguesa. Lisboa, 28 de novembro de 2011. Disponível em <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/o-valor-economico-da-LP> (consultado em 26 de dezembro de 2011).

³⁴ Alocução de Luís Sousa Macedo em “O Valor Econômico da Língua Portuguesa.” Artigo publicado no sítio do Observatório da Língua Portuguesa. Lisboa, 28 de novembro de 2011. Disponível em <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/o-valor-economico-da-LP> (consultado em 26 de dezembro de 2011).

³⁵ Fernando Pessoa, (1986) *Obras de Fernando Pessoa* (Introduções, organização, bibliografia e 261 notas de António Quadros). Porto, Lello & Irmão Editores. Vol.2).

Com efeito, neste texto, Pessoa não diz o que normalmente lhe é atribuído, ou seja, não identifica língua com pátria. Se destacamos a frase que se tornou célebre, não é para singularizá-la no contexto do pensamento pessoano mas para diluí-la nesse mesmo contexto. A citação de Pessoa serve o propósito de introduzir a problemática da identidade dos povos baseada na língua, assumindo-a como um fator poderoso mas não linear. Uma língua só é poderosa se apontar, de modo equilibrado, para as necessidades das pessoas.

Do que dissemos até aqui, podemos concluir que Portugal vê na CPLP e na política da língua, possivelmente, uma chance para se consolidar politicamente, não só na Europa mas também no sistema internacional. Ao evidenciar suas boas relações com os demais países lusófonos, Portugal demonstra capital político com nações que pertencem aos mais variados blocos econômicos como MERCOSUL, CEDEAO, ASEAN, SADC, União Africana, G-20, BRICS, etc.

No atual contexto político-jurídico internacional, os países europeus podem negociar diretamente, e até relacionar-se culturalmente, com o Brasil, PALOP e Timor-Leste, mas Portugal beneficia-se comparativamente de condições mais vantajosas, por causa da língua. Aparentemente, voltamos a insistir, o fato de ter uma língua em comum com outros países e povos dá a Portugal uma posição ímpar de articulação entre Sul e Norte, assim como uma relação privilegiada com nações importantes da América à Ásia. No entanto, é preciso esclarecer que essas relações são complexas e difíceis. Existem barreiras, conflitos e incompreensões motivados, paradoxalmente, pelo uso da mesma língua.

Desde logo, destacamos o sentido de apropriação que cada uma das nações lusófonas faz da língua. Tanto quanto é possível utilizar a língua comum como instrumento político de cooperação também é possível utilizá-la como instrumento de confronto ou, simplesmente, de modo unilateral, sem qualquer ligação aos interesses dos *outros* países que também falam a língua.

Em termos políticos, a questão consiste em saber se é vantajoso definir estratégias comuns de cooperação baseadas na língua ou, ao invés, estratégias unilaterais ou bilaterais. É a essa luz que devemos procurar conhecer a realidade existente.

Vejamos o que se passa no Brasil. Já na segunda década do século XXI, a estratégia brasileira de aumentar sua participação na África lusófona, assim como em outros países africanos, considerados de importância econômica para o Brasil, serviu não apenas para reparar um certo afastamento entre o país sul-americano e várias nações africanas, ocorrido em décadas anteriores, como para afirmar novos interesses políticos.

Numa entrevista concedida em São Paulo a uma estação de televisão brasileira, em 2009, o escritor moçambicano Mia Couto, ao ser perguntado sobre as relações Brasil-África Lusófona, especialmente nos domínios literário e político-histórico, lembrou a distância entre os dois polos para esclarecer como as coisas se passam. Nas suas palavras,

“(...) Era preciso perceber que para os moçambicanos, os cabo-verdianos, angolanos, são-tomenses e guineenses, o Brasil era uma coisa quase mistificada, era romantizada porque o Brasil representava, um pouco, daquilo que nós queríamos ser. E do Brasil chegava esta solução que era uma língua, que era uma língua outra, que já não era o português de Portugal. O Brasil tinha retirado a portugalidade da língua portuguesa. E era isso que nós estávamos à procura também, não é? E havia também uma condição comum. (...) Agora, essa influência é muito pequena. Uma coisa estranhíssima porque no período da ditadura, no período pré-independência, a influência e o conhecimento que tínhamos do Brasil é muito maior do que temos hoje.”³⁶

São palavras que remetem para a importância dos fatores imateriais e culturais na construção de identidades baseadas na existência de línguas comuns. Curiosamente, a palavra “portugalidade” é hoje uma palavra para a qual se procuram novos sentidos. Falamos de projetos levados a cabo por pesquisadores com diferentes formações, sensibilidades e até orientações ideológicas, que procuram projetar o futuro da portugalidade nos seus paradoxos e tensões. Não ver essas tensões, como, no fundo, nota Mia Couto, é perder o essencial, ou seja, é perder a riqueza multímoda de relações forjadas na língua partilhada.

O renascimento do interesse do Brasil pela África dos últimos anos deveu-se, em parte, às mudanças político-econômicas que ocorreram no continente, após o fim de várias guerras e o crescimento do comércio. Estas mudanças foram importantes, porque o relacionamento de Estados e pessoas em situações de guerra é diferente do seu

³⁶ Programa Sempre um Papo, Mia Couto e Agualusa, 2009. Entrevista em São Paulo para a TV Câmara. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=bE1EMuh_Tn8&feature=related (consultado em 22 de janeiro de 2012).

relacionamento em situações de paz. Com a paz não decorre necessariamente que as relações melhorem ou se tornem mais fáceis, mas mudam substancialmente.

Neste domínio, não nos podemos esquecer de um divisor de águas nas relações entre as nações lusófonas que, em parte, se deve à paz: a criação, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – a CPLP.

Tendo nascido sob a égide da “união e solidariedade dos povos que falam o português”, a CPLP jamais fez do idioma oficial seu primeiro pilar de atuação. De acordo com seus estatutos, o objetivo primaz do bloco é a “concertação político-diplomática”.³⁷

A verdade é que, 18 anos após sua constituição, e talvez como um símbolo da sua maioria, a CPLP está, mais do que nunca, atuante na esfera política de gestão diplomática das relações entre os Estados-membros. Ao interesse político da concertação junta-se também agora o aspecto econômico. Nos últimos anos, o volume do comércio interno da CPLP aumentou substancialmente, o que justificou, politicamente e economicamente, a admissão, em 2014, da Guiné-Equatorial e motiva ainda a que outros países que não falam o português queiram associar-se ou mesmo integrar a organização, de que são exemplos, numa lista não exaustiva, o Japão, o Senegal, a Ucrânia, a República Maurício e a Namíbia.

A junção dos aspectos político e econômico não esgota porém a missão da CPLP, que, no âmbito dos seus estatutos, pode alargar o seu campo de intervenção.

Dados do Governo brasileiro indicam que cerca de 70 por cento da cooperação do país com a África são hoje destinados à África lusófona³⁸. Este fato tem ressonância cultural e pode entrar no imaginário dos cidadãos de língua portuguesa, se se tornar, na linha do pensamento de Mia Couto, numa prática não apenas de países isolados mas da própria CPLP.

³⁷ Estatuto da CPLP, Artigo 4º, Objetivos da CPLP. Disponível em linha http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf (consultado em 24 de junho de 2013).

³⁸ Agência Brasileira de Cooperação, ABC. “A Cooperação Técnica do Brasil para a África”. Prefácio de Celso Amorim, p.5. Disponível em http://www.abc.gov.br/download/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf (consultado em 23 de fevereiro de 2012).

Existe, com efeito, a possibilidade de ao incremento das relações econômicas entre os países não corresponder uma aproximação entre os cidadãos. Esta possibilidade é real, mas há dados positivos gerados em torno da aposta na língua portuguesa como veículo de solidariedade.

O Senegal, por exemplo, vizinho de Cabo Verde, tem estudantes de português na Universidade Cheikh Anta Diop, na capital Dacar, e envia estudantes ao Brasil com bolsas concedidas pelo Governo brasileiro. O idioma é também oferecido em nível secundário nas escolas da região de Ziguinchor. Mais de 35 mil alunos estudam o idioma.³⁹

Também na Namíbia, que faz fronteira com Angola, existem leitorados oferecendo o português. Ali, o português já foi integrado ao currículo escolar secundário como língua estrangeira.

Além disso, quadros das Forças Armadas da Namíbia falam o idioma por conta de formação oferecida por militares brasileiros.

Angola esteve por trás dos primeiros esforços com vista à implantação do português como uma das línguas da Guiné-Equatorial, o que aumentou as possibilidades deste país em ser admitido como membro da CPLP. De realçar que o apoio angolano surgiu como resposta a um pedido feito pelo governo da Guiné-Equatorial, em 2011.⁴⁰

Não há dúvidas de que o aumento da influência política e econômica de Angola desperta interesse de parcerias não só financeiras mas culturais com outros países africanos. Ora, isto é muito relevante, porque, embora de modo inadequado para muitos, faz entrar a questão cultural nas cogitações políticas. Refletiremos sobre este ponto a propósito da relevância das questões econômicas, sociais e culturais, outrora consideradas como baixa política, na conformação da política contemporânea. Esta

³⁹ Portugais dans l'Université Cheikh Anta Diop, Senegal. Disponível em http://www.ucad.sn/index.php?option=com_content&view=article&id=771:faculte-des-lettres-et-sciences-humaines-flsh&catid=160:facultes&Itemid=373

⁴⁰“Angola: Guiné-Equatorial pede o apoio de Luanda para o ensino da língua portuguesa.” Notícia da agência *Lusa* reproduzida pela SIC. Disponível em <http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011/02/11/angola-Guiné-Equatorial-pede-apoio-de-luanda-para-o-ensino-da-lingua-portuguesa> (consultado em linha em 24 junho de 2013).

situação evidencia, claramente, a relevância da questão linguística para Angola, que se assume como um país de língua portuguesa.

A situação descrita mostra-nos a importância estratégica de se apostar na amizade entre os povos através da língua, cultura e história comuns, com o objetivo de harmonizar reações, atitudes e de obter influência política. É, por outras palavras, a relevância do já citado *soft power*, que não exclui qualquer Estado de língua portuguesa.

Ao patrocinar a constituição da CPLP, coincidência ou não, Portugal obteve a facilidade de diálogo com todas as nações lusófonas em um só espaço. Mas o mesmo vale para os outros membros da organização. E se é verdade que Portugal exerceu um papel preponderante na constituição da CPLP, decorrente de ser o berço da língua, não pode ser considerado como sendo o Estado mais importante. A prova está na possibilidade de existência de uma política efetiva de Cooperação Sul-Sul com todo o seu potencial de exclusão de Portugal da equação e deixando o Brasil e a África Lusófona ainda mais perto.

Um dos principais canais da referida colaboração é a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Na área de educação, muitos estudantes africanos se formam em universidades brasileiras. O primeiro-ministro de Cabo Verde em exercício de funções ao tempo em que este trabalho foi escrito, José Maria Neves, estudou no Brasil, assim como o ex-presidente de São Tomé e Príncipe Fradique de Menezes, para mencionar apenas alguns exemplos.

Vários programas aplicados com sucesso no Brasil foram replicados, no âmbito de projetos de Cooperação Sul-Sul, em países africanos de língua portuguesa de que são exemplos os programas Bolsa Escola e Minha Casa Minha Vida; a estes acrescem ainda ações de combate ao HIV/Aids, projetos de cooperação técnica, de geração de renda em comunidades rurais, de alfabetização de adultos e crianças e de promoção dos esportes e desenvolvimento social. Segundo o antigo ministro brasileiro do Exterior Celso Amorim, entre 2002 e 2009, o comércio do Brasil com a África quintuplicou. No

mesmo período, o então presidente Lula da Silva visitou 23 nações no continente, e o Brasil abriu 17 embaixadas em solo africano.⁴¹

É difícil, contudo, afirmar que as relações comerciais e políticas do Brasil com a África lusófona foram apenas obra do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que o trabalho de base das referidas parcerias foi sendo construído, aos poucos, por vários governos.

Lembrou o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, numa entrevista de rádio concedida em 21 de setembro de 2011, que realizou várias viagens à África lusófona, assim como promoveu o perdão da dívida de Moçambique. Além disso, recordou ainda que foi ele que, na qualidade de presidente do Brasil, firmou o tratado de criação da CPLP, em 1996.⁴²

Dentro da chamada Cooperação Sul-Sul, proposta pelas Nações Unidas, países em desenvolvimento passaram a colaborar mais eficazmente à escala global. Um outro exemplo de uma parceria realizada no âmbito deste tipo de cooperação no espaço de língua portuguesa foi a construção de uma fábrica de antiretrovirais em Moçambique com a assistência técnica do Brasil. Sendo detentor de um dos melhores programas de combate e tratamento da Aids no mundo em desenvolvimento, o Brasil pode ajudar, e muito, Moçambique, e também exerce o chamado “poder suave”.

Além do aspecto financeiro decorrente do aumento do comércio, o estreitamento de laços entre o Brasil e a África de língua portuguesa está gerando o aumento dos esforços internacionais para que esta região atinja os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU até 2015. Todas essas ações reforçam a cooperação interlusófona e, por conseguinte, a situação destes países em cenários regionais e internacionais, exercendo a língua portuguesa um papel de destaque nesta equação.

Vimos que quanto mais pessoas falarem o português no mundo, como língua materna ou como segunda língua, mais força e prestígio internacional serão conferidos ao

⁴¹ Agência Brasileira de Cooperação, ABC. “A Cooperação Técnica do Brasil para a África”. Prefácio de Celso Amorim. p.5. Disponível em http://www.abc.gov.br/download/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf (consultado em 23 de fevereiro de 2012).

⁴² Fernando Henrique Cardoso em entrevista à Rádio ONU, em 21 de setembro de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/09/exclusiva-fernando-henrique-cardoso/> (consultado em 7 de novembro de 2011).

idioma. Vemos agora também que quanto mais poder político e desenvolvimento tiverem os países que escolheram o português como língua oficial, mais demanda haverá para o aprendizado do português como língua estrangeira, uma experiência confirmada através de outros países, nomeadamente países de língua oficial inglesa.

Um exemplo vivo desta relação positiva refere-se ao aumento da importância da China na economia global e a crescente demanda pelo aprendizado do mandarim, o que não ocorre separadamente, mas sim como parte da estratégia chinesa de difundir seu próprio idioma.

O mesmo deu-se com a aprendizagem do japonês nos anos 90 do século passado. Muitos estrangeiros procuraram aprendê-lo para obter maiores vantagens profissionais e financeiras.

Com a língua portuguesa não é diferente. Desde o “renascimento” comercial da cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do presente século, muitos estrangeiros mudaram-se para a ex-capital brasileira à procura de melhores postos no mercado de trabalho. Esta afirmação pode ser conferida num ato isolado e talvez impressionista, mas digno de nota, qual seja uma reportagem do jornal carioca *O Globo*, considerado o maior periódico impresso da cidade, em termos de tiragem, que revela que, somente em um curso, o número de matrículas para a aprendizagem do português por estrangeiros aumentou 80 por cento desde 2009. A maioria da procura partiu de estrangeiros que chegaram à cidade para trabalharem nos setores de gás e petróleo.⁴³

Constitui um lugar paralelo, numa pesquisa em linha, a iniciativa editorial intitulada *Intelligent Life* da revista britânica *The Economist*, na qual se perguntou a escritores qual seria a melhor língua estrangeira para se aprender, no sentido daquela que pudesse trazer maior retorno financeiro para o investimento realizado. O português “brasileiro” (como descreveu a publicação) aparecia com segundo lugar com 19 por cento dos votos, precedido pelo esperanto, com 23 por cento, e seguido pelo espanhol com 15 por cento. Uma das defensoras do aprendizado do português, a correspondente da referida revista no Brasil, afirmou claramente:

⁴³ “Em alta, ensino de português para estrangeiros cresce no Rio.” *O Globo.com*, 19 de janeiro de 2012. Reportagem de Isabel Kopschitz. Disponível em <http://oglobo.globo.com/emprego/em-alta-ensino-de-portugues-para-estrangeiros-cresce-no-rio-3711437> (consultado em 28 de janeiro de 2012).

*“If you want a decent return on your investment, says Helen Joyce, the best language to learn is Brazilian Portuguese...”*⁴⁴

A eficácia da utilização do português como uma ferramenta capacitadora para a atividade econômica é também aceita no estudo “A Internacionalização da Língua Portuguesa”, encomendado pelo governo de Portugal a um grupo de especialistas dirigido pelo professor universitário Carlos Reis.

O rótulo de “língua de negócios”, no entanto, é encarado com ceticismo pelo coordenador do estudo, que reconhece pertencer ao inglês “um lugar de referência fortíssimo, que não parece viável contrariar” **(REIS: 25)**.

Se tomarmos os exemplos do inglês e do espanhol, verificaremos que afinidades linguísticas e culturais têm sido importantes para o aprofundamento de relações econômicas rentáveis através dos séculos, e assim também na era da globalização surgida com a nova ordem econômica mundial. Estas afinidades são fundamentais, ainda, em um contexto comercial como aquele que liga Espanha aos países de língua espanhola na América. Com efeito, vimos assistindo ao longo dos últimos anos a um aumento do volume de exportações e importações entre Espanha e os referidos países diretamente ligado ao fato de falarem a mesma língua. E o que vale para Espanha, vale também, em termos de política da língua, para Portugal e os demais países de língua portuguesa.

Atualmente, alguns dos maiores investidores nas nações latino-americanas são exatamente suas ex-metrópoles: Portugal e Espanha.

Podemos ir mais longe e analisar o que se passa nas relações comerciais entre países de outros blocos linguísticos, para percebermos quais são as semelhanças e as diferenças. Considerando o bloco de países de língua inglesa, ressalta que as relações comerciais entre os países em questão são acompanhadas de relações políticas que remetem para a sua influência num cenário global. Isso é muito claro no caso das relações entre Estados Unidos, Reino Unido e Canadá.

⁴⁴ Helen Joyce. “Brazilian Portuguese is the best language”. *The Economist*, March/April 2012, the Big Question. Disponível em <http://moreintelligentlife.com/page/what-best-language-learn> (consultado em 25 de março de 2012).

Na realidade, os Estados Unidos são o maior mercado de exportação do Reino Unido e o segundo maior de importação. Em 2009, o país americano comprou produtos e serviços britânicos no valor de 53,4 bilhões de dólares e vendeu bens no valor de 45,3 bilhões de dólares. Já o Canadá, também uma ex-colônia britânica, figura entre os seis maiores exportadores para os Estados Unidos.

Coincidência ou não, todos os três países falam a mesma língua e têm laços políticos e de cooperação bem definidos.⁴⁵

A relação rentável entre língua e poder econômico foi também ilustrada numa reportagem do jornal espanhol *El País* que comparou a promoção do castelhano (ou espanhol) com lucros do comércio de petróleo. Na reportagem argumenta-se que o crescimento do ensino do espanhol no mundo está ligado a determinados fatores, nomeadamente aos fluxos de imigrantes latinos para e nos Estados Unidos e à decisão do Brasil de introduzir o idioma como língua estrangeira no ensino fundamental.⁴⁶

Para o autor do artigo, José Luis Barbería, a Espanha havia descoberto o rentável “petróleo da língua”.

Falamos aqui de dimensões sociopolíticas e geopolíticas, à semelhança de quando falamos das relações no âmbito do bloco de língua inglesa, se bem que se trate de relações diferentes. Não só os fatos relatados são diferentes, mas também as culturas dos países e os comportamentos das pessoas. Este ponto permite-nos problematizar a questão da “internacionalização” da língua. Que significa esse conceito? Como devemos interpretá-lo cientificamente? Aponta para que dimensões?

Pensemos no português como idioma internacional, no sentido de que é falado por muitos milhões de pessoas, tanto nativas como por não nativas da língua. Em nível individual, a “internacionalização” do português e o ensino do idioma também podem, à

⁴⁵ Cf., UK TradeInfo website managed by HM Revenue & Customs (HMRC) Trade Statistics unit. Disponível em <https://www.uktradeinfo.com/index.cfm?task=AboutUs> (consultado em 21 de janeiro de 2011).

⁴⁶ IV Congreso de la lengua el futuro del español como lengua internacional - “España descubre el petróleo de la lengua”, 24 de março de 2007, jornal *El País*. Disponível em http://www.elpais.com/articulo/semana/Espana/descubre/petroleo/lengua/elpepuculbab/20070324elpbabe/se_13/Tes (consultado em 18 de dezembro de 2011).

semelhança do que acontece com o espanhol e se forem pensadas com essa finalidade, ajudar a melhorar as condições financeiras de muitas pessoas.

Na verdade, será esta uma questão fundamentalmente individual ou uma questão política e social?

De acordo com a mais recente teoria social, e não apenas da política de língua em sentido estrito, podemos dizer que esta questão tem que ver simultaneamente com todos esses aspectos.

Ao dominar com mais competência uma determinada língua aumentam as chances das pessoas de terem empregos decentes, para fazer uso da definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ao aperfeiçoarem seus níveis de literacia, os cidadãos dos países que falam o português poderão também se expressar melhor e exercer seus direitos e deveres – em termos práticos, serem cidadãos – com mais clareza e segurança. João Maria de Freitas Branco, autor do livro *Agostinho da Silva, Um Perfil Filosófico*, lembra um comentário do filósofo português sobre a função da cultura como componente obrigatório de toda a ação política responsável e, por isso, com reflexos sobre o ensino:

*“É esta a minha noção de cultura: tornar melhor a vida das pessoas. Começar pela alimentação, pelo vestuário, pela saúde, pelo ensino.”*⁴⁷

Um português internacionalizado é uma outra razão – neste sentido, cultural – para facilitar a comunicação entre os países de língua portuguesa e os seus cidadãos atuando como um bloco unificado através de uma língua que possa oferecer mais chances de ascensão a todos. Ao tratar de contextos multinacionais e multiétnicos, como é o caso do complexo espaço de língua portuguesa no mundo, W. Kymlicka observa que:

*“Línguas faladas pela maioria facilitam mobilidade social, salários altos e integração na cultura dominante.”*⁴⁸

Em maio de 2011, o Instituto Camões e o seu congêneres espanhol, o Instituto Cervantes, realizaram um seminário conjunto, em Lisboa, para analisar a questão do poder

⁴⁷ Cf. João Maria Branco de Freitas. *Agostinho da Silva, Um Perfil Filosófico*. Lisboa 2006. p. 34.

⁴⁸ Cf. W. Kymlicka. *Liberalism, community and culture*. New York, Oxford University Press, 1989.

econômico da língua. Aí se deu a conhecer um estudo encomendado pelo próprio Instituto Camões, em 2009, liderado pelo professor Luís Reto, do ISCTE-IUL, no qual se afirma que a receita gerada com a língua portuguesa representava cerca de 17 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal.

No caso do Instituto Cervantes, o despertar da Espanha para o valor econômico do espanhol ocorreu muito antes. E o menos que podemos concluir é que as línguas em questão se internacionalizaram não só por via do aumento das transações econômicas no seio dos respectivos espaços linguísticos mas também pela mudança da natureza das transações.

A contemporânea sociedade internacional em rede motivou, por exemplo, o aparecimento de novos bens “exportáveis”, como sejam os bens de natureza cultural e educativa. As redes multimídia de há alguns anos, os meios audiovisuais, permitem difundir e fixar, por exemplo, o modo de falar; mas as contemporâneas redes digitais vão mais longe, ao permitirem formas de interação anteriormente impossíveis.

A euforia com a decisão do Brasil de abrir seu mercado de 193 milhões de consumidores para a língua espanhola e a “eterna” possibilidade de entrar no mercado americano de 40 milhões de latinos levou um grande jornal da Espanha, o já referido *El País*, a comparar o lucro potencial de seu idioma com uma espécie de riqueza natural, o petróleo, como já vimos, mas o grande questionamento dava-se sobre o modo de gerenciamento deste novo / antigo recurso.

“¿Está España preparada para liderar el bloque de la veintena de países hispanohablantes y articular la tarea colectiva de alentar y capitalizar la expansión de la lengua?”⁴⁹

Com efeito, a expansão da língua é agora não apenas sinônimo de vantagens econômicas mas também de aproximação e cooperação entre os países e as pessoas, com seu consequente comprometimento em questões comuns relacionadas ao desenvolvimento.

⁴⁹ Reportaje: IV Congreso de la lengua el futuro del español como lengua internacional - “España descubre el petróleo de la lengua”, 24 de março de 2007, jornal *El País*. Disponível em http://www.elpais.com/articulo/semana/Espana/descubre/petroleo/lengua/elpepuculbab/20070324elpbabe se_13/Tes (consultado em 18 de dezembro de 2011).

O potencial do idioma tem pois que ser acompanhado de uma política eficiente de gestão. Neste ponto, a Espanha e a França estão, segundo os dados disponíveis, mais adiantadas do que os países lusófonos. O cálculo de Portugal, confirmado em 2011, de que o valor econômico do português equivale a 17 por cento de seu PIB é um pouco mais alto do que o valor do espanhol, que ficou em 15 por cento do PIB, num estudo semelhante de Martin Municio, realizado em 2003.⁵⁰ A medição do português baseou-se na metodologia desenvolvida por Municio, que estabeleceu o chamado “coeficiente da língua”, que expressa os níveis de integração linguística na produção de bens.

Mesmo que o estudo não inclua o mercado brasileiro e seja restrito apenas à realidade e aos dados da economia portuguesa, ao considerarmos que a língua portuguesa é falada também por outros países e em variados contextos econômicos, poderemos concluir que uma das razões para a melhor performance do português em relação ao espanhol é também a vasta indústria criativa associada à língua portuguesa, especialmente por causa do Brasil. Esta indústria tem como carro-chefe a língua através da produção de novelas, música, literatura, esporte, ciência, indústria do entretenimento e informação. Num mundo globalizado, esses mesmos produtos ultrapassam fronteiras e ajudam a estabelecer novas relações entre esses mesmos países através da língua comum.

Numa entrevista ao jornal *Oje*, em 4 de maio de 2011, a encarregada de negócios da Embaixada Britânica em Lisboa, Joanna Kuenssberg O’Sullivan, afirmou que promovia Portugal no Reino Unido como uma “plataforma” para chegar aos países de língua portuguesa, principalmente em tempos difíceis para ambas as economias europeias.

Em suas palavras,

“Tanto nós como a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) continuamos a analisar as possibilidades de internacionalização das empresas. Por exemplo, a nossa equipa comercial apresenta Portugal como uma plataforma potencial para as empresas britânicas chegarem a Angola, Brasil, Moçambique e outros países lusófonos. Da mesma maneira, as empresas portuguesas têm interesse em chegar aos mercados que têm relações mais estreitas com o Reino Unido, com os Estados Unidos, a Arábia Saudita e outros países.

⁵⁰ Martin Municio, Ángel (2003), “El Valor Económico de la Lengua”, Fundación Santander Central Hispano, Madrid.

Há uma troca de sentido de plataforma para diversificar, para alargar os interesses de cada país.”⁵¹

Um pouco mais à frente, na mesma entrevista, Kuenssberg O’Sullivan ressalta:

*“(....) Se bem entendi, o principal factor de atracção de Portugal para o investimento britânico é o seu papel de plataforma para os mercados lusófonos...”*⁵²

A atracção é comprovada em números. Enquanto os investimentos portugueses no Reino Unido foram de 100 milhões de euros em 2009/10, os investimentos britânicos em Portugal alcançaram, somente ao longo de 2010, 4,8 bilhões de euros.

O uso de Portugal como trampolim para os mercados emergentes foi confirmado, de forma menos entusiástica, por um dos integrantes da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), órgão subordinado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (O nome do autor do comentário não é mencionado a seu pedido)

“(...) Não vejo como talvez um negócio hoje em Portugal possa despertar considerações mais otimistas que o investimento da língua. Por quê? Porque as grandes empresas europeias, talvez asiáticas também, na hora que precisam formar seus empregados, seus executivos para atuarem no Brasil, eles contam com recursos muito mais atraentes, talvez muito mais fáceis e flexíveis, por parte de Portugal, para levar esses executivos para o Algarve.(...) Não há nada contra Portugal, todo este interesse é drenado para a economia portuguesa. (...) No curto e no médio prazos, nós não estamos ocupando o espaço. O espaço está sendo ocupado por Portugal.”

MVG: *Que espaço?*

Entrevistado: *“O espaço da língua como mercado. Da língua como negócio.”*

O “negócio”, baseado na demanda pelo português brasileiro, foi referido em uma reportagem do correspondente do jornal *Estado de São Paulo* em Paris, Andrei Netto. Segundo este, o aumento do número de turistas brasileiros na capital francesa levou vários fornecedores de serviços nesta cidade a usar o português, muitas vezes com recurso a mão-de-obra portuguesa na França.

“De olho na nova demanda, empresas de franceses e brasileiros começam a oferecer serviços em português para atrair clientes. Um dos macetes já utilizado é empregar funcionários de origem portuguesa, uma colônia forte em Paris desde os anos 70, ou contar com franceses ou

⁵¹ “O investimento português no Reino Unido distingue-se pela qualidade”. Entrevista de Pedro Fonseca de Castro com Joanna Kuenssberg O’ Sullivan em 4 de maio de 2011 no jornal *OJE*. Disponível em <http://www.oje.pt/gente-e-negocios/entrevistas/joanna-kuenssberg-osullivan-o-investimento-portugues-no-reino-unido-distingue-se-pela-qualidade> (consultado em 9 de julho de 2011).

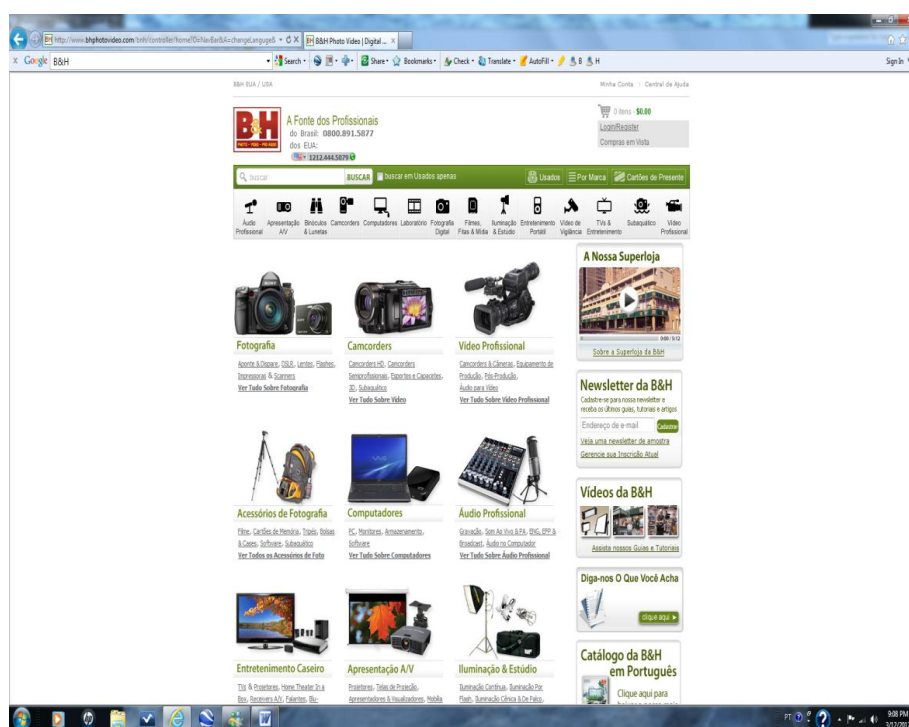
⁵² Idem et ibidem.

*brasileiros bilíngues. Na hotelaria, as opções são variadas. Em um dos grandes hotéis de cinco estrelas da capital, o George V, o português já aparece como uma das línguas faladas habitualmente pelos funcionários, ao lado do árabe e do japonês.”*⁵³

O mesmo acontece em Manhattan, Nova Iorque, em lojas com grande clientela brasileira, onde os donos descobrem os rentáveis benefícios de oferecer serviços em português.

Um exemplo vem de uma das mais populares redes de venda de equipamento eletrônico especializado, a B&H. No sítio principal da loja, existe uma seção dedicada ao Brasil, identificada com a bandeira brasileira, e que direciona os usuários para uma duplicação do sítio em português.

O investimento em funcionários que falam o português, tanto na loja como nos atendimentos ao telefone, assim como a tradução da informação principal, tem sido fonte de lucros para a B&H.⁵⁴



⁵³ “Em Paris, hotéis e lojas já atendem em português.” Com crescimento de 10% no número de turistas brasileiros, Paris recorre à grande colônia portuguesa para atender à nova clientela. *Estado de São Paulo*, 22 de setembro de 2010. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,em-paris-hoteis-e-lojas-ja-atendem-em-portugues,613313.0.htm> (consultado em 26 de dezembro de 2011).

⁵⁴ http://www.bhphotovideo.com/bnh/controller/home?O=NavBar&A=changeLangue&Q=&ul=P&umse=0&cm_sp=Footer-Internatnl-Brazil (consultado em 12 de março de 2012).

Em um artigo para o *Jornal de Letras*, o já referido Luís Reto revela o que pensa sobre o aprendizado da língua portuguesa por parte de empresários estrangeiros, no Brasil e em Portugal:

“É sabido que os gestores das multinacionais que vivem em Portugal raramente dominam o português porque conseguem exercer os seus cargos sem terem de falar a nossa língua. O mesmo não se passa no Brasil, onde qualquer gestor internacional ou diplomata tem de aprender português para conseguir exercer com êxito as suas funções. Mais uma vez a Espanha, atenta à sua influência na América Latina, está a apoiar fortemente o ensino do espanhol nas escolas secundárias brasileiras. Mas mais surpreendente é o número crescente de espanhóis a aprender português para poderem fazer negócios no mundo lusófono. Tive ocasião de vivenciar uma situação que ilustra essa tendência no decurso dos encontros da Arrábida sobre o 3º sector, que tive o prazer de organizar no ano passado, onde encontrei o presidente de uma das mais importantes fundações espanholas, que me confessou estar a aprender brasileiro, para fazer a expansão das actividades da sua fundação para o Brasil.” (Grifo da autora).⁵⁵

O “mercado de língua portuguesa”, aliás, foi a expressão usada pelo primeiro-ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, menos de seis meses após assumir o poder, em junho de 2011, em meio a uma das maiores crises econômicas do país. Em uma entrevista de vídeo ao jornal *Correio da Manhã*, Pedro Passos Coelho respondeu o seguinte, ao ser perguntado pelo jornalista Octávio Ribeiro se os professores “excedentários” em Portugal deveriam abandonar “sua zona de conforto” para procurar emprego em outros sítios:

“Angola, mas não só Angola, o Brasil também tem uma grande necessidade, ao nível do ensino básico e do ensino secundário, de mão de obra qualificada e de professores. Nós sabemos que há muitos professores em Portugal que não têm, nesta altura, ocupação. E o próprio sistema privado não consegue ter oferta para todos. Estamos com uma demografia decrescente, como todos sabem, e, portanto, nos próximos anos haverá muita gente em Portugal que das duas uma: ou consegue, nessa área, fazer formação e estar disponível para outras áreas ou, querendo se manter, sobretudo professores, podem olhar para todo o mercado de língua portuguesa e encontrar aí uma alternativa” (Grifo da autora).⁵⁶

A proposta de Passos Coelho foi recebida com pouco entusiasmo no Brasil, por exemplo. Ao ser entrevistado pelo jornal *Expresso*, em 23 de dezembro de 2011, sobre a “oferta portuguesa” feita por Pedro

⁵⁵ Luís Reto. “O português como Língua de Negócios.” Número 94. 21 de Dezembro-6 de Janeiro de 2006. Suplemento do JL, Nº 919, Ano XXV. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte94e.htm> (consultado em 25 de dezembro de 2011).

⁵⁶ *Correio da Manhã*. Vídeo sobre Emigração. Passos Coelho: “Queremos cobrar menos impostos em 2015”. Entrevista concedida em 18 de dezembro de 2011. Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/politica/passos-coelho-queremos-cobrar-menos-impostos-em-2015-com-videos> (consultado em 25 de dezembro de 2011).

Passos Coelho, o porta-voz do Ministério da Educação do Brasil, Nunzio Briguglio, afirmou:

“Não é verdade que o Brasil esteja importando professores. Temos carências, de fato, nas áreas de Matemática, Física, Química e Biologia mas também temos problemas de absorção de mão de obra estrangeira, nomeadamente de ordem burocrática. Nas equivalências académicas há poucas diferenças. Se me permite um pouco de humor, a disciplina em que há mais diferenças é a Língua Portuguesa... mas os entraves burocráticos são um problema. Por outro lado, o salário de professor também não é famoso. Em Portugal, têm essa consciência?”⁵⁷

A relação entre língua e negócios ou entre língua e empresas foi estudada a fundo pelo professor espanhol José del Valle, pesquisador da Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY). Ao ser entrevistado para esta tese, ele explica os mecanismos e os interesses ligados ao patrocínio de empresas de seu país no exterior, visando o incremento da utilização da língua espanhola.

MVG: Em sua opinião a língua promove os negócios ou os negócios promovem a língua?

JDV: Eles se promovem mutuamente. Veja: a decolagem econômica da Espanha é o que gera o dinheiro que permitirá lançar os projetos políticos-linguísticos. É por isso que a partir dos anos 90, quando se começa a produzir uma ortografia e uma gramática pan-hispânicas, quando se começam a celebrar, com regularidade, os congressos internacionais da língua espanhola, é porque existe o dinheiro. E este dinheiro procede, em grande parte, dos patrocinadores, que, com frequência, são a Repsol, o Bilbao Vizcaya. Como está aqui neste Dicionário de Americanismos. Aqui, na parte dos agradecimentos, se diz: “são muitas as instituições e empresas que ajudaram a Associação de Academias com o Dicionário de Americanismos. Em primeiro lugar, a empresa Repsol, mecenas principal sempre generosa com o trabalho académico. E, neste caso, especialmente interessada em enaltecer os valores próprios de Espanha no outro lado do Atlântico” (ANEXO JOSÉ LUIS DEL VALLE).

3. O CONCEITO DE LÍNGUA INTERNACIONAL V. LÍNGUA GLOBAL

Segundo o linguista português Mário Filipe da Silva,

“Uma língua, para ser internacional, tem que ser falada e ouvida nos fora internacionais. Tem que se fazer representar para além de suas fronteiras naturais. Tem que ser relevante nas suas relações internacionais.”⁵⁸

⁵⁷ “Brasil não quer professores portugueses”. *Revista de Imprensa, Expresso*, 23 de dezembro de 2011. Disponível em <http://aeiou.expresso.pt/a-primeira-pagina-do-expresso=f696077> (consultado em 22 de janeiro de 2012).

⁵⁸ Cf., Mário José Filipe da Silva, “Promoção da Língua Portuguesa no Mundo”, tese de doutoramento, 2005. p. 125.

Um outro linguista lusófono, Luiz Fernando Valente, diretor do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros na Universidade de Brown, Rhode Island, nos Estados Unidos, deu a conhecer ao jornal *New York Times*, para um artigo publicado em 23 de novembro de 2006, sua opinião sobre o “poder global do português”. Na ocasião, Valente afirmou não acreditar que o idioma se tornasse, um dia, língua oficial das Nações Unidas pelo mero fato de, em sua opinião, o português não ter uma clara característica internacional.

Eis suas palavras:

*“É uma língua global, falada em todos os continentes, mas não é uma língua internacional, utilizada na diplomacia e no mundo dos negócios, como o francês, e não sei se esse problema pode ser solucionado.”*⁵⁹

O Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa define o vocábulo “internacionalização” como “o ato de tornar-se internacional.” O adjetivo “internacional”, por sua vez, deriva do inglês ‘*international*’ (a origem não é aqui etimológica, mas política) e tem como primeiro significado 1. “o que se realiza entre nações; 2. relativo às relações entre nações; 3. que se espalha por diversas nações; 4. cujo renome se estende a diversas nações; 5. que atua entre vários países; 6. que vai de nação a nação.”

Notamos que a nomenclatura “internacional” está intimamente ligada à relação entre países (BUARQUE DE HOLANDA:1986). Na maioria dos casos, o conceito da internacionalização mostra-se associado também aos valores do comércio.

Mas voltemos ao debate sobre *global* e *internacional*. Para o linguista britânico David Crystal, autor do livro *English as a Global Language*,

*“A language achieves a genuinely global status when it develops a special role that it is recognized in every country.”*⁶⁰

Partindo desse pressuposto, poderíamos classificar o português como uma língua internacional, mais ainda não como uma língua global, pois o mesmo não desempenha “um papel especial” num número muito significativo de países como primeira ou

⁵⁹ Cf., Luiz Fernando Valente em “At long last, a neglected language is put on a pedestal”, publicado no *New York Times*, 23/11/2006. Disponível em <http://www.nytimes.com/2006/10/23/world/americas/23brazil.html> (consultado em 20/01/2011).

⁶⁰ Cf., David Crystal. *English as a Global Language*, 2nd edition, Cambridge University Press, 2003. p. 3.

segunda língua, ao contrário do que acontece com o inglês, que está presente, de uma forma ou de outra, em mais de 70 países, segundo Crystal.

Para outros linguistas, no entanto, como Mário Filipe, o português é, realmente, uma língua global em termos de número de falantes e de presença num largo espectro de países, que, de fato, se estende das Américas à Ásia e, num desenvolvimento mais recente, pela ascensão política do Brasil no cenário internacional, o qual levará consigo, inevitavelmente, o seu idioma materno.

Do ponto de vista semântico-político, a internacionalização é marcada fortemente pelos conceitos da relação entre países e dos dividendos que esta mesma equação possa gerar.

Não parece coincidência, porém, que a proposta de “internacionalizar” o idioma tenha partido de Portugal, o país que lançou o português ao mundo, há cinco séculos, e que agora procura cooperar com os outros que falam o mesmo idioma como parte de uma estratégia pública para obtenção de vantagens políticas e econômicas. O fato ainda de Portugal servir-se da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para lançar a proposta leva-nos a compreender a dimensão “entre nações”, neste caso lusófonas, que endossam e caracterizam a estratégia, embora com riscos.

Será que a decisão de Portugal ao lançar na CPLP o projeto de internacionalização da língua foi fundamentalmente uma tentativa de reassumir protagonismo internacional?

Será que Portugal pretendeu mostrar que o espanhol não é o único representante linguístico da Península Ibérica, afirmando-se assim como um país de tradição e relações privilegiadas com as novas estrelas emergentes do cenário internacional, como o Brasil e Angola? Nesse caso, que esperou Portugal das outras nações?

Com efeito, há que procurar saber se a iniciativa de Portugal constituiu um mera tentativa de recuperação de relações passadas ou a procura de construção de um conceito de “lusofonia” com todas as ramificações políticas que o conceito possa gerar. Daqui decorrem diferentes sentidos estratégicos. Não nos esqueçamos, por exemplo, do

significativo peso dos países de língua portuguesa no atlântico, área nevrálgica das atuais relações internacionais.

A última hipótese revelaria um elevado sentido estratégico, mas exige capacidade de decisão. Com efeito, decorre da política externa de Portugal, por um lado, a vontade política de o país se reinventar como “um país moderno e pós-colonial”, mas também a vontade de se afirmar na União Europeia, como “detentor” do idioma que ajudou a globalizar no século XVI.

Todas estas razões são plausíveis e colhem apoio nos dados empíricos existentes, mas seria realista atribuir somente a Portugal a liderança deste ambicioso projeto? Este não é um trabalho para todos países lusófonos, e principalmente para o Brasil, de onde vêm oito em cada 10 pessoas que falam o português? Estará o Brasil disposto a assumir este papel? Que destaque pretendem os países africanos de língua portuguesa, como, por exemplo, Angola e Moçambique, ter nesta equação?

O presidente português ao tempo em que se escreve a presente tese, Aníbal Cavaco Silva, ao dirigir-se a seu homólogo angolano, José Eduardo dos Santos, e a outras autoridades fez a seguinte afirmação, em que se pronunciou sobre a vantagem de Portugal ter uma língua em comum com os outros países de língua portuguesa (Grifo da autora).

*“A nossa pertença a um universo linguístico de mais de 240 milhões de pessoas, nos cinco continentes, é um activo estratégico de primordial importância, de que devemos tirar partido para defender as nossas posições e objectivos num mundo global e de forte concorrência. Posições e objectivos cuja defesa muito ganha com a concertação político-diplomática entre os nossos Estados e com a sua participação activa em diferentes espaços de integração regional, como a União Europeia, a União Africana, o Mercosul, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), ou em organizações globais, como as Nações Unidas. Por essa razão, assumimos a promoção da língua portuguesa como o tema prioritário do programa da Presidência Portuguesa da CPLP.”*⁶¹

Ao examinarmos as palavras do antigo presidente brasileiro, curiosamente um sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, não restam dúvidas de que através da língua os países podem ampliar sua presença internacional.

⁶¹ Cf. Discurso do Presidente da República no Banquete de Estado em honra do Presidente da República de Angola, Engº José Eduardo dos Santos. Palácio Nacional da Ajuda, 10 de Março de 2009. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=21&idi=25350> (consultado em 20 de janeiro de 2010).

*“Se a História nos aproxima, também nos impulsiona a um reforço continuado de nossa presença internacional. A começar pelo objetivo de difusão da língua portuguesa, como dizia Antônio Houaiss, uma língua de cultura. Houaiss, que era advogado da nossa unificação ortográfica que a tantos nos entusiasma e nos faz, pelo menos a nós, brasileiros, sentir-nos escrevendo errado, quando lemos o português tão belo de Portugal. Mais do que um acervo lingüístico, o idioma traz consigo um estilo próprio de compreender e de interagir com o mundo.”*⁶²

E foi justamente Antônio Houaiss, em seu livro *Sugestões para uma Política da Língua*, publicado em 1960, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura brasileiro e pelo Instituto Nacional do Livro, que concluiu deste modo a respeito do objetivo de criação de uma política comum para a defesa e promoção do português à escala global:

*“Podemos mesmo afirmar que estamos em condições de adotar uma política linguística que não tenha semelhança com nenhuma outra à face da terra, porque as coordenadas de nossa problemática são muito mais simples. É que as minorias linguísticas que possuímos, do nosso passado pré-cabralino assim como das levas migratórias modernas, não revelam traços de expansão, antes pelo contrário, trazem a marca patente da regressão.”*⁶³

Desta forma, Houaiss explicou a possibilidade de uma “política da língua” para o português no Brasil, que se alargasse também a Portugal, então ainda uma potência colonial na África e na Ásia.

O idioma permaneceria, no entanto, objeto de debate sobre sua natureza global ou internacional, classificado ainda, ao lado de outros, como uma “língua imperial”, tal como descrita pelo escritor alemão Peter Sloterdijk. Para Sloterdijk, o espanhol, o português e até mesmo o inglês têm em comum as características de “línguas de antigos impérios, navegações e conquistas.”⁶⁴

Mas como se dará a “reconquista”, em tempos modernos, de novos mercados e influências através de um português internacionalizado, como sugere a estratégia de Portugal via CPLP?

⁶² Cf. Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão inaugural da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, Brasília 2002. <http://www2.mre.gov.br/deaf/CPLP/Discurso%20Sessao%20Inaugural.htm> (consultado em 20 de janeiro de 2010).

⁶³ Cf.. Antonio Houaiss. *Sugestões para Uma Política da Língua*. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1960. p. 11.

⁶⁴ Peter Sloterdijk. *Falls Europa erwacht*. Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1994.

Ao expandir o português no mundo, Portugal terminou por fazer o mesmo percurso de outros países como, por exemplo, a sua vizinha Espanha, a Inglaterra e a França. Nesta mesma linha de raciocínio, o primeiro gramático da língua espanhola, Antonio de Nebrija, afirmou certa vez que “*a língua é companheira do império*”.⁶⁵ Se esta mesma característica de serem línguas imperiais as aproxima, ao mesmo tempo, devemos considerar, como Houaiss, a especificidade da situação da língua portuguesa no mundo, sempre na perspectiva das interações entre os países que a falam fruto de um processo de expansão e consolidação que foi diferente de todos os outros. Este é um elemento histórico-político muito importante que deve ser sempre tido em conta em quaisquer análises ou comparações da língua portuguesa com outras línguas.

Por onde passou desde os Descobrimentos, Portugal ou, melhor dito, os portugueses levaram sua língua materna. Como já vimos, o português, talvez a primeira língua a ser globalizada, teve o papel de língua franca no século XVI. Vale repetir que, naquela época, comerciantes japoneses, holandeses e de outras nacionalidades usavam o português para fazerem negócios e ganharem dinheiro. É um pouco o que ocorre hoje em alguns dos países africanos de língua portuguesa, onde chineses falam o português que aprenderam para negociarem nesses países.

De acordo com Sloterdijk, “quando uma língua morta não quer expirar, mas se manter como língua mundial, mostra-se assim com que poder os espíritos do império atuam”.⁶⁶ Ainda segundo este autor, ao expandirem sua ação para outros países e regiões, Espanha, Portugal e Inglaterra fizeram de suas línguas parte do processo de expansão e conquista associando-as à política (**SLOTERDIJK: 35**). O conceito “língua de império” é também explorado, com semelhanças, pelo linguista britânico Nicholas Ostler em seu livro *Empires of the World: A Language History of the World*.

Ao analisarmos a presença do português atualmente nos *fora* internacionais, verificamos que ele é língua oficial, de trabalho ou são utilizadas traduções em documentos em várias organizações e agências internacionais em todos os continentes como, por exemplo, nos seguintes: Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), União Postal Universal (UPU), União Africana (UA), Comunidade Econômica dos Estados da

⁶⁵ Antonio de Nebrija. *La Gramática de la lengua castellana*, 1492, primera edición.

⁶⁶ Peter Sloterdijk. *Falls Europa erwacht*. Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1994. p. 35.

África Ocidental (CEDEAO), União Europeia (EU), Unasul, Mercosul, UNESCO (na Conferência Geral apenas), Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e Organização dos Estados Americanos (OEA). A projeção real do idioma em relação ao montante de dinheiro gerado em traduções e interpretações é, no entanto, objeto de questionamentos.

No caso da União Africana, por exemplo, o português figura ao lado do inglês, do francês e do árabe (nesta ordem) como quarta opção de língua de entrada no sítio da entidade na internet. Ao clicarmos, no entanto, sobre o português, somos direcionados à página em inglês, o que não ocorre com o árabe, francês ou inglês. O mesmo se passa no sítio da CEDEAO, cuja página em português é somente a de entrada. Ao clicar num dos tópicos, o usuário é direcionado para a página em inglês. Trata-se de uma situação que perdurava à data da produção destas linhas, em inícios de março de 2012, mas que se mantém ainda. O enlace para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) também não funcionava por esta altura, embora houvesse um endereço em português (www.sadc.int/portuguese).⁶⁷ Neste caso, porém, a situação foi resolvida.

Podemos concluir assim que existe uma distância entre o espaço realmente ocupado pela língua e o espaço que lhe é atribuído politicamente em discursos e em muitas intenções que não têm passado do papel, em vários casos.

Alguns linguistas brasileiros, como o professor Carlos Alberto Faraco, acreditam que a língua portuguesa, se já não era internacional anteriormente, passou a sê-lo com o surgimento da CPLP. Diz este autor:

“A ABL (Academia Brasileira de Letras) parece não ter se dado conta de que, desde a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), estamos vivendo um novo tempo na gestão das questões que envolvem a língua portuguesa. Estamos construindo (é verdade que a duras penas) uma necessária ação conjunta nessa área. Não cabe mais olhar para a língua numa perspectiva apenas nacional. É preciso pensá-la como uma língua internacional e patrimônio coletivo dos oito países que a têm como oficial. O Estado brasileiro, ao tempo do presidente Getúlio Vargas, abriu mão de suas responsabilidades na gestão da ortografia da língua, transferindo essa tarefa para uma instituição privada (a ABL), transferência que a Lei n. 5.765/71 reforçou. Contudo, a articulação política internacional que redundou na criação da CPLP traz, para o Estado brasileiro, o desafio de tomar de volta para si a tarefa anteriormente

⁶⁷ Ver <http://www.au.int/en/> (enlace para o português que leva o usuário à página em inglês. Todos os demais enlaces para as outras línguas funcionam sem problemas).

*privatizada e conduzi-la de comum acordo com os demais países. No plano internacional, só um órgão do Estado pode falar pelo Estado brasileiro, jamais uma entidade privada.”*⁶⁸

É muito interessante este ponto de vista porque remete a questão da internacionalização para a participação dos Estados, tradicionalmente os agentes definidores, através das instâncias nacionais competentes, do que é o direito. Ora, sabemos que as regras ortográficas, para dar um exemplo de referido por Faraco, normalmente têm a força pública que lhes é conferida pelos Estados, mesmo que, como no caso do Brasil, sejam entidades privadas a definir essas regras. Carlos Alberto Faraco apela para uma plena assunção de responsabilidades por parte dos Estados – nomeadamente do Estado brasileiro – que têm o português como idioma oficial. O que Faraco vê de novo na CPLP é a possibilidade de essa responsabilidade ser assumida e, neste caso, partilhada, por todos os Estados de língua portuguesa.

Veremos, mais adiante, como poderemos conceber a questão da relação entre internacionalização e globalização da língua, mas, para já, destacamos, à luz dos dados disponíveis, que não há e não pode haver internacionalização sem a intervenção dos Estados.

E foi justamente no seio da CPLP que surgiu a proposta de internacionalização como ponto de partida para uma necessidade de se apresentar o português no cenário internacional de forma harmonizada, sem as divisões de duas grafias para uma mesma língua. Uma receita já testada e aprovada pelo espanhol, francês e alemão, que são línguas oficiais em vários países.

Na prática, no entanto, pouco menos de um ano antes da planejada entrada em vigor do AO (marcada inicialmente para o ano de 2013, depois adiada pelo Brasil e por Portugal para 2016), Angola não havia ratificado o tratado. Moçambique terminou por fazê-lo, em junho de 2012, um mês antes de assumir a presidência rotativa da CPLP. E como vimos, o Brasil retrocedeu no seu propósito de aplicação célere das novas regras.

⁶⁸ Cf., Carlos Alberto Faraco. “O Vocabulário VOLP da ABL”. 2009. Disponível em http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao08/artigos_ea_faraco.php (consultado em 7 de dezembro de 2010).

Uma rápida análise de documentos recentes do bloco linguístico, expostos na página da internet da CPLP, mostra que a grafia utilizada pelo bloco ainda não está completamente harmonizada com o AO, o que pode ser um sintoma de falta de coordenação em relação à execução da proposta. O que nos remete à pesquisa do sentido e dos pressupostos de concretização de uma política concertada de defesa do idioma, no âmbito da CPLP, considerado como uma língua internacional, na linha do sugerido por Carlos Alberto Faraco.

4. INTERNACIONALIZAÇÃO: UMA PROPOSTA DE PORTUGAL?

Na análise deste ponto, partimos da premissa de que a política de “internacionalização” do português é, em parte, uma tentativa de usar uma “roupagem nova” na concretização histórico-prática do conceito da “lusofonia”, por vezes criticado por autores portugueses e africanos, receosos de que a palavra possa esconder propósitos neocolonialistas. A “internacionalização”, neste contexto, representa uma tentativa de unir todos os países que falam o português em torno de sua maior herança comum: a língua.

Ao propor a “harmonização” das duas grafias – a brasileira e a portuguesa –, os dirigentes políticos dos países de língua portuguesa e a CPLP apresentaram, desta feita com Portugal, uma nova tentativa de internacionalizar a língua após a perda de importância relativa no século XVI. Depois do período áureo das descobertas e do domínio das rotas do comércio mundial, Portugal transformou-se em termos de peso global e a língua portuguesa ressentiu-se desse fato. Com o projeto de internacionalização dinamizado pela CPLP como que esse objetivo político de dinamização da língua foi recuperado, mas agora já não apenas em nome de Portugal mas em nome de uma nova realidade política.

Antes de se chegar à apresentação da proposta de “internacionalização” do idioma em Lisboa, em 2008, várias tentativas foram feitas para aproximar as duas variantes do português, especialmente através de Acordos Ortográficos que nem sempre vingaram. A situação do português é diferente da situação do espanhol, do francês e até mesmo do inglês, que, embora registrem variantes e sotaques distintos, não insistem, pelo menos para o mundo exterior, em suas diferenças. No caso do espanhol, por exemplo, as reformas ortográficas são reguladas pela *Academia Real Española*, sendo

implementadas pelos países hispano-americanos de forma coordenada. Já no caso do português, a reforma consubstanciada no Acordo de 1990, foi assinada por todos os países lusófonos da época. Em 2008, a CPLP decidiu oficializar a proposta sistemática de promoção do português no mundo de que vimos falando, com a ajuda também de um português harmonizado, com base no acordo que começaria a ser implementado pelo Brasil, voluntariamente, menos de seis meses depois. Com isso, aumentaram também os esforços de promover o português em organizações internacionais, o que indicia a existência de uma relação causal entre as duas matérias.

Coincidência ou não, a apresentação da *Declaração sobre a Língua Portuguesa*, durante a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em julho de 2008, em Lisboa, foi feita por Portugal. Ato contínuo à aprovação da proposta, os chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa reuniram-se nas Nações Unidas, o palco internacional por excelência, em setembro do mesmo ano, para fazerem seus discursos anuais sobre os destaques de suas políticas externas.

Por ocasião desta sua estada em Nova Iorque os oito líderes dos países de língua portuguesa e o até então secretário-executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, voltaram a se reunir, num restaurante da cidade, a convite do presidente português Aníbal Cavaco Silva, para reafirmarem seu compromisso com a promoção do português. Naquele mesmo ano, todos os discursos dos países lusófonos na Assembleia Geral da ONU foram feitos em português com tradução e interpretação financiadas pela CPLP.

Os meses de julho a setembro de 2008 sob coordenação política da CPLP pareceram representar a “primavera do português”, com uma série de manifestações públicas de vontade política de fazer do idioma uma língua internacional, com uma maior presença nos *fora* do mundo. Foi também claro que, para os representantes dos Estados de língua portuguesa, essa situação era vista como uma expressão de visibilidade e de manifestação do seu poder político em relação a outros Estados não pertencentes necessariamente à CPLP.

A euforia, no entanto, veio a diminuir sob o pretexto da crise econômica mundial, que cortou, logo pela raiz, a disposição dos Estados de língua portuguesa (especialmente de

Angola, Brasil e Portugal) de financiarem a “internacionalização” do idioma naquele momento.

É curioso notar que, na fundação da CPLP, a promoção da língua aparece como o último de seus três únicos objetivos. O primeiro objetivo é o de concertação político-diplomática para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais. O segundo é a cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica. Só por último vem a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Em 2008, ao endossar sua “política da língua comum”, a CPLP sinalizou o seu entendimento sobre a importância do mandamento número um da formulação de uma política de sucesso: a união dos conceitos locais e globais, de unidade e diversidade, de promoção de um português internacional respeitando as diferenças nacionais e de patrimônio imaterial de todas as culturas representadas em seu seio.

Mas não foi só isso. Numa era da tecnologia da informação, a comunicação e a cultura são canais ideais para a troca de experiências e intercâmbios entre povos e nações, e para a disseminação de mensagens. No mesmo ano, a CPLP intensificou seu desejo de abrir uma TV CPLP para todos os países do bloco. O Brasil, dono da maior indústria de entretenimento dos países lusófonos, tem ajudado a levar a língua a várias partes do mundo através de suas novelas, por exemplo. E Portugal intensificou seus esforços nesta frente com a produção de seus próprios folhetins televisivos, que havia começado vários anos antes, diminuindo assim a “presença de uma marca inteiramente brasileira” em seus lares todos os dias.

Com a ajuda do Brasil, Portugal fundou uma produtora de novelas portuguesas. E quem sabe num futuro não muito distante poderá até começar a exportá-las, ainda que em doses tímidas, para o maior mercado lusófono do mundo, o Brasil. No momento, atores portugueses atuam em novelas brasileiras, ainda que os mesmos utilizem em menor escala, seus sotaques originais. Este intercâmbio linguístico-cultural, no entanto, não deve ser menosprezado. Mesmo sendo um grande criador de folhetins televisivos, o Brasil importa, por exemplo, novelas mexicanas e anglo-americanas (que são dubladas), uma prova de que os consumidores não estarão inteiramente fechados para outros idiomas e, talvez, para outros sotaques do português.

Com a harmonização das grafias, proposta pelo AO de 1990, como examinaremos mais adiante, fica também mais presumivelmente fácil aumentar o movimento de empresas internacionais, comunicados, correspondência, enfim, do comércio. Atualmente, não é raro ocorrer, em caso de acordos e tratados comerciais, e até mesmo de acordos diplomáticos, que o documento final seja produzido em duas versões: uma brasileira e outra portuguesa.

Poder-se-ia afirmar que apesar de todo o discurso de “irmandade” e “unidade” forjado na VII Cimeira da CPLP em 2008, e dois anos depois na aprovação do Plano de Ação de Brasília, que ficou conhecido como a “política da língua” comum da CPLP, a proposta de internacionalização é, ainda, essencialmente uma iniciativa portuguesa. Quem conhece a história de Portugal saberá que os carimbos “universal”, “global”, “plural”, para dar alguns exemplos, sempre foram conceitos muito arraigados à psicologia portuguesa, desde Luís de Camões, passando por Fernando Pessoa, até Agostinho da Silva ou Eduardo Lourenço. Como sabemos, estes autores exploraram abundantemente o modo de ser dos portugueses, numa linha psicológica ou mesmo psicanalítica. Esta temática é importante na medida em que nos permite questionar em que medida a política de língua comum, sendo inequivocamente uma iniciativa conjunta da CPLP.

É importante percebermos o que quer que isso signifique.

Uma outra aparente influência de Portugal sobre o processo começou a despontar durante os anos de 2011 e 2012, quando aquele país mergulhou numa de suas piores crises econômicas. Por conta disso, uma proposta no Senado do Brasil foi encaminhada à Presidência da República da maior nação lusófona, solicitando que o Brasil “adiasse a entrada em vigor do Acordo Ortográfico”, marcada para 2013, para se “solidarizar com Portugal”, que havia decidido que o tratado entraria em vigor no país somente em 2016. A proposta, da senadora brasileira Ana Amélia Lemos, foi explicada assim nesta entrevista de rádio, no início de dezembro de 2012.

“... Portugal, nós reconhecemos, (...) enfrenta uma crise dentro do contexto europeu, muito séria. Ora, eu penso que foi um gesto de solidariedade da nossa parte deixar que o Acordo entre em vigor, em 2015, junto com Portugal, como demonstração de boa vontade política. Isso implicaria em alterações de várias naturezas, não só na literatura, mas em documentos oficiais

*e tudo mais. Outros países, como Angola, que tem a segunda maior população de países de língua portuguesa, também teve algumas dificuldades em relação à ratificação deste Acordo.”*⁶⁹

Portugal, o país que capitaneou a proposta, torna-se assim o “motivo”, segundo a senadora, para o atraso, por parte do Brasil, de colocar o tratado em vigor. Ainda que os documentos oficiais em Portugal estivessem sendo escritos com base no Acordo desde 2011... Será este um sinal da capacidade de influência de Portugal sobre os demais membros da CPLP ou, pelo contrário, será um sinal de fraqueza explorado pelos adversários do AO?

Independentemente da importância e do papel de Portugal em todo o processo de reforma ortográfica como parte da internacionalização do idioma, é mais significativo realçar que a “internacionalização”, no seu significado mais profundo, não superou inteiramente a sua natureza de proposta de instituição de uma “comunidade lusófona”. Tanto assim é que ainda nos anos 80 do século passado, a própria ideia de criação de uma comunidade lusófona recebeu críticas de várias proveniências como sendo mais uma “tentativa de neocolonialismo”, “mito” e “ilusão”.

Essas críticas foram mais frequentes em Portugal que na própria África, diga-se de passagem, escapando à polêmica o Brasil que, historicamente, é alheio ao eventual significado ideológico-político da expressão “lusofonia”. Mesmo após a proposta de “internacionalização” via CPLP ter sido feita, integrantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, como o ex-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Brites Pereira, que exerceu funções entre 2011 e 2013, utilizavam a nomenclatura de “lusofonia global”, uma expressão confirmada pelo então titular da pasta, Paulo Portas.

⁶⁹ Entrevista da senadora Ana Amélia de Lemos (PP-RS) à Rádio ONU sobre a proposta de adiamento para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico no Brasil. “Brasil deve esperar Portugal para Acordo Ortográfico, diz senadora”. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2012/12/brasil-deve-esperar-portugal-para-acordo-ortografico-diz-senadora/index.html> (consultado em 16 de dezembro de 2012.) Entrevista na íntegra <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2012/12/entrevista-acordo-ortografico/> trecho a partir do minuto 02:09”).

Também por razões históricas e semânticas, a proposta de internacionalização parece ter sido o mais neutra possível e foi seguramente menos polêmica para os demais países da CPLP, no que se refere a uma união em torno da herança comum, a língua.

Neste momento, temos particularmente em conta a iniciativa do governo português de estabelecer uma política de promoção da língua que se consubstanciou no já referido documento coordenado por Carlos Reis.

Ao anunciar a internacionalização e o Acordo Ortográfico, como o braço técnico da proposta, o governo português terá tentado substituir o conceito de “lusofonia” pelo da “internacionalização, que parece revestir a vontade, que Eduardo Lourenço considera mítica, de continuar se aventurando além de suas fronteiras, no mundo.

Será esta internacionalização ou, melhor dito, esta perspectiva de internacionalização uma grande “nacionalização”?

O talento político-natural português para criar e recriar esta realidade não pode ser subestimado. Na década de 50 do século XX, após ter sido largamente criticado pela sua política colonialista, nomeadamente pelos governos britânico, americano e francês, e quando outras potências europeias já haviam aberto mão de suas possessões territoriais na Ásia e na África, o governo autoritário português, presidido por Oliveira Salazar, passou a chamá-las de “províncias e territórios ultramarinos”.⁷⁰

Não há dúvidas de que uma tal perspectiva de “nacionalização” não seria de agrado dos outros Estados da CPLP, mas a questão aqui prende-se com a própria estratégia política do Estado português (na verdade, convocando os vários órgãos de soberania) e o modo como ela se afigura ou não adequada aos interesses de todos.

⁷⁰ Expressão cunhada durante o mandato de Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1961 a 1969.

Ao propor um português internacionalizado, a língua deixaria de ser, na perspectiva do governo português apoiado *fortemente* pelo presidente da República, a de uma só nação com 10 milhões de habitantes, e com tendência a uma queda demográfica, cuja língua é falada por menos de dois por cento dos cidadãos da União Europeia. Portugal abandonaria também a imagem de "obstinado ex-colonizador tardio" de países africanos para inserir-se no cenário internacional como um interlocutor mundial.

Os dados existentes sugerem claramente que esta perspectiva, se bem que nem sempre de forma muito explícita, existiu. Mas a verdade é que também existe concorrência entre os Estados de língua portuguesa, cujos interesses, a despeito da existência da CPLP, nem sempre são convergentes.

Para alguns analistas, o papel de interlocutor mundial tem sido atribuído com maior insistência ao Brasil, por razões óbvias decorrentes da sua dimensão territorial e populacional, como frisou um funcionário do governo brasileiro entrevistado para esta tese:

*“A língua portuguesa, em si, nos concede um status jamais imaginado. Por causa também deste idioma, ganhamos uma dimensão global, de interlocutor privilegiado, pronto para discutir e cooperar para soluções de conflitos na Guiné-Bissau e também no Timor-Leste. Com isso, nos sentamos à mesa, em blocos regionais, como convidados ao lado de países da União Africana e da ASEAN. Nada disso aconteceria tão naturalmente, não fora o português nossa língua oficial.”*⁷¹

No estudo *Internacionalização da Língua Portuguesa*, o coordenador do documento, Carlos Reis, afirma que “a projecção internacional da Língua Portuguesa não corresponde, neste momento, à dimensão do seu universo de falantes”. Este elemento é muito importante para compreendermos o alcance e os limites de uma política de promoção da língua portuguesa no mundo. Com efeito, uma política de língua pode ser baseada numa ideologia linguística ou numa proposta de gerenciamento da língua, como já vimos no contexto de *Language Policy and Planning* (LPP).

Em qualquer dos casos, o número de falantes é relevante, não havendo, em contexto de plurilinguismo, qualquer idioma importante que seja falado por poucas pessoas.

Por essa razão, o projeto do esperanto, como uma espécie de língua universal, falhou. Na política internacional atual, são ainda os Estados ou outras formas de comunidades políticas menores, normalmente assumindo a natureza de nação, que garantem a viabilidade das línguas.

⁷¹ Depoimento anônimo, a pedido do autor.

A formulação de uma política de língua tem implicações em matéria de poder para o Estado que a executa. Carlos Reis afirma, neste sentido, que “não existem políticas inocentes”. No documento, Reis define a “internacionalização” como um “processo eminentemente político de afirmação” e capaz de “garantir e reforçar o prestígio de uma grande língua de cultura: ciência, Internet, tradução e interpretação, negócios, etc.”⁷²

Esta pesquisa baseou-se em consultas feitas a especialistas em ensino do português na Europa e na África e previa que, se fosse bem executada, a política da língua portuguesa poderia começar a render frutos em 10 anos (contados a partir de 2008).

Num momento em que a língua portuguesa descreveria, nas palavras de Carlos Reis, uma “constelação única” de oportunidades para a sua afirmação no mundo, a aprovação do AO e a promoção de uma política de internacionalização da língua ocorreriam em harmonia não só com os interesses da CPLP mas também num contexto favorável a uma maior integração linguística entre os países de língua portuguesa.

É preciso notar que a introdução bem-sucedida do AO nos países de língua portuguesa pode ser o teste inicial, mas ainda não concretizado, para o avanço dos esforços de fazer do português, um dia, língua oficial das Nações Unidas. E não é por acaso que, em vários casos, quem não apoia o acordo também não defende a segunda questão. Com efeito, elas aparecem inextricavelmente ligadas nos seus pressupostos e putativos efeitos. Mas a harmonia não é necessária, nem perfeita, dada a heterogeneidade de perspectivas e de interesses. Por outras palavras, a internacionalização da língua portuguesa é um objetivo da CPLP, mas existem perspectivas diferentes sobre o modo como executá-la. A perspectiva portuguesa é talvez a mais notória, por apoiar-se em documentos publicamente conhecidos e que são claros, mas não deixa de ser apenas uma perspectiva. Além de que, uma política de língua, como qualquer outra política pública, não se prossegue apenas no papel. Falamos de ação política, que, por definição, está sujeita a situações complexas, nomeadamente a tensões e paradoxos.

Vejamos com um exemplo. Segundo a perspectiva portuguesa de internacionalização do idioma, que teve no documento coordenado por Carlos Reis, pelo menos por algum tempo, uma trave-mestra, foram apresentadas medidas concretas e específicas de

⁷²Cf. Internacionalização da Língua Portuguesa – Para uma Política Articulada de Promoção e Difusão, Lisboa, 2008, p.4. Estudo dirigido pelo Professor e reitor da Universidade Aberta, Carlos Reis.

promoção da língua, como foi o caso da proposta aí inscrita de revitalização do Instituto Camões nos moldes do Instituto Cervantes, que representa a experiência geograficamente mais próxima de uma política eficiente de promoção da língua.

Já a exigência da maioria dos países de língua portuguesa era a da institucionalização, em termos inovadores, do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), cuja sede fica na Cidade da Praia, em Cabo Verde.

Claro está que, ao pensarem-se estas realidades, ainda que com objetivos distintos e porventura complementares, surgem divergências, nomeadamente sobre a natureza e o papel destas duas instituições. Os problemas de financiamento de ambas as instituições são sérios e reais, mas estão a jusante da concepção das entidades e da sua finalidade.

No campo dos defensores do AO e da existência de uma política de promoção da língua, há quem tenha posições muito mais avançadas que passam, nomeadamente, pela criação de outras instituições mais integradas e com outras finalidades. E naturalmente, também, com mais recursos.

Voltaremos mais adiante a este assunto, mas, para já, detenhamo-nos em algumas dificuldades. A propósito da internacionalização do português, pouco se falou em Portugal sobre o Instituto Português do Oriente (IPOR), onde o renovado Instituto Camões ainda detém uma ativa participação acionária de 51 por cento. O IPOR tem grande relevância estratégica, segundo a perspectiva portuguesa, para a promoção da língua portuguesa no mundo, por estar na Ásia, o único continente onde a presença do português ainda é frágil, se considerarmos a realidade imediata.

Falou-se pouco sobre o assunto, mas este é importante para Portugal, independentemente dos interesses dos outros países de língua portuguesa. Continua a existir nesta matéria uma competição não declarada entre os Estados da Península Ibérica: Portugal e Espanha. É um exemplo do modo como o passado continua a condicionar o presente e o futuro, mas em que Portugal aparece isolado, sem o apoio da CPLP ou dos Estados que a integram.

A crescente integração e confluência de interesses dos Estados ibéricos, no âmbito da União Europeia, pode até apontar em caminhos contrários.

O passado de Portugal radica na circunstância – para muitos, pouco provável e contrária à geografia – de na Península Ibérica existirem dois Estados independentes que expandiram sua influência para todo o mundo. Hoje em dia, geograficamente, são Estados muito diferentes, dado que a Espanha é muito maior do que Portugal, o que, apesar de tudo, vem hoje sendo contrabalançado com as crescentes pretensões autonômicas de algumas regiões da Espanha.

O que dissemos permite-nos compreender o sentido e o alcance da proposta portuguesa de internacionalização da língua comum. Para além dos ganhos potenciais daí decorrentes para os países-membros da CPLP, a proposta de internacionalização “protege” uma nação em particular, Portugal. E é no quadro complexo da “herança ibérica” que a política de promoção do português se encontra hoje intimamente ligada à política de promoção do espanhol.

Para o professor brasileiro Adriano de Freixo, com a fundação do Instituto Camões em 1992, Portugal iniciou uma política cultural “bastante agressiva” tendente a impedir que o espanhol fosse o único idioma a definir a Península Ibérica. Eis suas palavras:

“(...) Desta forma, e sob esta perspectiva, o Estado português – dentro das suas possibilidades – procurou adotar uma política cultural bastante agressiva de divulgação da língua e da cultura portuguesas no mundo. Como exemplo desta política pode-se citar a atuação do Instituto Camões - que tem por objetivo básico coordenar todas as atividades de promoção e de defesa da cultura portuguesa, bem como da língua, em todo o mundo –, além do investimento na manutenção de quase duas centenas de leitorados em nível docente superior espalhados por Universidades em quatro continentes. A política de articulação do mundo lusófono e de fortalecimento da língua portuguesa – a partir do discurso da “herança cultural comum” – atende a um objetivo estratégico de consolidar a língua portuguesa como uma das línguas mundiais da cultura, impedindo que o castelhano se imponha como o único representante da cultura ibérica, o que acaba sendo uma nova vertente da velha rivalidade com a Espanha e do medo de ser absorvido, de alguma forma, pela vizinha mais poderosa.” (DE FREIXO: 2007 p. 104).

Se na União Europeia, como já referimos, Portugal e Espanha escolhem cooperar, num espaço – “mais” – internacional,⁷³ como é o das Nações Unidas, Portugal reforça sua individualidade cultural, num contexto em que cada país representa um voto.

⁷³ Internacional, e mais internacional, num duplo sentido, por se tratar de relações entre Estados, de acordo com o paradigma clássico do direito internacional, e por assumir assim uma espécie de segunda natureza da afirmação dos interesses de Portugal no mundo global. No campo da regulação internacional existe esta tensão entre os interesses dos Estados e os interesses de entidades paralelas que advogam novos princípios deliberativos. É o caso do que se passa com a ICCAN, Inc.

Ao fazer sua campanha para o Conselho de Segurança, em 2010, Portugal apresentou-se como um país que, devido à sua História de muitos séculos, soube preservar excelentes relações com os mundos islâmico e cristão, assim como com judeus e hinduístas, e que poderá ajudar em qualquer negociação, mediação e operação do Conselho de Segurança através de uma diplomacia preventiva.

Com um discurso universalista e humanista, Portugal venceu o Canadá, que partira com enorme vantagem, assim como, numa tentativa anterior, já havia vencido a Austrália, ou seja, dois países de língua inglesa poderosos e com redes diplomáticas mais fortes que a portuguesa.

Esta ideia de um “Portugal internacional” tem efetivo peso nos esforços diplomáticos portugueses recentes, em todos os campos. Assim é, nomeadamente, no campo da diplomacia econômica retomada pelos governos portugueses liderados por José Manuel Durão Barroso, José Sócrates e Pedro Passos Coelho, tendo como ministro dos Negócios Estrangeiros, respectivamente, António Martins da Cruz, Luís Amado e Paulo Portas.

Os portugueses comuns parecem aceitar com facilidade o argumento da pluralidade, da pessoa que se adapta a qualquer situação, como aliás os movimentos migratórios permanentes na história do país comprovam. Assim também parece acontecer com as suas iniciativas políticas. A natureza desta forma de bricolagem portuguesa pode ser considerada uma das características fortes do “*Portuguese Way of Life*”.

Talvez por isso as ideias do antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, odiado e amado por muitos, em diferentes momentos da História, tenham soado bem alto aos ouvidos de muitos políticos e intelectuais, não só do Estado Novo (incluindo do próprio Oliveira Salazar) e de direita, mas também da esquerda socialista do país, que, triunfante após a Revolução dos Cravos de 1974, abriu o caminho para as ideias de “lusofonia”, “herança comum” e amizade entre os povos de “expressão portuguesa”.

Estas ideias inscrevem-se em correntes transversais ao pensamento português na longa duração, parecendo ter como objetivo manter viva, se bem que em contexto democrático, a imagem grandiosa que os portugueses têm do seu passado iniciado no

século XV com as navegações marítimas e a constituição da primeira rede naval no mundo.

Nesta perspectiva, ressalta também a convicção, para alguns politicamente ingênua ou romântica, de que um “português internacionalizado” é um português que não entra em rota de colisão com nenhum outro país, que não assume nenhum sotaque ou acento e que, teoricamente, pode ser absorvido por todos.

Na entrevista que concedeu à autora desta tese, sufragando esta perspectiva, o antigo presidente português Jorge Sampaio afirmou que o aspecto político da proposta é atribuído a Portugal por questões históricas (Grifo da autora):

***MVG:** Como português e como ex-chefe de Estado, na sua opinião, qual é o objetivo dessa proposta de internacionalização? Alguns analistas diplomáticos dizem que Portugal utiliza esta oportunidade para se afirmar como um país que tem laços com potências emergentes como Brasil e Angola. O sr. concorda?*

***JS:** Quer dizer... eu acho que temos legitimidade para isso. Eu acho que num país mais pequeno que tem relações tão profundas, históricas, com países que são os tais países emergentes, nós estamos a pôr ao serviço de todos aquilo que deve ser um património comum com o que isso pode significar de influência. Claro que uns poderão ser mais influentes do que outros, mas nós não temos complexo a esse respeito. E sabemos perfeitamente que a língua portuguesa serve como língua oficial de unidade nacional em países como Angola e países como Moçambique, e, portanto, isso é fundamental para esses países.*

Atenção: é fundamental para esses países, e é fundamental também para, digamos assim, ficarmos com aquilo que foi o nosso património original; isso é torná-lo mais atual, torná-lo mais científico, torná-lo mais partilhado, torná-lo como um instrumento de progresso desses vários países todos, e, portanto, um instrumento comum. Eu acho que há aqui diplomaticamente, cientificamente, tudo isso, um enorme campo para avançar e que não podemos deixar de lado. O Brasil aqui tem um papel muitíssimo importante porque obviamente o inglês domina em todas as direções. Não acho que haja mal nisso, mas acho que é importante que o português se afirme cada vez mais, digamos, como uma presença efetiva, para nós e para aqueles que falam português também (ANEXO JORGE SAMPAIO).

Ao referir o Brasil, Sampaio repetiu uma associação muito constante em discussões que ocorrem em vários *fora* internacionais quando o assunto é a promoção do idioma: o papel do Brasil e de Portugal na tarefa.

Após a ascensão do novo governo português liderado por Pedro Passos Coelho, em 2011, a promoção do idioma e de Portugal além-fronteiras, na perspectiva há pouco enunciada, tornou-se ainda mais clara pelas palavras do novo chefe da diplomacia

portuguesa, Paulo Sacadura Cabral Portas. Nesta entrevista de rádio, ele falou sobre sua visão para a difusão da língua.

***Rádio ONU:** Alguns analistas dizem que Portugal tem insistido nesta proposta porque é uma maneira de Portugal se afirmar como país que tem relações históricas e boas relações culturais com países emergentes como Angola e Brasil. Como é que o sr. responde a estas críticas?*

***Paulo Portas:** Eu não acho que isso seja uma crítica. Quer dizer, os portugueses só se tivessem privados do seu juízo é que não percebiam como é importante que o mundo perceba a nossa língua. É por isso que eu costumo falar no português da CPLP. (...) E nós conhecemos línguas, por quem temos imenso respeito literário e até clássico, mas que não conseguem sobreviver na globalização. Ora, isso não é verdade no caso do português. Portanto, para mim, faz todo o sentido apostar na internacionalização do português até porque Portugal é um país europeu, sempre foi um país europeu, geograficamente sempre esteve na Europa, mas sempre foi para além de um país europeu, um país marítimo. E este carácter marítimo mundializou a língua. E é por isso, portanto, que apostar no relacionamento com África, apostar no relacionamento com a América Latina, não esquecer a presença do português no Oriente, está absolutamente em linha com os interesses portugueses. Não tem nada de artificial, não tem nada de forçado relativamente à identidade de Portugal moderna e contemporânea.”⁷⁴*

Porém, ao olharmos para as ex-colônias portuguesas e para os demais Estados membros da CPLP, quais são, de fato, as consequências para os milhões de cidadãos que não falam português, dentro do bloco, ou que não o dominam como língua materna, em participar deste contexto de “vantagens” supostamente decorrentes de se falar uma língua comum e de escrever em uma grafia harmonizada?

É a proposta de internacionalização da língua uma vontade das elites culturais e econômicas portuguesas ou uma vontade das elites de língua portuguesa em geral? É uma proposta apropriada só aos Estados (nível político) ou também aos falantes do idioma (níveis individual, cultural)? É a internacionalização um caminho apto a gerar a inclusão ou a exclusão dos cidadãos lusófonos? Concretamente, qual é a percepção política dos governantes dos Estados lusófonos acerca do impacto da internacionalização da língua para as vidas dos cidadãos mais pobres, menos cultos e instruídos, no contexto do desenvolvimento, da literacia e do processo político decisório?

⁷⁴ Entrevista: Paulo Portas, Rádio ONU, 23 de novembro de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/11/entrevista-paulo-portas/> (consultado em 13 de dezembro de 2011).

Em suma: qual é a finalidade do projeto de internacionalização da língua? O que anuncia ela de novo e relevante? Para que caminho aponta?

Numa entrevista à autora desta tese, o escritor moçambicano Mia Couto falou nestes termos de sua preocupação com a “internacionalização da língua”:

“Moçambique tem mais de 21 línguas. Está ainda a construir a sua própria identidade, com base nessa enorme diversidade cultural e lingüística. As línguas de origem bantus não são, como muitos crêem, línguas tribais. São línguas nacionais, tanto como é o português. Numa palavra, estamos ainda construindo a nossa própria lusofonia, partindo do princípio de que este processo pode ser feito sem imposição hegemônica.” (ANEXO MIA COUTO).

Apesar do mito da “pluralidade” e “diversidade” do modo de ser português, com expressão no modo como Portugal colonizou ou como hoje considera outras línguas que convivem com o português, alguns especialistas ressaltam que a imposição da língua portuguesa, especialmente na África lusófona, à exceção de Cabo Verde, foi realizada mas nem sempre de maneira muito suave.

Em seu artigo sobre a colonização na Guiné-Bissau, o professor Peter Karibe Mendy, da Universidade de Providence, nos Estados Unidos, cita o moçambicano Eduardo Mondlane ao falar do processo de aculturação na Guiné-Bissau:

“Guinean (or African) history and culture were totally ignored. Since the objective was to create an African people speaking only Portuguese, embracing Christianity, and as intensely nationalist Portuguese as the metropolitan citizens themselves.”⁷⁵

Vale lembrar ainda que a política de “assimilados” de Portugal na África esperava dos candidatos o domínio da norma culta da língua portuguesa, oral e escrita. Além disso, o “assimilado” deveria interessar-se também pela cultura portuguesa para poder “avançar” econômica e socialmente, o que constitui um sinal de que a “aculturação” estava presente no universo português, e que falar “bem” a língua ou falar do mesmo modo que os colonizadores “elevava” os colonizados na sociedade.

⁷⁵ Peter Karibe Mendy. “Portugal's Civilizing Mission in Colonial Guinea-Bissau: Rhetoric and Reality”. Author(s): Peter Karibe Mendy Source: *The International Journal of African Historical Studies*. Vol. 36, No. 1, Special Issue: Colonial Encounters between Africa and Portugal (2003), pp. 35-58 Published by: Boston University African Studies Center. Nesta citação, Karibe Mendy menciona Eduardo Mondlane. *The Struggle for Mozambique* (Harmondsworth, UK, 1969), 60.

Com a criação da CPLP no século XX, a intenção de usar o bloco para uma maior afirmação internacional de seus Estados membros, de forma equilibrada e consentânea com seus interesses, parece ser justa. Este princípio é “imperativo” e é parte da declaração constitutiva da CPLP logo em seus primeiros parágrafos:

“Os Estados-membros consideram imperativo:

*- Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum;”*⁷⁶

Mas a realidade demonstra ser bem mais difícil de interpretar do que os objetivos sobre ela formulados, como se poderá ver contextualmente a propósito da execução do AO.

5. O ACORDO ORTOGRÁFICO: NOVAS REGRAS, ANTIGAS DESAVENÇAS?

O novo Acordo Ortográfico, que data de 1990, levou 19 anos para ser implementado voluntariamente por um primeiro país no âmbito da CPLP. E este processo teria consumido ainda mais tempo se não tivesse havido uma revisão das condições anteriores para sua entrada em vigor, que previam a ratificação por todos os países de língua portuguesa.

Numa tentativa de acordo anterior à de 1990, realizada em 1945, houve um desentendimento entre Portugal e Brasil, e este último retornou à escrita de 1943, deixando Portugal caminhar sozinho com as mudanças. Vejamos o quadro:

⁷⁶ Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Firmado em 17 de julho de 1996. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/deaf/cplp/Declaracao%20Constitutiva.htm> (consultado em 6 de novembro de 2011).

Acordo Ortográfico Proposto pela Academia Brasileira de Letras, 1907, completado em 1912.	
Reforma Ortográfica proposta por Portugal, 1911.	Unilateral. Só vai ser adotada na década de 1920. Júlio Dantas, ministro da instrução pública em Portugal assina portaria 2553 de 29 de novembro de 1920.
ABL aceita reforma portuguesa em 1915, mas a revoga em 1919.	
1922 Mário de Andrade anuncia sua <i>Gramatiquinha</i>	
1931 Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro. Coordenado pela ABL e pela Academia de Ciências de Lisboa. 1934 Decreto presidencial de Getúlio Vargas revoga reformas e Brasil volta à norma anterior à de 1931. 1945 Conferência Inter-Acadêmica de Lisboa para Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa. 1971 Brasil aprova mudanças na sua própria ortografia. (Lei 5.765) 1986 Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (discussões não-normativas). 1990 Acordo firmado pelos sete países lusófonos (à exceção de Timor-Leste). 2009 Brasil é o primeiro país a implementar o tratado (após ratificação de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). 2012 Brasil anuncia adiamento da entrada em vigor do Acordo Ortográfico, fixando a nova data para 2016, mesmo ano anunciado por Portugal para entrada em vigor do documento.	Primeiro Acordo entre os dois países Brasil e Portugal adotam mudanças em dezembro de 1945. Brasil rejeita acordo em outubro de 1955. (Decreto-lei 2.623 de 21/10/55).

Ao observamos o percurso das reformas ortográficas do passado, iniciadas pelo Brasil ou por Portugal, não raros foram os casos de retorno ao *status quo* anterior, à “moda antiga” de se escrever, configurando uma desarmonia absoluta da escrita. Decisões essas motivadas, muitas vezes, por ideologias políticas, nacionalistas ou puristas. O fato de haver um acordo não significava que houvesse também uma implementação efetiva do mesmo e uma adesão às novas regras. Curiosamente, os últimos eventos sobre o atual acordo não apontam para uma direção muito diferente das já vistas. Mas a trajetória do tratado pode mudar justamente por causa da CPLP, desta vez.

Um fator importante para entendermos o AO do momento está ligado à concepção da CPLP. Ao ser fundada em 1996, a organização, reconhecidamente global, não tinha, pelo menos de forma institucional, um “português internacional” para acompanhá-la em

sua missão. A CPLP passou 13 anos de sua existência sem saber ao certo em que variante escrever ou emitir documentos, comunicados e resoluções. Somente em 2009, quando o Brasil implementou o AO, é que se pôde começar a falar num português internacionalizado, numa escrita harmonizada. Mesmo assim, o português da página da CPLP lembra menos uma escrita harmonizada. Um dos desafios da língua portuguesa, nos séculos XX e XXI, ao tentar obter maior projeção fora de casa, era, sem dúvida, a superação da confusa forma de duas ortografias coexistindo, lado a lado, em situações nem sempre pacíficas.

Cinco anos após a implementação voluntária do Acordo pelo Brasil e mais de três anos depois da implementação por Portugal, nomeadamente na mídia, o assunto ainda é evitado, diplomaticamente, no seio da CPLP, uma vez que, no momento de produção destas linhas, os dois maiores países lusófonos na África ainda não anunciaram aderir *totalmente* às mudanças ortográficas. E, coincidentemente, a presidência rotativa e dos últimos anos tem sido ocupada pelos dois países africanos em questão.

Em Angola, por exemplo, estudantes de escolas primárias enfrentam um dilema, para muitos de caráter profundamente filosófico e ideológico, de duas escritas: a brasileira e a portuguesa. Já no Timor-Leste, logo após a independência do país, em 2002, quando capacitadores brasileiros chegaram com seus livros didáticos e ofertas de ajuda para a jovem nação, muitos rejeitaram a caridade ao considerar a grafia brasileira “repleta de erros de gramática e ortografia”.

Perante vários exemplos desta natureza, não foi difícil chegar-se à conclusão de que para “internacionalizar” era preciso, primeiro, “padronizar”.

Numa entrevista de rádio, o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso falou sobre o problema da duplicidade ortográfica. O ex-estadista reclamou do fato de ter que firmar dois contratos diferentes para publicar seus livros na mesma língua.

“Eu, quando assino contratos para publicar meus livros, é separado: a editora de Portugal é uma coisa e a do Brasil outra, porque a grafia não serve. Eu acho que nós precisamos ter que

levar a sério os acordos ortográficos e levar a sério a necessidade de uma internacionalização do português.”⁷⁷

Ao se decidirem, inicialmente, pelo AO, implementado pelo Brasil em 1 de janeiro de 2009, os países de língua portuguesa acertaram as bases do processo de internacionalização do idioma, pelo menos da forma como é conhecido dentro das fronteiras de seus Estados: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Lembremos, porém, que Timor-Leste não participou, por razões históricas, do início do acordo por ainda não existir como país à época e se verifica uma exclusão parcial da Guiné-Equatorial, por aí o português ter um estatuto particular.

Ao tentar eliminar a dualidade das variantes escritas brasileira e portuguesa, as oito nações, aparentemente, pretendiam apresentar ao mundo uma “frente unificada”. Mas dentro do próprio bloco havia “visões diferentes” sobre o assunto. Em Portugal, a resistência ao Acordo foi mais presente em alguns setores da sociedade que no próprio governo da época, liderado pelo Partido Socialista. Uma petição na internet contra o Acordo angariou mais de 100 mil assinaturas, em poucos meses.⁷⁸

O resultado quantitativo da ação representava o dobro do número de pessoas que firmaram um outro abaixo-assinado pedindo que o português se tornasse língua oficial da ONU. Ainda que saibamos que a decisão de fazer um idioma língua oficial da organização caiba somente aos membros da mesma através de uma resolução da Assembleia Geral, a consulta popular espontânea, no entanto, não deixa de ser digna de atenção. Estes números representam também dados que ajudam a revelar a extensão “do pulso e paixões populares” sobre os dois temas. Portugal então anunciou que implementaria o Acordo, em fases, com a introdução das novas regras nas escolas até o ano letivo de 2012, o que efetivamente veio a acontecer, com aceitação por parte dos professores e sem maiores dificuldades por parte dos alunos.

⁷⁷ Fernando Henrique Cardoso em entrevista à Rádio ONU em 21 de setembro de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/09/fernando-henrique-diz-que-brasil-deve-investir-mais-em-politica-da-lingua/> (consultado em 8 de outubro de 2011).

⁷⁸ Petição em Defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico. Disponível em <http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa/> (consultado em 25 de fevereiro de 2012 quando havia 113 206 assinaturas até 10 de maio de 2009).

Alguns órgãos de mídia e imprensa abraçaram as reformas, outros continuaram com a escrita antiga incluindo o prestigiado diário *Público* que faz reservas ao acordo. Para o linguista português João Malaca Casteleiro, um dos autores do Acordo Ortográfico em representação de Portugal, o tratado era o melhor que se podia produzir naquele momento. Nas suas palavras,

“O problema é que andamos há um século à procura do acordo perfeito. Não se conseguiu em 1945, não se conseguiu em 1986. Conseguiu-se em 1990. Não será o acordo perfeito. Não é ótimo, mas é bom, como diz o professor Evanildo Bechara. É evidente que ele pode ser aperfeiçoado, no futuro”.

E ainda:

“Neste momento, há um Acordo Ortográfico que foi aprovado, e é este. E é este que é preciso pôr em vigor. Depois limam-se as arestas e encontram-se algumas correções, de que porventura, ele precise.”⁷⁹

Estudiosos do AO, como o gramático brasileiro Evanildo Bechara, afirmam que o tratado atual se assemelha “muito ao anterior de 1945” aproximando a escrita brasileira ainda mais da portuguesa, e não o contrário como contra-argumentam os opositores do Acordo, em Portugal.

Em sua obra *O Conceito do Político*, 1927, Carl Schmitt nos lembra que para que o aspecto político de uma questão seja estabelecido é mister produzir a figura do inimigo.⁸⁰

O “inimigo”, neste caso, se apresenta através da percepção e da concepção de “uma estranha variante escrita” que pode pôr em perigo a “identidade” e, por que não dizer, numa construção hiperbólica, a “existência” de todo um povo ou uma nação representada por uma variante claramente estabelecida do português, e, na realidade, a primeira usada em nível global: o português de Portugal. O Prêmio Nobel de Literatura José Saramago, embora não tenha se oposto ao acordo publicamente, demonstrou que as mudanças não eram dignas de “desacordos.” Numa entrevista, registrada em vídeo, ao jornal *Folha de São Paulo*, em outubro de 2008, ele revela nas entrelinhas que Portugal

⁷⁹Cf. João Malaca Casteleiro em “Panorama BBC Especial discute o acordo ortográfico.” 22/01/2009. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/multimedia/2009/03/090302_panoramadebate.shtml (consultado em 20 de janeiro de 2011).

⁸⁰ Cf. Carl Schmitt. *The Concept of the Political*. The University of Chicago and London, 1996-2007. Primeira edição data de 1927, edição aumentada em 1932.

perdeu a chance de “impor sua grafia / norma ortográfica”, ao deixar de dispor de poder demográfico e geopolítico:

“Se o português quer ganhar influência no mundo tem de apresentar-se com uma grafia única. Se nós em lugar de termos 10 milhões de habitantes, tivéssemos 140 milhões, provavelmente nós teríamos imposto ao Brasil e aos outros países a nossa grafia. Enfim, facilitando algumas mudanças para deixar toda gente contente. Mas era a nossa que estava ali. Mas não, acontece que os 140 milhões, se não são mais, estão aqui”.

E acrescenta:

“É que o Brasil tem no conceito internacional uma presença que nós não temos, servida por muita coisa, pelo seu próprio desenvolvimento econômico, pela sua própria situação, digamos, estratégica do ponto de vista comercial (...) a norma brasileira que nós, enfim, por uma questão de hábito, custamos um pouco a aceitar.”⁸¹

A oposição enfrentada pelo AO em Portugal, ainda em seus primeiros momentos, pode ser interpretada também pela insistência saudosista de alguns portugueses em querer manter a língua intacta. Como observa Alfredo Margarido, a língua teria se tornado para os portugueses uma espécie de “último recurso de prestígio histórico.”

Nas suas palavras,

“Os portugueses foram obrigados a renunciar à dominação política e económica, mas procuraram assegurar o controle da língua. O drama do herói cómico provocado pelo acordo ortográfico luso-afro-brasileiro deriva dessa inquietação: se a língua não for capaz de assegurar a perenidade da dominação colonial, os portugueses ficarão mais pequenos. A exacerbação da «lusofonia» assenta nesse estrume teórico, que, espera-se, virá a ser revisto, para considerar a vontade do Outro.”⁸²

Mesmo sem apresentar, até àquele momento, uma política da língua sistematicamente definida, o Brasil foi, como se disse, não obstante o que se passou depois, o primeiro país a implementar o AO enquanto os demais esperavam para fazê-lo.

Em 1 de janeiro de 2009, quando a nação sul-americana adotou as mudanças da ortografia, Portugal, quase que ao mesmo tempo, enfrentava uma oposição organizada ao novo tratado. Cerca de três meses após a implementação voluntária do Acordo pelo

⁸¹ José Saramago na Sabatina *Folha de São Paulo* – Acordo Ortográfico. Entrevista concedida em outubro de 2008. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=SauiwIEEr1k> (consultado em 21 de janeiro de 2012).

⁸² Alfredo Margarido. *A Lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa, 2000. Edições Universitárias Lusófonas, p. 57.

Brasil, o jornal português *Correio da Manhã* encomendou uma pesquisa de opinião que mostrava que 57,3 por cento dos portugueses estavam contra a mudança e apenas 30,1 por cento a favor.⁸³

Uma das vozes contrárias ao Acordo mais divulgadas logo em 2008 foi a do escritor e então eurodeputado português Vasco Graça Moura, o primeiro a assinar a petição que correu na internet em maio de 2008. Mais de dois anos depois, em janeiro de 2011, o documento havia angariado a simpatia de 126.154 pessoas. Em 23 de janeiro de 2010, Graça Moura insistia na “ilegalidade” do tratado durante uma entrevista à rede portuguesa RTP (Grifo da autora):

*“Devo dizer que considero o acordo ortográfico um chorrilho de asneiras, absolutamente incompatível com a dignidade da língua portuguesa e da identidade do nosso país, não por qualquer espécie de nacionalismo exacerbado, mas porque o acordo é completamente desajustado à maneira como nós falamos a nossa própria língua, e quando digo nós não digo apenas os portugueses de Portugal, digo os que falam português em Angola, em Moçambique, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, em São Tomé e até em Timor.”*⁸⁴

E após mencionar todos os demais países à exceção do Brasil, na tentativa de angariar adeptos à sua causa, Graça Moura acrescenta:

*“(...)As vogais, no Brasil, são abertas, e em Portugal tendem para o emudecimento. Por isso, quando estão lá um ‘p’ ou um ‘c’ ditos mudos (impropriamente chamadas consoantes mudas), estão lá porque têm uma função, que é a de abrir a vogal que as antecede. Isto é absolutamente fundamental.”*⁸⁵

Na perspectiva oposta, Vasco Graça Moura esqueceu que a língua é “própria” de todos os falantes.

Os seus argumentos foram fortemente contrariados pelos defensores do Acordo, entre os quais se ouviram vozes muito respeitadas na academia portuguesa, como são os casos dos professores jubilados Fernando Cristóvão, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e Maria Helena da Rocha Pereira, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁸³ Cf. Reportagem da BBC Brasil “Maioria dos portugueses é contra a reforma ortográfica”. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090319_ortografia_portugal_rc.shtml (consultado em 1 de dezembro de 2010).

⁸⁴ Cf. “O (des) acordo ortográfico segundo Vasco Graça Moura”; 23 de janeiro de 2010. Entrevista ao programa Bom Dia, Portugal da RTP, reproduzida em Minha Agenda e disponível em <http://aminhaagenda.aroucaonline.com/2010/01/23/23-de-janeiro-de-2010-o-desacordo-ortografico-segundo-vasco-graca-moura/> (consultado em 20 de janeiro de 2011).

⁸⁵ *Idem et ibidem.*

O que é mais importante para quem fala uma língua é vê-la crescer, dinamizar-se, ganhar corpo, forma, libertar-se para conquistar vastos e inimagináveis horizontes num mundo globalizado, com poder e prestígio, ou tê-la sob controle de um território, grande ou pequeno? Contra toda a retórica produzida num sentido e noutro, e independentemente dos interesses reais de cada pessoa, esta parece ser a questão.

Com isto não podemos dizer que estamos perante posições ingênuas. Em ambos os lados, houve capacidade de projeção nos meios de comunicação social e, à semelhança de uma campanha eleitoral, repetiram-se os mesmos argumentos.

Para alguns adversários do Acordo, como Vasco Graça Moura, a harmonização ortográfica do português consubstancia uma manifestação de poder. Essa interpretação é muito clara quando Vasco Graça Moura fala da “nossa própria língua”, na qual inclui os falantes africanos, por oposição ao modo de falar dos brasileiros. Sobre este ponto, é de notar que alguns linguistas contestam a pertinência científica de se falar de uma norma luso-africana, como se não houvesse diferenças.

Se a questão é de poder, a que tipo ou tipos de poder se referia Vasco Graça Moura? Ao poder político? Ao poder cultural? Ao poder económico? Ao poder histórico? Nestes cenários, com certeza diferenciados, para que lado ou lados do pêndulo de um “português harmonizado” irá se movimentar com mais determinação?

A questão é antiga. A relação das chamadas línguas imperiais (**SLOTERDIJK: 1994**) e de suas variantes internas foi analisada pelo escritor espanhol Baltasar Gracián em sua obra *El Político don Fernando el católico* (1640) de um modo magistral, porque indireto.

Ali, Gracián comparou as distintas realidades das monarquias francesa e espanhola. No caso da última, ele refere que:

*“Onde existem muitas províncias, nações diferentes, várias línguas, inclinações opostas, climas encontrados, assim como é mister grande capacidade para conservar o é também muita para unir”.*⁸⁶

O autor acreditava que o fato de a França ter “uma língua, um clima, uniformidade de leis e semelhanças de costumes” era uma espécie de “muralha para a conservação do país”.⁸⁷ Mas essa realidade não surgiu do nada. A França muito cedo sempre soube “defender e conservar” o idioma francês oficial contra os vários “dialetos” ou línguas locais. Ainda no século XVII, no país fundou a Académie Française, uma obra de Richilieu, para “proteger” seu idioma dos “ataques externos”. Em contrapartida, o francês foi preservado e elevado, em detrimento de outras línguas locais.

Com a língua portuguesa, hoje mais de 400 anos depois do que escreveu Gracián, não se notam muitas diferenças. Ainda que não existam “várias línguas oficiais” dentro das duas nações mais antigas de línguas portuguesa (à exceção, curiosamente, do mirandês em Portugal, com seu estatuto de língua regional oficial), há sim, por parte de alguns falantes, a percepção da sobreposição de uma “escrita” à outra, que, na opinião dos opositores do Acordo, poderá destruir “a muralha da conservação” deste ou daquele país. O Acordo Ortográfico só modificou, em média, sensivelmente um por cento dos vocábulos (esta questão é controvertida, mas qualquer que seja o peso das mudanças não parece decisivo, a não ser na perspectiva de que se trata de uma mudança mental). No Brasil, as mudanças são de 0,5 por cento e em Portugal de 1,6 por cento. Trata-se de percentagens muito baixas para os níveis dinâmicos de uma língua viva. Mas o receio de alguns portugueses, no entanto, é o do “abrasileiramento” da língua, como explicou a professora da Universidade de Lisboa e opositora do Acordo Maria Alzira Seixo.

“Eu acho que há três problemas fundamentais: o político, o social e o econômico. Portugal é um país secundaríssimo na União Europeia. E muito em breve, o português internacional que possa ganhar um lugar será o português do Brasil, naturalmente.

*(...) A outra questão é que a ortografia é apenas um aspecto da língua, mas a língua é um encadeado de aspectos em que nenhum é secundário. E a ortografia mudando vai, com o decurso dos anos, transformar a nossa estrutura da língua.”*⁸⁸

⁸⁶ Cf. Baltasar Gracián. *El Político*. p. 17, Barcelona, 2007.

⁸⁷ *Idem et ibidem*.

⁸⁸ Cf. Maria Alzira Seixo. “Panorama BBC Especial discute o acordo ortográfico.” 22/01/2009. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/multimedia/2009/03/090302_panoramadebate.shtml (consultado em 20 de janeiro de 2011).

Curioso notar aqui, novamente, a confusão entre as normas oral e escrita, uma vez que as mudanças nas regras ortográficas não alteram, salvo porventura em raras situações, a forma como a língua é falada. O argumento em sentido contrário utilizado pelos adversários do Acordo – como seja o argumento de que com supressão das consoantes mudas haverá a tendência para deixar de abrir as vogais – parece não fazer sentido dado o poder de fixação da língua falada por parte dos meios de comunicação audiovisuais.

Mas a professora Maria Alzira Seixo não está sozinha na defesa de suas convicções contra o Acordo. Ainda que não tenha firmado a petição do Acordo até à presente data, o respeitado escritor moçambicano Mia Couto é outro homem das letras que discorda da proposta, mesmo que pacificamente:

“Não. Não faço guerra contra a reforma, mas acho absolutamente absurdo o fundamento da necessidade de fazê-la. Evidente que é uma coisa convencional, não vai mudar a fundo as coisas, mas as implicações que isso tem do ponto de vista económico acabam sempre por sobrar para os países mais pobres. Com esse dinheiro podem fazer-se coisas mais importantes como, por exemplo, ampliar o conhecimento que temos uns dos outros. Circulo por São Paulo e grande parte das pessoas nem sabe o que é Moçambique. Nunca tive dificuldade em ler livros escritos na grafia brasileira; muito pelo contrário, me satisfaz muito haver essa diferença. No fundo, há uma familiaridade e uma estranheza que são importantes de estar registadas. Acho que a reforma não faz sentido, não subscrevo.”⁸⁹

Em uma gentil entrevista para esta tese, Mia Couto opinou sobre o que achava ser o motivo de Moçambique não ter ratificado o Acordo até o início de 2012, três anos após o Brasil ter implementado o tratado.

“(...) Os moçambicanos que falam português são orgulhosos do “seu” português, das suas particularidades lexicais e fonéticas. Mas o verdadeiro motivo tem a ver com as dificuldades técnicas e financeiras para implementar esses acordos. Há um pouco essa ideia de que quem decidiu agora que acarrete com as consequências” (ANEXO MIA COUTO).

O custo também foi o motivo apontado pelo governo de Moçambique, inicialmente, para não avançar com o Acordo. Ao discursar na CPLP, em 5 de maio de 2011, para marcar o Dia da Língua Portuguesa, o ministro da Cultura moçambicano, Armando Artur, afirmou que a proposta do acordo não estava “suficientemente clara” para a sociedade moçambicana, e informou que o “governo do país deveria gastar 111 milhões de dólares” para fazer valer o documento.

⁸⁹Cf. *Isto é Independente*. Entrevista de Jonas Furtado a Mia Couto “Não à Reforma Ortográfica”, 26/09/2007. Disponível em http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/3254_NAO+A+REFORMA+ORTOGRAFICA (consultado em 25 de novembro de 2009).

Armando Artur afirmou, no entanto, que Moçambique ratificaria o acordo a seu tempo, mas que antes havia alguns “ajustes” a serem feitos, “logísticos e linguísticos”, e que estes últimos passavam pelas “línguas nacionais”.

*“Vamos ratificar o acordo, sim, mas antes o mesmo deve ser do conhecimento dos moçambicanos. O Governo não está alheio também à necessidade de padronização da ortografia das línguas nacionais. O trabalho que está sendo feito pela academia no sentido de harmonizar e disseminar a grafia das línguas moçambicanas tem merecido de nós o mesmo cometimento que temos para com a língua portuguesa. As línguas nacionais não só constituem património nosso, como são um instrumento indispensável na formação e educação dos nossos concidadãos.”*⁹⁰

Parece-nos óbvio que a preocupação do ministro com a “preparação do terreno” antes da implementação do Acordo não é só linguística, mas também política. O valor da despesa apontado pelo governo moçambicano para implementar o Acordo surpreendeu até Gilvan Müller de Oliveira, o diretor-executivo do IILP, durante uma entrevista que concedeu à televisão de Cabo Verde (TCV) sobre o tema. Müller de Oliveira afirmou desconhecer que o Brasil, que implementou o Acordo, tivesse pagado o mesmo valor que Moçambique afirmava ter que gastar. Segundo ele, o argumento financeiro parecia ser precisamente, o argumento usado por opositores do tratado.

*“Eu participei, pessoalmente, da Comissão de Implementação no Brasil, e nós justamente não tivemos esses custos. Embora o Brasil tenha um sistema escolar muito maior, uma produção muito maior de livros didáticos, um parque editorial muito maior, no caso de Moçambique, absolutamente não houve esses custos.”*⁹¹

Ainda na África, o Acordo é defendido por um outro escritor, o angolano José Eduardo Agualusa, que descreveu a harmonização das duas grafias como um alívio futuro principalmente para os estudantes angolanos, que teriam que conviver com as escritas brasileira e a portuguesa, até que Angola decidisse aderir às mudanças.

“Neste momento, em Angola, o que acontece é que no mesmo território existem livros com duas grafias, do Brasil e de Portugal. Portanto, temos, na prática, duas ortografias vigentes. Ainda por cima em um país cujo grande desafio é a alfabetização das populações”, diz Agualusa. O Acordo vai facilitar a circulação do livro neste espaço de língua portuguesa e, por outro lado, é importante também para a afirmação internacional da língua, uma vez que poderemos

⁹⁰ Alocução do Ministro Armando Artur na CPLP em 5 de maio de 2011 conforme consulta no blog de Eduardo Quive em 7 de junho de 2011. Disponível em: <http://quivismo.blogspot.com/2011/05/entrada-de-mocambique-no-novo-acordo.html> (consultado em 7 de junho de 2011).

⁹¹ “A Entrevista.” Gilvan Müller de Oliveira. TCV, Televisão de Cabo Verde. 12 de outubro de 2011, 2ª. parte. Disponível em http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=41&id_cod=12861&nome_programa=A+Entrevista&data=2011-10-12&codigo= (consultado em 13 de dezembro de 2011).

apresentar uma única ortografia nos fóruns internacionais. (...) Os portugueses têm muito a ganhar porque vão poder entrar no grande mercado brasileiro.”⁹²

Numa coluna publicada em 2007, no jornal *Gazeta do Povo*, o professor da Universidade Federal do Paraná Carlos Alberto Faraco defendeu o Acordo, de forma apaixonada, e previu o processo “inevitável” de internacionalização do idioma.

“[...]Portugal transformou a duplicidade de ortografias em um instrumento político para embaraçar a presença brasileira, seja nas relações com os demais países lusófonos, seja na promoção internacional da língua. No fundo (embora isso nunca seja claramente dito), Portugal teme a “brasilianização” da língua (afinal, 85 por cento dos falantes estão aqui) e tenta nos neutralizar, praticando uma política da língua que busca sempre nos deixar em plano secundário.”⁹³

“Há, por exemplo, sob o pretexto da diferença ortográfica, impedimentos à livre circulação de livros com a ortografia brasileira nos demais países lusófonos. Isso aumenta os custos editoriais: o mesmo livro, para circular em todos os territórios da lusofonia, precisa ter duas impressões diferentes. [...] Superar essa situação é condição necessária para orientarmos novas maneiras de gerir politicamente a nossa língua e garantir sua projeção, seja no interior dos próprios países que a têm como oficial (nestes, com exceção de Brasil e Portugal, ela não é ainda sequer hegemônica), seja no plano internacional.”⁹⁴

Se na citação anterior se verifica uma crítica de Faraco a Portugal, também é verdade que o mesmo critica o Brasil. Com efeito, o professor paranaense reconhece, também, que se houve tanta diferença, por décadas seguidas com ortografias diferentes nos dois países, isso se deveu à resistência brasileira em relação à norma europeia.

Em seu artigo intitulado *Novo Acordo Ortográfico*, ele menciona a duplicidade dos sistemas ortográficos devido à decisão do Brasil de não aderir ao Acordo, firmado em 1945, com Portugal. Na época, o Brasil decidiu manter a ortografia de 1943 causando o desequilíbrio que iria perdurar por mais de meio século. Mas após a decisão da “internacionalização” em 2008, o Brasil parece ter iniciado sua parte em harmonizar o idioma.

Vejamos o que disse o chanceler brasileiro na época:

“Devemos investir mais na promoção da língua portuguesa. O Acordo Ortográfico, que começa a ser implementado pelos membros da CPLP, dará um sinal claro do grau de coordenação que

⁹² Eduardo Agualusa em BBC Brasil. “Brasil adota reforma em meio a incerteza”. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/01/090122_reformaabreiracemarw_tc2.shtml (consultado em 7 de dezembro de 2010).

⁹³ Cf. Carlos Alberto Faraco. “Uma Mudança Necessária”. *Gazeta do Povo de Curitiba* em 2/10/2007.

⁹⁴ *Idem et ibidem*.

atingimos. Tornará também mais fácil a adoção do português como língua oficial em organismos multilaterais, especialmente nas Nações Unidas.”⁹⁵

As declarações, proferidas em 2009, são do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, perante uma plateia portuguesa, em Portugal, quatro dias após o Brasil ter saído na frente com a implementação do Acordo Ortográfico e quando Portugal ainda estava tratando de defender a reforma com setores da sociedade que se opunham, fortemente, às novas regras.

Como já vimos, uma das críticas dos opositores do AO, em Portugal, eram as mudanças que seriam feitas e a outra era o “perigo” de o idioma ser “dominado” pela variante brasileira. Mas outras vozes divergiam dos mais receosos, como, por exemplo, a de Ivo Castro, professor da Universidade de Lisboa, que, em 1998, já havia afirmado que:

“Há em muitos portugueses sobrançeria em relação ao Brasil, há a velha ideia de que os brasileiros não falam como seria de desejar a nossa língua, quando nunca é demais recordá-lo, do ponto de vista fonético, as vogais deles são as vogais de Camões. Nós é que mudamos.”⁹⁶

Para Ivo Castro, há muito que a língua deixou de ser só do pequeno país europeu.

“O seu futuro – diz o ilustre acadêmico português – pertence a quem maioritariamente a usa, ou seja, está nas mãos dos brasileiros, e é natural que seja assim.”⁹⁷

É importante retomar esta questão porque ela retrata o que de mais profundo têm os povos, com reflexos no modo como enfrentam os seus desafios. Esta crítica de Ivo Castro transmuta-se em uma outra, que pode ser feita tanto a portugueses como a brasileiros: a dificuldade para agir em tempo oportuno estabelecendo prioridades, como acontece em relação à promoção do seu idioma.

O processo que levou à aprovação do AO caminhou um longo percurso até ser implementado pelo Brasil em 2009. Esta demora acabou sendo prejudicial, segundo o professor Faraco.

⁹⁵ Palestra do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal - Lisboa, 05/01/2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteroes/palestra-do-ministro-das-relacoes-exteroes-do> (consultado em 22 de outubro de 2011).

⁹⁶ Ivo Castro em Mesa Redonda no livro *Lusofonia: uma História, um Projecto. Uma Questão*. Discursos Número 15, Universidade Aberta, Abril de 1998, Lisboa. p. 73.

⁹⁷ Ivo Castro, *Ibidem*.

“A hesitação de Portugal para aderir, na prática, ao tratado fez com que outros países de língua portuguesa, especialmente os africanos, esperassem para saber que rumo tomar.”⁹⁸

É que o AO não se resume só às modificações e adaptações na grafia. Existem outras implicações práticas, que culminam potencialmente em resultados econômicos palpáveis. Sendo a única língua latina com duas grafias oficiais (a brasileira e a portuguesa), o português tornou-se um empecilho em si mesmo.

Este empecilho simbolizado pela língua é, afinal, um empecilho mais vasto que se liga às relações entre os países. Em primeira instância, ao relacionamento entre Brasil e Portugal, mas também envolvendo os novos países de língua portuguesa.

Expliquemo-nos: logo após o fim da guerra civil de Angola e o restabelecimento das aulas em escolas, o Brasil enviou para o país africano livros didáticos para ajudar na formação de estudantes.

Os mesmos não puderam ser “aproveitados” porque continham um “português diferente”. Anos depois, como já mencionamos, isso também ocorreu no Timor-Leste. Desta vez, os livros eram acompanhados, pessoalmente, por professores brasileiros, que iriam ajudar a alfabetizar gerações inteiras de timorenses que deixaram de estudar português com a invasão da Indonésia.

Mas o material foi enviado de volta por conter “uma grafia errada” da língua portuguesa. Vejamos o que, a este propósito, dizia o diplomata brasileiro João Alberto Dourado Quintaes:

“Na realidade, esse Acordo Ortográfico foi bom para o Brasil porque permitiu que possamos realizar a nossa cooperação Sul-Sul e também levar os livros didáticos brasileiros à África e ao Timor” (ANEXO DOURADO QUINTAES).

Este é um bom exemplo de uma situação anormal. Com efeito, o Brasil é, atualmente, um dos maiores produtores de livros didáticos do mundo. Trata-se de um mercado que, certamente, pode tornar-se mais lucrativo com uma grafia harmonizada. E um dos debates mais frequentes nas épocas de discussões calorosas sobre a implementação do

⁹⁸ Carlos Alberto Faraco. “Novo Acordo Ortográfico”, 31 de janeiro de 2010, Parábola Editorial, disponível <http://www.parabolaeditorial.com.br/downloads/novoacordo2.pdf> (consultado em 7 de novembro de 2011).

Acordo era justamente o rentável mercado livreiro. Alguns portugueses acreditavam que o Brasil invadiria suas livrarias e bibliotecas levando à bancarrota as editoras de Portugal. Mas o contrário também é digno de ser analisado. Livros portugueses poderão igualmente ser vendidos num mercado de quase 200 milhões de consumidores, sem ônus de “adaptação” ou “tradução”. Este é um bom exemplo de como a mesma realidade pode ser vista de maneiras diferentes, segundo as ideologias de cada um. Falamos tanto de ideologias políticas como de credos econômico-financeiros.

Um dos argumentos mais frequentes entre os livreiros portugueses era o de que o Brasil, com a reforma ortográfica, teria a oportunidade de entrar no mercado africano de livros didáticos, que está em forte expansão, principalmente em países emergentes como Angola e em Moçambique, onde existe um grande esforço de alfabetização. Até então, este mercado era dominado, amplamente, por editoras portuguesas.

Com efeito, quem em Portugal, ou nos países africanos de língua portuguesa precisa de ler um autor de língua portuguesa, como José Saramago, “traduzido” para o português brasileiro? São as próprias noções de língua portuguesa e de tradução que estão em causa. Se Unanimo dizia que entre portugueses e espanhóis não havia necessidade de tradução, por maioria de razão, podemos afirmá-lo em relação a portugueses e brasileiros. Cremos mesmo que neste caso se trata de uma impossibilidade lógica, tanta é a diversidade linguística no seio de cada país, como é o caso de Portugal. No norte do Concelho de Coimbra poucos conhecerão expressões utilizadas no sul do mesmo Concelho, como sejam “escardossa” ou “quelha”...

Podemos argumentar, sem muito esforço, que a tradução de obras do moçambicano Mia Couto seria até totalmente inapropriada dados os neologismos e a originalidade de estilo do referido autor que contribuem para o enriquecimento da língua comum. É preciso que nos entendamos, e esta não é uma questão de opinião mas antes eminentemente científica. Com a convicção da unidade da língua portuguesa, sem prejuízo de sua grande diversidade, muitos aspectos que antes causavam sectarismos e divisões caem por terra e, com eles, muitos interesses nem sempre declarados.

A harmonização do vocabulário (que não se confunde necessariamente com a utilização das mesmas palavras para identificar as mesmas realidades) é outro passo iniciado, no âmbito do processo de harmonização, pelo IILP, uma vez que diferenças lexicais ainda podem causar certa reflexão na hora de fazer leituras de textos gerados em Portugal, no Brasil, no Timor-Leste ou ainda nos países africanos lusófonos.

De um outro ponto de vista é ainda necessário perspectivar o sentido do AO.

No fim de 2011 e início de 2012, qualquer leitor atento às mídias brasileira e portuguesa podia constatar o início de mais polêmicas sobre a natureza do AO e a “necessidade” de questioná-lo, ao ponto de se pretender anulá-lo ou suspender sua implementação. Uma vez aparentemente adormecida a ira em Portugal, que havia sido despertada com a já referida petição na internet, que parecia inusitada, acontecia, desta vez no outro lado do Atlântico, mais precisamente dentro do Congresso brasileiro, uma nova disputa.

Ali, um grupo de senadores, entre eles o respeitado educador Cristóvam Buarque, já havia começado, no fim de 2009, a pressão para a alteração do prazo de entrada em vigor do Acordo, ou seja, precisamente o ano em que o Brasil implementou, voluntariamente, as novas regras ortográficas. Como já vimos, e como foi afirmado pela senadora Ana Amélia Leme, autora da proposta de adiamento da entrada em vigor do Acordo em 2013, o Brasil preferiria esperar por Portugal para ir adiante com a reforma. O que acabou ocorrendo com o anúncio do decreto presidencial, pelo Brasil, em 27 de dezembro de 2012.

A falta de suficiente interlocução entre as autoridades brasileiras e portuguesas, nesta como em outras matérias, provocou um efeito de contágio.

Em Portugal, as notícias sobre o aumento da resistência ao documento no Brasil, e até mesmo a negativa em aplicá-lo quando a reforma passara a valer para o ensino fundamental, se intensificaram no início de 2012. Mais uma vez, Vasco Graça de Moura voltava às manchetes de jornais com suas críticas vorazes às novas regras, e, desta vez, usando uma tribuna respeitada: a liderança do Centro Cultural de Belém (CCB).

Até mesmo Angola que, ao lado de Moçambique, se mantinha até então relativamente calada sobre o assunto, passou a se expressar publicamente contra as mudanças. O editorial do periódico estatal *Jornal de Angola* apresentou argumentos muito semelhantes aos de Vasco Graça Moura, dando a entender que a ratificação ou implementação do tratado eram temas mais que “enterrados” para o país. Em 8 de fevereiro de 2012, dois dias após a inauguração da nova sede da CPLP, em Lisboa, o periódico publicou o editorial “Património em Risco”. Leiamos um trecho:

“Os ministros da CPLP estiveram reunidos em Lisboa, na nova sede da organização, e em cima da mesa esteve de novo a questão do Acordo Ortográfico que Angola e Moçambique ainda não ratificaram. Peritos dos Estados-membros vão continuar a discussão do tema na próxima reunião de Luanda. A Língua Portuguesa é património de todos os povos que a falam e neste ponto estamos todos de acordo. É pertença de angolanos, portugueses, macaenses, goeses ou brasileiros. E nenhum país tem mais direitos ou prerrogativas só porque possui mais falantes ou uma indústria editorial mais pujante. Uma velha tipografia manual em Goa pode ser tão preciosa para a Língua Portuguesa como a mais importante empresa editorial do Brasil, de Portugal ou de Angola. O importante é que todos respeitem as diferenças e que ninguém ouse impor regras só porque o difícil comércio das palavras assim o exige. Há coisas na vida que não podem ser submetidas aos negócios, por mais respeitáveis que sejam, ou às “leis do mercado.”⁹⁹

O que é de salientar neste efeito de contágio é que ele decorre sobre muitos acontecimentos e tensões que denotam movimento. Em Portugal, o AO está sendo aplicado, nomeadamente nas escolas.

Já no Brasil, um professor, Ernani Pimentel, decidiu criar, logo após a decisão de implementação do acordo, um movimento de oposição (acordarmelhor.com.br) para contestar a medida. Quem lê seus argumentos, entenderá que Pimentel não é contra uma reforma ortográfica, mas sim contra a vigente, que, segundo ele, já nasceu arcaica, porque trata de “detalhes acertados em 1975 que só teriam sido oficializados em 1990 e entrado em vigor em 2009.”¹⁰⁰

Para Pimentel, que (percebamos a influência da sociedade civil na contemporânea sociedade democrática brasileira) foi um dos professores que convenceram a senadora Maria Amélia a peticionar o adiamento da entrada em vigor do AO, segundo o depoimento da própria em entrevista já citada, deve haver, sim, uma reforma

⁹⁹ Editorial do *Jornal de Angola*. “Património em Risco”. Publicado em 8 de fevereiro de 2012. Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/19/42/patrimonio_em_risco (consultado em 10 de fevereiro de 2012).

¹⁰⁰ Ernani Pimentel em acordarmelhor.com.br. (consultado em 10 de fevereiro de 2012).

“simplificada” (ou simplificadora) do idioma para que a mesma possa promover “inclusão social.” O fato é que o professor conseguiu convencer vários congressistas também invocando “incongruências e problemas técnicos.” Não levou muito tempo para que o governo português enviasse uma mensagem ambígua sobre o futuro do tratado no país. No início de 2012, o secretário de Estado da Cultura português, Francisco José Viegas, anunciou a “possibilidade” de mudar algumas regras do AO até 2015. Nas suas palavras:

*“O que é bom considerar é o seguinte: do ponto de vista teórico, a ortografia é uma coisa artificial, provavelmente, e portanto, se é artificial, nós podemos mudá-la. Mas temos uma vantagem. É que, até 2015, podemos corrigi-la. Temos essa possibilidade e eu acho que vamos usá-la. (...) Temos de aperfeiçoar aquilo que há para aperfeiçoar. Temos algum tempo, temos três anos para o fazer.”*¹⁰¹

E até poderíamos dizer que a decisão posterior do governo brasileiro de adiamento da plena entrada em vigor da reforma ortográfica visou o mesmo objetivo. Mas o que realmente avulta, segundo uma análise objetiva dos dados existentes, aponta para uma falta de concertação política e diplomática por parte de Estados que pertencem a uma mesma comunidade político-linguística. E pode-se perguntar a quem aproveita esta falta de concertação. Não será ela expressão de uma política que assenta na aparente falta de coordenação entre os Estados parceiros no âmbito da CPLP? Não haverá, também, uma grande dose de ilusão sobre o efetivo poder dos Estados?

Numa conclusão bem humorada, o escritor brasileiro Ivan Lessa, filho do escritor Orígenes Lessa, usou uma alegoria carnavalesco-futebolística para falar sobre o papel

da variante brasileira, no AO. Foi nesta crônica escrita no Carnaval de 2010 para o sítio em português da BBC: *“O português do Brasil ginga, mexe, remexe, efervesce, queima, manda brasa e passa a perna em tudo e todos com suas reformas ortográficas e vernaculares a que insiste, como um pirata da perna de pau, lá no alto da popa, de chamar de “acordo ortográfico”. Mais uma vez, ela, a Europa, terá de se curvar diante de nós, depois de lhe passarmos a bola entre as pernas.”*¹⁰²

¹⁰¹ “Não há uma polícia do acordo ortográfico”, Francisco José Viegas admite que cada um pode escrever ‘como quiser’ e que o Governo vai mudar algumas normas até 2015. Entrevista ao programa Política Mesmo de 28 de fevereiro de 2012. Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/aa---videos---sociedade/acordo-ortografico-francisco-jose-viegas-cultura-vasco-graca-moura-tvi24/1329196-5795.html> (consultado em 2 de março de 2012).

¹⁰² Ivan Lessa, “O Português Brasileiro no Carnaval”. BBC Brasil, 15 de fevereiro de 2010. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/02/100215_ivanlessa_tp.shtml (consultado em 11 de junho de 2011).

Ao conceder, gentilmente, uma entrevista para esta pesquisa, o antigo professor de Harvard Joseph S. Nye, que cunhou, nos termos já vistos, o conceito de *soft power* ou “poder suave”, para descrever políticas e formas políticas baseadas na atração e persuasão, afirma que a aparente “imposição do Acordo” não seria uma estratégia inteligente a perseguir:

“Well, if you spend too much time trying to push them (other Portuguese-speaking countries than Portugal) into standard Portuguese this can free resentment, whereas if you allow the variants - but there is still a sense of common culture -, that probably is more helpful to you. (...) If you have too much friction over control of the details of the language then you lose some of the cultural attraction because of the political fighting about certain details and that is why a loose attitude that stresses culture is maybe more useful” (ANEXO JOSEPH S.NYE).

Alguns podem argumentar que com o inglês isso ocorre na prática. Evitam-se “fricções” em torno de uma variante específica para se destacar a “cultura comum” – ao que parece, a receita de sucesso para se tornar uma língua de poder, global e internacional.

Independentemente do seu sentido literal, as palavras de Nye apontam num outro caminho de pesquisa, muito moderno. Referimo-nos à ênfase posta numa perspectiva “cultural” da política, baseada no poder da sociedade, em detrimento de uma perspectiva tradicional da “política”, baseada no poder dos Estados, ou, pelo menos, no domínio do poder dos Estados sobre as sociedades e as pessoas.

6. O CONCEITO DE LUSOFONIA: A BUSCA POR UMA PALAVRA, A BRICOLAGEM PORTUGUESA

Enquanto muito se discute sobre a razão da lusofonia como conceito – “miragem” para uns (Eduardo Lourenço), “mito” para outros (Alfredo Margarido, Adriano de Freixo) – podemos, talvez, aceitar, por cautela científica, que a lusofonia é um “nome artificial”, no sentido de que é objeto de uma criação humana. “Artificial”, neste sentido, não significa, pois, arbitrário, mas antes uma possibilidade de explicação da realidade em concorrência com outras.

Na verdade, nenhum cidadão, ao nascer, em algum país de língua portuguesa é reconhecido como “lusófono”. Mas o conceito não pode ser totalmente descartado ou desmerecido, porque ele é efetivamente utilizado. Todas as atividades humanas, e em

particular as políticas, devem ser aferidas na dupla dimensão da capacidade e da vontade para concretizá-las. E o uso das expressões e conceitos, pelas mesmas pessoas, evolui ao longo do tempo consoante às circunstâncias históricas.

Interessante, talvez, observar que alguns representantes da comunidade acadêmica, e de outros setores, que agora criticam o conceito de lusofonia, foram os mesmos a participar dos inúmeros congressos e publicações que emergiram após a independência das colônias africanas e o surgimento deste novo grupo de países soberanos que têm a língua portuguesa em comum, em vários continentes.

Com as nomenclaturas de francofonia e de hispanofonia já consagradas, não foi preciso muita criatividade para se encontrar a expressão “lusofonia”.

Ao discursar na inauguração da nova sede da CPLP, em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2012, o presidente português, Aníbal Cavaco Silva, definiu a lusofonia como “antes de mais, um estado de espírito”. Eis um trecho do seu discurso:

*“A lusofonia é, antes do mais, um estado de espírito, que está presente na naturalidade com que constatamos, sem surpresa, que nenhum de nós é estrangeiro perante o outro e que jamais nos sentimos ou sentiremos estrangeiros, na terra do outro.”*¹⁰³

Do ponto de vista político, a expressão pode ser relevante na medida em que nos remete para um mundo novo ainda por fazer. Admitindo, com facilidade, que a ausência de barreiras linguísticas aproxima as pessoas dos vários países de língua portuguesa e as faz sentirem-se em casa, não podemos deixar de reconhecer que existem muitas barreiras materiais, relacionadas, por exemplo, com a circulação de pessoas e bens. É também verdade que as exigências de circulação se prendem com as condições do mundo contemporâneo globalizado, o que, por sua vez, influi sobre o que possa ser a lusofonia.

Em tempos atuais, o conceito de lusofonia, aliás, não pode ser mais restrito a um espaço geográfico somente associado às Descobertas, colonizações e transações históricas de Portugal. Durante a Guerra de 2006, no Líbano, entre Israel e o movimento islâmico

¹⁰³ Alocução do presidente Cavaco Silva durante a inauguração da nova sede da CPLP em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2012. <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=61733> (consultado em 6 de fevereiro de 2012).

Hezbollah, foi constatado que grande parte dos moradores do Vale do Becá falava português, porque tinham vivido no Brasil. O Brasil concentra, de resto, a maior parte da colônia libanesa fora do Líbano. Se todos os libaneses que são do Vale do Becá retornassem, hoje, às suas origens, provavelmente o local se tornaria uma “aldeia lusófona”.

Na localidade de Sultan Yakub, pelo menos oito em cada 10 moradores falam português, por causa da ligação com o Brasil, como afirmou o próprio administrador do local durante uma entrevista à RTP, de Portugal.

*“Tem mais de 80 por cento nesta cidade que falam português. Depois desta guerra fugiram mais de 50 por cento ou 60 por cento para a Síria, Estados Unidos e Brasil.”*¹⁰⁴

Durante a reportagem, todos os entrevistados contavam sobre suas experiências no país sul-americano. Um deles, inclusive, assistia, em tempo real, a um dos noticiários da TV Globo, a maior rede de TV do Brasil.

A lusofonia não é, pois, nem pode ser representada por Portugal somente. O ponto mais importante a ser considerado aqui não é a associação ou funcionalidade do termo à realidade, mas sim o gerenciamento do conceito, que jamais deve ser polarizado.

Talvez, justamente por isso, até o momento, o vocábulo tenha encontrado críticas e resistências, na maioria dos casos dentro de Portugal e em alguns países africanos, uma vez que, *grosso modo*, no Brasil, o que também pode ser relevante, o termo lusofonia não é motivo de polêmicas.

Para alguns críticos da lusofonia, o termo é uma tentativa de resgatar o “Império português”. Neste estudo, como já mencionamos, utilizamos o termo lusofonia e concentramos-nos nele para exemplificar “aquilo que é de som português”. Assim como tratamos da hispanofonia, da francofonia e da anglofonia, falamos também da lusofonia. Utilizamos a expressão em sentido técnico, embora tenhamos de reconhecer que não há palavras neutras. Por outro lado, temos de reconhecer que, na maior parte dos casos, a

¹⁰⁴ Língua portuguesa no Líbano. Reportagem da RTP1 em 26 de julho de 2006. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=gun49RL6rag> (consultado em 6 de janeiro de 2012).

palavra “lusofonia”, isoladamente ou aglutinada com outras, tem um significado predominantemente político.

Mais: há uma pluralidade de registros e sentimentos (que não são de menosprezar) associados a essas expressões.

Ao observamos os conceitos de “lusofonia”, “lusofonia global”, “internacionalização”, assim como a missão da CPLP e a proposta do AO, percebemos que existe o que se chama em inglês *overlapping*, ou seja, uma sobreposição.

Aqui, iremos chamar a esta situação “bricolagem portuguesa”, no sentido de que ela é profundamente portuguesa na sua definição original (melhor dito: na conjugação de proposições políticas) embora dependa dos outros países da comunidade linguística para ter sucesso. É, manifestamente, o caso da CPLP, que, sendo em sua gênese, uma proposta inicial de Portugal, como já vimos, foi realizada, como reiteradamente refere Adriano Moreira, pelo Brasil. Foi esta a nação que procurou os países africanos para avançar com a proposta.

E, como diz Adriano Moreira, os países da CPLP são hoje “janelas de liberdade” para Portugal, como outrora foi e continua a ser o mar. Outros países que tiveram impérios não têm o equivalente a uma CPLP. Ora, parece-nos claro que estes elementos têm de ser tidos em conta na configuração e análise não apenas do âmbito de uma específica política de língua, mas das relações de poder entre os países de língua portuguesa.

A proposta da lusofonia, ao assumir hoje politicamente a forma de uma rede, em permanente processo de formação, dos países que falam o português, encaixa-se no espírito da CPLP e, por sua vez, harmoniza-se com o projeto de internacionalização da língua portuguesa, que tem o endosso, pelo menos no papel, de todas as nações que falam o idioma.

Na iniciativa de constituição da CPLP, Portugal assumiu, como já vimos, uma posição pioneira, mas foi o Brasil com a ajuda dos países africanos e em parceria com os portugueses que a concretizou.

Há muitas outras vias pelas quais a internacionalização potencialmente se expressa ou pode expressar e que são manifestamente do interesse de todos os Estados de língua portuguesa e de suas sociedades civis. É muito significativa a contribuição que as universidades dos países de língua portuguesa, por exemplo, podem dar para o aprofundamento das relações entre as sociedades civis das respectivas nações, assim como para a exploração de possibilidades de trabalho conjunto, como é o caso da exploração da plataforma continental portuguesa, dada seu extenso e potencial valor. A Associação das Universidades de Língua Portuguesa, AULP, é uma das entidades civis mais ativas associadas à CPLP. O mesmo se dá com organizações não-governamentais e civis aproximando a CPLP de seus cidadãos. É nestes termos também que, no plano da decisão política, deve ser visto o AO. Não se trata de uma opinião mas sim de uma interpretação que nos parece conforme ao próprio estudo coordenado por Carlos Reis sobre a internacionalização do idioma.

O AO tem sido apresentado como veículo para a internacionalização do idioma, assente na ideia de um português harmonizado. E essa é realmente a convicção de muitos de seus defensores, com correspondência nos instrumentos de política.

Na literatura analisada para efeitos desta pesquisa, não encontramos um conceito único ou absoluto de lusofonia, mas sim uma multiplicidade de definições apoiadas em aspectos culturais, políticos, afetivos e outros, abertos à imaginação do falante. Todos estes conceitos culminam numa equação aparentemente simples do uso da língua, como herança cultural, por vários Estados para o exercício de um real poder político e capacidade de influência.

O que seria de estranhar, com efeito, no plano político, seria a existência de uma definição, como referimos há pouco, *absoluta* de lusofonia.

Em 2011, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português, por influência do ministro Paulo Portas, passou a insistir no conceito de “lusofonia global”, uma espécie de novas vestes para o conceito de “lusofonia”, que despertava alguma resistência.

Como também já vimos, um dos primeiros a reutilizar o termo oficialmente naquela época foi o então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Luís

Brites Pereira, que afirmou que a proposta visava incluir todas as formas de falar português e todos os países que o tinham como idioma oficial.¹⁰⁵

Com isso, Portugal pretendia voltar a olhar, agora de forma mais coordenada e integradora, para suas ex-colônias, num momento de grave crise macroeconômica, enfrentada pelo governo português. Era uma proposta aparentemente inclusiva, ainda que a mesma não se refletisse, por exemplo, na missão do Instituto Camões, sob tutela do MNE, que, nos termos de seus estatutos, visa promover a “língua e cultura de Portugal”.

Poder-se-á argumentar que esta é uma questão menor, até porque o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, apoia iniciativas de vários países. Mas a verdade é que, com este exemplo, pretendemos evidenciar duas realidades: por um lado, a complexidade da política em prol da língua comum; por outro lado, que há movimento e que a política não está fechada. É que a política é a realidade do múltiplo, do diverso. Esta não é apenas uma definição possível de política, mas uma forma de conhecimento da política corporizada pelos países de língua portuguesa, nomeadamente no âmbito da CPLP, como comunidade política singular à escala global.

O português que saiu de Portugal para aventurar-se pelo mundo – tanto as pessoas como a sua língua – passou a contar com uma variedade de terras, etnias, mentalidades, enfim, passou a ser a face da pluralidade. A assunção plena da pluralidade para a ser assim, em face das circunstâncias, uma condição para o sucesso da política. Este argumento vale para todos, nomeadamente para os decisores políticos portugueses, e daí o exemplo que demos há pouco relativo às atribuições do Instituto Camões, que deve ser visto como uma análise objetiva.

Enquanto Portugal não oficializar na missão do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, a pluralidade, de fato, na promoção do seu próprio idioma, independentemente do que realmente faça, terá dificuldades em convencer os demais países de língua

¹⁰⁵ Comentário consta da entrevista de Brites Pereira à Rádio ONU em 13 de julho de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/07/mercados-lusofonos-fazem-parte-da-prioridade-de-cooperacao-de-portugal/> (consultado em 8 de outubro de 2011).

portuguesa a abraçar a “lusofonia” sem desconfianças, como nos explica Moisés de Lemos Martins, numa definição mais específica da lusofonia.

“ (...) A Europa só poderá fazer-se na base de seu imaginário plural, ou seja, das suas culturas. E aí está a razão que me leva a pensar que também a lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura.”¹⁰⁶

Como já vimos, a missão do referido instituto parece divergir da dos demais institutos de promoção de línguas como o Cervantes, o Conselho Britânico e os que ensinam francês e alemão.

Alguns intelectuais portugueses que falaram para esta tese, como o professor Ivo Castro, da Universidade de Lisboa, preferem não utilizar o termo lusofonia, por acreditarem que o mesmo reúne “elementos históricos” que podem criar um certo “desconforto” às ex-colônias portuguesas, especialmente às africanas (**ANEXO IVO CASTRO**).

Esta também é a opinião do ex-reitor da Universidade Aberta, Carlos Reis.

Mas como se pode afirmar que o termo “lusofonia” representa um “problema” para os países africanos por poder denotar “traços de colonialismo” quando foram esses mesmos países que, após a independência, decidiram escolher falar o idioma?

Note-se que não se trata simplesmente de escolher o português como língua oficial, mas de falar o idioma. Este argumento parece-nos mais português do que qualquer outra coisa. É sabido que os novos países africanos viram na utilização do português como língua oficial a chance de se afirmarem como nações logo após a independência. Esta é uma questão eminentemente política como políticas são as suas relações. A lusofonia será, neste sentido, o que os Estados e as sociedades nacionais de língua portuguesa quiserem que seja, dependendo o sucesso das fórmulas políticas adotadas do respeito pela pluralidade.

¹⁰⁶ Martins, Moisés de Lemos. “Lusofonia e Luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários em Visages d’Amérique Latine”, junho de 2006. (consultado em 17 de janeiro de 2012).

Quando afirmamos que a questão é política, econômica e cultural, estamos, verdadeiramente, a identificar a importância conjunta de todos estes elementos, no singular espaço da CPLP.

O lendário líder da libertação da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, Amílcar Cabral, elogiou a “maior herança” dos portugueses para os africanos: a língua portuguesa. O mesmo ocorreu no Timor-Leste, onde o português foi a língua da resistência. E nada disso foi seguramente por acaso.

No caso de Moçambique, vejamos o que disse Gregório Firmino, professor da Universidade Eduardo Mondlane, sobre os tempos de luta pela independência e o espaço da língua portuguesa neste contexto:

*“Todavia, a mais importante racionalização subjacente à oficialização do Português estava ligada ao desenvolvimento de um quadro ideológico que associava o Português à promoção da unidade nacional e à criação de uma consciência nacional. As primeiras indicações do desenvolvimento de tal quadro ideológico foram dadas durante a luta armada anti-colonial para a libertação de Moçambique, quando o movimento nacionalista FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) decidiu adoptar a língua portuguesa com a finalidade de preservar a unidade entre os moçambicanos, de diferentes origens, envolvidos na sublevação. Esta decisão politicamente estratégica, que lembra o mito de Caliban, assinalou a primeira apropriação do Português e a consequente expurgação das suas conotações coloniais. O Português, que era visto pelos moçambicanos como língua colonial, estava agora a servir propósitos claramente anti-coloniais.”*¹⁰⁷

Neste último caso, a língua portuguesa funcionou como língua de resistência contra o próprio “detentor” do idioma, desapossando-o da pretensão de ser dono da língua. Gregório Firmino refere a decisão de adoção do português como “politicamente estratégica”, mas não podemos deixar de perspectivar-la, também, num quadro cultural subjacente, que fundamenta o próprio processo de luta contra a potência colonial.

Quando Eduardo Lourenço defende a ideia de que a lusofonia é uma grande miragem, um mito, quer com isso dizer que ela localiza-se muito mais no campo das ideias do que no campo puramente fonético de um “som português”, ainda que com muitas variedades. Esta é também a ideia de Lemos Martins. Este autor, ao mesmo tempo em

¹⁰⁷ “Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique.” Gregório Firmino, 25 de março de 2008. p.5. Ptlinguaglobal gregorio firmino. (consultado em 17 de janeiro de 2012).

que delimita o conceito da lusofonia subordinado à área cultural e o analisa como “mito” ou “miragem”, seguindo a definição de Lourenço, apresenta-o como uma “classificação prática, como uma divisão do mundo social”.¹⁰⁸

É uma perspectiva que, em termos práticos, salva o conceito de lusofonia dando-lhe um conteúdo cientificamente apreensível. É, por isso, uma perspectiva que consideramos muito útil.

A lusofonia pode deixar de ser um problema se as políticas dos países de língua portuguesa se tornarem, no âmbito da CPLP, mais integradas.

A prova de que o uso da palavra “lusofonia” é um falso problema está no fato de que a própria CPLP não se esquivava de apoiar e participar de eventos que estampam a nomenclatura em seus títulos, nem tampouco foge totalmente dela, como nos mostra o discurso de seu secretário-executivo, até julho de 2012, Domingos Simões Pereira (Grifos da autora):

“Em África e na Ásia, as integrações regionais são mais que inevitáveis e devem ser favorecidas mas, de maneira nenhuma, se opõem à Lusofonia. – não há nenhuma oposição: é enquanto país europeu e membro da União Europeia que Portugal deve ser lusófono e é enquanto país lusófono e membro da CPLP que Portugal tem de ser europeu e membro da União Europeia. Não há contradição, antes pelo contrário: Portugal só interessa à Europa enquanto lusófono e interessa mais à CPLP enquanto europeu. A mais-valia que Portugal poderá dar à Europa é a mais-valia que poderá dar ao Espaço Lusófono. Temos caído na «doença infantil do europeísmo português» ou num “lusofonismo” que é antieuropeu e não chega a ser lusófono e que é mais um antieuropeísmo vetero-nacionalista.”¹⁰⁹

Um pouco mais adiante, no mesmo discurso, o então secretário-executivo da CPLP, natural da Guiné-Bissau, o primeiro país a se tornar independente na sequência das lutas de libertação nacional, explica o significado amplo da lusofonia:

“A Lusofonia é a construção de um espaço, o “Espaço Lusófono”, porque nele se fala a Língua Portuguesa, e que é um espaço cultural, económico, político, estratégico, que pode e deve ter uma personalidade e uma palavra próprias no mundo contemporâneo. Aliás, é a dimensão

¹⁰⁸ *Idem et ibidem.*

¹⁰⁹ Domingos Simões Pereira, em 21 de janeiro de 2009. “A Importância Estratégica da CPLP no Mundo Global”, p. 6, 10. Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?q=lusofonia&ID=41&Submit.x=4&Submit.y=9> (consultado em 6 de janeiro de 2012).

*geoestratégica que é essencial e, por isso, em última análise, a Lusofonia é essencialmente uma questão de geoestratégia económica e política, que dá sentido a todo o resto.”*¹¹⁰

Este discurso, proferido logo no primeiro ano de mandato do secretário-executivo, um homem não de “letras” mas de “números”, com prática profissional de cálculos e planejamento, é simbólico no sentido de que, no final, ele enumera algumas recomendações, que foram feitas na presença do ex-presidente português e propulsor da CPLP Mário Soares. O antigo chefe de Estado português foi ainda figura central nas negociações de descolonização quando ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Não obstante a identificação prática que fazemos entre lusofonia e internacionalização dos países de língua portuguesa, no sentido de que a lusofonia é um motivo e uma força tendentes à internacionalização, não deixamos de reconhecer que esta é uma das palavras mais delicadas dentro do debate sobre a internacionalização.

Há uma forte razão para o que dizemos. Ao mesmo tempo em que concordam, diplomaticamente, em promover o português e a integração político-econômica no âmbito da CPLP, as ex-colônias portuguesas também lutam para afirmar suas identidades, procurando, assim, afastar-se do passado, rumo a uma soberania e independência adquiridas com separação da metrópole. Trata-se de um aparente processo de construção de identidades que precisa de tempo para desenvolver-se, porque, sobretudo nas histórias recentes de independência, qualquer lembrança de Portugal parece ser ainda uma equação complexa de resolver, principalmente nos países africanos de língua portuguesa. Ao contrário do Brasil, onde a independência foi feita pelas mãos do próprio imperador D. Pedro I, a luta pela liberdade nos países africanos de língua portuguesa passou por “sangue, suor e lágrimas”, momentos que ainda podem ser dolorosos para muitos sobreviventes do processo, menos de quatro décadas depois da independência.

Esta razão está na base da explicação de muitas críticas do chamado “neocolonialismo”, que regularmente eram e são feitas a Portugal pelos seus parceiros na CPLP. Há suficiente evidência de que, consciente ou inconscientemente, os portugueses (note-se

¹¹⁰ *Idem et ibidem.*

que falamos de portugueses e não apenas do governo português) veem, muitas vezes, na “lusofonia” sua oportunidade de manter uma hegemonia com relação aos demais países que falam o idioma.

Esta situação é muito evidente na retórica de alguns dos adversários do AO, que, ostensivamente, como já vimos aqui, referem-se à variante luso-africana.

Esta ideia está também presente, genuinamente, na ação dos sucessivos governos portugueses. Propositadamente, estes apresentam-se, na União Europeia, como “os interlocutores naturais” dos países emergentes de língua portuguesa, numa espécie de xadrez político automático. Não nos esqueçamos de que, para muitos países lusófonos, a posição de Portugal no maior bloco comercial do mundo é estratégica e vantajosa. Para 2014, esperou-se um grande acordo comercial Mercosul-União Europeia que se veio a concretizar, ao mesmo tempo que vários acordos bilaterais foram sendo alinhados.

A segunda cimeira União Europeia-África, realizada em Lisboa, a 8 e 9 de dezembro de 2007, constituiu uma das prioridades da terceira presidência portuguesa da União Europeia. Nessa ocasião, a Comissão Europeia desbloqueou 8 bilhões de euros para 30 Estados africanos, entre os quais Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Na cimeira foi aprovada a Declaração de Lisboa, uma parceria estratégica entre os dois continentes e um plano de ação, apoiados pela Comissão Europeia numa altura em que África encetava uma “aproximação muito grande” aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), uma vez que a admissão da África do Sul só foi feita em 2011, quando o grupo passou a se chamar BRICS.

Já aqui referimos o pensamento de Adriano Moreira sobre esta matéria. Ao conceder este depoimento ao Movimento Internacional Lusófono (MIL) sobre o que acreditava ser a lusofonia, o ex-vice-presidente da Assembleia da República portuguesa e renomado professor esclarece que Portugal “tem” a CPLP como um recurso político. E refere a Espanha, a França e outras ex-potências coloniais como estando em situação de desvantagem, por não possuírem uma organização como o bloco lusófono. É conveniente que prestemos atenção agora às suas palavras:

“O problema da lusofonia tem vários aspectos. E o primeiro deles é o interesse de Portugal nesta temática. Portugal foi um país que precisou sempre do apoio externo, ao longo da sua história. Neste momento, o apoio externo é a União Europeia que está num risco enorme. Designadamente porque no século passado, a geografia da pobreza, segundo os documentos do PNUD, passavam ao sul do Saara, e, neste momento, ultrapassou o Mediterrâneo, e nós estamos na zona da pobreza, o que é um risco enorme para o projeto europeu. Mas a integração na Europa não proíbe cada um dos países de terem as suas janelas de liberdade. E uma das janelas de liberdade de Portugal é justamente a lusofonia. Ao lado disso, temos o regresso ao mar, porque a plataforma continental é uma promessa de futuro de grande dimensão. E também de construir o conceito estratégico da reserva alimentar em Portugal. Este é um interesse evidente. Por outro lado, há uma circunstância de todos os países que falam a língua portuguesa, um denominador comum em face da globalização. Esse denominador comum é este: a língua, todos falam. Todos são países marítimos. Todos são pobres. (...) E, provavelmente, Portugal justamente pela importância da lusofonia, é um dos países mais indicados para participar da pacificação indispensável e da articulação da solidariedade que é necessária para recompor um mundo, onde afinal parece que todos devem. E talvez não consigam descobrir o quê porque o mercado parece um conceito novo em matéria de credo, de difícil identificação. E é por isso que, enfim, por estas razões e outras que certamente muita gente explicará melhor, que eu acho que a lusofonia faz parte daquilo que venha a ser um conceito estratégico nacional português, que ainda está por definir.”¹¹¹

Adriano Moreira foi um dos precursores da lusofonia vista como um movimento de aproximação dos países de língua portuguesa. Ainda na década de 60 do século passado, ao presidir a Sociedade de Geografia de Lisboa, Moreira organizou o I Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa, em 1964.

Nesse momento histórico, porém, o único país independente ao lado de Portugal era o Brasil. E as relações entre os “povos lusófonos” de então não eram baseadas no conceito de soberania, mas sim no conceito de dependência por parte das colônias e das pessoas que aí viviam. Hoje, há circunstâncias muito mais favoráveis para estabelecer um conceito de lusofonia em bases adequadas. Uma premissa que se afirma na página do governo português na internet (Grifo da autora):

“O conceito «Lusofonia» usa-se genericamente para designar o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo.”¹¹²

Vemos aqui tratar-se de uma definição de cariz estrutural que não é suficientemente clara e precisa. De que comunidades se fala? Será que, na prática, se aplica

¹¹¹ Depoimento de Adriano Moreira, no YouTube, carregado em 15 de julho de 2011 ao sítio do Movimento Internacional Lusófono, MIL. Disponível em <http://www.youtube.com/user/movimentolusofono#p/search/0/1axUDoCW4Vg> (consultado em 30 de outubro de 2011).

¹¹² Cf. Arquivo Histórico, XVII Governo Constitucional, José Sócrates 2005-2009. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Portugal/Lusofonia/Pages/default.aspx> (consultado em 21 de janeiro de 2011).

indistintamente a todas as comunidades de língua portuguesa? Ou é antes a perspectiva portuguesa sobre a questão?

Esta matéria não faz parte, com efeito, das políticas da CPLP. Em Portugal, sim, existe a concepção política das comunidades portuguesas no mundo, a ponto de o dia 10 de junho, feriado nacional, ser, em termos oficiais, o *Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas*. Há várias décadas, o governo português designou um Secretário de Estado para a área.

A ideia de uma comunidade única de portugueses no mundo é um bom ponto de discussão para se explicitar o conceito de lusofonia, neste sentido, como “o conjunto de comunidades de língua portuguesa no mundo”. Estamos apontando para um corolário possível de afirmação política da lusofonia que, naturalmente, romperá com o que tem sido prática.

Para uma política de tal amplitude – e, temos de reconhecer, de difícil concertação diplomática – afigura-se como necessário um outro tipo de intervenção, alargado, como referimos, à CPLP. E esse cenário, para o qual apontam vários autores, está por construir.

A presença do português no mundo é muito diversa.

A situação é menos acentuada onde o idioma é falado por pequenos grupos e minorias em territórios nos quais a colonização portuguesa é apenas uma lembrança remota.

O português é usado em menores ou maiores proporções, em Macau (China), em Goa e nas demais partes da antiga Índia portuguesa (Diu, Damão, Dadra e Nagar Haveli); é também usado por alguns falantes no bairro português de Malaca, na Malásia, onde se fala o kristang, uma espécie de português crioulo. Estas situações são muito diversas, nos planos político, jurídico e prático. Em todo o caso, são zonas de potencial interesse não só para Portugal e os portugueses mas para todos os países de língua portuguesa e os seus habitantes. Exigem, porém, ser tratadas diferentemente e com grande capacidade.

O Plano de Ação de Brasília, considerado pela própria CPLP como a política de língua conjunta, não menciona o termo lusofonia uma vez sequer em seus seis eixos de recomendações para divulgação do idioma no mundo. Como já mencionamos, na prática, o aparente “receio” ao termo não existia para o chefe da CPLP, o antigo secretário-executivo da CPLP Domingos Simões Pereira em seus discursos. Vejamos mais um comentário de Simões Pereira, desta vez sobre o modo como o termo lusofonia é recebido na África de língua portuguesa.

*“A lusofonia é, por vezes, entendida como uma forma ou tentativa de hegemonia da Língua Portuguesa sobre as línguas nacionais, da cultura portuguesa sobre as restantes. Não podemos ignorar que a maioria das críticas provém da sociedade civil desses países, cidadãos que acreditam que a sua História, cultura, pensamento e idiossincracia possam não estar a ser reconhecidas e valorizadas.”*¹¹³

Os comentários acima foram feitos numa apresentação de Simões Pereira durante o encontro internacional realizado em 2010, em Lisboa, intitulado *Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado*. E é outra a origem dos conceitos de hispanofonia e de francofonia. O que não significa que as relações destes países com suas ex-colônias sejam mais fáceis do que as de Portugal.

O conceito de francofonia, por exemplo, foi mencionado, pela primeira vez, no fim do século XIX pelo geógrafo Onésime Reclus, assumindo uma clara natureza histórico-geográfica dificilmente comparável, em termos políticos, sociais e culturais, ao do império português, como aliás é patente com o estatuto do francês.¹¹⁴

Não há fontes cientificamente verificáveis sobre a primeira vez que o conceito de lusofonia aparece como tal, mas uma análise da literatura recente, no entanto, remete para uma aparente politização do termo. Uma palavra interpretada também como “de som português” continua a ser motivo de discórdia e de desconfianças reiteradas sobre o eventual ressurgimento de “pretensões neocolonialistas” por parte de Portugal. Tendo de reconhecer objetivamente que estas disputas prejudicam a afirmação do português no mundo, é preciso também não sobrevalorizar a questão.

¹¹³ Domingos Simões Pereira, Notas de Intervenção. Encontro Internacional. Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado. União Latina, 2010. p. 209.

¹¹⁴ Encyclopédie de Francophonie. “Le géographe Onésime Reclus utilise pour la première fois le mot francophonie. Pour ce qui est de la France, on note un plus grand intérêt pour la Francophonie à droite qu'à gauche sur la scène politique.” Disponível em http://agora-2.org/francophonie.nsf/Dossiers/Chronologie_commentee (consultado em 21 de janeiro de 2013).

Alguns analistas observam, no entanto, que, no ápice do processo colonizador português na África, o termo lusofonia não era utilizado. Os mesmos autores antilusofonia são quem alerta para o “suspeitoso surgimento da nomenclatura após a perda do império português na África” e anos depois da entrada de Portugal na União Europeia.

Entre os críticos da lusofonia estão os respeitadíssimos intelectuais portugueses Eduardo Lourenço, Alfredo Margarido e Ivo Castro. E só por isso vale a pena apreciar seus argumentos, porque os gestores da promoção da francofonia e da hispanofonia avançam em seus projetos de afirmar seu idioma no mundo. Existe uma falha na promoção do português no mundo associada ao termo “lusofonia”? Em caso de resposta afirmativa, que tipo de falha é esse?

Em sua tese de doutorado, Adriano de Freixo ressalta que Salazar tinha a ideia da “herança cultural comum” e que a esquerda, principalmente o Partido Socialista, criado em 1973, introduziu o conceito de “encontro de culturas”, como modo alternativo de celebrar os 500 anos dos Descobrimentos. Fundamentalmente, a tese de Freixo sustenta que ambas as perspectivas fortalecem os parâmetros da lusofonia falando basicamente da mesma coisa: o velho som da natureza imperial que foi interrompido em Portugal, no período de dominação espanhola entre 1580 e 1640, e que coincidiu com o avanço dos processos de colonização de Inglaterra e França na África e na Ásia **(DE FREIXO: 2007)**.

De Freixo cita Eduardo Lourenço para esclarecer a “liberdade” que, em seu entendimento, deve ser atribuída ao conceito de lusofonia e o porquê de tal assertiva.

“O centro desse mundo de lusofonia terá de ser simultaneamente Lisboa, Bissau, Luanda, Maputo, Goa, Brasília, todos os pontos e nenhum onde nos compreendemos, bem ou mal, no interior da muralha de cristal que é uma língua comum e de ninguém propriedade. (...) É, por definição, uma obra de concertação coletiva. A nós, portugueses, cabe menos a proposição e a dinamização de um tal projeto que a escuta polifônica de vozes que hoje constituem a lusofonia viva. Não nos compete clamar ou supor no lugar dos outros membros da comunidade lusófona necessidades, urgências ou apetências que eles mesmos não ressintam como próprias.”¹¹⁵

Neste trecho, Lourenço parece propor uma “lusofonia descentralizada” como esforço de legitimação da própria lusofonia, servindo-se de uma aparente dicotomia entre o bem e o mal.

¹¹⁵ Eduardo Lourenço. *O complexo de Marx*. p. 27, citado por Adriano de Freixo, 2007, p. 159.

Como se a “lusofonia boa” fosse aquela que não pertence a nenhum centro e pode ser encontrada em todos os lugares (afinal de contas, o espírito intrépido do ser humano português levou-a a todos os lados) e a “lusofonia má” fosse aquela que se localiza em Lisboa e só pensa em termos lusocêntricos.

É muito interessante a argumentação de Adriano de Freixo porque, apesar de ser simplista a contraposição entre os pensamentos de Salazar e do Partido Socialista, ela assenta numa base plausível, que é a seguinte: a democracia portuguesa não implicou o esquecimento do passado, em termos que são muito portugueses e, por isso, até difíceis de transpor para outros países de língua portuguesa, sobretudo para o Brasil, cujo processo de descolonização é muito anterior. É essa tese que Adriano de Freixo veicula, apoiando-se, nomeadamente, em Eduardo Lourenço, por sinal um dos maiores defensores do regresso de Portugal à Europa, esse “continente desconhecido” para os portugueses, como o mesmo alvitrou. O regresso à Europa apenas é possível num quadro de afirmação de uma lusofonia, seguramente como conceito novo a criar.

A realidade é que, independentemente de como Eduardo Lourenço creia que os demais falantes da língua devem pensar ou deixar de fazê-lo – e aqui também alguns poderiam identificar um padrão português “colonizador de pensamentos” –, a realidade é que a língua partiu em navios portugueses e, desse modo, se espalhou pelo mundo. Até que se troque o mapa, Lisboa é a capital de Portugal e continuará sendo o centro histórico de todo este movimento iniciado no século XV. Firmar ali, como aconteceu, a sede da CPLP, ou estabece-la em Brasília ou em Díli, não vai mudar em nada este fato histórico, o que, naturalmente, levanta desafios difíceis. E é à ideia de império que, deste modo, voltamos. Retornemos então aos autores referenciados.

“Inventamos a lusofonia (...) para, simbolicamente e inconscientemente, habitarmos aqueles espaços imperiais, mais de sonho do que de realidade, e que por isso mesmo nunca poderemos considerar como perdidos?”¹¹⁶

A ideia de império é aqui utilizada de maneira diferente do que faz, por exemplo, Sloterdijk, mas permite-nos chegar a uma tese parcelar, que é a seguinte: por mais que seja tentador estabelecer uma área “mais apropriada” para a definição do conceito da

¹¹⁶ Adriano de Freixo, com base em Eduardo Lourenço. *A Nau de Ícaro*. p. 183.

lusofonia – por exemplo comercial, política, cultural ou de pertença linguística ou ideológica – este conceito só poderá ser relevante sem a especificação de fronteiras.

Esta espécie de “anarquia intelectual” nos leva a compreender que qualquer tentativa de definição pode, em si mesma, distorcer não só o que cada falante da língua portuguesa entende como lusofonia, mas também a forma que a mesma possa vir a tomar numa realidade totalmente diferente da regente neste início de século. Encarada como mito ou realidade, a lusofonia toma para si, *ipsis literis*, a aceitação daquilo que é de som luso, no sentido atual de português. Este conceito, e só este conceito, não é disputado pelos países que falam o idioma e que firmaram seu compromisso mútuo de promovê-lo ao aderirem à CPLP.

O que se desenvolve, a partir daí, em nome da lusofonia e da união destes povos “de som português”, é uma tarefa destas nações e de seus povos, à qual o teórico e o acadêmico deveriam assistir como observadores somente, jamais como “formadores” ou “juízes” de uma história em parte comum mas, sobretudo, por decorrer.

Mas como todos esses falantes do português podem ser unidos numa só corrente internacional ou mundial? Mais tarde, iremos retornar a este tema, ao examinarmos o caso do francês e da francofonia.

7. AS NOVAS “LUSOFONIAS”: AO VERSUS LÍNGUAS LOCAIS E PROMOÇÃO DO PORTUGUÊS

Como já notamos anteriormente, os esforços para a realização do AO despertaram um debate sobre as línguas locais dentro do contexto dos países lusófonos, especialmente em Angola e Moçambique. Ao mesmo tempo em que concordavam em promover a língua portuguesa no cenário internacional, os países com grande riqueza de línguas locais e nacionais, registravam um renascimento pelo valor dessas línguas e a importância de salvaguardá-las. Um movimento que o escritor moçambicano Mia Couto descreveu como “lusofonias”.

Em entrevista para esta tese, Mia Couto questionou o conceito de lusofonia ao afirmar que o mesmo não abarca, por exemplo, populações que, apesar de viverem em países que têm o português como língua oficial, não falam o idioma, mas sim as línguas locais que abundam em Moçambique e Angola, por exemplo. Nas suas palavras:

“Existem lusofonias, no plural. Aquela que é mais produtiva historicamente é que funciona de modo aberto, de forma a que o idioma não surja como critério absoluto e excludente. Há muitos habitantes dos países chamados lusófonos que não são lusófonos. A necessidade apressada de legitimar essa entidade chamada lusofonia tomou por verdade que existem 200 milhões de falantes do português. Não é exactamente verdade. A língua é um fator de união, a história é outra. Eles existem não foram inventados agora, às pressas. Mas existem outros fatores como a economia, a religião e a inserção geográfica que contam, ao mesmo tempo, como forças centrífugas e centrípetas. As nações africanas conquistaram recentemente a sua independência. Possuem sensibilidades e feridas que nem sempre foram superadas. Uma comunidade criada pelos povos (e não pelos políticos) e legitimada por fundamentos verdadeiros e não por proclamações fáceis, uma família que respeitasse a diversidade lingüística do seu espaço: essa é a lusofonia de que eu gosto e quero. A ameaça da neocolonização é real, mas eu tenho para mim que esses sistemas não necessitam de uma língua comum e que são sempre criados a duas mãos, isto é, com cumplicidades de ambas as partes, das forças que ganham no centro e na periferia” (ANEXO MIA COUTO).

A ameaça de “neocolonialismo” é frequentemente mencionada quando o termo lusofonia é criticado. A nomenclatura, como já vimos, desperta calorosos debates e muitos silêncios. Um termo quase autoexplicável em Portugal mas que é de uso menos frequente no Brasil. Já nos países africanos os desacordos existem, mas são menos frequentes em público. Referimo-nos, nomeadamente, à sua presença na comunicação social, por características inerentes ao seu próprio desenvolvimento democrático.

Para o linguista brasileiro Carlos Alberto Faraco.

“A lusofonia é o nome de diferentes projetos políticos, de diferentes planos estratégicos de geopolítica – convergentes alguns em certos momentos, mas, em geral, silenciosamente divergentes e até concorrentes.”¹¹⁷

No mesmo texto, Faraco lembra da partilha da África em 1884, na Conferência de Berlim, e os primórdios do que veio a ser chamado o *soft power*, como já vimos um termo cunhado pelo americano Joseph S. Nye. Segundo o professor de Harvard, o processo de colonização da África pelas potências europeias,

“fundava-se justamente numa pretensa unidade cultural dada por uma língua comum portadora da civilização que vencia a barbárie.”¹¹⁸

¹¹⁷ Carlos Alberto Faraco. “Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política.” Conferência proferida no ROSAE – I Congresso Internacional de Linguística Histórica. Salvador, 29 de julho de 2009.

Curiosamente, um aspecto que fundamentou político-juridicamente a divisão do território africano pelas potências europeias em finais do século XIX reassumiu importância nos processos de descolonização, com particularidades no caso da descolonização portuguesa.

Com efeito, muitos aspectos da descolonização da África ainda estão presentes nas discussões sobre a afirmação de uma língua comum. É nesse sentido que Mia Couto afirma, em seu texto já citado sobre a lusofonia, que é preciso entender o passado em vez de esquecê-lo, o que constitui um empreendimento de grande amplitude política e cultural.

“Reclamamos que a língua não tem dono e que a lusofonia é de todos, mas ficamos à espera que sejam Portugal ou o Brasil a tomar a iniciativa. Escusamo-nos na falta de recursos, mas nem sempre usamos os primeiros grandes recursos que são a originalidade e a imaginação.”
119

O pensamento de Mia Couto conjuga elementos importantes na definição de uma política da língua. Por um lado, o aspecto político-diplomático, por outro lado, a liberdade de pensamento e ação. Se o primeiro responsabiliza os Estados, o segundo os envolve a partir das sociedades civis dos países de língua portuguesa. As lusofonias como que são a expressão plural e aberta de povos e pessoas que se entendem na mesma língua, mas sem que haja qualquer espécie de exclusivismo.

A política de língua deve ser feita, segundo esta perspectiva, por todos os países que falam o português, com a ajuda de seus falantes nativos. Não pode haver iniciativas pela metade. Esse é o contexto em que os membros da CPLP e o próprio bloco, como entidade, podem ter um papel fundamental de coordenação desta política.

No atual estágio do processo de globalização, de aumento da participação democrática e até dos esforços de inclusão digital, é necessário ainda pensar na contribuição das comunidades inteiras. Na verdade, há fenômenos sociais e políticos que apenas produzem efeitos quando se consideram grandes números.

¹¹⁸ Joseph S. Nye, *ob. cit.*, p. 101.

¹¹⁹ Mia Couto, em “Língua Portuguesa cartão de identidade dos moçambicanos.” Alocução na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão: A experiência portuguesa, no âmbito dos 50 anos da RTP, realizada no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, 19 de Junho de 2007.

Referimo-nos ao potencial multiplicador da energia, motivação e mobilização dos cidadãos que falam o português como fator de promoção do avanço de propostas conjuntas. A experiência do Instituto Cervantes mostra-nos claramente que o êxito de uma política de língua depende muito da capacidade de estabelecer parcerias com o setor privado. Neste contexto, um passo sábio poderá passar por tentar olhar mais para um futuro promissor do que para um passado imutável.

Neste momento, é preciso refletir sobre uma hipótese de trabalho: serão as possibilidades de ganhos nacionais ampliadas em função de uma união multilateral e estratégica de todos os países que falam o português, em vez de os mesmos ficarem presos aos ressentimentos (quase em todos os casos justificados para as partes envolvidas) de um passado colonial, recente ou não?

Neste contexto, é necessário refletir sobre o conceito de lusofonia, evitando as perdas de tempo e a energia sobre os significados, muitas vezes subjetivos, da palavra.

A consciência dessas perdas de tempo está na base do ponto de vista de um autor angolano, F. Cubola, que sugere, num artigo intitulado *Portofonia*, em suas “Considerações para uma Gramática Portófona Africana”, a utilização da expressão “portofonia”, em substituição da expressão “lusofonia”.¹²⁰

Na comunidade acadêmica brasileira, pesquisadores envolvidos com a questão da política linguística, como Gilvan Müller de Oliveira, Carlos Alberto Faraco e, mais cedo, Antônio Houaiss, registraram o termo lusofonia em seus textos, já citados neste trabalho.

Mesmo sem nenhuma política sistemática da língua declarada, o Brasil tomou passos significativos para expressar o destaque do idioma em sua História. E é importante perceber que este guarda algumas semelhanças de fundo com Portugal. Referimo-nos, sobretudo, a uma perspectiva sempre centrada na língua única do país.

¹²⁰ F. Cubola. “Considerações para uma Gramática Portófona Africana”. p. 175. Congresso Internacional “A Língua Portuguesa no mundo, terceira língua de comunicação internacional, 200 milhões de lusófonos”. Em homenagem aos professores Lindley Cintra e Manuel Ferreira. *Revista da Lusofonia*, nº 29-34. Pontevedra, Braga, Anos 1992/1993.

O Capítulo III da Constituição de 1988, no Título II, Capítulo III, estabelece que:

*« A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil. »*¹²¹

Mas a exclusividade de uma língua oficial e o reconhecimento, na própria Constituição, das línguas faladas pelas comunidades indígenas do Brasil não excluem o fato de que comunidades de imigrantes levaram suas línguas maternas ao entrarem no país e que as mesmas continuam sendo praticadas. O bairro de Liberdade, em São Paulo, é um exemplo de área bilíngue.

Quem visita o local notará os nomes das ruas discriminados em japonês e português. Não será difícil, por exemplo, para quem passeia por São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, ou Blumenau, em Santa Catarina, ouvir alemão nas ruas ou nas lojas. O Brasil convive com outras línguas há vários séculos. Desde 1996, em forma de lei, o país decidiu que comunidades indígenas terão o direito de usar suas línguas no processo educacional. E neste contexto, alguns municípios do estado do Amazonas já promovem suas línguas autóctones no ensino fundamental, após o Brasil ter tornado algumas línguas indígenas línguas oficiais (ao lado do português) em nível municipal.¹²²

A medida entrou em vigor, pela primeira vez, em dezembro de 2002, após um projeto de lei em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, ter conduzido à oficialização das línguas nheengatu, tukano e baniwa. Tal foi feito pela Lei n.º 145/2002, aprovada em 22 de novembro de 2002.

De acordo com o linguista brasileiro Gilvan Müller de Oliveira, o espaço da CPLP tem atualmente 339 línguas, incluindo o português. Segundo esses cálculos, somente no Brasil são falados 215 idiomas. Deste total, 180 são indígenas e 35 são línguas de imigrantes como, por exemplo, o alemão, o italiano e o japonês.

Assim como no Brasil, a Constituição de Moçambique também estabelece, em seu artigo 10, que:

¹²¹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (consultado em 14 de outubro de 2012).

¹²² Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20021211.htm> “Lei municipal oficializa línguas indígenas”. (consultado em 14 de outubro de 2011).

“Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial.”¹²³

No artigo referido no parágrafo anterior, o Estado moçambicano diz sobre as línguas locais o seguinte:

“O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”¹²⁴

De acordo com o artigo 27 da mesma Carta Magna, é preciso que uma pessoa conheça “o português ou uma língua moçambicana para se naturalizar.”

Como já referimos, a Constituição portuguesa reconhece o mirandês como língua oficial de âmbito regional, embora seja falada apenas em três municípios. Como noutro plano, é reconhecida e protegida a língua gestual portuguesa. Daí não decorrem quaisquer problemas para a aceitação do português como língua do país. Não obstante as diferenças, o mesmo se passa no Brasil. A pluralidade linguística não põe em causa a identidade nacional, nem as relações externas.

Mas nem sempre é assim no espaço da CPLP.

Um exemplo de afirmação de uma língua nacional, local ou nativa, em nível internacional, e, coincidentemente após a aprovação da estratégia de internacionalização do português e do AO, ocorreu em 24 de setembro de 2011, no encerramento da primeira semana de debates anuais de chefes de Estado e Governo nas Nações Unidas. Naquele dia, os espectadores de língua portuguesa que estavam na plateia do salão da Assembleia Geral foram surpreendidos pelo discurso em crioulo cabo-verdiano proferido pelo primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves.

Coincidência ou não, o uso do crioulo, no palco político mais internacional do mundo, sinalizava também uma vontade política de afirmação da língua local sobre o idioma oficial português. E ao fazer uma escolha linguística em seu discurso, o primeiro-ministro cabo-verdiano realizou também uma decisão típica de “gerenciamento da língua” ou de “language management”, na expressão de Bernard Spolsky.¹²⁵

¹²³ Constituição da República (de Moçambique), aprovada pela Assembleia da República em 16 de novembro de 2004. Artigos 9 e 10. Disponível em <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf> (consultado em 4 de março de 2012).

¹²⁴ *Idem et ibidem.*

¹²⁵ Bernard Spolsky. *Language Management*. Cambridge University Press, 2009.

Alguns analistas ouvidos pela autora desta tese, posteriormente ao discurso, afirmaram que a decisão do primeiro-ministro cabo-verdiano poderia ter uma base política, uma vez que ele havia “perdido” as eleições presidenciais quando o candidato do partido apoiado por ele foi derrotado pelo presidente eleito, Jorge Carlos Fonseca.

Fonseca, aliás, ao ser perguntado, um mês antes do discurso do primeiro-ministro, sobre o papel do português em Cabo Verde, respondeu:

*“A língua portuguesa é a nossa língua oficial, independentemente do futuro da língua cabo-verdiana ou do crioulo. A minha ideia é de que a língua portuguesa é uma língua nossa. Tanto nossa como é dos portugueses, dos brasileiros ou dos angolanos. Não creio que seja pensável deixarmos de ter a língua portuguesa como língua oficial. Isso é um cimento importante nas relações entre os países e povos que integram hoje a CPLP.”*¹²⁶

Meses após o discurso de Neves na ONU, o linguista cabo-verdiano Manuel Veiga, numa entrevista ao jornal “Expresso das Ilhas”, citou a UNESCO para corroborar sua tese de afirmação de uma língua através da outra. Veiga também opinou sobre o que ele cria ser a relação competitiva entre o português e o crioulo em seu país, nos seguintes termos:

*“No dia em que dominarmos a estrutura científica e gramatical da nossa língua, ela vai nos servir de referência para a aprendizagem de qualquer outra língua.”*¹²⁷

Veiga recordou ainda que no arquipélago existem duas disciplinas em que os alunos obtêm piores notas: o português e a matemática. Nesta última, por causa das terminologias. Em seu entender, esta situação ocorre porque o crioulo e o português estão numa posição de sobreposição, em que “um invade o campo do outro.”

Não é claro o alcance das palavras de Manuel Veiga, que ainda assim parecem apontar para as dificuldades decorrentes de o português e o crioulo assumirem papéis diferentes na sociabilização das pessoas: o português como língua oficial e de aprendizagem obrigatória na escola e o crioulo como língua familiar.

¹²⁶ Entrevista: Jorge Carlos Fonseca, Rádio ONU, 26 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/08/entrevista-jorge-carlos-fonseca/> (consultado em 17 de dezembro de 2011).

¹²⁷ “Crioulo no currículo escolar facilitará a aprendizagem do português”. Manuel Veiga. Entrevista concedida ao *Expresso das Ilhas* em 6 de março de 2012. <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/crioulo-no-curriculo-escolar-facilitara-a-aprendizagem-do-portugues---manuel-veiga> (consultado em 12 de março de 2012).

O linguista suíço Ferdinand de Saussure afirmou que a linguagem tem “*um lado individual e um social, sendo impossível conceber um sem o outro*” (SAUSSURE: 1982). Neste contexto, é claro notar o “lado político” da língua, que se expressa nas duas dimensões.¹²⁸

Na situação de diglossia cabo-verdiana – entre o português “oficial e internacional” e o crioulo “nacional e materno” –, existe uma dicotomia com relevância política. O falante terá sempre o poder de escolha na utilização do idioma falado, e esta opção será uma ação política. No caso específico do discurso em crioulo por parte do primeiro-ministro cabo-verdiano no maior palco político internacional, como são, por excelência, as Nações Unidas, decorre de uma decisão “política” por uma das línguas de seu país (independentemente de o crioulo ter mais do que uma variante e não estar, segundo Veiga, inteiramente tratado no plano científico).

Ao abrir sua intervenção, Neves ressaltou:

*“Penso que é a primeira vez que na Assembleia das Nações Unidas está sendo comunicado no crioulo de Cabo-Verde. (...) Esse genuíno patrimônio de Humanidade que nasce no princípio do século XV e que de acordo com alguns linguistas e historiadores é o crioulo mais antigo de formação euro-africana no contexto atlântico.”*¹²⁹

Dias antes deste discurso, os ministros das Relações Exteriores da CPLP haviam se encontrado à margem do evento, em Nova Iorque, para debater a estratégia de promoção do idioma no mundo, em especial na ONU.

Ao conceder uma entrevista de rádio, o ministro angolano das Relações Exteriores, Georges Chikoti, afirmou à agência Lusa que “*o português faria pleno nos debates da Assembleia Geral*”,¹³⁰ dando a entender que todos os chefes de Estado e

¹²⁸ Ferdinand de Saussure. *Curso de Lingüística Geral* [Curs de Linguistique générale] Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1982. p.16.

¹²⁹ Discurso de José Maria Neves na Assembleia Geral das Nações Unidas em 24 de setembro de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/09/discurso/> (consultado em 17 de dezembro de 2011).

¹³⁰ “Português faz pleno nas intervenções dos países da CPLP na Assembleia Geral.” Notícia da Lusa reproduzida pelo jornal *Expresso* em 23 de setembro de 2011. Disponível em <http://aeiou.expresso.pt/onu-portugues-faz-pleno-nas-intervencoes-dos-paises-cplp-na-assembly-geral=f676061> (consultado em 26 de dezembro de 2011).

Governo lusófonos falariam no mesmo idioma.

A declaração correspondia ao ocorrido até aquele momento quando havia-se falado em português demonstrando uma “harmonia linguística” em torno do português anunciada pela CPLP.

Mas aquela tampouco seria a primeira vez em que um país lusófono optaria por um outro idioma que não o português. Em várias ocasiões, como já foi mencionado nesta pesquisa, autoridades desses países falaram em francês, inglês ou espanhol.

Para além da possibilidade de escolha, podemos perguntar se do estatuto de língua oficial decorre, nomeadamente, que ela seja utilizada de modo obrigatório no âmbito das instâncias internacionais. Este caso aparentemente confunde a percepção que normalmente se tem de que assim o é. Mas o que significa no caso do português ser falado nas Nações Unidas? Como sabemos, há Estados que têm uma determinada língua apenas como língua de comércio ou internacional, sem que isso signifique sua aceitação como língua “oficial”. É, por exemplo, o caso de vários países francófonos do norte de África, onde, de fato, a língua tende a desaparecer no âmbito das relações sociais internas. Desse ponto de vista, o português ocupa claramente um lugar diferente, nos países de língua portuguesa. É o próprio José Maria Neves que recorda as origens antigas do crioulo cabo-verdiano decorrentes do encontro entre portugueses e africanos.

Já aqui referimos que uma língua falada por poucas pessoas será irrelevante internacionalmente. E agora diremos que assim é ainda nos casos em que a mesma é utilizada nos principais *fora* internacionais.

Corroborando esta asserção, a pesquisadora Maria de Sousa Galito reconhece a existência de um “ciclo vicioso” nesta matéria ao afirmar que “uma língua é mais poderosa se for mais empregue e, se for mais empregue, é mais poderosa”.

“Se o Português for uma língua falada em cinco continentes, mas for preterida sucessivamente (a começar pelos que a têm como língua materna, quer na oralidade – em congressos, palestras, no convívio entre colegas – quer na escrita – nos artigos, nos jornais e revistas

científicos, nos portais da Internet), perderá influência – também porque os seus próprios falantes que estão a contribuir para que o Português se torne de facto e cada vez menos prestigiado (ciclo vicioso). O poder está nas mãos das pessoas – como parece ser costume, aliás.”¹³¹

Esta afirmação de que o poder das línguas está nas mãos das pessoas tem muito de verdadeiro nas sociedades contemporâneas em que os Estados não podem impor suas línguas, por exemplo, nas redes digitais. A língua que se fala e o modo como se fala ou escreve como que escapa às normas de controle social. Pelo que o esforço de internacionalização de uma língua, como empreendimento simultaneamente político, social e cultural, tem de ser um esforço conjunto dos Estados e das respectivas sociedades.

Um caso extremo de diglossia que tem gerado fortes tensões políticas e sociais é a Bélgica, um Estado cuja identidade desaparece em face das disputas em torno dos direitos linguísticos entre flamengos e francófonos.

No âmbito da CPLP; não foi somente em Cabo Verde, conhecido por utilizar mais o crioulo que o português desde os tempos da colonização portuguesa, que o AO parece ter ajudado a despertar e a fortalecer um sentimento de reafirmação das línguas locais.

Em Moçambique, por exemplo, até setembro de 2011, o Acordo ainda não havia sido ratificado, mas era objeto de “análises”, como explicou o presidente Armando Guebuza, numa entrevista de rádio na qual dizia que o Acordo “*estava sendo estudado, para ver...*”¹³²

Segundo o presidente moçambicano, a entrada de “outros países”, não-lusófonos, na CPLP tinha que ser bem analisada, pois, para muitos moçambicanos, os temas discutidos pelo bloco “não eram de interesse geral”, como, por exemplo, o AO.

¹³¹ Maria Sousa Galito em seu “Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho”. Outubro 2006. p. 47. Disponível em http://www.ciari.org/investigacao/impacto_econ_lingua_portuguesa.pdf (consultado em 26 de dezembro de 2011).

¹³² Entrevista do presidente Armando Guebuza à Rádio ONU sobre a ratificação do Acordo Ortográfico, em 23 de setembro de 2011, Nova Iorque. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/09/exclusiva-armando-guebuza-2/index.html> (consultado em 8 de outubro de 2012).

A realidade política demonstra que se a CPLP quiser obter maior destaque e apoio em contexto mundial, ela precisará de se abrir – de uma forma ou de outra - a esta mesma comunidade internacional. E, fazendo isso, a promoção do português pode ganhar ainda mais impulso, uma vez que será parte das condições de admissão um maior compromisso com o idioma e o ensino do mesmo onde ele ainda não é aplicado.

Coincidência ou não, após a implementação do AO no Brasil e em Portugal e da divulgação do Plano de Ação de Brasília, a Assembleia Nacional de Angola aprovou, em novembro de 2011, sem nenhum voto contra, o Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana, as chamadas “línguas angolanas”. É necessário porém dizer que o debate sobre as línguas angolanas já existia há alguns anos em Angola, embora a medida constitucional tenha sido tomada após o Acordo.

Existirá algum nexo de causalidade entre a proposta do AO e a aprovação da medida? Não há evidência que o comprove, mas as duas matérias estão relacionadas.

Um artigo publicado na agência estatal de notícias angolana, *Angola Press*, citou declarações da ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva, por ocasião da referida aprovação parlamentar, nas quais se diz que aquela

*“Considerou que as línguas nacionais constituem um veículo fundamental para a identidade cultural angolana, jogando um papel relevante no reconhecimento da diversidade cultural e linguística. Disse ainda que na presente proposta de lei são consideradas como línguas nacionais o Cokwe, Khoi, Kikongo, Kimbundu, Ngangela, Oxiwambo, Olunyaneka, Umbundu, Vátwa, Helelo, Luvale, Mbunda, Mbinda e Lunda Ndembo. Neste contexto, referiu que são qualificáveis como língua nacional todas as línguas usadas historicamente e secularmente pelos povos habitando o território nacional, independentemente do número de falantes, desde que se verifique que estas servem de veículo de transmissão das suas mensagens e que integram o património linguístico.”*¹³³

Antes mesmo da decisão da Assembleia Nacional angolana, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) anunciava, em sua página na internet, que se tornara a primeira universidade do Brasil a ensinar como disciplinas as línguas angolanas kimbundo e

¹³³ “Rosa Cruz afirma que o Estatuto das línguas angolanas visa regular linguística nacional.” Artigo publicado em 26 de outubro de 2011 pela *Angop*, Luanda. Disponível em http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2011/9/43/Rosa-Cruz-afirma-que-estatuto-das-linguas-angolanas-visa-regular-linguistica-nacional.95ad8d2b-5c54-4a87-a602-dec5d6a82665.html (consultado em 3 de março de 2012).

kikongo. A iniciativa foi do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros em Línguas e Culturas da referida universidade.¹³⁴

A proteção e valorização das línguas nacionais estão previstas no artigo 21º alínea n), da Constituição angolana, que determina:

*“- n) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação;- ”*¹³⁵

Já no Artigo 19.º, nº1, dedicado às línguas da nação angolana lê-se:

“- A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional - ”.¹³⁶

Não se trata de um enunciado oposto à projeção da língua portuguesa, antes pelo contrário. A situação em Angola confirma a pertinência da afirmação de Maria de Sousa Galito há pouco transcrita. A língua portuguesa tem uma presença visível no país, como expressão do que normalmente se entende por língua nacional.

Não só as autoridades políticas usam a língua, mas também os meios de comunicação social e as pessoas em geral. A proteção das línguas nacionais faz-se por razões de sustentabilidade cultural e de afirmação não exclusivista da identidade nacional.

Para Irene Mendes, que analisou a situação das línguas nacionais e a situação do crescimento do ensino do português como língua oficial em Moçambique, não existem hierarquias ou complexos entre as línguas faladas no país do Índico. Mendes é citada por Faulstich:

“(...) Foi a partir da valorização dada às línguas moçambicanas que os falantes, sobretudo a camada estudantil, a um nível médio, começam a tomar consciência de alguns problemas lingüísticos que antes eram passados despercebidos com a imposição da língua portuguesa (entenda-se a língua que se aproxima(va) da língua padrão). Aqui, as línguas moçambicanas

¹³⁴ “UNEB é a 1a. do Brasil a ter línguas angolanas seminário hoje (11) aborda oferta de disciplinas.” 11 de maio de 2011. Disponível em http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/05/uneb-e-1a-do-brasil-a-ter-linguas-angolanas-seminario-hoje-11-aborda-oferta-de-disciplinas (consultado em 3 de março de 2012).

¹³⁵ Constituição da República de Angola aprovada pela Assembleia Constituinte em 21 de janeiro de 2010. Disponível em <http://www.angolaembassy.org.il/documents/AngolaConstitution05.02.2010.pdf> (consultado em 4 de março de 2012).

¹³⁶ *Idem et ibidem.*

são colocadas quase ao mesmo nível de importância social que o Português e [...] não existe qualquer complexo de supremacia de uma língua sobre outra.”¹³⁷

O tema do ensino das línguas maternas e locais foi também abordado pelo ex-presidente do Timor-Leste José Ramos Horta, no início de 2012. Ramos Horta havia lançado há pouco a nova página da Presidência da República na internet somente em inglês e tétum, avisando que o português seria acrescentado posteriormente, o que, de fato, ocorreu. A página principal, no entanto, permanecia bilíngue (tétum e inglês) até à produção destas linhas. Segundo a agência portuguesa de notícias, *Lusa*, o presidente timorense havia endossado um plano do Ministério da Educação de ensinar línguas maternas no jardim da infância. De acordo com a *Lusa*, Ramos Horta afirmou:

*“À primeira vista parece fazer sentido porque a verdade é que ainda há muitas crianças no nosso país, em muitas comunidades, que nem o tétum falam.”*¹³⁸

O diretor-executivo do IILP ao tempo em que esta investigação é feita, Gilvan Müller de Oliveira, cujo trabalho consiste em promover uma “gestão partilhada e conjunta” do idioma, descreve o português como “língua de abertura”, e as línguas locais, como o crioulo cabo-verdiano, por exemplo, como “línguas de entrada”, e, em tom consensual, Müller de Oliveira lembra que “ter mais línguas é uma vantagem no mundo globalizado.”¹³⁹

Várias línguas juntas enriquecem sociedades ainda que em alguns casos no contexto da existência de lusofonias e línguas locais, observa-se uma certa intolerância pela variante alheia, como no caso de alguns europeus que não gostam da variante brasileira e vice-versa.

Com a paixão que faz lembrar torcedores num estádio de futebol, um leitor do *Jornal de Notícias* de Portugal, Carlos Moreira, deu-se ao trabalho de escrever uma “queixa” ao periódico para protestar contra a grafia brasileira adotada no sítio da FIFA, na internet.

¹³⁷ Irene Mendes. *O léxico no português de Moçambique* (aspectos neológicos e terminológicos). Maputo, Promédia, 2000. pp. 40-41. citada por Enilde Faulstich.

¹³⁸ “PR diz que faz sentido projeto-piloto para ensinar línguas maternas.” 17 de fevereiro de 2012. http://noticias.sapo.pt/internacional/artigo/pr-diz-que-faz-sentido-projeto-piloto-para-ensinar-linguas-maternas_13830786.html (consultado em 4 de março de 2012).

¹³⁹ “A Entrevista.” Gilvan Mueller de Oliveira. TCV, Televisão de Cabo Verde. 12 de outubro de 2011, 3ª. parte. Disponível em http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=41&id_cod=12862&nome_programa=A+Entrevista&data=2011-10-12&codigo= (consultado em 13 de dezembro de 2011).

Os grifos são da autora, mas os argumentos são de inteira responsabilidade do leitor em questão: “Venho expressar a minha profunda tristeza pela versão Portuguesa do site oficial da FIFA estar escrita em Português Brasileiro, e não Português. Eles colocam no seguinte endereço <http://pt.fifa.com> palavras tais como "Copa do Mundo", "Registre-se", "Torcida", "Mídia", etc. etc. Todo o site português da FIFA está escrito numa língua que não é a verdadeiramente portuguesa. Ninguém em Portugal alguma vez falou, fala, falará, escreveu, escreve, ou escreverá, dessa maneira. (...) É uma vergonha que mais uma vez o Brasil se sobreponha a Portugal e que a língua e cultura portuguesas sejam vilipendiadas pela influência poderosa dos lóbis brasileiros. É incompreensível que as autoridades Portuguesas e a Federação Portuguesa de Futebol permaneçam caladas, e não peçam à FIFA a correção imediata destes erros crassos, que em tanto afectam a nossa dignidade nacional. Basta alterar o endereço da versão "obviamente brasileira" para "br.fifa.com", e criar uma versão "pt" com a ortografia Portuguesa de Portugal, e resolvia-se este problema. (...) Temos o dever de defender a língua Portuguesa, e não é assim que o faremos. Isto é um desastre à escala internacional para a cultura portuguesa.”¹⁴⁰

Curiosamente este pequeno texto não só inclui uma palavra em inglês (“site”), sem a ressaltar de algum modo, como está escrito, em vários pontos, em “contravenção” do que se dizia num livro editado em 1967, em Lisboa, pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social intitulado *O Respeito Devido à Língua Pátria*. O livro começa com um manifesto “Em defesa do idioma nacional”, onde se alerta para o desvirtuamento há muito feito da língua portuguesa... pelos próprios portugueses.¹⁴¹

Paradoxalmente, o sotaque brasileiro pode ser mais aceito em Portugal, com a ajuda das novelas brasileiras e da indústria de entretenimento do país sul-americano, do que em algumas partes da África e até mesmo no Timor-Leste. Na entrevista que deu para esta tese, o escritor moçambicano Mia Couto disse que conhecia alguns casos semelhantes em seu próprio país e deu um exemplo.

“(...)Devo dizer que, mesmo entre alguns moçambicanos, prevalece ainda a ideia de que

o “bom” português é aquele que é veiculado pela norma portuguesa e pelo sotaque português (se é que há um único sotaque português). Recordo-me da reação negativa de alguns pais quando numa escola secundária da capital de Moçambique se anunciou que o professor de português

¹⁴⁰ “Cidadão Repórter.” Versão portuguesa do site oficial da FIFA escrita em português brasileiro. *Jornal de Notícias*, 11 de junho de 2010. Disponível em http://www.jn.pt/CidadaoReporter/Interior.aspx?content_id=1590694 (consultado em 4 de dezembro de 2011).

¹⁴¹ *O respeito devido à língua pátria*. {Acção da Liga Portuguesa de Profilaxia Social. Depoimentos}. 1967. Imprensa Social. Porto.

seria um brasileiro. Isto aconteceu há um tempo atrás mas pode bem voltar a acontecer.”
(ANEXO MIA COUTO).

Ao comentar o tema, o professor português Ivo Castro foi mais longe ao dizer que, para lá do sotaque, a barreira maior é a falta de compreensão absoluta entre os diferentes lados do mundo que fala português. Segundo ele, os brasileiros ainda terão um longo caminho a percorrer na África lusófona em nível de afirmação política e de construção da “credibilidade”. Para Castro, este é um terreno em que os portugueses têm mais vantagem, especialmente por causa do conhecimento que os africanos têm dos portugueses e que também se expressa no modo de falar, mas que é, por natureza, um problema de conhecimento do outro. Neste trecho, ele comenta especificamente a atuação brasileira na Guiné-Bissau, onde o país sul-americano tem investido recursos substanciais de ordem financeira e com pessoal para ajudar a consolidar a paz.

“(…)Os africanos, gostem ou não dos portugueses, e uns gostam e outros não, conhecem os portugueses. E percebem o que o português quando está a falar com ele, quer, e onde é que quer chegar. E não têm a mesma apreciação em relação aos brasileiros. E isso, evidentemente, a Mônica compreende, é uma generalização das mais baratas que pode haver. Não tenho maneiras de fundamentar isto a não ser com histórias que me contam e que acabam logo ali. Mas o Brasil tem em África o problema de se fazer conhecer e acreditar”
(ANEXO IVO CASTRO).

II CAPÍTULO

As políticas de promoção da língua

1. OS INSTITUTOS CERVANTES E CAMÕES: MISSÕES COMPARADAS

À medida que os países de língua portuguesa veem proliferar e multiplicar-se o número de institutos, organizações, observatórios e outras instituições cujo objetivo é promover sua língua no mundo, nem sempre com o êxito desejado, um dos maiores sucessos apontados na divulgação do idioma mora ao lado de Portugal, mais precisamente na Espanha, com o Instituto Cervantes.

Fundados em 1991 e 1992, respectivamente, os Institutos Cervantes e Camões levam ao mundo duas línguas próximas não só em suas raízes, localizações geográficas e históricas, mas também porque se espalharam pelo globo graças às atividades ligadas aos Descobrimentos. Como sabemos, o Instituto Camões existiu vários anos em outro formato que não o atual sob a tutela do Governo português, mas, para efeitos da pesquisa, abordaremos, como ponto de partida para este capítulo, o ano de 1992, quando o Instituto foi batizado com o nome do escritor português homônimo, um ano depois de o equivalente espanhol ter sido chamado Instituto Cervantes.

As missões dos dois institutos são fundamentalmente diferentes, o que pode estar na base dos seus resultados também diferentes. Uma visita aos sítios da internet dos Institutos Cervantes e Camões nos mostrará que a missão do primeiro é “ensinar a língua espanhola e difundir a cultura espanhola e *hispanoamericana*.”¹⁴²

Já o Instituto Camões, nascido um ano após o seu congênere, determina, como sua missão, “propor e executar a política de divulgação e de ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e promover o português como língua de comunicação internacional.”¹⁴³

¹⁴² Cf. “El Instituto Cervantes es la institución pública creada por España en 1991 para la promoción y la enseñanza de la lengua española y para la difusión de la cultura española e hispanoamericana. Se encuentra en Madrid y en Alcalá de Henares, Madrid, España, lugar de nacimiento del escritor Miguel de Cervantes. Los centros del Instituto están situados en los cinco continentes.” Sítio do Instituto Cervantes. http://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/informacion.htm (consultado em 25 de julho de 2010).

¹⁴³ Cf. “O Instituto Camões tem por missão propor e executar a política de divulgação e de ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e promover o português como língua de comunicação internacional. (...)” <http://www.instituto-camoes.pt/missao-do-instituto-camoes/index.html> (consultado em 25 de julho de 2010).

Encarregados pela administração do Instituto Camões, no entanto, explicam que o Instituto investe “ativamente na promoção de escritores e das culturas da CPLP em geral”, extrapolando (ou talvez não segundo essa perspectiva) a missão, ainda que a mesma permaneça inalterada nos estatutos do órgão e na internet. O Instituto Camões também informa que promove “autores africanos” e que apoia a concessão do Prêmio Camões, que tem como potenciais vencedores candidatos brasileiros e outros.

Ao limitar, aparentemente, sua ação à promoção da língua e cultura portuguesas, o referido instituto acaba assim por reduzir também sua esfera de influência política e atuação. Até mesmo a Aliança Francesa, fundada em 1887, menciona como parte de sua missão “promover a língua e os gostos das culturas francófonas”¹⁴⁴, constituindo uma plataforma semelhante ao Instituto Goethe, que “oferece o estudo do alemão no exterior e incentiva o intercâmbio cultural”.¹⁴⁵

Como podemos constatar, todas as demais missões dos institutos de ensino de línguas aqui citados e que contam com um forte elemento de financiamento de seus respectivos Estados parecem estar abertas à inclusão de outras esferas e espaços no processo de promoção do idioma. Notemos que, no caso do Instituto Goethe, o “intercâmbio cultural é encorajado.” A França cultiva o “gosto pelas culturas francófonas” e até faz uma referência aos “amigos da França”.

No caso do Instituto Camões, ainda que na prática promova escritores não-portugueses, o enunciado técnico de sua missão fala por si. Não nos cabe, enquanto pesquisadora, defender uma posição política. Mas cabe-nos tentar perceber os limites do sistema. E também alguns eventuais paradoxos.

No que se refere à promoção da língua portuguesa no mundo, tal como prevista no plano de Ação de Brasília, e baseado nos modelos de institutos internacionais de

¹⁴⁴ “L’Association dite ‘Aliance Française’, fondée en 1883, a pour mission d’enseigner la langue française dans le monde, d’organiser des manifestations culturelles, de rassembler à l’étranger les amis de la France. Elle a pour mission de maintenir ou de Développer la pratique de la langue française et le goût des cultures francophones. (...)” www.alliancefr.org/html_fr/pdf/.../diaporama_france.ppt (consultado em 25 de julho de 2010).

¹⁴⁵ “We promote the study of German abroad and encourage international cultural exchange. We also foster knowledge about Germany by providing information on its culture, society and politics.” Sítio do Instituto Goethe. <http://www.goethe.de/uun/enindex.htm> (consultado em 25 de julho de 2010).

línguas, como os mencionados acima, a missão do Instituto Camões pode ser considerada um “erro tático”. Trata-se de um equívoco que o Instituto Cervantes tratou de evitar logo na sua criação, ao estabelecer como parte de sua missão a divulgação da língua e da cultura espanholas assim como de nações latino-americanas.

O Instituto Cervantes vê assim uma oportunidade ímpar no universo latino fora da Espanha. Nos Estados Unidos, o referido instituto tem três sucursais, Albuquerque, Chicago e Nova Iorque, onde ocupa um dos endereços mais comerciais e valorizados de Manhattan, na rua 49 do lado leste da ilha, a poucos passos de missões diplomáticas de todo o mundo que atuam nas Nações Unidas. Não devemos olvidar, no entanto, que o orçamento do Instituto Cervantes é cerca de 50% superior ao do congênere português.

De acordo com a página do Instituto Cervantes na internet, em 2012, a entidade contou com um orçamento de 97,2 milhões de euros.¹⁴⁶ É sabido ainda que o Cervantes busca parcerias com o setor privado para divulgação do espanhol como o fez recentemente ao firmar uma cooperação com a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, para que o espanhol seja ensinado dentro de uma das instituições acadêmicas mais prestigiadas do mundo.

Esta parceria, no entanto, só foi formalizada graças ao patrocínio do Banco Santander.¹⁴⁷ Vale a pena ainda refletir sobre o aumento da difusão do espanhol com a ajuda da Universidade de Harvard, localizada em um dos estados com uma das maiores concentrações de falantes do português nos Estados Unidos, o estado de Massachusetts.

De acordo com documentos oficiais do governo de Portugal, para o ano económico de 2013, o orçamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua era de 61,1 milhões de euros.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Instituto Cervantes. “Cifras del Instituto Cervantes durante el curso 2011-2012.” Disponível em http://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/prensa/2012/noticias/patronato-cervantes-2012-cifras.htm (consultado em 27 de julho de 2013).

¹⁴⁷ García de la Concha: “El Instituto Cervantes entra en el corazón de Harvard”, Madrid 16 de abril de 2013. Página do Instituto Cervantes. Disponível em http://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/prensa/2013/noticias/nace-instituto-cervantes-harvard.htm (consultado em 27 de julho de 2013).

¹⁴⁸ Governo de Portugal, Mapa V, Receitas dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica, com especificação das receitas globais de cada serviço e fundo. p.1. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/736284/oe2013_mapa05.pdf (consultado em 27 de julho de 2013).

Segundo a administração do Instituto Camões, em declarações a esta pesquisa, no ano de 2011, havia planos para abrir um Centro de Língua Portuguesa em Nova Iorque, mas até à produção desta tese o projeto ainda não havia se materializado. A proposta inspirava-se no modelo do Instituto Cervantes e foi dada no estudo já referido, coordenado por Carlos Reis, sobre a internacionalização da língua portuguesa; referimo-nos, mais uma vez, ao estudo que foi usado como base da política de promoção do idioma em 2008, e posteriormente anunciada pela CPLP.

Vale a pena citar o estudo:

"Portugal tem de ver as outras boas práticas, nomeadamente o excelente exemplo que é o do Instituto Cervantes, (...) em termos de orgânica, de filosofia, de articulação com o poder político e de utilização de mecanismos simbólicos de valorização da língua".¹⁴⁹

Em 2009, a Real Academia Espanhola lançou uma nova gramática com o objetivo de “unificar” a língua espanhola. Num artigo da BBC, aparecia a foto do rei da Espanha, Juan Carlos, com a gramática, que havia levado 11 anos para ser concluída e que assim substituíra a de 1931. Ainda segundo o artigo, a mudança foi necessária, porque a ortografia espanhola estava “afastada” da dos países latino-americanos.

“The guidelines replace the RAE's own 1931 grammar, which is said to be out of touch with the way Spanish is spoken in Latin American countries.”¹⁵⁰

É curioso notar alguns detalhes da reportagem. Em primeiro lugar, observamos que o motivo da reforma e unificação é justificado por forma à “[Espanha] não perder o contato com os demais países que falam o idioma”. Em segundo lugar, notamos que o veículo, a face escolhida para apresentar a gramática ao mundo foi o rei espanhol Juan Carlos, figura considerada conciliadora e de estatura máxima em se tratando da língua espanhola. Fica claro ainda a decisão política de aproximação dos países latino-americanos através da língua em comum.

¹⁴⁹ “Governo anuncia plano para promover português no estrangeiro.” 14 de julho de 2008, *Público* com base em notícia da agência *Lusa*. Entrevista com Carlos Reis. Disponível em <http://www.publico.pt/Cultura/governo-anuncia-plano-para-promover-portugues-no-estrangeiro-1335429> (consultado em 18 de dezembro de 2011).

¹⁵⁰ Cf. New Grammar Book Seeks to ‘Unify’ Spanish Language. BBC News. Artigo publicado em 11/12/09. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/8407231.stm> (consultado em 21 de janeiro de 2011).

O fato de, nos últimos dois anos, se ter deteriorado a figura pública do rei da Espanha e que Juan Carlos tenha renunciado ao cargo e sido substituído por seu filho Felipe VI, não retira em nada a força do argumento, visto que, na altura, isso não se passava de forma tão evidente. É o mesmo rei de Espanha que, agora substituído pelo sucessor, é a face do país nas moedas de euro que circulam na União Europeia, dado seu valor simbólico.

Já a aparente decisão na missão do Instituto Camões de “propor e executar a política de divulgação e de ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e promover o português como língua de comunicação internacional” pode ser facilmente justificada do ponto de vista sócio-econômico e nacional, mas parece acarretar perdas, sobretudo políticas e estratégicas para a internacionalização do português.

Não seria mais estratégico estimular o fortalecimento do Instituto Camões, assim como o é, no caso do Cervantes, para toda a esfera de língua portuguesa? Não seria ainda mais saudável revitalizar o Instituto Camões com uma marca aceita por todos os países de língua portuguesa? Não poderia o Instituto Camões assumir um matiz mais internacional, em nome do avanço da promoção da língua no mundo? Sendo ele o único instituto que ensina português na lusofonia?

Fernando Cristóvão, ex-presidente do ICALP, que antecedeu o Instituto Camões, é considerado um dos mais respeitados especialistas em política de língua. Ele advoga, sem receios, passos em frente, na linha do que vem sendo feito pelo Instituto Cervantes, a partir da Espanha, mas com atenção à realidade da língua portuguesa. É preciso perceber que a posição da Espanha no espaço da hispanofonia não é a mesma da de Portugal no espaço da lusofonia. Com efeito, a Espanha tem especiais condições de influência e financeiras para assumir uma função de liderança dos empreendimentos conjuntos, porventura partilhada com o México, que Portugal não tem.

Uma das provas mais contundentes da visão universal de gerenciamento do Instituto Cervantes, praticada pelo governo da Espanha, ocorreu em 2012 após o escritor Mário Vargas Llosa, que nasceu, cresceu e se estabeleceu na carreira no Peru, ter sido

convidado para presidir o Instituto Cervantes. Vargas Llosa, que também tem cidadania espanhola, recusou o convite pela segunda vez, de acordo com a agência EFE, citada pelo sítio G1 do Brasil.¹⁵¹

A mesma situação seria possível com relação ao Instituto Camões? Poderia o mesmo convidar para sua chefia, um cidadão com outra nacionalidade lusófona que não a portuguesa? Todas estas perguntas só reforçam a necessidade de estudarmos os limites do modelo atual, com vista ao seu melhoramento.

Ao promover com seus recursos financeiros as culturas angolana, brasileira, cabo-verdiana, guineense, moçambicana, são-tomense e timorense, Portugal divulga ao mesmo tempo a sua própria língua.

Graças à cooperação entre Brasil e Portugal, o Prêmio Camões, dedicado à literatura em língua portuguesa, reconhece outros escritores do idioma comum. Este, por exemplo, é um passo louvável na direção certa de expandir o intercâmbio cultural e linguístico entre os povos de expressão portuguesa.

Em termos comparativos, pensamos ser pertinente afirmar que dificilmente a internacionalização do português se fará sem que Portugal internacionalize seu maior veículo de promoção do idioma: o Instituto Camões. Essa foi, efetivamente, a proposta do estudo sobre a internacionalização da língua que supostamente irá servir de base à ação política. A proposta de refundação do Instituto Camões, sugerida no estudo, foi feita pelo ex-ministro da Cultura de Portugal, António Pinto Ribeiro. Num encontro público na Assembleia da República, o ministro disse que era necessário tornar

o idioma mais competitivo. As suas palavras são claras:

“Temos que refundar o Instituto Camões, não só ao nível das estruturas mas também das políticas e da sua gestão. Os dirigentes do Instituto Camões têm de se inspirar no modelo do

¹⁵¹ “Mario Vargas Llosa recusa oferta para presidir o Instituto Cervantes”, 20 de janeiro de 2012. Notícia da agência EFE, reproduzida pelo sítio G1. Disponível em <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2012/01/mario-vargas-llosa-recusa-oferta-para-presidir-o-instituto-cervantes.html> (consultado em 27 de julho de 2013.)

Instituto Cervantes e do British Council, inspirar não significa copiar, têm de se inspirar sobretudo em outros modelos concorrentes outros que têm sido mais capazes.”¹⁵²

A verdade é que, até o momento, o Instituto Camões não está presente, de modo efetivo, no Brasil, o maior país de língua portuguesa, embora o mesmo apoie cátedras em universidades brasileiras e apoie também o Centro Cultural Português em Brasília. A prova do que dizemos está em que, ao contrário da Aliança Francesa, do Instituto Goethe e do Instituto Cervantes, o Instituto Camões não tem no Brasil (pelo menos não tem até o fecho destas linhas) uma unidade de ensino do idioma para estrangeiros.

Curiosamente, o Instituto está presente na Venezuela, que concentra a maior comunidade lusófona europeia após o Brasil, na América do Sul. O Instituto Camões também está na Argentina, no Uruguai, na Colômbia e no Chile. Não consta que o Camões tenha algum docente não-português em seus quadros no subcontinente. Uma operação logística não muito difícil de imaginar: ao invés de transportar um professor da Europa para a América Latina, poderia o Instituto formar uma cooperação com o Brasil recrutando um profissional capacitado na própria região? Muitos desses estudantes querem aprender português para trabalhar no Brasil, como é sabido. É claro que não podemos negligenciar, no entanto, as regras do mercado, uma vez que o estudante prefira aprender uma determinada variante da língua, o instituto tem de estar preparado para oferecê-la, mas isso só comprova a nossa tese de que um “quadro docente multilusófono” poderia tornar o Camões como instituto de língua ainda mais competitivo.

¹⁵² António Pinto Ribeiro, na abertura do Colóquio sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa, auditório do edifício novo da Assembleia da República, 16 de junho de 2009. ASDP. Instituto Diplomático, Lisboa 2010. p.36.

2. INSTITUTO CAMÕES, IILP, IPOR

<p>Instituto Camões Fundado em Lisboa em 1992.</p>	<p>Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) Surgido em 1989 Fundado na Cidade da Praia em 2002.</p>	<p>Instituto Português do Oriente (IPOR) Fundado em Macau em 1989. Estatutos modificados em 1999.</p>	<p>Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP) Rebatizado em 1980, extinto em 1992, a entidade derivou do Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP) 1976-1980, que por sua vez teve como antecessor o Instituto de Alta Cultura de 1952 a 1976, anteriormente conhecido como Instituto para a Alta Cultura.</p>
<p>Missão: “O Instituto Camões tem por missão propor e executar a política de divulgação e de ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e promover o português como língua de comunicação internacional (...)”</p> <p>Em 30 de janeiro de 2012, a missão do Instituto Camões foi alterada de acordo com a mudança do nome da entidade para Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP – (CICL). Decreto-Lei nº 21/2012.</p> <p>Nova Missão: “O Camões, I.P., tem por missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário.”</p>	<p>Missão: O IILP tem como objetivos fundamentais "a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais".</p>	<p>Objetivo: Manter viva a presença do português na região mesmo após a devolução do Território de Macau à China. Em 2010, o IPOR passou a assegurar a coordenação da gestão dos Centros Culturais Portugueses no Oriente, do Centro Cultural Português em Macau e dos Leitorados Portugueses no Oriente. Apoia, também, os serviços culturais das Embaixadas portuguesas na região da Ásia-Pacífico desenvolvendo um papel de grande relevo prático em relação a Timor.</p>	<p>Missão: Reforço do compromisso no tocante ao ensino e promoção da língua e cultura portuguesa, a nível nacional e internacional.</p>

Com base nas informações contidas na tabela acima podemos constatar que o estabelecimento e reformas de entidades para promoção do idioma mostra-se constante na evolução da estratégia estatal portuguesa de difusão da língua.¹⁵³

A recomendação de Carlos Reis para que o Camões se inspire em seu equivalente espanhol pode ajudar a transformar a entidade portuguesa num Instituto de Língua Portuguesa, preparado para atravessar qualquer fronteira e se estabelecer, de forma bem-sucedida, em outras partes do mundo na promoção do idioma comum.

A internacionalização como que muda a natureza e as finalidades da política da língua, com repercussões em todos os elementos referidos anteriormente, que estão interligados. Dificilmente pode mudar a missão de uma instituição sem que mudem as orgânicas.

O estudo relativo à internacionalização do português apontou claramente para a mudança da missão. E, se bem que de maneira diferente da preconizada no referido estudo, o XIX Governo Constitucional de Portugal, através da liderança do ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, mudou-se a missão e a orgânica do Instituto Camões. Se prestarmos atenção às alterações verificadas ao longo do tempo do que hoje é o Instituto Camões, verificamos que elas foram profundas durante o Estado Novo e, posteriormente, na vigência do regime democrático. Em pleno século XXI, é natural que voltem a mudar. De notar ainda que últimas alterações a que nos referimos foram as primeiras após a criação da CPLP.

Parte crucial da política linguística de Portugal são os leitorados espalhados pelo globo. Os leitores de língua e cultura portuguesas são considerados executores desta política. Os leitorados são administrados pelo Instituto Camões, que, como já vimos, foi fundado, e refundado, com a missão de promoção da cultura e língua portuguesas.

¹⁵³ Tabela compilada pela autora com base na bibliografia existente e dados da página do Instituto Camões e outros institutos. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/historia-do-ic> (consultado em 28 de julho de 2013).

No caso da hispanofonia e da francofonia, as ex-metrópoles são consideradas “mais importantes” e “destacadas” no cenário internacional, o que não é a situação do Brasil e de Portugal e outras nações lusófonas.

Uma presença internacionalizada do Instituto Camões com professores de vários países e um gerenciamento partilhado com a ajuda da CPLP poderia resolver o problema da falta de uma entidade internacional para o ensino do português, mas isto é já apontar para um novo cenário que provavelmente obrigará à agregação de novas competências na entidade em questão e de um novo passo em frente.

Coincidência ou não, através de suas excelentes relações com o Instituto Cervantes, o Instituto Camões tem ensinado português em países vizinhos do Brasil. A Argentina, por exemplo, é uma das nações sul-americanas onde o Instituto Camões atua. Como temos evidenciado nesta pesquisa, as relações de língua e poder político parecem caminhar paralelas muitas vezes. Um exemplo foi a decisão do governo argentino de pedir a cooperação de Portugal para entrar no mercado lusófono africano, afirmando que reconhecia Portugal como “a verdadeira porta de entrada” para os Países de Língua Portuguesa na África, PALOP, o que tradicionalmente é alimentado pela política externa portuguesa.

Durante uma reunião do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), em Lisboa, no fim de 2011, o embaixador da Argentina em Portugal, Jorge Faurie, afirmou:

“Portugal é a porta de entrada para a lusofonia e gostaríamos de poder beneficiar desta situação.”¹⁵⁴

Esta parece ser uma afirmação política bastante interessante visto que a Argentina precisou de ir à Europa para bater na porta da lusofonia, quando a mesma é vizinha do maior país lusófono do mundo: o Brasil.

¹⁵⁴ Notícia reproduzida na página do governo português na internet. Disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7B32960027-FA6A-4A2C-8B60-00282C265FC4%7D> (consultado em 5 de janeiro de 2012).

Essa situação pode ser do interesse de Portugal, mas não é do interesse do Brasil e dificilmente é do interesse da CPLP. Do ponto de vista político, como entender a situação?

Ela é perfeitamente compreensível num quadro clássico de soberania concorrencial entre os Estados, mas fica a dúvida sobre se faz sentido no âmbito das relações de interdependência estabelecidas no quadro da CPLP.

Em março de 2012, a agência estatal de notícias de Angola, a *Angola Press*, e um dos maiores periódicos da Argentina, o *Clarín*, anunciavam a visita do chanceler argentino, Héctor Timerman, a Angola com uma delegação que incluía representantes de 300 empresas dos mais variados setores, entre eles da saúde, da construção civil e da energia.

Esta situação parece confirmar a pertinência das premissas anteriores, ou seja, de que estamos predominantemente perante situações de concorrência entre Estados soberanos e não de cooperação multilateral, com divisão de tarefas. Vejamos com que consequências. O Instituto Camões e o Instituto Cervantes têm demonstrado ampla cooperação com empresas privadas. Após a mudança no nome do Camões (se bem que pequena, ela existiu com a reforma do ministro Paulo Portas) e a extensão de seus trabalhos a questões de cooperação, resta a ser observado como a entidade portuguesa se desenvolverá na direção de cooperações externas.

Estamos aqui perante uma situação típica de cooperação entre organismos públicos estaduais, ou seja, uma situação de cooperação entre Estados soberanos. Estes institutos de língua começaram, também, a cooperar de forma mais sistemática, o que ocorre no caso do Instituto Camões com a Aliança Francesa, que serve de anfitriã para as aulas do instituto português na África do Sul.

Numa entrevista à autora da presente tese, o encarregado do Departamento Comercial do Instituto Cervantes, Juan Pedro Basterrechea, explicou a relação entre promoção da língua e transações comerciais entre os países.

O Instituto Cervantes observou bem cedo que a língua espanhola ajudava empresas do país a fazer negócios no exterior. De que modo? Da mesma forma como as firmas

espanholas auxiliavam no envio do idioma a outras partes do mundo, fazendo com que mais pessoas o aprendessem e preferissem a marca “Espanha”, acima de tudo.

Juan Pedro Basterrechea explicou, com as seguintes palavras, o interesse das empresas de seu país em patrocinar a promoção do espanhol através do Instituto Cervantes.

MVG – *¿ Es decir que el idioma y la promoción del español tienen claramente un valor económico muy grande?*

JPB – *Claro. Claro. Todo está absolutamente relacionado. En última instancia el interés de los países en hacer una difusión de su lengua y de su cultura es un interés que tiene muchas facetas, ¿no? Y una de ellas muy importante pues es la de trabajar las relaciones, eso que se llama ahora diplomacia blanda, la de tender puentes, establecer vías de intercomunicación y de interacción con todos agentes de los países, donde nos acogen y claro contribuir con ellos a fomentar la imagen de la marca país. En nuestro caso de la marca España, pero en el caso del British Council, la marca Reino Unido, y en el caso del Goethe, pues la marca Alemania, no? Y claro y con la acción cultural, pues agregamos a esta imagen de marca país, valores que son percibidos como muy positivos y que contribuyen y facilitan pues toda la tarea de la internacionalización de las empresas españolas, en la medida que la imagen de la marca país es más favorable pues es más fácil introducir el producto de un país en el país donde se tiene esta imagen más favorable y etc, ¿no? Y todo esto forma parte del tramado de la presencia, en nuestro caso de España en el exterior. Presencia que tiene pues distintas instituciones pues empezando pelas Embajadas, las oficinas comerciales, los institutos culturales, etc. Y todos ellos contribuyen de alguna forma a establecer una relación con los países que nos acogen y donde estamos presentes, que tienen muchos objetivos, y uno de ellos también es favorecer los intercambios comerciales y económicos que puedan tener las empresas españolas. (ANEXO JUAN PEDRO BASTERRECHEA).*

3. O PAPEL DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA (IILP)

Conforme já se referiu, um dos opositores do AO em Portugal foi Vasco Graça Moura. Em 21 de julho de 2010, quase dois anos após a estratégia de promoção da língua portuguesa ter sido anunciada pela CPLP, Graça Moura expressou sua opinião sobre o bloco linguístico numa entrevista à Lusa, posteriormente reproduzida no *Diário de Notícias* com o título *CPLP é uma organização que “não serve para nada”*.

Na entrevista, Vasco Graça Moura criticou fortemente o IILP. Fê-lo nestes termos:

"O Instituto Internacional da Língua Portuguesa não está em funcionamento porque nenhum dos países membros da CPLP lhe dá meios para o fazer. (...) Isto corresponde a uma coisa

chamada CPLP, que é uma espécie de fantasma que não serve para rigorosamente nada, que só serve para empatar e ocupar gente desocupada".¹⁵⁵

A realidade corrobora as afirmações de Graça Moura, num ponto: os organizadores do IILP tardaram em operacionalizá-lo. Após ter sido concebido em 1989, em São Luís do Maranhão, no Brasil, foram precisos vários anos para que o IILP visse aprovado o seu primeiro estatuto. Uma reforma do documento foi feita em Luanda em 2010 em face da decisão da CPLP de que o IILP deveria ser revitalizado.

O novo estatuto foi aprovado pelo governo de Portugal em 2012 (**ANEXO ESTATUTO DO IILP**).

Já o Congresso brasileiro, no entanto, até o fechamento destas linhas, não havia aprovado o atual estatuto do IILP, o que, por sua vez, acarreta no não-pagamento da contribuição brasileira ao referido Instituto, cujo orçamento é de 647 mil euros anuais. A reforma estatutária em 2010 tornou ainda mais evidente a função de internacionalização do português atribuída ao IILP pelo Plano de Ação de Brasília e corroborada pelo atual estatuto. Como sabemos, o AO aparece como instrumento crucial deste processo de internacionalização e promoção do português.

Considerando o tempo que vem demorando a entrada em vigor das novas regras ortográficas nos Estados membros da CPLP, é quase para dizer que o conceito lusófono de tempo é por demais diferente no tocante à definição das políticas de promoção do idioma. O contraste com o Instituto Cervantes, por exemplo, é muito grande. Outras experiências de promoção da língua nos mostram que para obter resultados é preciso ser capaz de cumprir planos e prazos de forma rigorosa e eficiente.

Uma análise mais esmiuçada da estrutura universalizada para a promoção do português mostra-nos que, não raramente, tem lugar uma aparente duplicação de esforços dos instrumentos usados para aumentar a presença do português no mundo. Seria esta uma

¹⁵⁵ Vasco Graça Moura em entrevista à agência de notícias *Lusa* / DN Portugal em 21 de julho de 2010. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1623237 (consultado em 7 de novembro de 2011).

tendência histórica e sociocultural? Ou mesmo uma tendência política, considerando percursos por assim dizer “divergentes” dos países que falam o português?

Poderíamos explorar algumas possibilidades nesta tese perguntado-nos se não faria mais sentido reformar o Instituto Camões fazendo dele um novo Instituto Internacional de Língua Portuguesa, mais poderoso e eficiente. Poderia ainda ser pensada a transformação do IILP em duas vertentes operacionais, uma orientada para a macropolítica de língua, e outra constituindo uma via pedagógica para o ensino das ricas variantes do português, numa espécie de Instituto Internacional para o Ensino do Português.

Mas não vale a pena responder a essas questões, por duas razões. Em primeiro lugar, porque ela seria uma resposta política que não nos cabe dar. Em segundo lugar, porque essa mudança seria uma mudança de perspectiva implicando a assunção pela CPLP daquela que é, neste momento, uma finalidade nacional. Ora, não sendo a CPLP um Estado, ainda que de natureza federal, a questão não se pode pôr desse modo. Atendendo à sua natureza de organização internacional *sui generis*, parece ser mais plausível uma evolução estrutural do IILP visando a obtenção de mais competências e recursos do que a transformação do Instituto Camões. Os dados existentes apontam para realizações conjuntas de promoção do idioma no âmbito da CPLP que, até certo ponto, são concorrentes com as realizações nacionais com a mesma finalidade, em particular das portuguesas.

Em março de 2010, quando os ministros de Estado da CPLP se reuniram em Brasília para acordar a resolução sobre a promoção, difusão e projeção do português, que ficou conhecida como o Plano de Ação de Brasília, fizeram constar na página 8 deste documento, mais concretamente na segunda parte sobre o Ensino da Língua Portuguesa no Espaço da CPLP, as atribuições do IILP (ver parágrafo (iii) – Instrumentos).

“2. Atribuir ao IILP a tarefa de criar uma plataforma comum na Internet relativa ao ensino do português, contendo, entre outros recursos:

- Rede virtual de professores de português para a partilha de experiências pedagógicas e recursos didáticos;

Pela primeira vez na história do IILP, reconheceu-se a oportunidade de fazer deste um espaço em excelência para a criação de uma rede didática do ensino de português no mundo, ainda que, primeiramente, no espaço virtual.

Embora o IILP seja estatutariamente um organismo de concertação político-diplomática atuando no âmbito da CPLP, esta tarefa, dentro de um mundo globalizado, pode, se for executada a contento, abrir as portas do instituto para um papel mais ativo na promoção do idioma, assim como também promover a participação cívica de modo a catapultar o ensino do português no mundo, como língua estrangeira. Uma afirmação do presidente português, Aníbal Cavaco Silva, parece confirmar esta ideia. Referimo-nos à sua declaração de que “*A CPLP tem de descer à rua*”.¹⁵⁷ Ora, o IILP pode transformar-se no canal privilegiado para a “rua” (entendida como o espaço por excelência de convivência de indivíduos e membros das comunidades políticas da CPLP) como o grande gestor, pelo exercício de suas atividades, do ensino da língua portuguesa para estrangeiros no mundo.

Ao oficializar o IILP como seu braço linguístico executivo, a CPLP, que, cronologicamente, surgiu depois do referido Instituto, procurou organizar de modo mais eficiente os processos de promoção da língua. Com efeito, essa tarefa foi conferida ao IILP expressamente pela CPLP. Todavia, a CPLP não escapa à crítica dos que acreditam que ela mesma poderia, perfeitamente, levar a cabo de outro modo a execução do processo de difusão do idioma, uma vez que é o bloco que reúne todos os países que falam o português.

Não se trata de um jogo de palavras, mas de uma realidade política muito clara.

O IILP não foi criado pela CPLP, mas não parece ainda suficientemente ligado a ela, o que, provavelmente, só ocorrerá quando desaparecer a pluralidade de institutos e organismos, de diferente proveniência e finalidade, que tratam de questões relacionadas com o idioma: IILP, Instituto Camões, IPOR, Centros Culturais e Centros de Estudos

¹⁵⁶ CPLP, Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&M=News&PID=304&NewsID=1322>. (consultado em 7 de novembro de 2011).

¹⁵⁷ Alocução de Cavaco Silva durante a inauguração da nova sede da CPLP em Lisboa, 7 de fevereiro de 2012.

Brasileiros, que estão associados à Divisão de Política da Língua do Itamaraty. Como já vimos, o Brasil não tem uma entidade equivalente ao Instituto Camões ou Cervantes. A promoção do idioma é feita por uma divisão do Ministério das Relações Exteriores que é responsável pela divulgação da cultura.

Mas voltemos ao IILP. Ainda que o mesmo não ensine português, mas articule com os países lusófonos o que fazer para promover o idioma através também do ensino, a sua tarefa não é pequena.

Já aqui nos referimos à singularidade, ou caráter *sui generis*, da CPLP à escala global. Mas não nos podemos esquecer de que, do ponto de vista político, as relações internacionais obedecem ainda ao modelo moderno e vestefaliano da organização em Estados soberanos. Com bem nota Jaime Nogueira Pinto,¹⁵⁸ duas grandes ideologias organizam o mundo: o nacionalismo e a democracia. Baseados nessa premissa, com exceção da União Europeia, onde, segundo este autor, a democracia está desorganizada e tende a enfraquecer os Estados, no resto do mundo, tanto em regimes autoritários como democráticos, preponderam as ideias de nação e de interesse nacional.

Sem aprofundarmos esta questão, com os traços gerais delineados, podemos afirmar, sem margem para erro, que a CPLP, na sua singularidade, comporta Estados com linhas de afirmação política diferentes. A singularidade da CPLP poderá ser vantajosa se os Estados forem capazes de concertar as suas posições de modo coerente e articulado. A maior participação dos cidadãos não porá em causa uma certa razão de Estado, a que as questões linguísticas se aprestam. E dado o papel gerenciador da CPLP sobre o IILP, esta equação tem efeito direto sobre o sucesso do referido Instituto.

É também neste quadro que a CPLP é um magnífico objeto do laboratório do desenvolvimento da política. Já aqui sustentamos a ideia da importância das razões económicas, sociais e culturais no desenvolvimento político nas sociedades contemporâneas. Mas isso não significa o fim da política; pelo contrário, significa a emergência de um novo tipo de política e do modo de a organizar.

¹⁵⁸ Jaime Nogueira Pinto e António Marques Bessa. *Introdução à Política III, Ideologias, Regimes Políticos e Ordem Internacional*. Verbo 2002. Primeira edição 1999.

A função maior de concertação política na promoção do português foi aliás modificada com o Plano de Ação de Brasília e a necessidade do ensino e difusão do português segundo moldes inovadores.

O Plano de Ação de Brasília é um compromisso da CPLP que consubstancia uma tênue mas significativa mudança de rumo. A partir da Cimeira de 2008, a CPLP afirma-se mais na direção da constituição de um bloco político, no qual cabe a concertação político-diplomática, do que propriamente na direção da criação de um clube linguístico unido apenas por afinidades linguísticas e históricas comuns.

Convém ressaltar, no entanto, que o princípio estratégico assente na ideia da existência de relações fraternas através da língua comum é uma arma política poderosíssima que a Espanha soube explorar bem para aumentar sua presença exportadora e macroeconômica na América Latina e no Brasil (**ANEXO JOSÉ DEL VALLE**).

Podemos afirmar que a CPLP tem no IILP seu braço linguístico para cuidar da coordenação e integração de seus países-membros através do aspecto da língua, cabendo ao Secretariado-Executivo da organização ocupar-se dos temas políticos. A localização do IILP em Cabo Verde sugere que, se o português quer ser apresentado pela CPLP como uma língua de dimensões globais deverá aprender também a descentralizar. Houve nessa decisão considerações geopolíticas de uma nova natureza, que têm em conta a especificidade da CPLP. Este fato precisa de ser compreendido nas suas reais dimensões políticas. Na verdade, se considerarmos que, apesar de todas as dúvidas, hesitações e dificuldades, a CPLP é um projeto querido pelos Estados de língua portuguesa, assim como, pelas mesmas razões, o IILP, temos de perceber que a decisão de instalar este em Cabo Verde foi muito bem pensada.

Normalmente, associamos as razões geoestratégicas aos Estados agindo isoladamente ou em articulação mas para defesa de seus interesses próprios e exclusivos. Continuam existindo interesses nacionais a salvaguardar, mas isso agora deve ser feito de outra forma.

Uma presença “conjunta” da CPLP na África é também um passo estratégico, especialmente em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Estas nações parecem interessar particularmente à francofonia, que vê na presença de francófonos nesses países, geralmente nas suas elites instruídas e na zona geograficamente próxima de língua francesa, uma oportunidade de se estabelecer, ainda com mais força, nesta região. Voltemos às palavras do representante do Instituto Francês, Xavier North, ao ser perguntado sobre a razão do interesse francês por esta região do mundo em particular, mas também por outros países lusófonos:

“For a variety of reasons because Cape Verde has a very thriving culture, Brazil I do not have to explain the reasons why, because it is an emerging power. Angola it has petroleum, it is very rich Mozambique because it is extremely interesting this Portuguese-speaking outpost in the East Coast of Africa and surrounded by English-speaking countries.”

MVG: *This is what you explained before about the influence.*

Xavier North: *Yes. It is.* (ANEXO XAVIER NORTH)

Um outro aspecto interessante, e que acaba legitimando e dando força a esta intenção da francofonia, é o fato de estes três países de língua oficial portuguesa serem membros da OIF. A localização do IILP em Cabo Verde ajuda a reafirmar a presença do português nesta parte da África. Mas há lições a serem aprendidas com a OIF, segundo o professor Adriano Moreira, especialmente no que tange à vontade política do Estado para promover o idioma (Grifos da autora):

*“Não é aconselhável acompanhar a inspiração de tradição gaulista que levou recentemente a fazer apelo a uma francofonia ‘subversiva e imaginativa’ que influencie os acontecimentos internacionais, mas parece indicado aproveitar deste incitamento a clara indicação de que, sem decisão e credibilidade do aparelho de poder acompanhado pela adesão das entidades privadas, os projectos deste tipo correm o risco de terem apenas um futuro burocrático.”*¹⁵⁹

Adriano Moreira aponta para uma via de afirmação da lusofonia que passe, simultaneamente, pelo reforço do poder dos Estados membros da CPLP, em articulação com as respectivas sociedades civis.

Interessante lembrar que, segundo o Plano de Ação de Brasília, a “política de língua” teria de ser executada de forma “realista e pragmática”. Como primeiro objetivo

¹⁵⁹ Adriano Moreira, em “Temas da Lusofonia” no livro *Lusofonia: uma História, um Projecto. Uma Questão*. Discursos Número 15, Universidade Aberta, Abril de 1998, Lisboa. p. 16.

“realista”, os Estados membros da CPLP, através do Plano de Ação de Brasília, decidiram aumentar o perfil da língua portuguesa dentro da ONU. Foi particularmente decidido.

“1. Considerar as medidas necessárias para a possível introdução do português como ‘língua de documentação’ das Nações Unidas, através da publicação sistemática em português de documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, e por meio da criação de um corpo de tradutores especializados no âmbito do Secretariado das Nações Unidas, cujo funcionamento seria financiado por contribuições dos Estados Membros da CPLP.”¹⁶⁰

Até à produção destas linhas, este primeiro objetivo não havia sido ainda cumprido, a não ser por ações isoladas, como, por exemplo, a decisão de Portugal de dirigir uma sessão inteira sobre conflitos civis em português, em 9 de novembro de 2011, no Conselho de Segurança da ONU. Como vimos, o Plano decidiu ainda que o IILP criaria uma plataforma eletrônica sobre o ensino do idioma, o que mais tarde veio a ser conhecido como o “Portal do Professor”, uma iniciativa moderna para treinamento de professores da língua através da internet. Este projeto por si só ajuda a diminuir as barreiras geográficas entre os países lusófonos e os profissionais da língua.

Já o 5.º objetivo do Plano de Ação de Brasília relacionado à contratação esporádica de serviços de interpretação para eventos de alto nível como, por exemplo, a Assembleia Geral, tem-se materializado especialmente nos debates dos Chefes de Estado e Governo, que se realizam habitualmente em setembro, na sede das Nações Unidas. Nos últimos anos, nas referidas sessões, de forma mais consistente, a maioria, se não todos os líderes dos países da CPLP, fala em português, com a ajuda de um intérprete nas línguas oficiais da ONU.

Já o 7.º objetivo, que consiste em

¹⁶⁰ Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa. Março de 2010. Disponível em http://iilp.files.wordpress.com/2011/06/plano-de-ac3a7c3a3o-de-brasc3adlia_mar_20101.pdf (consultado em 10 de dezembro de 2011).

“Apoiar candidaturas de nacionais de Estados Membros da CPLP, ou de nacionais de Estados terceiros que tenham o domínio da língua portuguesa, para os organismos internacionais(...)”,

tem surtido efeitos. Foi assim com a candidatura para a diretoria-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO, que foi vencida pelo ex-ministro brasileiro José Graziano da Silva, em 2011, e também com a candidatura para diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, OMC, em que o ex-embaixador do Brasil junto à agência Roberto Azevêdo foi eleito em 2013. É interessante notar que ambos os candidatos foram os primeiros latino-americanos a chefiar as prestigiadas agências. Uma coordenação política que, coincidentemente ou não, ocorreu após a decisão do Plano de Ação e depois da realização de encontros estratégicos mensais de concertação política da CPLP nas Nações Unidas, que se iniciaram quando Angola assumiu a presidência rotativa do bloco, em junho de 2010.

Nesse caso, porém, a iniciativa não se traduz, necessariamente ou sempre, no avanço da língua portuguesa como tal, uma vez que, não sendo língua oficial, a tendência dos chefes das agências é de falarem em inglês ou francês (que são línguas de trabalho) ou até espanhol, um dos seis idiomas oficiais em reuniões e encontros da organização.

Em outros momentos, a falta absoluta de orçamento faz com que o português aparente ser a última prioridade da lista dos Estados da CPLP. Ao fim e ao cabo, a decisão de formalizar um idioma como língua oficial de qualquer organização das Nações Unidas é uma prerrogativa dos países-membros, e, segundo o Plano de Ação de Brasília, este parece ser um objetivo que se deve prosseguir gradualmente.

Uma das medidas úteis propostas pela nova “política da língua conjunta”, na qual o IILP tem como função coordenar o trabalho das comissões nacionais, é, sem dúvida, o reforço no combate ao analfabetismo nos países da CPLP. Parece claro que quantas mais pessoas aprenderem a ler e escrever em português, maior será a presença do idioma no mundo. E quando se fala em literacia, os países lusófonos, com raras exceções, são uma vasta seara a ser trabalhada devido ao grande número de crianças fora da escola e de adultos que nem sequer passam pelos bancos escolares.

É importante notar que o Plano de Ação de Brasília atribui, numa das suas recomendações mais estratégicas para o sucesso da política de promoção do português,

importância às outras línguas faladas no contexto da lusofonia. Tem-se, de fato, como prioridade.

5.1 *“Considerar o estudo, a preservação e o ensino das línguas nacionais de cada Estado.”*

Como já vimos, a defesa das línguas nacionais nos Estados membros da CPLP não se faz necessariamente contra o português. Nem assim a questão deve ser vista. Poderá inclusive o apoio às denominadas línguas nacionais ser um instrumento de reforço do português, sobretudo em países onde a língua portuguesa ainda não está consolidada.

O Plano de Ação de Brasília delega ao IILP várias responsabilidades de mapeamento da demanda do português no mundo, assim como de execução de políticas para a divulgação do idioma. Esta situação não teria nada de estranho se a atual configuração do mapa de pessoal do IILP, com um diretor-executivo e dois leitores na linha da frente do instituto, não fosse irrealista, tendo em conta o número de tarefas atribuídas ao organismo.

Um reforço proposto pelo referido Instituto para abertura de escritórios na CPLP, em Lisboa, e no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, não foi materializado até a produção destas linhas.

O IILP conta com um Conselho Científico, que é formado por representantes governamentais e coordenadores de comissões nacionais. As decisões que afetam o referido instituto são tomadas por consenso. De acordo com o sítio do IILP na internet,

o Conselho Científico analisa e aprova o orçamento do Instituto e delibera sobre propostas de “alteração dos Estatutos que lhe sejam submetidas por um ou mais Estados-membros.” O Conselho é formado por um presidente rotativo, eleito para um mandato de dois anos, e oito conselheiros, um de cada país de língua portuguesa. A situação poderá eventualmente ser revista atendendo ao aumento do número de Estados da CPLP ou a outros fatores.

O estatuto reformado em 2010 apresenta o Conselho Estratégico, que é composto de dois representantes de cada Comissão Nacional mais o secretário-executivo da CPLP, o coordenador do Comitê de Concertação Permanente e o diretor-executivo.¹⁶¹

O diretor-executivo do IILP é escolhido entre cidadãos de língua portuguesa para um mandato de três anos, que pode ser renovado somente uma vez. A próxima eleição para o referido posto está prevista para 2015.

4. POLÍTICA DE LÍNGUA PARA O PORTUGUÊS: ABISMO ENTRE RETÓRICA E AÇÃO

Como já vimos, o destino da nova expedição, em sentido metafórico, para fortificar o português à escala global foi selado, em Lisboa, na VII Cimeira da CPLP, que declarou seu apoio à iniciativa portuguesa de promover o idioma como uma língua global. Para tal, os países-membros da CPLP comprometeram-se, designadamente, a apoiar a formação de intérpretes e tradutores para as organizações internacionais, assim como a promover a utilização do idioma como língua de trabalho e como segunda língua nas referidas organizações. Comprometeram-se, ainda, a proceder, por via da ação do IILP, a uma unificação do português técnico.

Estamos perante decisões da CPLP (ou, se preferirmos, dos Estados-membros da CPLP), não de Portugal ou de qualquer outro país isolado.

Esta é uma questão eminentemente prática, mas que exige uma profunda reflexão teórica. Quando comparamos as referidas decisões da CPLP a uma “nova expedição” pelo mundo, sugerimos um movimento semelhante ao dos Descobrimentos. Mas, na verdade, ele é muito diferente, pelas razões expostas. A questão teórica é a seguinte: estamos perante a emergência de um novo *bloco histórico*, que se traduz na aliança estratégica entre um conjunto de países ligados pela utilização de um idioma comum; mas não existe um conceito de *hegemonia de um país* sobre os outros. Com isto, afirmamos a impossibilidade racional e histórica de esse papel poder ser desempenhado por Portugal. Não significa isto menosprezar o papel de Portugal, mas antes reconhecer a sua incapacidade, como Estado, de liderar e controlar o processo sozinho. E o mesmo

¹⁶¹ Página do IILP na internet. Disponível em <http://www.iilp.org.cv/index.php/o-iilp/conselho-cientifico> (consultado em 5 de julho de 2013).

vale para qualquer outro Estado visto por si só. O que temos constatado é que esta é uma tarefa que deve ser partilhada por ser responsabilidade de todos os países da CPLP.

Tendo consciência desta realidade, ou seja, de que estamos perante a emergência de um novo bloco político, podemos avançar para uma reflexão sobre aquilo a que chamamos de abismo entre retórica e ação. Voltemos, com este novo olhar, às decisões da CPLP visando a promoção do idioma comum.

Após as primeiras decisões em 2008, percebeu a CPLP que era necessário ir mais longe. Por falta de uma maior ação concreta, decidiu-se, dois anos depois, em março de 2010, que o “Plano de Ação” aprovado em Brasília iria fechar o ciclo ainda em aberto. Mas as recomendações do plano permaneceram em grande parte no domínio das intenções. É preciso perceber as razões para que tal tivesse acontecido, em face da natureza e das relações de poder estabelecidas no âmbito da CPLP.

Considerando as iniciativas do AO e da internacionalização do português, há, por um lado, que reconhecer a riqueza das resoluções e dos discursos proferidos pelas autoridades políticas dos Estados-membros da CPLP sobre a “importância do português no mundo”, mas, por outro lado, vemos que, na prática, o ritmo de execução das deliberações é baixo.

Numa entrevista concedida à agência *Lusa* (de Portugal), em 21 de julho de 2010, Carlos Reis faz uma afirmação clarificadora:

*“Sem vontade política bem determinada e bem orientada, a política de língua reduz-se a afirmações sazonais que pouco mais são do que uma retórica vazia.”*¹⁶²

Carlos Reis faz, pertinentemente, uma ligação entre política de língua e política geral. É por ser verdadeira essa ligação que a política de língua deve ser objeto de estudo por parte de vários campos disciplinares, nomeadamente da ciência política, tal como se faz no presente trabalho. A política de língua dirige-se à compreensão, decisão e atuação dos agentes políticos. Nesse sentido, é uma política pública como qualquer outra.

¹⁶² Cf. Carlos Reis, *Diário de Notícias*, “Carlos Reis: Política de língua precisa de vontade política bem determinada e bem orientada”. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1623242 (consultado em 10 de dezembro de 2010.)

Naturalmente que sobre a língua devem pronunciar-se os linguistas, assim como a academia e a sociedade. Mas ela é, por excelência, um campo de decisão política. Estamos perante um campo científico e prático complexo, perspectivável de diversos ângulos.

Por exemplo, para efeitos da presente pesquisa, perspectivamos a “política de língua” como instrumento de internacionalização do português. Neste contexto, faz todo o sentido considerar o AO como seu braço técnico-linguístico. O AO é – como são todos os Acordos Ortográficos – um instrumento legal ao serviço da política de língua. E por isso a sua concreta implantação no terreno deve ser vista à luz do que é afirmado politicamente, sem prejuízo de se considerarem também outros elementos.

A existência de um abismo entre discurso e ação é notada por um dos um dos políticos que mais fizeram pela promoção do português enquanto esteve no poder. Referimo-nos ao ex-presidente português Jorge Sampaio. Em suas palavras,

*“Uma política da língua moderna, coordenada, aberta, diversificada e dinâmica exige meios, instrumentos, articulações e objectivos de longo, médio e curto prazo. Exige coordenação com as políticas de ensino, com a política cultural, com a política externa, com uma estratégia global e racionalizada de afirmação e projecção da imagem do país. Sabemos que, num mundo em que tudo mudou, o modo como hoje se encaram as línguas e as suas políticas de expansão mudaram igualmente. Também aqui a concorrência é feroz. E não se pense que outros farão por nós o que nós não fizemos.”*¹⁶³

Este trecho do discurso de Jorge Sampaio expressa um pensamento, por assim dizer, em mutação. Se, por um lado, se refere à política da língua na perspectiva dos interesses portugueses, por outro lado, aponta explicitamente para uma mudança do contexto político em que tal ocorre. A perspectiva de Sampaio reflete-se, nomeadamente, no modo como deverá ser concebida a participação do bloco lusófono no mundo global.

Embora este tema não tenha sido ainda teorizado suficientemente, expressa-se de diversos modos. Por exemplo, de acordo com a CPLP, um dos objetivos da estratégia de promoção da língua portuguesa é fazer com que a mesma se torne língua oficial das Nações Unidas. Sendo verdade que este objetivo ainda não foi concretizado, e não se

¹⁶³ Cf. Jorge Sampaio “Um desafio do presente para o futuro”, 7/12/2004, disponível em <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=8403&category=Comunidades> (consultado em 10 de dezembro de 2010).

sabe quando haverá meios para concretizá-lo, também é verdade que ele existe como objetivo, com uma finalidade clara.

Além do português, línguas como o hindi e o bengali, para referir apenas algumas, também almejam tornar-se línguas oficiais na ONU. E para tal estão sendo feitas várias gestões, como mostrou uma reportagem da rede britânica BBC sobre os esforços de Bangladesh e Índia.¹⁶⁴

Os esforços de promoção destas línguas sugerem uma necessidade de sistematização que leve a resultados políticos mensuráveis. Antes mesmo de Carlos Reis e Jorge Sampaio terem feito as afirmações que reproduzimos, o filólogo brasileiro Celso Cunha, ainda no século XX, afirmou, pensando no português, que a preocupação com a língua, nomeadamente em matéria de investimento, deveria ser uma prioridade tão importante para o Brasil quanto era o combate às verminoses. Suas palavras são muito claras:

*“(...) Com isso quero lembrar que os problemas do Brasil não são apenas verminoses, a paralisia infantil, a malária, como se alegou; além de muitos outros, incluem-se também os linguísticos, que dentre outros benefícios podem oferecer o de ensinar a pensar, fazer pensar, pensar pura e simplesmente – o que sempre é uma condição para que os homens se compreendam e compreendam os seus problemas, individuais e sociais.”*¹⁶⁵

Estas palavras remetem, ao menos implicitamente, para uma inscrição da política de língua no campo do desenvolvimento econômico-social e dos direitos fundamentais, tanto na vertente dos direitos, liberdades e garantias, como na vertente dos direitos econômicos, sociais e culturais. Claro está que esta problemática assume nas sociedades contemporâneas globalizadas novos contornos, que estão longe de estar definidos.

No mesmo livro, o autor Antonio Houaiss reclamava da falta de verba do governo brasileiro para a organização de um atlas linguístico, cuja realização era dirigida por ele. Suas palavras chegam a ser sarcásticas:

*“(....) E embora tardiamente, o nosso governo aceitou inscrever como um dos objetivos permanentes do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa a organização do nosso atlas linguístico, sem, porém, propiciar meios materiais para tão avultada empresa.”*¹⁶⁶

¹⁶⁴ Cf. “Bengali Should be UN Language”. BBC News, 22/12/2009. Disponível em http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/8425744.stm (consultado em 13 de dezembro de 2010).

¹⁶⁵ Cf. Intervenção de Celso Cunha em Antonio Houaiss, *Sugestões para Uma Política da Língua*, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1960, p. 111.

¹⁶⁶ Cf. Antonio Houaiss. *Sugestões para Uma Política da Língua*. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1960, p. 45.

Este é um exemplo prático de um determinado tipo de projeto que faz sentido realizar no âmbito da promoção do português no mundo mas que, aparentemente por falta de meios, não se realiza. Podemos constatar que os mesmos desafios da década de 60 do século passado no tocante à falta de recursos e vontade política para a promoção do idioma continuam prevalecendo no presente século. Trata-se, é bom frisar, não tanto de uma questão econômica, mas de uma questão política, que se prende, como bem pontua Celso Cunha, com o estabelecimento de prioridades governativas. Em face dos dados disponíveis, é aqui que entronca a questão. A CPLP é um projeto político inovador à escala global, e no qual alguns dos Estados-membros da CPLP concebem seus próprios projetos de afirmação no mundo, para os quais a língua portuguesa é importante, mas não da mesma maneira.

Voltando um pouco na História do Brasil, ao examinarmos os documentos do Brasil como colônia de Portugal, verificamos que a promoção do português não foi uma preocupação da Coroa logo após o Descobrimento.

Como já vimos, o primeiro sinal claro da difusão do idioma no Brasil surgiu mais tarde, pelas mãos de um decreto do Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, mais precisamente em 1757, conhecido como “Lei do Diretório”, e que foi aplicado no reinado de Dom João VI. O decreto esteve em vigor até 1798, ano em que foi revogado.

Nele se determinou que “a língua portuguesa será o idioma oficial da Colônia”.¹⁶⁷ O momento histórico para a adoção do decreto não é de todo irrelevante. Fazia aproximadamente um século do fim da união política entre Portugal e Espanha (1580-1640), uma época descrita por alguns linguistas, como o britânico David

¹⁶⁷ “Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário.”, elaborado em 1755, o diretório tornou-se público em 1757. No parágrafo 6, lê-se: “*Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.*” Disponível em http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm (consultado em 30 de julho de 2013).

Graddol¹⁶⁸, como tendo sido decisiva para o ocaso do português como língua franca no mundo, à medida que outros Impérios comerciais foram crescendo (Inglaterra e Holanda).

Podemos afirmar que este é o primeiro sinal de uma política da língua (entendida como política prosseguida pelo Estado) no Brasil, que nasceu, curiosamente, pelas mãos dos portugueses, embora já ao serviço de uma ideia do Brasil.

Nesta época, várias outras línguas eram faladas no país, especialmente línguas africanas (faladas pelos escravos) e línguas indígenas, que seguem sendo usadas no Brasil e que se estima serem entre 150 e 180 línguas, atualmente.¹⁶⁹

Com a medida supra referida, o Marquês de Pombal atingiu mortalmente o tupinambá ou “língua geral”, que era dominada por muitos religiosos evangelizadores dos indígenas. A primeira gramática na língua tupi fora escrita por um padre católico, José de Anchieta, em 1595. A verdade é que a política mudou radicalmente com Sebastião José de Carvalho e Melo, prosseguindo após a independência do Brasil. Mesmo que não se saibam, exatamente, quais foram as razões do Marquês de Pombal, vale a pena lembrar que o Brasil havia sido alvo de duas invasões, especialmente no nordeste, por parte das tropas da França e da Holanda. A presença holandesa levou benefícios ao Recife, principalmente, onde foram fundadas infraestruturas de qualidade, como estradas e pontes, mas a língua dos invasores não foi imposta aos falantes nativos.

De qualquer forma, a consciência linguística estava se formando não só através do uso do tupi pelos clérigos, mas também – o que se confirmaria mais tarde – através do estabelecimento da relação língua / identidade nacional, com base no Decreto do Marquês de Pombal já referido.

Mas voltemos à “Lei do Diretório”, de Pombal. A necessidade de um decreto formalizando o português como “língua oficial” da colônia leva a crer que, em algum

¹⁶⁸ Cf. Síntese da Intervenção de David Graddol em Relatório da “Promoção da Língua Portuguesa no Mundo.” p. 33.

¹⁶⁹ Cf. UNESCO. International Technical Cooperation Project Documentation of Brazilian Indigenous Languages and Cultures. “Current estimates place the number of indigenous languages spoken in Brazil between 150 and 180”. p.8. Disponível em http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/el_Brasilia_prodoc.pdf (consultado em 30 de julho de 2013).

momento, as autoridades políticas tiveram em conta o “risco” de o português poder vir a ser substituído ou ter sua primazia dividida com outros idiomas. E aqui também se afirma a relação da Coroa com os jesuítas que trataram de aprender as línguas indígenas para levar sua mensagem e não ao contrário.

Assim podemos compreender um fato relatado numa obra de ficção. Em *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, o autor pré-modernista Lima Barreto, logo na primeira parte, ilustra o caso do protagonista Major Quaresma que encaminha um o texto da petição, extraído do livro de Lima Barreto (Grifo da autora).

"Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se veem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além disso, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma - usando do direito que lhe confere a constituição, vem pedir que o congresso nacional decrete o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua ideia, pede vênica para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática.

Demais, senhores congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas a que o polissintetismo dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e de adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se, dessa forma, as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal - controvérsias que tanto empecam o progresso da nossa cultura literária, científica e filosófica."¹⁷⁰

Poliquarpo Quaresma, um nacionalista em extremo, escreve a carta em tupi-guarani. A ficção, no entanto, não desmerece a reflexão de que, em seus primórdios, no Brasil, o português não representava homogeneidade em todo o vasto território, de dimensões continentais. Não é também diferente do que se passa ainda hoje, nos países de língua portuguesa que mais recentemente se tornaram independentes. E mesmo tendo em conta

¹⁷⁰ Lima Barreto. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 17ª. edição, Editora Ática, 1997, São Paulo. pp. 52-53. Romance publicado inicialmente em forma de folhetins no *Jornal do Commercio* no início do século XX.

que as circunstâncias históricas são agora totalmente diferentes, é preciso perceber o que se passou no Brasil.

Especificamente, é preciso compreender como e por que razão o Brasil, país de dimensões continentais, adotou o português, após a sua independência, como língua nacional, não olhando a meios para tal. Se hoje é porventura incompreensível a política de repressão linguística ocorrida no Brasil, sobretudo após a independência, não podemos deixar de procurar as razões.

É a língua um elemento identitário de uma nação? Em que medida isso é relevante?

Logo depois da independência do Brasil, na Assembleia Constituinte de 1823, o português foi declarado como língua nacional. Mas o termo “idioma oficial”, referindo-se ao português no Brasil, é cunhado pela primeira vez em 1988, quando o país, após 24 anos de ditadura militar, vê promulgada sua primeira Constituição da nova era democrática. Como nos lembra a pesquisadora Enilde Faulstich.

“Somente a Carta Constitucional de 1988 registra de maneira explícita que “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”. Não se trata apenas de uma troca. O termo “oficial” denota certo avanço político-lingüístico dos legisladores, pois, se o termo não abarca toda a diversidade lingüística do país, ao menos demonstra sensibilidade, acabando com a impressão de que a língua nacional é o português sem variação, uma mesma língua em todo o território nacional, como se não houvesse uma realidade multilíngüe e multidialetal no país.”¹⁷¹

Com a nossa afirmação de que, por definição, uma política da língua está necessariamente ancorada em um ou mais Estados, e de que a política da língua serve para afirmar os interesses das nações envolvidas, se bem que em contextos cambiantes e evolutivos, fica por explicar qual é a importância dos aspectos econômicos na promoção dos idiomas. Está, também, por esclarecer de que modo deve ser pensada a ação dos Estados. É o que faremos no número seguinte.

¹⁷¹ Enilde Faulstich, Planificação Linguística e Problemas de Normalização, Universidade de Brasília. Disponível em http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_9.htm (consultado em 8 de outubro de 2011).

5. O ASPECTO ECONÔMICO DA PROMOÇÃO DO IDIOMA E A AÇÃO DOS ESTADOS

Ao anunciarem a estratégia de promoção da língua portuguesa em 2008, os chefes de Estado e de Governo da CPLP listaram oito pontos de ação para a disseminação da mesma no cenário internacional. No mesmo texto, eles manifestaram, como já referimos, seu apoio ao AO, ao ensino do português como segunda língua e à “introdução da língua portuguesa em organizações internacionais”, como alguns dos tópicos necessários para a empreitada. Um ano depois, em 2009, na Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo, o tom foi mais assertivo:

*“A utilização progressiva do português como língua de trabalho em organizações internacionais, de cariz universal ou regional, é uma realidade. É um idioma falado em mais de vinte instituições internacionais, nomeadamente na União Africana, na União Européia, na União Sul-Americana de Nações (UNASUL), na Organização dos Estados Americanos e nas Cimeiras Ibero-Americanas. Concordaram que a CPLP e os Estados membros têm que ser mais ambiciosos, em particular no sistema das Nações Unidas.”*¹⁷²

E após um parágrafo, lê-se:

“Defender a língua comum é uma forma de democratização do sistema internacional. É igualmente um meio de aumentar a influência conjunta da Comunidade, num momento de recomposição da distribuição do poder à escala global. Os Ministros estão também conscientes de que é essencial um aumento significativo do Ensino da Língua portuguesa nos seus próprios países, reconhecendo ainda a conveniência dos esforços de promoção do ensino da língua portuguesa noutros países, com ênfase nos países observadores, bem como nos que demonstrem especial interesse.”

Nesta mesma ocasião, os participantes alertaram para a necessidade de uma abordagem “realista” no processo de fazer do português língua oficial nas Nações Unidas. Um ano depois, no Plano de Ação de Brasília, como ficou conhecida a estratégia de implantação do português como língua em organizações internacionais, os oito governo decidiram traçar algumas linhas de ação. A expectativa para que a língua obtivesse um papel maior no cenário político internacional foi justificada com o fato de os países lusófonos estarem assumindo cada vez mais responsabilidades em operações de missões de paz da ONU, operações humanitárias etc. A primeira medida proposta foi a criação de um corpo de tradutores e intérpretes para a sede da ONU, que poderiam assim formalizar o português como língua de documentação na organização e relevante para a tradução de

¹⁷² Declaração da Praia de 20 de julho de 2009. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/07/22/reuniao-ministerial-da-cplp-praia-20-de-julho> (consultado em 6 de novembro de 2011).

discursos, alocações, relatórios e outros documentos. A responsabilidade de formação destes tradutores e intérpretes foi entregue à CPLP e ao IILP. Como parte de outras ações previstas no Plano, foi realizado um curso de mestrado de tradutores e intérpretes para organizações africanas. O projeto teve o apoio da União Europeia.

Ao considerarmos a ação 8, constante na primeira parte do documento, verificamos a situação de inatividade do português na União Africana.

Em julho de 2010, a XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP emitiu uma Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP. No documento, a organização pediu apoio para as declarações da Unesco sobre o tema, para a Aliança das Civilizações e, ainda, para outras iniciativas de garantia da diversidade cultural.

Nessas declarações e comunicados, não raramente, os países expressam sua posição política sobre temas internacionais como, por exemplo, a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a estratégia alimentar mundial, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a mudança climática.

No Comunicado da Declaração da Praia, de 20 de julho de 2009, a CPLP manifestou seu endosso a várias candidaturas nas Nações Unidas e reforçou seu apoio à intenção do Brasil de obter um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado. Coincidência ou não, um ano depois, em 2010, uma reunião em Brasília selou o documento intitulado *O Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*.

Realizada em duas etapas, entre 25 a 31 de março, a Conferência ouviu especialistas e técnicos e, depois, autoridades integrantes dos Governos dos Estados membros da CPLP dando origem ao *Plano de Ação de Brasília* que viria a cimentar assim as diretrizes para a política de língua dos oito países, como explicou numa entrevista à Rede de TV Cabo Verde, o diretor-executivo do IILP, Gilvan Müller de Oliveira.

A segunda etapa da Conferência em Brasília serviu para compor um série de ações para cumprir os objetivos apresentados na *Declaração sobre a Língua Portuguesa* de 25 de

julho de 2008. A este conjunto de diretrizes e recomendações deu-se o nome de *Plano de Ação de Brasília*.

A elaboração deste Plano contou com a participação ativa de vários Estados-membros, o que não causou surpresa. Neste contexto, Portugal previra, em 2008, a constituição de um fundo de promoção do português, na ordem de 30 milhões de euros. Porém, como consequência da crise econômico-financeira internacional que atingiu Portugal severamente a partir de 2008, o fundo esgotou-se com o financiamento de projetos e não pôde ser reativado. Foram, pois, representantes de um país enfraquecido financeiramente que chegaram aos trabalhos da Cimeira de Brasília. Para além da relevância muito notada das ideias e propostas do país anfitrião, viveu-se um ambiente propício à tomada de posições pela generalidade dos Estados-membros.

Parece-nos claro que as medidas tomadas desde 2008 visando a promoção da língua têm despertado mais atenção dos Estados-membros da CPLP para esse tema. Uma prova disso é o engajamento de Angola nestes últimos anos quando o assunto é a internacionalização do português. Apesar de a CPLP afirmar que Portugal e Brasil são os dois pilares da organização, a presença africana já se destaca, especialmente por meio de Angola. E tende a aumentar, à medida que cresce também a importância política de Moçambique e Cabo Verde, além de outros países lusófonos.

Numa entrevista à autora desta tese, o diplomata angolano Mário Von Haff deu este testemunho pessoal:

*“Acho que a maior parte dos países da CPLP também está em África. São quatro ou cinco, então isso significa alguma coisa. Há uma necessidade de atenção especial para África. A estabilidade desses países pode afetar a estabilidade do grupo. Então acho que é, mais ou menos, por aí... De uma forma geral, acho que todos nós, fora a Guiné-Bissau que está agora com esta pequena instabilidade, mas que já está a entrar pelos eixos, está dentro do controle, está a trabalhar. A CPLP está tendo um papel muito importante na estabilização da Guiné-Bissau. Acho que está a se começar a dar o real valor. Ainda é um número muito grande de pessoas que falam português. Parece que não...”*¹⁷³

Como que os projetos da CPLP e da política de língua comum se confundem. São, um dentro do outro, projetos inovadores que precisam de ser conduzidos politicamente. A política da língua é feita por Estados e, para tal, é preciso investimento. Não existem

¹⁷³ Entrevista concedida em 28 de outubro de 2011, registrada em Anexos.

políticas eficientes sem planejamento cuidado e recursos para uma execução sistemática.

A falta de orçamento, aliás, é citada com frequência como o motivo para não se avançar com os planos de fazer do idioma língua oficial em organizações internacionais.

A partir de uma língua harmonizada – nomeadamente através de um AO – os países lusófonos renovam sua união política e estão, também, teoricamente mais preparados para renovarem sua influência em outras regiões do mundo.

É um fato, porém, que há dissonâncias entre os Estados membros – por exemplo, em relação ao AO que todos aprovaram. O mundo contemporâneo está sujeito a muitas transformações, as quais alteram as relações de poder entre os Estados. Também nos planos econômico e cultural se assiste a uma crescente competitividade entre os atores políticos, as quais agravam questões antigas e suscitam questões novas.

Cabendo-nos interpretar, no plano científico, o que se passa, não podemos ignorar que são naturais as dificuldades políticas do percurso. Estamos perante interesses nacionais em grande parte convergentes, mas que podem divergir. A questão passa, pois, por sabermos se a ação política da CPLP, em articulação com a ação dos Estados membros, preserva ou não o essencial. Voltemos ao discurso do presidente Jorge Sampaio:

*“(...) Se há uma grande convicção que reforcei ao longo dos quase nove anos que levo no desempenho do cargo de Presidente da República é a de que a causa da afirmação e projecção da língua portuguesa representa um daqueles desafios que, se o não soubermos agarrar, estamos verdadeiramente a falhar uma responsabilidade primordial do presente, a desperdiçar uma enorme riqueza que recebemos do passado e a descuidar o futuro.”*¹⁷⁴

¹⁷⁴ Cf. Discurso de Jorge Sampaio na sessão de abertura da conferência “A Língua Portuguesa, Presente e Futuro”, 06/12/2004. Disponível em <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-1180.html> (consultado em 20 de janeiro de 2011).

Jorge Sampaio apelava para a capacidade de trabalho e para o sentido de Estado dos decisores políticos. Quando abordamos a qualidade dos discursos e da ação política, verificamos, entre outras coisas, se os políticos cumprem a sua palavra, se têm capacidade de realização etc.

Verificamos ainda como gerem os agentes políticos o que dizem e o que não dizem, assim como o modo como isso se repercute na produção de expectativas pelos seus destinatários. Esta é a chave que devemos usar neste contexto, com a ressalva de que é usual existirem perturbações no diálogo político, mesmo quando este se impõe historicamente como necessário.

Em 2009, o então ministro da Cultura de Portugal, António Pinto Ribeiro, tornou pública a decisão do governo de criar uma rede de escolas portuguesas em todos os países lusófonos. O anúncio ocorreu durante uma visita a Luanda. Na mesma informação, divulgada pela Embaixada de Portugal em Angola, Pinto Ribeiro afirmava que, em apenas três anos, a população de portugueses em Angola havia aumentado para mais de 30 mil pessoas.¹⁷⁵

A presença de escolas portuguesas em toda a rede de diásporas lusófonas (numa alusão a todos os falantes de português independentemente da sua origem geográfica) não serviria somente para atender os falantes do idioma, mas também para estabelecer uma presença ainda maior de Portugal nestes mercados e, por conseguinte, a promoção dos negócios e cultura portugueses.

A crise financeira, porém, já notória por ocasião da Cimeira de Brasília, agravou-se em 2011 e freou a atuação de Portugal na promoção do idioma, o país que planejou, de forma mais sistemática, com a criação do fundo de 30 milhões de euros, seus investimentos na promoção do idioma. Um outro aspecto da promoção, entretanto, era o aumento da presença do português na mídia, na produção cultural, na geração de notícias, na indústria criativa. Todos os países da CPLP têm grande tradição no uso da rádio para consumo de notícias e entretenimento. A TV é também um mercado em

¹⁷⁵ “Ministro defende rede de escolas portuguesas em toda CPLP.” Entrevista à agência *Lusa* em 11 de junho de 2009. Reproduzida pela Embaixada de Portugal e disponível em <http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com/2009/06/rede-de-escolas-portuguesas-em-toda.html> (consultado em 12 de novembro de 2011.)

expansão. Considerada uma das maiores emissoras do mundo, a brasileira TV Globo é reconhecida pela produção de novelas exportadas para dezenas de países.

Baseada nessa facilidade de informação, a Fundação Roberto Marinho (que leva o nome do fundador das Organizações Globo incluindo a TV Globo), em parceria com o governo do estado de São Paulo, inaugurou, em 20 de março de 2006, o Museu da Língua Portuguesa.

A iniciativa contou com a parceria de várias empresas privadas. Na época, este conceito constituiu uma novidade em projetos de promoção do idioma no Brasil, embora se tratasse de um conceito já amplamente difundido e aceito em outras “fonias”, como, por exemplo, a espanhola.

Como é já sabido, em 2011, o IILP informou a decisão de abrir um escritório dentro do Museu da Língua Portuguesa. Uma proposta que não se materializou até o fecho destas linhas. Em seus três primeiros anos de funcionamento, o Museu foi visitado por 1,6 milhão de pessoas. O local serve não somente para incentivar o interesse pelo idioma, como também para instruir seus visitantes sobre a importância do mesmo e seu alcance geopolítico. Ali, o brasileiro, que ainda não sabe, compreende que é parte de um mundo mais amplo, o da lusofonia, que inclui, pelo menos, mais sete países em outros três continentes.

O Museu, instalado na antiga Estação Ferroviária de São Paulo, oferece registros em áudio não só das variantes regionais brasileiras, mas também de outros países. O visitante paga o equivalente a menos de três dólares, uma quantia que é reduzida a metade em caso de estudantes e idosos. Não raramente, o local oferece entradas gratuitas, uma vez por semana, e exposições itinerantes a locais carentes de cultura.

A página em linha informa que são sete os objetivos do Museu de Língua Portuguesa. Entre eles:

- *Valorizar a diversidade da Cultura Brasileira;*
- *Favorecer o intercâmbio entre os diversos países de Língua Portuguesa;*¹⁷⁶

¹⁷⁶ Para mais informações sobre os objetivos do Museu de Língua Portuguesa, acesse <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/institucional.php> (consultado em 11 de janeiro de 2013).

Uma instituição apoiada pelo governo do estado de São Paulo, do Brasil e pelo setor privado, o Museu da Língua Portuguesa vê uma mais-valia na promoção de outras culturas de língua portuguesa, estabelecendo uma ligação histórica, linguística e de herança cultural com as demais esferas da lusofonia.

Esta interdependência dos países que falam o português na hora de promover o idioma foi um dos tópicos da Cimeira de Brasília e fator de sua relevância em termos políticos. Contrariando as evidentes disparidades entre o discurso e as múltiplas vozes no âmbito da CPLP, assim como a afirmação de uma política portuguesa de disseminação da língua à escala global, a crise econômico-financeira veio tornar clara a dependência entre os Estados.

Sendo a política de língua um campo político, por excelência, necessita de fortes investimentos para se afirmar.

Em todo o caso, parece ser a falta de meios, agora no âmbito da CPLP, que impede a prossecução dos objetivos de promoção do idioma estabelecidos no seio da organização.

De tudo isto ressalta a centralidade da língua nas políticas dos países. Em todo o caso, sem a necessária cooperação no âmbito da CPLP, que lhes permita ultrapassar as dificuldades, qualquer política de língua tende a falhar, o que sugere maiores esforços de integração.

6. O AVANÇO POLÍTICO DA FRANCOFONIA E DA HISPANOFONIA, a OIF

A língua francesa, apesar de ter um número menor de falantes nativos se comparado ao português, é um idioma que conta com grande investimento em política, planeamento e, sobretudo, divulgação. Uma estratégia que é cuidadosamente planejada e executada pelo governo da França através dos órgãos competentes que são o Instituto Francês e a Organização Internacional da Francofonia (OIF), com o respectivo braço linguístico, didático e internacional da operação: a Aliança Francesa.

Aparentemente, os francófonos, sejam eles africanos, americanos, europeus ou asiáticos, não se importam de estarem unidos ao grande movimento da francofonia, que é, por sua vez, um bloco organizado e consciente de sua função na promoção do idioma.

Ao lado dos inúmeros encontros que a OIF mantém com atores em todo o mundo, está uma presença ativa nos corredores das Nações Unidas, onde o francês já goza de estatuto de língua de trabalho e de língua oficial. Também aí a OIF, assim como a CPLP, tem estatuto de observador. Paralelamente, a França é, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A OIF pode ser vista como equivalente à CPLP no mundo que fala francês, apesar de haver diferenças estruturais entre as duas entidades. Trata-se de uma equivalência de caráter funcional dado serem comunidades que reúnem países que falam o mesmo idioma.

O francês é uma língua forte também na Guiné-Bissau, por causa de suas relações especiais com a Guiné (Conacri) e com o Senegal, e em Cabo Verde. E também São Tomé e Príncipe. Alguns diplomatas destes países lusófonos ainda utilizam o francês em seus pronunciamentos nas Nações Unidas, em reuniões regulares. De modo semelhante, também os diplomatas de Portugal, Brasil, Angola e Timor-Leste utilizam o inglês, e o Brasil tem passado a falar em espanhol também em algumas instâncias.

O uso do espanhol por parte do Brasil aumentou desde a decisão do país de fazer deste idioma a segunda língua estrangeira em escolas brasileiras e, sobretudo, desde a consolidação política do Mercosul.

Uma das estratégias da OIF passa por investir mais nos países de língua portuguesa onde alguma parte da população utiliza o francês. É preciso lembrar que também Moçambique integra a OIF, como membro observador, um fato que costuma surpreender até os mais informados.

A percepção sobre a relação de Portugal com suas ex-colônias africanas e como esta mesma percepção poderia render dividendos à francofonia, especialmente nos dois países acima mencionados, foi examinada por Chaudenson, em uma obra citada pelo linguista Mário Filipe, em sua tese de doutoramento.

*“Le Portugal n’a pas regardé de bon oeil, dans les États lusophones d’Afrique, le développement d’une coopération avec la France, dont les promoteurs initiaux avaient été, en général, des opposant au régime colonial portugais, souvent exilés, dans les États francophones d’Afrique de l’Ouest ou en France. Peut-être, à tout prends les Portugais, préfèrent-ils, quitte à voir introduire une autre langue internationale dans les Palops, {...} que se soit le français, plutôt que l’anglais.”*¹⁷⁷

Em seu *Estudo sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa*, Carlos Reis afirmou que o "poder da língua só se manifesta efetivamente quando essa língua é uma língua de poder".

É interessante notar que mesmo que o português possa não ser interpretado em contexto europeu como uma língua de poder, de certa forma, ele se transforma, em contexto africano, em uma “língua do poder cidadão”, uma vez que, com o conhecimento do idioma, as pessoas podem aumentar sua mobilidade social dentro da própria sociedade em que vivem por se mostrarem proficientes na língua oficial que dá acesso ao aparato do Estado. Aumentam as chances de integrar quadros públicos e de exercer uma profissão na língua oficial, mas, além disso, aumentam as possibilidades de comunicação e de se ter oportunidades profissionais em outros países de língua portuguesa fora de África, como no emergente Brasil ou no jovem Timor-Leste, só para referir alguns exemplos.

Em todo o caso, a vantagem nesta área não é só de países africanos e emergentes, mas também de Portugal, como constataremos a seguir. Vistas as coisas de outro modo, o professor Adriano Moreira afirma que Portugal tem vantagens sobre a França na

¹⁷⁷ Cf. Robert Chaudenson. *Pour une Stratégie différenciée de promotion du français. La bataille pour le français*. 2004, citado por Mário Filipe na tese de doutoramento “Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: Hipótese de Modelo Estratégico”, Lisboa. 2005.

promoção do idioma justamente por causa da CPLP. É um ponto que já referimos, que decorre (da também diferente percepção) da natureza estrutural da CPLP por contraponto à organização de Estados francófonos.

Isso não nos pode fazer esquecer, porém, como implicitamente resulta das palavras de Adriano Moreira, que, no plano funcional, o português tem de ser defendido com muita argúcia e persistência:

“Nós podemos reparar em que a França tem uma língua duma enorme importância, mas tem uma presença residual nas novas entidades políticas que apareceram, tem alguns instrumentos de expansão como é o Lyceum Francês ou a Aliança Francesa, mas não tem uma CPLP. A Espanha tem uma expansão também enorme, também não tem uma CPLP. O facto de os países que falam a língua portuguesa se unirem, representa uma unidade que é superior às divergências e ao processo pelo qual se deu a separação. Num mundo global, uma unidade representa o aumento de capacidade de cada um dos países. Bom, depois, essa língua portuguesa tem uma qualidade excepcional para a tal solidariedade. E é o facto de que a língua portuguesa é tão mestiça como a mestiça étnica que se atribui a Portugal. E por quê? Porque nenhuma língua é neutra. Tem valores. E a nossa adquiriu valores em cada região, onde se estabeleceu. E isso dá-lhe uma dimensão que tem um denominador comum que eu gosto de chamar a maneira portuguesa de estar no mundo, de estar expressa nesses valores, mas tem as suas especificidades que se articulam muito bem com esse denominador comum.”¹⁷⁸

Ao examinarmos as palavras de Adriano Moreira, podemos acrescentar que os britânicos têm a *Commonwealth* e o *British Council* para promoverem a política, a língua e cultura, respectivamente. Já os franceses têm a OIF, o Instituto Francês e a Aliança Francesa (embora esta última receba o forte patrocínio do governo francês, é preferencialmente vista pelo Quai d’Orsay como “menos governamental” do que o Instituto Francês), “nomeadamente por ser privada.” Por seu lado, a Espanha é membro da Organização dos Estados Ibero-Americanos e utiliza o Instituto Cervantes para difundir o idioma.

Já os países de língua portuguesa, há que reconhecê-lo, ainda não definiram se fazem da CPLP o seu braço político e do IILP o instrumento para a promoção do idioma enquanto o Camões divulga a língua e a cultura portuguesas e se esforça por se aproximar de suas ex-colônias ao promover, por tabela, “outros autores de língua portuguesa”, e o Brasil encarrega uma Divisão do Itamaraty na área de cultura da promoção de um de seus maiores ativos

¹⁷⁸ Depoimento de Adriano Moreira, no YouTube, carregado em 15 de julho de 2011 ao sítio do Movimento Internacional Lusófono, MIL. Disponível em <http://www.youtube.com/user/movimentolusofono#p/search/0/1axUDoCW4Vg> (consultado em 30 de outubro de 2011).

políticos em matéria de *soft power*, sem decidir criar ou não um Instituto da Língua Portuguesa.

A realidade mostra-nos que não existe um Instituto Internacional do Português para ensinar o idioma como língua estrangeira. Trata-se de uma ausência técnica com implicações práticas.

Esta responsabilidade poderia ser assumida pelo IILP, uma vez provido de recursos adequados através da CPLP. No entanto, o IILP difere das demais organizações e constitui um interessante paradoxo. No caso do bloco lusófono, cada país representa um voto. É uma estrutura mais democrática do que suas congêneres e sem a aparente dominação de nenhuma nação.

Já nas demais organizações “congêneres”, parece ser clara a hegemonia das antigas metrópoles: Reino Unido, Espanha e França. Tal hegemonia ocorre através da *Commonwealth* ou do *British Council*, da *Real Academia* e da *Académie Française* e da OIF.

Se existe uma inequívoca estrutura democrática na CPLP, ela ainda pode ser muito aprofundada. Já as organizações dos outros blocos linguísticos têm outras lógicas de funcionamento. Existem elementos democráticos em várias delas, mas, como referimos, com o predomínio das antigas metrópoles, seja no plano político ou simbólico.

Por exemplo, no caso da *Commonwealth*, assistimos ao fenômeno de existir um único chefe de Estado: o monarca britânico.

No contexto da CPLP, é necessário examinarmos com particular atenção as relações entre Portugal e Brasil, tal como defendeu o secretário-executivo da CPLP, até julho de 2012, Domingos Simões Pereira, dado serem estes “os dois principais pilares” da organização, o que releva estrategicamente.

Embora não sendo um dos mais influentes membros da União Europeia, Portugal ganha importância pela sua posição histórica e as relações que tem com todas as suas ex-colônias e ainda com outros territórios. O interesse do Brasil por Portugal é motivado não só por razões comerciais, nomeadamente pela presença de Portugal na União

Europeia, o que pode facilitar o comércio do Brasil com esta última, mas também por causa das boas relações de Portugal com o resto do mundo, especialmente com o Oriente Médio e a China, através de Macau. Além de que não nos devemos esquecer da relevância para o Brasil de outros países e territórios, como é o caso da União Indiana, que integra o antigo Estado da Índia Portuguesa.

Alguns autores, sobretudo analistas de política internacional, argumentam que o Brasil tem hoje ligações diretas com todos estes atores, por causa de sua crescente importância no cenário internacional, pelo que a CPLP e, particularmente, Portugal são geoestrategicamente pouco importantes.

Embora esses argumentos sejam compreensíveis, não explicam toda a realidade, especialmente se considerarmos a vertente linguística. Em termos práticos, os Estados têm interesse em apresentar seu idioma como sendo forte em termos de número de falantes e de peso econômico e cultural. A influência política do Brasil ou de Angola, por exemplo, aumenta com a presença de Portugal na União Europeia e com suas muitas relações no plano internacional.

A ideia de aliar a promoção da língua com a influência política foi institucionalizada no mundo ocidental, pela primeira vez, com a criação da Aliança Francesa.

Não é por acaso que a França é referida por analistas e pesquisadores como um caso de política de língua por excelência.

Se os métodos são eficientes ou não, é outra discussão. A verdade é que o “tema” não sai de pauta em *fora* internacionais. O Secretário-Geral da ONU emite mensagens parabenizando os países francófonos pelo “Dia da Francofonia”, o que ocorreu também em seu quadragésimo aniversário.

Em 26 de março de 2010, a OIF recebeu, com efeito, uma nota congratulatória de Ban Ki-moon destacando os “valores em comum” e a cooperação das duas instituições. Confirmamos:

“Over the past 40 years, your organization has contributed directly to our common goal of building a better world. It has promoted diversity, contacts between different people, and the overriding value of humanism. Recently, we have taken concrete steps to work together on human rights and conflict prevention, on peaceful transitions in Africa and in our efforts to achieve the Millennium Development Goals. Our organizations are founded on the principle that we are stronger together, in all our diversity, than we are individually. I believe the world is increasingly recognizing the truth of this message. Let us continue to promote our common values of peace, development and human rights for the next 40 years and beyond.”¹⁷⁹

A influência política através da promoção do idioma é exatamente a receita que a França busca obter em suas iniciativas nessa área.

Ao conceder uma entrevista para esta tese, o delegado-geral para Língua Francesa do Ministério da Cultura francês, Xavier North, esclareceu o que está por trás da zelosa política de promoção da língua de Molière. A entrevista ocorreu em inglês como mostra a transcrição abaixo:

Mônica Villela Grayley: *Monsieur North. Why France is investing so much in the promotion of French?*

Xavier North: *French culture?*

MVG: *French Language.*

XN: *Of the French language? Because we think it is very useful to influence. You see?*

MVG: *Political influence?*

XN: *Influence as such. We have a very interesting concept in France which is not the equivalent of soft power. The Anglo-Saxons, the English-speaking world speaks about soft power. We speak of influence (influence). There are number of reasons, one reason is historical. Up until, shall we say the end of the 19th century or at least perhaps, the middle of the 20th century, French was probably not a universal language but it was widely spoken throughout the world, and the decision to promote French after the 2nd World War, was to try to retain that status, you see? Which has drawbacks, because when you want to retain a status that does not correspond to your real power, it might give an impression of arrogance, you see? (ANEXO XAVER NORTH)*

Ao tentar “defender” seu idioma, a França, especialmente nos últimos anos, tem introduzido a ideia do “multilinguismo” como uma “causa” que deve ser levada a cabo pelos países com língua maternas românicas, a saber, e além da França, por Portugal e Espanha. Ao comentar a decisão da França de criar, em 2001, os “Três Espaços

¹⁷⁹ Cf. “Secretary General’s Message on the 40th Anniversary of la Francophonie.” SG/SM/12809. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2010/sgsm12809.doc.htm> (consultado em 20 de janeiro de 2011.)

Linguísticos”, com francês, espanhol e português, um dos mais proeminentes linguistas do país, Louis-Jean Calvet, escreveu:

“Si j’avais été lusophone ou hispanophone, je me serais peut-être méfié de ces francophones, que j’aurais pu soupçonner de chercher à utiliser ces alliances pour les aider à défendre le français face à l’anglais. Mais mettre en place une action de coopération commune entre ces différents organismes impliquait que l’on ne réfléchisse pas en termes de « jeux à somme nulle », dans lesquels il y a un vainqueur et des perdants, mais en termes de « jeux à somme positive », dans lesquels chacun des participants peuvent trouver un bénéfice.”¹⁸⁰

É útil, neste contexto, compararmos as missões e os objetivos das quatro organizações políticas que vimos referindo e que têm como ponto de partida a língua, para forjar a identificação de seus membros: *Commonwealth*, CPLP, Organização Ibero-Americana (OEI) e OIF.

COMMONWEALTH	CPLP	OEI	OIF
<p>“The Commonwealth is a voluntary association of 54 countries that support each other and work together towards shared goals in democracy and development.”</p> <p>Fundada em 1931 como “British Commonwealth”, o adjetivo “British” foi retirado em 1949. Em 1965, estabeleceu-se o cargo de secretário-executivo.</p>	<p>Visa a concertação político-diplomática entre seus estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;</p> <p>A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;</p> <p>A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.</p>	<p>“La OEI tiene como propósito fundamental el desarrollo y el intercambio educativo, científico, tecnológico y cultural de los Estados Miembros, con el objeto de contribuir a elevar el nivel cultural de sus habitantes como personas, formarlos integralmente para la vida productiva y para las tareas que requiere el desarrollo integral y fortalecer los sentimientos de paz, democracia y justicia social.”</p>	<p>“Promouvoir la langue française et la diversité culturelle et linguistique; Promouvoir la paix, la démocratie et les droits de l’Homme; Appuyer l’éducation, la formation, l’enseignement supérieur et la recherche; Développer la coopération au service du développement durable.”</p>

¹⁸⁰ Louis-Jean Calvet, “La mondialisation linguistique, les langues latines et le portugais, langue de la lusophonie : un nouveau regard”, apresentação de conclusão do colóquio: La Langue Portugaise, le Brésil, la Lusophonie, La Mondialisation Linguistique: Un Nouveau Regard. Colloque International - 16, 17 et 18 novembre 2005, Montreuil. Disponível em <http://www.arara.fr/ACCALVET1.html> (consultado em 28 de janeiro de 2012).

Das quatro organizações, a CPLP e a OIF são as únicas que mencionam a promoção do idioma em sua missão ou objetivos principais. A OIF faz, aliás, da difusão do francês o primeiro ponto de sua missão, o que a CPLP coloca em último. A *Commonwealth* e a OEI não indicam seus idiomas (inglês e espanhol) como objeto de disseminação, preferindo acentuar aspectos como o “desenvolvimento”, a “democracia” e a “justiça social”.

A utilização das palavras não é inócua, correspondendo antes a coordenadas de desenvolvimento histórico dos países e blocos de países e a preocupações de futuro. Isso reflete-se ainda nos meios que as diversas organizações privilegiam para a prossecução de suas atividades.

A OIF, por exemplo, tem uma forte aliada na promoção do francês, a saber, a emissora de televisão TV5 Monde, chamada pela organização como “la télévision internationale francophone”. A ideia de criação de uma TV CPLP tem sido cogitada também pelo bloco lusófono há vários anos, mas, até o traçar destas linhas, o projeto não havia ainda saído do papel a não ser através do apoio institucional a alguns documentários e concursos digitais.

Há várias semelhanças entre o *modus operandi* da OIF e da CPLP. Uma delas é o encontro de cúpula de Chefes de Estado e de Governo. Também a “Conférence ministérielle” da OIF é comparável ao Conselho de Ministros na CPLP. Um detalhe importante, também coincidente, é a figura do “Secrétaire général”, na OIF, e do Secretário-Executivo, na CPLP. Há diferenças, porém, nesta matéria. O “Secrétaire général” é eleito para um mandato de quatro anos, ou seja, o dobro do tempo do mandato do Secretário-Executivo da CPLP, e, no caso francês, o secretário pode ser reeleito por igual período (num total de oito anos). Este tem ainda mais poder administrativo que seu homólogo na CPLP. Confirmamos a carta da entidade:

*“En cas d’urgence, le Secrétaire général saisit le Conseil permanent et, compte tenu de la gravité des événements, le présidente de la Conférence ministérielle, des situations de crise ou de conflit dans lesquelles des membres peuvent être ou sont impliqués. Il propose de mesures spécifiques por leur prévention, leur gestion et leur règlement, éventuellement en collaboration avec d’autres organisations internationales.”*¹⁸¹

¹⁸¹ Charte OIF. Disponível em http://www.francophonie.org/IMG/pdf/charte_francophonie.pdf (consultado em 10 de fevereiro de 2012.)

Com o mesmo fervor com que a França procura, por motivos realistas, não mais frear a expansão do inglês, mas certificar-se de que o francês não será “massacrado” pela globalização de cor inglesa, a CPLP também se afirma a favor da “pluralidade” e da “multipolaridade”, com a defesa da língua portuguesa. Como se, pelo menos neste contexto, os velhos fantasmas do passado de uma “nova dominação portuguesa ou neocolonialismo cultural” perdessem força para um aparente inimigo em comum: “as hegemonias linguísticas.”

Se este é o ponto que aproxima os esforços das comunidades de língua francesa e portuguesa, há que realçar que são internamente muito diferenciadas.

Também a anglofonia tem diversas variantes. A anglofonia tem o inglês dos Estados Unidos e o do Reino Unido como seus maiores expoentes, só para mencionar dois países de língua inglesa com geopolíticas, produção cultural e influências relevantes. Mas, de qualquer forma, não se notam grandes debates sobre essas diferenças, pelo menos não no formato das discussões registradas no espaço da lusofonia, pela razão de que ao inglês cabe uma posição dominante ou hegemônica nas relações internacionais.

Mas há um elemento comum a todos os blocos linguísticos, no atual cenário de globalização. Aparentemente, todos se foram adaptando às novas realidades. Antes de ser chamada *Commonwealth*, o bloco que reúne ex-colônias britânicas e associados interessados (como os casos de Moçambique e Ruanda) chamava-se *British Commonwealth*. O adjetivo que classifica a associação ao antigo *British Empire* foi abandonado logo após a independência da Índia, em 1949, num claro sinal de pragmatismo.

O órgão de promoção do inglês no mundo, no entanto, é o *British Council*, denotando a importância de se preservar o essencial da história cultural britânica. A OIF preferiu destacar o idioma à França em sua tentativa de aglomeração de todas as nações francófonas através da língua.

Já a Espanha, ao mesmo tempo que mantém o Instituto Cervantes com o nome de um de seus maiores escritores, busca também promover, através do mesmo instituto, as culturas e línguas dos países hispano-americanos.

III CAPÍTULO

Os papéis dos países na difusão da língua portuguesa

1. QUEM COMANDA A PROMOÇÃO?

Em 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e o então primeiro-ministro português, José Manuel Durão Barroso, encontraram-se em Brasília para a VII Cimeira Brasil-Portugal.

Na ocasião, o presidente Lula lembrou que Portugal era o único país da Europa com o qual o Brasil “mantinha reuniões regulares em níveis de Chefes de Governo.”

Já naquela data, 8 de março de 2004, os dois países dedicaram sete pontos de sua declaração conjunta para chamarem a atenção para a questão da necessidade de promoção do idioma comum.

E ali mesmo, um ano após ter sido fundada a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, DPLP, no Brasil, e 12 anos após a inauguração do Instituto Camões, como tal, os dois Chefes de Governo anunciaram a criação de “políticas linguísticas” comuns (O grifo é da autora):

16. O Presidente da República e o Primeiro Ministro ressaltaram a importância dos estreitos elos entre os dois países, forjados pela identidade lingüística. Nesse sentido, acordaram no lançamento de iniciativas conjuntas destinadas a reforçar as ações desenvolvidas pela CPLP no sentido da promoção e difusão da língua portuguesa e, em particular, as iniciativas que visem à maior utilização do português como língua de trabalho nos organismos internacionais.

18. Concordaram quanto à necessidade de estratégias conjugadas para a promoção da língua comum, inclusive associando-se para apoiar programas de consolidação dos sistemas educativos de cada país de língua oficial portuguesa. Reconheceram também a urgente necessidade de definir políticas lingüísticas que permitam desenvolver programas de ensino e aprendizagem através do livro científico e técnico em português.

19. O Presidente Lula da Silva e o Primeiro Ministro Durão Barroso saudaram a possibilidade de colaboração entre o Instituto Camões e os Centros de Estudos Brasileiros (CEBs), e instaram a Comissão Permanente do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta a

*aprofundar o assunto quando da próxima reunião daquela instância consultiva, em setembro próximo.*¹⁸²

A necessidade de haver uma política da língua conjunta, como vimos acima, que reforçasse a ação da CPLP, definida durante o encontro Lula-Barroso, foi confirmada pelo chanceler brasileiro, Celso Amorim, quatro anos depois, poucos dias antes de Portugal imprimir sua marca no tema e registrá-la nos anais da CPLP durante a VII Cimeira de Chefes de Estado e Governo do bloco. Em entrevista à agência de notícias *Lusa*, Celso Amorim afirmou, aparentando uma certa relativização da empreitada portuguesa. Uma vez mais, o grifo é da autora:

*"Independentemente de toda a cooperação bilateral ou plurilateral que existe, tem que haver uma política da língua portuguesa. É preciso haver uma política de divulgação e difusão permanente."*¹⁸³

Na mesma entrevista, o ministro brasileiro lembrou que o Brasil iria fundar a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira para servir os interesses de prossecução de uma política linguística comum, e, logo depois, ao comentar o AO, Amorim realçou que era para seu país, onde a língua portuguesa é mais falada no mundo, e como que "marcando território" sobre a liderança brasileira no processo, que Portugal estava, claramente, se direcionando.

E emitiu o ministro um importante juízo sobre a relevância das relações luso-brasileiras, no quadro de ação desenvolvida pela CPLP:

"A CPLP é de grande importância. Será uma cimeira para debater os problemas e a maneira de cooperar. Continuaremos a dar o nosso apoio", realçou Amorim, destacando que o Brasil tem a intenção de criar uma universidade da língua portuguesa voltada para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)."

*"(...)O acordo ortográfico foi um grande passo nesse sentido, mas há muito que pode ser feito. O Brasil tem uma posição estratégica, com quase 200 milhões de pessoas que falam o português. Daremos a assistência necessária para que essas mudanças se concretizem."*¹⁸⁴

¹⁸² Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil e do Primeiro-Ministro da República Portuguesa por Ocasão da VII Cimeira Brasil-Portugal. Disponível em http://www2.mre.gov.br/dai/b_port_156.htm (consultado em 6 de novembro de 2011).

¹⁸³ "CPLP/Cimeira: MNE brasileiro defende política permanente de promoção da língua portuguesa." Celso Amorim em entrevista à *Lusa* em 21 de julho de 2008. Disponível em http://noticias.sapo.pt/artigo/cplp-cimeira-mne-brasileiro-defende-politica-permanente-de-promocao-da-lingua-portuguesa_5ead02c0e7e8cf87374162.html (consultado em 6 de novembro de 2011).

¹⁸⁴ Celso Amorim em entrevista à *Lusa*. Ibidem.,

Por aqui se percebe que, como já referimos, subjacentes à política de língua estão interesses nacionais. A política de língua consubstancia formas de cooperação que têm em conta os referidos interesses e a tipologia das entidades políticas. Por outras palavras, os esforços da CPLP devem ser harmonizados com os interesses dos Estados-membros. Isso é relevante para a promoção da língua portuguesa como também é relevante, através dela, para os outros assuntos.

Apesar de o idioma oficial do Brasil ser chamado de “língua portuguesa” ou “português”, uma declaração do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, durante um discurso de admissão do Timor-Leste como membro da CPLP, em 2002, chama à reflexão a necessidade de gerenciamento partilhado do português e a relação entre uma retórica de consenso e uma eventual ação hegemônica exercida sobre a língua pelo Brasil ou por Portugal. Disse Fernando Henrique Cardoso, referindo-se ao recém-eleito presidente Xanana Gusmão (Grifo da autora):

*“E se mencionei a emoção ao sentir os brasileiros e brasileiras ensinando, com métodos novos, a língua brasileira no Timor, não foi menor a minha emoção ao ver o carinho que os nossos oficiais e soldados dedicavam ao Timor, em especial ao seu então ainda não Presidente, mas seu líder incontestado.”*¹⁸⁵

Como veremos de seguida, esse modo de gerenciamento conduziu, muitas vezes, a grandes dificuldades e a desentendimentos. Muitas vezes, mais do que aquilo que se diz ou faz, conta, negativamente, o que não se diz ou faz, estando muitos elementos interligados.

Por exemplo, a falta de gerenciamento partilhado da língua através de uma entidade que produza instrumentos comuns impede que se desenvolva um modo unificado de ensino do português à escala internacional, independentemente de quem sejam os professores ou os alunos.

Portugal e Brasil, respectivamente o berço do idioma e o país com o maior número de falantes, escolheram administrar o português de formas nem sempre similares, durante as últimas décadas. Em 1958, surgiu, no Brasil, a Nomenclatura Gramatical Brasileira,

¹⁸⁵ Alocução de Fernando Henrique Cardoso no Discurso da admissão do Timor-Leste como membro da CPLP, Palácio Itamaraty, 31 de julho de 2002. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/deaf/CPLP/Discurso%20Admissao%20Timor-Leste.htm> (consultado em 9 de abril de 2012).

que passou a regular o ensino da língua. Nesta época, já havia ocorrido, em Portugal, a Reforma Ortográfica de 1911, à qual o Brasil preferiu não aderir mantendo sua ortografia antiga.

Com a Semana da Arte Moderna, de 1922, a elite intelectual brasileira passou a dedicar mais tempo em afirmar sua variante como forma de obter “autonomia” de Portugal, marcando assim também os 100 anos da independência do país sul-americano. É como se, através de uma variante propositadamente diferente, o país finalmente assumisse uma identidade autônoma e visse marcada com um sotaque brasileiro uma independência ocorrida por mãos portuguesas.

Era a chegada da maioria política-linguística. Mais tarde, porém, as tentativas de aproximação e colaboração da Academia Brasileira de Letras (ABL) e da Academia de Ciências de Lisboa acabaram por resultar num segundo Acordo Ortográfico para as únicas duas nações lusófonas independentes: o Acordo Ortográfico de 1945. Mesmo aprovado pelo Parlamento português e pelo Congresso Nacional no Brasil, os legisladores brasileiros decidiram revogar o tratado fazendo o país retornar à ortografia de 1943.

Com já vimos, assinado em 1990 o AO só foi implementado, voluntariamente, pelo Brasil, em 1 de janeiro de 2009. Em Portugal, levaria mais dois anos até que as novas regras chegassem às escolas do país.

Portugal não tomou a liderança deste processo. Foi o Brasil que o fez. O AO seria, talvez, o primeiro grande passo do Brasil na formulação de uma política da língua, em várias décadas. Segundo o professor Carlos Alberto Faraco, até então, a nação sul-americana preferia deixar Portugal destacar iniciativas semelhantes. É o próprio que explica:

“Por exemplo, na questão da política da língua, ele (Brasil) sempre espera que Portugal dê o primeiro passo. Nós não conseguimos até hoje uma cooperação Brasil-Portugal, na promoção da língua, em outros contextos fora dos países de língua oficial portuguesa. Onde tem o Instituto Camões, o Camões não se abre para a ação brasileira. E onde a ação brasileira é forte também, ela não se abre para a ação portuguesa. Eu diria que Portugal tem muito mais preocupação, atualmente, com o Brasil, do que o Brasil com Portugal” (ANEXO CARLOS ALBERTO FARACO).

A divisão denunciada por Faraco foi confirmada pela pessoa que, durante oito anos, ficou responsável por gerir a promoção do português do lado brasileiro ao chefiar o Ministério das Relações Exteriores do maior país de língua portuguesa, o ministro Celso Amorim (2003-2010). Ao dar, gentilmente, um depoimento para esta tese ele comentou a ausência de mais cooperação:

“(...) Agora, eu, por vezes, acho que o preconceito, a falta de entusiasmo faz com que as coisas andem mais devagar do que deveriam. Eu acho que todos sabem, perfeitamente, o valor que a língua tem como instrumento de política cultural, comercial, de política, política mesmo, né? porque as pessoas... Veja bem: e não é só, e aí acho que é o erro que às vezes a gente comete é pensar que vai trabalhar só dentro dos países de língua portuguesa. Não. Você tem que promover o português fora...” (ANEXO CELSO AMORIM).

Ambos os autores convergem, aparentemente, na afirmação da necessidade de uma maior cooperação entre Brasil e Portugal direcionada para o mundo. E, curiosamente, ambos veem um potencial entrave na CPLP, se ela implicar que a língua (ou as amplas questões ligadas à língua, como nota Celso Amorim) se discuta apenas entre portas.

Estamos perante uma questão que necessita de aprofundamento científico.

Há muitas zonas de sombra, correspondentes a falta de conhecimento da realidade. É verdade que existem percepções, que devem ser tidas em conta. Mas elas são frequentemente contraditórias.

As divergências sobre os protagonismos de Brasil e Portugal na promoção do idioma não são raras. Para o escritor angolano José Eduardo Agualusa, o Brasil precisava de fazer mais, dentro e fora de casa, para apoiar a língua portuguesa.

Pouco antes de uma apresentação em um evento sobre a internacionalização do português patrocinado por diplomatas portugueses com o apoio da Assembleia da República, em Lisboa, Agualusa declarou:

*“O Brasil não está a fazer o que Portugal está a fazer, por exemplo. Portugal tem o Instituto Camões cujo objetivo é exatamente o de promover a língua portuguesa no mundo e o Brasil não tem nada equivalente. O Brasil, por exemplo, não dá apoio às traduções de seus autores no estrangeiro. Portugal tem uma política eficiente de apoiar tradução, apoiando inclusive autores africanos também e o Brasil não tem esta política. De vez em quando, a Biblioteca Nacional apoia uma ou outra tradução, mas não há uma política definida. O Brasil tem que fazer isso. O Brasil tem que entender que a cultura traz muito dinheiro ao país. A Música Popular Brasileira hoje está trazendo muito dinheiro ao país através do turismo, por exemplo. A literatura brasileira também. Então o Brasil tem que compreender isso. Tem que compreender que sua afirmação no mundo passa também pela afirmação da língua portuguesa e tem que criar estruturas de promoção da língua e tem que começar a apoiar seus escritores, seus cantores e seus músicos.”*¹⁸⁶

Neste mesmo evento, estava o então presidente da Assembleia da República de Portugal, Jaime Gama, que opinou sobre a gestão da promoção da língua. Segundo Gama, investir no IILP seria “absolutamente essencial” para o sucesso da empreitada de promoção de português no mundo, que deveria ser, acima de tudo, “multilateral”.

*“Só pode e deve ser uma gestão multilateralizada. Não deve ser versão unilateral, nem ter uma condução unilateral. E esta, tanto pode ser uma tentação de Portugal, como pode ser uma tentação do Brasil. E ambas são nefastas.”*¹⁸⁷

Trata-se de uma posição diferenciada da de Agualusa com vista à promoção da língua portuguesa no mundo. A perspectiva de Jaime Gama é realmente nova, e está por construir como uma alternativa global, com um sentido possível e positivamente concorrente com outros sentidos, do que significa o globalismo.

Sobre o mesmo tema, nove anos após deixar a presidência do Brasil, falou Fernando Henrique Cardoso, declarando que os brasileiros não se dão conta da importância política de se falar português:

*“Os brasileiros não prestavam a devida atenção à importância da internacionalização da língua. A presença do português é grande, porque está na Europa, na África, na América do Sul e do Norte, porque tem muito português por lá, na Ásia... Então, isso é uma vantagem, um capital que não pode ser desperdiçado. A divulgação, a valorização, como o Prêmio Camões e outros dessa natureza, são muito importantes para que a gente possa preservar. E o Brasil deveria ser mais ativo nisso.”*¹⁸⁸

¹⁸⁶ José Eduardo Agualusa em entrevista à Rádio ONU, em 16 de junho de 2009. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/165644.html> (consultado em 9 de outubro de 2011).

¹⁸⁷ Jaime Gama na abertura do Colóquio sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa, auditório do edifício novo da Assembleia da República, 16 de junho de 2009. ASDP. Instituto Diplomático, Lisboa 2010, p. 19.

¹⁸⁸ Fernando Henrique Cardoso em entrevista à Rádio ONU em 21 de setembro de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/09/fernando-henrique-diz-que-brasil-deve-investir-mais-em-politica-da-lingua/> (consultado em 8 de outubro de 2011).

Ao expressar sua opinião sobre a gestão da internacionalização do português, o professor Ivo Castro recomendou a via bilateral em vez do multilateralismo proposto por Jaime Gama. Para ele, Portugal deve ter “acordos diretos” com outros países de língua portuguesa, o que, em princípio, poderia enfraquecer a visão apresentada pela CPLP.

“Para cada país do espaço lusófono, Portugal deve ter uma política linguística, científica e cultural específica, de tipo bilateral. Importa que essas políticas sejam esbatidas e tornadas ineficazes pela diluição em estruturas multilaterais. Um exemplo: se Portugal adoptar a ortografia de 1990 sem ser acompanhado por Angola e Moçambique, a unidade agora existente será fragmentada e não terá substituição que a compense.”¹⁸⁹

Mas será que as perspectivas bilateral e multilateral são contraditórias? Em teoria, são contraditórias, mas não são necessariamente contraditórias na prática.

Creemos que a posição de Ivo Castro aponta para um multilateralismo matizado pela intervenção consensualizadora de alguns países com maior capacidade de influência no bloco linguístico, especialmente de Portugal.

Para o académico português Alfredo Margarido, crítico tenaz, como já vimos, do conceito de lusofonia, Portugal não convive bem com a ideia de o português “ter que também pertencer” a outros povos. Margarido vai mais longe ao dizer que o “mito da lusofonia” foi criado por Portugal após ter perdido quase tudo com o fim do colonialismo, crises financeiras e outros fatores. Segundo ele, a lusofonia nada mais é que uma trama portuguesa para continuar dominando, desta vez, através da “língua em comum, do pacto eterno de uma pertença ao mundo lusófono, que só quem fala português entende, compreende e percebe.”¹⁹⁰

A verdade é que há que reconhecer que a prática da língua portuguesa foi reforçada com a chegada ao espaço virtual e a diminuição da distância entre países e povos lusófonos. Graças também à internet, é mais fácil hoje em dia apreciar diretamente as várias formas de utilização dos diferentes estratos linguísticos do português e de suas muitas variantes.

¹⁸⁹ Ivo Castro, alocução no Colóquio sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa, auditório do edifício novo da Assembleia da República, 16 de junho de 2009. ASDP. Instituto Diplomático, Lisboa 2010. p. 49.

¹⁹⁰ Alfredo Margarido. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonias, 2000.

No espaço virtual, por essência democrático, todos escrevem, todos opinam, todos se expressam em sua língua, com diferenças, regionalismos, características topográficas, mas o português é um só. De uma certa forma, as redes sociais promoveram um desacordo e, ao mesmo tempo, um acordo. As formas e variantes podem diferir um pouco aqui e acolá mas continua sendo a língua portuguesa. E neste ponto, a sociedade civil estará, talvez, lançando as bases de uma nova política de língua diferente da que tradicionalmente é executada por Estados, como já vimos.

Já o gerenciamento do idioma, no entanto, é feito de forma menos inclusiva e democrática do que o contexto propiciado pelas redes digitais. O que fica a cargo das autoridades, em seus respectivos países.

No Brasil, atribui-se à Academia Brasileira de Letras (ABL) a tarefa de cuidar da “qualidade da língua.” Foi esta instituição que elaborou, pela primeira vez em 1982, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, conhecido como VOLP. Já o equivalente, em Portugal, ficou a cargo do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) que desenvolveu o Vocabulário Ortográfico do Português, VOP. Em 2013, foi publicado o Vocabulário da Academia de Ciências de Lisboa (ACL) que fará parte então do Vocabulário Comum, conhecido como VOC, e que reúne os vocabulários ortográficos dos países que falam a língua portuguesa.

Como que as instituições, nomeadamente as instituições políticas, vão atrás da dinâmica social, quando fundamental é a cooperação. Falamos de uma cooperação que passe não apenas pelos Estados ou pelas estruturas deles dependentes, mas que se abra à sociedade, às pessoas. É o conhecimento do que realmente mudou que nos permite antecipar o que poderá mudar. Apenas para dar um exemplo, é inconcebível que Brasil e Portugal trabalhem de costas voltadas, quando as pessoas realmente se comunicam mutuamente nas redes digitais a ponto de o português ser uma das línguas mais utilizadas na internet.

A cooperação tanto poderá ser feita por via bilateral como multilateral, desde que ambas as formas estejam harmonizadas. Basta lembrar, em abono desta ideia, que na sociedade

internacional contemporânea coexistem, além de outros atores, Estados e organizações de Estados, todos com suas especificidades.

Com o Plano de Ação de Brasília foi entregue ao IILP a tarefa de “harmonizar” os respectivos Vocabulários Ortográficos da Língua Portuguesa (VOLP) num grande banco de dados gerenciado pelo IILP, com a ajuda de lexicógrafos das Comissões Nacionais de todos os países da CPLP.

É uma tarefa árdua que surgiu paralelamente à (planejada) entrada em vigor do AO e ao processo de harmonização iniciado com o tratado.¹⁹¹

Todos estes passos fundamentais na estratégia comum de promoção da língua portuguesa estão previstos no Plano de Ação de Brasília. Já o objetivo do IILP de fazer com que o Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) seja disponibilizado na internet é uma ideia que resulta do trabalho diário em conjunto.

Outra atividade do IILP consistiu numa reflexão que promoveu, em 2011, sobre a diversidade linguística nos países da CPLP. O encontro deu origem à “Carta de Maputo”. Segundo este documento, existem mais de 330 línguas ao lado do português em todos os países que falam o idioma. As recomendações da Carta de Maputo ao IILP incluem a promoção de todas as línguas locais ao lado do português.¹⁹²

A questão da harmonização dos vocabulários técnicos é prevista no Plano de Ação de Brasília como uma condição vital para a respeitabilidade do idioma como língua de ciência e pesquisa, com todas as implicações daí decorrentes, como se explicita neste trecho do Plano:

“4. A existência de terminologias científicas e técnicas harmonizadas em todo o espaço da CPLP constitui: i) uma vantagem em termos econômicos; ii) um importante instrumento de consolidação e reforço da língua portuguesa nas organizações internacionais a que pertencem países de língua oficial portuguesa; iii) um meio privilegiado para veicular informação e construir conhecimento na comunicação especializada. As instituições e os organismos

¹⁹¹ Historicamente, é incontestável que todos estes elementos se encontrassem associados. Assim, como ligadas estão todas as intervenções neste domínio (mesmo quando pareçam ou apareçam desgarradas umas das outras), sejam dos Estados-membros ou da CPLP.

¹⁹² Carta de Maputo. Colóquio de Maputo sobre a Diversidade Linguística nos Países da CPLP, realizado de 12 a 14 de setembro de 2011. Disponível em http://www.iilp.org.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=75:carta-de-maputo&catid=3:destaques&Itemid=77 (consultado em 1 de março de 2012).

responsáveis pela normalização terminológica nos países da CPLP deverão ser congregados em um projeto, para a elaboração, edição e distribuição de glossários, com áreas ou domínios cuja eleição deverá obedecer a critérios que atendam as realidades terminológicas dos Estados Membros.”¹⁹³

Se, por um lado, há uma responsabilização direta de todos os Estados-membros no âmbito da CPLP, por outro lado, marca-se a natureza política aberta desta, de acordo com suas realidades específicas. É uma perspectiva inclusiva, na medida em que apela para níveis reforçados de concertação político-diplomática e não só.

Como já referimos, o presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, foi até hoje um dos maiores expoentes da estratégia de promoção da língua portuguesa, nos moldes que ele mesmo anunciou durante a VII Cimeira dos Chefes de Estado e Governo da CPLP, em 2008. Durante um discurso que proferiu, quase quatro anos mais tarde, para marcar a inauguração da nova sede da CPLP, em Lisboa, o chefe de Estado português enumerou algumas vantagens políticas de se investir na difusão da língua comum como base e fundamento de uma política aberta e inclusiva:

“A promoção da língua portuguesa, esteio da nossa Comunidade, e a sua afirmação a nível internacional são objetivos prioritários, reconhecidos como tal, por todos nós, ao mais alto nível.

“(…) Quanto mais essa concertação for evidente, aos olhos dos nossos parceiros internacionais, maior será o peso de cada um dos nossos países. A nossa língua é, já hoje, a sexta mais falada no Mundo, e, ainda mais importante, é um dos idiomas em maior expansão, fruto não só do crescimento demográfico dos nossos países, mas, também, do aumento exponencial no interesse que vem suscitando a nível global. Um interesse que tenderá a acompanhar o crescente peso económico e político, na cena internacional, da nossa Organização e, em particular, de alguns dos seus membros.”

Mas a Língua Portuguesa como língua estrangeira deverá ser, igualmente, uma aposta firme e sustentada. A expansão da língua portuguesa, como verdadeira língua universal, favorece a afirmação da voz de cada um dos nossos países e da própria CPLP no plano internacional, com as consequentes oportunidades de índole política e económica.”¹⁹⁴

¹⁹³ Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa. Março de 2010, Brasília. Disponível em http://iilp.files.wordpress.com/2011/06/plano-de-ac3a7c3a3o-de-brasc3adlia_mar_20101.pdf (consultado em 4 de fevereiro de 2012).

¹⁹⁴ Alocução do presidente Cavaco Silva durante a inauguração da sede da CPLP em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2012. <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=61733> (consultado em 6 de fevereiro de 2012).

O presidente português falou na “afirmação da voz de cada um dos nossos países e da própria CPLP no plano internacional” explicitando o duplo caráter, nacional e internacional, do empreendimento. Com a utilização do pronome possessivo demonstrou o lado afetivo das relações de pertença e irmandade na CPLP.

A atenção posta no ensino do português como língua estrangeira está, também, condicionada politicamente por esta circunstância. Onde é possível concluir que esta “afirmação” do presidente português não pode ser feita por um país apenas, mas sim em nível multilateral, segundo a natureza da CPLP: uma tarefa de todos.

Um dia após a inauguração da nova sede, vários líderes lusófonos se reuniram para um colóquio subordinado a tema “CPLP – Uma Oportunidade Histórica”. Entre eles estavam os ex-presidentes portugueses Mário Soares e Jorge Sampaio e os ex-chefes de Estado Joaquim Chissano, de Moçambique, e Pedro Pires, de Cabo Verde. O Brasil enviou à reunião, considerada de alto nível, um representante sênior do Itamaraty. A decisão desagradou ao ex-presidente de Portugal Mário Soares.

Segundo um artigo do jornal *Diário Económico*, de Portugal, Mário Soares reclamou, publicamente, da “ausência do governo brasileiro na reunião” ao evidenciar a falta de um membro mais sênior e importante. Eis suas palavras:

*“O Brasil é hoje um país emergente e uma grande potência internacional. E está no seio da CPLP. O Brasil foi essencial para dar um pulo em frente na CPLP, durante a presidência de Lula da Silva. Ao contrário de Angola, Moçambique e até Timor-Leste, gostaria de ter visto mais brasileiros nesta sala, e mais credenciados.”*¹⁹⁵

As palavras críticas de Mário Soares, um dos estadistas mais ativos na criação da CPLP, decorrem, também, da ausência de um nome de alto escalão do governo brasileiro durante a cerimônia de inauguração da sede, no dia anterior, em 6 de fevereiro de 2012, em Lisboa. Ao evento, ao qual compareceram tanto o presidente da República como o primeiro-ministro de Portugal, assim como o vice-presidente de Angola e chanceleres de vários países-membros da CPLP.

¹⁹⁵ “Mário Soares nota ausência do governo brasileiro em colóquio da CPLP”. *Diário Económico*. p. 24. 7 de fevereiro de 2012. (consultado em 11 de fevereiro de 2012).

Ao ser entrevistado para esta tese, o professor Carlos Alberto Faraco afirmou, numa importante nota a ter em conta, que o “relacionamento histórico-político” entre Brasil e Portugal era o maior impedimento para o sucesso da proposta de promoção do português no mundo.

“Eu diria que Portugal tem muito mais preocupação, atualmente, com o Brasil, do que o Brasil com Portugal. Mas por uma tradição da nossa diplomacia há sempre este “pé atrás”. Essa é uma impressão que você tira exatamente desses documentos assinados, por Brasil e Portugal, essas cimeiras que acontecem, de dois em dois anos, os documentos são maravilhosos, todos com juras de amor e promessas, mas aí quando você vai olhar as ações decorrentes, você vê que nada se transforma em ação definitivamente. Então isso marca de um lado a resistência portuguesa a abrir o flanco para o Brasil, do outro lado, a posição brasileira de não avançar, se Portugal não avançar. Então estamos numa situação assim: O Brasil poderia assumir a liderança? Eu acho que podia, tem todas as condições para isso, mas não assume. Portugal poderia assumir?”

Não sei, eles têm medo de serem tachados de neocoloniais, principalmente na África. Então diferente da francofonia e da hispanofonia, nós não temos um centro que puxe a política, a cooperação.” (ANEXO CARLOS ALBERTO FARACO).

A opinião de Faraco é confirmada por Eduardo Lourenço. Em 1998, dois anos após a fundação da CPLP, Lourenço ressaltou, num colóquio sobre a lusofonia, que o futuro da CPLP (como passo adiante mas, em todo o caso, de alcance imprevisível) dependeria da resolução “do problema” entre dois de seus Estados membros: Brasil e Portugal.

“Na verdade, o grande problema da lusofonia, depois da CPLP, é o problema que temos com o Brasil. Problema agravado pela maneira como nós pomos as coisas e os brasileiros as não põem. Nem o Brasil, nem Portugal começaram por dar muita importância à Comunidade. (...) Mas julgo que nos cabe a nós, portugueses, dar a impressão de que precisamos – não doentamente – de nos agarrar à barca mágica da lusofonia.”¹⁹⁶

Em entrevista à autora desta tese para a presente pesquisa, ao comentar o atraso na implementação do AO, o ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Amorim disse que seu país deveria tomar a frente, “mas sem imposições”, do projeto para fazer do Acordo, como expressão da política comum de internacionalização, uma realidade em todos os países lusófonos.

Mônica Villela Grayley: *O Brasil foi o primeiro país a implementar o Acordo em 1 de janeiro de 2009, mas ele até agora não entrou em vigor, plenamente, em nenhum dos outros países. Portugal ainda vai decidir neste segundo semestre se implementa o Acordo nas escolas. Não é um pouco complicado, isso? Uns fazem, outros não fazem. Isso não atrapalha um pouco?*

¹⁹⁶ Eduardo Lourenço em “Mesa Redonda” no livro *Lusofonia: uma História, um Projecto. Uma Questão*. Discursos Número 15, Universidade Aberta, Abril de 1998, Lisboa. p. 67.

Celso Amorim: Olha é complicado, mas nós temos que liderar neste aspecto, compreender os problemas que existem.

MG: 'Nós,' o Brasil?

CA: Nós, Brasil. Porque nós temos 200 milhões de habitantes, praticamente. E eu acho que, hoje em dia, somos o país de maior desenvolvimento. Em renda per capita, Portugal está na nossa frente, mas o Brasil tem um dinamismo hoje muito grande, então nós temos que ter uma, que exercer uma liderança. Agora, tem que ser uma liderança não-impositiva. Tem que ser através da persuasão, da conversa, da discussão. E eu acho que o próprio crescimento da ação brasileira na área cultural, por exemplo, em Moçambique. Em Moçambique, nós temos instalada, estou falando de coisas que aconteceram no final do governo Lula, tem a Universidade Aberta. Atividades do Senai que estão sendo montadas em Angola, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, em vários outros. Tudo isso tenderá a levar a uma pressão, a uma demanda pela uniformização. Agora também com um certo nível de compreensão de que essas coisas não ocorrem automaticamente, de que há também pruridos nacionais.

Mas, enfim, eu acho que é muito importante que Portugal que já ratificou, implemente logo, e que os outros países também façam isso porque isso facilita muito. Agora, se isso não ocorrer, o inglês da Inglaterra também não é igual ao dos Estados Unidos, nem por isso deixa de haver uma interação, mas seria muito melhor do ponto de vista, levando em conta sobretudo que existe essa carência de cooperação técnica, de ensino a distância, seria muito importante que os países vissem que dessa maneira, essas coisas ocorriam de maneira mais fácil.” (grifo da autora) (ANEXO CELSO AMORIM).

É de salientar a ideia de uma “liderança não impositiva” sugerida por Celso Amorim, feita através de mecanismos e métodos de *soft power*, o que parece implicar uma estratégia de cooperação abrangente de modo a albergar e atenuar os elementos de competição entre Brasil e Portugal, nomeadamente na África. É ainda de salientar a manifestada disponibilidade brasileira para liderar o processo de promoção da língua comum.

Um outro grande advogado da liderança brasileira na estratégia de promoção do português é o ex-primeiro-ministro de Portugal António Guterres. Segundo ele, para fortalecer a lusofonia e sua posição dentro da CPLP, Portugal tem que aliar-se ao Brasil e não competir com ele. Diz Guterres:

“(...) É necessário que tenhamos a capacidade e, porventura, até a humildade de compreender que não há uma política lusófona, de afirmação da lusofonia e de afirmação da língua portuguesa, que não passe por uma aliança com o Brasil. Pretender afirmar a língua portuguesa no Mundo contra o Brasil (cujas telenovelas são transmitidas em mais de cem países) é uma atitude de puro suicídio. O que faz sentido e tem lógica é o reforço de uma estratégia de agregação do conjunto dos países da CPLP e o estabelecimento, com o Brasil, com o compromisso indispensável das duas partes, de uma estratégia comum de defesa e afirmação da nossa língua no quadro mundial. (...) Aceitar, compreender e desejar que o Brasil desempenhe um papel importante na CPLP e aceitar e compreender que a nossa estratégia de

intervenção à escala global passa muito pelo reforço das ligações luso-brasileiras o que, felizmente, está em curso em alguns domínios e de uma forma verdadeiramente espectacular."¹⁹⁷

As palavras de Guterres, no entanto, estão muito longe de ter verificação prática, mas apontam para um cenário concretizável através, precisamente, do reforço das relações bilaterais entre Brasil e Portugal e das relações multilaterais no quadro da CPLP.

Compreendemos, agora, as posições básicas em relação ao modo de promoção do português no mundo. Por um lado, existem perspectivas de cunho nacionalista, cujo argumentário assenta na acentuação das especificidades locais e, por que não dizer, das identidades. Por outro lado, existem perspectivas abertas, algumas revestidas de certo utopismo, cujo argumentário assenta na acentuação da partilha de responsabilidades na promoção do que é entendido como sendo um património comum.

A separação de posições não é clara do ponto de vista ideológico. Assim como o AO é defendido e rejeitado por pessoas dos vários quadrantes políticos, também a importância dada à língua varia muito entre as pessoas. E aqui vale frisar a confusão que muitos fazem entre as normas escrita e falada.

E porque não nos podemos desligar da política real, surge agora uma questão: por que razão ou razões, aparentemente, o Brasil não desempenha um papel mais relevante na CPLP? Na verdade, o país sul-americano, assim como outras nações lusófonas, tem quadros preparados, criativos e prontos para lidar com os desafios impostos pelas novas realidades geopolíticas, e também com as próprias demandas do bloco...

Para melhor compreendermos este ponto não devemos deixar de fora o contexto político do país quando a entidade surgiu. Na segunda metade dos anos 90 do século XX, quando a CPLP se estabeleceu, o Brasil estava por demais ocupado em se fortalecer em nível regional com a entrada em funcionamento do Mercosul, aparando arestas na relação com a

¹⁹⁷ António Guterres, *Portugal no Mundo*, Outono 98, nº87 – 2ª. série, pp. 7-22. Discurso do Primeiro Ministro, proferido no Instituto da Defesa Nacional no dia 26 de Junho de 1998 ao Curso de Defesa Nacional 1997/1998. Publicado na *Revista Nação e Defesa*. Disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD87.pdf> (consultado em 31 de dezembro de 2011).

Argentina, tentando ainda aproximar-se e apresentar-se como um *serious player* no cenário internacional, especialmente com os países do então chamado Primeiro Mundo.

O Brasil estava ainda dando seus primeiros passos no processo de redemocratização, após décadas de uma ditadura que atrasou o país, em quase todos os sentidos, mergulhando-o na pior crise econômica de sua História. A moeda brasileira, introduzida em 1994 com o Plano Real, e que devolveu ao Brasil a estabilidade macroeconômica, havia completado apenas dois anos, num momento em que muitos céticos criam que a aparente solução da inflação galopante e destrutiva não iria perdurar.

Nas Nações Unidas, o Brasil lutava por uma vaga no Conselho de Segurança e pelo reconhecimento de que poderia ser, verdadeiramente, uma potência subregional.

Obviamente, o cenário político internacional mudaria muito no final da primeira década dos anos 2000, quando o Brasil apareceu como um país mais respeitado e procurado pelos seus pares, e, nesta equação, a CPLP foi entendida como um valor agregado, mas jamais uma locomotiva da política externa brasileira.

O Brasil sempre foi ativo em sua política externa participando de muitos grupos multilaterais, como parte de sua estratégia de afirmação no cenário internacional. É parceiro de países industrializados, emergentes e em desenvolvimento.

Como há mais de 30 anos reconhecia o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros português Franco Nogueira, as palavras amáveis dos responsáveis políticos brasileiros em relação a Portugal e à política externa portuguesa nunca esconderam a autonomia dos sucessivos governos brasileiros na defesa dos seus interesses. Foi o chanceler português que evidenciou a seus pares em Lisboa que o Brasil e os Estados Unidos estavam, por razões estratégicas, se aproximando mais e mais na segunda metade do século XX.

Mas retornemos às relações externas do Brasil, especialmente nos últimos anos.

Sem nos enfadarmos com as múltiplas pertenças do passado e para citar apenas algumas mais recentes, o Brasil faz parte, entre outras organizações, do G-20, do G-77, do G-4, é

convidado especial do G-8, é membro do IBAS, dos BRICS, do Mercosul, da Unasul e da CPLP. Por que razão haveria de se interessar especialmente pela CPLP?

Enquanto Portugal foi adiante com a criação do Instituto Camões, em 1992, acompanhando assim o movimento de promoção das línguas na Península Ibérica, após a formação do Instituto Cervantes, um ano antes, o Brasil não conseguia decidir se criava o Instituto Machado de Assis, também com finalidades de promoção da língua portuguesa, por falta de decisão sobre se a tutela do mesmo pertenceria ao Ministério da Educação, da Cultura ou ao Ministério das Relações Exteriores.

Não quer isto dizer que o Brasil não se interesse pela língua ou pela CPLP, mas antes que, politicamente, Brasil e Portugal têm papéis bem diferentes no cenário internacional.

Vejamos com um exemplo elucidativo. Em 2003, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil abriu um canal de divulgação da língua: a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP). A missão da DPLP está descrita abaixo:

*“É atribuição do Departamento Cultural promover a difusão da língua portuguesa e da literatura brasileira no exterior, assim como orientar e coordenar as atividades dos Centros de Estudos Brasileiros e instituições afins subsidiadas ou supervisionadas pelo MRE.”*¹⁹⁸

Aqui, vale notar que a missão brasileira tem traços de semelhança com a respectiva missão portuguesa do Instituto Camões, no que tange à divulgação quer da “língua portuguesa” (ainda que na variante brasileira), quer da “literatura brasileira”. Interessante observar ainda que a DPLP, com a presente missão, foi criada cinco anos antes da aprovação da proposta de Portugal, apresentada pela CPLP, em 2008, de internacionalizar o português. Ao todo, o Itamaraty tem cinco divisões, como explica o sítio de internet do Ministério:

“Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC), Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais (DAMC), Divisão de Temas Educacionais (DCE), Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV) e Coordenação de Divulgação (DIVULG).”

¹⁹⁸ Fonte: MRE, disponível em <http://www.dc.mre.gov.br/> (consultado em 1 de novembro de 2011).

*(...) No âmbito das relações bilaterais, cabe ao Departamento Cultural negociar, nas comissões mistas periódicas, os programas de trabalho para implementação dos acordos culturais existentes. Também é da sua competência o acompanhamento e a orientação da rede de Institutos Culturais e Centros de Estudos Brasileiros no exterior e o repasse dos recursos necessários às atividades de divulgação cultural. No âmbito multilateral, cabe destacar a atuação brasileira na Unesco.*¹⁹⁹

Ao atrelar a DPLP ao Departamento Cultural do Itamaraty, o Brasil sinaliza que a promoção do idioma é parte de sua cultura e tem o mesmo peso do cinema, das artes, da música, do folclore etc.

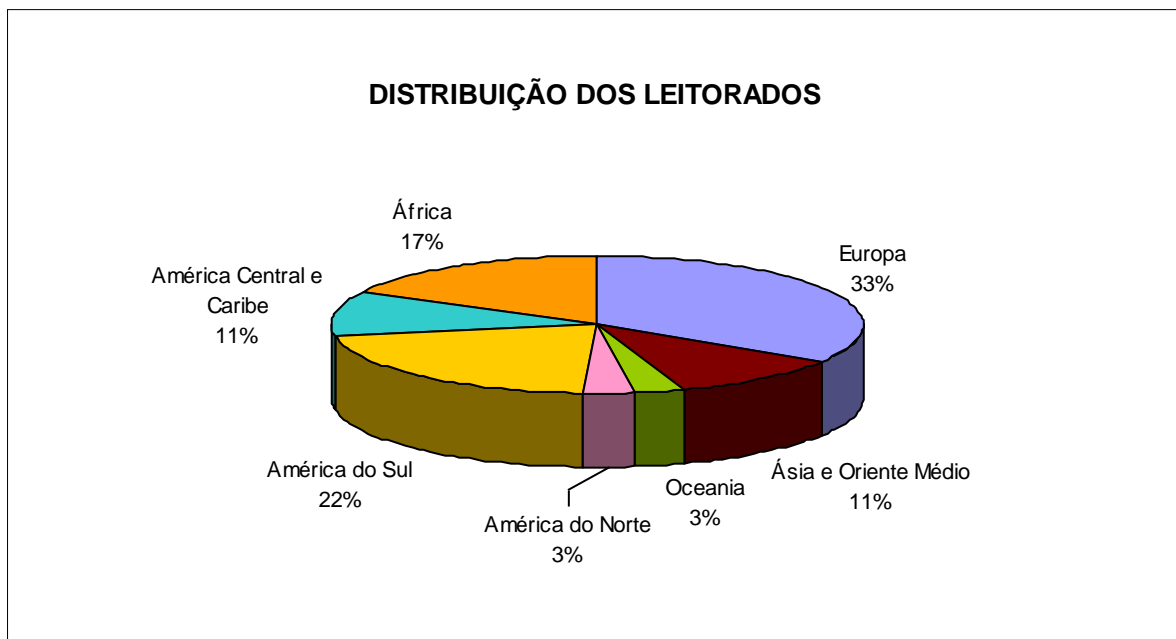
É a mesma rede que absorve os Centros de Estudos Brasileiros (CEBs), os Institutos Culturais, os Leitorados e os Núcleos de Estudos Brasileiros (NEBs). Os CEBs respondem às representações diplomáticas. Já os professores e especialistas em língua portuguesa estão concentrados no NEB. Os primeiros CEBs apareceram na década de 40 do século passado, mais de 20 anos após o surgimento dos primeiros leitorados em Portugal.

Ainda de acordo com informações do Itamaraty, a política de manter um Departamento Cultural nas Embaixadas terá começado, no Brasil, nos anos 60 do século passado. Estes departamentos ficavam responsáveis pela promoção do português como um item do “pacote cultural.” Coincidentemente, esta foi ainda a década de explosão do estilo de música bossa-nova no exterior e de grandes destaques para a cultura brasileira como um todo.

De acordo com dados da própria DPLP, gentilmente enviados à autora desta tese, a Divisão é responsável pela Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx). A variante ensinada é a brasileira. Porém, em algumas Universidades, leitores brasileiros dividem espaço com leitores da variante portuguesa. O objetivo é ampliar a presença cultural do Brasil no exterior. Por isso, os lugares que ensinam o português brasileiro são chamados Centros Culturais Brasileiros (CCBs) e Leitorados. Em 2004, esta rede atendia a cerca de 16 mil estudantes. Sete anos depois, o número quase dobrou para 31 mil alunos. A rede também comporta sete Institutos Culturais (ICs).

¹⁹⁹ *Idem et ibidem.*

É interessante notar que, de acordo com o gráfico cedido pela DPLP, e reproduzido abaixo, apenas 3 por cento dos institutos de ensino do português brasileiro estão concentrados na América do Norte, onde vive grande parte da diáspora lusófona, e onde, muitas vezes, a segunda geração de lusófonos deixa de aprender o idioma justamente por falta de docentes.



No dossiê fornecido à autora desta tese, a DPLP fala em “ensino sistemático da variante brasileira”: (Grifo da autora)

“As atividades dos 22 CCBs (eram 15 em 2004) estão relacionadas ao ensino sistemático da variante brasileira da língua portuguesa; à difusão da cultura e de expressões artísticas nacionais, tais como literatura, cinema, artes plásticas, espetáculos teatrais, música popular e erudita e capoeira; à celebração de festividades e tradições culturais expressas em nosso calendário; e à realização de conferências e seminários. Os dois Cursos de Português, iniciados em 2001 e em 2005, funcionam junto a Vice-Consulados brasileiros de fronteira, por meio da atuação de professores contratados pelo MRE. O Programa de Leitorados, que em 2004 acolhia 32 professores, conta com 67 docentes especialistas em Língua Portuguesa, literatura e cultura brasileiras. Os Leitores, que recebem subsídios de variável montante do MRE, são selecionados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) e por instituições estrangeiras de nível superior para atuação nestas últimas. Os ICs, entidades de direito privado local que recebem auxílio financeiro do Itamaraty por meio de convênios desde 1994, operam de modo semelhante aos CCBs.”²⁰⁰

²⁰⁰ Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, Ministério das Relações Exteriores. Documento enviado à autora por email em 1 de setembro de 2011.

A mesma pesquisa da DPLP revela que 85 por cento dos leitores do português do Brasil no exterior têm mestrado, doutorado ou pós-doutorado, o que é muito significativo.

Apenas 15 por cento dos docentes têm graduação ou pós-graduação indiciando assim que o ensino do idioma é feito por pessoas altamente qualificadas. Ora, não teria de ser assim, porque uma pessoa com um bom nível do português, geralmente adquirido após um curso de graduação, e com o treinamento vocacional e pedagógico adequado para o ensino de português como língua estrangeira, estará preparada para ensinar com êxito. A opção por pessoas com um perfil marcadamente acadêmico aponta para um elevado grau de exigência.

A linha de trabalho desses Centros Brasileiros revela características interessantes. Uma das dúvidas suscitadas pela análise dos documentos disponíveis consiste em saber se o ensino aqui é especialmente direcionado, como, por exemplo, nos Institutos Camões, Cervantes, Goethe, para difundir o idioma ou se faz dele uma disciplina de estudos acadêmicos, o que não se traduz, necessariamente, numa difusão massiva da língua.

Afinal, que pretende o Brasil com a difusão da língua portuguesa?

Numa entrevista dada em 2006, o então chefe da DPLP definiu a política da língua como “política cultural”, comparou a Divisão com o Instituto Camões e outros institutos similares e delineou a vontade de levar os CEBs para a África lusófona.

Para o Brasil político de então, a língua figurava nos objetivos de promoção cultural como um aspecto de segunda ordem ou de segundo plano. Ao utilizar a expressão “língua como é falada no Brasil”, o então chefe da estratégia de promoção da língua ofereceu mais pistas sobre o trabalho da DPLP.

Jorge Geraldo Kadri afirmou ainda uma expressa vontade de cooperação com Portugal na divulgação do idioma em relação aos “países terceiros”, mas já não, curiosamente, em relação às nas nações africanas lusófonas, onde Portugal já atua sozinho através do Instituto Camões. Vejamos o que disse o embaixador Kadri em entrevista a Nilce da

Silva, pós-doutora da Université Paris Nord e professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 8 de agosto de 2006 (Grifos da autora):

“Há muito por fazer, especificamente se nós compararmos as ações do DC/DPLP com as das demais entidades similares no mundo: Instituto Camões, Instituto Cervantes, British Council, Instituto Goethe, entre outros. (...) Uma das opções essenciais, neste momento, é priorizar a promoção da língua portuguesa, falada no Brasil, no âmbito do MERCOSUL, e em seguida, entre os demais países da América do Sul, [que são assim] nossas circunstâncias e realidades mais imediatas. Isso demanda trabalho, dedicação e vontade política, ou seja, regularidade nas ações, para lograr credibilidade; não se pode fazer política cultural de forma espasmódica. O fortalecimento da língua portuguesa nos PALOPs é outra prioridade da política externa brasileira. (...) Em terceiros países, onde o português é pouco difundido ou não é prioridade, Brasil e Portugal poderiam – e de fato isso já vem ocorrendo na China – somar forças, para assegurar a conquista de um espaço linguístico condizente com a relevância histórica da língua portuguesa, tanto no meio acadêmico como na sociedade em geral, em benefício de toda a comunidade lusófona.”²⁰¹

A proposta de Kadri parece prática. O Brasil ensina o português em sua área mais próxima, a América do Sul, coopera com Portugal na China e em outras regiões que entenderem, prioriza a (quase vizinha) África, onde já tem, por excelência, laços sólidos não só com os cinco países lusófonos mas também com países anglófonos como a Namíbia e África do Sul, por exemplo. Mas o que pensa Portugal da proposta?

Embora, até aquele momento, sem uma presença muito mais forte na formulação de uma política de língua, o Brasil, como já vimos, se antecipou ao apoio da internacionalização do português pela CPLP, em julho de 2008, ao anunciar um plano para a criação da UNILAB, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, no nordeste do Brasil, na sugestiva cidade de Redenção, a 60 km da capital Fortaleza.

Se das palavras de Kadri ressalta, por um lado, a afirmação de uma política brasileira de língua autônoma em relação quer a Portugal, quer à CPLP, visando a prossecução dos interesses brasileiros, por outro lado, resulta, também, com clareza a afirmação do interesse do Brasil na cooperação, em matéria política e cultural, com Portugal, tendo em vista o fortalecimento da relevância histórica da língua portuguesa no mundo, em benefício de toda a comunidade lusófona.

²⁰¹ Entrevista a Nilce da Silva, “DPLP e a Língua Portuguesa”, 8 de agosto de 2006, disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/879/87910110/87910110.html> (consultado em 2 de novembro de 2011).

A constituição da UNILAB é, a este propósito, relevante, como expressão do comprometimento do Brasil com os países de língua portuguesa, da partilha de uma herança cultural.

Logo na entrada da instituição, vê-se um enorme monumento-quadro mostrando uma escrava nua, libertada de suas correntes, que ainda estão expostas ao lado dela, e com as duas mãos livres, mas a direita apontando para o alto. A escravidão, como elemento do Brasil Imperial, serve como símbolo de uma história partilhada com os africanos, do sofrimento imposto pelos horrores do tráfico transatlântico. E foi exatamente em Redenção que os primeiros escravos brasileiros foram libertados, ainda em 1883, cinco anos antes de a prática ser abolida no país.

Mas há aqui um elemento relevante, que como que dilui esse objetivo de partilha. O elemento de integração e Cooperação Sul-Sul parece deixar Portugal de fora, embora a página da UNILAB explique que é missão sua “colaborar com a CPLP”, o que inclui Portugal. Como vimos, o anúncio da criação desta universidade foi feito, curiosamente, não pelos ministros brasileiros da Educação ou da Cultura, mas pelo titular da pasta das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante uma visita à Guiné-Bissau.²⁰²

O país sul-americano mantém hoje relações diplomáticas muito mais estreitas com as nações africanas de língua portuguesa e, segundo dados do Ministério da Educação brasileiro, distribui anualmente dezenas de bolsas de estudo para estudantes africanos no Brasil. Em 2013, de 168 bolsas de estudo oferecidas pelo Governo do Brasil a estudantes estrangeiros, 105 foram destinadas a alunos de países lusófonos como Cabo Verde, Timor-Leste, Angola e São Tomé e Príncipe.²⁰³

²⁰² Cf. Agência *Lusa*, 22 de abril de 2008. “Universidade da CPLP, Porque a língua portuguesa é uma prioridade, afirma ministro.” *Jornal Mundo Lusíada*. Brasil.

²⁰³ Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) do Ministério da Educação do Brasil. Disponível http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12283&Itemid=533 Total de bolsas por distribuição: Cabo Verde: 50 estudantes; Timor-Leste 34; Angola 18 e São Tomé e Príncipe 3. (consultado em 3 de agosto de 2013).

Até 2012, antes do golpe de 12 de abril na Guiné-Bissau, era o governo brasileiro que liderava a estratégia de reconstrução da paz para a ex-colônia portuguesa através da Comissão de Consolidação da Paz nas Nações Unidas.

Em 2009, o Brasil contribuiu financeiramente para a realização de eleições antecipadas para presidente da Guiné-Bissau. Ao anunciar a criação, como uma projeção específica da CPLP, de uma universidade da lusofonia afro-brasileira, o Brasil não só se fortificou ainda mais como um parceiro importante dos países africanos que falam o português, como também consolidou a variante brasileira como idioma internacional e de formação acadêmica de outros falantes do português.

Notamos, com interesse, ao mencionarmos acima a oferta de bolsas de graduação para estudantes de outros países lusófonos, que o Timor-Leste, por exemplo, enviou 34 estudantes para o Brasil no ano de 2013. Numa nação onde o ensino do português está ainda se firmando, certamente que esta cooperação se traduzirá em dividendos linguísticos também.

A possibilidade de uma maior influência brasileira sobre a África lusófona foi um dos motivos que levaram Vasco Graça Moura a afirmar-se contra o AO. E uma prova de que o AO e a política da língua estão relacionados transparece da declaração de Graça Moura, reproduzida abaixo, em que este parece convencido, senão da continuidade da hegemonia portuguesa na África Lusófona, pelo menos de seu “direito histórico” a tal demanda:

“O Governo português, tão encrocado em TGVs, afinal estará disposto a deixar agachadamente que o Brasil seja “a locomotiva fundamental do processo” e “o grande interlocutor no universo da língua portuguesa para África”? “Para África?”²⁰⁴

Carlos Reis, como profundo conhecedor da realidade brasileira, explicou o porquê de o Brasil ter anunciado a criação da UNILAB na mesma altura em que Portugal capitaneava a promoção do idioma no mundo. Aqui está um trecho do que ele disse ao jornal *Expresso*, em 2008:

²⁰⁴ Vasco Graça Moura, em artigo de opinião “Luís Figo e a Política da Língua”, publicado no *Diário de Notícias* em 9 de julho de 2008. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=994708&page=1 (consultado em 7 de novembro de 2011).

“Entende-se que uma universidade deste tipo é um factor de desenvolvimento de uma região pouco desenvolvida, e também porque no Nordeste há uma forte presença africana. Portanto, é como quem diz: ‘nós somos a ligação para África’. Com esta iniciativa, o Brasil está a dizer que o grande interlocutor no universo da língua portuguesa para África é ele. Está no seu direito e porventura tem boas razões para isso, económicas, sociológicas, devido à imigração desde os tempos da escravatura. Isto significa o despertar do Brasil de uma forma muito vigorosa para a causa da língua portuguesa como instrumento estratégico.”²⁰⁵

À pergunta da repórter Luísa Meireles sobre a competição Brasil-Portugal, Carlos Reis respondeu:

LM: *O Brasil tornou-se um ‘concorrente’?*

CR: *“É uma questão que tem de ser desdramatizada. A verdade é que a internacionalização da língua portuguesa também passa pela música brasileira, a moda, o futebol, a economia, muitas outras presenças que significam uma presença derivadamente linguística e que são uma outra forma de fazer política de língua. Convém não esquecer o papel do Brasil na América Latina em matéria de difusão da língua, nomeadamente entre os países limítrofes, como o Uruguai, ou a Argentina”.*

Carlos Reis fala de uma “outra forma de fazer política de língua”, de onde transparece a necessidade de as autoridades portuguesas mudarem de atitude em relação à promoção da língua.

E o debate com Vasco Graça Moura – que se torna evidente pelos trechos reproduzidos – torna claro os termos da questão. Escapando inexoravelmente aos estreitos limites da discussão linguística, o debate abre-se à política, como amálgama de elementos: políticos, económicos, sociais e culturais.

Ressalta, também, claro que esta complexa problemática se inscreve nos grandes debates da política contemporânea.

Com política de língua ou sem ela, o fator económico marca as atuais relações dos países de língua portuguesa com o resto do mundo. Com 193 milhões de habitantes, o Brasil é hoje a maior nação-comerciante do universo de língua portuguesa. Muitas pessoas, desde logo da Europa, que precisam de aprender o português por razões de negócios, aprenderão naturalmente a variante brasileira, ainda que se sintam, geograficamente, mais perto da variante portuguesa. Curiosamente, no caso da França, de acordo com dados oficiais, em 2010, as escolas francesas estavam ensinando a

²⁰⁵ Carlos Reis, entrevista ao *Expresso* em 5 de julho de 2008. “Está na moda aprender português”, disponível em <http://aeiou.expresso.pt/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202> (consultado em 7 de novembro de 2011).

variante brasileira do português por virtude de uma demanda de alunos e pais interessados nos dividendos de um país emergente.

Não é possível a quaisquer entidades, qualquer que seja sua fisionomia ou modo de funcionamento, prosseguir uma política eficiente da língua, sem conhecer a realidade. Sendo o ensino do português como língua estrangeira parte fundamental de uma política de língua segundo os cânones atuais, é preciso conhecer as razões que motivam as pessoas a aprendê-la. E é neste passo que importa refletir sobre as vantagens e os custos decorrentes da inexistência de uma política de língua comum no espaço lusófono. Esta é uma pergunta pertinente que não podemos deixar de pôr.

Em seu livro *O Português no Brasil*, o escritor brasileiro Antônio Houaiss, estabeleceu as “diferenças” entre o português do Brasil e as demais variantes dos países lusófonos, mas principalmente a variante de Portugal. Sem utilizar a nomenclatura “política de língua”, Houaiss defende a criação de medidas “em prol da nossa língua”. No último capítulo do livro, lançado em 1985, ele advoga a implementação de “uma língua comum”. Eis parte de suas palavras:

*“Queiramos ou não queiramos, esse é o dilema do Brasil e de cada país soberano da lusofonia na sua língua: ou incrementamos a sua língua comum, ou tendemos e, com o tempo, seremos um universo em que teremos alijado, por imprevidência própria, a lusofonia - portuguesa, africana, asiática e oceânica. (...) O fato é que, cada tempo, cada dia, cada hora, se confirma que uma língua, quanto mais comum for ao maior número de homens, faz de cada um desses homens um ser potencialmente mais convivente com outros homens.”*²⁰⁶

A autoria da política de língua pode ser de um Estado ou outro, mas, num contexto tão variado e geograficamente tão vasto, que Estado ficaria responsável por levar a cabo a missão? Sente-se Portugal mais propenso à empreitada, uma vez que foi o primeiro a apresentar a língua ao mundo? Terá o país suficiente autoridade e lastro políticos para dirigir as demais ex-colônias (hoje países independentes e soberanos) neste processo?

Decorre das palavras de Houaiss que, com uma política comum da língua portuguesa, não só se salva a lusofonia na sua diversidade, como, também, se aumenta a influência política dos países que falam o idioma. Não somente entre si, mas com outras nações que interagem com as nações lusófonas. Vale lembrar que, à exceção de Portugal, os

²⁰⁶ Cf. Antônio Houaiss. *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibridade-Centro de Cultura.

demais Estados membros da CPLP são considerados nações jovens e estão localizados em partes do mundo em pleno desenvolvimento. Por isso, é maior o seu potencial de crescimento e, conseqüentemente, grande parte do seu potencial de influência política está ainda por estabelecer. Ou seja, a afirmação pode servir também a estes países.

Ao considerarmos a origem etimológica do verbo “competir”, constatamos que o mesmo significa “concorrer com outrem na mesma pretensão; rivalizar; disputar”²⁰⁷ Do latim *competere*, o verbo também significa «encontrar-se no mesmo sítio; coincidir».²⁰⁸

Do ponto de vista linguístico, por muito que acentuemos as diferenças, as duas nações mais antigas de língua portuguesa “coincidem” na forma como falam e escrevem sua língua materna.

A sua língua é o português. No plano político-cultural, elas podem escolher rivalizar ou não entre si através de suas respectivas variantes, mas a decisão não influenciará na atitude que cada falante do português, de um ou outro lado do Oceano Atlântico, terá com relação ao idioma materno.

No plano político, Portugal e o Brasil têm, como várias outras nações que falam o mesmo idioma, na prática, momentos de cooperação e concorrência.

A questão pode parecer simples mas é deveras complexa. Quando se afirma, por exemplo, que entre as nações que falam o inglês não se discute a necessidade de um acordo ortográfico, razão pela qual os países de língua portuguesa deveriam abandonar essa pretensão de cunho, digamos, marcadamente “modernista”, não se está tendo em devida conta a referida complexidade política e cultural que distingue claramente os espaços de língua portuguesa e inglesa. Não podemos, simplesmente, comparar as situações e importar modelos.

²⁰⁷ Cf. Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 2003-2009.

²⁰⁸ Cf. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2ª. Edição Revista e Ampliada. Editora Nova Fronteira, 1986.

Muitos autores acreditam, como já referimos, que o Brasil deveria assumir um papel maior na internacionalização da língua comum. Um desses autores é Cristina Leonor Pereira, que acentua a importância prática do número de falantes brasileiros. Em suas palavras,

*“Os portugueses esquecem-se que é ao Brasil, enquanto grande potência, com mais de duzentos milhões de falantes, que cabe, de agora em diante, tornar o português numa língua de interesse mundial e continuar, assim, a difusão que nós, portugueses, demos à língua no passado. (...) Se hoje o português está entre as línguas mais faladas no mundo deve-se aos milhões de habitantes brasileiros que nela se expressam.”*²⁰⁹

David Graddol afirma que a procura pelo português brasileiro é cada vez maior na Inglaterra, à medida que jovens e estudantes buscam novas oportunidades profissionais. Ele aconselha as entidades portuguesas a não se preocuparem em demasia com as questões de autoridade e de propriedade da língua. Um excessivo purismo pode, em sua opinião, afastar alguns potenciais interessados no português e, nesse contexto, referiu algumas tensões entre Espanha e os países latino-americanos.

Eis suas palavras:

*“A maior parte das pessoas quer aprender ‘Brazilian Portuguese’. O British Council percebeu os custos de tentar impor uma norma e hoje concentra-se noutros aspectos da língua, enfatizando a componente de comunicação e o carácter global do inglês.”*²¹⁰

A importância da comunicação da língua em contexto global é seguramente relevante. Com efeito, na maior parte dos casos, as pessoas aprendem línguas por razões práticas, alheias a eventuais disputas sobre o gerenciamento das mesmas.

É necessário conhecer os tempos em que vivemos. Este argumento é relevante ainda no contexto do ensino da língua a pessoas de terceiros países, mas, com as devidas adaptações, vale também para os países de língua oficial portuguesa, quando se trata de ensinar o português a quem não o teve como língua materna. Torna-se inevitável considerar as questões em aberto relativas ao ensino do português no mundo, com a consciência de que todos os aspectos estão relacionados – sejam eles econômicos,

²⁰⁹ Cristina Leonor Pereira. Na Senda da Aliança Transatlântica e do Entendimento Cultural: da Utopia à realidade e à recuperação da obra de Agostinho da Silva, p. 23.

²¹⁰ Cf. Síntese da Intervenção de David Graddol em Relatório da Promoção da Língua Portuguesa no Mundo. p. 33.

sociais ou pedagógicos – com o modelo de afirmação dos países de língua portuguesa no exterior.

Graddol refere, ainda, que uma língua pode ganhar importância através de três fatores: demografia, globalização e tecnologia.

E não é coincidência que o interesse na língua portuguesa se fortaleça num momento em que o Brasil também se afirma no mercado internacional, amplia seu espaço na geopolítica, e em que usuários de língua portuguesa, em todo o mundo, se apropriam mais das plataformas de ciência e tecnologia da informação.

Nos últimos anos, grandes grupos de comunicação, incluindo veículos portugueses como a Agência Lusa, anunciaram a abertura ou ampliação de escritórios no Brasil. Entre eles estão a CCTV China e a Bloomberg News, além de empresas ligadas às redes sociais como o Facebook e o Twitter, que incluíram o português como uma de suas línguas de operação.

No mesmo sentido, em 2011, a presidente da Universidade de Harvard, Drew Gilpin Faust, visitou o Brasil e disse que a respeitada instituição iria abrir um escritório de representação no Rio de Janeiro. Ela afirmou que havia 291 estudantes de português em Harvard, um número recorde e maior que o de estudantes do italiano, um dos maiores grupos de imigrantes dos Estados Unidos.²¹¹

No ano seguinte, em abril de 2012, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, visitou os Estados Unidos, proferindo uma importante palestra, logo disponibilizada no canal da Presidência no YouTube, na Universidade de Harvard, perante muitos estudantes brasileiros. Na sua intervenção, proferida em português perante altos dignitários da referida universidade, a presidente realçou a importância de os brasileiros estudarem nas melhores universidades do mundo. Decorre ainda de suas palavras uma eventual preferência por enviar estudantes brasileiros para os Estados Unidos, em detrimento da Europa. Esta preferência teve uma concretização prática já em 2013, com a supressão do Programa Ciência Sem Fronteiras em relação a Portugal, com fundamento na

²¹¹ “Harvard’s presence in Brazil.” May 3, 2011, *Rio Times*. Disponível em <http://riotimesonline.com/brazil-news/rio-business/harvards-presence-in-brazil/> (consultado em 24 de fevereiro de 2012).

necessidade de os estudantes brasileiros aprenderem línguas estrangeiras. Na ocasião, foi ainda firmado um acordo de cooperação entre o Ministério da Educação brasileiro e a Universidade de Harvard.²¹²

Passando-se as coisas assim, uma política ou estratégia de promoção do português pode parecer “redundante” aos responsáveis políticos e culturais brasileiros. Ou até mesmo apresentar-se como uma distante prioridade da agenda internacional do país.

Ao ser perguntado o que achava desta hipótese, e se o país precisava de investir numa política de promoção da língua, o ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Amorim respondeu o seguinte:

“É claro que o Brasil precisa. Veja que os Estados Unidos que são um país com o poder que têm, e têm o Instituto Thomas Jefferson em toda a parte do mundo com esse nome ou com outro. E a França que já não é a grande potência que foi, mas continua sendo uma potência importante tem também os Institutos Descartes e Maison de France em toda a parte do mundo, como você sabe. E a China também está criando os Institutos Confúcio e a Alemanha e todos outros. E o Brasil não pode querer ser a sétima, a sexta economia do mundo, e não ter também uma influência cultural correspondente.” (ANEXO CELSO AMORIM).

Para além de comparar o Brasil às maiores potências do mundo, em particular aos Estados Unidos, Celso Amorim destaca a importância de o país ter influência cultural no mundo. E também poder econômico, que decorre do modo como o país se organiza culturalmente, com destaque para sua própria língua como instrumento de comunicação.

Mas se assim é, pode o Brasil bastar-se a si próprio e ignorar os demais países de língua portuguesa? Se assim não for, não terá interesse em agir sozinho. Voltamos à questão complexa de saber se o Brasil tem interesse, nesta matéria, em agir unilateralmente ou multilateralmente.

Não raro, tribunas de agências internacionais como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) são ocupadas por diplomatas brasileiros e portugueses, apoiados

²¹² “A public address by President of Brazil Dilma Rousseff.” Institute of Politics John F. Kennedy Jr. Forum, disponível em <http://forum.iop.harvard.edu/content/public-address-president-brazil-dilma-rousseff> (consultado em 3 de agosto de 2013).

pelos demais países da CPLP, para advogar um papel maior para a língua portuguesa e, também, uma maior eficiência dos respectivos países nas relações internacionais. Em resposta às sugestões feitas, as duas organizações em questão aceitaram acomodar o português como língua oficial e como língua para registros de patentes, respectivamente. A última medida, inclusive, é de grande valor comercial, uma vez que empresas e inventores lusófonos podem registrar seus produtos e ideias sem ter de arcar com o ônus de tradução.

Este movimento de fazer aumentar a presença do português no cenário mundial é resultado de uma política de língua sistemática, ou assistemática, que, por via de regra, é levada a cabo pelos países falantes da língua, isolada ou articuladamente, com a ajuda de um aparato sócio-científico, sendo esta tarefa, num número crescente de vezes, efetuada por razões pragmáticas, sobretudo de caráter econômico.

Foi assim nos casos das políticas da língua visando a promoção do espanhol, do francês, do alemão e ainda de outros idiomas. Não é por acaso que o Instituto Cervantes, a Aliança Francesa e o Instituto Goethe são subsidiados pelos governos das respectivas nações. Quanto à promoção da língua portuguesa, podemos, em resumo, dizer que os sucessivos governos portugueses assumiram o encargo contando, sobretudo, com a intervenção do Instituto Camões e com os esforços de concertação política no âmbito da CPLP.

Já o Brasil permanece sem um veículo semelhante ao português para a difusão do idioma, embora, como já vimos, acredite que a divisão do Itamaraty brasileiro, a DPLP, ocupe esse espaço de uma certa forma.

Esta conclusão parcelar é importante para efeitos do que afirmamos antes relativamente à estruturação do aparato de apoio à promoção de uma política de língua. Além de recursos financeiros e de uma estratégia, é necessário que exista um aparato político que a concretize, se bem que, como também veremos, seja errôneo pensar que a esgota.

Vejamos, com efeito, como a política se pode revelar insuficiente quando é vista exclusivamente do lado da intervenção pública, mas também quando esta, sendo absolutamente imprescindível, não cumpre inteiramente sua missão.

O governo português em funções ao tempo da escrita e entrega desta tese – presidido por Pedro Passos Coelho – ressuscitou o conceito de “diplomacia econômica”, introduzido na governação portuguesa durante o consulado de José Manuel Durão Barroso como primeiro-ministro (2001-2003), tendo como ministro dos Negócios Estrangeiros António Martins da Cruz (um embaixador de carreira muito influenciado pela experiência britânica).

Pretendeu-se, desse modo, destacar a necessidade de a política externa portuguesa estar ao serviço da economia.

Nesse contexto, houve uma reorientação da política de língua que se traduziu, nomeadamente, na já referenciada fusão do Instituto Camões e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), assim como, em termos gerais, numa renovada articulação do Ministério dos Negócios Estrangeiros (integrando a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação) com o Ministério da Economia e a Secretaria de Estado da Cultura (dependente do primeiro-ministro).

Do Ministério dos Negócios Estrangeiros passaram a depender o renovado Instituto Camões e a importante Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)²¹³, cuja organização ficou subordinada à ideia de um Portugal Global. Passou esta a ser designada, com efeito, AICEP – Portugal Global.

Esta aposta portuguesa nas relações econômicas externas refletiu-se apenas parcialmente na colaboração entre os Estados da CPLP.

²¹³ Por razões de política interna nacional, a AICEP, embora integrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, ficou com uma tutela conjunta do primeiro-ministro e do ministro dos Negócios Estrangeiros. Com a remodelação governamental registrada em julho de 2013, essa tutela passou a ser do vice-primeiro-ministro (curiosamente Paulo Portas, que passou a coordenar toda a área de intervenção econômica do Governo) e do ministro dos Negócios Estrangeiros

Ao ser entrevistado para esta pesquisa, o ex-chanceler brasileiro Celso Amorim, afirmando, explicitamente, a importância de uma intervenção de caráter econômico por parte dos institutos de promoção da língua, lamentou a inexistência de mais cooperação entre Brasil e Portugal para apresentar a língua ao mundo com uma só voz:

“Eu acho que há talvez ainda uma certa desconfiança, eu não diria desconfiança, mas uma certa resistência a um trabalho conjunto. Quer dizer, nós temos nossos Centros Culturais, Portugal tem os seus Institutos Camões. E eu acho até correto que seja assim porque tem coisas que são específicas de cada país. Mas eu acho que nós poderíamos fazer mais promoções em conjunto. E isso teria um grande mérito.” (ANEXO CELSO AMORIM).

A opinião do ex-chanceler foi endossada pelo ex-chefe de Estado português Jorge Sampaio ao ser perguntado pela autora desta tese sobre o mesmo tema. E a questão da “concorrência” não foi ocultada por Sampaio.

MVG: *Mas nesse ponto, o sr. acha que nós erramos quando duplicamos institutos, instituições? Nós temos o IPOR, nós temos o Camões, nós temos o IILP...?*

JS: *Não. Eu não acho que isso seja um erro, multiplicar iniciativas. O que eu acho é que, às vezes, se poderiam coordenar um pouco melhor, se poderiam discutir entre si, sem estar a ver nisso lutas pelo poder de influência, não é? Os recursos são sempre menores que as necessidades. Sempre. E vão continuar a ser como toda a gente já percebeu. E, portanto, vocês fazem isso, nós fazemos aquilo.*

Há que haver umas coisas conjugadamente aplicadas num determinado sítio. E não ter a mania de que há zonas de influência pré-concebidas e datadas e ‘aqui sou eu, ali és tu, e tu não vens para aqui, e eu não vou para ali’. Isso não é bom porque não faz com que a inovação, a invenção e a criatividade possam ser afirmadas. Isto tem que ser conversa permanente, distribuição de trabalho, sei que estou a ser muito utopista porque cada país tem [como meta], obviamente, a prossecução dos seus objetivos, mas, num país como o nosso, que é um país cheio de história, é certo, mas com poucos recursos, nós, obviamente, temos que ter alianças permanentes. Quer dizer, eu já ouvi dizer que, por exemplo, na Argentina, isso existe. Na Argentina, brasileiros e portugueses ensinam português. Quer dizer, é o que é algo da demonstração do que estou a dizer. É possível fazer algo. Os brasileiros na Argentina têm mais condições, mas os portugueses também podem ter alguma. Por que não se juntam para fazer algo? Essa experiência foi-me relatada há uns quatro, seis anos atrás. Altamente positiva. Por exemplo, Angola. Há tanto para ensinar em português, por que não? Mas aí naturalmente podem convergir vários e ter a possibilidade de coordenar os seus esforços. Agora, somar competências sem ter uma avaliação concreta das possibilidades, das conclusões, dos erros e do benefício da coordenação e do trabalho comum, isso, às vezes, como se sabe, é negativo, e é esse trabalho comum que se deve incentivar [assim como] e a coordenação e as iniciativas conjuntas (ANEXO JORGE SAMPAIO).

Armando Teixeira Carneiro, presidente do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração e do IED – Instituto de Educação a Distância, acredita que “os brasileiros” estão em franca competição com Portugal na hora de gerenciar o legado do

idioma comum. Em seu artigo “Uma Visão Geopolítica do Espaço da Língua Portuguesa”, afirma:

“Aliás, não é por acaso que foi recentemente inaugurado em São Paulo, Brasil, o Museu Estação da Luz da nossa língua, orientado em três eixos temáticos: antiguidade, universalidade e mestiçagem.

Como repetidamente se comprova, os brasileiros assumem claramente a importância estratégica da língua que partilhamos e não perdem oportunidade para consolidar posições.”²¹⁴

Curioso notar que o Museu da Língua Portuguesa é uma parceria público-privada, levada a cabo pela Fundação Roberto Marinho, associada ao maior grupo de comunicação do país, as Organizações Globo, o mesmo que exporta novelas para todo o mundo ajudando a promover assim também o idioma. O Museu não é uma articulação do Governo Federal ou do Ministério das Relações Exteriores, portanto, não é uma iniciativa governamental. Este é um exemplo de sucesso de como os especialistas em comunicação das Organizações Globo atinaram, antes mesmo que dos poderes públicos, para o valor do idioma materno. Mas daí a pensar que o Museu é uma realização de uma “estratégia da língua”, talvez seja propor mais do que o próprio fato.

Teixeira Carneiro, adotando uma perspectiva tradicional quanto à afirmação política do Estado português, também se opõe ao que interpreta como uma “imiscuição” do Brasil na CPLP, no papel que deveria ser desempenhado por Portugal. Vejamos o que diz na página 21 de seu trabalho:

“E com a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa? Também devemos deixar o Brasil assumir responsabilidades que são nossas e que nos interessam? Portugal só se poderá reassumir como um dos actores principais no actual mundo em transmutação se restabelecer contactos e ligações culturais com as nações e as sociedades dos seus confrontos através de mais de oito séculos.”²¹⁹

Ao analisarmos documentos oficiais brasileiros, como os discursos do presidente Lula e de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, podemos notar que a contribuição brasileira para a difusão do português no mundo tem-se dado de maneira menos

²¹⁴ Armando Teixeira Carneiro, Uma Visão Geopolítica do Espaço da Língua Portuguesa, p. 10, Disponível em <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1098>, publicado na Revista *Nação e Defesa*, 2006. (consultado em 30 de dezembro de 2011).

dogmática. O país parece resistir a uma política de língua, como tal, em favor de um engajamento menos sistemático, mas nem por isso desprovido de objetivos estratégicos.

Nesse enquadramento, temos de reconhecer que os sucessivos governos brasileiros apostam na capacidade da sociedade civil – de um modo especial, na poderosa indústria de comunicação social e entretenimento – para divulgar a língua e, desse modo, aumentar o poderio econômico e a influência do Brasil à escala global.

O próprio ensino do espanhol em escolas brasileiras para alguns analistas se faz menos pela integração regional com o Mercosul e mais por uma estratégia brasileira de relações privilegiadas com a Espanha. É esta, pelo menos, a opinião do professor Del Valle e da pesquisadora Dirce Jaeger.

Para del Valle, da CUNY, nos Estados Unidos, a missão do Cervantes nada tem de filantrópica; sua missão é “estratégica” visando “forjar uma irmandade hispânica que vai abrir caminho às empresas espanholas na América Latina” (**ANEXO JOSÉ DEL VALLE**).

Já a preocupação com as consequências da Lei n.º 11161/05, que estabeleceu o ensino obrigatório do espanhol em escolas brasileiras, foi objeto de um estudo da pesquisadora Dirce Jaeger da Universidade Federal de Alagoas intitulado *Língua espanhola nas escolas brasileiras, integração e política linguística: reflexões em torno da aprovação da Lei 11161/05*. Ao estudar o tema, Jaeger constatou que a introdução do espanhol no Brasil pouco tinha a ver com o Mercosul, e que tinha muito a ver com a política espanhola de promoção. Em suas palavras,

“Algumas releituras de documentos contemporâneos à apresentação e aprovação da Lei 11161/05, entretanto, desvelam a existência de uma nova modalidade de integração. Trata-se da caçula da família: a integração ibero-americana. Adjetivo que vem sorrateiramente substituindo os anteriores. Mais que um rótulo, redimensiona e reconfigura as relações e significações de língua espanhola e ensino de língua espanhola no Brasil. Extrapola, definitivamente, os limites da mesa de negociações do Mercosul e remete diretamente às relações com a Espanha, a partir de uma política (lingüística) ibero-americana (DEL VALLE, 2007, p.34).

Dentro desta nova modalidade de integração, presente nos discursos em torno da aprovação da lei de 2005, (re)introduz-se o elemento ibérico desde outra perspectiva. Colonizador e

colonizado aparecem (re)unidos através de uma língua e identidade comuns: a comunidade ibero-americana.”²¹⁵

Curiosamente, é no Brasil que a Espanha mantém sua maior rede de Instituto Cervantes, com, pelo menos, nove filiais. Dirce Jaeger ressalta também que desde 1958 havia tentativas de introduzir o espanhol como língua obrigatória nas escolas brasileiras.

Naquele ano, o pedido foi encaminhado ao Congresso pelo então presidente Juscelino Kubitschek, embora sem significativas consequências.

Atualmente, para alguns especialistas, um maior envolvimento do Estado brasileiro na política da língua portuguesa não pode mais ser facultativo, mas, pelo contrário, obrigatório, atendendo aos interesses do próprio país. Em termos geopolíticos, o país ocupa, sem dúvida, uma posição de destaque. Desde 1994 que, com o início da estabilização macroeconômica, e após o lançamento do Plano Real, o Brasil se vem afirmando como um relevante ator global. Esta tendência se fortaleceu durante os dois mandatos do presidente Lula, com uma política externa, traçada pelo chanceler Celso Amorim, apostada na diversificação de parcerias, bem como na formalização de novas parcerias bilaterais e multilaterais, que extrapolaram o antigo eixo com a Europa e os Estados Unidos para se concentrar e investir fortemente na África, na Ásia (especialmente na China e na Índia) e em outras regiões.

Pelas razões já expostas anteriormente, poderia haver vantagem de o Brasil, nessa sua estratégia de afirmação à escala global, se associar aos demais países de língua portuguesa, mormente a Portugal, por seu conhecimento histórico e por suas relações com os países emergentes. Tal não ocorrerá, seguramente, no quadro de uma geopolítica de natureza tradicional, apostada na recuperação ou consolidação de posições antigas, como, por vezes, transparece em certo pensamento político-estratégico português, mas, sim, em bases novas, ainda por construir.

²¹⁵ Artigo publicado na Revista *Espaço Acadêmico* em 2009. Volume 9. Disponível em <http://www.doaj.org/doaj?func=abstract&id=862384> Jaeger citou José del Valle. *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2007, pp. 34; 99. (consultado em 18 de dezembro de 2011).

Mas a estratégia contrária é possível, assinalando muitos autores ser essa a real política externa brasileira.

Uma estratégia que, segundo Ivo Castro, pode prejudicar a divulgação do português no mundo, à medida que o Brasil, em sua opinião, “se afasta” da CPLP e da África. Para Ivo Castro, o Brasil aproveita sua plataforma de política internacional para promover também o português, o que terá sido mais forte durante o governo de Lula quando, ainda segundo o mesmo autor, o país decidiu “acordar” para as nações de língua portuguesa na África. Ivo Castro afirmou-se, porém, menos otimista em relação ao governo de Dilma Rousseff, transcorrido que foi o primeiro ano de seu exercício. Vejamos este trecho de sua entrevista à autora do presente trabalho:

Ivo Castro: *O forte investimento[nas relações com os países de língua portuguesa] que caracterizou os últimos anos do governo Lula, não parece, pelo menos, que tenha sido continuado nos primeiros tempos do governo da Dilma (Rousseff). (...) Estamos a assistir a uma reorientação do Brasil para outros horizontes.*

MVG: *Que horizontes? O que está faltando?*

IC: *Quando lemos os jornais, e vemos que o Brasil, neste momento, está com uma relação de maior proximidade com os Estados Unidos. Quando o Brasil está no âmbito dos BRICS a querer ter uma intervenção global mais importante do que temido até agora. Quando, inclusivamente, há propostas brasileiras no sentido de ter uma intervenção no quadro de política financeira da Europa. A impressão é que o Brasil transferiu os seus horizontes do âmbito da CPLP para o âmbito planetário, o que faz todo o sentido. Mas deixa, talvez, para trás o investimento na aproximação linguística e da educação entre Brasil e África que estava a desenvolver-se. (ANEXO IVO CASTRO).*

Se há nota que precisamos de reter quando analisamos estas matérias é a profunda contradição de pontos de vista. Como que há sempre quem afirme uma coisa e o seu contrário, o que denota que estamos num momento de profunda viragem nas relações internacionais.

Julgamos, aliás, que essa virada está na base de muitas hesitações dos próprios governos, que se tornam incompreensíveis para os analistas. É sintomática a análise que Ivo Castro, coincidindo neste ponto com outros autores, faz do mandato presidencial de Dilma Rousseff no que toca às relações com o espaço lusófono. Com efeito, suas considerações foram contraditadas pela própria visada.

A presidente Dilma Rousseff afirmou explicitamente em 2011 que seu governo iria valorizar a cooperação Sul-Sul, justamente reforçando o eixo África-América Latina. Foi durante uma entrevista coletiva que concedeu à imprensa brasileira, em 2011, na qual afirmou:

“Devemos continuar cada vez mais a relação com a África. Neste ano, só pude ir à [África] Subsaariana, mas acho importante a África do Norte e estarei lá ano que vem. (...) O Brasil deve ter visão multipolar da política externa. Isso não significa que não mantenhamos relações com os [países do] BRICs (grupo formado pelo Brasil, a Rússia, Índia e China). Todos nós do BRICs nos dispusemos a emprestar para o FMI [Fundo Monetário Internacional], para ser mais um elemento do muro corta-fogo da crise europeia.”²¹⁶

2. RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS: COOPERAÇÃO COM COMPETIÇÃO?

Vamos começar este tópico reproduzindo o diálogo de dois ex-chefes de Estado: um brasileiro e outro português. Na época, aliás, o brasileiro ainda estava no poder. Trata-se de um diálogo entre Mário Soares e de Fernando Henrique Cardoso. O trecho é uma parte de várias horas de conversa entre os dois que resultou no livro *Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares, o Mundo em Português*.

Mário Soares: (...) *Queria dizer-lhe uma coisa, à laia de conclusão. No tempo de Franco Nogueira, a política externa portuguesa partia sempre da ideia de que o Brasil só podia ser um rival de Portugal e, portanto, não podíamos fazer nada em cooperação e, nomeadamente, nada que ajudasse à penetração do Brasil em África. Esta situação modificou-se totalmente a partir do 25 de Abril, porque nós percebemos imediatamente que era exactamente o contrário, que, para perpetuar o português nessas terras, o Brasil é o nosso aliado natural e único. Ora a verdade é que também existe, porventura, ainda hoje, um preconceito antiportuguês no Itamaraty, que vem do passado.*

Fernando Henrique Cardoso: *Talvez haja algum, não sei... O Itamaraty está mudando muito. O Itamaraty tinha ideias nacionalistas muito enraizadas. O Brasil preocupa-se muito com a sua soberania. (...) Creio que esta atitude deve ter influenciado bastante a questão da África, no sentido de que a política brasileira tem que ser brasileira, não pode ser portuguesa.”²¹⁷*

Este diálogo, quase ao final do livro, resume, de forma aberta e transparente, o que pode ser encarado como um axioma histórico do pano de fundo das longas relações entre

²¹⁶ “Dilma diz que política externa deve valorizar América Latina e África.” *Agência Brasil*, 16 de dezembro de 2011. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-12-16/dilma-diz-que-politica-externa-deve-valorizar-america-latina-e-africa> (consultado em 18 de dezembro de 2011).

²¹⁷ Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares. *O Mundo em Português, um diálogo*. Gradiva, 1ª. edição, setembro de 1998. pp. 285-286.

Brasil e Portugal, e, como referiu Mário Soares, seria ainda regra para alguns setores ou para parte dos decisores políticos da nossa atualidade.

Ao mencionar Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira, chanceler do Governo autoritário de Oliveira Salazar, no período entre 1961-1969, Mário Soares afirma que a ideia da “competição” existiu durante o regime autoritário, mas que “acabou com a Revolução dos Cravos.”

O presidente português, no entanto, indica que o “preconceito do Itamaraty”, ao contrário, permanecia em nossos dias atual.

Uma suspeita que obtive uma resposta franca de Fernando Henrique Cardoso ao dizer que o Brasil quer determinar a sua própria política externa, sem imiscuições. Porém, por por trás deste pensamento, notamos talvez uma explicação para o que se observa ainda nos dias de hoje em qualquer sala de reuniões bilaterais ou internacionais: Brasil e Portugal defendem, em primeiro lugar e em qualquer equação de coordenação política, seus próprios interesses.

Alguns integrantes destas conversas entre os dois países afirmaram à autora desta tese que, sendo a “relação muito assimétrica”, o Brasil não quer ser acusado de “imperialismos”, como já o foi na América Latina.

Talvez seja correto interpretar, com base na resposta de Cardoso, que o Itamaraty não assumiu uma posição propriamente “antiportuguesa”, mas, sim, uma posição estratégica para defesa dos interesses brasileiros, a qual terá levado, nas décadas de 80 e 90 do século passado, a um afastamento do Brasil em relação a Portugal como o centro, ou um centro nevrálgico, de seus interesses. Quiçá é a política atual um reflexo da política passada executada pelos ex-ministros das Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco e San Tiago Dantas, durante os anos 60, que terá influenciado, de forma determinante, a “política de neutralidade” da Chancelaria brasileira.

A biografia de Salazar, em seis volumes, escrita por Franco Nogueira, confirma, de forma objetiva (para mais tratando-se o autor de um observador direto e parte do processo político relatado), uma situação de relacionamento entre Brasil e Portugal

caracterizada, simultaneamente, pela afabilidade dos protagonistas políticos mas também pela constante impossibilidade de um compromisso estratégico.

Quando se fala de *Realpolitik*, todos sabemos que isso quer dizer, nomeadamente, que os recursos dos governos são investidos exclusivamente nas estratégias políticas desses governos e dos seus aliados, na medida em que são aliados estratégicos, o que não se confunde com amigos simplesmente movidos pela afeição. Nem mesmo os governos militares autoritários brasileiros, em parte semelhantes ao regime de Salazar, como foram os casos dos governos de Ernesto Geisel e de seu sucessor, João Baptista de Oliveira Figueiredo, demonstraram muito entusiasmo em preterir outras nações com forte peso geopolítico, na perspectiva dos interesses brasileiros, para manter uma união mais forte com Portugal.

Na época, o Brasil estava em consonância política com os Estados Unidos, a Alemanha e outros países europeus (curiosamente democracias que ostracizavam os interesses portugueses na África), mas nem sempre com Portugal. Após a tendência de alinhamento absoluto com a “ex-metrópole”, intensificada durante os anos do presidente Juscelino, quer a decisão de Jânio Quadros de conduzir uma Política Externa Independente (PEI), quer o consequente estado de descolonização dos territórios africanos, causaram uma mudança de eixo no relacionamento entre Brasil e Portugal durante as décadas de 70 e 80 do século passado.

Mesmo durante os melhores momentos do Tratado de Amizade, firmado em 1953, Portugal se preocupava com a possível influência econômica que o Brasil poderia vir a ter em caso de “contato direto com Angola e Moçambique”, as mais lucrativas das colônias africanas.

Esta preocupação, baseada na concepção salazarista de cooperação, viria, no entanto, a se manifestar após a virada do século e nos dias atuais, quando Portugal ainda não vê com muitos bons olhos alguns movimentos da cooperação Sul-Sul que deixam o Brasil “solto” para colaborar, diretamente, com Angola e Moçambique, numa equação que, por razões geográficas, não envolve a ex-metrópole. O brasilianista americano Wayne Selcher explica deste modo, a atitude portuguesa:

*“After centuries of trying to restrict Brazil’s relations with Angola and Mozambique, the Portuguese were now ready to reverse position enough to use the Community to counter increasing international isolation, but they were not eager to find themselves overwhelmed or displaced by a more powerful Brazil, which was developing economically at a rapid pace and for the first time in a decade showed a capacity and a desire to formulate a policy toward Portuguese Africa which was at variance with that of Portugal.”*²¹⁸

Na segunda década do século XXI, o Brasil apresenta uma política externa voltada, mais do que nunca, para cooperações regionais, especialmente na África, na Ásia e na América Latina. Segundo d’Avila e Stuenkel, o Brasil está vendo aumentar sua importância no mundo, mas o processo não se consolidará sem uma estratégia cuidadosamente executada:

*“A relevância internacional de uma nação não é determinada pelo número de aplausos que o presidente da República recebe em fóruns estrangeiros ou por fazer parte do G-20, o grupo das vinte nações mais importantes do mundo; tampouco ela é definida pela nossa habilidade de sediar a Copa do Mundo ou os Jogos Olímpicos. A relevância externa do Brasil será determinada pela sua habilidade de converter em poder a sua capacidade de influenciar na elaboração, formulação e implementação de medidas que contribuam não só para a defesa do interesse nacional como também para o bom funcionamento do sistema internacional.”*²¹⁹

Terá este Brasil, apostado na defesa de seu interesse nacional e no aumento de sua capacidade de conformação de um novo sistema internacional, vantagens em cooperar com Portugal e com a CPLP? Tanto a opinião de Wayne Selcher como a opinião de d’Avila e Stuenkel, confirmando o que dissemos anteriormente, suscitam dúvidas, nomeadamente sobre o sentido da cooperação brasileira na África lusófona.

Ainda em *O Mundo em Português*, que registrou o diálogo de Mário Soares e Fernando Henrique Cardoso, o presidente brasileiro, aparentemente alheio a essas dúvidas, aposta na cooperação luso-brasileira na África.

*“Tudo leva a crer que o trabalho político e cultural na África será mais proveitoso se for luso-brasileiro. Não tenho dúvida. Fiquei muito impressionado também com Macau quando fui visitar o novo aeroporto...”*²²⁰

²¹⁸ Wayne A. Selcher. “Brazilian Relations with Portuguese Africa in the Context of the Elusive “Luso-Brazilian” Community.” *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 18, Nº 1, February 1976. pp.25-58., citado por Ana Clarissa Bernadino Maia, “Uma recorrente comunidade lusófona: percepções jornalísticas brasileiras e portuguesas acerca do processo de gestação e formalização da CPLP” 1989-1997, Brasília, abril 2009. pp. 29 e 30.

²¹⁹ “O desafio de tornar a política externa relevante para o Brasil.” Luiz Felipe d’Avila e Oliver Stuenkel. CLP papers, nº3, 2010, tradução: Patrícia Neves, São Paulo, 2010, p. 12. Disponível em <http://www.gppi.net/fileadmin/gppi/CLP-Politica-Externa-online.pdf> (consultado em 22 de janeiro de 2012).

²²⁰ Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares. *O Mundo em Português, um diálogo*. Gradiva, 1ª. edição, setembro de 1998. p. 279.

Todavia, como explicou Mário Soares, o principal artífice da entrada de Portugal nas Comunidades Europeias (que antecederam a União Europeia), em 1986, Portugal preferiu, no passado, investir em suas relações com a União Europeia acreditando que a África viria por tabela. Segundo ele, um Portugal forte na União Europeia fortaleceria o país junto às suas ex-colônias:²²¹

“(...) Quando se discutia, em Portugal, se queríamos ser África ou ser Europa, eu respondia sempre que, quanto mais Europa fôssemos, mais possibilidade teríamos em África, mais os Africanos teriam a percepção da nossa importância. (...) O que realmente está a acontecer é que a percepção dos nossos parceiros da CPLP em relação a Portugal mudou radicalmente. Mesmo, como já me disse, no caso do Brasil.”

Já após ter deixado o Palácio de Belém, Mário Soares afirmou que a política atlântica de Portugal era sinônimo de força para os portugueses. Neste contexto, ressaltou o papel do Brasil e a relação de Portugal com a ex-colônia, como uma forma de vencer “complexos” frente aos demais países europeus:

“Adoro o Brasil, principalmente como português de gema que me prezo de ser. Porque o Brasil representa para Portugal - hoje e sempre - o máximo dos orgulhos. (...) Por isso tenho defendido, em diversas ocasiões, que se devia facilitar aos estudantes portugueses, que terminam o liceu, uma viagem ao Brasil, para aí aprenderem a sentir o orgulho imenso de ser português - um país pequeno, com uma história multissecular extraordinária - sem razão para ter quaisquer complexos em relação aos nossos parceiros europeus...”²²²

Num artigo, escrito quatro anos depois, Mário Soares estabelece uma espécie de dependência política do Brasil para o futuro de Portugal.

“(...) O Brasil representou no passado a nossa glória de portugueses. Mas daqui por diante entrelaça-se, cada vez mais, com o nosso próprio futuro. Não o devemos esquecer...”²²³

Sendo assim, a política de afirmação da língua em comum com os demais países é também uma estratégia de afirmação do poder político que pode render dividendos não só a Portugal mas também aos outros atores do bloco.

²²¹ Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares, *ob. cit.*, p. 274.

²²² Mário Soares. “História e Cultura nas relações entre o Brasil e Portugal.” Conferência proferida na Academia das Ciências de Lisboa. Em 19 de outubro de 2006. Disponível em http://www.fmsoares.pt/mario_soares/textos_ms.php?tipo_de_texto=Confer%EAncia (consultado em 7 de janeiro de 2011).

²²³ “Mário Soares. Brasil e Portugal” 13 de abril de 2010, artigo publicado no *Diário de Notícias*. Disponível em http://www.fmsoares.pt/mario_soares/textos_ms/002/358.pdf (consultado em 7 de janeiro de 2012).

Um exemplo são as gestões de Portugal a favor do Mercosul com a União Europeia. Desde que ingressou nas Comunidades Europeias, Portugal registrou progressos macroeconômicos e de desenvolvimento em infraestruturas, por exemplo, com as suas autoestradas. Mas vale lembrar também que, naquela época histórica, Portugal vivia um estado de desvantagem em relação a seus pares europeus no que tange a este setor e à infraestrutura em geral. Após receber as melhorias que ajudaram o país a ser elevado a um patamar de desenvolvimento semelhante a de seus vizinhos no continente, Portugal avançou com suas empresas em sucessivos processos de privatização, muitos deles realizados nas ex-colônias como o próprio Brasil.

Nos últimos anos, porém, notadamente durante o período de redação da presente pesquisa, a União Europeia entrou numa profunda crise de identidade, incapaz de ajudar a resolver os problemas de seus Estados-membros, entre eles Portugal.

E novamente, se sentiu o impulso, pelo menos por parte da sociedade civil portuguesa, para renovar seus vínculos com o Brasil e os demais países lusófonos. Também o poder político português percebeu essa circunstância como propícia a incrementar a capacidade de influência portuguesa dentro da União Europeia. Como já vimos, com a crise econômica da União Europeia, Portugal foi um dos primeiros países a sofrer, ao lado da Grécia, da Irlanda e ainda de outras nações consideradas “mais frágeis” do bloco europeu, as consequências de uma dura austeridade imposta pelos credores externos.

Que ocorreu nos últimos anos? Passou a existir um certo “deslocamento de eixos políticos” como consequência de os países emergentes terem começado a registrar melhores performances econômicas que as das nações industrializadas.

No caso específico da União Europeia, em termos gerais, as projeções e os resultados não poderiam ser mais assustadores, como advertiram alguns líderes europeus logo no primeiro dia de 2012, entre eles Angela Merkel e Nicolas Sarkozy.²²⁴

²²⁴ “Europe leaders warn of difficult 2012”, BBC News Europe, Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-16377010> (consultado em 2 de janeiro de 2012).

Vários anos antes, em 2009, ao discursar para os participantes de um colóquio sobre o português como língua internacional, no Parlamento português, um dos diretores da Fundação Luso-Americana (FLAD), sediada em Lisboa, António Luís Vicente, afirmou que seu país (Portugal) deveria capitalizar sobre o interesse econômico dos Estados Unidos no Brasil. Eis parte de suas palavras:

*“Há algum debate sobre o facto de o Brasil ser o grande factor que explica o crescimento do interesse pela língua portuguesa. Penso que não podemos ter complexos e sim apanhar “boleia” desse interesse. Há, de facto, actualmente nos EUA uma grande apetência por tudo o que diz respeito ao Brasil.”*²²⁵

No mesmo evento, o escritor angolano José Eduardo Agualusa afirmou que ao Brasil deveria ser dado mais espaço na gestão da promoção do idioma:

“O Brasil tem que assumir as suas responsabilidades de grande potência linguística. Tem de ser o Brasil a liderar este grande processo. Também é importante dizer aqui (e muitas vezes tenho tido esta discussão) e que por vezes ouço ecos disto aqui mesmo no meio diplomático, é que Portugal tenta encarar o Brasil como concorrente no plano da língua. Mas o Brasil não pode ser encarado como um concorrente. Não pode de todo. O Brasil, Portugal e os outros restantes países de língua portuguesa têm que saber cooperar no apoio à língua portuguesa no mundo. O Brasil não pode mais continuar a ser visto como um país concorrente.” (Grifo da autora)²²⁶

Muito já se escreveu sobre as “relações especiais” entre Brasil e Portugal. Por questões históricas, elas jamais serão as mesmas das existentes, por exemplo, entre Portugal e a África lusófona.

Como já ouvimos de diferentes fontes nesta tese, parece existir um problema de falta de cooperação sistemática entre Brasil e Portugal, o qual deve ser considerado como uma circunstância impeditiva da execução de uma efetiva política da língua. Por outras palavras, estamos afirmando que as relações entre os dois países pressupõem, como

²²⁵ Alocução de António Luís Vicente. “A Promoção da língua portuguesa nos Estados Unidos da América.” Colóquio sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa, auditório do edifício novo da Assembleia da República, 16 de junho de 2009. ASDP. Instituto Diplomático, Lisboa 2010. p. 125.

²²⁶ Alocução de José Eduardo Agualusa. “A divulgação e tradução de autores em língua portuguesa para outros idiomas. Ponto da situação, políticas e estratégias.” Colóquio sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa, auditório do edifício novo da Assembleia da República, 16 de junho de 2009. ASDP. Instituto Diplomático, Lisboa 2010. p. 167.

condição necessária para serem efetivas, a existência de políticas da língua convergentes.

As relações históricas entre o Brasil e Portugal são de tal modo próximas que necessitam de uma política forte que as alimente. E não é possível ignorar ou deixar de dar prioridade à língua comum. Curiosamente, é preciso que os países decidam o essencial, que podemos resumir com a ideia do estabelecimento de uma aliança estratégica. Mas mesmo dentro da CPLP há desafios sobre a execução efetiva de uma política da língua comum, como se pode constatar com a implementação do AO.

No caso do Brasil, a “política assistemática” continua vigorando com o reforço natural de um coro de 193 milhões de falantes brasileiros, equivalentes a mais de 80 por cento de todas as pessoas que falam o português no mundo, como primeira língua e idioma oficial, sem iniciativas práticas com Portugal e outros membros da CPLP que possam produzir mais frutos de promoção para o ensino do português na diáspora, por exemplo. Já referimos aqui a enorme seara para o ensino da língua portuguesa que poderá existir em comunidades norte-americanas onde Brasil e Portugal, com seus CEBs e o Instituto Camões, respectivamente, concentram o menor número de instalações.

Começamos esta pesquisa com uma citação da ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher sobre a tradicional aliança dos países de língua inglesa, com especial destaque para as relações da Grã-Bretanha com os Estados Unidos. O mesmo dissera, muitos anos antes, Winston Churchill, realçando a natureza democrática de ambos os países.

É por isso que, ao mesmo tempo que realçamos a importância das razões econômicas, sociais e culturais na política internacional contemporânea, também evidenciamos a importância das relações propriamente políticas.

A relação especial do Brasil com Portugal tem raízes antigas, mas muito diferentes das existentes entre Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Ao nascer como Estado independente, o Brasil continuou nutrindo fortes laços com o colonizador, uma situação que registrou mudanças somente no início do século XX como já vimos, especialmente através da realização da Semana de Arte Moderna de

1922, quando o Brasil, com a ajuda das artes e da literatura afirmou, politicamente, que queria ser “autônomo e diferente” de Portugal.

Em termos de política externa, ainda nas décadas de 50 e 60, do século passado, apesar de o Brasil ter um regime democrático e até um “presidente bossa-nova”, a verdade é que apoiou, tanto quanto lhe foi possível, a política colonialista de Portugal na África e na Ásia.

O professor de História da Universidade Federal de Santa Catarina Waldir José Rampinelli lembra a célebre frase do diplomata brasileiro Donatello Grieco, da Quarta Comissão da ONU, de que “*tocar em Portugal, era tocar no Brasil*”, ao defender que o país europeu não tinha “*colônias, mas sim províncias ultramarinas*”, uma expressão criada pelo regime de Salazar para mostrar externamente uma aparente evolução de sua política interna, e que foi repetida, sem a menor parcimônia, por diplomatas do Brasil, um país que não sofria os efeitos da dependência há quase 200 anos.²²⁷

Mas também é verdade, como assinala Franco Nogueira, que o apoio do Brasil a Portugal deve ser fortemente matizado. Portugal buscava o apoio do Brasil não só pela importância geopolítica da ex-colônia, ainda que limitada, naquele momento, mas também porque Portugal ainda não havia ingressado nas Nações Unidas, o que só aconteceu em 1955. É bom recordar que as guerras coloniais em África se iniciaram depois, nos princípios da década de 60 do século passado.

Foi nessa época, mais precisamente em 1953, que Portugal e Brasil firmaram o *Tratado de Amizade e Consulta*. Rampinelli afirma que, apesar de ter sido regulamentado no Governo Juscelino Kubitscheck, o acordo foi costurado ainda nos anos da presidência de Getúlio Vargas e ratificado no governo de Café Filho. O professor catarinense menciona casos de diplomatas brasileiros, como o do embaixador na Bélgica Vasco Leitão da Cunha, que chegou a declarar “*que todo brasileiro é um português honorário*”.

²²⁷ “A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português.” Waldir José Rampinelli. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_waldir.pdf (consultado em 5 de janeiro de 2012).

Mas isto apenas evidencia – o que é significativo de um certo modo não só de fazer mas também de sentir a política – a proximidade afetiva entre Portugal e o Brasil. Foi assim que o Brasil passou a defender, nas Nações Unidas, antes da admissão de Portugal nesta organização internacional, os interesses de Portugal na Índia, quando esta anexou em 1954 dois enclaves portugueses: Dadrá e Nagar-Haveli.

Apesar de Portugal protestar, em nível internacional, o país não pertencia à ONU e não podia pedir providências nos tribunais da organização. Como o *Tratado de Amizade e Consulta* com o Brasil já estava em vigor, a ex-colônia entrou em ação em favor de Lisboa.

Este “estado de confusão” diplomática veio a arrefecer quando Jânio Quadros e João Goulart assumiram a presidência brasileira no início da década de 60 do século XX, proclamando a já referida “política externa independente” (PEI). A partir deste momento criou-se um estado de ambiguidade. Note-se que se iniciaram por essa época as guerras de independência. A partir de então, apesar dos permanentes protestos de apoio por parte do Brasil, assim como da continuação da política de afetos, o Brasil assumiu, designadamente na ONU, algumas posições hostis a Portugal.

Com o contorno claro das posições dos movimentos que resultaram na independência das colônias africanas, o Brasil votou, na ONU, contra a política colonial de Portugal. Referimo-nos, desde logo, a uma importante votação no Conselho de Segurança da ONU em julho de 1963, quando este órgão exigiu que Portugal promovesse a independência de suas colônias.

Anos mais tarde, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência da Angola, tentando, talvez assim, reparar o dano causado durante anos de um certo alinhamento com a política de Portugal no que diz respeito ao direito de defesa de suas “*províncias ultramarinas*”. Vale a pena ressaltar também que a diáspora portuguesa, naquela década, no Brasil, era numerosa e um movimento mais organizado do que é hoje. Era o

maior grupo estrangeiro no país e tinha com seu anfitrião não só uma história, mas também uma língua em comum.

Tudo isso mudaria com a definição do destino de liberdade dos países africanos conquistada graças ao empenho de seus libertadores. Mais tarde, à frente do Itamaraty, San Tiago Dantas definiu a antiga defesa brasileira do colonialismo português como “pequenos desvios de atitude”.

*“A posição anticolonialista sempre esteve implícita na conduta internacional do Brasil, por motivos éticos e econômicos (...) Na linha anticolonialista do Brasil houve pequenos desvios de atitude apenas pelo desejo de dar a nações tradicionalmente amigas do nosso país oportunidades para que definissem, por movimento próprio, uma posição evolutiva em relação aos territórios não autônomos confiados à sua administração.”*²²⁸

Como já vimos, a raiz das relações Brasil-Portugal não tem precedentes na História: ao se tornar independente pelas mãos do próprio príncipe do reino formalmente dominante - um príncipe-imperador que decidiu declarar a “independência ou morte” do novo Estado, em 1822 - o país ainda serviria de casa de hospedagem para a família real colonizadora. Somente 67 anos depois da independência é que o Brasil passou a ser uma república.

Claro que estamos falando de uma situação histórica particular, certamente incomparável a outros processos de descolonização.

Por conta dos acontecimentos históricos na Europa do início do século XIX, que vivia as invasões napoleônicas, o Brasil tornou-se “metrópole” real, em vez de colônia, com a chegada, em 1808, da Corte de Dom João VI, rei de Portugal.

A família real faria do Rio de Janeiro o centro geográfico da manobra política arquitetada por Inglaterra e Portugal em face às invasões napoleônicas. Com isso, o Brasil passou a contar com todo um aparato político que antes se observava só em Lisboa: uma rede de intelectuais, de várias proveniências, além de artistas e comuns

²²⁸ San Tiago Dantas. “Política Externa Independente.” Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962. p. 12, citado por Ewerton Luiz Figueiredo Moura da Silva em Política externa Independente e guerra no ultramar: aspectos das relações diplomáticas Brasil-Portugal durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=75> (consultado em 4 de janeiro de 2012).

cortesãos ajudaram a alavancar a cultura do Rio de Janeiro, que abrigou Dom João VI e seu séquito.

Foi um período de florescimento cultural, sem dúvida, na maior e mais lucrativa colônia portuguesa. A comitiva de Dom João deixaria o Brasil 12 anos mais tarde, em 1820, entregando a Dom Pedro I, como herdeiro do trono português, o comando do território.

De forma que, por conta de todas essas circunstâncias e idiossincrasias históricas, o Brasil foi desenvolvendo uma relação ímpar com a metrópole, na qual os limites muito claros, em outros contextos históricos, entre colonizador e colonizado, se faziam ausentes. E queiramos ou não, este “confuso começo” se manifesta até hoje, de um modo ou de outro, numa espécie de “parceria histórica, especial e familiar”, e, portanto, diferente da de outros contextos históricos, como, por exemplo, o observado entre o Reino Unido e os Estados Unidos, que, primeiramente, tiveram divergências para só depois obterem convergências políticas.

Mas voltemos à disseminação do idioma português. Para a especialista em História das Relações Internacionais Fernanda Jasmin Guimarães, a promoção da língua por Portugal, desde 2008, seria parte de uma bem orquestrada política externa portuguesa, que, após alguns anos de pertença do país ao bloco europeu, buscava se afirmar e manter ainda a “Política Atlântica”. E para tal, era preciso estabelecer o eixo da lusofonia, da irmandade baseada na história em comum. Vejamos:

“(...) Inserido numa dinâmica de economia e política globalizadas, Portugal articulou a política cultural como instrumento de sua política externa para o reforço de sua imagem na Europa e no mundo. Este veículo singular para a defesa da divulgação da língua e da cultura portuguesas surge fundamentalmente nas seguintes perspectivas: funciona como elo de ligação entre as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e Portugal; permite uma interligação dinâmica entre o chamado mundo lusófono; e constitui, ainda, uma área de atuação no âmbito de cooperação para o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que confere uma maior visibilidade ao país.”²²⁹

²²⁹ “O Instituto Camões e a Política Externa Cultural Portuguesa”. Fernanda Jasmin Guimarães. p.4, XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, Disponível em http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212953040_ARQUIVO_trab02.pdf (consultado em 19 de dezembro de 2011).

Na opinião da pesquisadora brasileira, “Portugal busca difundir sua língua e sua cultura como líder de uma comunidade lusófona, contribuindo para sua maior projeção no cenário internacional”.

Mais do que buscar substituir a ligação europeia por uma política lusófona, Portugal procurou sempre fortalecer os laços com os demais países de língua portuguesa como uma das dimensões de sua política externa. Com efeito, tanto a política europeia como a política de cooperação com os países de língua portuguesa são, desde a instauração da democracia, em 1974, pilares absolutamente consensuais na política externa portuguesa.

Houve períodos, sobretudo depois da entrada de Portugal nas Comunidades Europeias, em 1986, em que se registrou maior ou menor entusiasmo em relação aos diversos pilares da política externa portuguesa, mas eles estiveram sempre presentes, na maior parte das vezes sendo vistos como complementares, mas, por vezes, sendo vistos também como potencialmente alternativos.

A política atlântica ocorreu sempre pela mão de quem defende uma política de afirmação de Portugal no mundo. E a lusofonia recebe um papel de destaque nesta equação, como nos lembra Armando Marques Guedes, especialista em política estratégica no Atlântico Sul e autor de vários livros. No estudo "*A Nova Geopolítica do Atlântico Sul*", divulgado na Revista da Marinha, Marques Guedes analisa a posição "estrutural da lusofonia num subsistema regional em mudança". O professor da Universidade Nova de Lisboa lembra ainda que cinco dos oito países lusófonos "estão no Atlântico Sul, *lato sensu*." (MARQUES GUEDES:2011)

No momento em que redigimos o presente trabalho, Portugal e Brasil continuam a desempenhar papéis predominantes na esfera internacional, por exemplo na CPLP, como declarou o líder do bloco até julho de 2012, Domingos Simões Pereira.

Numa entrevista sobre os 15 anos da CPLP, e para assinalar o 5 de maio como “Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP”, num encarte para o *Le Monde Diplomatique*

(edição portuguesa), Simões Pereira foi perguntado sobre se os motores da organização eram Brasil e Portugal. Ao que ele respondeu:

*“Naturalmente, apesar de os nossos Estados-Membros serem iguais em direitos, Brasil e Portugal são, desde o início, os maiores contribuidores líquidos para a cooperação em todos os domínios.”*²³⁰

3. A CRISE ECONÔMICA PORTUGUESA: OPORTUNIDADES NA LÍNGUA COMUM?

Ao analisar o papel da lusofonia para Portugal, o professor Adriano Moreira relatou as vantagens do país pela sua posição geográfica e pelas relações com Brasil e Angola e os demais países de língua portuguesa:

*“O problema económico que há hoje é sempre o que vem à superfície em todos esses [países de] que precisamos, até esse é um problema que tem que ver com a língua porque a língua representa muito para o PIB de cada um dos países. E portanto daí vem uma das razões por que se trata [a CPLP de] uma das nossas janelas de liberdade. O facto de sermos marítimos, todos marítimos, a ciência do mar é extremamente importante não apenas para o aproveitamento dos recursos vivos do mar, mas também para as plataformas continentais. E enfim, do ponto de vista económico, está à disposição da capacidade de saber e de fazer que se multiplica quando as circunstâncias são estas. Do ponto de vista mesmo da segurança mundial, a impressão que eu também tenho é que o problema da segurança foi dominado pelo NATO e pelo Pacto de Varsóvia durante 50 anos. Essa foi a verdadeira ordem mundial, não foi a das Nações Unidas. Neste momento, precisa de uma redefinição, que é a articulação da segurança do Atlântico Norte com o Sul. Digo articulação e não integração, porque nem todos os países soberanos do Atlântico Sul são países que pertencem à Lusofonia.”*²³¹

Esta passagem do pensamento de Adriano Moreira é muito impressionante, dela ressaltando não apenas a afirmação do surgimento paulatino de uma nova ordem mundial, mas também do papel da CPLP, por causa da língua comum, nessa ingente tarefa, de carácter simultaneamente político, cultural e económico, que é a construção da nova ordem mundial. Vai mais longe o ilustre pensador das coisas políticas ao afirmar, ao menos implicitamente, a natureza e missão da CPLP como uma entidade de integração com responsabilidades políticas (assim as saiba compreender e desempenhar) de articulação dos interesses do Norte e do Sul, na nova ordem mundial.

²³⁰ Entrevista de Domingos Simões Pereira ao *Le Monde Diplomatique*, Edição Portuguesa, Número 35.

²³¹ Depoimento de Adriano Moreira, no YouTube, carregado em 15 de julho de 2011 ao sítio do Movimento Internacional Lusófono, MIL. Disponível em <http://www.youtube.com/user/movimentolusofono#p/search/0/1axUDoCW4Vg> (consultado em 30 de outubro de 2011).

Para ser eficaz, a política externa de um Estado não pode estar sujeita a razões conjunturais, por mais duras que sejam.

A formalização do pedido de assistência financeira de Portugal ao Fundo Monetário Internacional, assim como a outras entidades estrangeiras, em 2011, teve um impacto direto na promoção da língua, até então levada a cabo pelo país. Este impacto foi mencionado pelo próprio secretário-executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, em entrevista já citada nesta tese. O impacto sentido no fundo previsto de 30 milhões de euros, a fusão do Instituto Camões com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), oficializada em 2012, a maior dependência de fatores externos fizeram com que Portugal viesse a “diminuir o vapor” de sua locomotiva na divulgação do idioma.

Isto aconteceu ao mesmo tempo em que, curiosamente, no país, não somente no plano cultural, mas também nos planos político e econômico, se anunciava que esta mesma língua em comum poderia ajudar a solucionar a crise financeira em questão.

Multiplicaram-se, na verdade, as iniciativas tendentes a evidenciar o potencial da língua para aliviar ainda os tempos de crise. Muito se falou da possibilidade de alguns dos Estados de língua portuguesa, especialmente Brasil, Angola e Timor-Leste, adquirirem títulos da dívida portuguesa, em condições mais vantajosas.

O então presidente da República do Timor-Leste, José Ramos Horta, anunciou mesmo, em 2011, a disponibilidade timorense para ajudar Portugal. Foi nos mesmos tempos de crise que um político português apelou ao laço linguístico com a China para falar em oportunidades. Referimo-nos ao porta-voz o líder da bancada parlamentar do PSD, Luís Montenegro, durante um encontro com representantes do Fórum de Macau.

Segundo a página do Partido Social Democrata, Luís Montenegro, durante o “Fórum Internacional sobre Portugal e Macau na Lusofonia Global”, afirmou o seguinte:

*“Se tempos de crise são também tempos de oportunidades, segundo o bom entendimento tradicional chinês, vivemos o auspicioso momento dos 500 anos do relacionamento entre Portugal e China. Saibamos, todos, aproveitar ao máximo estas oportunidades.”*²³²

Mas a crise econômica iniciada em 2008 em Portugal, por alastramento da crise internacional, serviu, também, para que a própria CPLP refletisse sobre suas próprias políticas. Foi este o momento em que a CPLP começou a pensar o óbvio: utilizar suas redes para desenvolver um bloco econômico. Uma ideia que a China já havia posto em prática cinco anos antes com o Fórum de Macau.

É de mencionar, no entanto, que, no momento em que se iniciaram em Portugal as políticas de austeridade econômica, a disseminação do português como idioma internacional foi transferida para baixo na lista de prioridades, no que tange ao financiamento de ações específicas por parte de Portugal.

Com as dificuldades da crise da zona euro na União Europeia, o governo de Portugal e alguns setores portugueses começaram a avaliar a possibilidade de fazer da CPLP uma união econômica. Em uma entrevista, em 9 de agosto de 2011, para o jornal de grande audiência da estação de televisão *SIC Notícias*, o “Jornal das 9”, o âncora entrevistou o secretário-executivo da CPLP à altura, Domingos Simões Pereira, para saber como a CPLP poderia ajudar Portugal a sair da crise, ou se a mesma poderia se tornar um bloco econômico, com os emergentes Brasil e Angola. E ali, o apresentador do jornal admitiu, em rede nacional, que o Brasil era a locomotiva do órgão.²³³

A crise na zona euro, ao afetar profundamente Portugal, desencadeou uma outra situação tradicionalmente conhecida dos portugueses: a emigração para outras áreas da lusofonia. A particularidade aqui reside no fato de a emigração ocorrer predominantemente para países de língua portuguesa.

²³² “Luís Montenegro defende uma aposta na Lusofonia”, em 29 de fevereiro de 2012, página do PSD. Disponível em http://www.psd.parlamento.pt/news_v.asp?id=2333&dossier=0 (consultado em 7 de abril de 2012).

²³³ Entrevista de Domingos Simões Pereira ao *Jornal das 9*, em 9 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=WazgjWFMU74&feature=related> (consultado em 10 de dezembro de 2011).

Uma reportagem da rede britânica BBC mencionou uma porta-voz do Observatório da Emigração, Filipa Pinho, dizendo que Portugal estava experimentando a maior onda emigratória desde 1960. Muitos portugueses estavam indo viver, exatamente, nas antigas colônias. De acordo com o mesmo artigo, há cerca de 3 milhões de portugueses vivendo no exterior. Outras estatísticas dão conta de 5 milhões de emigrantes.

Após 2008, a maioria dos jovens que deixou Portugal, por causa da crise, foi para Angola, Moçambique e Brasil.²³⁴

A chegada de novos portugueses a antigos destinos não é mera coincidência. Adaptar-se a um país onde se fala a mesma língua é mais fácil. Além disso, facilita a integração no mercado de trabalho e nos processos de produção do novo país cuja língua é comum. A emigração do início do século XXI, de volta às raízes históricas construídas pelo próprio português, parece começar a se diferenciar de emigrantes dos séculos passados, ao criar uma opção lusófona com base na nova realidade geopolítica dos Estados e até mesmo em possíveis vantagens de se pertencer à CPLP.

Atualmente, os países com os maiores números de imigrantes portugueses, baseado em tendências migratórias do passado, são, com exceção do Brasil, os Estados Unidos, a França, o Canadá, a Venezuela, o Reino Unido e a África do Sul. Dados divulgados pela Organização Internacional para Migrações, em outubro de 2012, evidenciam que, no século XXI, a maior parte dos fluxos migratórios de europeus para a América Latina é constituída por jovens espanhóis e portugueses com alta qualificação acadêmica, sobretudo nas áreas de ciências sociais e engenharia civil.²³⁵

Ao comentar este tema, o ensaísta Miguel Real defende a criação de “um passaporte lusófono” como um imperativo ético e político, e diz que a lusofonia não é “uma alternativa à Europa, mas um novo grande campo internacional de futuro ao abrigo do ideário comum que é o abrigo de pensamento e afetos todos ligados à língua

²³⁴ “Portugal’s jobless graduates flee to Africa and Brazil,” by Lucy Ash, 31 de agosto de 2011, disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-14716410> (consultado em 10 de dezembro de 2011).

²³⁵ . “Study shows changing migration flows between Latin America, Caribbean and EU.” Disponível em <http://www.iom.int/jahia/Jahia/media/press-briefing-notes/pbnEU/cache/offonce/lang/en?entryId=32297> Publicado em 5 de outubro no sítio da Organização Internacional para Migrações (OIM). (consultado em 6 de outubro de 2012).

portuguesa.” Para Real, a lusofonia é também uma “segurança”, no caso do fracasso da Europa.

Eis as suas palavras:

*“(…) Até para nossa precaução, se alguma coisa acontecer com a Europa, que é um continente profundamente decadente, teríamos sempre, seja do ponto de vista econômico ou da seguridade, este universo lusófono. O universo lusófono que não deve repetir o defeito das antigas organizações internacionais, mas que deve provocar um choque nessas organizações apresentando uma estrutura absolutamente nova, onde o passaporte lusófono é imperativo, onde os sistemas de saúde e educação devem ser unificados. Estou absolutamente convencido de que a lusofonia será justamente o futuro de Portugal .”*²³⁶

Vemos na proposição de Real a crença de que, em função da língua comum e dos laços históricos, o “universo lusófono” permanece como uma tábua de salvação para a antiga metrópole. É, também, uma clara demonstração da associação da política com a língua e da própria estratégia portuguesa de manter os laços da lusofonia consolidados. E é assim não somente por causa da afetividade presente na herança comum, mas sim por causa de interesses econômicos e da própria “seguridade”, como aponta o referido autor na citação acima.

Antes mesmo de eclodir a crise econômica de 2008, em um artigo sobre uma estratégia política rentável para Portugal na África, a diplomata residente do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa Manuela Franco afirmou que seu país estaria perdendo tempo ao não ser mais agressivo no envolvimento comercial com os recursos africanos, especialmente o petróleo e o gás natural. No artigo intitulado *Petróleo em Português? Em Prol de uma Política Africana*”, Manuela Franco escreveu:

“Recomenda-se assim que o Governo tome uma posição activa, e use a oportunidade do Petróleo em Português para actualizar a componente africana da sua política externa, estabelecendo uma estratégia e uma prática com as antigas colónias, com a potência marítima, com as potências regionais relevantes, e dentro da UE. Os riscos advêm de Portugal chegar

²³⁶ Miguel Real, em depoimento para o MIL divulgado em 25 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Xo2OLlxuu78> (consultado em 2 de novembro de 2011).

tarde, pouco preparado, e confuso, a um jogo que já está sendo jogado. São bastante minimizados pelas previsíveis consequências de ficar de fora.”²³⁷

Argumentando com base nos bons laços firmados por Portugal com suas ex-colônias africanas e Timor-Leste (menos explicitamente se refere ao Brasil, mas esta nação está em suas cogitações, com outro papel) através de um idioma em comum, mas também da capacidade portuguesa de acesso aos decisores políticos desses países e de sua credibilidade junto deles, Manuela Franco chama o recurso natural das ex-colônias africanas de “petróleo em português”. Na aparente falta de um plano para a exploração da estratégia, propõe:

“O objectivo primeiro seria assegurar o abastecimento directo a Portugal de recursos estratégicos energéticos, petróleo e gás natural, em condições favoráveis. Portugal, não jogando na primeira liga, é desprovido de ânimo predador, tem e mobiliza recursos não despreciandos, sobretudo em termos de acessos e credibilidade. Defenderia o aprofundamento dos interesses portugueses no sector energético em Angola e a constituição, em São Tomé e Príncipe e em Timor, de companhias nacionais em que os interesses portugueses, detendo uma participação adequada, contribuíssem para resguardar as soberanias e favorecessem o respectivo acesso ao mercado global em condições de credibilidade.”²³⁸

E a diplomata reconhece no idioma um novo caminho para uma nova era de exploração das ex-colônias:

“O terceiro objectivo, de natureza mais sucedânea, estaria no concretizar dos primeiros passos de uma arquitectura do mercado em português. A globalização, as comunicações e o funcionamento em banda larga irão elevar a Língua de instrumento a recurso quase estratégico. A Língua que serviu ou serve à construção da identidade nacional a Timor e aos países Africanos, servirá amanhã a projecção de um Brasil mais desenvolvido e confiante. O português, que une oito países em quatro continentes, deve ser trabalhado como instrumento de mercado.”²³⁹

O poder da língua em comum foi ainda evocado como modo de evitar uma recessão mais grave do país. Numa entrevista de rádio concedida em 2011, o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Luís Brites Pereira, declarou, sem reservas, que Portugal estava à procura de novos mercados, em meio a uma das crises mais sérias de sua economia, e que usaria de suas boas relações com as ex-colônias

²³⁷ Manuela Franco, “Petróleo em Português? Em Prol de uma Política Africana”, p. 24, Revista *Nação e Defesa*, 2006. Disponível em <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1105> (consultado em 29 de dezembro de 2011).

²³⁸ *Idem et ibidem*.

²³⁹ Manuela Franco, *art. cit.*, p. 25.

africanas para concretizar o plano. Mas admitiu que poderia haver um espírito de “desconfiança” na empreitada.

*“Nós precisamos de exportar mais, precisamos de encontrar novos mercados, e, seguramente, algumas das oportunidades de negócios que vamos ter vão ser em países de língua portuguesa. Mas essa não é a única preocupação que temos. Em relação aos países em desenvolvimento de língua portuguesa, nós procuramos conjugar as oportunidades de negócio com aquilo que são as necessidades de desenvolvimento. Por isso, o ponto de partida é sempre um diálogo. Sem esse conhecimento não se cria a confiança necessária para poder identificar oportunidades que possam ser partilhadas por ambas as partes, com benefícios também repartidos entre ambas as partes.”*²⁴⁰

Para além de uma maior importância aparentemente dada às relações bilaterais, Brites Pereira destacava a importância do diálogo. Como veremos mais adiante, o diálogo poderá ser a trave-mestra de um novo modelo que possa conjugar, de modo inovador, razões políticas, económicas, sociais e culturais. Como decorre da leitura dos últimos autores referenciados, há modos de ver muito distintos do potencial de utilização do português, como língua comum, nos tempos atuais.

As perspectivas de Miguel Real, Manuela Franco e Luís Brites Pereira são diferentes, embora todas se direcionem para elementos novos do atual processo de globalização.

Já vimos que Brasil e Angola, parceiros da China, por excelência, e alvos dos mais diversificados investimentos europeus, asiáticos e latino-americanos, são países emergentes de língua portuguesa. Na última década, a China, principalmente, tem visto aumentar, a cada ano, seu comércio com os países lusófonos através do Fórum de Macau e, com isso, cresce também a procura pela língua portuguesa na China continental, como se verifica em Macau onde sobe o número de chineses provindos da China continental que aprendem e falam português fluentemente.

Outros fatores mais recentes têm contribuído para uma maior exposição do idioma em meio a crises, mas também para a exploração de novas oportunidades, especialmente na era da tecnologia de informação. Segundo dados de medição de audiência, no microblogue de redes sociais Twitter, o português oscila entre a terceira e a quarta línguas mais usadas pelos participantes do sítio. Já na página do Facebook, o português,

²⁴⁰ Entrevista de Luis Brites Pereira à Rádio ONU em 13 de julho de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/07/mercados-lusofonos-fazem-parte-da-prioridade-de-cooperacao-de-portugal/> (consultado em 8 de outubro de 2011).

conta com mais de 58 milhões de usuários. Era a terceira língua mais usada em 2012, atrás somente do espanhol e do inglês.²⁴¹

Em 2014, a língua portuguesa esteve em grande destaque na mídia por causa da realização do Campeonato do Mundo de Futebol, no Brasil. E em 2016 decorrerão, na nação sul-americana, as Olimpíadas de Verão.

Sem dúvida, com um lastro geográfico tão extenso, o português ganha espaço e rendibilidade à medida que os demais países emergentes que falam o idioma aumentam sua influência política, mercados e oportunidades no resto do mundo. Um bom exemplo foi a realização da Copa do Mundo e a oportunidade que os brasileiros tiveram de colocar sua língua materna na vitrine eletrônica mundial. Eventos deste porte são ainda geradores de oportunidades econômicas para o uso da língua. Mas não é só o Brasil que oferece estas oportunidades.

No próximo número, veremos os casos de Angola e Moçambique. Angola, em particular, após consolidar seu processo de paz, começou a receber o interesse de investidores estrangeiros em seus recursos naturais.

Curiosamente, nessa mesma época, o país africano engajou-se na estratégia de afirmação da língua através de sua presidência rotativa da CPLP e de uma aberta resistência ao AO.

4. ANGOLA E MOÇAMBIQUE: LIDERANÇAS EMERGENTES E A POLÍTICA DE LÍNGUA

Quanto mais se fala um idioma em espaços internacionais, mais prestígio, força e influência este mesmo idioma adquire. Como já mencionamos, ao conceder uma entrevista para esta pesquisa o delegado-geral para a Língua Francesa do Ministério da

²⁴¹ “Portuguese And Arabic Have Experienced The Biggest Growth”. Segundo o relatório do site social bakers que mediu a audiência do Facebook por países, o Brasil gera o maior número de usuários no idioma materno; já o relatório da empresa Semiocast, baseada em Paris, coloca o português como o terceiro mais utilizado do Twitter, graças também ao tráfego de brasileiros no microblogue. (Informações disponíveis em <http://semiocast.com/> e em <http://www.socialbakers.com/blog/1064-top-10-fastest-growing-facebook-languages>).

Cultura Francês, Xavier North, lembrou que todo o investimento da França em seu idioma materno tinha como objetivo a obtenção de “influência”.

Com o português não é diferente, ainda que este processo esteja ocorrendo um pouco mais tarde quando comparado ao de outros países. Ao aumentar a influência do português no mundo, as nações lusófonas veem crescer também sua própria influência e ganham força em suas relações com outros países, mas também nas relações entre si. À medida que o português se fortalece na África, por exemplo, quer queiramos ou não, solidifica-se tanto o poder político de Portugal como o do Brasil e dos demais países lusófonos. Quando esses países crescem no cenário geopolítico, aumenta também o interesse pela língua portuguesa. Trata-se de um mecanismo que funciona em círculo.

Nos últimos anos, porém, um terceiro país, até agora pouco referenciado nesta matéria, tem demonstrado uma participação mais ativa no processo de gerenciamento da política de língua: referimo-nos a Angola. Em sua entrevista para este tese, o professor Carlos Alberto Faraco lembrou a oferta do governo de Luanda para ajudar a Guiné-Equatorial a implementar o ensino do português nas escolas guineenses, como uma das condições para este país ingressar na CPLP, o que entretanto veio a acontecer:

“(...) O novo embaixador da Guiné-Equatorial em Angola fez um discurso pedindo a Angola apoio para a implementação do ensino do português na Guiné-Equatorial. É uma noticiazinha bem banal de pé de página de jornal, mas que indica tudo. Quer dizer, Angola faz um movimento diplomático, para que, de repente, a Guiné não dissesse: “Nós vamos pedir apoio ao Brasil e a Portugal para o ensino do português. Não. Vamos pedir a Angola”. E com isso, Angola agrega valor ao seu cacife político na CPLP, na gestão da língua.” (ANEXO CARLOS ALBERTO FARACO).

Também em entrevista para esta tese, o escritor moçambicano Mia Couto apoiou, do seguinte modo, a co-gestão da política da língua portuguesa pelas ex-colônias:

“Acredito que outros conceitos de lusofonia se ergueram, entretanto, e que colidem com essa pretensão de manutenção de domínio quando as outras formas de domínio já não existem. Há dificuldades concretas para quem tenha um propósito de se privilegiar como centro numa família como a nossa. Primeiro, esse lugar será naturalmente disputado. O Brasil, Portugal e Angola têm razões para se apresentarem como “cabeça” desse corpo. E os outros países também. Por outro lado, existem diferentes espaços geográficos que determinam geoestratégias tão diversas que é muito complicado que todos sejam guiados por uma mesma agenda.” (ANEXO MIA COUTO).

Das palavras de Mia Couto decorre que não basta apenas promover o português, mas que é preciso ampliar o conhecimento mútuo dos cidadãos dos países de língua portuguesa através do estabelecimento de relações multilaterais eficientes das nações que falam o idioma. Só assim se poderá prosseguir uma multiplicidade de agendas que respeitem a todos. Numa linha convergente com esta posição de Mia Couto, o escritor angolano Pepetela, durante uma entrevista à *BBC Brasil*, reclamou do que ele chamou de falta de reciprocidade nas relações culturais entre Angola e Brasil, que, ao contrário das relações económicas entre as referidas nações, estavam atrasadas.

“(...) Os angolanos olham para o Brasil, mas os brasileiros de um modo geral não olham para Angola. Desconhecem, não sabem que existe, isso é muito desigual. Os angolanos, em seu imaginário, têm o Brasil como uma das referências principais, ao passo que os brasileiros não têm Angola sequer como uma referência. (...) Há uma relação que também é desigual, da televisão. Nós lá vemos a Record, a Globo, e agora a Bandeirantes também. As telenovelas passam constantemente. Aqui (no Brasil), evidentemente, não se vê televisão angolana.”²⁴²

Para alguns historiadores, a língua portuguesa começou a crescer no continente africano, paradoxalmente, após a independência das antigas colónias ao assumir um carácter “unificador” e “neutro” que superava a difícil situação de se estabelecer uma hierarquia entre as muitas línguas locais ou nacionais de Angola e Moçambique, principalmente.

No seu livro *Lusofonia em África*, Luena Nascimento Nunes Pereira defende a tese de que uma das razões para que o português tenha crescido e se consolidado em Angola após a independência (mesmo sendo a “língua do colonizador”) foi exatamente a urbanização, ou seja, o êxodo de angolanos para a capital Luanda e o episódio dos “regressados” ao país, referindo-se aos angolanos que haviam fugido para o vizinho Zaire, hoje República Democrática do Congo, tentando escapar da violência da guerra civil angolana.

²⁴² “Angolanos olham para o Brasil, mas brasileiros não olham para Angola”, diz escritor. Entrevista de Pepetela à Júlia Dias Carneiro, *BBC Brasil*, 9 de setembro de 2011. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/09/110908_angola_entrevista_jc.shtml (consultado em 25 de dezembro de 2011).

Falávamos há pouco da importância do diálogo como elemento principal de um novo modelo de desenvolvimento político e social em torno da língua comum, e este é um bom exemplo de como o português, apesar da tortuosidade dos processos, pode unir povos inteiros.

Ao retornarem, essas pessoas usavam o lingala (língua de origem congoleza, falada em Kinshasa) para comunicarem entre si, especialmente na capital Luanda. Muitos angolanos consideravam a língua como “inferior” ao português. E na verdade quem falava português obtia cargos públicos e mais facilidades, talvez um reflexo da política de assimilação imposta pelos colonizadores que retribuía a seus adeptos com “condições melhores de vida” pelo fato de praticarem os costumes portugueses.

Ao estudar a situação dos discursos linguísticos em igrejas cristãs de um bairro da periferia de Luanda (Bairro do Palanca), Nunes Pereira observa como as línguas locais e o português convivem entre si e como elas são hierarquizadas nos serviços religiosos.²⁴³

Apesar do reconhecimento de que existe uma pacífica convivência linguística nesses espaços, a autora do livro interpreta a “lusofonia” como um “objeto de apropriação ideológica” de determinadas elites dos países que falam o português em detrimento de outros segmentos identitários que não têm o português como língua materna.

Nunes Pereira explica ainda que o ensino da língua portuguesa era parte do “pacote” recebido pelos assimilados. Entre os benefícios estavam a “civilização” e até mesmo a “liberação do trabalho forçado”. (NUNES PEREIRA: 2005). Para a referida autora, “a perda do espaço” das línguas locais em Angola e o crescimento do português se dá, sobretudo, através dos processos migratórios para a capital angolana, onde a maioria dos moradores fala kimbundo. Mas também reconhece um objetivo de pacificação:

“A adoção da língua do antigo colonizador como língua oficial foi um processo comum à grande maioria dos países africanos. Entre as principais razões para tal, temos o fato das independências nestes países terem sido levadas a cabo por elites modernas, ou seja educadas

²⁴³ Luena Nascimento Nunes Pereira. “Diversidade Linguística e Identidade Nacional: Investigando afirmações alternativas de nacionalidade em Angola em cultos religiosos.” p. 121. em *Lusofonia em África*, Codesria, Dakar, 2005.

à ocidental; a herança de uma estrutura administrativa do período colonial organizada em língua europeia e a tentativa de evitar a hegemonia de um grupo étnico sobre outros em torno da disputa sobre uma língua” (NUNES PEREIRA: 124).

Já em Moçambique, o destino do português foi selado quando a FRELIMO fez desta língua seu meio de comunicação por excelência na luta da libertação, como nos conta Gregório Firmino num texto escrito em 2008 e que é uma clara demonstração do gerenciamento da língua pela FRELIMO e uma afirmação de sua identidade política:

“(...) Esta decisão politicamente estratégica, que lembra o mito de Caliban, assinalou a primeira apropriação do Português e a consequente expurgação das suas conotações coloniais²⁴⁴. O Português, que era visto pelos moçambicanos como língua colonial, estava agora a servir propósitos claramente anti-coloniais.”²⁴⁴

Desta maneira, os novos dirigentes africanos promoveram a primeira decisão sobre gerenciamento e política de língua em favor da língua portuguesa, ou seja, do idioma levado a seus países pelo colonizador e que podia ser usado para a compreensão geral em territórios onde línguas locais abundavam e, por conseguinte, impediam a comunicação de uma região com a outra. A língua portuguesa do colonizador era também a língua falada pelos anticolonizadores. Uma decisão política pragmática que acabou fazendo do idioma português a língua oficial de cinco novos países.

Décadas mais tarde, com o crescimento econômico da África, o continente tornou-se mais atraente para países e administrações que antes não o tinham como altas prioridades em sua lista de política externa. Um desses exemplos é o Brasil.

A primeira grande viagem do presidente Lula, do Brasil, a África, em outubro de 2003, 10 meses após ter assumido o governo, foi feita com 10 ministros e cerca de 200 empresários, contando ainda com a presença de dezenas de parlamentares. Era, até então, a maior missão internacional a integrar uma viagem presidencial. Dos cinco países visitados neste primeiro périplo, três eram lusófonos: São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Na ocasião, o estadista também visitou a Namíbia e a África do

²⁴⁴ Gregório Firmino em “Processo de Transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique.” Universidade Eduardo Mondlane, Maputo 25 de março de 2008. Disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=83&Itemid=69 (consultado em 27 de dezembro de 2011).

Sul. Na época, o chanceler brasileiro definiu a viagem como a “redescoberta da África e um reencontro do Brasil com suas raízes”.²⁴⁵

Curiosamente, a busca brasileira “pelas suas raízes” africanas intensificou-se, exatamente, quando o continente começava a oferecer mais oportunidades de negócios.

Faz-se necessário referir, no entanto, que a cooperação Brasil-Angola, especificamente, é anterior à “redescoberta” anunciada por Celso Amorim. As empresas brasileiras, nomeadamente construtoras, mineradoras e a estatal petroleira (Odebrecht, Camargo Corrêa, Petrobras) atuam em Angola há várias décadas. E o Brasil, como já vimos, foi o primeiro país a reconhecer a independência angolana.

Há pois laços fortes de cooperação e negócios do Brasil com Angola, que é, ao lado da África do Sul, um dos países mais lucrativos para investidores estrangeiros na África.

Já a parceria brasileira com Moçambique, por sua vez, serve dois objetivos: o primeiro são os dividendos gerados pelo comércio direto Brasil-Moçambique, e o segundo é o papel de ponte que Moçambique oferece para o comércio Brasil-África do Sul.

E foram, exatamente, essas razões políticas e econômicas também vindas da África que fizeram com que a CPLP fosse crescendo em importância, na opinião do diplomata brasileiro João Alberto Dourado Quintaes, responsável pelos assuntos da CPLP na Missão do Brasil junto à ONU, em Nova Iorque. No gentil depoimento que deu à autora desta tese, o especialista em assuntos da CPLP diz que o renascimento econômico da África mudou a maneira como os países de língua portuguesa se relacionam, e, por conseguinte, mudou o papel da língua dentro da organização. Eis suas palavras:

“Os africanos tiveram muita contribuição nisso. A África, também para surpresa mundial, não só do Brasil, nesta última década, emergiu como continente. Com voz ativa, todos estamos vendo que a África não é aquele bloco monocórdico. Há países progressistas, há países que estão conseguindo desenvolver suas democracias, com a participação ativa da sociedade civil. A Guiné-Bissau é um caso que aglutinou a CPLP em torno dela. É um país que foi convulsionado por uma guerra civil e que até hoje não foi curado. A CPLP surpreendeu o Brasil por quê? Porque os africanos passaram a ter uma voz muito ativa. A África passou a ter uma voz muito ativa nos últimos 10 anos. Os bens econômicos produzidos por esses países passaram a alcançar um valor muito mais alto na escala. Veja

o caso de Angola. Angola se

²⁴⁵ Celso Amorim em entrevista à Radiobras, *Agência Brasil*, em 1 de outubro de 2003.

tornou uma potência realmente. Teve um ano que cresceu 20 por cento. Parece que foi o maior crescimento do mundo, uns dois anos atrás. E Angola tem tudo. Tem petróleo de alta qualidade, tem terras boas agricultáveis. Tem brasileiro já produzindo soja em Angola. As grandes empresas brasileiras de construção já estão todas lá, tem um centenar de projetos. Então os africanos estão ganhando uma preponderância impressionante.

Todos os continentes estão reconhecendo isso e ampliando suas relações comerciais, econômicas e políticas com os principais países africanos. E no âmbito da nossa CPLP, Angola despontou como um país de potencial incrível, econômico e político, de articulação. Um país de 10, 12 milhões de habitantes, tem grandes chances de se tornar um dos cinco primeiros da África, e um país importante de escala mundial. Moçambique também se recuperou muito bem da guerra civil, de uma forma mais rápida e duradoura, mais sólida e consolidada do que Angola” (ANEXO DOURADO QUINTAES).

Como afirmou Mia Couto, a gestão da língua no contexto da CPLP não ocorrerá, na prática, somente por mãos de um país, mas outros a irão disputar destacando sua devida importância e peso geopolíticos. A premissa foi confirmada, ainda que nas entrelinhas, pelo novo secretário-executivo da CPLP, o moçambicano Murade Murargy, eleito em 2012. Nesta entrevista, ele contou que o “português da África” era a ponte entre as variantes brasileira e portuguesa, e lembrou que a África começou a falar o idioma dois anos antes do Brasil:

“Eu acho que nós temos, nós os moçambicanos, talvez os africanos da língua portuguesa, nós somos o ponto de convergência dessas versões da língua portuguesa. Nós enriquecemos a língua portuguesa, portanto, os angolanos, os moçambicanos, os cabo-verdianos com seu crioulo, nós somos o ponto de convergência do português original, se podemos chamar assim. Por isso quando, no Brasil, muitas vezes ainda há um déficit de conhecimento dos nossos países, sobretudo no Brasil, há um déficit de conhecimento. Nós, os moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos sabemos muito mais do Brasil do que o Brasil de nós.(...) Nós começamos a falar primeiro o português. (...) Nós começamos a falar português em 1498 e você (o Brasil) em 1500.”²⁴⁶

Ao considerarmos as palavras do líder da CPLP, percebemos que a África lusófona não assistirá ao gerenciamento da língua portuguesa sem intervenções. Um espaço que Angola começa a ocupar, mas que Moçambique – ao ratificar o Acordo Ortográfico antes de Angola – também demonstra querer conquistar para promover a convergência com as demais nações do bloco linguístico e, assim, defender seus interesses. Esses

²⁴⁶ Murade Murargy em entrevista à Rádio ONU, em 5 de outubro de 2012. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2012/10/exclusiva-murade-muragy/> Declaração feita aproximadamente no minuto 11 da entrevista. (consultado em 7 de outubro de 2012).

interesses podem, por essa via, ser positivos na promoção da língua portuguesa no seio do próprio bloco.

Mas voltando ao aspecto comercial, vale frisar que as relações de poder em Angola decorrem em larga medida do fato de ter abundantes recursos naturais. Já em pleno século XXI, foram descobertos em São Tomé e Príncipe, o país com a menor população de língua portuguesa, poços de petróleo. O feito levou ao aumento do interesse e do volume de negócios, que já existiam, entre Angola e São Tomé, através da Sonangol, a petrolífera angolana.

E apesar de a própria CPLP reconhecer o Brasil e Portugal como os dois pilares da organização, é Angola que demonstra um peso emergente que, em tese, poderia se assemelhar ao de “um Brasil na África lusófona”.

Consciente de seu novo papel, e aspirando a ser uma potência regional, Angola não deixará, previsivelmente, a promoção de seu mais importante ativo cultural sob a exclusiva responsabilidade de terceiros. Este desejo de Angola de obter mais relevância como ator político foi notado, curiosamente, logo nos primórdios da CPLP.

Adriano de Freixo lembra, em sua tese de doutorado, que o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, havia manifestado uma certa insatisfação com a forma como a CPLP havia sido originada. Dos Santos deixou transparecer sua crítica, de forma clara, no discurso que proferiu por ocasião de inauguração do bloco, em julho de 1996. Vejamos:

“Apesar de não ter havido oportunidade de se realizar uma mais ampla auscultação do sentir e querer de todos os angolanos e, apesar de algumas vozes críticas ou mesmo discordantes se terem feito ouvir em diversas ocasiões, é com plena consciência da dimensão e alcance da Comunidade de Países de Língua Portuguesa que a República de Angola assume sem reservas

*o compromisso de a integrar e fazer viver.”*²⁴⁷

Esta mesma Angola, 18 anos após a criação da CPLP, apresenta-se como a “mediadora voluntária” da implantação do português na Guiné-Equatorial, introduz, de forma

²⁴⁷ José Eduardo dos Santos, em discurso de fundação da CPLP, em 17 de julho de 1996. Disponível em www.cplp.org, citado em de Freixo, 2007, p. 184.

sistemática, a realização nas Nações Unidas de reuniões mensais de articulação política durante a presidência da CPLP, envia forças para a Guiné-Bissau, para ajudar no processo de paz do país, e, em face da sua emergência na África como potência econômica, começa a se posicionar para ser um ator/interlocutor mais forte dentro da CPLP.

É justamente o papel de Angola no gerenciamento da difusão do português que o governo de Luanda tem tentado afirmar com ênfase, especialmente dentro do espaço da CPLP. A impressão é confirmada não só por editoriais recentes da imprensa estatal angolana, como já vimos aqui, mas também por linguistas e observadores da política de língua aplicada, como é o caso de um consultor da CPLP entrevistado para esta tese. Trata-se de um participante da reunião que deu origem ao Plano de Ação de Brasília, em 2010, que contou à autora desta tese que:

*“Angola estava representada (no encontro) de forma pró-ativa, deixando claro que qualquer política da língua não pode ser feita sem ela, por ser o país com o maior número de falantes de português na África e, portanto, digno de ser ouvido.”*²⁴⁸

Para o professor da Unicamp Shiguenoli Miyamoto, a aparente preocupação de Angola na busca de espaço de poder dentro do universo lusófono não corresponde à atenção que o Brasil confere à CPLP como um todo. A facilidade da língua portuguesa é considerada um ativo para o Brasil, mas o interesse do país na CPLP não é maior do que aquele que nutre por outras nações africanas, como a Nigéria e a África do Sul.

*“Por outro lado, na África como um todo, não seria equivocado acreditar que o Brasil se preocupa com o continente além-Atlântico, não por causa dos Palop e da CPLP, mas por interesses dirigidos aos países que representam fontes consideráveis de recursos, e grandes mercados como Angola, Nigéria e África do Sul, entre os mais importantes.”*²⁴⁹

O caso analisado no próximo número poderá ajudar-nos a desvendar o que realmente motiva os países a aprofundarem suas relações, quando há razões que, inevitavelmente,

²⁴⁸ Entrevistado mantido sob anonimato, a seu pedido.

²⁴⁹ “O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)”, Shiguenoli Miyamoto, em 2009. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rev. bras. polít. int. vol.52 no.2 Brasília July/Dec. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292009000200002&script=sci_arttext (consultado em 31 de dezembro de 2011).

os atraem. Desse modo, procuramos prestar atenção ao mais óbvio, porque a essência da política é fazer o óbvio.

5. PORTUGUÊS EM MACAU: O NEGÓCIO DA CHINA

Neste tópico, vamos observar a forma como a língua portuguesa tem sido valorizada e usada por um país não-lusófono na obtenção de dividendos. Estamos falando da China, que age ativamente através de Macau, território sob administração portuguesa até 1999 e, atualmente, parte integrante da China, com o estatuto de Região Administrativa Especial. Interessante notar a criatividade econômico-cultural da China, que descobriu em sua região administrativa especial de Macau a razão perfeita para entrar no mercado da CPLP e na União Europeia da maneira mais eficiente e rentável possível, ao mesmo tempo que, de fato, jamais precisou de bater na porta da organização para fazê-lo.

Consciente das oportunidades de comércio com os países emergentes da lusofonia, a China consolidou, em 2003, uma parceria com as nações da CPLP. A empreitada ficou conhecida como Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, ou, numa forma mais sucinta, o “Fórum de Macau.”

Através do ensino do português e das culturas lusófonas (frisamos, das culturas lusófonas), a China tem encontrado uma porta aberta para fazer negócios com os países africanos de língua portuguesa e com o próprio Brasil, além do Timor-Leste. O antigo território português é apresentado, nesta equação, à semelhança do que muitas vezes se diz do mar no âmbito do espaço lusófono, como uma “plataforma” para as relações comerciais com os países que falam a língua portuguesa e a União Europeia (através de Portugal, neste caso).

Três anos antes de lançar o Fórum de Macau, a China havia criado, em 2000, o Fórum de Cooperação China-África, que reúne mais de 40 países.

Baseada na premissa da cooperação, que é também um objetivo da CPLP, a decisão chinesa de fundar um fórum específico para os países de língua portuguesa demonstra a

importância estratégica deste idioma para a China, nas relações econômicas com países conhecidos por seus vastos recursos naturais, incluindo o petróleo.

Com efeito, a maioria dos países do bloco lusófono tem importantes reservas petrolíferas. Em 2012, o segundo maior fornecedor de petróleo para a China foi justamente Angola. Se repararmos bem, iremos constatar que o Fórum de Macau é uma espécie de CPLP jurídico-comercial em seu mais alto nível de atuação e eficiência macroeconômica.

Hoje, é a CPLP quem se interessa por “absorver” economicamente Macau ou, se preferirmos, por “integrar” ao bloco, Macau, uma região administrativa que, não obstante, tem o português como uma de suas línguas oficiais. A Região Administrativa Especial de Macau nem sequer procura o bloco, pois é bem-sucedida na maneira como está atuando. Vejamos os números.

Somente em 2011, houve mais de 117 bilhões de dólares movimentados nas relações comerciais entre Macau e os países da CPLP, à exceção de São Tomé e Príncipe, que prefere cooperar com Taiwan. Basicamente, o Fórum de Macau, criado sete anos após a CPLP, já estabeleceu uma lucrativa ponte de “cooperação e desenvolvimento” no espaço lusófono usando a matéria-prima da CPLP, ou seja, a língua portuguesa, como ponto de partida. Autodefinindo-se como “plataforma”, o Fórum baseia-se na história em comum e na língua portuguesa como fatores de ligação de Macau à “família lusófona”, da qual também faz parte.

Precisou a China, no entanto, de se dar conta disso para afirmar que houve uma “autodescoberta” de Macau pelos países lusófonos, que, assim, se tornaram mais conscientes de seu próprio potencial. A crise na União Europeia e, especialmente, em Portugal, levou os portugueses a acordarem em sua própria casa.

Para o sociólogo Michael Lynch, da Deakin University, a razão pela qual a língua portuguesa cresce em Macau está baseada, principalmente, no interesse da China de manter “boas relações” com todos os países da CPLP. Em um artigo publicado pela Associação Timor-Leste/Austrália (AETA, na sigla em inglês), Lynch expõe, sem rodeios, o que acredita ser a estratégia chinesa no tocante às relações com os países de língua portuguesa (o grifo é da autora):

*“Portuguese language is therefore considered a strategic investment in promoting good relations with CPLP, allowing China to develop its influence in several key regions at once: South America, Africa and Asia. Chinese cooperation also comes with fewer conditions than MF assistance, most notably, a policy of non-interference with the regimes in question. There is big money at stake, and a long-term strategy. China is using the former Portuguese outpost of Macau as a base for this new relationship with the CPLP. Macau recently hosted the Lusofonia games, and is training thousands of students in the niche market of Portuguese.”*²⁵⁰

A utilização da língua portuguesa para promover uma irmandade chamada CPLP aparenta funcionar naturalmente, mas com a China a ideia precisa de ser enfatizada, como o foi pelo próprio premiê chinês, Wen Jiabao, no discurso que proferiu durante a Terceira Conferência Ministerial do Fórum de Macau.

É aliás o político chinês quem utiliza uma alegoria familiar: a história sugestiva de um “irmão” que irá resolver o problema dos outros. Vejamos:

*“Os oito irmãos do Fórum estão em fases diferentes de desenvolvimento. É nossa responsabilidade comum ajudar os países lusófonos a atingir um patamar maior de desenvolvimento e a erradicar a pobreza.”*²⁵¹

Se a China, considerada uma das maiores economias do mundo, além de ser o maior parceiro comercial do Brasil e um rival dos Estados Unidos nos mercados mundiais, consegue encontrar uma mais-valia na língua portuguesa para executar, mais facilmente, seus negócios com os países lusófonos, especialmente os africanos, o que estaria faltando aos nativos de língua portuguesa para perceberem a importância que lhes é reconhecida?

²⁵⁰ “Talking Portuguese – China and East-Timor”. Michael Lynch. Artigo republicado pela AETA, Australia-East-Timor Association. Disponível em http://www.mmiets.org.au/news/documents/Leach_Talking_Portuguese.pdf (consultado em 30 de outubro de 2011).

²⁵¹ Alocução de Wen Jiabao na Terceira Conferência Ministerial do Fórum de Macau em novembro de 2010. Citado no artigo “A nova era do Fórum de Macau”, publicado na *Revista Macau*. Disponível em <http://www.revistamacau.com/index.php/lusofonia/3315.html> (consultado em 7 de abril de 2012).

Em dezembro de 2011, representantes dos países lusófonos se reuniram num evento organizado pelo Instituto Internacional de Macau. O território, onde o português é falado principalmente pelos funcionários públicos, abriga o já referido IPOR.

Segundo dados da instituição disponibilizados na internet, em 2011/2012, havia 1940 alunos contra 328 existentes 10 anos antes. Ainda em 2012, o IPOR concentrava um orçamento de 1,1 milhão de euros, cerca de 20 por cento mais do que o que recebera no ano anterior. Os dois maiores contribuintes do IPOR eram, então, o Instituto Camões e a Fundação Oriente, a qual entretanto anunciou a realização de “cortes”, como consequência da crise que atingiu Portugal.

Em uma gentil entrevista à autora desta tese, o diretor do IPOR, Rui Rocha, informou que a imensa maioria dos alunos era de etnia chinesa. Ao ser-lhe feita uma pergunta difícil, vejamos o que respondeu Rui Rocha:

***Mônica Villela Grayley:** O IPOR faz diferença entre português de Portugal e do Brasil? Teriam ou aceitariam professores brasileiros?*

***Rui Rocha:** Não aceitaria porque a norma que o IPOR ensina é a norma portuguesa continental. O IPOR é uma instituição portuguesa de Macau, cujo associado maioritário é o Instituto Camões/Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo de Portugal. Para além disso, historicamente a construção cultural e política de Macau é luso-chinesa. (ANEXO RUI ROCHA).*

Em toda a China, dados oficiais revelam que mais de 20 universidades do país estão oferecendo o português como língua estrangeira. É uma medida apoiada por países lusófonos como Portugal e Brasil.

Em contrapartida, o governo chinês incentiva o ensino de seu próprio idioma nos países lusófonos. Durante uma reunião do Fórum de Macau, a embaixadora brasileira Maria Edileuza Fontenele Reis, subsecretária-geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, definiu a importância da língua portuguesa no comércio entre a China e as nações lusófonas, assim como o conceito brasileiro de lusofonia:

“A Língua Portuguesa forneceu a base cultural para a criação do Fórum de Macau. Ela é o principal instrumento de integração entre nossos países e, como tal, deve receber especial atenção. O Brasil defende o uso da lusofonia como instrumento essencial para o

aprofundamento da cooperação entre os países do Fórum de Macau. A criação de mecanismos específicos para a promoção do ensino da Língua Portuguesa é um exemplo de como as Novas Áreas de Cooperação podem contribuir diretamente para a integração e o desenvolvimento harmonioso.

Uma das principais propostas do Governo brasileiro na III Conferência Ministerial foi a de estimular universidades e institutos superiores a fomentarem o ensino da Língua Portuguesa, fortalecendo esta rede que abrange quatro continentes e mais de 240 milhões de pessoas. Essa vertente da cooperação também contempla a difusão do ensino do mandarim nos PLPs, de acordo com seus respectivos interesses. Mais do que a integração entre países, isso significa consolidar a integração entre os povos.”²⁵²

A promessa de levar o mandarim, como parte de seu pacote comercial aos países lusófonos, foi cumprida pela China. Em 2012, o país asiático conseguiu implantar o ensino do chinês em escolas públicas do município Rio de Janeiro.

Segundo uma reportagem do semanário brasileiro *O Globo*, graças a uma parceria do Instituto Confúcio com a cidade do Rio de Janeiro, mais de 100 alunos iriam integrar o projeto como um sinal de “maior aproximação comercial do Brasil com a China”.²⁵³

Como podemos ver, a estratégia chinesa compreende que a obtenção de influência e poder político, além de consolidação do poder econômico, não devem estar dissociados da promoção da língua. Com o aumento do número de falantes do chinês como segunda língua, quem sai ganhando é a própria China.

Em 2010, longe de terem ficado isolados da lusofonia macaense, os outros países da CPLP, como um todo, afirmaram, através do secretário-executivo do bloco, Domingos Simões Pereira, que a entrada de Macau – i.é, da China – no grupo, como “membro associado”, “era garantida”, quando a República Popular da China quisesse que tal acontecesse.

Simões Pereira referiu ainda que a própria CPLP já tinha “enviado vários convites ao governo de Pequim para que Macau pudesse encontrar o processo de construção lusófona”, embora ainda não houvesse uma decisão chinesa.

²⁵² Alocução de Maria Edileuza Fontenele Reis durante seminário organizado pelo Instituto Internacional de Macau, IIM, em 2 de novembro de 2011. Disponível em <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/noticias/brasil-macau-lusofonia-e-cooperacao> (consultado em 7 de abril de 2012).

²⁵³ “Estudantes de três escolas do Rio vão aprender mandarim.” Os estabelecimentos em questão são, segundo a reportagem: Escola Municipal Rivadávia Correa, Orsina da Fonseca e Bolívar. *O Globo*, 12 de março de 2012. Disponível em <http://oglobo.globo.com/educacao/estudantes-de-tres-escolas-do-rio-va-aprender-mandarim-4288887> (consultado em 7 de abril de 2012).

Vejamos o que Domingos Simões Pereira, sobre a mesma matéria, disse nesta entrevista à Teledifusão de Macau, durante o XX Encontro da Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP) que decorreu na Região Administrativa Especial de Macau:

*“O que devo dizer é que esta abertura para uma eventual acomodação da entrada de Macau é algo que é partilhado por todos os Estados-membros da CPLP. Nós entendemos que, se achamos que o ponto de partida é a língua, é a cultura, é aquilo que nós temos de comum, por direitos conquistados, há um espaço reservado.”*²⁵⁴

Na mesma matéria, Simões Pereira afirmou que a concretização deste passo, no entanto, levaria tempo, e expôs as razões:

*“Compreendemos que é preciso dar tempo. É preciso que essas ideias sejam amadurecidas. E que as autoridades competentes encontrem o melhor enquadramento político e social que entendam seja necessário para a questão. Sendo certo que, em todas as manifestações de carácter cultural, social, cívico, nós temos apreciado a vontade com que as autoridades chinesas têm afirmado a presença de Macau, e, por via de Macau da própria China [na CPLP].”*²⁵⁵

Os encontros anuais do Fórum de Macau foram acompanhados de perto, nos últimos anos, pelo mais alto escalão da liderança política da China: tanto o presidente da República, Hu Jintao, como o primeiro-ministro, Wen Jiabao, sinalizaram, com sua presença e palavras, a importância estratégica da operação económica ligando a China, através de Macau, aos países lusófonos, viabilizada por laços “culturais e linguísticos”.

Muitos analistas consideram a lusofonia como uma ponte ideal para os interesses comerciais da China na África. O argumentário é muito semelhante ao utilizado por José del Valle na sua tese, já aqui apresentado, de que a hispanofonia está ao serviço das empresas espanholas instaladas na América Latina.

Mas quererá ou poderá Portugal fazer hoje o que Espanha fez nos idos do século XVIII, com a criação da Real Academia Espanhola (1703), e, depois, já no século XX, com a promoção estratégica da língua espanhola financiada pelas multinacionais do país?

A Academia de Ciências de Lisboa foi fundada em 1779 e mantém um assinalável trabalho...

²⁵⁴ Entrevista de Simões Pereira à *Teledifusão de Macau* em 13 de setembro de 2010. Disponível em <http://videos.sapo.pt/tySzyT9jzVEb0juqmZEc> (consultado em 6 de novembro de 2011).

²⁵⁵ *Idem et ibidem.*

Mas vejamos o que diz o Prof. Del Valle, diligente pesquisador deste tema:

“Ao largo dos anos 90, começam as privatizações de muitas empresas estatais na América Latina. E aí começa a ser executado este processo, que é complexo, e no qual intervêm tanto o governo espanhol, defendendo os interesses de suas empresas, as empresas espanholas, que ambicionam se expandir pela América Latina, e a classe política autóctone da América Latina, que: A: privatiza as empresas; e B: deixa entrar as companhias espanholas e, logo, certos setores de âmbito intelectual e cultural. Então, eu vejo as políticas da RAE [Real Academia Espanhola], como elas se concretizam nos anos 90 e até a atualidade, como políticas que se inscrevem neste contexto, como políticas que servem para oferecer-lhe cobertura cultural e ideológica a este projeto de penetração da Espanha na América Latina. A ideia seria que a presença da Espanha na América Latina não seja percebida como uma presença estrangeira, mas sim como a presença “dos nossos irmãos espanhóis”, o mandato que se constrói a partir da língua em comum. Creio que é uma construção ideológica.” (ANEXO JOSÉ DEL VALLE).

Claro que podemos concluir que todo o comércio propiciado pelo Fórum de Macau é diferente do existente entre Espanha e a América de língua espanhola. Mas se o elemento privilegiado é o econômico, temos de admitir que há muitas semelhanças. Não só envolve o todo que é a CPLP, como enfrenta perplexidades – como as decorrentes das palavras de Rui Rocha – que urge compreender e integrar. E os Estados da CPLP têm consciência desse fato.

Voltemos pois às relações propiciadas pelas relações da CPLP com a Região Administrativa Especial de Macau.

Pouco mais de cinco anos após o lançamento do Fórum de Macau, Angola tornou-se a maior fonte de petróleo para a China na África. Segundo o jornal *China Daily*, citado pela agência estatal de notícias angolana, *Angola Press*, 40 por cento das exportações de

petróleo angolano eram enviados à China, fazendo do país lusófono o maior parceiro comercial de Pequim. Na mesma reportagem, o embaixador angolano em Pequim informava que a parceria de Angola com a China deveria se estender “à exploração de diamantes e ao setor agrícola.”²⁵⁶

Mesmo que as relações diplomáticas entre China e Angola fossem anteriores, o que é um fato, à formação do Fórum de Macau, foi somente depois deste passo que as relações comerciais entre os dois países floresceram a níveis significativamente lucrativos. De olho na importância do português, já comprovada como ponte para o comércio com os países lusófonos, a China também está investindo em plataformas acadêmicas dedicadas ao idioma e às relações políticas com nações lusófonas. Em janeiro de 2012, noticiou o diário português *Público* que a Universidade de Economia e Negócios de Pequim havia anunciado a criação do Centro de Estudos dos Países de Língua Portuguesa (CEPLP), para “promover a amizade, cooperação e intercâmbio entre a China e os países lusófonos (...) aproveitando Macau como plataforma.”

Curioso notar o acrônimo, que é muito semelhante ao da CPLP. No mesmo texto do *Público*, o embaixador português na China, José Tadeu Soares, dizia que o CEPLP iria dar uma “ênfase acadêmica” ao trabalho do Fórum de Macau.²⁵⁷

Nos trabalhos comemorativos do 7º. aniversário do Fórum de Macau, em 2010, o presidente chinês, Wen Jiabao, anunciou durante o evento uma “série de medidas para incrementar a parceria”, que incluía um fundo de um bilhão de dólares para “desenvolvimento e cooperação.” O plano trienal, marcado para durar até 2013, previu principalmente “investimentos de portes pequeno e médio.”

O Fórum de Macau é patrocinado pelo Ministério do Comércio da China, mas o anfitrião e principal promotor é o Governo da Região Administrativa Especial de

²⁵⁶ Gigante chinês absorve “quase 40 por cento das exportações de petróleo” http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/economia/2012/1/9/Gigante-chines-absorve-quase-porcento-das-exportacoes-petroleo,651eae28-946e-44c3-948f-41d5d4a5f534.html (consultado em 15 de março de 2012).

²⁵⁷ “Universidade chinesa cria Centro de Estudo dos Países de Língua Portuguesa.” Reportagem da *Lusa* reproduzida pelo *Público* em 16 de janeiro de 2012 sob a retransmissão Lusofonia. Disponível em <http://www.publico.pt/Educa%C3%A7%C3%A3o/universidade-chinesa-cria-centro-de-estudos-dos-paises-de-lingua-portuguesa-1529265> (consultado em 17 de janeiro de 2012).

Macau, que, pela afinidade com a língua portuguesa, passou a servir de “ponte” direta entre a China e os países lusófonos. A ponte é também, no plano político-jurídico, uma plataforma de circulação de dinheiro lícito. Como dissemos, desde a formulação do Fórum, o comércio entre a China e os países de língua portuguesa subiu expressivamente. De acordo com dados avançados pela agência estatal chinesa *Xinhua*, nos primeiros três trimestres de 2010, o mercado sino-lusófono movimentou 68,2 bilhões de dólares com uma média de crescimento de 57 por cento ao ano.

Somente Portugal exportou para a China, em 2011, o equivalente a 332 milhões de euros, um aumento de 56,7 por cento em comparação ao mesmo período de 2010. Já as vendas chinesas para Portugal alcançaram o total de 1,3 bilhão de euros.²⁵⁸

Ao conceder uma entrevista à autora desta tese, a secretária-geral adjunta do Fórum de Macau, Rita Botelho dos Santos, confirmou as vantagens do grupo ao negociar em língua portuguesa com os países lusófonos. Eis suas palavras:

“A negociação na mesma língua de trabalho representa, como é consabido, um factor de impulso aos negócios, para além de vector de compreensão cultural. Estou convicta de que, através de Macau, a China tem vindo a beneficiar muito desta aproximação linguística e cultural aos Países de Língua Portuguesa no desenvolvimento das suas trocas comerciais.

(...) No entanto, podemos salientar que, dada a natureza do Fórum de Macau e a sua localização estratégica na RAEM, a China e os Países de Língua Portuguesa dispõem de uma plataforma muito privilegiada de contactos, o que não se verifica nos outros fora de cooperação Sul/Sul já existentes” (ANEXO RITA BOTELHO DOS SANTOS).

Há pouco comparávamos as possibilidades econômicas dos mercados dos países de língua portuguesa com as possibilidades econômicas dos mercados dos países de língua castelhana/espanhola. E questionávamo-nos sobre o que se pode fazer de parecido e o que não se pode ou deve fazer. Talvez as realidades, nos dois casos, sejam muito diferentes, começando pelo peso dos países. Mas não haverá boas práticas que possam ser imitadas por evidenciarem condições de progresso? É importante analisarmos a situação específica do Timor-Leste, para percebermos o alcance da questão.

²⁵⁸ “China, Portuguese-speaking countries set new goals for trade ties.” 14 de novembro de 2010. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2010-11/14/c_13606410.htm (consultado em 5 de fevereiro de 2012).

6. TIMOR-LESTE, O FIEL DA BALANÇA DA DIFUSÃO

Geograficamente, o português pode ser considerado uma língua internacional ou global, dependendo de que corrente de pensamento se abrace, graças à presença do idioma como língua oficial de uma ponta à outra do globo. A saber: do Brasil, nas Américas, à Ásia, com o Timor-Leste. A presença residual do português em Macau é um fator importante, tão importante que serve para movimentar quantias de dinheiro resultantes do florescente comércio entre a China e as nações de língua portuguesa. Mas isso não determina o estatuto do português como língua internacional.

O português é língua oficial em Macau, mas, por agora, é falado por um número muito escasso de pessoas. Já a situação do português no Timor-Leste, é sim decisiva para a presença global do idioma. Não só porque é língua oficial da jovem nação, mas porque estabelece e consolida a presença do português na Ásia. Por isso, é pertinente considerarmos o Timor como o fiel da balança na política de difusão do português no mundo.

Isso ocorre por dois motivos: o primeiro é que o desaparecimento da língua, na nação do sudeste asiático, irá fazer com que a mesma suma do mapa-múndi, como presente de uma ponta à outra do planeta, como língua oficial de uma nação independente. Em segundo lugar, porque a disseminação do português ali é crucial para a formação daqueles que irão dirigir o país no futuro, fazendo assim com que o idioma permaneça e cresça também como uma língua dos timorenses.

A realidade, atualmente, é que nem sequer a metade dos habitantes do Timor-Leste fala o português. Segundo o censo populacional realizado no país em 2010, a percentagem de pessoas fluentes em português na jovem nação subiu de 20 por cento para 30 por cento. O português é língua oficial, ao lado do tétum e do bahasa indonésio. Em uma entrevista dada no fim de 2011, o então chanceler timorense, Zacarias Albano da Costa, destacou o resultado referido, por aparentemente mostrar que teve êxito a aposta dos dirigentes timorenses de reintroduzir o português no Timor após mais de 25 anos de dominação indonésia:

“(...) Quer no Parlamento, quer no Governo, foram aprovadas resoluções no sentido de utilizarmos a língua portuguesa mais e melhor no nosso dia-a-dia. Eu creio que este é um passo significativo. Para além da reintrodução da língua portuguesa nas escolas, o que foi feito há alguns anos, hoje estamos a trabalhar para sua consolidação. Com Portugal, fizemos um compromisso de uma década, a começar este ano, mas infelizmente Portugal está a atravessar uma fase menos boa. Mas o mais importante é que existe uma grande determinação, e o último censo indica que a percentagem dos falantes do português aumentou para 30 por cento. Isso é um avanço significativo. Tenho certeza de que, daqui a cinco anos, se formos fazer um novo censo, mais de 50 por cento [das pessoas] em Timor irão estar falando perfeitamente o português. Em 15 ou 20 anos, toda a população estará falando a língua portuguesa.”²⁵⁹

A introdução do português no Timor-Leste como língua oficial, após a independência do território em 2002, foi feita com o objetivo de assegurar aos timorenses uma nova identidade, diferente daquela que fora imposta pela vizinha indonésia. Essa foi a intenção, nomeadamente, do herói da independência e primeiro presidente do país, Xanana Gusmão.

O politólogo irlandês Benedict Anderson, autor do livro *Imagined Communities*, publicado em 1983, classifica um dos conceitos mais universalmente aceitos, o de “nação”, como algo “criado” e “imaginado”. Seguidores de Anderson ou não, a escolha do português como língua oficial do Timor-Leste, quando menos de 10 por cento da população era fluente no idioma, leva-nos a concluir que o passo foi dado pelos dirigentes timorenses na tentativa de construir uma nação baseada numa língua, o que levaria, por sua vez, à criação de uma identidade nacional totalmente oposta àquela gerada com o regime indonésio, contra o qual se lutou em português.²⁶⁰

Mas esta escolha não foi automática. Vizinho da Austrália, o Timor-Leste também foi convidado a pensar na possibilidade da introdução do inglês como língua oficial. Esta era sem dúvida uma proposta que era conhecida daqueles que seriam os responsáveis pela direção do novo país.

Em 1999, a autora desta tese teve a oportunidade de trocar algumas palavras com um dos vencedores do Prêmio Nobel da Paz de 1996, José Ramos Horta (o prêmio foi

²⁵⁹ Zacarias Albano da Costa em entrevista à Rádio ONU. Afirmação a partir do minuto 07:04 do áudio. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/11/entrevista-zacarias-albano-da-costa-2/> (consultado em 24 de fevereiro de 2012).

²⁶⁰ Benedict Anderson. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, 2005.

partilhado com o bispo Carlos Filipe Ximenes Belo), durante uma breve visita de Ramos Horta a Londres. Ao ser perguntado sobre o estatuto político-jurídico do português num futuro Timor-Leste independente, Ramos Horta foi categórico ao afirmar:

*“A língua oficial do Timor-Leste será o português, por razões óbvias ligadas à identidade, História e luta de libertação do país.”*²⁶¹

No momento daquele diálogo, a população do Timor-Leste acabava de votar em referendo sobre o seu futuro político decidindo-se, por larga maioria, pela separação da Indonésia, mas seus libertadores sabiam muito bem que os conceitos de “identidade”, “nação”, “dimensão internacional”, para mencionar apenas alguns conceitos-chave, precisavam de ser construídos e, para tal, o aparato político carecia de uma língua de apoio à criação nas pessoas do sentimento nacional desejado. Estava em jogo a relação língua-poder político.

A língua é, historicamente, um fator não apenas identitário mas sinalizador da existência de nacionalismos e nacionalidades. Como já mencionamos aqui, todos os grandes discursos nacionalistas dos séculos XVIII e XIX foram construídos sob esse argumento, o que mostra como o elemento linguístico sustenta as paredes de um discurso nacionalista com relativa facilidade. Como bem sintetiza o historiador britânico Eric Hobsbawm:

*“In short, for the purpose of analysis nationalism comes before nations. Nations do not make states and nationalisms but the other way round.”*²⁶²

Ao analisarmos a história dos países de língua portuguesa, e de como estes lidam com a relação entre língua e poder, o caso do Timor-Leste é digno de uma reflexão mais esmiuçada. Ao se decidirem pelo português como língua oficial, os dirigentes do Timor independente sinalizavam à comunidade internacional que estavam em busca não só da reafirmação de sua identidade como nação, após um passado recente de invasão, mas, num passo adiante, que buscavam também sua afirmação internacional, razão pela qual faria todo o sentido sua ligação a um bloco político e linguístico, como a CPLP, com

²⁶¹ Conversa privada da autora com José Ramos Horta em 1999, Londres.

²⁶² Eric J. Hobsbawm. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, second edition, 1990. p.10.

presença em todo o mundo. Nesta equação, a língua portuguesa era o fio condutor de todo este processo.

É claro que a forte influência política dos heróis da independência timorense, como Xanana Gusmão e José Ramos Horta, lusófonos por excelência, ajudou a garantir a escolha do idioma como oficial, ao lado do tétum. Mas a importância política desta decisão não deve passar despercebida. Em uma entrevista de rádio, em fevereiro de 2011, Gusmão explicou o porquê de insistir no português como língua oficial de seu país, mesmo quando a maior parte da população não o dominava:

“Agora, Timor, como uma ilha ali do sudeste da Ásia, o português aparece mais como um instrumento de identidade. Somos diferentes pela história, pela cultura, é aí que nós nos apegamos, mas porque queremos dizer que somos nós. Claro, nós teremos que, em termos econômicos, teremos que aprender também muito o inglês. Na região em que estamos, o inglês também é muito necessário. Mas nós somos nós. Não podemos inventar uma nova identidade. Somos nós. Somos Timor-Leste por causa da presença portuguesa.

Se os portugueses tivessem se retirado 400 anos atrás como acontece na Flores, pois não teríamos sido uma província da Indonésia. De forma que, ironicamente, a presença portuguesa deu-nos uma identidade, deu-nos um direito de ser um povo. Este é um problema fundamental que ninguém.... Tem havido debates ao nosso redor sobre o porquê do uso da língua portuguesa. Mas não dá! E a gente vai perguntar ao outro por quê você usa esta língua? Não dá. Cada um nasce com um língua. Nós, como país, nascemos com uma língua.”²⁶³

As palavras de Gusmão coincidem com as do antigo chefe do governo timorense Mari Alkatiri. Numa entrevista ao sítio de notícias “pontofinalmacau”, Alkatiri afirmou que o português era uma questão de “identidade e sobrevivência” para os timorenses:

“A geração mais jovem diz: ‘nós nascemos já no tempo da Indonésia, só os saudosistas da velha geração é que aparecem aqui a defender o português’. A resposta que dou é: ‘eu já não preciso de defender o português para o falar, vocês é que precisam. Se não, um dia vão ser a extensão da parte oriental da Indonésia. É isso que vocês querem?’”²⁶⁴

Na mesma entrevista, Alkatiri advogou para o Timor a função de mediador entre os países da CPLP e a China (o papel que vem sendo desempenhado – de forma lucrativa – por Macau, desde 2003), deixando clara a relação entre poder econômico e língua:

²⁶³ Xanana Gusmão em entrevista concedida à Rádio ONU em 11 de fevereiro de 2011 em Nova Iorque. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/02/exclusiva-xanana-gusmao/> (consultado em 12 de junho de 2011).

²⁶⁴ Mari Alkatiri, “Não me vejo como candidato à Presidência da República.” *Pontofinalmacau*, 17 de outubro de 2011. Entrevista à Inês Santinhos Gonçalves. Disponível em <http://pontofinalmacau.wordpress.com/2011/10/17/%E2%80%9CNa-o-me-vejo-como-candidato-a-presidencia-da-republica%E2%80%9D/> (consultado em 17 de janeiro de 2012).

*“Assim como a China faz – e muito bem – de Macau uma plataforma de relação com a CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa], daqui a uns anos Timor-Leste deve assumir esse papel e funcionar até melhor que Macau. Porque Macau não é um país independente.”*²⁶⁵

Este é um ponto importante: o mais recente membro da CPLP é um país independente, com autonomia não só para escolher o português como língua oficial, mas também para pedir a entrada na CPLP. Este fato indicia a importância da língua, no contexto de países independentes. E Alkatiri tem razão: Macau é um território sem a soberania que é conferida ao Timor.

Como vimos, através de Macau, a China não está somente usando as boas relações com o espaço lusófono através da língua em comum falada por parte da população macaense. A nação asiática também está investindo no ensino do chinês como forma de adquirir influência em outras partes do mundo. Como mostra este artigo do professor Joseph S Nye Jr, da Kennedy School, Universidade de Harvard:

*“China has always had an attractive traditional culture, and now it has created several hundred Confucius Institutes around the world to teach its language and culture. The enrollment of foreign students in China has increased from 36,000 a decade ago to at least 240,000 in 2010, and while the Voice of America was cutting its Chinese broadcasts, China Radio International was increasing its broadcasts in English to 24 hours a day.”*²⁶⁶

Estes dados de Joseph Nye confirmam, afinal, a pertinência política dos argumentos de Ramos Horta, Xanana Gusmão e Mari Alkatiri, que associam a independência do novo país a uma língua e a uma cultura específicas. É uma verificação da relação histórica entre língua e poder, ampliada pela pertença do Timor independente à CPLP.

Atentemos na mesma relação, mas pelo lado da China e de outros países. Além da China, outros nações asiáticas já atinaram para a relação entre língua e poder. Em maio de 2011, a Indonésia anunciou que iria abrir um curso de língua portuguesa no Timor Ocidental. O objetivo seria “facilitar a comunicação com o Timor-Leste”. A notícia foi dada, oficialmente, no Parlamento do Timor-Leste (lugar político simbólico), pelo reitor da universidade indonésia PGRI (fato inédito e indiciador de uma inovadora compreensão da realidade), Titus Bureni.²⁶⁷

²⁶⁵ *Idem et ibidem.*

²⁶⁶ “Why China is Weak on Soft Power,” Joseph S. Nye Jr., *New York Times*, 17 de janeiro de 2012. Disponível em <http://www.nytimes.com/2012/01/18/opinion/why-china-is-weak-on-soft-power.html> (consultado em 22 de janeiro de 2012).

²⁶⁷ “Língua Portuguesa vai agora ser ensinada em universidade”, *Angola Press*, 11 de maio de 2011. Disponível em http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/internacional/2011/4/19/Lingua-

A mesma Indonésia "que punia o uso da língua portuguesa" nos anos da dominação, como vimos, apercebe-se agora da necessidade de aprender o idioma (antes de ensiná-lo, trata-se, com efeito, de aprendê-lo) para não perder sua influência política na região. Foi a primeira vez ainda que uma turma escolar se formava no ensino básico inteiramente estudado em língua portuguesa no Timor-Leste.

Mas voltemos ao motivo da perda do português no Timor durante a fase de repressão linguística, que foi descrita assim pelo bispo e também Prêmio Nobel da Paz, em 1996, Carlos Ximenes Belo, durante sua aparição no IV Colóquio da Lusofonia, em 2005, em Bragança. O testemunho ilustra bem a dificuldade que o português enfrenta no país por causa da ausência do ensino na chamada “geração gap”, mas enuncia, também, as exigências de um modelo político que promova a aproximação entre portugueses e timorenses com condição para a afirmação da língua (há que ter, nomeadamente, em conta o heroísmo dos timorenses comuns que, no tempo da ocupação, sofreram muito para poderem falar português, quando tal era proibido):

“Claro que isto continua a ser uma dificuldade, como os senhores podem verificar, sobretudo por parte da juventude universitária, ainda estão arredios, esses jovens, do uso da língua portuguesa e compreende-se porquê: durante vinte e quatro anos foram criados na língua deles e eu digo-vos que recebi muitas queixas nas paróquias quando os jovens foram esbofeteados e presos pelos comandos, torturados, só por os soldados terem ouvido esses jovens dizerem aos sacerdotes nas missões: “Boa tarde, senhor padre!”; “Bênção, senhor padre!”; “Bom-dia!”. Depois, os indonésios chamavam e perguntavam: “porque é que cumprimentas o padre com um bom-dia e não dizes selamat siang, por que dizes por favor e não dizes silakan? Porque não dizes terimah kasi e dizes obrigado em português? São termos que já entraram na nossa língua e, por isso, nós usamos, mas queria vos dizer também que os Portugueses querem que os de Timor falem Português mas talvez não apanharam bofetadas, os timorenses apanharam para falarem a vossa língua, foram torturados, por isso, tem de haver maior atenção, maior investimento, maior carinho, maior dedicação para que os timorenses falem Tétum a cem por cento e falem também Português bem.”²⁶⁸

Assegurar o crescimento do português na jovem nação do sudeste asiático tem sido uma das preocupações dos países lusófonos, especialmente de Portugal, que investiu em formação de professores, na construção de escolas e no ensino da língua logo nos

Portuguesa-vai-agora-ser-ensinada-universidade,c768556e-ef1c-4782-9063-b922178cfbc8.html

(consultado em 4 de dezembro de 2011).

²⁶⁸ Carlos Ximenes Belo, em IV Colóquio Anual da Lusofonia – 3-4 outubro 2005. “Dos Contadores de Histórias à Literatura Contemporânea: a língua portuguesa em Timor-Leste”. p. 150. Disponível em http://www.lusofonias.net/cat_view/92-coloquios-anteriores/73-braganca-2005.html (consultado em 21 de janeiro de 2012).

primeiros anos de independência timorense, em 2002. Mas é preciso fazer mais. E diferente. Geograficamente falando, o Timor-Leste se encontra numa região muito mais próxima do inglês do que do português.

Vizinho da Austrália, o Timor já recebeu convites para integrar a *Commonwealth*, como contou, durante uma palestra no IILP, o assessor do Ministério das Relações Exteriores timorense e membro do Conselho Nacional do referido instituto no Timor-Leste, Crisódio Araújo. Segundo ele, foi a China que, invocando razões político-econômicas, acabou por convencer seu país a investir no português. Araújo afirmou ainda que, além dos países da CPLP, um parceiro com quem “poderiam contar [no ensino do português no Timor] era a China”, por causa dos interesses desta no comércio com os países lusófonos. Nas suas palavras:

*“Nós podemos contar com os chineses para a expansão da língua portuguesa. Isso já nos foi dito pelos mais altos níveis [políticos]. Durante a visita oficial à China, em 2009, acompanhando meu chefe [o ministro dos Negócios Estrangeiros timorense], fomos recebendo recados. Por isso, no meu país, nós contamos com os chineses para a expansão da língua portuguesa.”*²⁶⁹

O aspecto linguístico-geográfico da ex-colônia portuguesa foi lembrado pelo ex-diretor do Instituto Camões Jorge Couto, ao chamar a atenção para a necessidade do ensino do português no Timor. Neste trecho, proferido na Câmara dos Deputados em Brasília, em 2000, Couto pediu a ajuda dos países lusófonos para fortalecer o ensino do português no Timor-Leste, alertando para o problema de a ilha ser ladeada pela Austrália, a grande potência anglófona da região. Impossível não fazer uma associação com o interesse da defesa do “antigo Império português” naquele canto da Ásia, desta vez não mais sozinho, mas como a ajuda da CPLP:

“Para quem não sabe, Timor é uma ilha dividida em duas metades, a leste e a oeste, e a única forma de destrinçar a fronteira entre os dois lados, que falam línguas semelhantes, é por meio de uma língua distintiva. Aliás, foi essa a estratégia que o marquês de Pombal adotou relativamente à Amazônia. O portuguêsamento dos nomes das povoações indígenas e o ensino obrigatório do português foi uma medida inserida no âmbito da aplicação do Tratado de Madri. A única forma de distinguir os súditos do Rei de Espanha e do Rei de Portugal na zona amazônica era pela utilização de línguas diferentes, uma vez que muitos desses grupos tribais

²⁶⁹ Intervenção de Crisódio Araújo “Antigas e novas diásporas do Timor-Leste.” Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas, 28 a 30 de novembro de 2011. Cidade da Praia. http://www.livestream.com/coloquiolinguaportuguesa/video?clipId=pla_ddf51547-3508-4037-be3f-cc9b6f726a0a&utm_source=library&utm_medium=ui-thumb (consultado em 1 de março de 2012).

*falavam a mesma língua, por exemplo, os Ianomamis, que estão do lado da Venezuela e do Brasil. Portanto, temos a língua como uma fronteira distintiva e de entidade nacional no caso de Timor.*²⁷⁰

Sendo inquestionável o seu valor geográfico para a CPLP, o Timor-Leste pode ser descrito como um caso de “emergência linguística”. O país precisa de receber um apoio especial para a promoção do português, por ser o mais vulnerável ao seu desaparecimento. Isso foi reconhecido até mesmo pelo novo secretário-executivo da CPLP, Murade Murargy, como já mencionado nesta pesquisa.

Os jovens e adolescentes timorenses que não falam português serão a geração de formadores de opinião e os líderes do país nos próximos anos, e certamente não irão valorizar uma língua que não dominam; logo, afigura-se imprescindível que a CPLP – se, de fato, considera o novo país relevante estrategicamente – invista pesadamente no Timor-Leste, para que as instituições de ensino ofereçam de graça, mas sobretudo eficientemente, a língua.

Os canais de TV e rádio também terão que, de acordo com as melhores práticas internacionais, instalar cursos gratuitos para os timorenses e, a partir daí, poder-se-á exigir, num futuro próximo, de forma justa, o domínio do português por parte de todos os candidatos a empregos públicos e até mesmo (de acordo com outra lógica) privados. A presença do português no Timor como língua efetivamente falada e utilizada, é, parece claro, o elo que torna global o idioma. Um elo, aliás, celebrado por vários chefes de Estado e de Governo da CPLP, como, por exemplo, o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso. Em várias ocasiões, nomeadamente em diversos discursos oficiais, Cardoso expressou sua impressão muito positiva da “herança comum” com os portugueses.

Ao discursar no Itamaraty, em 31 de julho de 2002, durante uma visita do então presidente do Timor-Leste, Xanana Gusmão, ao Brasil, praticamente coincidente com a admissão do novo país na CPLP e um pouco antes de o mesmo se tornar Estado-

²⁷⁰ Jorge Couto. *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/conheca/historia/cdnos500anos/seminarios/semin2/fala16.html> (consultado em 29 de outubro de 2011).

membro das Nações Unidas, Cardoso falou da “emoção” que sentia de ver o português sendo ensinado no Timor-Leste e realçou os valores da “lusofonia” e da “lusitanidade”.

O ex-presidente brasileiro também frisou, de forma clara, que, antes de se tornar membro da ONU, o Timor havia se tornado membro de pleno direito da CPLP, afirmando, desta forma, a importância da organização lusófona, que tinha então apenas seis anos de existência.

“Um momento político importante para a CPLP” – destacou o presidente brasileiro, em território nacional, o que aumenta a importância de suas palavras –, que estendia, assim, seu lastro de influência política à Ásia, e de uma ponta à outra do globo, baseado numa língua em comum (Os grifos são da autora).

“Mas se tudo isso nos envaidece, como brasileiros, o que nos envaidece, a nós todos aqui, como membros desta Comunidade, é que, dentro de pouco tempo, as Nações Unidas estarão acolhendo o Timor Leste como Estado-Membro. Mas Vossa Excelência, Presidente Xanana, já se deslocará para Nova Iorque como líder de um país que goza da condição de membro pleno da CPLP. A sequência em que esses dois ritos vão se dar nos envaidece, porque é como se o Timor Leste se apresentasse à comunidade internacional já sob as bênçãos dos povos que partilham dessa vocação lusófona. E nós agradecemos essa sua decisão de, primeiro, se tornar membro da CPLP, para, em seguida, já nessa condição, juntar-se à família maior mostrando que as identidades prevalecem, ainda quando o espírito universalista seja aquele que deva conduzir a humanidade. Termino dizendo apenas, naturalmente, juntando minha voz à daqueles todos que se manifestaram a favor do seu ingresso: que o Timor é fruto do que de melhor existe na lusitanidade: o apreço pelos valores - como já disse o Primeiro-Ministro - da liberdade, da justiça, da paz e do universalismo. Seja bem-vindo à Comunidade e muito obrigado, Presidente!”²⁷¹

Mas não é só a posição geográfica que faz do Timor-Leste um elemento importante na estratégia de promoção da língua portuguesa no mundo. Mesmo sendo considerado um país jovem e pequeno, o Timor tem um grande potencial de desenvolvimento, principalmente com a exploração do petróleo. Por estar numa zona primordial do mundo, essa sua circunstância pode fortalecer, se for bem explorada, não só o idioma oficial e identitário, mas também as próprias relações de poder dos membros da CPLP, tanto entre si como em relação ao resto do mundo.

²⁷¹ Discurso na admissão do Timor-Leste como membro da CPLP, Palácio Itamaraty, Brasília, 31 de julho de 2002. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/2002-2-semester/31-de-julho-de-2002-discurso-na-admissao-do-timor-leste-como-membro-da-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa/view> (consultado em 6 de janeiro de 2012).

No discurso de abertura da VII Conferência dos Chefes de Estado e Governo da CPLP que decorreu em Lisboa, em julho de 2008, o presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, destacou a intervenção e os apoios, multilaterais ou bilaterais, passíveis de serem promovidos pelos países de língua portuguesa atuantes em organismos internacionais em favor uns dos outros. Vejamos suas palavras:

*“Os nossos países desenvolvem já hoje um amplo esforço de coordenação e de concertação político-diplomática num número crescente de sectores de interesse comum; coordenam as suas intervenções em fora internacionais e apoiam-se mutuamente, com excelentes resultados, na apresentação de candidaturas a organismos internacionais. Cada um de nós integra alguns dos mais importantes grupos geopolíticos regionais, como a União Europeia, o Mercosul, a SADC ou a CEDEAO e futuramente também a ASEAN, reforçando, também dessa forma, a visibilidade internacional da CPLP.”*²⁷²

E a aparente demonstração desta influência política, na prática, foi vista, em outubro de 2010, quando Portugal se candidatou a uma vaga rotativa no Conselho de Segurança da ONU. A costura diplomática para a obtenção de votos que, finalmente, levou Portugal à vitória, após uma emocionada disputa com o Canadá, passou pela ASEAN, segundo pessoas ligadas às negociações. Um dos reforços de Portugal na longínqua Ásia foi justamente o Timor-Leste, que não se poupou a pedir votos para a ex-metrópole e para um de seus maiores advogados durante a luta pela restauração da independência.

Percebemos agora as razões por que o Timor-Leste se apresenta como o fiel da balança no processo de internacionalização do idioma e de como isso se repercute, potencialmente, no aumento da capacidade de influência das nações lusófonas. Diante alguns desafios da CPLP já aqui enunciados, a popularização do idioma no Timor-Leste é uma das questões mais estratégicas de uma proposta eficiente de promoção do português no mundo. Por várias razões, mas sendo uma principal: porque se trata de um desafio arriscado que só pode ser vencido com uma grande capacidade de decisão e ação em geral com vista ao estabelecimento de uma rede produtiva de relações.

A implantação do português nesta nova nação só é possível porque o Timor é um país independente, assim como independentes são os demais países da CPLP que presumivelmente podem ajudá-lo, o que é muito relevante no âmbito das interdependências de que se constitui o mundo atual. Sem colaboração, sem

²⁷² Cf. Alocução do Presidente da República na abertura da VII Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP. Centro Cultural de Belém, 25 de julho de 2008.

compromisso, sem a criação de relações de confiança, não há CPLP. Assim como sem uma política de língua partilhada dificilmente haverá CPLP.

Porque a CPLP vale pela remissão que faz para as sociedades civis dos países. As ligações sistêmicas, em rede, entendidas como redes de confiança baseadas num conjunto comum de valores, são muito importantes nas sociedades políticas contemporâneas e decorrem da capacidade de afirmação dos países, a qual se traduz basicamente na possibilidade de tomar decisões que envolvam os agentes económicos e as pessoas. É preciso que as comunidades de língua portuguesa, sediadas em seus países de origem ou em quaisquer outros, se conheçam, interajam e criem confiança. Esta reflexão aponta também para as vantagens decorrentes da criação de plataformas comuns de interesses. É preciso trabalhar de outra forma, dentro dos países da CPLP e fora. A grande aposta passa, a nossos olhos, pela criação de uma cultura de vocação universalista e cosmopolita enraizada em valores comuns. É preciso que o que é feito num país tenha impacto positivo sobre os outros. É isto que o exemplo do Timor, relacionado com tudo o que dissemos antes, nos sugere.

IV CAPÍTULO

O papel do português na CPLP: a internacionalização na prática

1. A CRIAÇÃO DA CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996 por sete países de língua portuguesa. Conta-nos o intelectual angolano Pedro da Silva Feijó Sobrinho que uma das razões pelas quais a maior nação lusófona, o Brasil, teria se empenhado na criação do bloco teria sido "para tentar obter mais influência na África lusófona, uma vez que o país havia perdido espaço" no continente africano.

Segundo Feijó Sobrinho, havia uma decisão e uma estratégia brasileiras para “assumir o papel diretor na defesa e promoção da língua portuguesa, desempenhando papel ativo nas relações internacionais.”²⁷³ Esta foi, para o acadêmico angolano, a motivação chave para a articulação brasileira no âmbito da CPLP. Esta é, no entanto, uma das leituras de intelectuais em Angola sobre a origem da Comunidade.

Um dos maiores propulsores do bloco foi o embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira, que recebeu a luz verde de seu país para advogar junto a líderes africanos a criação da CPLP em meados da década de 1990.

Muitas são as teorias sobre a gênese da CPLP. Uma pesquisa mais detalhada da literatura leva-nos a protótipos e “embriões” desta comunidade nascida sob

o endosso de todos os sete países lusófonos então existentes: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (o Timor-Leste ainda não era então uma nação independente).

²⁷³ Pedro da Silva Feijó Sobrinho, “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas.” Rio de Janeiro. Revan, 1997, p. 61.

O português pode ter sido o ponto de partida e a inspiração para o surgimento da CPLP, mas desde a sua gênese não foi o elemento crucial: caso contrário, não seria o último pilar da organização. Se estamos a buscar uma explicação para um ponto comum que terá levado à criação da CPLP, concluíremos que Portugal foi o fio condutor, o elemento histórico comum, porque, afinal, todos os membros da CPLP, à data de sua fundação, eram ex-colônias portuguesas. Havia a ligação histórico-cultural.

O modelo de uma comunidade baseada numa herança comum através da língua ou de uma relação histórica reflete a mesma fórmula empregada antes por ex-impérios como o britânico e a Commonwealth, o francês e a Organização Internacional da Francofonia, além da Espanha com a Organização dos Estados Iberoamericanos. A CPLP surge décadas mais tarde com uma plataforma semelhante de aquisição de influência política através de uma história compartilhada.

O discurso da criação baseou-se na ressonância mítica de um passado em comum que, em suas profundas contradições e ambiguidades, pode ser futuro. Este elemento diferenciador é próprio da CPLP (como expressão institucional máxima da lusofonia) relativamente a todas as outras organizações internacionais. Quando dizemos que a língua portuguesa é uma barreira ao seu próprio processo de internacionalização, não queremos dizer que tal barreira seja intransponível. Apenas queremos dizer que, de acordo com a, por assim dizer, filogenia da língua, existem limites inegociáveis. Julgamos que o que não pode ser posto em causa é a relação de interesse com a língua, no sentido etimológico do termo. Interesse é o que *inter est* (“está entre”) as pessoas e os bens, sendo que estes têm de ser de valor inquestionável.

Uma outra forma de barreira, para além da língua, é a velada luta pela dominação de uma determinada variante do português, qualquer que ela seja. Com o AO, parte desta disputa foi obrigada a se tornar pública, por exemplo, na forma de editoriais do jornal estatal em Angola, nos quais ficava clara a insatisfação com o que descrevia ser a “influência brasileira” sobre o idioma falado por todos, principalmente pelos africanos. Porém, se percorrermos a imprensa brasileira e portuguesa, os registros são ainda mais evidentes, com muitas centenas de textos

dedicados ao tema e com a própria mídia e os articulistas a tomarem posição. A possibilidade de debate é, inquestionavelmente, uma característica das democracias. Por outro lado, todas as tomadas de posição são interessadas, apontando para situações relacionais diferentes no âmbito da lusofonia.

Ao lembrarmos o começo da proposta de uma organização internacional de países lusófonos, já nos idos do século XX, nomes como os brasileiros Gilberto Freyre e Juscelino Kubitschek aparecem associados à ideia. Curiosamente, e porque historicamente assim teria de ser, as primeiras tentativas foram no sentido da constituição de uma comunidade luso-brasileira. Do lado português, pontificam, por exemplo, com posições diferentes mas, no essencial, convergentes, os nomes de Agostinho da Silva e de Adriano Moreira. Este último, como já referimos, ainda durante a vigência do Estado Novo, organizou o I Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa. O evento, relembremo-nos, ocorreu em Lisboa, em 1964, ou seja 32 anos antes do nascimento da CPLP.

Ainda antes do 25 de Abril de 1974, no tempo da dominação portuguesa na África, a ideia da criação de uma “federação de Estados portugueses” foi admitida pelo general António de Spínola, em seu livro *Portugal e o Futuro*. Embora, neste contexto, seja difícil dizer qual era a exata natureza e alcance da proposta do então governador da Guiné (não nos esqueçamos de que este livro foi uma proposta política alternativa à do governo português de então), é de destacar que Spínola mencionava a “língua comum” e a “harmonia cultural e racial” como pressupostos da constituição da federação. Ainda assim, temos também de reconhecer que 1973 (ano da publicação do livro) era, em termos políticos, o momento menos propício para fazer uma tal proposta.²⁷⁵

Quiçá a afirmação mais antiga favorável à criação de uma Comunidade Luso-Brasileira – entendida como um dos “embriões” da CPLP – seja Dom João VI. Essa é pelo menos a posição defendida pela diplomata Juliana Soares Santos, baseada nos textos de Pedro da Silva Feijó Sobrinho. Diz a pesquisadora:

“Tema de elaborações e justificativas diversas, antes de chegar à forma e condicionantes atuais, estas relações foram objeto de inúmeras propostas e iniciativas nos séculos prévios. D.

²⁷⁵ António de Spínola. *Portugal e o Futuro*, p. 159.

João VI cria, por exemplo, ainda no século XIX, a Comunidade Luso-Brasileira, vinculando Portugal, suas possessões ultramarinas e o Brasil recém independente.”²⁷⁶

Oficialmente, porém, tendo em conta a configuração atual, a CPLP começou a tomar forma com o primeiro encontro dos sete chefes de Estado e de Governo dos países lusófonos promovido em São Luís do Maranhão, no Brasil, em 1989. Nessa altura, era presidente do Brasil José Sarney. Nessa cimeira, foi criado o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (o já muitas vezes referido IILP), que, mesmo surgindo antes da CPLP, está hoje subordinado a ela.

Ao buscarmos antecedentes para o que pode se aproximar da proposta de uma CPLP hoje, encontramos a sugestão de uma comunidade de países lusófonos na visão de Agostinho da Silva, o professor português que trabalhou no Brasil e contribuiu muito para o aprofundamento das relações de entendimento de Portugal e do Brasil com a África.

Ao passar vários anos de sua vida lecionando em universidades brasileiras, não foi difícil para Agostinho da Silva constatar que o país anfitrião “pouco ou nada sabia” sobre o continente que reúne cinco países de língua portuguesa. Curiosamente, em *Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira*, Agostinho da Silva propõe a construção de uma “Comunidade” entre os dois países, o que é interpretado por alguns como a semente que floresceu na forma da atual CPLP.

Sobre o tema, escreveu o pensador:

“A Comunidade Luso-Brasileira tem de ser, quando existir, não outra qualquer espécie de Império, uma força concorrendo com outras forças, uma outra centralização que siga a monótona corrente das centralizações, mas realmente o começo de uma vida nova para a Humanidade, o primeiro passo seguro para a reconquista de um Paraíso que só tem estado em espírito de teólogos ou de filósofos ou de poetas, mas que jamais entrou nas cogitações de políticos; a linha mística e religiosa tem de ser aqui mais importante do que as argúcias dos realistas que manejam homens como se eles não fossem à imagem e semelhança de Deus: e nenhuma economia, nenhuma sociologia, nenhum ato humano verdadeiramente criador tem de ser considerado senão como o sinal, a manifestação e a indicação de que está na vontade

²⁷⁶ Ensaio de Juliana Soares Santos, “CPLP: Gênese e Instituições”, p. 2, ao citar Pedro da Silva Feijó Sobrinho (1997). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Institucionalização e Relações Culturais, Político-diplomáticas e Econômicas*. Rio de Janeiro, Editora Revan: 44. Ensaio de Soares Santos foi publicado em José Flávio Sombra Saraiva (org.). *CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: IBRI, 2001. p.203. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/deaf/CPLP/CPLP-geneseinstituicoes.doc> (consultado em 2 de janeiro de 2011).

divina, na própria estrutura do evoluir no mundo, que ele siga pelos caminhos a que a Comunidade o pode dirigir.”²⁷⁷

Esta interpretação, na linha do pensamento do padre Antônio Vieira, e prosseguida, com características próprias, por Miguel Real, já aqui citado, pouco ou nada tem que ver com a posição realista, que normalmente comanda a vida política, e aqui denunciada pelo próprio Agostinho da Silva. É uma perspectiva radicalmente outra, utópica, o que não significa que não mova vontades e não tenha relevância política. Não são os poetas, os teólogos e os filósofos referidos por Agostinho da Silva tantas vezes invocados pelos políticos em seus discursos mais entusiasmados quando falam de questões como aquelas de que aqui tratamos? Não há dúvidas de que a política é feita com todas as dimensões do ser humano, e o menos que podemos admitir é que todas são levadas em conta na formulação da política e das políticas. Assim há de ser também na sua análise e interpretação científica.

Alguns pesquisadores apontam o Tratado Luso-Brasileiro de Amizade e Consulta, firmado em 1953, durante o governo de Getúlio Vargas, como uma das inspirações para a CPLP. O Tratado de Amizade e Consulta, assinado por um regime democrático, no caso do Brasil, e por um regime autoritário, no caso de Portugal, proporcionou uma aproximação política entre os dois países. Se, por um lado, constituiu um avanço no reconhecimento de direitos a portugueses e brasileiros em ambos os países, por outro lado, sustentou, inicialmente, o apoio brasileiro, nas condições já descritas, à política colonialista portuguesa na África.

É bom voltarmos a este ponto, para percebermos que uma política baseada no reconhecimento de direitos às pessoas é necessária para a criação de uma comunidade política, mas não é suficiente. Tem de existir também uma sintonia política entre as nações, o que está para além de eventuais relações afetuosas.

Não é por acaso que muitos defendem que a CPLP, mesmo que ainda não o seja claramente, deve afirmar-se como um bloco de nações democráticas. Claro que também

²⁷⁷ Trecho da comunicação “Condições e missão da comunidade luso-brasileira”, proferida por Agostinho da Silva no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros promovido, em 1959, pela Universidade da Bahia e pela UNESCO. *Apud* RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. op. cit., p. 247. Citado por De Freixo, 2007. p. 137.

não basta a democracia, sobretudo se a encararmos apenas formalmente. É necessária uma atitude firme de aproximação entre os Estados e os povos, que permita a realização da grande parceria estratégica de que Salazar (circunscrevendo-a, na altura, a Portugal e ao Brasil) falava mas que não conseguiu concretizar. Esta parceria exige, antes de mais, Estados independentes, com capacidade de determinação de suas políticas. E estará, necessariamente, subordinada às circunstâncias de seu próprio tempo. Como aliás tudo na política está, sejam as medidas de conservação, sejam as medidas de alteração do *status quo*.

É a esta luz que devemos procurar perceber as razões que levaram a que, nos anos que antecederam o golpe militar no Brasil, especialmente durante o governo de Jânio Quadros, se tenha iniciado um discurso de oposição ao colonialismo por parte do governo brasileiro, discurso esse que foi depois adotado pelos sucessivos governos brasileiros, democráticos ou não.

Como vimos, Jânio Quadros também defendia, assim como seu sucessor, João Goulart, uma “Política Externa Independente” (PEI). A proposta de uma união com base no idioma teria se fortalecido com o general Castelo Branco não obstante a crescente afirmação da autonomia brasileira em seus processos de tomada de decisão.

E poderíamos dizer que, de algum modo, o processo se consolidou nos tempos atuais, com os Estados-membros da CPLP afirmando, claramente, seus pontos de vista. E como foram Estados independentes que fundaram a CPLP, podemos presumir que os Estados não apenas querem a CPLP como a assumem como um projeto de todos. Chegarmos a uma conclusão deste tipo é muito importante em termos analíticos, porque permite perceber as possibilidades da política real.

Para o doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro Alexandre de Freixo, a CPLP é uma invenção "genuinamente portuguesa", dado que foi idealizada com base no conceito português da lusofonia. Entrando em ação em meados da década de 90 do século passado, exatamente 10 anos após Portugal ter ingressado nas Comunidades Europeias, ela constitui, segundo o mesmo autor, o reconhecimento, por parte de

Portugal, de que o “abandono” de sua estratégia atlântico-africana havia sido um erro. É este o resumo que Freixo faz da sua pesquisa:

“Foi neste contexto que setores da elite política portuguesa – de todas as correntes políticas, inclusive do Partido Socialista – e da intelectualidade progressista encamparam o ideal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nesse momento, procurou-se construir um consenso nacional em torno da sua construção, através da idéia da lusofonia, uma releitura, em novos parâmetros, do discurso secular da originalidade da cultura portuguesa e das marcas que ela deixou no mundo, a partir das grandes navegações dos séculos XV e XVI. Com esta perspectiva, procurou-se referendar tal idéia com a busca em experiências passadas ou em escritos de intelectuais e pensadores bastante distintos entre si dos elementos necessários para o processo de legitimação daquela Comunidade, então em processo de gestação.”²⁷⁸

Temos de reconhecer que o conteúdo destas afirmações não está em contradição com o que dissemos a propósito da importância de os Estados terem capacidade de afirmação política. Ela sugere, isso sim, como que a captura, pela perspectiva portuguesa num mundo que vive uma nova fase de globalização.

As disputas e divisões por espaço político são, em larga medida, anteriores ao nascimento da CPLP. Mas não nos podemos admirar que a organização sofra atualmente com as costuras políticas e os movimentos do tabuleiro de xadrez da política internacional e dos interesses do próprio bloco dos países de língua portuguesa.

Ao examinarmos o depoimento do ex-presidente brasileiro Itamar Franco, numa entrevista ao jornalista Mauro Santayana, do semanário *Jornal do Brasil*, em 5 de junho de 2010, podemos perceber a tensão política que existiu em torno da formação da CPLP. Ele comenta o trabalho do então embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira - considerado, por muitos, o idealizador da CPLP, e que foi ministro da Cultura do Governo José Sarney (1988-1990) - para vencer a resistência de “certos setores lusitanos” em relação ao projeto, assim como as manifestações de desconfiança sobre uma espécie de “neocolonialismo”, salientando ainda o papel de ponte que o Brasil, às vezes, exerce entre Portugal e as ex-colônias na África.

²⁷⁸ Adriano de Freixo. “Minha Pátria é a Língua Portuguesa”: *A Construção de Idéia da Lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007. p.9. Disponível em http://teses.ufrj.br/IFCS_D/AdrianoDeFreixo.pdf (consultado em 2 de janeiro de 2012).

É bom recordarmos que José Aparecido de Oliveira havia sido secretário particular do ex-presidente Jânio Quadros. O idealizador da CPLP também foi amigo de

Agostinho da Silva. Permite-nos isso afirmar que a ideia de uma comunidade política de Estados de língua portuguesa existiu ao longo do tempo e atravessou regimes políticos, sendo finalmente concretizada numa altura em que tanto o Brasil como Portugal eram democracias. Não queremos dizer que este fato tenha sido determinante, mas foi por certo muito importante.

Por uma razão: porque a ideia de lusofonia predominante em Portugal – a tal que, para alguns autores, está na base do processo – é democrática, quer no seu ideário, quer na abrangência política. É, além disso, eclética, nela cabendo contributos de muitas matizes, nomeadamente realistas e não realistas.

Quanto ao fato de a comunidade lusófona não ter sido constituída anteriormente, sob qualquer forma, podemos encontrar várias razões, nomeadamente a polarização do mundo na “Guerra Fria”; esta circunstância política não favorecia, plenamente, a proposta de uma agremiação como hoje se entende a CPLP. Enquanto o Brasil se alinhava com o bloco capitalista e vivia uma ditadura “anticomunista”, muitos países africanos, especialmente os de língua oficial portuguesa, estavam sob forte influência marxista, da União Soviética e de Cuba. Só de imaginarmos este cenário, podemos talvez concluir que nenhuma “língua em comum” iria ser suficiente para dirimir estas diferenças. Leiamos o depoimento do ex-presidente Itamar Franco:

*“(...) Coube-lhe articular [a José Aparecido de Oliveira], com grande sacrifício pessoal, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Teve que vencer a resistência de certos setores lusitanos, que não queriam dividir, com o Brasil, a influência sobre as suas antigas colônias. Com o apoio de Mário Soares, Aparecido partiu para a segunda etapa: a de convencer os novos países que podiam confiar na CPLP, porque a presença brasileira neutralizava a suspeita, natural, de que a instituição viesse a ser instrumento de novo colonialismo. Foi assim que, sem linhas aéreas regulares, que lhe possibilitassem as viagens sucessivas e rápidas pelo continente africano, Aparecido teve que se deslocar de um país para outro em aviões monomotores. O Brasil deve também ao Aparecido a oportunidade de hoje estar presente na Ásia: ele nos revelou a existência de Timor-Leste e incluiu essa realidade em nossa política externa.”*²⁷⁹

²⁷⁹ Entrevista de Itamar Franco ao *Jornal do Brasil* em 5 de junho de 2010. Reproduzido no blog CAAM. Disponível em <http://www.ceaam.net/?sec=71&assunto=¬icia=1005> (consultado em 11 de junho de 2011).

O processo da redemocratização no Brasil ajudou a consolidar o papel do mesmo na futura CPLP. Entre 1964 e 1985, o país esteve mergulhado num período de ditadura militar que o abalaria em todos os sentidos, principalmente o macroeconômico.

Coincidentemente, o primeiro presidente civil, ainda que não eleito por voto direto, José Sarney (que substituiu Tancredo Neves na presidência da República, por morte deste), seria o mesmo que retomaria as relações do Brasil com a África, de forma mais intensa, ao visitar Cabo Verde, no início do mandato, e a reunir todos os dirigentes lusófonos em seu estado, o Maranhão, para fundar o IILP e lançar a semente da criação da CPLP.

Com isso, o Brasil começou a reparar, conscientemente ou não, um passado de “lealdade colonial” a Portugal para se afirmar como líder no eixo Sul-Sul e, por essa razão, como um possível interlocutor de peso com e entre os países africanos lusófonos.

Ao mesmo tempo, o Brasil apresentou-se politicamente como um ator importante capaz de garantir aos africanos, que a CPLP não seria um projeto "neocolonial" português. Tendo em conta a atitude ambígua do Brasil no passado, nos primeiros anos da aproximação brasileira, os países africanos, que eram dirigidos justamente pelos heróis da guerra da independência, desconfiaram da mensagem brasileira. As desconfianças foram confirmadas pelo primeiro secretário-executivo da CPLP, Marcolino Moco, nesta entrevista ao jornal angolano *O País*:

*“O consenso não foi fácil, havia desconfianças... Havia, na discussão anterior, para a criação da CPLP, quem pensasse que aquilo poderia ser um retorno, com outra face, ao falecido império colonial português e havia outras interpretações. Mas por altura da cerimónia da criação da organização, 1996, já muitas das desconfianças haviam sido ultrapassadas. Havia já um empenho cerceado apenas, em alguns pontos, por dificuldades objectivas como a dispersão geográfica dos países membros e alguma discrepância na prioridade que cada Estado dava à CPLP. Angola, que era o país de origem do primeiro secretário executivo, tinha ainda o problema da guerra. Portugal, o mais empenhado na CPLP naquela altura, também tinha compromissos com a União Europeia, e o Brasil na altura, para sermos sinceros, não estava muito virado para a questão da CPLP. Naquela altura o governo brasileiro tinha outras prioridades, legítimas, que passavam pela estabilidade económica, encabeçada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e tínhamos um Brasil muito engajado no Mercosul.”*²⁸⁰

²⁸⁰ “Marcolino Moco: O Primeiro Secretario Executivo da CPLP”, *O País*, Luanda, 23 de julho de 2010. Disponível em <http://www.opais.net/pt/opais/?id=1647&det=14474&mid=322> (consultado em 11 de julho de 2011).

Talvez a CPLP tenha nascido na melhor década para o entendimento e desenvolvimento multilateral do bloco como um todo, uma época em que as colonizações haviam cessado, e ainda que guerras ideológicas e conflitos internos continuassem existindo, pelo menos o sistema comunista já havia há muito desmoronado, com a queda do Muro de Berlim em 1989. E uma nova “ordem mundial” se iniciava, e com ela as esperanças da criação de um bloco supra-regional-linguístico, com base numa herança e origem comuns, mas que olharia e pensaria, sobretudo, o futuro num mundo globalizado.

A união de todas as culturas e variedades linguísticas presentes no espaço lusófono, assim como a participação de organizações de sociedades distintas, o termo de dolorosos processos de guerra e o início de processos de reconciliação nacionais, o sucesso, enfim, quer das experiências populares, de luta de libertação, quer das lutas pelo fim de ditaduras, envolvendo múltiplos setores das sociedades de língua portuguesa, são aspectos a registrar; todos esses percursos ajudaram a conceber, construir e fortificar o tecido histórico e social da própria CPLP. O bloco constituiu-se, assim como uma aliança de culturas diferentes. Arriscamos mesmo a dizer que carrega civilizações diferentes, considerando tanto a diversidade existente nos países lusófonos como o fato, não despidendo, de a organização se projetar para o futuro. Apostando para uma mesma raiz histórica, conotada em Portugal ultrapassa-a, numa síntese nova. Como processo de aproximação entre países, a CPLP faz-se com suas particularidades diversas.

No momento em que escrevemos estas linhas, o representante do Secretário-Geral da ONU para a Aliança das Civilizações é o antigo presidente de Portugal Jorge Sampaio. Numa analogia livre, podemos imaginar a CPLP como uma “pequena aliança de civilizações”. As variedades cultural e geográfica do bloco nos embasam nesta análise. E ainda as culturas e religiões representadas dentro do espectro dos povos lusófonos, para referir algumas das maiores como, por exemplo, a judaica, a cristã, a islâmica, a hinduísta, e budista e as religiões e tradições nascidas na África e transportadas ao Brasil e outras partes.

Todos estes elementos admitem a hipótese de que a CPLP – que se refere à África, América, Europa e Ásia – possa ser, com os seus 250 milhões de cidadãos, uma réplica do que é o mundo do Oriente ao Ocidente do Norte ao Sul.

E de que poderá constituir-se como o antídoto do chamado “choque das civilizações”, apresentado por Samuel Huntington, num famoso artigo publicado na *Revista Foreign Affairs*, no verão de 1993. Nesse artigo, Huntington escreveu:

*“It is my hypothesis that the fundamental source of conflict in this new world will not be primarily ideological or primarily economic. The great divisions among humankind and the dominating source of conflict will be cultural. Nation states will remain the most powerful actors in world affairs, but the principal conflicts of global politics will occur between nations and groups of different civilizations. The clash of civilizations will dominate global politics. The fault lines between civilizations will be the battle lines of the future.”*²⁸¹

Ao recolher vários depoimentos sobre a importância da lusofonia no mundo contemporâneo, verificamos que o Movimento Internacional Lusófono (MIL) ouviu o duque de Bragança, pretendente ao trono português D. Duarte Pio de Bragança sobre o tema. O entrevistado defendeu a CPLP do futuro como uma “Federação dos Estados Lusófonos”, que “talvez fosse além da Commonwealth” integrando a Galiza. Pio de Bragança advogou ainda a entrada de países na CPLP como o Senegal e a Guiné-Equatorial, e disse que Portugal não deve “ficar isolado da lusofonia.”²⁸²

2. A CPLP NA MAIORIDADE E A BUSCA PELO ELO MACROECONÓMICO

A descoberta da língua em comum como fio condutor para ganhos macroeconômicos foi feita logo nos primeiros anos da CPLP, ainda que não tenha sido explorada sistematicamente como tal. Em um discurso que proferiu em 1 de agosto de 2002, ao assumir o cargo de Secretário-Executivo da CPLP, o embaixador brasileiro João Augusto de Médicis sublinhou o rumo que a CPLP estava tomando já naquele momento:

²⁸¹ Samuel Huntington. “The Clash of Civilizations?” artigo publicado na revista *Foreign Affairs* em 1993. Disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/48950/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations#> (consultado em 31 de dezembro de 2011).

²⁸² Depoimento de D. Duarte Pio de Bragança. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=vPgZP5hs7io> Publicado em 3 de outubro de 2011. (consultado em 2 de novembro de 2011).

*“A vertente econômico-comercial, por sua vez, ganhou novo impulso com a realização do I Fórum Empresarial, em 2002, iniciativa que passará a fazer parte do calendário da CPLP, agregando importante contribuição no sentido da promoção do intercâmbio comercial entre os Estados membros, e da conseqüente consolidação da própria Comunidade. A língua comum começa assim a se revelar não apenas patrimônio cultural, mas também vetor do desenvolvimento econômico.”*²⁸³

Em uma entrevista ao Jornal *Tribuna de Macau*, quatro meses antes de deixar o cargo, o secretário-executivo da CPLP que sucedeu a João Augusto de Médicis, Domingos Simões Pereira, disse que a entidade iria conduzir um estudo econômico para descobrir como promover mais comércio dentro do bloco. Uma lacuna que ficou, em sua opinião, cada vez mais evidente, com a criação e subsequente ação do Fórum de Macau, fundado sete anos após a CPLP, sob o lema da “Cooperação Sul-Sul”. Eis suas palavras, contextualizadas pelo próprio jornal:

*“(...) O engenheiro guineense admitiu que a CPLP tem falhado como comunidade económica, sublinhando a importância de um estudo sobre a cooperação económica nos oito países lusófonos que está a ser elaborado por um conjunto de peritos. “Queremos discutir a crise numa perspectiva positiva, perceber o que é que a CPLP pode representar para cada um dos Estados-membros como espaço de oportunidade. Por isso, convidámos técnicos dos vários países para reflectirem em conjunto e apresentarem propostas.”*²⁸⁴

A necessidade de recuperar o “elo perdido” do comércio para o desenvolvimento dentro do bloco lusófono foi expressa, também, pelo sucessor de Simões Pereira e atual secretário-executivo da CPLP, Murade Murargy, semanas após ter tomado posse no cargo, durante uma entrevista:

*“(...) Nós temos que virar a CPLP, digamos na área de economia, desenvolvimento. Então, a nível empresarial, nós temos que dar um grande impulso porque o comércio e investimento entre os nossos países se possa acelerar, cada vez mais.”*²⁸⁵

A força da CPLP pode ser por demais estratégica no século XXI quando o mundo se divide em blocos regionais. Os nove países da CPLP estão nesses blocos cobrindo uma grande parte do globo e com influência sobre seus parceiros.

²⁸³ Discurso do embaixador João Augusto de Médicis por ocasião da posse como secretário-executivo na CPLP. Disponível: <http://www2.mre.gov.br/deaf/CPLP/Discurso%20Augusto%20Medicis.htm> (consultado em 23 de outubro de 2011).

²⁸⁴ Entrevista ao Jornal *Tribuna de Macau* em 3 de fevereiro de 2012 por Domingos Simões Pereira. “CPLP veria com “muito agrado” maior participação de Macau.” Disponível em http://www.jt.com.mo/news/20120203/news_images/00_03_02_2012.pdf (consultado em 7 de fevereiro de 2012).

²⁸⁵ Murade Murargy em entrevista à Rádio ONU em 5 de outubro de 2012. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2012/10/exclusiva-murade-muragy/> Declaração feita aproximadamente no minuto 7 da entrevista. (consultado em 7 de outubro de 2012).

Numa época de globalização marcada pela recessão econômica, este é um ativo importante que a CPLP pretende aproveitar.

Em termos econômicos, alguns Estados-membros da CPLP caminham, há algumas décadas, na direção de uma economia de mercado liberal, enquanto outros estão se firmando neste conceito após anos de imersão em economias planificadas. A realidade é que este encontro surge no espaço da CPLP num momento em que o mundo também procura seu caminho com uma única superpotência. Justificam-se, por isso, caminhos forjados em processos mais comunitários e consensuais de desenvolvimento econômico dentro de uma realidade mais próxima ao conceito de multilateralismo.

Interessante notar que a primeira vez em que chefes de Estado e Governo da CPLP se reuniram fora do espaço do bloco foi durante os debates anuais da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, e a pedido do Brasil. Este encontro passou a ser anual, e ocorre também entre todos os ministros de Estado dos países-membros da CPLP.

Desde que foi criada, em 1996, a CPLP passou por vários momentos e despertou diferentes graus de interesse em outros países. Hoje, 18 anos depois (atingido o caminho da “maioridade”), o bloco é o ponto de união, por excelência, de todas as nações que falam a língua portuguesa ou que estão solidárias com ela.

Durante o discurso de inauguração da nova sede da entidade, em fevereiro de 2012, o presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, analisou, deste modo, a trajetória do bloco:

“De facto, o progresso que alcançámos merece ser realçado. A despeito da sua juventude, a nossa Comunidade é hoje um eixo central da política externa dos Estados que a integram, um valioso elemento de valorização do papel de cada um dos nossos países no contexto regional e internacional em que se inserem. É, ainda, um importantíssimo instrumento de cooperação e de concertação política, em domínios cada dia mais vastos e envolvendo um número cada vez maior de setores das nossas sociedades.

*É, por fim, um fator de aprofundamento da relação entre os nossos Povos, promovendo o sentimento de pertença a um espaço comum, assente na língua e no código de valores que partilhamos.”*²⁸⁶

²⁸⁶ Alocução do presidente Cavaco Silva durante a inauguração da sede da CPLP em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2012. <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=61733> (consultado em 6 de fevereiro de 2012).

Dentro da CPLP está o caminho para várias organizações regionais que vão das Américas à Ásia. Para citar apenas algumas: Mercosul, Cedeao, União Africana, SADC, União Europeia, OAS. Num futuro próximo, espera-se que também a ASEAN, com a entrada do Timor-Leste no grupo.

Em suma, enfatizou o presidente português os interesses de Portugal numa CPLP forte, mas é necessário também que indaguemos o interesse de cada membro da organização. O Brasil, um país emergente, também tem muito a ganhar com a pertença à CPLP, ainda que isso cause surpresa. Muitos diplomatas, como alguns dos entrevistados para este pesquisa, surpreenderam-se com os dividendos políticos e econômicos que a CPLP começou a mostrar nos últimos anos, com gestões bem-sucedidas sobre algumas tentativas de golpes de Estado, nomeadamente na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe. Mas também com o crescimento econômico de Angola e de Moçambique. Ou ainda com a porta de entrada que se abriu na Ásia através do Timor-Leste e do seu petróleo, para além dos benefícios decorrentes das boas relações com a China, via Macau.

Todos os Estados membros da CPLP podem encontrar um motivo de seu interesse por pertencer a este bloco.

E mesmo os mais cétricos poderão entender que a CPLP de há 18 anos era bastante diferente daquela em que está se transformando a CPLP de nossos dias.

Em um discurso feito logo após assumir o cargo, antigo o secretário-executivo da CPLP Domingos Simões Pereira traçou o futuro do bloco conclamando mais responsabilidade geopolítica e militar, mais dividendos comerciais e maior credibilidade internacional.

Pedia o fim de “barreiras” e, sem dizer exatamante o que pretendia, mencionava ainda a eleição do presidente Barack Obama, nos Estados Unidos, que havia tomado posse, em janeiro daquele ano (de 2009), como o primeiro chefe de Estado americano de ascendência africana direta. Confirmamos abaixo cinco das 12 recomendações então feitas pelo secretário-executivo da CPLP tendo em vista o cumprimento de sua missão:

“Será fundamental definir um rumo para a cooperação técnico-militar no futuro, deve esta continuar a centrar-se na formação de quadros e a realização de exercícios conjuntos ou

avançar para fórmulas mais integradas de cooperação; • A CPLP deve ser a «casa comum» da lusofonia mas uma casa viva e de luzes acesas. Uma maior visibilidade consolidará a credibilidade da CPLP. • Fomentar as parcerias público-privadas – realizar negócios no espaço CPLP • O Secretariado Executivo precisará de revelar capacidade de liderança e visão estratégica que permitam ultrapassar a inércia e falta de resposta dos estados membros em momentos críticos – o momento histórico para Portugal • Barreiras actuais parecerão ridículas no futuro • A eleição de Barack Obama.”²⁸⁷

Não é possível prever hoje, na primeira metade do século XXI, o que será a CPLP de 2025 ou 2050, mas, com base em projeções demográficas, sabemos que, em algumas décadas, o número de pessoas que falam português será de 350 milhões, o que é mais do que população atual dos Estados Unidos. Sabemos ainda que a situação econômica de Angola e do Brasil tenderá a ser ainda mais próspera do que é hoje, quando já em nada se assemelha ao que era quando a CPLP foi criada.

Um outro fator importante a ter em conta prende-se com a capacidade da organização para ajudar em processos internos de consolidação da democracia sobretudo em países como São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné-Bissau.

Também haverá que saber explorar os dividendos decorrentes das riquezas naturais dos vários espaços com destaque para o petróleo timorense e angolano. O Brasil também tem abundantes riquezas naturais, com destaque para o petróleo, mas goza de capacidade autônoma de exploração comercial. Já Moçambique, para lá de suas riquezas naturais, embora menores em termos comparativos com outros países da CPLP; tem um importante papel como ponte política e cultural para a Commonwealth e para o mundo islâmico, além de ser uma ponte geográfica para o Oceano Índico. Tudo isso, certamente irá transformar a CPLP e sua capacidade de influência nos próximos anos, aumentando, consideravelmente, o cacife político do bloco.

Aos poucos, os cidadãos dos países de língua portuguesa (ainda não existe um estatuto jurídico de cidadão lusófono) vão se dando conta da importância de falarem uma e a mesma língua. Mais do que isso, o que começou em São Luís do Maranhão, por mãos

²⁸⁷ Domingos Simões Pereira em 21 de janeiro de 2009 “A Importância Estratégia da CPLP no Mundo Global”. (200. pp. 11-12) Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?q=lusofonia&ID=41&Submit.x=4&Submit.y=9> (consultado em 6 de janeiro de 2012. p. 6)

de chefes de Estado e Governo, ou seja, de “cima para baixo”, pode se tornar, num futuro não muito distante, um movimento de bases, de “baixo para cima”, como vaticinaram o presidente português, Cavaco Silva, e a nova liderança da CPLP, com a ideia comum (porventura colhida na poeta portuguesa Sophia de Mello Breyner) de que aquela “tinha que descer à rua”.

Neste contexto, podemos talvez contrariar Eduardo Lourenço e dizer que a lusofonia “não é uma quimera”, mas sim um conceito que pode ter sido iniciado de forma politicamente ingênua, mas que tem tudo para fazer parte do mundo real e macroeconômico contemporâneo. Não é por isso de espantar, ainda, que devido a todos estes cálculos demográficos, políticos e econômicos, muitos países que não falam o português, mas que têm interesses comerciais com os Estados da CPLP, queiram firmar uma relação de amizade com os mesmos, adquirir o estatuto de observadores do bloco ou mesmo adquirir a qualidade de Estados-membros, na linha do que aconteceu com a Guiné-Equatorial. E desta forma, o idioma também lucra, caso seja promovido e incluído como parte vital dos esforços de alargamento e de novas cooperações.

Uma situação muito semelhante à de Portugal é a dos dois maiores países africanos de língua portuguesa: Moçambique e Angola.

De acordo com a Câmara Portuguesa do Comércio, no Brasil, o volume de negócios entre Brasil e Portugal cresceu 22 por cento em 2010, levando a um total de 2,08 bilhões de dólares. O mesmo se deu entre Portugal e Angola. A informação foi dada pelo embaixador português em Angola, Francisco Ribeiro Telles. Em 2009, as trocas comerciais entre as duas nações somaram 2,2 bilhões de euros.²⁸⁸

Entre 2000 e 2010, Angola saltou da 10.^a posição para a 4.^a posição como país importador de bens portugueses. Portugal só exporta mais bens para a França, Alemanha e Espanha. Interessante observar, também, que países como o Brasil, considerado uma potência econômica emergente, percebem que investimentos seus em outras nações emergentes, como Angola, devem ser inclusivos. O Brasil defende ainda que se contratem cidadãos do país anfitrião para todas as empresas aí instaladas.

²⁸⁸ Cf. Canal A. “Comércio Próspera entre Angola e Portugal” declaração de Francisco Ribeiro Telles em 16/7/2010. Disponível <http://www.rna.ao/canalA/noticias.cgi?ID=35548> Dados sobre o Brasil são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (consultado em 21 de janeiro de 2011).

Algumas empresas portuguesas, e até mesmo integrantes de governo, insistem no modelo anacrônico da centralização. Ao ser perguntado pelo jornal angolano *O País*, em 14 de janeiro de 2012, sobre a contratação de angolanos para as firmas portuguesas, o então ministro adjunto e dos Assuntos Parlamentares português, Miguel Relvas, respondeu:

O País: Na sua visita a Angola, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff apelou a que as empresas brasileiras empreguem mais angolanos a nível sénior. Julga ou não ser importante que isto se faça com as Empresas portuguesas que operam em Angola?

Miguel Relvas: Claro que sim, sempre respeitando as necessidades operacionais de cada empresa.

Na mesma entrevista, Relvas falou sobre a relação da língua portuguesa com o poder comercial e simplificou duas nacionalidades (Grifo da autora):

O País: Em Portugal fala-se em parceria estratégica com Angola. Todavia, em Angola, fala-se em cooperação. Vê diferenças conceptuais práticas entre estas duas visões?

Miguel Relvas: Penso que é mais uma questão semântica. O que podemos constatar é um incremento cada vez maior de interação entre os dois Estados e entre as respectivas sociedades civis. Temos uma língua e uma cultura comuns e isso é um património que não tem preço nem se adquire ou aliena por qualquer vontade política. O que importa é encontrar os caminhos de cooperação que sejam úteis aos dois Povos e em áreas cujo património linguístico facilite e onde ambos os Estados vejam vantagem nessa integração no espaço mais alargado do mercado atlântico sul no qual o português surge como verdadeiro instrumento económico.

O País: Como é que o governo português, e o senhor ministro em particular, caracteriza a migração angolana? Isto é, como é que os angolanos são vistos em Portugal, de uma forma institucional e como grupo do ponto de vista social, económico e até político (ao nível local e autárquico?)

Miguel Relvas: Penso que tal situação está perfeitamente estabilizada e consolidada numa demonstração de adaptação e aceitação que talvez não tenha paralelo em mais nenhuma parte do mundo. Não tenhamos receio de assumir esse grande património comum que é o respeito e aceitação recíproca que soubemos demonstrar ao longo dos atribulados tempos que temos vivido à escala mundial. Um português é angolano em Angola e um angolano é um português em Portugal.²⁸⁹

Estas relações e identificações estreitas entre os países lusófonos ocorrem não raramente quando o tema é negócio e comércio, embora, como referimos, não exista, por exemplo, um estatuto de cidadão lusófono e continuam sendo muitas as dificuldades de circulação das empresas e, sobretudo, das pessoas no espaço lusófono.

²⁸⁹ Entrevista de Miguel Relvas a *O País*, Luanda, em 14 de janeiro de 2012. Miguel Relvas “Um angolano é um português em Portugal.”. Disponível em <http://www.opais.net/pt/opais/?det=25112&id=1647&mid=290> (consultado em 17 de janeiro de 2012).

Em 2007, ao assumir a presidência rotativa da União Europeia, Portugal passou a contar com um interesse especial do Brasil no que diz respeito a fortalecer as relações do país sul-americano com o bloco europeu, fossem elas de natureza política ou econômica.

A língua em comum e os laços históricos ajudaram as duas nações a defenderem seus interesses de forma muito mais eficaz, o que continua a ocorrer em outros *fora* internacionais. Há vários anos que as bases desta cooperação estão sendo costuradas, mas o mais ainda está por fazer. Em 2001, num discurso que proferiu, o então presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, sugeria que o Brasil esperava obter de Portugal uma porta de entrada para o Mercosul no lucrativo mercado europeu.

Disse Fernando Henrique Cardoso:

*“O Brasil conta com Portugal para que a Europa se revele sensível à expectativa do Mercosul por maior acesso ao mercado agrícola europeu. O pleito é antigo, mas sua relevância não poderia ser mais atual. Não podemos deixar que interesses setoriais comprometam a constituição daquilo que pode ser a mais extensa e populosa zona de livre comércio do globo. (...) O Brasil quer se fazer escutar no mundo do futuro. Ao lado de Portugal e dos demais países lusófonos.”*²⁹⁰

Uma zona de comércio livre é a forma mais elementar de um processo típico de integração econômica, que consiste na livre circulação de bens e serviços no espaço comum sem o pagamento de impostos alfandegários. Quando falamos da livre circulação de pessoas no espaço lusófono, como uma meta presumivelmente a alcançar no futuro, temos de perceber que ela é própria de uma fase mais avançada de um processo típico de integração. Temos de perceber ainda que mesmo a fase mais elementar está muito longe de ser concretizada.

A cooperação em blocos, aliás, é, na opinião do diretor-executivo do IILP ao tempo em que a presente tese é escrita, Gilvan Müller de Oliveira, um dos caminhos mais eficientes para o que ele chamou de “maior ação de promoção do português na

²⁹⁰ Alocução do presidente Fernando Henrique Cardoso em 5 de setembro de 2001 em almoço de homenagem ao primeiro-ministro de Portugal, António Guterres, no Palácio Itamaraty, Brasília. Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/2001-2-semester/37.pdf/at_download/file (consultado em 23 de outubro de 2011).

História”: a “decisão argentina de tornar o português obrigatório em toda a escola secundária” do país ocorreu, segundo ele, pelo Mercosul.²⁹¹

Em outubro de 2005, o presidente brasileiro Lula da Silva falou a empresários portugueses, e usou a língua para formar uma ponte, deixando claro que, pelo menos tão importante como o idioma em comum, eram o comércio e o lucro.

*“Não há nada mais vantajoso do que negociar em sua própria língua, com alguém que partilha dos mesmos costumes. Nossa afinidade explica, em muito, a aposta de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal. Explica também, a crescente presença de subsidiárias de empresas brasileiras em terras portuguesas. Isso pode ser fator determinante para iniciativas conjuntas em terceiros mercados. Somos, sim, portas de entrada. Portugal pode ser canal privilegiado para o acesso brasileiro ao mercado europeu. O Brasil pode constituir plataformas para as operações de empresas portuguesas na América do Sul.”*²⁹²

O entusiasmo de Lula pela África ou por Portugal era sempre acompanhado do interesse dos empresários brasileiros que se somavam em massa à comitiva presidencial. Foi assim no Porto, na Cidade da Praia etc. A ponte aérea estabelecida entre Fortaleza, no estado do Ceará, e a Ilha do Sal, em Cabo Verde, prova os esforços dos dois governos (o brasileiro e o cabo-verdiano) para aumentarem o turismo e o comércio entre os dois países.

Em seus vários discursos sobre a CPLP, Lula sempre lembrou o papel mediador do bloco para evitar a violência, gerada por golpes de Estado, em países como São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau. Falou também do papel da organização junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, para que fosse instalada uma missão de paz desta organização no Timor-Leste. Em São Tomé e Príncipe, por exemplo, o Brasil só inaugurou uma embaixada em novembro de 2003.

²⁹¹ Gilvan Müller de Oliveira, em entrevista à RTC de Cabo Verde em 12 de outubro de 2011. Disponível em http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=41&id_cod=12863&nome_programa=A+Entrevista&data=2011-10-12&codigo= (consultado em 14 de dezembro de 2011).

²⁹² Intervenção do presidente Lula em Porto, Portugal, em 13 de outubro de 2005. “Oportunidades de Novos Negócios e Investimentos Brasil-Portugal”, disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/10-mandato/2005/2o-semester/13-10-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-seminario-201coportunidades-de-novos-negocios-e-investimentos-brasil-portugal/view> (consultado em 13 de outubro de 2011).

De acordo com o próprio presidente, “*Durante muitos anos, o Brasil esteve de costas para a África*”.²⁹³ E o interesse no novo país africano era o de um futuro comum na exploração de petróleo. No mesmo discurso, Lula colocou à disposição do governo santomense o conhecimento da Petrobras no setor.

Durante a presidência Lula, o Brasil abriu canais de cooperação em várias áreas onde não costumava atuar. Ao “diversificar sua pauta”, o Brasil manteve os tradicionais mercados de exportação para a Europa e os Estados Unidos, e conquistou outros como novas entradas em países africanos, árabes e sul-americanos.

Não será irrelevante lembrar, no entanto, que no momento em que Lula chegou ao poder, o destino da ALCA, a Área de Livre Comércio das Américas, estava mais ou menos fadado a não acontecer. O embate entre os negociadores brasileiros e americanos sobre a subsídio dos Estados Unidos a seus produtores de suco de laranja, por exemplo, era um embaraço ao avanço da ALCA. E como a História recente nos mostra, esta tentativa de constituição de um bloco pan-americano de caráter econômico acabou fracassando. Com isso, a África se tornava um parceiro quase natural para as novas relações de poder e comércio do Brasil, e uma língua em comum reforçada pela pertença à CPLP era mais que “boa parte do caminho” andada. Recordamos que nessa altura, pensando no continente africano, o Brasil já mantinha relações comerciais lucrativas com a África do Sul, Angola e Nigéria.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil revelam que, em 2009, a África (o comércio com os países africanos) representava o 4.º maior destino das exportações brasileiras atrás da China, da Argentina e dos Estados Unidos. O continente africano estava na frente da Alemanha em volume de comércio com o Brasil, em operações facilitadas sobretudo pela existência de uma língua em comum.

Interessante ainda notar que o comércio em português cresceu desde a criação da CPLP.

²⁹³ Discurso de Lula da Silva durante a cerimônia de inauguração da Embaixada do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/02-11-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-inauguracao-da-embaixada-do-brasil-na-republica-democratica-de-sao-tome-e-principe/view> (consultado em 14 de outubro de 2011).

De acordo com uma reportagem da *Revista Língua*, publicada em 2011, importa destacar os seguintes dados.

*“Estudo da Apex (Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos) de 2009 mostra que os negócios realizados em língua portuguesa cresceram 534% nos cinco anos anteriores. O fluxo de comércio entre o Brasil e os sete países lusófonos pulou de US\$ 1 bilhão em 1996 (quando a Comunidade de Países de Língua Portuguesa foi formada) para US\$ 6,5 bilhões em 2008. Muito desse avanço se deve à estabilização política dos países, em particular os africanos. A crise mundial não afetou de forma substancial o cenário: hoje há mais ênfase diplomática e comercial entre as nações que falam português entre si.”*²⁹⁴

Como já vimos, em fevereiro de 2012, a CPLP inaugurou sua nova sede no Palácio Conde de Penafiel, em Lisboa, com a presença de chefes de Estado e de Governo, assim como de ex-líderes portugueses e africanos como Pedro Pires, de Cabo Verde, e Joaquim Chissano, de Moçambique. Na cerimônia e em reuniões posteriores sobre o futuro da CPLP, os países-membros do bloco exprimiram sua vontade de aumentar o perfil econômico-comercial da instituição.

Enquanto a CPLP engatinhava nas ideias sobre o papel de um bloco comercial, a China contabilizava uma “cooperação” de mais de 117 bilhões de dólares em 2011 entre os países de língua portuguesa. Neste mesmo contexto, Portugal voltou a afirmar que gostaria de ser uma “ponte” entre a União Europeia e os demais países da CPLP. Um anúncio feito quase 20 anos após a União Europeia firmar um memorando de entendimento com os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). Um acordo de cooperação foi assinado por todos esses países mais a Comissão Europeia em novembro de 2007. Além da associação com blocos regionais e comerciais em todos os continentes do mundo, uma outra vantagem de se pertencer à CPLP. E estas vantagens já foram observadas por outros países não-lusófonos. A decisão da Guiné-Equatorial de pertencer à CPLP, assim como as manifestações de interesse de países como a Ucrânia, as Ilhas Maurício, o Senegal e, por último, a própria Austrália são provas do interesse de nações que não falam o idioma. As razões que motivam estas nações são diferentes. Sendo inequivocamente econômicas, são também políticas e culturais.

²⁹⁴ “O Valor do Idioma. Crescimento e valorização do português no mundo acompanham atual destaque econômico e cultural do Brasil.” *Revista Língua*. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=12426> (consultado em 8 de dezembro de 2011).

Em uma entrevista que concedeu à Rádio portuguesa TSF, em 6 de fevereiro de 2012, por ocasião da inauguração da nova sede da CPLP, em Lisboa, o ex-ministro português dos Negócios Estrangeiros Martins da Cruz afirmou que Portugal era um dos países que se beneficiavam da pertença ao grupo num momento de crise. Eis as palavras:

*“Mas não podemos nos esquecer de uma coisa: enquanto em termos de equilíbrios e relações de poder, a Comunidade dos Países Francófonos é dominada pela França e a Commonwealth pelo Reino Unido, na CPLP um dos filhos ultrapassou o pai. E o Brasil tem uma posição geoestratégica e uma posição mundial mais importante do que Portugal.”*²⁹⁵

Em função desta “ultrapassagem”, o ex-ministro dizia que Portugal tinha “*que prestar cada vez mais atenção ao Atlântico Sul, porque é aí que se situam a maior parte dos países da CPLP.*” A alegoria entre pai e filho para descrever os dois países também foi usada por um dos maiores escritores da língua portuguesa.

No seu depoimento para esta tese, o escritor moçambicano Mia Couto afirmou compreender a diferença entre a relação dos países africanos com Portugal e aquela que

o Brasil mantém com a ex-metrópole. Segundo Mia, com as guerras de independência, a África conseguiu uma ruptura mais inequívoca, que a separou do “pai”:

“(...)Existem questões históricas que pertencem ao passado, quase todas elas mais ou menos resolvidas. Eu ainda noto uma certa necessidade de tipificar o “português”, de o reduzir a uma anedota, como se os portuguesesoubessem facilmente num estereotipo e esse estereotipo fosse uma vingança contra a história. Mas também verifico que em Portugal subsistem alguns clichês ao pensar o Brasil. O intelectual Eduardo Lourenço escreveu textos muito interessantes sobre o que há ainda a curar nesse relacionamento. Os povos africanos de expressão oficial portuguesa curaram alguns dos ressentimentos do passado porque fizeram uma luta armada, uma rebelião de ruptura ao nível cultural. Mataram o ‘pai’” (ANEXO MIA COUTO).

²⁹⁵ “Martins da Cruz e Luís Amado aprovam aposta na vertente econômica da CPLP.” TSF, Portugal, 6 de fevereiro de 2012. Disponível em http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=2286984 (consultado em 6 de fevereiro de 2012).

3. CPLP: BUROCRACIAS E IDIOSSINCRASIAS, IMPASSES À LUSOFONIA

Em outubro de 2012, uma conceituada revista britânica sobre negócios, dirigida a leitores da chamada classe A, escolheu para sua capa o tema da lusofonia, definindo o português como “a nova língua do poder e do comércio”. Ao enviar uma equipe de vários fotógrafos, redatores e editores aos países lusófonos, a revista *Monocle* visitou também a nova sede da CPLP em Lisboa. Segundo a publicação, “naquele dia de verão, não havia muitas pessoas trabalhando na sede, que comporta cerca de 20 funcionários.” Ao serem recebidos pelo diretor de cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão, o redator Steve Bloomfield e o fotógrafo Steve Stoer surpreenderam-se ao descobrir que até mesmo a Ucrânia queria ser membro associado do bloco. Ao ser conduzido por Lapão à sala de reuniões, onde estão expostas todas as oito bandeiras dos países-membros, Bloomfield descreveu assim um comentário do diretor de cooperação da casa:

*“(...) Political limits do not allow us to go further”, says Lapão, stepping back and admiring the flags. “We have real potential that is not perceived by the international community. Not even”, he adds with a sad smile, “by the leaders of the CPLP.”*²⁹⁶

O tema da autoestima dos falantes da língua portuguesa será abordado mais adiante nesta pesquisa, mas, por enquanto, tentaremos nos ater a uma atitude que parece ser transferida ao contexto da CPLP: a de que alguns, senão muitos, subestimam o papel do bloco e o potencial da organização como um todo. Ao expor ao repórter sua opinião, o diretor de cooperação da CPLP tocou, quiçá, num ponto nevrálgico para o avanço da comunidade política, a atitude de seus membros em relação ao bloco. Devido a esta atitude, pelo que sugere a reportagem, a CPLP constrói, ainda que de forma inconsciente, entraves a seu próprio progresso como organização e como agregado de nações individuais independentes.

A influência política que poderia estar sendo melhor explorada para beneficiar todos os países-membros da CPLP é agora percebida e usada por nações

²⁹⁶ Revista *Monocle*. Report Lusophone HQ, “Talk it Out – Lisbon”, parte da reportagem “Generation Lusophonia: why Portuguese is the new language of power and trade.” Writer Steve Bloomfield, photographer Steve Stoer. p. 47. *Monocle*. Issue 57, October 2012. Published in London.

alheias ao grupo, mas que dele querem fazer parte. Como, por exemplo, a Austrália, que buscou o apoio da CPLP para a sua vitoriosa candidatura ao Conselho de Segurança da ONU, no biênio 2013-14.

Na tentativa de estabelecer prioridades e programas de desenvolvimento e cooperação, a CPLP despacha memorandos de entendimento, iniciativas de colaboração e estratégias de combate à fome, à pobreza, ao analfabetismo e a outros males sociais que, certamente, produzem frutos, mas em escala menor do que a esperada e, certamente, a necessitada. Um programa mais estratégico, ousado e organizado de atuação poderia, e muito, adiantar os objetivos do bloco produzindo resultados mais efetivos.

Um dos entraves à CPLP é, sem dúvida, a forma como está organizada em seu próprio estatuto. Ao mesmo tempo que é elogiada por ser uma entidade composta por membros em posição de paridade, em que cada país representa um voto, a CPLP se vê presa nos processos de tomada de decisão. Aliás, a organização recebe amiúde críticas por essa alegada “letargia ou inoperância”. Como já lemos nesta pesquisa, um de seus mais severos opositores, Vasco Graça Moura, e não apenas por causa do Acordo Ortográfico, sustentou essa posição.

Na prática, as funções e atuações do secretário-executivo são limitadas, como afirmou o primeiro detentor de tal posto. Marcolino Moco descreveu o problema como sendo estrutural, uma vez que se localiza nos próprios estatutos da CPLP, que tiraram ao Secretariado Executivo qualquer poder de ação.

Numa entrevista ao jornal angolano *O País*, Moco explicou o seu ponto de vista:

*“(...) Outro aspecto é que a CPLP não confere o grau de autonomia necessária às estruturas executivas, como acontece na francofonia e na Commonwealth, ou ainda como acontece nas Nações Unidas em que o Secretariado Geral tem o protagonismo que se conhece, praticamente o Secretário Geral tem um estatuto quase de chefe de Estado, ou, pelo menos, como par de chefes de governo. Parece-me que há um espartilho, um zelo demasiado de os estados controlarem o dia-a-dia da acção do executivo, reduzindo a sua função de executor, programador e pensador das políticas da CPLP (...)”*²⁹⁷

²⁹⁷ “Marcolino Moco: O Primeiro Secretário-Executivo da CPLP”, *O País*, Luanda, 23 de julho de 2010. Disponível em <http://www.opais.net/pt/opais/?id=1647&det=14474&mid=322> (consultado em 5 de fevereiro de 2012).

Trata-se de uma estrutura que executa as deliberações de governos variados e, com certeza, com opiniões diferentes. Pode-se argumentar sobre o tamanho do orçamento da organização, em torno dos 2 milhões de euros, assim como sobre a falta de promoção do bloco nos *media*.

Na verdade, são elementos que podem ser associados à falta de um gerenciamento efetivo, descentralizado e mais estratégico da organização. Mas aquilo que, por vezes, não é visto pelos nativos da língua portuguesa (o potencial da organização) já começa a ser observado por países fora da CPLP. É a questão que já referimos, mas que precisamos compreender melhor. Podemos verificar, na realidade, que mesmo com todas as críticas, muitas delas justas, que a entidade recebe, e todas as falhas que podem ser apontadas, somente a presença da CPLP já ajudou a colocar o português num mapa muito maior do que se imaginava ter antes do surgimento do bloco.

A pertença ao grupo também fortaleceu a coordenação política de seus membros dentro de organizações internacionais, embora as prioridades também divirjam. Enquanto um membro valoriza, sobretudo, a promoção e a difusão da língua portuguesa, o terceiro pilar da CPLP, outros colocam a concertação político-diplomática como objetivo primeiro.

E no fundo podemos ver que a grande questão, como referiu Cavaco Silva, é a concertação político-diplomática, que levada inteligentemente a cabo integra a promoção e a difusão da língua. Esta perspectiva, além do mais, aponta para o principal problema que enfrentam todas as organizações internacionais. É que na verdade o que dá poder aos Estados independentes é a capacidade de gerirem a interdependência e de partilharem responsabilidades.

Como descreve Marcolino Moco, os limites impostos à posição do secretário-executivo da CPLP, a aparente concentração de poder de decisão nas mãos dos ministros e dos chefes de Estado e de Governo, e a falta de peso jurídico no cenário internacional desta mesma organização terminam por prejudicar a CPLP e sua esfera de atuação. As aparentes amarras criadas na estrutura da CPLP são o verdadeiro obstáculo para o avanço da mesma. E o mesmo problema parece ter atingido a Organização Internacional da Francofonia. Em 2004, durante uma reunião da X Cimeira, realizada em Ouagadougou, houve uma mudança de estratégia, como explica a carta da organização:

*“À Ouagadougou, en 2004, réunis en Xe Sommet, les chefs d’État et de gouvernement ont approuvé les nouvelles missions stratégiques de la Francophonie et ont pris la décision de parachever la réforme institutionnelle afin de mieux fonder la personnalité juridique de l’Organisation internationale de la Francophonie et de préciser le cadre d’exercice des attributions du Secrétaire général.”*²⁹⁸

No caso da CPLP, o “problema estrutural” nasceu com a própria criação do bloco. Segundo a hierarquia das normas estatutárias, o Secretariado Executivo aparece atrás do Comitê de Concertação Permanente e do Conselho de Ministros.

No topo da pirâmide está a Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Uma outra crítica constante à CPLP situa-se no abismo existente entre suas intenções, manifestadas ao mais alto nível, em suas declarações ministeriais e presidenciais, e o que acontece na prática e no dia-a-dia da entidade.

Um desses desafios é, justamente, o modo de concretização de sua missão. Uma análise mais detalhada das declarações finais de suas inúmeras cimeiras e reuniões mostra, claramente, que o bloco tem aspectos que, por vezes, demonstram uma certa confusão sobre as prioridades a prosseguir. Um exemplo do que dizemos ocorreu numa reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em julho de 2011, em Luanda, que debateu, entre outros temas, a estratégia de segurança alimentar da CPLP e os direitos das pessoas com deficiência.

O mesmo encontro também tratou de questões de saúde, educação e meio ambiente. O anúncio foi feito pelo porta-voz da XXII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, como explicou o diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão, numa matéria sobre a CPLP para a TV. Na mesma peça, Clarote Lapão falava sobre o propósito de “encontrar uma posição consensual” dos Estados-membros do grupo para que se apresentasse uma “posição fechada” sobre os temas. E antes que a reportagem terminasse, lembrou ainda que seriam temas em debate na reunião:

“A inclusão e o apoio social aos meninos de rua, a criação de uma Universidade Africana para a Juventude, o projeto de ensino a distância e a capacitação dos laboratórios de engenharia

²⁹⁸ *Charte de la Francophonie, adoptée par la Conférence ministérielle de la Francophonie Antananarivo, em 23 de novembro 2005. Disponível em http://www.francophonie.org/IMG/pdf/charte_francophonie.pdf (consultado em 6 de fevereiro de 2012).*

dos PALOP são programas a serem sugeridos na reunião em que vai sentar à mesa os titulares das diplomacias dos oito Estados dos países que têm o português como língua oficial.”²⁹⁹

A riqueza e variedade de temas a serem discutidos num só encontro nos leva a pensar que existe uma grande demanda e pressão sobre a CPLP, que podem representar um risco para a eficiência da organização.

O estabelecimento de prioridades, por outro lado, torna-se um desafio de grande importância quando tantas agendas tentam convergir num só espaço.

Em 2009, o professor do departamento de ciência política da Universidade de Campinas (Unicamp) Shiguenoli Miyamoto escreveu, num artigo intitulado *O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)*, sobre uma das razões, em sua opinião ³⁰⁰, para a entidade ter “prioridades confusas”. Para Miyamoto, a falta de coordenação, muitas vezes sentida, dentro da CPLP é fruto, justamente, dos divergentes interesses de seus Estados-membros. Eis suas acutilantes palavras:

“(...) Se algo existe na arena mundial, é justamente a falta de coincidência de interesses comuns entre os países de língua portuguesa, além, certamente, dos esforços para viabilizar o idioma como oficial no âmbito da Organização das Nações Unidas. No mais, cada um sempre agiu à sua própria maneira e às custas de seus próprios esforços, ou dentro das organizações às quais pertencem no plano mais próximo, principalmente geográfico. Por isso, possivelmente, pode-se entender os poucos esforços realizados tanto por Brasil, quanto por Portugal, os dois maiores da comunidade, e que foram assim entendidos por Mário Soares, anos depois. Aliás, é comum tanto nos discursos oficiais, quanto na própria produção acadêmica sobre a CPLP, a menção ao fato de os países membros pertencerem simultaneamente a várias outras organizações, o que tornaria possível ampliar a projeção dos interesses dessa comunidade, e que não necessariamente corresponde à verdade dos fatos.”

As discordâncias mencionadas por Miyamoto estão aliás presentes nos dois lados do Atlântico. Desde logo, nem todas as vozes com influência política e cultural são entusiastas da CPLP.

²⁹⁹ Matéria da *RTP Internacional* no “Repórter África” em 15 de julho de 2011. Disponível em <http://videos.sapo.pt/cplpmultimedia/139LILDZDCF0kkZwucpz> (consultado em 6 de novembro de 2011).

³⁰⁰ “O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)”, Shiguenoli Miyamoto, em 2009. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rev. bras. polít. int. vol.52 no.2 Brasília July/Dec. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292009000200002&script=sci_arttext (consultado em 31 de dezembro de 2011).

Ao contatarmos um ex-alto funcionário aposentado do governo brasileiro para uma entrevista sobre o papel do bloco e as novas relações entre os países lusófonos, fomos surpreendida com a breve, e sincera, resposta enviada por correio eletrônico.

A identidade do remetente se manterá anônima a pedido do próprio.

*“Prezada Monica
Confesso a você que, embora a CPLP tenha sido criada [...] pouco tive a ver com ela. Foi uma idéia do José Aparecido que nunca me empolgou muito. É muito boa para Portugal porque fortalece o poder de influência deles, mas ao Brasil não acrescenta nada. Assim, espero que você compreenda que eu não pretendo falar mais sobre o assunto, que não considero muito importante para a política externa brasileira mas sim para Portugal e para os países africanos. Um abraço.”*³⁰¹

As palavras do putativo entrevistado parecem encontrar apoio numa pesquisa acadêmica, realizada em 2009, por Mariana Villares Pires Cerqueira da Mota, da Universidade de São Paulo. Ela produziu uma dissertação de mestrado sobre os papéis de Brasil e Portugal na CPLP. Ao realizar um questionário aleatório com 1366 pessoas na internet, a pesquisadora constatou que a CPLP tinha uma imagem muito mais positiva para os portugueses do que para outros falantes do português, ao mesmo tempo que era criticada por mais da metade dos entrevistados africanos (54,8 por cento), que *“não viam com credibilidade a atuação da CPLP”*. Segundo a pesquisadora, a questão da identidade manifestada no conceito de lusofonia era muito mais forte entre os portugueses e africanos, e, por último entre os brasileiros.³⁰²

Mas voltemos ao professor Miyamoto e às suas reflexões sobre a importância que o Brasil deve dar à CPLP:

“No entanto, pode-se afirmar que a importância concedida pelo Brasil à CPLP é proporcional à que a mesma desfruta no cenário internacional. Não é apenas em relação a CPLP como instituição, mas com todos os países que a compõem, a não ser em momentos específicos. Não se pode afirmar, contudo, que a CPLP não tem importância para a política externa brasileira. (...) Desde sua criação, a CPLP pode ser entendida como um grupo que pode, em momentos variados, dar substancial apoio às pretensões brasileiras em nível mais geral. Mas não se pode,

³⁰¹ Identidade do entrevistado mantida em anonimato, a pedido do mesmo.

³⁰² Mariana Villares Pires Cerqueira da Mota. “Brasil, Portugal e a CPLP: possíveis estratégias internacionais no século XXI.” 2009. pp. 68 e 71. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10022010-174615/>>. (consultado em 1 de janeiro de 2012).

também, negligenciar o papel que o país procura exercer junto a essa comunidade, como aquele que tem maior projeção e capacidade internacionais.”³⁰³

Quando a CPLP se ocupa de seu terceiro pilar - a promoção da língua portuguesa -, o que se estabelece em declarações e resoluções da organização reduz-se mais a boas intenções do que a medidas reais de divulgação do idioma. E aí, obviamente, vontade política e recursos financeiros não são fatores de menor importância. Com o cuidado de produzir consensos e de não ofender a nenhum de seus membros, a CPLP vive em meio ao paradoxo de harmonizar procedimentos e projetos que, algumas vezes, podem parecer impossíveis de realizar.

Como já vimos, as idiossincrasias na formação da CPLP e as desconfianças de que o bloco poderia ser uma nova forma de “colonização” não facilitaram o relacionamento de seus membros, que, ainda hoje, não raramente se servem de argumentos como a “disparidade geográfica” e as “peculiaridades nacionais” o que terminaram por atrasar projetos e afeta o crescimento da CPLP.

Mas nem tudo são desacordos no seio da Comunidade, também há que dizê-lo. Os membros da CPLP parecem se unir em consensos quando as situações são de emergência, como quando foi necessário conter um conflito, aliás repetido, na Guiné-Bissau, antes de abril de 2012. Este é um aspecto relevante, ainda que, passado tempo após o evento, o quadro tenha mudado para alguns países lusófonos.

³⁰³ “O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)”. Shiguenoli Miyamoto, em 2009. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rev. bras. polít. int. vol.52 no.2 Brasília July/Dec. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292009000200002&script=sci_arttext (consultado em 31 de dezembro de 2011).

Se voltarmos à gênese da organização, descobrimos, com base na leitura de discursos proferidos por membros integrantes do governo do ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, como o do chanceler Luiz Felipe Lampreia, que, ao menos em termos retóricos, a disposição do Brasil, nos primeiros anos da CPLP, era trabalhar sem desejos de liderança ou hegemonias e sim em conjunto com os demais membros do bloco.

A chamada “disputa não-declarada” pela liderança da política da língua, refletida em algumas entrevistas realizadas para este tese, parece ser um elemento mais recente (ou dos últimos anos) na agenda dos dois países.

Vejamos o que disse o ex-chanceler Lampreia, num artigo intitulado *Brasil e Portugal na Comunidade*, publicado no *Jornal do Brasil* em 17 de julho de 1996.

*"(...) Caberá ao Brasil e a Portugal trabalhar para que a CPLP seja a expressão de uma verdadeira comunidade, sem qualquer ânimo ou veleidade de hegemonia ou liderança e em que a dimensão africana, com o peso dos cinco países daquele Continente, possa florescer e frutificar em uma parceria que combina solidariedade e maturidade política."*³⁰⁴

Como sabemos, a situação da CPLP hoje é acentuadamente diferente do quadro de 1996. Os países-membros do bloco viviam situações diversas em seus contextos nacionais. Angola, por exemplo, estava em guerra civil, após o fracassado acordo de paz de 1992 celebrado entre o MPLA e a UNITA. Moçambique, que havia implementado com sucesso o cessar-fogo acordado entre a FRELIMO e a RENAMO, ainda caminhava para se afirmar como nação pacífica.

O Timor-Leste vivia sob o poder da Indonésia e, portanto, numa luta de libertação.

³⁰⁴ Artigo “Brasil e Portugal na Comunidade” atribuído ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e publicado no *Jornal do Brasil* em 17 de julho de 1996, mesmo dia da inauguração da CPLP em Lisboa. Trecho reproduzido por Dário Moreira de Castro Alves na Revista de Humanidades e Tecnologias, p. 7. do artigo: Mundo Lusofonia, Anglofonia, Russofonia. Disponível em revistas.ulusofona.pt/index.php/.../article/.../1187 (consultado em 6 de fevereiro de 2012).

Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe lutavam contra exércitos golpistas que poderiam levar revoltas e imprevisões aos respectivos países.

Portugal havia ingressado em seu mais importante fórum internacional de caráter político-econômico, após a descolonização: as Comunidades Europeias (hoje União Europeia); mas não deixou de ser visto, ao lado da Espanha e da Grécia, como uma das nações mais carentes de apoio macroeconômico para seu desenvolvimento ser comparável ao patamar de outros países europeus considerados avançados como Alemanha, França e o Reino Unido.

O Brasil tinha introduzido, em 1994, apenas dois anos antes da constituição da CPLP, uma nova moeda, o real, que esperava aplacar as mazelas sociais de uma inflação galopante, promovendo estabilidade econômica e mais respeito no cenário internacional.

Hoje, 20 anos depois, muitas dessas realidades mudaram para melhor entre os membros da CPLP. Política externa, cooperação e aumento de influência no cenário internacional se fazem com parcerias, na maior parte dos casos, e certamente a CPLP foi vista como um fórum que não poderia prejudicar nenhum de seus membros, mas sim ajudá-los. E com o passar do tempo, um novo elemento surgiu no universo da CPLP: o das sociedades civis e diásporas lusófonas, o que sendo foi notado, estrategicamente, pelos seus dirigentes, especialmente nos últimos anos.

4. O FUTURO DA CPLP NAS MÃOS DOS CIDADÃOS, PRAGMATISMO E COOPERAÇÃO EXTERNA

Atualmente, as inúmeras atividades baseadas no primeiro pilar de “concertação político-diplomática” da CPLP provam que a comunidade não assenta, primeiramente, num conceito romântico de “uma língua em comum”, mas sim, cada vez mais, numa direção pragmática da *Realpolitik*.

Politicamente falando, a CPLP tem aumentado sua projeção internacional também ao se associar a muitos objetivos das Nações Unidas, especialmente as Metas de

Desenvolvimento do Milênio como a erradicação da pobreza. A medida serve aos interesses de seus Estados-membros na formulação de políticas que beneficiam diretamente seus cidadãos.

A CPLP tem o estatuto de observador das Nações Unidas e envia seu representante máximo aos debates anuais de Chefes de Estado e de Governo, em setembro, a Nova Iorque, assim como em qualquer momento de ameaça à paz e à segurança de países lusófonos, como ocorreu durante o golpe militar na Guiné-Bissau em abril de 2012, quando a CPLP se fez presente nos encontros de emergência no Conselho de Segurança.

Com a grande maioria de seus países-membros ainda em desenvolvimento, a entidade se ocupa também da promoção da igualdade e combate à violência de gênero, prevenção ao HIV/Aids, erradicação do analfabetismo, entre outros. Em 2011, a organização se juntou à FAO para formular uma estratégia de combate à fome em seis de seus oito países, uma iniciativa que foi liderada pelos dois membros mais desenvolvidos do bloco: Brasil e Portugal. E ao mesmo tempo em que mantém sua agenda de desenvolvimento de seus cidadãos, a CPLP, como já vimos, utiliza o cacife político para se afirmar dentro das Nações Unidas.

Um desses exemplos é a política de “troca de votos” em eleições da organização, um motivo atraente para os países interessados em se juntar ao bloco mesmo sem falar a língua portuguesa, como explicou João Alberto Dourado Quintaes:

“(...)Desde o ano passado, tem havido essa mobilização de certa forma até espontânea, dos países da CPLP aqui em Nova Iorque para atuar concertadamente, coordenadamente, para equacionar vários temas de interesse comum. Como no caso de candidaturas de países-membros do grupo, trocamos votos nessas candidaturas. E na sintonia de posições também comuns. Temos posições comuns com relação a vários temas” (ANEXO DOURADO QUINTAES).

As palavras do diplomata brasileiro lembram um discurso do ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva sobre a CPLP, proferido em 2003, logo no início de seu governo.

É importante notar que Lula, que se esforçou para consolidar a parceria do Brasil com a África durante seus oito anos de mandato, também refere a questão do Timor-Leste e da

Guiné-Bissau e o papel da CPLP na solução dos dois problemas, numa clara indicação do poder político do bloco:

*“A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em particular, vem abrindo novos horizontes de ação em campos como o da concertação política, da cooperação técnica, das trocas comerciais e dos investimentos. Ela vem ganhando cada vez maior visibilidade interna e externa. Foi com o instrumento da CPLP que atuamos conjuntamente no processo de independência do Timor Leste, bem como no cessar-fogo por ocasião do conflito em Guiné-Bissau. Devemos, portanto, investir cada vez mais no seu fortalecimento, aperfeiçoando suas estruturas estatutárias e contribuindo para torná-la um espaço comunitário, plenamente atuante na cena internacional.”*³⁰⁵

Aprecie-se ou não a validade da CPLP para os países do bloco, a realidade é que ela mudou a forma como estas nações se relacionam. Em casos onde as interações bilaterais já eram fortes, a CPLP limitou-se fundamentalmente a reforçar esses laços, o que ainda assim não é pouco. Antes do advento do bloco, não havia um espaço sistemático para a concertação de interesses.

Muitos analistas afirmam que a CPLP jamais poderá ser como a União Europeia (ou seja, uma comunidade político-econômica de integração), por uma questão simples: a disparidade geográfica. É bom notar, no entanto, que, em épocas de globalização, as distâncias se tornaram menores ou – em linguagem cibernética – não existem, pois todos os agentes econômicos, e potencialmente todas as pessoas, estão ligados em uma grande rede mundial. E outro fator de desconstrução deste argumento é a proximidades dos países lusófonos africanos, todos num só continente, sendo que, juntos, eles formam 60 por cento do volume absoluto total do bloco, o que aumentou com entrada da Guiné-Equatorial.

Mas ao nos concentrarmos no título deste tópico, iremos nos ocupar com a quarta parte do Plano de Ação de Brasília sobre a “Difusão Pública da Língua Portuguesa”: Nela se reconhece a necessidade de juntar esforços na diáspora (comum) para otimizar objetivos e resultados. Aí se lê que é preciso:

³⁰⁵ Discurso do presidente Lula da Silva durante brinde por ocasião do jantar oferecido pelo presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, em 10 de julho de 2003. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/brinde-por-ocasio-do-jantar-oferecido-pelo> (consultado em 16 de outubro de 2011).

“- 4. Identificar oportunidades de convergência entre as políticas governamentais relativas às diásporas nacionais, nos locais onde haja concentração de imigrantes de duas ou mais nacionalidades dos Estados Membros.”³⁰⁶

Num país como os Estados Unidos, especialmente na costa leste, existem inúmeras oportunidades (como se vê fora do espaço geográfico dos oito países) de colocar este plano em prática. Há uma enorme comunidade de cabo-verdianos, brasileiros, portugueses à espera de aprender o idioma, o que inclui saber escrever a língua. Agir sobre esta realidade implica ter uma outra concepção sobre a forma como se define a política nas contemporâneas sociedades globalizadas.

No entanto, o elemento catalisador do sucesso desta medida – a sociedade civil lusófona como sinédoque das sociedades civis dos países de língua portuguesa – é contemplado com apenas três pontos, na última parte do documento. Referimo-nos ao ponto “VI – Participação da Sociedade Civil”. A verdade é que do documento não consta ainda de forma muito clara como esta mesma sociedade poderá ser apoiada e mobilizada. Com certeza, uma parte da estratégia poderá crescer muito com o passar dos anos, uma vez que a relação entre os atores da sociedade civil se amadureça, tanto na esfera interna como na esfera da diáspora com presença em todo o mundo. Uma das razões que têm impedido uma maior eficiência na promoção do idioma, ao longo dos últimos anos, tem sido o ritmo lento na reação, por parte das autoridades políticas, às novas realidades apresentadas emergentes, especialmente desde a descolonização africana. Como que falta um grande desígnio que atravesse todas as sociedades nacionais em conjunto.

Antes mesmo de a descolonização portuguesa ter sido feita, levadas e levadas de portugueses começaram a emigrar para vários destinos, e o ensino sistemático da língua portuguesa para as gerações seguintes não foi estrategicamente pensado. A rede de leitorados não cobria, necessariamente, esta demanda. Com a descolonização, Portugal se mostrou preocupado em manter o português vivo na África, e atualmente, com o crescimento do idioma nos países lusófonos e maiores índices de alfabetização alcançados através de estratégias desenvolvimentistas internacionais, o aumento do número de falantes do idioma é um processo quase natural.

³⁰⁶ Plano de Ação de Brasília, p. 10, Brasília, março de 2011. Disponível em <http://iilp.wordpress.com/2011/06/15/plano-de-acao-de-brasilia-para-a-promocao-a-difusao-e-a-projecao-da-lingua-portuguesa-2/> (consultado em 7 de novembro de 2011).

Com a chegada de estrangeiros a Portugal a partir da década de 70 do século passado, processo esse que se intensificou nas décadas seguintes, a política portuguesa de ensino do idioma também não foi pró-ativa, tanto para estrangeiros oficialmente lusófonos cujas línguas maternas não eram o português, quanto para estrangeiros não-lusófonos, que, na primeira metade do século XXI, chegaram a perfazer 50 por cento do número de imigrantes em Portugal, especialmente por conta dos imigrantes ucranianos. Vivendo agora na era da tecnologia da informação, verifica-se que as redes sociais e a própria internet não receberam a devida atenção de uma política da língua organizada por Portugal, Brasil, ou por qualquer outro país da CPLP. De novo, a falta de um plano estratégico afetou o processo de divulgação do português. O idioma, no entanto, por sua própria demografia, tem se estabelecido no espaço cibernético pela presença e criatividade de seus falantes em todo o mundo como já foi citado aqui com a penetração do idioma no microblogue Twitter e no sítio Facebook.

Foi no Brasil, aliás, que decorreu de 28 a 30 de setembro de 2011, o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP. Na época, a presidência do bloco era ocupada por Angola. Começou assim a fortificar-se com intensidade crescente, a intervenção da sociedade civil no bloco, por força de organizações civis e não-governamentais que foram se associando à CPLP com base na lusofonia.

Ainda que o poder do bloco advenha dos Estados-membros que o compõem, a participação de cidadãos confere à CPLP uma legitimidade cívico-moral que poderá vir a se tornar o fiel da balança no futuro, mesmo que os atuais estatutos da CPLP digam algo diferente.

Os ganhos não são só políticos, mas também comerciais e econômicos. Nos últimos anos, como lembrou o antigo secretário-executivo da organização Domingos Simões Pereira, a sociedade civil começou a ter mais voz nas atividades da CPLP.

Esta abertura para os cidadãos lusófonos serve como uma oportunidade de enriquecer a organização e, ao mesmo tempo ajuda a ampliar o vasto leque de temas com os quais o

bloco se ocupa. Simões Pereira fala dos altos objetivos decorrentes de uma intensa participação dos cidadãos de língua portuguesa, não só para a CPLP, mas para o mundo:

*“(...) Nós temos orgulho de pensar que os últimos anos serviram para uma maior mobilização da sociedade civil. (...) E parece-me ser a conjugação deste esforço político e a presença da sociedade civil que deverá permitir, que, nos próximos anos a CPLP possa assumir desafios mais globais como, por exemplo, a erradicação do analfabetismo, a erradicação da fome [e a construção] de sociedades mais democráticas.”*³⁰⁷

Um movimento interessante, a partir desta decisão, é saber até que ponto a CPLP e o conceito de lusofonia ou de um bloco lusófono que integre essa dimensão, será assimilado e exercido pelos cidadãos de todos os países da entidade. Mesmo que, hoje, alguns considerem o conceito de lusofonia uma “miragem” - como Eduardo Lourenço em sua “A Nau de Ícaro” – e, posteriormente, em “Imagem e Miragem da Lusofonia”³⁰⁸

– ou que pode ser apenas um sentimento, um vago princípio de identidade, a verdade é que só poderá desenvolver-se com mais intercâmbio, conhecimento e convivência entre os cidadãos de língua portuguesa.

Como já referimos, a propósito do valor das interações nas sociedades contemporâneas, é preciso criar redes em todo o mundo. E a lusofonia pode ajudar a gerar a “rede de redes”, no sentido de uma aliança como os atributos necessários para funcionar bem.

Aparenta ser este um caminho convincente da participação da sociedade civil na construção da política, numa era apropriadamente chamada da informação, mas que poderíamos dizer da informação útil, ou seja, do conhecimento.

O atual movimento da CPLP na direção do engajamento cidadão pode ser o começo do futuro do bloco, onde países se sentarão à mesa de decisões revestidos de um forte elemento democrático e de influência cívica. É importante destacar, por exemplo, a relevância das artes e da ciência. A liberdade de pensamento é, com efeito, uma característica das sociedades democráticas e uma expressão cimeira da cidadania. E quando ela se transforma em ciência, arte ou cultura, em geral, assume um valor máximo potencial.

³⁰⁷ Domingos Simões Pereira em matéria da RTP Internacional em 26 de julho de 2011 no “Repórter África”. Disponível em <http://videos.sapo.pt/cplpmultimedia/JvtWh68WjMPjLUT3dj4> (consultado em 6 de novembro de 2011).

³⁰⁸ Eduardo Lourenço. *A Nau de Ícaro*, Lisboa, Gradiva, 2004.

Vale notar ainda que muitos interesses e prioridades dos cidadãos lusófonos não se materializam, necessariamente, como os interesses de seus representantes máximos, quer dos que deram origem à CPLP, quer dos atuais que a constroem. Claro que essa é uma característica sempre realçada das democracias. Mas aqui importa-nos por um outro motivo. Como sabemos, o primeiro pilar da CPLP é a concertação político-diplomática, mas as pessoas comuns fazem parte da sociedade, não do Estado, como figura jurídica.

Como comprovam vários estudos aqui referenciados, a língua portuguesa é uma das mais faladas na internet. É aí também que estão as pessoas especialmente num mundo moderno e digitalizado. Num fórum popular, uma pesquisa de opinião daria, por certo, como prioridade a difusão da língua portuguesa, invertendo totalmente os pilares da organização de baixo para cima.

Até então, a língua parece ser usada como pano de fundo, um “gancho simpático”, mas o funcionamento diário da CPLP tem outras prioridades além da promoção da língua.

Ora é a língua que serve como elo de identificação e aproximação das pessoas que falam o português, onde quer que se encontrem.

Trata-se – é este o nosso argumento – de um pilar que a CPLP ainda não explorou em todas as suas potencialidades, nomeadamente no campo político. Com isto, queremos dizer que não há uma incompatibilidade de princípio entre a concertação político-diplomática e a promoção do idioma. Pelo contrário, esta favorece aquela se a CPLP perceber como se processam as relações entre os povos nos dias de hoje.

Durante seu discurso de abertura da nova sede da CPLP, em Lisboa, que também comemorou os 15 anos do bloco, o presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, afirmou, com muita clareza, que a organização tinha que se tornar “mais próxima do cidadão” e de sua juventude:

“Em suma, a CPLP tem de descer à rua e de se abrir mais ao contributo dos seus cidadãos, começando, desde logo, pelos mais jovens, para que estes a sintam como algo que lhes pertence, com que se identificam, como uma real mais-valia nas suas vidas. A prossecução destes objetivos não é tarefa que caiba exclusivamente a um Secretariado, por muito

determinado e empenhado que ele seja. É algo que nos convoca a todos, que convoca cada um dos nossos países.”³⁰⁹

Não é só uma nova visão de uma CPLP mais voltada ao cidadão que parece vislumbrar um novo horizonte para a entidade, mas também a de uma CPLP mais eficiente no plano organizacional, com uma reforçada capacidade de intervenção nas questões macroeconômicas que lhe permita, de uma forma visível junto da opinião pública, melhorar a vida das pessoas.

Um dos pontos discutidos é, precisamente, a possibilidade de existir livre circulação de cidadãos lusófonos dentro do bloco. Um sonho que parece distante, mas que não é impossível de se realizar, assim se aprofunde o processo de integração do bloco.

A falta de contiguidade geográfica entre os territórios pode ser um problema se aumentarem desmesuradamente os custos de transporte, mas não é necessário que assim seja, até porque muitos dos fluxos são imateriais e eletrônicos. E também verificamos que a comercialização de muitos bens materiais é competitiva: por exemplo, o petróleo. O que se poderá ser mais difícil de compatibilizar, mas ao mesmo tempo constitui um desafio muito importante, é a harmonização de regras de diferentes blocos económicos aos quais a maior parte dos Estados da CPLP pertence (União Europeia, Mercosul etc).

Este debate é, talvez, o mais delicado no âmbito do processo de integração da própria CPLP. Isso é muito claro no que diz respeito à livre circulação de pessoas, que hoje é uma matéria exclusivamente europeia. Na União Europeia, pelo fato de Portugal pertencer à organização mas também devido ao Tratado de Schengen que se aplica no território deste país, torna-se impossível a livre entrada da maioria dos cidadãos lusófonos.

O mesmo se dá, no caso do Brasil, devido à pertença deste país ao Mercosul e, no caso dos países lusófonos da África, dada sua ligação à União Africana. Após a entrada do Timor-Leste na ASEAN, poder-se-á passar o mesmo.

³⁰⁹ Alocução do presidente Cavaco Silva durante a inauguração da sede da CPLP em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2012. <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=61733> (consultado em 6 de fevereiro de 2012).

Curiosamente, o incentivo à circulação de pessoas no espaço lusófono foi feito como “objetivo” da CPLP, logo nos primeiros instantes de sua formação, como nos indica a declaração constitutiva do bloco, originada em 17 de julho de 1996:

“Assim, animados de firme confiança no futuro, e como o propósito de prosseguir os objetivos seguintes [visam os Estados membros]:

*- Contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade (...), e nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos de Países Membros no espaço da CPLP;”*³¹⁰

Mas nada no direito político – que estrutura o modelo de organização política e as relações dos órgãos do poder político entre si – é impossível.

Nem no espaço nacional, nem no espaço internacional. No espaço internacional de língua portuguesa existem alguns exemplos de situações que, não violando o acervo de normas das organizações internacionais de que os Estados fazem parte, salvaguardam a proteção de interesses fundamentais: a Constituição do Brasil, por exemplo, em seu artigo 12.º, parágrafo II a, facilita a naturalização de pessoas dos países de língua portuguesa. Dispõe esse artigo um regime mais favorável para os cidadãos dos Estados de língua portuguesa se naturalizarem brasileiros. Tornam-se brasileiros:

*“- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, [exigindo-se] aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.”*³¹¹

E poderíamos ainda refletir o estatuto político dos cidadãos portugueses no Brasil e dos cidadãos brasileiros em Portugal.

Trata-se aliás de estatutos semelhantes e muito favoráveis para um exercício pleno da cidadania, em condições de igualdade com os nacionais de cada um dos Estados membros.

Uma das tarefas da CPLP para elevar os níveis de participação de seus cidadãos como pretende nesta nova fase da entidade é tentar promover e aumentar a integração dos mesmos em todo o espaço lusófono.

³¹⁰ Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa <http://www2.mre.gov.br/deaf/cplp/Declaracao%20Constitutiva.htm> firmado em 17 de julho de 1996. (consultado em 6 de novembro de 2011).

³¹¹ Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

5. A LÍNGUA PORTUGUESA COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO

Um outro aspecto do processo de promoção do idioma dentro do compromisso de todos os países-membros da CPLP é o de combater o analfabetismo. Através do ensino do português pretende-se, nomeadamente, que nos espaços onde a língua é falada mas não de forma maioritária, o maior número de pessoas aprenda a ler e escrever o idioma.

Com isso, pretende-se alcançar uma das Metas do Milênio, a saber, a da educação universal. Tendo em vista que cinco das nações lusófonas integram o grupo de Países Menos Desenvolvidos (LDC, na sigla em inglês), o objetivo afigura-se necessário. O fator “desenvolvimento” é, aliás, um dos elementos tradicionalmente associados ao prestígio de uma língua e, neste contexto, o português não é exceção. Apenas um dos países de língua portuguesa é considerado de desenvolvimento alto: Portugal. A classificação é feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Por estes mesmos parâmetros, somente o Brasil entra na categoria de desenvolvimento médio alto, ao lado de Cabo Verde, que passou recentemente a fazer parte deste grupo.

Cinco dos Estados-membros da CPLP, como referimos, estão classificados como fazendo parte do grupo dos países menos desenvolvidos do mundo.

Esta performance não favorece a posição do português, mas é também uma oportunidade de levar mais desenvolvimento ao universo lusófono e de aumentar, assim, o prestígio do idioma como língua de cultura e poder econômico.

Um dos compromissos da CPLP é com a promoção da alfabetização nos países de língua portuguesa. Os índices de iliteracia ainda são altos em Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, especialmente entre a população adulta. Neste caso, o rádio e outros meios de comunicação são grandes aliados do processo de afirmação da língua a ser aprendida como idioma oficial. É mais um exemplo da importância dos fatores econômicos, sociais e culturais na política. Falamos aqui de realidades tão diferentes e, simultaneamente, tão importantes como as atividades de ensino, em todos os níveis (presencial ou com o apoio de novas tecnologias), ou de ajuda ao desenvolvimento, em particular da cooperação.

Em seu livro *Nations and Nationalism since 1780*, Eric Hobsbawm afirma:

*“Most students today will agree that standard national languages, spoken or written, cannot emerge as such before printing, mass literacy and hence, mass schooling.”*³¹²

Em 2006, durante a Cimeira da CPLP que se realizou em Bissau, que culminou com a Declaração de Bissau, os países do bloco expressaram seu compromisso em monitorar os progressos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (vulgo ODMs), em seus territórios. A falta de progressos visíveis no que tange ao desenvolvimento de muitos países de língua portuguesa é na opinião do ex-presidente do Instituto Camões Jorge Couto, uma das razões para a ausência de um estatuto mais valorizado do idioma. Eis suas palavras:

“Apesar de os falantes de Português se encontrarem em franco crescimento numérico, sobretudo nos continentes americano e africano, não subestimamos o facto de que os baixos índices de desenvolvimento humano que afectam a generalidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa constituem um obstáculo de monta para a sua afirmação universal como língua de cultura e de ciência.

*No entanto, as políticas de investimento no ensino básico desenvolvidas nos últimos anos em alguns dos países da CPLP (Brasil, Cabo Verde, Portugal, Moçambique e Timor-Leste), o sucesso do programa «Alfabetização Solidária», aplicado com grande empenhamento cívico pela sociedade brasileira, e a consolidação do processo de paz em Angola criam um registo de um optimismo moderado relativamente ao futuro. É certo que serão necessárias décadas de trabalho entusiástico, de estrénuo esforço e de estreita cooperação para colmatar séculos de políticas que votaram ao analfabetismo crónico as populações que integram a CPLP.”*³¹³

Estas declarações são muito relevantes, porque assinalam alguns elementos essenciais de que depende a eficácia da política nas sociedades contemporâneas. Elementos que são de diferente natureza, porque a política é mais do que técnica. Referimos alguns desses elementos: baixos índices de desenvolvimento humano prejudicam a afirmação das línguas nas áreas cruciais (cultura e ciência); o empenho da sociedade civil lusófona (nomeadamente de brasileiros) na promoção da alfabetização dos países de língua portuguesa mais carenciados é socialmente muito relevante; é necessário estreitar os laços de cooperação, no âmbito da CPLP; todas as iniciativas devem ser levadas a cabo com entusiasmo.

³¹² Eric J. Hobsbawm. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, segunda edição, 1990. p.10.

³¹³ Jorge Couto. “A nossa Magna Língua”, in revista Actual do semanário português *Expresso*, em 7 de janeiro de 2005, reproduzido por Ciberdúvidas. Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=1806> (consultado em 25 de dezembro de 2011).

São elementos que, tidos em conta, podem ajudar a língua portuguesa a afirmar-se não só como uma língua de poder, mas também como língua de aproximação às pessoas, levando a que estas falem e a escrevam. Estes aspectos estão mutuamente relacionados.

Uma língua pode ser por definição uma “língua internacional”, de “comunicação com o exterior”, ou ainda uma “língua de saída” (noções fundamentalmente sinónimas) quando é utilizada de acordo com um conjunto de regras. Não falamos apenas de regras formais, mas, também, de regras de composição da política, nos seus vários planos de política económica, social e cultural. É ainda necessário perceber que são regras que vinculam comportamento, tanto dos agentes políticos, em sentido estrito, como de todos os outros agentes sociais.

O que afirmamos é muito evidente nas políticas de apoio ao desenvolvimento, onde intervêm Estados, organizações da sociedade civil internacional e pessoas singulares. Pensemos como essas atividades podem ajudar, por exemplo, à promoção da língua portuguesa em África. Na época colonial, aqueles que eram “assimilados” ou seja, aqueles que falavam português, que tinham “bom comportamento” e que se interessavam pela “cultura civilizada da metrópole” obtinham um estatuto superior e melhores condições de vida do que seus pares sem esses predicados.

Mas como que a língua portuguesa ganha novas características a partir do momento em que nas ex-colónias portuguesas em África passa a ter um papel ligado ao desenvolvimento e à inserção destes novos países no mundo, independentemente da nacionalidade de quem presta esse apoio. Com tantas línguas nacionais, a escolha de uma sobre a outra poderia causar um problema étnico e político. A escolha do português torna-se assim um fator de aproximação e desenvolvimento humano.

No caso da língua portuguesa, há ainda uma outra vantagem apreciável. Tanto o português de Portugal como o português do Brasil, os mais que prováveis apoiadores dos países em vias de desenvolvimento, não está associado a divisões internas. Ao contrário da Espanha, e também do Reino Unido, que enfrentam movimentos separatistas dentro da própria casa, com as correntes basca, catalã, galega, no caso da Espanha, e com os movimentos separatistas galês e escocês, no caso britânico, Portugal não sofre nenhuma ameaça separatista baseada em línguas locais. O mesmo se passa

com o Brasil, não obstante a proliferação de muitas línguas, nos termos que já referenciamos.

Foi justamente o risco de divisões e de incompreensões na comunicação, baseado em línguas maternas, que levou os dois maiores países africanos lusófonos - Angola e Moçambique - a escolherem o português como língua oficial de suas jovens nações, logo após as respectivas guerras de independência, segundo pesquisadores do tema.

O idioma foi uma “escolha de conveniência estratégica”, o que poder ser o motivo para que o AO tenha despertado tantas discussões sobre as línguas maternas e locais africanas. Ao considerarmos a importância do português para o desenvolvimento dos povos que vivem em países de língua oficial portuguesa, lembramos as recomendações de um dos maiores nomes africanos do processo de descolonização, Amílcar Cabral.

Como já vimos, porém, o respeitado intelectual afirmava ser o idioma português a maior herança deixada pelos colonizadores e que seria de fundamental importância para o avanço das ex-colônias como países independentes e com a tarefa de levar a cabo o seu próprio desenvolvimento:

*“O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram porque a língua não é prova de nada mais, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo.”*³¹⁴

No mesmo texto, Cabral dizia que se seu o Partido (PAIGC) quisesse “levar para frente o povo”, o idioma adotado teria de ser o português:

*“(...) durante muito tempo ainda, para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser o português.”*³¹⁵

A reflexão de Cabral já foi corroborada - e, por assim dizer, confirmada - neste estudo por uma declaração, proferida pelo presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos da Fonseca, de que o português é uma “língua de comunicação internacional” ao serviço de seu país.

³¹⁴ Amílcar Cabral. *A Cultura e o Combate pela Independência*, Seara Nova, Lisboa, 1974, p. 101.

³¹⁵ Amílcar Cabral, *ob. cit.*, p. 102.

Já no caso do Timor-Leste, que quis afirmar-se como Estado independente afastando-se assim dos anos de influência da Indonésia, logo após a restauração da sua independência em 2002, a escolha do português como língua oficial não só homenageou países que apoiaram o Timor na luta pela independência, especialmente Portugal, Moçambique e Brasil, como também demarcou seu território e estabeleceu sua identidade com novos horizontes ao assumir uma outra língua para fundar a nova nação e levá-la ao desenvolvimento pleno.

6. OS ESFORÇOS DA CPLP PARA A OFICIALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NAS NAÇÕES UNIDAS

“A utilização da língua portuguesa nas instâncias das Nações Unidas não releva apenas uma questão de prestígio. Ela é um meio essencial para a sua afirmação como língua de comunicação internacional, falada por mais de 200 milhões de habitantes dos oito países membros da C.P.L.P., além de uma diáspora migratória espalhada pelo mundo inteiro. Na verdade, como pôs em relevo o historiador da língua portuguesa Paul Teyssier, o nosso idioma apresenta todas as características dessa universalidade: disperso por todos os continentes, ele não é restrito a um grupo étnico, a uma comunidade religiosa, a um tipo de sociedade ou a um regime político, sendo uma língua de mestiçagem cultural, de contacto e de diálogo entre vários povos.”³¹⁶

A declaração acima pertence ao antigo embaixador português junto à UNESCO José Augusto Seabra. O diplomata, que, além do mais, tinha experiência política e uma carreira universitária de prestígio, afirmava que enquanto não se tornasse uma língua oficial da maior organização internacional do mundo, o português jamais conquistaria o estatuto político-jurídico de língua global ou internacional. É uma declaração muito bem fundamentada, no plano político-cultural, apontando para um conceito de “mestiçagem cultural” (de que se reveste a própria língua, como realidade cultural) forjada no contato e diálogo entre os povos.

De todas as seis línguas oficiais da ONU (árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo), a maioria é considerada internacional ou global.

Elas diferem entre si, e também do português, em número de falantes.

³¹⁶ Ex-embaixador de Portugal e professor universitário, José Augusto Seabra, em seu artigo “A Diplomacia da Língua na CPLP”. Colóquios p. 76. Congresso Internacional Anual de Lusofonia, Bragança, 2003. <http://epub.sub.uni-hamburg.de/epub/volltexte/2011/2194/pdf/actas2003.pdf> (consultado em 7 de novembro de 2011).

Ora, para Seabra, que falou sobre o tema numa altura em que o assunto ainda não era discutido e muito menos era óbvio, nenhuma língua parece poder sustentar o epíteto de global sem figurar na galeria de idiomas oficiais das Nações Unidas.

Desde a divulgação da estratégia de internacionalização da CPLP, em 2008, altos representantes políticos do bloco têm feito comentários públicos sobre a promoção do português como língua oficial da ONU. Um destes advogados é o presidente português à data da escrita desta tese, Aníbal Cavaco Silva. Em 9 de novembro de 2011, Cavaco Silva presidiu a uma sessão no Conselho de Segurança, em português. Em seu discurso de abertura, lido ao lado do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, Cavaco Silva afirmou que, atendendo ao seu número de falantes e presença geográfica, o português justificava, “há muito”, ser língua oficial da organização:

*“Falo-vos, pois, num dos idiomas em maior expansão em todo o Mundo, que é já a terceira língua europeia, em número global de falantes, e a sexta, a nível mundial. Uma língua que merece, de há muito, o estatuto de língua oficial desta Organização.”*³¹⁷

Três anos antes, em setembro de 2008, o mesmo presidente de Portugal afirmava que o objetivo da proposta de internacionalizar o português era fazê-lo “um dia, língua oficial das Nações Unidas.” A declaração foi uma injeção de moral e parecia devolver ânimo à proposta até então ausente das discussões diplomáticas. Ainda na entrevista, o estadista evitou estabelecer um cronograma:

*“Não posso falar de tempo exato, porque só falo quando sei que posso cumprir. Mas, estarei me reunindo com todos os chefes de Estado e de Governo dos países da CPLP, num restaurante aqui em Nova Iorque, amanhã, para discutir o assunto, e veremos como podemos tornar essa proposta uma realidade.”*³¹⁸

Estimativas informais sugeriam, em 2008, que os gastos iniciais poderiam ser de 150 milhões de dólares por ano, o que se tornou um obstáculo em tempos de recessão

³¹⁷ Intervenção do Presidente Cavaco Silva no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no início do debate aberto sobre “Protecção de Civis em Conflitos Armados” Nova Iorque, 9 de Novembro de 2011. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=21&idi=58878> (consultado em 9 de outubro de 2012).

³¹⁸ Cf. Entrevista de Cavaco Silva à Rádio ONU em 23 de setembro de 2008.

global. Um outro entrave parecia ser a diferente forma como os países acreditavam em que se deveria dar a promoção.

Apesar da determinação de Portugal de fazer de seu idioma materno língua oficial da ONU, o mesmo, ao lado dos demais países de língua portuguesa, firmou, em abril de 2010, o já referido *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*, que praticamente diminuía as ambições anteriores.³¹⁹

Explicuemos: ao concordar que, a partir daquele momento, todos os então oito Estados da CPLP se esforçariam para fazer do português uma “língua de documentação” da ONU. Autoridades da CPLP explicaram que a medida era um lance estratégico para chegar ao caminho da oficialização da língua portuguesa, de forma diplomática e sem alardes, uma vez que outros idiomas como o hindi, o bengali e o suaíle, para mencionar apenas alguns, também almejavam ser línguas oficiais. Convém porém esclarecer que a nomenclatura “língua de documentação” é impossível de ser definida em termos técnicos, ainda que em meio à prolífica linguagem burocrática.

Que se passou em Brasília que provocou o recuo por parte dos Estados-membros da CPLP em relação ao seu propósito de fazer do português uma das línguas oficiais da ONU? Foram apenas razões financeiras?

A Conferência em Brasília foi co-dirigida pelo embaixador e então vice-chefe da diplomacia brasileira, Antonio Aguiar Patriota. Numa entrevista de rádio, Patriota disse que tornar o português língua oficial da ONU não era uma intenção do *Plano de Ação*, nem fazia parte do processo de “internacionalização” do idioma.

Ainda segundo o embaixador, o “Plano de Ação” não definia ao certo o que pretendia alcançar com a proposta de “língua de documentação”. Ao ser perguntado sobre o conteúdo da proposta, Patriota respondeu:

³¹⁹ Cf. CPLP, Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&M=News&PID=304&NewsID=1322>. (consultado em 18 de janeiro de 2011).

*“Não. Não há propriamente um objetivo de transformar o português em língua de trabalho em todos os lugares, onde as Nações Unidas se reúnem ou de fazer dela língua oficial. O que há é um compromisso de se examinar em que maneiras podemos tornar o português mais presente. Poderá ser através de algumas situações ad-hoc, poderá ainda no futuro ser de maneira mais sistemática. É claro que isso também envolve um custo, que tem que ser arcado pelos Estados-membros e isso aí é uma questão mais delicada. Mas, de qualquer maneira, o que já se pode dizer é que a contribuição do português faz parte de uma agenda de coordenação da CPLP”*³²⁰

A declaração do diplomata, que depois se tornou ministro de Estado, baixou as expectativas geradas, ainda que destoasse dos objetivos anunciados pelo presidente português, evidenciando, assim, diferenças na política de língua entre Portugal e o Brasil, a qual poderá talvez ser explicada por uma “cautela diplomática”, apostada em começar a conquistar espaço gradativamente em relação ao objetivo definido, para, deste modo, pavimentar com mais segurança o caminho à oficialização.

Em relatos à autora desta tese, profissionais encarregados de acompanhar o processo de promoção do idioma afirmaram que a estratégia era lenta e gradual. Segundo as mesmas fontes, o português iria ser introduzido “aos poucos” até assumir um papel relevante que justificasse uma proposta de torná-lo “língua oficial.”

Quaisquer que sejam as estratégias aplicadas neste caso, parece óbvio que a transformação do português em língua oficial da ONU é mais do que um aspecto econômico e político a ser adicionado ao papel da língua no mundo; ele é, sobretudo, a legitimização do português como um idioma verdadeiramente internacional e globalizado.

A decisão de alçar um idioma à língua oficial é tomada pela Assembleia Geral da organização, isto é, pelos Estados-membros.

Como vimos no capítulo anterior, um bom exemplo de vontade política e cooperação com resultados eficientes ocorreu em 2008. Naquele ano, e pela primeira vez na história da organização, o português foi oferecido como “língua de trabalho para a 63.^a Sessão

³²⁰ Cf. Entrevista de Antônio Patriota à Rádio ONU em 17 de novembro de 2010. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/187814.html> (consultado em 15 de janeiro de 2011). Copyright: Rádio ONU.

da Assembleia Geral.” A empreitada foi financiada pela CPLP, num claro sinal de que a decisão de Portugal de internacionalizar o idioma, aceita pela organização, começava a ganhar corpo. Por “língua de trabalho”, entende-se a provisão de tradução simultânea de discursos, mas não de documentos. Numa outra organização internacional, a União Europeia, o português goza do estatuto de língua oficial, o qual não se materializa no direito de Portugal de exigir a tradução de todos os discursos ou documentos para o português. Ainda assim, a generalidade dos documentos considerados mais importantes são traduzidos para português e, conforme o contexto, é possível aos políticos portugueses expressarem-se em sua língua materna.

Diferenças existem no que toca ao estatuto do português nas Nações Unidas e na União Europeia, sabendo que, nesta última, a língua é falada apenas por uma pequena minoria. O mesmo se detecta em relação a outras línguas ainda menos faladas. Em todo o caso, também na União Europeia, em termos práticos, o inglês, logo seguido do francês, goza de uma situação privilegiada. E não falta quem argumente que a União Europeia deveria ter poucas línguas oficiais ou, pelo menos, usar apenas algumas línguas. Por razões financeiras, apenas.

Uma investigação mais pormenorizada nos levará à conclusão de que o português é falado apenas por cerca de 2 por cento dos cidadãos da União Europeia, o que constitui uma percentagem baixa, comparável a outras línguas de menor projeção no cenário internacional, como o sueco, o dinamarquês ou o finlandês. Tudo isto nos mostra que a luta pela afirmação das línguas é a mesma em qualquer organização, independentemente das formas diferentes que assume. É isso que deve ser percebido pelos Estados, e é isso que é percebido pelo Estado português.

Segundo o orçamento do Centro de Tradução da União Europeia, que se ocupa do processo de traduzir documentos das agências do bloco, em 2012, seriam gastos 42,7 milhões de euros para financiar os trabalhos. A quantia é cerca de 5 por cento a menos que o total investido no ano anterior, o que demonstrava uma diminuição da aposta na tradução. Por razões financeiras, mas com razões políticas à mistura.

Nas Nações Unidas, o português ocupa um espaço tímido se comparado ao do francês, por exemplo, que é uma das línguas de trabalho, embora – como já mencionado – tenha

menos locutores nativos do que o português. Desde 2005 que uma petição para conferir ao português o estatuto de língua oficial na ONU tem circulado na internet, e o documento já conta com mais mais de 58,2 mil assinaturas. Uma pequena expressão, todavia, se considerarmos o grande número de falantes.³²¹

O Departamento de Informação Pública das Nações Unidas mantém um Centro de Informação no Brasil (UNIC-RIO) e um Centro Regional de Informação Regional em Bruxelas (UNRIC). Este último divulga materiais em português europeu para o público interessado em informações da organização. Alguns relatórios anuais como o do PNUD sobre desenvolvimento humano são publicados em português.

Em 2009, a Assembleia Geral aprovou a criação de um terceiro Centro de Informação em Luanda, Angola. Mais sua instalação ainda dependia, até o fim de de 2012, de providências administrativas. Como já vimos, o português é ainda língua de trabalho na Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), é língua oficial na Conferência Geral da UNESCO, e é língua para registro de patentes na OMPI.

O português é ainda “língua de documentação” em várias agências e fundos das Nações Unidas como o UNODC, a OIT, a OMM, a CEPAL, a UPU e o ACNUR. Na OMM, aliás, segundo dados da própria agência, o português tornou-se língua de trabalho há alguns anos com o patrocínio de países lusófonos, mas também com o apoio da China, através de Macau, e da própria Suíça, que abriga a sede da agência. Na UNESCO, o uso da língua portuguesa (na conferência geral) foi regulamentado durante a XXV Conferência Geral da Agência, realizada em 1989. Na página 226 do documento, lia-se que o português “deverá ser falado por mais de 200 milhões de pessoas até o ano 2000.”³²²

³²¹ Petição para Tornar Oficial o Idioma Português nas Nações Unidas. Ação organizada pelo Elos Clube Internacional da Comunidade Lusófona, 2005. <http://new.petitiononline.com/AB5555/petition.html> (consultado em 24 de fevereiro de 2012).

³²² In UNESCO, the official languages of the General Conference are Arabic, Chinese, English, French, Hindi, Italian, Portuguese, Russian and Spanish. In addition, any other language may be recognized as an official language of the Conference upon the request of the concerned Member State or Member States, provided that no Member State makes such a request for more than one language.” Relatório da Assembleia Geral. A/58/93, em 10 de junho de 2003. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/395/79/PDF/N0339579.pdf?OpenElement> (consultado em 5 de fevereiro de 2012.) Records of the General Conference, Twenty-fifth Session, Paris, 17 October to 16 November 1989. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000846/084696e.pdf> Use of Portuguese Language in Unesco, p. 226 (consultado em 25 de dezembro de 2011).

Em 2000, a OMPI decidiu utilizar o português em encontros e atividades, especialmente nas relacionadas aos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. O idioma não passou a “língua oficial da agência”, como é, às vezes, afirmado. Vejamos o parágrafo a seguir sobre o relatório de multilinguismo do Secretário-Geral da ONU:

“18. Although the secretariat of WIPO informed the Inspectors that the expression official languages does not exist in the Organization, it should be pointed out that when the WIPO General Assembly considered at its session held in September-October 2000 a report on the use of Portuguese as a working language of WIPO. (WO/GA/26/1), it recalled the decision of the Governing Bodies in 1979 to have Portuguese as a working language of WIPO, and being ‘cognizant that no claim has been made to transform Portuguese into an official language’, the Assembly acted accordingly.

It decided (a) to have Portuguese used in meetings in development cooperation activities for developing countries and least developed countries (LDCs), as appropriate; (b) to have promotional material produced in Portuguese regarding WIPO-administered treaties; (c) to develop a Portuguese part of WIPO’s web - 6 - site for publications in Portuguese; and (d) to provide, as necessary, Portuguese interpretation for diplomatic conferences and for the General Assembly, the specific arrangements to be at the discretion of the Director-General who would also be encouraged to seek voluntary contributions in that regard. In practical terms, the status thus enjoyed by Portuguese in WIPO has obviously no common measure with its statute as an official language in ECLAC.”³²³

Cerca de 11 anos depois, a mesma OMPI aceitou o português como língua oficial de depósito internacional e publicações de patentes, ao lado do alemão, do árabe, do chinês, do espanhol, do francês, do inglês, do japonês e do russo.³²⁴ Desta maneira, inventores e cientistas lusófonos podem fazer seus registros e depósitos economizando o que teriam que pagar por traduções e aumentando, desse modo, a circulação da ciência e do conhecimento em português. Esta pode ser vista como uma prova de que a introdução da língua em agências da ONU, como prevista pelo chanceler brasileiro Patriota, tem que ser gradual.

Na União Postal Universal (UPU), o português foi adotado como língua de documentação em 1979, durante um congresso da agência que decorreu, no Rio de Janeiro.

³²³ Report of the Joint Inspection Unit on the implementation of the multilinguism in the United Nations system. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/392/41/PDF/N0339241.pdf?OpenElement> (consultado em 25 de dezembro de 2011).

³²⁴ “OMPI aceita português como língua oficial de depósito internacional de patentes.” 10 de outubro de 2010. <http://pesquisastecnologicas.com.br/site/?p=544> (consultado em 5 de fevereiro de 2012).

Os gastos com a promoção do português não podem ser ignorados. Por isso os governos dos países lusófonos, se querem efetivamente promover o idioma, terão de alocar, em seus orçamentos, quantias não-removíveis de investimento na iniciativa.

Ao contemplarmos o orçamento da União Europeia, que é uma organização menor do que a ONU, constatamos que o valor gasto em tradução de documentos, antes da expansão para os atuais 28 Estados membros, representava 0,8 por cento do orçamento anual da organização. Atualmente, a União Europeia produz cerca de 1,5 milhão de páginas traduzidas todos os anos (**RICENTO: 88**).

Como já mencionamos, talvez o ápice público dos esforços da CPLP para fazer do português língua oficial da ONU tenha ocorrido no Conselho de Segurança, em novembro de 2011. O órgão é, aliás, quem decide recomendar à Assembleia Geral a adição de línguas oficiais. Curiosamente, é dali também que, segundo analistas, pode sair a decisão de fazer do português língua oficial, caso haja uma reforma no Conselho e o Brasil venha a ocupar um assento permanente.

Mas enquanto isso não ocorre, Portugal decidiu, como já vimos, lançar mão de sua presidência rotativa nas Nações Unidas, durante o ano de 2011, para realizar um debate inteiro, com o uso do português, sobre a segurança de civis em conflitos armados. Falou em português o presidente da República Aníbal Cavaco Silva, que, mais tarde, se lembrou do episódio. Referimo-nos, precisamente, ao discurso que proferiu no ano seguinte, por ocasião da inauguração da nova sede da CPLP:

“Foi neste espírito, na forte convicção da importância da internacionalização da Língua Portuguesa para a afirmação dos nossos países e para a defesa dos nossos interesses que, quando recentemente presidi ao primeiro debate aberto do Conselho de Segurança, sob Presidência Portuguesa, entendi discursar em português, afirmando, claramente, que o fazia num idioma que de há muito justifica a sua elevação a língua oficial nos diferentes organismos internacionais de que são membros os Estados da CPLP, começando, desde logo, pelas próprias Nações Unidas.” (Grifo da autora)³²⁵

³²⁵ Alocução do presidente Cavaco Silva durante a inauguração da sede da CPLP em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2012. <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=61733> (consultado em 6 de fevereiro de 2012).

Um outro movimento favorável à intenção de fazer do português língua oficial das Nações Unidas é o que sustenta a proposta de promoção do multilinguismo na organização. De acordo com uma resolução da Assembleia Geral, a ONU tem que promover a paridade entre as línguas oficiais; a mesma resolução ressalta a importância da comunicação em outros idiomas. (A/Res/61/266).³²⁶

Como a comunicação em suas sedes ocorre nas línguas oficiais, os relatórios enviados à Assembleia Geral sobre a prática do multilinguismo, não raramente, incluem outras línguas usadas nos mais de 60 Centros de Informação das Nações Unidas espalhados pelo mundo nomeadamente a língua portuguesa e o suaíle, que têm uma presença na Seção de Rádio do Departamento de Informação Pública. Com a proposta do multilinguismo aumenta também o espaço para outras línguas dentro da organização internacional que não só o inglês e os demais idiomas oficiais, embora o objetivo da resolução tenha se concentrado na questão da “paridade linguística” entre as línguas oficiais evitando assim que somente uma língua “dominasse” os trabalhos da organização.

³²⁶ Ver Resolução aprovada pela Assembleia Geral n.º 61/66, intitulada *Multilingualism*, de 8 de junho de 2007. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/510/33/PDF/N0651033.pdf?OpenElement> (consultado em 23 de dezembro de 2012).

V CAPÍTULO

Sugestões para uma internacionalização “de fato” da língua portuguesa

1. PONTOS CRÍTICOS E PROPOSTAS PARA A PROMOÇÃO DO IDIOMA

Esta pesquisa tem se ocupado de compreender melhor a estratégia de promoção da língua portuguesa, como foi formalmente divulgada em 2008, e as relações de poder entre os países que falam o idioma. Durante os capítulos anteriores, pudemos observar certas discrepâncias entre as intenções e ações dos atores políticos, especialmente na análise de declarações e resoluções da CPLP. Tivemos ainda em conta os resultados concretos da promoção do português, especialmente na arena internacional.

Como vimos, uma das razões para tais discrepâncias é a questão da liderança ou lideranças da política da língua, uma nomenclatura, aliás, mais clara para uns do que outros países da CPLP. De fato, um dos aspectos mais comuns às nações lusófonas é a possibilidade que têm de, através do português, melhorar a troca de informações e conhecimento mútuos. Temas como lusofonia, CPLP, cooperação econômica e literatura lusófona, entre outros, poderiam ser disciplinas obrigatórias no ensino básico de todas as escolas dos países da CPLP.

As histórias e culturas dos países de língua portuguesa são em grande parte desconhecidas pelos povos. Esta foi uma determinação também da Cimeira da CPLP realizada em Cabo Verde em 1998, quando os países do bloco prometeram mutuamente investir em literatura e história nos *curricula* escolares para que seus respectivos alunos se conhecessem melhor.

Como já mencionamos, uma das sugestões desta tese para aumentar a presença do português no mundo seria criar um Instituto Internacional de Ensino com as várias faces da língua portuguesa falada nos quatro continentes. Esta troca proporcionaria ainda um grande intercâmbio cultural que só aumentaria o conhecimento e a promoção da língua e culturas dos países que falam o português. Para isso, seria necessária uma ação coordenada das autoridades responsáveis por tal difusão nos países que falam o idioma através do IILP e, por conseguinte, da CPLP. Uma política da língua se faz pelas mãos do Estado com a ajuda dos falantes, e não ao contrário.

Em dezembro de 2004, o presidente português, Jorge Sampaio, reconheceu, num discurso na Fundação Calouste Gulbekian, o papel dos Estados na política da língua, aberta a múltiplos atores, segundo um espírito de partilha de recursos e responsabilidades:

“É preciso realizar um grande esforço para que a língua portuguesa seja efectivamente considerada por alunos de diferentes nacionalidades como opção integrada no currículo de um número cada vez maior de países, o que, infelizmente, está longe de acontecer. É necessário que os vários departamentos governamentais que têm a seu cargo as ligações de Portugal ao mundo trabalhem para que o português apareça como uma língua de prestígio, de várias culturas, de ciência, de negócios.

*O Ministério dos Negócios Estrangeiros, designadamente através do Instituto Camões e o Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Educação têm aqui um papel decisivo que se deve potenciar mutuamente. Temos, hoje, múltiplas frentes de trabalho que exigem uma política da língua portuguesa e a concertação em torno dos projectos desenvolvidos e dos recursos existentes.”*³²⁷

Neste último capítulo, vamos analisar algumas das principais ações já feitas para promover a língua portuguesa e aumentar sua presença no mundo. Faremos ainda algumas sugestões para a internacionalização com base numa nova realidade geopolítica que tenha em conta as novas relações de poder entre os países lusófonos. Nesta atual era da sociedade de informação, é mister contribuir para a criação de “redes de redes”, com base nos *media* existentes e na tecnologia da comunicação moderna.

Neste contexto é preciso pensar ainda num português verdadeiramente internacional e sem fronteiras, que respeite sempre as riquezas culturais e as peculiaridades de cada país mas que, ao mesmo tempo, seja globalizado e não faça disso um empecilho para avançar como língua global e internacional. Os exemplos do inglês, do espanhol e do francês são casos de sucesso que podem ser seguidos. Embora faladas em vários continentes, tanto nas ex-metrópoles e como nas ex-colônias, essas línguas se estabelecem e veem crescer sua presença no mundo sem que os países que as falam imponham barreiras e divisões. O que, infelizmente, na prática, não ocorre com o português, onde essas divisões parecem ser mais acentuadas em alguns contextos.

³²⁷ Intervenção do Presidente da República de Portugal na Sessão de Abertura da Conferência “A Língua Portuguesa: Presente e Futuro”, realizada na Fundação Calouste Gulbenkian em 6 de Dezembro de 2004. Título da responsabilidade do Ciberdúvidas. 10/12/2004. Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=1739>. (consultado em 19 de junho de 2011).

E no entanto nem tudo são vantagens para esses idiomas quando comparados com o português, o qual, desde logo, se apoia numa organização – a CPLP – sem paralelo nos demais universos linguísticos.

Um outro ponto que precisa de ser resolvido na estratégia para uma internacionalização real do português é a vontade política dos países da CPLP em levarem a promoção a cabo com planos nacionais e internacionais, com orçamentos comprometidos com a execução das medidas.

A análise destes pontos de forma pragmática reflete a concepção de utilizar a ciência de "forma prospectiva", como defende um dos maiores intelectuais da lusofonia, o professor António Sousa Lara.

A vontade política expressa nos documentos das cimeiras dos chefes de Estado e de Governo, assim como nos encontros bilaterais ou multilaterais e nas conferências ministeriais da CPLP nem sempre é levada à prática. Vejamos um caso simples: o da contratação de um intérprete para o português na ONU. Três anos após a realização da VII Cimeira da CPLP, o idioma continuava sem um intérprete fixo na principal sede. Com isto, notamos apenas um pequeno passo que poderia ter sido dado na direção certa da promoção.

E com as divisões que ainda persistem entre o português do Brasil, o português europeu e o português africano, a contratação de um intérprete/tradutor para a ONU poderia ser a primeira causa de uma divergência.

Angola é outro caso interessante, que parece mostrar, ao menos pelos editoriais de seus órgãos oficiais de comunicação social, apetite em participar, ativamente, do gerenciamento do português.

A política da língua traz consigo a divulgação de uma cultura, uma forma de pensar, um *Weltgeist* que varia entre os oito países e alguns territórios. É importante ressaltar que, ao sentarem-se à mesa de negociações sobre o futuro do português, os dois países mais relevantes desta operação, “Brasil e Portugal”, segundo a CPLP, estão fadados a perceber (porque só isso razoavelmente é possível) que estão perante uma situação de lucro mútuo. Na resolução de promoção do português, todos saem ganhando.

Atualmente, as três variantes mais antigas do idioma – a europeia, a africana e a americana - são utilizadas nas Nações Unidas em materiais de informação interna e externa. Um uso mais sistemático e ampliado do português esbarra em questões de financiamento. Como já afirmamos, não há política da língua sem investimentos determinados. Com a mesma força que os países defendem sua identidade e história, devem promover sua língua oficial no mundo, porque, como todos eles aliás reconhecem, a língua é ela mesma, um fator de identidade e história.

Assim como os países de língua portuguesa orçam seus gastos para defesa, saúde, educação etc., é preciso que orcem também despesas de investimento para a promoção do português no mundo (servindo desse modo, aliás, todas aquelas outras finalidades), no pressuposto de que falam seriamente sobre uma estratégia de internacionalização do idioma e que não estão só lançando mão de um discurso protocolar.

Como já mencionamos, para convencer o mundo de que uma língua é importante, e que por isso deve ter mais espaço nos *fora* internacionais, é preciso, também, convencer os próprios falantes dessa mesma língua e os líderes dos países que o têm como língua oficial de que a mesma é relevante. Neste ponto, é mister aperfeiçoar a autoestima de seus falantes.

2. O PAPEL DA AUTOESTIMA DO FALANTE NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS

Com o lançamento dos primeiros leitorados de língua portuguesa por Portugal, ainda na década de 20 do século passado, o português começou a ser ensinado na Itália e na França. Este último viria a abrigar, especialmente devido às levas de emigração portuguesa ocorridas na década de 60 do século XX, a maior colônia de imigrantes lusófonos da Europa.

Na França daquela época estabeleceu-se uma imigração de baixa escolaridade. Muitos portugueses foram trabalhar no setor de construção e de serviços domésticos. O ensino do idioma materno aos filhos passou a ser um desafio para as próprias escolas francesas que começaram a oferecer o português como opção. Mas isso, em muitos casos, não aconteceu com eficiente frequência, mas sim como “atividades extracurriculares”. Ao contrário do francês ou até do alemão, o português jamais foi reconhecido como a “língua dos poetas e pensadores”, tampouco era a língua dos filósofos ou da “diplomacia”, como muitos franceses gostam de evidenciar seu idioma. Na França dos imigrantes portugueses, o idioma era menos “prestigiado” como explicou o delegado-geral para Língua Francesa do Ministério da Cultura Francês, Xavier North, numa entrevista que concedeu à autora e em que comparou o português e o espanhol com sua língua materna. Vejamos um trecho dessa entrevista:

Xavier North: (...) *historically speaking, it is a fact, it is simple fact, I am not saying it is good or bad, but it is a fact that French as a language has had wider dissemination than Spanish or Portuguese, not simply geographically but socially.*

Mônica Grayley: *What do you mean socially?*

XN: *Socially I mean French was spoken by the elite of South America almost a century. French was almost the official language of the Royal courts in Europe, for ages.*

MG: *So, that gives it more prestige than a language spoken by poor migrants?*

XN: *Absolutely... absolutely. (ANEXO XAVIER NORTH)*

Ao comentar o estatuto dos portugueses na França, com base num artigo que acabara de ler no jornal *Le Monde* sobre as primeiras gerações de imigrantes no país, Eduardo Lourenço afirmou:

“(...) Assim, aquele povo que tinha ido à Índia, aquele povo que se gabava de ter tido um Império, que ainda tinha um império, estava então na Europa não com o sentimento de altivez e do orgulho os portugueses, por vezes excessivo mas humilhados. (...) Como imigrantes não estávamos nos patamares mais altos, como em África, mas nos patamares inferiores de uma sociedade organizada, mais brilhante, que era nessa altura, a sociedade francesa e continua sendo para muitos de nós.”³²⁸

³²⁸ Eduardo Lourenço em Painei 2, Diáspora e Imigração. Encontro Internacional. Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado. União Latina, 2010. pp. 80-81.

Mas o autor lembra ainda que as últimas gerações de portugueses não têm mais a mesma experiência de seus pais ou avós:

*“Imediatamente, na segunda geração (...), começam a tornar-se franceses, pela educação, pelo ensino que recebem e a fundir-se um pouco mais na paisagem portuguesa, e a de algum modo, a serem já meio franceses, coisa que acontecerá praticamente na terceira geração.”*³²⁹

Hoje, várias décadas depois, os leitorados assumem um papel de promoção cultural também, como nos explica o professor Luís Vicente Baptista, da Universidade Nova de Lisboa, em seu estudo *Projecto "Políticas e Práticas da Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: Os Leitorados de Português"*, concluído em 2007. Baptista lembra que esta tarefa está sendo acompanhada pelos Centros Culturais, criados em 1993, o que ajuda a promover a divulgação do país e também de suas riquezas históricas, e o que pode levar à melhora da imagem da nação e da língua em questão.

Preterir o português para absorver a língua do país-anfitrião é também uma das características de muitos migrantes lusófonos, em vários países. Sinais de uma facilidade de adaptação ou de uma “baixa autoestima linguística”?

O escritor angolano José Eduardo Agualusa ironizou sobre a situação em seu artigo “*A propos de la lusophonie*”. Nele, Agualusa narra uma experiência real ao participar de um festival em Paris que se propunha “divulgar em França a literatura e a música dos países de língua portuguesa”.

Segundo Agualusa, havia “cinco escritores portugueses, cinco africanos e um brasileiro.” Vejamos o que foi dito e como o foi:

*“Os portugueses falaram todos em francês, sempre em francês, num francês esplêndido, expurgado do mais remoto rumor do idioma pátrio. Nós, africanos, falámos em português, e o brasileiro, Chico Buarque, hesitou entre uma língua e outra. (...) Lusófonos, sim, lusófonos sempre. De preferência em francês, que é uma língua mais civilizada, mas lusófonos.”*³³⁰

Ainda que passível de humor, a questão é, por demais séria e não deve ser ignorada em nenhuma tentativa de promoção do português. Mais frequentemente do que o estrategicamente ideal, o idioma é deixado em segundo plano porque muitos imigrantes aprenderam (ou não) a língua de seus pais, mas levam seus filhos a aprenderem e a preferirem falar “a língua do país anfitrião.”

³²⁹ *Idem et ibidem.*

³³⁰ José Eduardo Agualusa. “A propos de la lusophonie”, crônica publicada no *Público*, 7 de dezembro de 1997. Disponível em <http://www.ciberduvidas.pt/antologia.php?rid=574> (consultado em 17 de janeiro de 2012).

E alguns emigrantes vivem numa dicotomia.

Pensemos, por exemplo, em todos aqueles que estudaram fora durante alguns anos. Do ponto de vista lexical, esse é também um aspecto importante na transformação que o português de Portugal sofreu por causa da grande quantidade de “emigrantes” que retornou a casa (ainda que temporariamente) com vocábulos que não eram correntes na variante portuguesa. Em tempos mais recentes, o neologismo “aplicar” em vez de “inscrever-se” ou “candidatar-se” já começou a se incorporar em alguns discursos desavisados por causa do “*to apply*” em inglês.

Mas antes de nos desprendermos nas chamadas influências ou interferências advindas de vários idiomas estrangeiros aos falantes do português, busquemos entender o porquê do aparente “valor inferior” da língua portuguesa nas diásporas, que são um importante canal da promoção do idioma no mundo. A situação de pobreza e desvantagem sócio-econômica em gerações passadas de imigrantes portugueses, assim como, em gerações presentes de migrantes sul-americanos e africanos, criou uma uma imagem do “imigrante sem instrução”.

E falar a língua destes grupos não pode “oferecer muita vantagem” econômica ou social. A começar pelos Estados Unidos, onde vivem mais de 1 milhão de locutores do português europeu, as estratégias para o ensino do idioma deveriam considerar, com atenção, o estatuto do mesmo no país.

Uma política de promoção do português pelos Estados de língua portuguesa precisa de lançar um debate honesto sobre a autoestima linguística dos falantes do português que vivem fora de seus países de origem. Em entrevista para esta pesquisa, o ex-presidente português Jorge Sampaio comentou o papel negativo da falta de autoestima dos falantes no processo de difusão do português. Para o antigo estadista, a questão não é só a falta de autoestima linguística, mas da autoestima como tal. Eis suas palavras:

“Eu acho que o problema da autoestima não é só linguístico. É um problema em geral daqueles que falam português. Não é o caso dos outros que falam português, mas é o caso do português, português. Daqui de Lisboa, onde estamos, do continente, português antigo e atual. É que nós temos um problema de autoestima e portanto nós não percebemos, muitas vezes, ou não valorizamos aquilo que fomos fazendo pelo mundo afora, aquilo que são as nossas características, a nossa identidade, ou até o nosso orgulho que devemos ter naquilo que fomos fazendo. E, portanto, acho que temos que assumir, dada a nossa discussão, que está o português em toda a parte, há coisas que acontecem em toda a parte. Acho que isso é um

motivo de orgulho, não é um motivo de retraimento, muito pelo contrário. Nós somos, às vezes, mais apreciados por outros dos que por nós próprios. Isso é fatal para quem se queira afirmar na sociedade internacional. Nós também já não aumentaremos [em tamanho], ao menos aumentaremos pela ciência, pela arte, pela indústria, pelos serviços, pela cultura, pelos nossos escritores, que já obviamente são muito traduzidos, muitos deles. Isso é grande um salto que se deu nomeadamente com Saramago, jovens escritores portugueses que estão a lançar-se muito significativamente no estrangeiro e isso é altamente positivo. Então, a gente tem que ter autoestima. E tem que fazer alguma coisa para conservar. (ANEXO JORGE SAMPAIO)

A “baixa autoestima”, no entanto, não é o único fator na “perda da frequência” do uso do português. De acordo com o linguista francês Louis-Jean Calvet, com sua “galáxia das línguas”, o português é um idioma satélite, se comparado ao inglês, por exemplo.³³¹

Na teoria da gravitação de Calvet, ao redor de uma língua hipercentral - o inglês - se movimentariam outros idiomas considerados super centrais, e o português seria um exemplo disto. Ao se tornarem competentes em duas destas línguas (hipercentral e supercentral), muitos falantes acabam preferindo o que Calvet chama de língua franca, hipercentral, ainda que não seja a mais bem dominada por eles, que não executam com o mesmo nível de competência linguística, comum à primeira língua, de origem materna.

Ao analisar o processo de “desvalorização do português na diáspora”, a pesquisadora Maria Sousa Galito confirma que o fenômeno se dá por causa da facilidade dos portugueses se adaptarem ao país-anfitrião:

“Como reverso da medalha, os portugueses parecem respeitar muito menos o valor da sua língua materna, deixando de a empregar como língua de trabalho ou mesmo de comunicação entre si, e de a transmitir aos filhos com vigor e rigor. Mantendo talvez como principal objectivo, a integração no país de destino, não parecem fazer questão de salvaguardar a riqueza do seu legado linguístico ou até da sua cultura, seja por iniciativa própria, seja por ignorarem os seus direitos enquanto emigrantes.”³³²

Sobre este mesmo ponto, o linguista Mário Filipe lembra que “a estratégia de Portugal para alargar a presença do português no mundo é baseada no afeto e não numa visão estrategicamente econômica que promovesse o comércio com Portugal e libertasse a língua portuguesa de seu passado mítico e a projetasse no futuro”. (**Mário Filipe: 142**)

³³¹ Louis-Jean Calvet: *Por une écologie des langue du monde*. Paris, 1999.

³³² Maria Sousa Galito. “Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho.” Outubro de 2006. Disponível em http://www.ciari.org/investigacao/impacto_econ_lingua_portuguesa.pdf (consultado em 3 de fevereiro de 2012).

Independentemente de disputas que possam vir a ocorrer no futuro, a partir de uma língua portuguesa mais forte, e até mesmo por causa do ativíssimo movimento da francofonia, a decisão francesa de cortar o português como língua de acesso para exames em duas das mais tradicionais escolas da França causou, em 2011, um protesto por parte do eurodeputado do Partido Socialista português, Paulo Pisco.

Numa carta que dirigiu ao então presidente francês, Nicolas Sarkozy, ele tentou explicar-lhe “a importância do português”.

A verdade é que, como provam vários estudos, para ser eficiente, a estratégia portuguesa de promoção da língua precisa de ser mais pró-ativa do que reativa.³³³

Vamos analisar este ponto quando apreciarmos, mais adiante, uma das propostas desta pesquisa a disseminação da língua como uma *commodity linguística* que precisa ser ‘vendida’, ainda que não se peça dinheiro em troca pela divulgação e uso da mesma.

Apesar de entraves referidos, como a baixa autoestima (dos portugueses, mas não necessariamente apenas destes) e a falta de uma política coordenada de promoção do idioma por parte da CPLP, a língua portuguesa consegue chamar a atenção de muitas pessoas, desde Estados e empresas às pessoas comuns.

Os exemplos não escasseiam. Mas sem uma estratégia ativa por parte da CPLP, esse processo de promoção é visto, por especialistas da língua, historiadores e pessoas de cultura como sendo accidental ou até mesmo como estando dependente da sorte.

Para Eduardo Lourenço, por exemplo, a situação atual da língua portuguesa no mundo não é obra das circunstâncias ou de coincidências históricas, mas sim fruto de um “misticismo” ou de um golpe de sorte:

“Que ela seja hoje fala de um país-continente como o Brasil ou língua oficial de futuras grandes nações como Angola e Moçambique, que em insólitas paragens onde comerciantes e missionários da grande época puseram os pés, de Goa a Malaca ou a Timor, que a língua

³³³ Cf. “Deputado português tenta sensibilizar Sarkozy para o valor da língua portuguesa”, artigo publicado em *Público*. Pt em 06/01/2011. Disponível em http://www.publico.pt/Cultura/deputado-do-ps-sensibiliza-sarkozy-para-a-lingua-portuguesa-nas-universidades-francesas_1473897 (consultado em 20 de janeiro de 2011).

portuguesa tenha deixado ecos da sua existência, foi mais benevolência dos deuses e obra do tempo do que resultado de concertada política cultural.”³³⁴

Já Maria Sousa Galito, em consonância objetiva com Eduardo Lourenço, defende que os países e falantes do português devem apostar no potencial do idioma, assim como outras línguas o fazem:

“É preciso ter presente que as supostas conquistas obtidas pelo Espanhol, talvez fundamentada no seu uso como língua de trabalho nas organizações internacionais, parece ser uma conquista recente. Ou seja, o Português pode ascender a uma posição semelhante. Mas não basta querê-lo, é preciso fazê-lo e de forma concertada, sem pejo ou pudor de defender a sua credibilidade em pé de igualdade com outras línguas provavelmente “universais”, como o Inglês e o Castelhana, ou talvez regionais como o Chinês (Mandarim), o Hindu, o Árabe, o Bengali e o Russo.”³³⁵

Parte da referida baixa autoestima pode ser encontrada no percurso do português. Não é de sempre, mas é de um período longo. Ao examinarmos a História, verificamos que a língua portuguesa foi uma das primeiras, se não mesmo a primeira, a tornar-se global. Como pode a mesma se encontrar hoje num patamar aquém do esperado, tendo em conta seu percurso histórico? É preciso conhecer esse percurso histórico.

À medida que uma língua afirma-se como uma língua de poder, de comércio e desenvolvimento, além de língua de cultura e ciência, o falante da mesma irá tomar posse de sua herança cultural.

Essa é a tese de Sloterdijk, com sua teoria, já aqui apresentada, das línguas imperiais. A questão está na forma como os falantes participam da herança cultural da sua língua, quando ela, apesar do insuficiente investimento, é de tal modo forte, como no caso do português, que a sua sobrevivência parece decorrer apenas da sorte.

A autoestima de um falante pode melhorar por uma decisão interna e consciente de utilizar essa língua ou por fatores externos que valorizem o idioma, automaticamente, levando o locutor a fazer uso das vantagens de sua língua materna. Este raciocínio vale para todas as línguas. Com o português não será diferente.

³³⁴ Eduardo Lourenço em “A chama plural”, *A Nau de Ícaro*, 1999. pp.121-124. Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/antologia.php?rid=678> (consultado em 6 de janeiro de 2012).

³³⁵ Maria Sousa Galito em seu “Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho”. Outubro 2006. p. 37. Disponível em http://www.ciari.org/investigacao/impacto_econ_lingua_portuguesa.pdf (consultado em 25 de dezembro de 2011).

Quando seus falantes ascenderem socialmente e gozarem dos dividendos de políticas da língua em seus próprios países, eles saberão que falar português é um ativo e uma mais-valia. Neste ponto, as diásporas podem ajudar não só na mudança de atitude como também na promoção do idioma em seus países anfitriões, especialmente na era da tecnologia e das redes sociais. E assim poder-se-á aumentar a autoestima dos que falam o idioma. Uma tarefa que pode ser levada a cabo com sucesso com a ajuda das diásporas lusófonas em todo o mundo.

3. O SUBESTIMADO POTENCIAL DAS DIÁSPORAS NA DIFUSÃO DO PORTUGUÊS

A mobilização da sociedade civil e das diásporas (entendidas aqui no plural, por referência a todos os povos de língua portuguesa que vivem no exterior) é uma questão-chave na promoção do português. Com base nesta assertiva, o Plano de Ação de Brasília dedicou parte de suas políticas a este grupo estimado em 7 milhões de pessoas em todo o mundo, segundo dados do IILP. De acordo com o Plano de Ação, deve haver uma “oferta do ensino do português como língua curricular, desde a educação pré-escolar até o ensino secundário, nos países onde existam comunidades de cidadãos provenientes dos Estados Membros da CPLP, através de negociação com os responsáveis locais”.

O Plano de Ação de Brasília toca, se não na parte mais importante, pelo menos numa das partes mais importantes para a construção de uma política bem-sucedida de promoção do português no mundo.

Mas como se fará isso?

Até o momento, a realidade tem sido dura. A maioria da demanda pelo ensino do português onde vivem as diásporas, especificamente no ensino fundamental, segue sem ser atendida. Existem problemas tanto na Europa como na América do Norte, para dar os exemplos mais notórios.

Trata-se de uma situação difícil de ser compreendida, visto que há muitos professores à procura de emprego e que poderiam ser úteis neste contexto. Para tal teria de haver no entanto uma estratégia lusófona da CPLP.

Com efeito, há múltiplos problemas, como a falta de recursos financeiros e a insuficiente coordenação entre os países, especialmente Brasil e Portugal, para o ensino do português. Mas é preciso realçar que são frequentes os problemas com as entidades políticas nacionais dos países de imigração, o que só se soluciona com muita pressão política. Existirá naturalmente vantagem em que essa pressão seja feita por vários países.

Qual é a situação, por exemplo, em Portugal?

Justo será dizer que sempre houve um esforço da parte dos governos portugueses para disponibilizar o ensino do português às crianças em idade escolar no âmbito das comunidades emigrantes. Por outro lado, existe, com o mesmo propósito mas a outro nível, uma rede institucionalizada de leitorados de português no mundo.

É curioso notar que a Constituição da República Portuguesa (CRP) assegura o ensino do idioma a todos os portugueses, dentro e fora do país. Mas, na prática, muitas comunidades no exterior, não raramente, reclamam da falta de oferta do ensino da língua.

O artigo 74.º da CRP, em matéria de política pública de ensino, diz que cabe ao Estado:

- h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;*
- i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;*
- j) Assegurar os filhos dos imigrantes apoio adequado para efectivação do direito ao ensino.*³³⁶

Em novembro de 2011, o IILP realizou um importante colóquio internacional subordinado ao tema “A Língua Portuguesa nas Diásporas”, com o qual procedeu a uma grande discussão com gestores da promoção da língua portuguesa.

Foram convidados para participar especialistas de 12 países, incluindo países onde o português não é língua oficial.

³³⁶ Constituição da República Portuguesa. Artigo 74, Parágrafo 2. Disponível em <http://dre.pt/comum/html/legis/crp.html> (consultado em 14 de fevereiro de 2012).

Do encontro saiu a chamada “Carta da Praia para a Promoção do Português nas Diásporas”, com sugestões de ações conjuntas para a organização de cursos de apoio às diásporas lusófonas. As reflexões e discussões serviram ainda de base para a denominada Segunda Conferência Internacional sobre o Futuro do Português, que, por sua vez deu origem ao Plano de Ação de Lisboa 2012-2014.³³⁷

Neste mesmo evento, o diretor-executivo do IILP, Gilvan Müller de Oliveira, informou que havia uma estimativa de 6 a 7 milhões de pessoas que falam português vivendo nas chamadas diásporas. Convém ainda lembrar que, por conta do mesmo “caderno de encargos”, a proposta de internacionalização da língua portuguesa de 2008 previa uma maior promoção da língua, especialmente nos grandes centros da “diáspora comum”: a Europa e os Estados Unidos.

Vejamos a importância dos Estados Unidos como desafio para os países de língua portuguesa em globo. Nesse país norte-americano, as diásporas lusófonas espalham-se em bolsões de costa à costa. As mais antigas são, provavelmente, as de origem portuguesa (incluindo a açoriana) concentradas em Providence, Rhode Island, em Massachusetts, mas também no Central Valley, na Califórnia, no estado da Flórida, para além de Nova Iorque e no estado vizinho de Nova Jérsei (Newark).

Esta é, inquestionavelmente, uma realidade que interessa a vários países, notadamente a Portugal e ao Brasil. A ascensão do Brasil no cenário internacional desperta hoje o interesse de novos alunos, nos Estados Unidos, como previram Galito e Corrêa d’Almeida em seu estudo sobre o português neste país.

Vejamos o que disseram:

*“If Portuguese language had the vigour that Spanish (Castellan) has in the US, the worldwide projection of our language was much superior. Curiously enough, since Brazil seems to be bigger geographically and economically established, as well as a neighbouring power (with a numerous Brazilian community in US), there is a considerable possibility for higher attention from US indirectly over the Portuguese language status in schools and universities all over the country.”*³³⁸

³³⁷ Carta da Praia. Colóquio realizado pelo IILP na Cidade da Praia, em novembro 2011. Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&M=News&PID=304&NewsID=1805> (consultado em 1 março de 2012).

³³⁸ Cf. “Portuguese Language: Common Legacy with World Potential” by Maria Sousa Galito e André Corrêa d’Almeida, USA, 2009.

Nos Estados Unidos, que concentram milhões de falantes do português na diáspora, o ensino do idioma ainda dá passos tímidos. Mas as notícias não são de todo desanimadoras. Com base em dados da Associação de Línguas Modernas, Modern Languages Association ou MLA (na sigla em inglês), o português tinha em 2006, 10,267 alunos matriculados em cursos de educação secundários e universidades.

Em 2009, o número aumentou para 11371, um crescimento de 10 por cento em apenas três anos. Era mais que o dobro do aumento do espanhol, que tinha cerca de 865 mil alunos inscritos desde 2006. O português em percentagem crescia mais que o francês, o russo e o alemão.³³⁹ Nos últimos anos, especialmente com a ampliação das redes sociais e a crescente participação das sociedades civis em processos políticos, tem aumentado o número de defensores da língua portuguesa no país. *Grosso modo*, estes movimentos tendem a ser setoristas. Alguns deles defendem a sua visão nacionalista do idioma. Outros, por mais que empunhem bandeiras da diversidade lusofônica, tendem a falar num sotaque específico apenas. O que não é necessariamente um mal para a causa da língua portuguesa, podendo até ser um bem.

Ainda de que seja uma organização menor, mas nem por isso desmerecedora de atenção, o Movimento Internacional da Lusofonia (MIL) “fala”, na maior parte das vezes, com sotaque português europeu. Em contrapartida, o grupo tem promovido reflexões e debates sobre a importância do português no mundo, e divulgado estas ações na internet.

Em depoimentos e em outros pronunciamentos em linha, notamos uma predominância de portugueses falando sobre temas que são, basicamente, de interesse de todos os países que partilham o idioma. Em um dos eventos do grupo, ao expor sua impressão sobre o assunto da promoção da língua portuguesa no mundo, o deputado português de CDS-PP Helder Amaral defendeu que a língua, como reserva de valor que é, deve ser partilhada:

“[A língua portuguesa é] uma nova reserva, não se trata de reservas de ouro, é uma reserva com potencial superior a qualquer outra estratégia ou até econômica que possamos ter”, um

³³⁹ MLA report divulgado em 8 de dezembro de 2010, em Nova Iorque. Disponível em http://www.mla.org/pdf/2009_enrollment_survey_pr.pdf. (consultado em 26 de novembro de 2011).

*“potencial natural”. (...) Deve ser para nós não algo que seja nosso, mas algo que devíamos partilhar.”*³⁴⁰

Mas atenção: só se partilha o que se tem; e só se partilha aquilo sobre que se exerce controle. Para explorar essa “nova reserva”, esse “novo potencial natural” da língua portuguesa, Amaral fala numa reforma profunda do Instituto Camões, em conjunto com ações bilaterais com países que “falam a nossa língua”.

A força do português nas diásporas e os dividendos políticos foram notados ainda pelo município de Lambeth, em Londres, Inglaterra, onde a pressão da sociedade levou à criação de um Centro Português de Apoio à Comunidade Lusófona. A entidade terminou por receber o endosso do presidente da câmara local, que avaliou muito positivamente a importância da comunidade portuguesa, eleitora em pleitos locais. Um vereador de Lambeth (*councillor*) Steve Reed dirigiu-se ao Instituto Camões, em Lisboa, acompanhado de líderes portugueses, para traçar uma estratégia de “promoção da língua portuguesa” em Lambeth. Vejamos o que disse ao chegar lá:

*“O Português é uma língua importante a nível mundial, muito por causa do Brasil, e queremos perceber como ajudar a promover o seu ensino nas escolas”, disse Steve Reed ao Emigrante/Mundo Português no final do encontro com Mário Filipe, vice-presidente do Instituto.*³⁴¹

Interessante notar que outros países não se dedicam a cuidar somente de suas diásporas e variantes. Aqui, um município inglês concorda em investir na promoção de um idioma alheio, por perceber a importância política do português em sua jurisdição. Segundo a mesma reportagem, havia cerca de 50 mil luso-descendentes em Lambeth, quase 50 vezes o número de votos recebidos pelo vereador Reed (*councillor*) nas eleições de 2006. Coincidência ou não, naquele mesmo ano, o candidato liderou a corrida em seu distrito de Brixton Hill, com 1354 votos.³⁴²

³⁴⁰ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=KPYGffF-kLk> Consultado em 2 de novembro de 2011. Depoimento divulgado em 14 de julho de 2011. (consultado em 25 de novembro de 2011).

³⁴¹ “Reino Unido: Autarca de Lambeth defende promoção do ensino da língua portuguesa.” Disponível em: Agência Lusa, 13 de abril de 2011. http://www.portugalmusica.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=442:reino-unido-autarca-de-lambeth-defende-promocao-do-ensino-da-lingua-portuguesa&catid=31:noticias-em-destaque&directory=45 (consultado em 25 de novembro de 2011).

³⁴² Wikipedia: http://en.wikipedia.org/wiki/Lambeth_Council_election,_2006 (consultado em 25 de novembro de 2011).

Um outro bom exemplo da força da língua portuguesa em equações políticas fora dos países que falam o idioma, ou seja, baseada na existência de diásporas dinâmicas e ativas em processos de decisão, é a presença da bancada luso-americana no Congresso dos Estados Unidos. De acordo com a *National Organization of Portuguese-Americans* (NOPA), no fim de 2011, a bancada tinha 17 congressistas. Um dos fundadores do grupo foi o antigo representante americano Patrick Kennedy, deputado pelo estado de Rhode Island, que até aprendeu algumas palavras em português para saudar eleitores em sua língua materna.

No *email* em que enviou a vários congressistas convidando-os para se juntarem à bancada, a NOPA explicou o propósito do grupo:

*“The caucus is dedicated to the more than 1.3 million members of the Portuguese American community and the critical ties between the United States and Portugal, with diplomatic relations dating back to 1791 and important defense relationships that include a U.S. military base at Lajes Field, in the Azores, where the U.S. Air Force's 65th Air Base Wing is stationed and supports deployed U.S. forces throughout Europe, the Middle East, Asia, and Africa. (...) The community is proud to have a voice in the federal government in the form of a caucus and we hope that you will join.”*³⁴³

O politólogo americano Yoshihiro Francis Fukuyama, em seu livro *O Fim da História e o Último Homem*, desenvolve o conceito da pós-história, que representa, por assim dizer, o novo mundo globalizado, sem fronteiras e integrado pela tecnologia da informação.

Ao expor seu pensamento, Fukuyama contrapõe o “mundo histórico”, preso aos conceitos dos séculos passados, da velha ordem mundial bipolarizada, ao novo mundo pós-histórico. Para o cientista político, o novo mundo é comandado pela bússola econômica, e esta é a principal base das relações entre os atores globais:

*“No mundo pós-histórico, o eixo principal da interação dos estados será económico e as velhas normas da política de poder perderão sua relevância. Poder-se-á assim imaginar uma Europa democrática multipolar dominada pelo poder económico alemão, na qual os vizinhos dessa Alemanha não estarão grandemente preocupados com ameaças militares e não tomarão medidas especiais para aumentar o seu nível de alerta militar.”*³⁴⁴

³⁴³ Email enviado a congressistas americanos pela *National Organization of Portuguese-Americans*, NOPA, <http://myemail.constantcontact.com/Congressional-Portuguese-American-Caucus-Update---Call-To-Action.html?soid=1102586872185&aid=DVv5hbJ72HA> (consultado em 25 de março de 2012).

³⁴⁴ Francis Fukuyama. *O Fim da História e o Último Homem*. Gradiva, 1ª. edição, setembro de 1992, Lisboa. p. 269.

A percepção do surgimento de um mundo eminentemente econômico após a queda do Muro de Berlim, em 1989, também foi delineada pelo cientista político alemão Ernst-Otto Czempiel, em seu livro *Weltpolitik im Umbruch*.³⁴⁵

O movimento, cada vez mais frequente, de migrantes de países em desenvolvimento da América Latina, da Ásia e da África para nações ricas da Europa e para outras áreas do mundo desenvolvido já era um sinal das transformações deste cenário pós-histórico e econômico. Neste contexto, se inseria grande parte da história das diásporas lusófonas. Um outro movimento observado por Czempiel foi a influência, cada vez maior, das transnacionais, as empresas que operam em vários países, mas que estão quase sempre associadas a uma nação. Neste novo mundo globalizado, elas têm poder de decisão econômico e financeiro, assim como fortes laços com governos e influência. E podem ser usadas também na promoção da língua. Como já vimos, uma receita seguida a cabo pela Espanha com o Instituto Cervantes.

Esses são sem dúvida, sinais de tempos pós-modernos, de menor distância entre Estados-nações e de maior proximidade entre pessoas num mundo que se comunica e se informa mais rapidamente que outrora. É neste novo contexto geopolítico, também, que se multiplicam os blocos econômicos regionais, os acordos e intercâmbios comerciais, e que se dá maior mobilidade de pessoas e de culturas.

No contexto da internacionalização do português, o sucesso de uma união de todos os falantes dentro do conceito da CPLP, ou até mesmo da lusofonia, vai além da própria língua em si. Para ser notada e percebida como eficiente, a CPLP precisa de obter resultados concretos que façam a diferença na vida dos cidadãos desta mesma comunidade, como bem ressaltou José Flávio Sombra Saraiva ao falar sobre o papel do idioma dentro do bloco.

*“(...) Ela, a língua, deve-se traduzir em elevação da qualidade de vida e afirmação da dignidade humana. Se isso não for feito, a CPLP fenecerá.”*³⁴⁶

³⁴⁵ Cf. Ernst-Otto Czempiel. *Weltpolitik im Umbruch*, Verlag C.H.Beck, Muenchen, 2ª. Auflage, 2003.

³⁴⁶ Cf. José Flávio Sombra Saraiva. “CPLP: plataforma para uma frutífera concentração político-diplomática.” In: José Flávio Sombra Saraiva (org). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política*. Brasília, 2011. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. pp. 70 -71.

Ao analisarmos as diásporas, devemos ter em mente que não se trata de um grupo uniforme de pessoas, mas sim de aglomerações variadas de cidadãos, que muitas vezes se orgulham desta diversidade e riqueza próprias. Até mesmo em comunidades nacionais, há variedades como, por exemplo, a cabo-verdiana em Providence, Rhode Island, ou a portuguesa em Boston, Massachusetts, todas nos Estados Unidos. Há, por outro lado, os portugueses (e outros) nascidos nos Estados Unidos, os que vieram para a América depois da Segunda Guerra Mundial, os que imigraram há apenas duas décadas etc.

A língua portuguesa também não é tão óbvia ou homogênea para muitos integrantes desta comunidades. A questão das diásporas, como já foi mencionado, e do fenômeno da imigração, que fez com que países como o Brasil deixassem de ser receptores para passarem a ser emissores de cidadãos para o exterior ajudou a dinamizar o potencial da língua.

Comunidades, jornais e serviços em português começaram a surgir em lugares como o Japão por causa da forte presença de brasileiros imigrantes (conhecidos como *dekasseguis*). A mesma experiência pode ser vista na Alemanha que conta com serviços de informação em turco por causa de trabalhadores da Turquia ali.

Já nos Estados Unidos, em várias cidades com grande concentração de imigrantes hispânicos, pode ser notada a presença do espanhol até mesmo em canais de televisão e rádio que servem às comunidades que falam esse idioma. Quem passeia pela rua 46 do lado oeste da ilha de Manhattan, em Nova Iorque, pode escolher em qual dos vários restaurantes brasileiros vai almoçar. Ao atravessar a mesma rua, poderá marcar um bilhete de avião numa agência de viagens, comprar produtos brasileiros e até mesmo ler o jornal *The Brazilians*, sem precisar falar uma palavra de inglês.

No programa do XVIII Governo Constitucional de Portugal, para 2009-2013³⁴⁷, concretamente na página 118, no capítulo VII, encontramos os planos do Governo para a Defesa Nacional, Política Externa, Integração Europeia e Comunidades Portuguesas. No Ponto 2 sobre as “Relações Económicas Externas”, reconhecia o Governo que:

³⁴⁷ O Parlamento português foi dissolvido em 2011, pelo que a legislatura não chegou ao fim.

*“O reforço da capacidade de penetração internacional dos agentes económicos portugueses passa, também, pelo desenvolvimento de novas formas de parceria com o empresariado da diáspora portuguesa. O novo impulso a dar à internacionalização da economia portuguesa deve assumir-se como prioridade da acção externa do Estado português.”*³⁴⁸

E ao destacar o papel das “Comunidades Portuguesas” – que, segundo o próprio Governo, alcançariam mais de 5 milhões de cidadãos das Américas à Ásia – em prol do desenvolvimento nacional e das sociedades de acolhimento garantia o mesmo Governo o “pleno exercício da cidadania” dessas pessoas, em pé de igualdade com os portugueses que viviam no país de origem.

Mais, dizia o Governo, que os consulados portugueses espalhados pelo mundo seriam transformados, seguindo a experiência de sucesso registrada em território nacional, em “Lojas do Cidadão”. Este mesmo programa indicava que Portugal investia anualmente 50 milhões de euros “na promoção e expansão da rede de ensino da Língua e Cultura Portuguesa somente na Europa”. Como antepenúltimo parágrafo do documento, aparecia a cooperação com os “Países de Língua Oficial Portuguesa, no quadro da CPLP e no plano bilateral”.

E quando se tratava da promoção do idioma através do projeto de “Internacionalização da Língua Portuguesa”, o Governo dedicava os cinco últimos pontos do programa à causa:

“O Governo privilegiará, como decorre do programa da Presidência Portuguesa da CPLP, a promoção e difusão da Língua portuguesa no Mundo, designadamente através das seguintes iniciativas:

- Apoio à expansão dos sistemas de ensino dos Estados-membros da CPLP onde o Português funciona como língua veicular de alfabetização e do sistema de ensino em geral;*
- Promoção e difusão da Língua Portuguesa fora do espaço da CPLP, nomeadamente através de criação de centros de ensino e iniciativas diplomáticas com vista ao seu reconhecimento e integração curriculares;*
- Promoção, em estreita coordenação com os restantes Estados-membros da CPLP, do português como língua oficial ou de trabalho em organizações Internacionais e, em particular, no sistema das Nações Unidas;*
- Reestruturação profunda do funcionamento e dos objectivos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), em colaboração com os órgãos próprios do Secretariado da CPLP e em estreita articulação com os Estados-membros, a aprovar durante a próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo;*

³⁴⁸ Programa do XVIII Governo Constitucional de Portugal 2009-13, p. 118. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/Programa_GC18.pdf (consultado em 6 de novembro de 2011).

• *Financiamento, através do Fundo da Língua Portuguesa entretanto criado, de projectos que visem a valorização e difusão da língua portuguesa no Mundo.*”³⁴⁹

Curioso notar a manifestada pró-atividade de Portugal para reformar o IILP, uma tarefa que dificilmente poderia ser levada a cabo por um país apenas mas sim por todos os oito países lusófonos. Desde logo, por elementares razões jurídicas, atendendo a que, ao contrário do que se passa, por exemplo, com o Instituto Camões, o IILP é participado por todos os países da CPLP.

O papel das diásporas e da participação cidadã na CPLP foi destacado logo no início do bloco por um de seus fundadores, o antigo presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso. Para ele, a organização tinha de ser do povo e não das autoridades:

“A CPLP não é monopólio de Governos ou de Chancelarias. Ela só faz sentido como projeto de sociedades que acreditam na força de nossos valores. Daí a essência eminentemente democrática da Comunidade, o que lhe confere legitimidade, mas impõe deveres. O desempenho da CPLP será julgado sempre, e assim deve ser, segundo o aporte dado à felicidade e ao bem-estar de nossos povos.”³⁵⁰

O poder das diásporas foi observado ainda pelo presidente português Aníbal Cavaco Silva logo em seu primeiro mandato. Ao realizar visitas oficiais aos Estados Unidos, para discursar na Assembleia Geral da ONU, Cavaco Silva sempre achou espaço na agenda para visitar várias parcelas dos mais de um milhão de portugueses que vivem no país.

Em 2011, o presidente português foi ao Vale do Silício, na Califórnia, para reuniões com portugueses que, em suas palavras, o ajudariam a “promover” a imagem de Portugal como um país para investimentos de ponta, apesar da crise financeira que o obrigou a receber ajuda do FMI e da União Europeia.

A aposta de Cavaco Silva na procura de apoio nas diásporas não é nova. Outros países contaram, e ainda contam, com seus cidadãos que vivem no exterior para ajudas maiores ou menores, nos mais variados processos políticos. Israel, por exemplo, sempre

³⁴⁹ Programa do XVIII Governo Constitucional de Portugal 2009-13, p. 118. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/Programa_GC18.pdf (consultado em 6 de novembro de 2011).

³⁵⁰ Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, Maputo 17 de julho de 2000. Disponível em <http://redesida.web.ua.pt/vercomunic.asp?id=4> (consultado em 9 de outubro de 2011).

recebeu auxílio de fora. Também políticos cabo-verdianos se deslocam a milhares de quilômetros de distância, em épocas de campanhas eleitorais, para pedir o voto de seus compatriotas nos Estados Unidos e na Europa.

No início da crise na zona do euro, a Irlanda conclamou a ajuda aos seus imigrantes que viviam nos Estados Unidos. O Governo irlandês pediu especificamente aos imigrantes que voltassem para “investir em casa”, e, desse modo, para que tentassem resgatar o país natal da recessão.³⁵¹

Todos estes são exemplos concretos de investimentos sistemáticos no poder das diásporas e de suas relações com a língua materna.

Uma possível aposta no ativismo das diásporas lusófonas, na contemporânea sociedade de informação e tecnologia, vê-se fortalecida com as comunicações rápidas e a formação de redes de redes. Neste contexto, uma língua em comum não ajuda só a reforçar causas, projetos, ideias e sonhos, em nível individual, mas também estratégias políticas e macroeconômicas, em nível de Estados.

Em 2006, o então recém nomeado Alto Comissário para os Refugiados da ONU, o português António Guterres, decidiu explorar o potencial das diásporas ao reunir líderes da comunidade portuguesa em Genebra para um evento de captação de recursos. O objetivo era financiar projetos em Angola.

Guterres não hesitou em lançar mão da força do idioma para evidenciar a importância da agenda dos refugiados no plano internacional. A sua ação visou concretamente a contribuição dos integrantes da comunidade de cerca de 170 mil portugueses residentes na Suíça.³⁵²

³⁵¹ “In Tough Times, Irish Call Their Diaspora”. *New York Times*, 18 de julho de 2011. Report on project Ireland Reaching Out. “The project is based on a very simple idea: Instead of waiting for people of Irish heritage to trace their roots, we go the other way,” said Mike Feerick, who has been leading the charge to rekindle ties between the Irish and their diaspora. Disponível em <http://www.nytimes.com/2011/07/19/world/europe/19iht-irish19.html> (consultado em 4 de dezembro de 2011).

³⁵² “UNHCR seeks support of Portuguese in Switzerland for Angola projects.” Disponível em www.unhcr.org/456487424.html (consultado em 3 de dezembro de 2011).

Notamos que a criação de redes, de agrupamentos e de blocos econômicos tem sido também um dos motivos do interesse pelo ensino do português como língua estrangeira. Apesar dos esforços do Instituto Camões de manter seus leitores pelo mundo afora, e também do Brasil, que envia profissionais de Letras para universidades de muitos países, há ainda o impulso gerado com os mercados econômicos comuns.

A presença do português no Mercosul e a decisão argentina de abrigar o português nas escolas secundárias, como segunda língua estrangeira, foi, na opinião do principal responsável do IILP, talvez a mais bem-sucedida medida de política da língua. Curiosamente, tratou-se, logo no início, de uma “externalidade positiva” decorrente da posição do Brasil no referido bloco econômico. Fácil é também reconhecer que igual impacto não existe na União Europeia, por causa de Portugal. Existiria por causa do Brasil?

Não há dúvidas de que na Europa há quem estude português para poder investir no Brasil. Falamos de empresários, mas também de estudantes, sobretudo de gestão e ciências empresariais. Por outro lado, existe um forte intercâmbio entre as entidades empresariais brasileiras e as europeias.

Que impacto têm estes interesses sobre as políticas públicas, em especial da política da educação articulada com a política econômica? Que mundo é esse que se constrói e de que modo o perspectivam os agentes políticos dos Estados de língua portuguesa?

Durante uma visita a Salamanca, na Espanha, em 15 de outubro de 2005, o ex-presidente brasileiro Lula da Silva comentou a política espanhola de “perdoar dívidas para investir em educação”. A medida precisamente também levou ao ensino do espanhol em escolas brasileiras. Eis suas palavras:

*“Por essa razão, apoiamos com entusiasmo a iniciativa do governo espanhol de converter dívidas de países mais pobres em investimentos em educação. Recursos desse programa poderão ajudar na expansão do ensino do castelhano em nossas escolas públicas, onde a oferta já é obrigatória no ensino médio. Como credor, o Brasil somou-se a essa idéia dispondo-se a perdoar a dívida de Cabo Verde em troca da constituição da primeira universidade pública daquele país.”*³⁵³

³⁵³ Lula da Silva em discurso proferido em Salamanca, em 15 de outubro de 2005, por ocasião da XV Cimeira Ibero-Americana. “A Projeção Internacional da Comunidade Iberoamericana” Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/15-10-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na->

Ainda no mesmo discurso, ele explicou o que esperava da solidariedade do Brasil com os demais países, não apenas como os ibero-americanos, mas, em geral, com os de língua portuguesa e castelhana, especialmente em África.

*“Nossa ambição e nossa vontade política condicionarão nossa projeção na cena internacional. E o alcance de nossos projetos estará sempre determinado por nossa capacidade de conciliar afinidades e diferenças. Nossa Comunidade deve ampliar seu diálogo internacional, em particular com a África. Poderíamos começar pelos países de língua portuguesa e pela Guiné-Equatorial, de expressão castelhana, que já manifestaram esse interesse.”*³⁵⁴

A relação entre educação e economia, na perspectiva dos interesses nacionais, é por demais evidente, nos exemplos dados e com ênfase no bem-estar dos cidadãos ou em ações que tivessem um impacto direto sobre a vida dos falantes do português.

Nos anos 90 do século XX, Portugal iniciou a abertura de uma série de Escolas Portuguesas em ex-colônias e territórios. Em 1994, foi fundada a Escola de Luanda, em Angola, e, quatro anos depois, foi a vez de Macau ganhar sua Escola Portuguesa. O Timor-Leste também recebeu a Escola Portuguesa nos mesmos moldes. Também aqui finalidades políticas, culturais e econômicas que se misturam.

O nosso ponto, no entanto, consiste em realçar as vantagens e as desvantagens de se agir isoladamente em matéria do ensino do português.

Com efeito, como se verá pelos exemplos seguintes, os países de língua portuguesa tomam decisões políticas em matéria de ensino do português decorrentes de razões antigas (as relações históricas) ou de razões novas (fundamentalmente razões econômicas). Mas essas decisões nem sempre são concertadas e convergentes, despertando desconfianças e deixando de cumprir o que deveria ser visto como uma prioridade...

Só cinco anos após a inauguração da escola portuguesa em Luanda, Portugal conseguiu estabelecer uma instituição equivalente em Maputo. Como já vimos, quando se tornou independente em 2002, o Timor-Leste passou a contar também com uma escola de referência portuguesa.

[15a-cupula-ibero-americana-201ca-projecao-internacional-da-comunidade-ibero-americana201d/view](#)

(consultado em 13 de outubro de 2011).

³⁵⁴ *Idem et ibidem.*

Trata-se, naturalmente, de projetos caros. Em todo o caso, o sucesso da empreitada despertou o interesse de Portugal, através do Instituto Camões, de enviar mais leitores para a América Latina.

Falamos, por exemplo, da presença consolidada de Portugal na Venezuela, onde a comunidade portuguesa é de centenas de milhares de pessoas.

Ao mesmo tempo, fora da diáspora, encontramos situações onde o português é falado não plenamente por comunidades inteiras, como nos contou o escritor moçambicano Mia Couto, em sua alocução na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão, em junho de 2007, em Lisboa:

*“A verdade é esta: apenas uma das nações de Moçambique já vive na lusofonia. Apenas parte dos moçambicanos já se reconhecem como falando e sendo falados pela língua portuguesa. Mas também é verdade que toda a grande nação moçambicana encontra no português a sua língua de construção, o idioma que a projecta num corpo unitário e que a torna capaz de viver na modernidade.”*³⁵⁵

Interessante notar este “retorno” à raia, mencionado por Mia Couto e que também ocorreu no Brasil, o primeiro país a implementar o Acordo Ortográfico, por em grande parte reconhecer que uma grafia harmonizada ajuda não só a internacionalizar o idioma, mas também a fortalecer as relações com a CPLP. Das palavras de Mia Couto transcorre não apenas o sentido de pertença comum, mas também da prioridade que deverá ser comum.

A ideia de uma “língua de construção” que se projeta num num “corpo unitário” é mais do que uma metáfora; é a expressão política de comunidade. Faz lembrar um poema de Vinicius de Moraes intitulado “Valsa à mulher do povo”, que expressa um sentimento político de unidade em torno da arte percebida pelo povo, pelas pessoas comuns.³⁵⁶

³⁵⁵ Mia Couto, “Língua Portuguesa cartão de identidade dos moçambicanos.” Alocução na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão: A experiência portuguesa, no âmbito dos 50 anos da RTP, realizada no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, no dia 19 de Junho de 2007.

³⁵⁶ Vinicius de Moraes, “Valsa à Mulher do Povo”, em Antologia Poética, Editora A Noite, Rio de Janeiro 1954.

Como vimos, muitos especialistas lembram a Semana de Arte Moderna que decorreu no Rio de Janeiro, em 1922, que buscou romper com a influência de Portugal sobre o português “abrasileirando” o idioma por forma a que os brasileiros se tornassem politicamente autônomos na sua língua materna, exatamente 100 anos após a declaração de independência do Brasil pelas mãos de um imperador português.

Fora de seus países de origem, o português da “grande” diáspora parece, na prática, perder sotaques, acentos, demarcações e territórios para ser considerado universal na comunicação com falantes de uma língua comum e meio a realidades anglófonas, francófonas etc.

O movimento de afirmação da língua portuguesa na diáspora faz-nos lembrar do início do processo de formação das línguas românicas. Tendo todas elas como base o latim, os chamados “dialetos ou línguas regionais” foram-se fortalecendo através de um processo de poder político e de engajamento de seus falantes. Especialmente na Península Ibérica isso foi notório, como o português emergindo sob a forma do galaico-português. O mundo do século XXI, no entanto, é demasiadamente diferente desta realidade, que foi eficiente numa outra época. Enquanto os leitorados continuam sendo uma forma apropriada de difundir o idioma, há, hoje em dia, um variado leque de outros canais que podem continuar levando o português a quem ainda não o conhece, de forma talvez mais rápida e mais voltada a resultados positivos para os gestores da promoção da língua.

Atualmente, o leitor, o diplomata, o profissional de comunicações, o artista, o desportista, todos podem e devem ser embaixadores da língua. E a força da diáspora nesta equação não deve ser subestimada. Como veremos mais adiante, o fato de desportistas famosos falarem em português, em grandes eventos, ajuda a promover a língua. É importante perceber por quê e que implicações isso tem sobre o modo de conceptualização da realidade existente.

4. NOVOS MEDIA E A INTERNET: UM MUNDO NOVO A SER EXPLORADO PELO PORTUGUÊS

Em uma sociedade de conhecimento, informação e tecnologia, a língua passa a desempenhar um papel ainda mais relevante do que no passado, porque é nela que seus falantes e cidadãos se expressam, trocam, compram, vendem, transmitem e multiplicam conhecimentos.

O século atual registrou várias e rápidas mudanças na forma como as pessoas se comunicam. O advento das redes sociais tornou a comunicação e a interação ainda mais imediata. Formou-se o conceito de rede ou redes de redes sociais, e, neste mundo, mais do que nunca, as relações são uma vantagem na produção do lucro.

Um outro vento favorável à projeção do idioma é o acesso à comunicação na sociedade de informação. Como já vimos, com base em pesquisas de audiências de canais de mídia social, o português está hoje entre as línguas mais usadas em sítios como Twitter e Facebook. O certo é que os *media* sociais e o maior engajamento dos cidadãos que falam o português já formam redes em prol da promoção automática da língua.

Voltamos, no entanto, a lembrar que a maior parte das nações de língua portuguesa integra o grupo dos “*Least Developed Countries*”(LDC), de acordo com a classificação da ONU. O acesso às tecnologias de informação ali são limitados, à exceção da abundante telefonia móvel, mas este quadro tende a mudar nos próximos anos, à medida que estas nações avançam, seus cidadãos se alfabetizam e a língua, certamente, crescerá com eles.

Com a tecnologia da informação e o advento das novas redes sociais, o conhecimento também ficou mais democratizado. Hoje em dia, bibliotecas, obras de referência, correntes teóricas e conhecimento científicos estão a um clique do usuário e do aprendiz. Cursos de graduação, mestrado e doutorado, que antes eram apenas talvez, mais acessíveis a uma pequena elite, podem ser hoje conquistados pela educação a distância. A própria Universidade Aberta, com sua oferta curricular abrangente e taxas

mais baixas do que as de outras instituições no espaço lusófono, é um exemplo dessas facilidades de um mundo mais conectado pela internet.

Os centros de excelência de promoção do idioma souberam aproveitar este potencial das redes sociais para multiplicar seus ganhos. Um recurso do qual a Academia Brasileira de Letras, por exemplo, não sonhava sequer em dispor ao ser fundada em 1897.

De acordo com o sítio *Internet World Stats*, em 2010, o Brasil era o quinto país com o maior número de usuários da rede mundial de computadores no mundo com cerca de 76 milhões de pessoas conectadas *online*. É, por outro lado, o único país de língua portuguesa entre os 20 maiores usuários da rede. A mesma página indica que o português é a quinta língua mais utilizada para fazer acessos na internet. O primeiro lugar é do inglês, seguido pelo chinês, pelo espanhol e pelo japonês.³⁵⁷

As estruturas de promoção da língua portuguesa parecem, no entanto, não estar inteiramente atentas ao potencial presente na internet para a difusão do idioma. Não basta somente estar na rede mundial de computadores, antes é preciso desenvolver, de forma sistemática, conteúdos de qualidade para os usuários de conteúdos científicos, culturais e econômicos no espaço cibernético. Este passo também reforçará o português como língua de cultura e ciência.

A presença na internet, aliás, já foi percebida como elemento-chave pelos Institutos Camões, Cervantes e Goethe, assim como pela Aliança Francesa no processo de promoção de seus respectivos idiomas. Outro ponto de reflexão deve ser o progresso que as tecnologias de informação ainda farão na África. O continente que já registra uma explosão de telefones celulares, será a próxima região do mundo a experimentar o *boom* da internet e da banda larga.

Com isso, os cinco países lusófonos que começaram a melhorar seus indicadores sociais e econômicos, certamente conhecerão mais avanços na taxa de cobertura *online*, o que ajudará a aumentar a presença do português na internet.

³⁵⁷ Cf. *Internet World Stats* <http://www.internetworldstats.com/top20.htm> "Top Ten Languages in the Internet" 2010. Disponível em <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm> (consultado em 6 de dezembro de 2011).

Como já vimos, é preciso ainda investir na cidadania de língua portuguesa, organizar e dinamizar as diásporas, oferecendo-lhes serviços e, ao mesmo tempo, mobilizando-as para que se mantenham ativas ajudando a promover o idioma e os interesses de uma comunidade lusófona no exterior.

Ainda que haja diferentes pontos de vista em relação aos modos de promoção do idioma e até facções, no sentido político do termo ligadas a interesses contrapostos, não há dúvidas de que no caminho a percorrer podem desempenhar um papel muito importante o jornalismo cidadão, as redes sociais e o *empowering* dos grupos envolvidos. Recordemos que em 2011, noutros contextos políticos, todos esses fatores, conjugadamente, levaram a mudanças surpreendentes em áreas consideradas improváveis em algumas sociedades políticas do Oriente Médio e do Norte da África.

O que não poderá ser alcançado com a promoção de um “tuítaço” em português ou com a celebração do Dia da Língua Portuguesa no Facebook, numa campanha que se torne viral na internet, baseada simplesmente na mobilização de alguns dos muitos milhões e milhões de falantes do português na diáspora espalhada pelo globo?

Imaginemos algo como fazer do português o tópico de debates número 1 do Twitter. Isso certamente chamaria a atenção de muitos decisores políticos no mundo. Em 2012, três anos após lançar o Dia da Língua Portuguesa, em 5 de maio, a CPLP decidiu organizar uma “Semana da Língua Portuguesa”, na sede das Nações Unidas, como um “show” de cantoras lusófonas e a exibição de um filme mostrando o dia-a-dia de pessoas que falam o idioma das Américas à Ásia. Foi a primeira vez que a ONU abriu as portas de sua sede para abrigar o Dia da Língua Portuguesa, uma tradição que já tinha espaço na casa para outras línguas oficiais da organização. A iniciativa provou-se bem sucedida. No ano seguinte, houve a segunda comemoração e uma terceira já estava anunciada para o ano de 2014.

No caso específico da rede mundial de computadores, a força da língua portuguesa já começa a ser reconhecida até mesmo pelo poderoso aparato de Hollywood. Ainda que seja este um caso isolado não está o mesmo livre de ser notado.

Ao tentar arregimentar mais fãs para sua página da rede social de relacionamentos (Orkut), o ator americano Tom Cruise, que não fala português, mas havia estado no Brasil algumas vezes, e certamente notou o potencial da língua, tratou de enviar uma mensagem em português pedindo adesão.

O objetivo do protagonista do famoso filme “Missão Impossível”, era conseguir mil seguidores. Em poucas horas, ela havia arrebanhado mais que o dobro, como nos mostra esta reportagem de *O Globo*, escrita em abril de 2011:

“Tom Cruise tuita em português em busca de seguidores para o seu ORKUT”

“RIO - Tom Cruise tuitando em português já seria algo para se estranhar. Imagine, então, Tom Cruise tuitando insistentemente em português para arregimentar fãs para sua comunidade no... Orkut? Isso mesmo: nesta sexta-feira, o excêntrico ator americano lançou sua página na combatida rede social, que perde espaços a olhos vistos para o Facebook. E tuitou, em bom português, para iniciar o processo de povoamento da comunidade. "Oi! Nós estaremos adicionando os primeiros 1.000 pedidos de amigos no Orkut.com Obrigado!", anunciou o ator, em português, pelo Twitter.

(...) Certamente por esta razão, Cruise, que já tem páginas no Facebook e Twitter, foi atrás dos brasileiros. Em pouco tempo, a equipe que atualiza sua conta no Twitter já colhia frutos: "Queremos dizer Olá à primeira pessoa que seguimos agora no Orkut ... Oi Luanna Martins! Obrigado por nos seguir!" No fim da manhã desta sexta-feira, Tom Cruise já reunira 1.923 fãs na rede social.”³⁵⁸

As fronteiras de um novo mundo globalizado tendem a apoiar-se ainda mais nas línguas do que propriamente no conceito histórico tradicional do Estado-nação. Isto porque, em uma era de tecnologia da informação e da formação de “redes de redes”, os usuários tendem a se dividir em blocos identitários marcados, preferencialmente, pela sua língua.

A supremacia do inglês continua a existir, mas para os que não dominam o idioma, a sua língua materna é a melhor opção. E mesmo quando se domina o inglês, a língua materna pode ser sempre uma boa opção.

Um outro fator a ter em conta é que nos *media* e redes sociais, o “eu” passa a ser o destaque e é lógico concluir que a melhor expressão de um sujeito na construção de um

³⁵⁸ Matéria de *O Globo* sobre Tom Cruise no Twitter. Publicado em 22 de abril de 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/tecnologia/tom-cruise-tuita-em-portugues-em-busca-de-seguidores-para-seu-orkut-2792835> (consultado em 7 de novembro de 2011).

discurso será em sua primeira língua. Por esta razão, o já referido Orkut era muito mais usado, em termos comparativos, no Brasil e na Índia, onde os internautas escreviam em suas respectivas línguas. Uma tendência que sofreu transformações com o passar dos anos quando o Facebook, que lançou-se em português também, começou a ser mais usado pelos internautas brasileiros.

Não é possível subestimar o poder político destas formações de redes de roupagem pós-moderna, com sua vasta gama de recursos tecnológicos e comunicacionais. Em termos políticos, estas redes podem ter hoje a mesma função que uma agremiação de camponeses revoltados, na época da Revolução Francesa.

Regina Helena Alves da Silva, professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) explica o aspecto político das redes sociais:

*“As redes estruturam à sua maneira o campo de forças das relações de cooperação e de antagonismo que estão presentes na sociedade humana. São de fato instrumentos de poder e de rivalidades para seu controle. (...) Estar em rede, em tempos de globalização, é um processo no qual os indivíduos, num processo de interação, de intersubjetividade, de mediação cultural, buscam um redimensionamento do espaço público, ainda que, muitas vezes, de forma inconsciente. Toda cultura tem suas próprias práticas distintivas para criar e manter redes sociais. (...) O espaço mundializado deu lugar a uma maior visibilidade das culturas. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação também desempenhou neste espaço um papel importante. Fez com que a proximidade das culturas tornasse a sua coexistência muito mais palpável.”*³⁵⁹

Não podemos pois admirar que neste mundo da informação e comunicação à escala planetária, a língua passe a ter um papel de destaque ainda maior do que teve no passado, quando esteve na base da criação política de nações; assim como não nos podemos espantar que através dessas mesma línguas nacionais, a influência política, não apenas já dos Estados mas também de novos atores, tenha de ser construída através de um novo paradigma. A possibilidade de formular e executar uma política da língua traz consigo também a oportunidade de dar nova forma à imagem que os respectivos países têm no exterior. Indubitavelmente, as telenovelas brasileiras, a produção cultural de Cabo Verde, Angola, Brasil ou Portugal e o desempenho de atletas de língua portuguesa nas quadras do mundo ajudam a transmitir uma “determinada mensagem”.

³⁵⁹ Regina Helena Alves da Silva. *Sociedade em rede: cultura, globalização e formas colaborativas*. UFMG, Brasil. pp. 5-6 Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/silva-regina-sociedade-em-rede.pdf> (consultado em 6 de janeiro de 2011).

Uma sugestão que fazemos é a criação, talvez por parte da CPLP, de um título de “Embaixador da Língua Portuguesa” ou de “Mensageiro da Língua Portuguesa”, protagonizando por quem se ocuparia de levar o idioma a várias partes do globo com o puro objetivo de promovê-lo. Este conceito baseia-se no princípio de *celebrity advocacy*, que rende dividendos. Embora a CPLP já tenha formalizado a ideia de “embaixadores” da entidade (Jorge Sampaio, Martinho da Vila e outros foram escolhidos para essa tarefa), até 2011, os títulos foram todos concedidos a homens e não se soube de nenhuma missão de grande projeção com os mesmos a favor da língua.

Uma das propostas desta tese é a formação de uma “rede de amigos do português” dentro de organizações internacionais e de grandes empresas de tecnologia da informação, como, por exemplo, o Twitter, o Facebook, e o YouTube. Para isso se faz mister que, sempre que possível, os chamados “embaixadores” dos países de língua portuguesa – ou, mais propriamente, da língua portuguesa no mundo - se esforcem para se expressarem em sua própria língua, o que certamente ajudará a internacionalizar o português e a transformá-lo num idioma mais “familiar” a muitos.

E alguns exemplos já podem ser notados. Em 2010, ao receber o título de melhor treinador de futebol do mundo, o português José Mourinho agradeceu em sua língua materna para um plateia internacional e numa cerimônia falada em inglês.

No ano seguinte, o arquiteto Eduardo Souto Moura ao receber o prestigiado prêmio Pritzker, das mãos do presidente americano Barack Obama, numa cerimônia em Washington, fez questão de discursar em português.

Durante sua visita à Casa Branca, em 2012, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, providenciou um intérprete, que falou em português, após o presidente Obama, e em inglês, após a presidente brasileira. A medida fez com que o encontro levasse o dobro do tempo, mas também serviu para colocar o som do português falado dentro, talvez, do gabinete mais poderoso do mundo, o Salão Oval, sendo ouvido por toda a imprensa internacional. São passos pequenos, mas com imenso valor a longo prazo.

O português também precisa de ser encarado pelos países que o falam e por suas missões diplomáticas como uma *commodity* a ser oferecida como um produto cultural das respectivas nações. Mas, para tal, o interesse e o grau de prioridade do tema

precisam de avançar muito mais do que já têm avançado. Para se afirmar no cenário internacional, o idioma precisará de ser tratado com mais rigor também pelos seus falantes mais conhecidos mundialmente. A famosa frase “*Do you speak English?*” para se iniciar qualquer comunicação neste idioma deverá ser substituída sempre que possível e dentro de uma perspectiva realista, por “*Do you speak Portuguese?*”

Basicamente, sempre que houver a possibilidade de se falar em português, os embaixadores da língua (entendida agora a expressão em sentido amplo, abrangendo todas as pessoas politicamente referenciadas como relevantes) não devem hesitar em fazê-lo.

Um caso interessante e digno de estudo foi o do presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que, por não dominar outro idioma que não o materno, discursava sempre em português ao representar o país.

Fosse um encontro em *10 Downing Street* ou numa conferência internacional sobre o meio ambiente, o discurso de Lula era sempre na mesma língua.

Ainda não se tem estudos científicos sobre o quanto esse feito ajudou na divulgação do idioma, mas, sintomaticamente, para o ex-presidente de Portugal Mário Soares, Lula foi “o maior embaixador do português”, nos últimos anos.³⁶⁰

Pela circunstância de sua realidade linguística, o presidente Lula acabou por levar o português ao resto do mundo, colocando-o em lugar de destaque em congressos internacionais e encontros de alto nível, em contato com os mais qualificados formadores de opinião. A comunidade científica também pode ser uma grande parceira na tarefa de oferecer o português como opção em congressos e seminários globais, o que pode ter muito valor.

Numa ofensiva de política da língua mais agressiva, o idioma tem que estar presente em grandes eventos, não só culturais mas também políticos. E neste contexto, os países

³⁶⁰ Entrevista de Mário Soares à Radio ONU por ocasião de a Unesco ter concedido ao presidente Lula da Silva o Prêmio Félix Houphouët Boigny, 26 de junho de 2009. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2009/06/entrevista-mario-soares/index.html> (consultado em 6 de janeiro de 2011).

devem promover um maior número de traduções de relatórios importantes, assim como incentivar a construção de sítios de internet de organizações internacionais em português, uma tarefa na qual Brasil, Portugal e a CPLP têm se esforçado.

Para aumentar seu prestígio, o português precisa de se estabelecer ainda mais como língua científica e de conhecimento. Inventores, cientistas e especialistas em diversas áreas que falam o idioma como primeira língua devem poder exigir que seus *papers* sejam publicados em seu idioma oficial ainda que como meras traduções. Teses de doutorado, mestrado e outras pesquisas científicas podem ser dedicadas com mais frequência à política da língua e à difusão do português no mundo. Não é assim tão reduzido, como por vezes se julga, o número de cientistas que, pelo menos, consegue ler em outras línguas, nomeadamente em português.

Como já foi mencionado no capítulo sobre as diásporas, as mesmas não devem ser esquecidas. Cursos em português precisam de ser oferecidos aos filhos dos falantes do idioma fora de seus países. E para isso, cada governo, local ou nacional, assim como organizações não-governamentais e outras instituições precisam de subvencionar o ensino ou de encontrar canais e parcerias no país-anfitrião que o façam.

Uma possibilidade a avaliar seriam as parcerias com organizações privadas, um modelo já utilizado, como vimos, no caso da promoção do espanhol.

De uma forma mais sistemática no ensino além de instituições educativas, os meios de comunicação de massa, principalmente o rádio, em países da África, da América Latina e da Ásia, são um dos canais mais eficientes, a curto prazo, para formação e ensino de idiomas a distância.

O número de projetos e investimentos de organizações internacionais como a UNESCO, o UNICEF, apenas para referir algumas agências, é uma prova disso. Muitas rádios internacionais, como a alemã Deutsche Welle, a japonesa NHK e a francesa Radio France Internationale destacam parte de seus orçamentos a ensinarem gratuitamente o idioma de seus países a ouvintes e usuários.

Através de seus respectivos consulados, Alemanha, Japão e França também distribuem material de áudio, como fitas cassetes (onde ainda se faz necessário), livros, CD, etc... para o ensino do idioma a quem possa interessar. Como já foi mostrado aqui, a China também está executando uma estratégia de promoção do chinês, não só através dos Institutos Confúcius pelo mundo mas também por acordos bilaterais que colocam o mandarim nos pacotes comerciais e diplomáticos de nações que cooperam com o governo de Pequim, incluindo Brasil, Portugal e países africanos.

Ainda que o uso do *media*, nomeadamente dos novos *media*, já seja contemplado no processo de internacionalização da língua portuguesa é preciso estabelecer plataformas eficientes para a execução da política de promoção do idioma. Como, por exemplo, cursos de português como segunda língua e ainda como primeira língua para a diáspora e seus descendentes. Também pode ser muito útil a criação de bibliotecas virtuais de língua portuguesa e uma maior divulgação de autores do idioma, nos oito países de língua oficial portuguesa. Assim como se torna necessário um maior intercâmbio cultural entre as oito nações e o resto do mundo, nomeadamente através da promoção das diferentes variantes do idioma, de uma presença mais abundante de títulos em português nas bibliotecas do mundo afora, principalmente em países com grandes concentrações da grande diáspora de língua portuguesa.

E poderíamos dar muitos outros exemplos. Sem preocupações de exaustividade, referimos apenas: maior formação de professores de língua portuguesa; criação de bolsas de estudo, com oportunidade de trabalho para professores de português no exterior; uma maior presença de pessoas sendo entrevistadas em português sobre assuntos que interessam ao público, nas mais variadas áreas; promoção de DVDs, vídeos, jogos e outros itens eletrônicos próprios da era da tecnologia da informação, especialmente voltados para crianças e jovens; programas de entretenimento, cultura, política, mesas redondas; também os sítios de relacionamento e as redes sociais são formas fáceis de manter a língua viva e se multiplicando entre comunidades nativas e estrangeiras.

Neste momento em que escrevemos, por golpes de sorte ou de gênio, a língua portuguesa ganha mais do que nunca força nas relações de poder. Um elemento vital para a era da informação e comunicação em que vivemos é a cultura, são as artes e outras formas de expressão.

Tudo isso depende da língua para se materializar. Assim como um ator, um locutor de rádio ou um político carece de sua língua materna para se expressar em seu ofício, também os Estados e as sociedades dependem da informação, da palavra, para se consolidarem de forma bem-sucedida. E neste universo florescem as línguas maternas e, por conseguinte, o multilinguismo, entendido aqui como a pluralidade de línguas em contato através das pessoas que as falam.

Neste aspecto, a língua portuguesa, marcada pela rica arte e cultura de seus países, tem na globalização um de seus grandes aliados para a tarefa da sua internacionalização e da promoção.

Segundo dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a indústria criativa cresceu significativamente em 2008 enquanto, no mesmo período, a economia global decresceu. Nesta área, a da economia criativa, os países de língua portuguesa, especialmente o Brasil, Portugal e Cabo Verde têm uma indústria vibrante que pode contribuir, e muito, para aumentar a visibilidade do português no mundo. Este elemento, por si só, já forma um mercado atribuindo um grande poder econômico à língua. São os portugueses e brasileiros que trabalham na Disneyworld servindo a turistas, na maioria brasileiros, em seu próprio idioma.

Alastair Pennycook descreve a política da língua moderna como uma política de mapeamento do idioma contra condições políticas e econômicas mutativas. Segundo este autor, um dos principais desafios desta perspectiva é a compreensão de como o fluxo de línguas e literacias se relacionam com as novas correntes de capital, meios de comunicação, tecnologia, cultura e pessoas, numa esfera globalizada.³⁶¹

São todos pequenos e ideológicos elementos ou passos (consoante vejamos a questão numa perspectiva mais estática ou dinâmica) que podem produzir frutos a longo prazo.

Em outras palavras, uma língua só começa a ser tratada como uma língua de referência quando seus falantes se conscientizam da sua importância. Em relação a isso, a mentalidade de muitos falantes do português precisa de mudar. É mister que as pessoas tomem consciência de que uma língua falada das Américas à Ásia não pode ser inferior

³⁶¹ Cf. Alastair Pennycook. *Postmodernism in Language Policy*, Ricento, 2006. p.61.

nem pode ser menor em projeção que outras consideradas globais. E que a língua portuguesa só passará a ocupar um papel adequado, no mundo atual, quando todos puderem defendê-la com bons argumentos e assim promovê-la.

Desde o anúncio da decisão de adoção de uma política comum de internacionalização do português, durante a VII Cimeira da CPLP, que decorreu em Lisboa, várias ações começaram a ser tomadas pelo Brasil, pela África lusófona e por Portugal para concretizar a empreitada de promoção do idioma no mundo.

Uma delas, a formação de mais professores e intérpretes, já estava sendo levada a cabo em Moçambique numa parceria entre a Universidade de Lisboa e a Universidade Pedagógica de Maputo. A iniciativa é apoiada financeiramente pelo Instituto Camões.

As diásporas lusófonas, estimadas em 7 milhões de pessoas nos cinco continentes, são um outro fator de análise que se mostra em níveis amorfos e desconectados. Uma enorme força de promoção necessita sempre de uma estratégia concertada por parte da CPLP, com um mapeamento rigoroso das ações a empreender, com base em dados fidedignos.

Entre as sugestões para uma internacionalização real do português, com base na realidade que existe, reconhecemos que é mister investir em políticas e estratégias que não se dupliquem e que sejam voltadas para resultados concretos com mecanismos estabelecidos de prestação de contas.

Sugerimos ainda a criação de um instituto internacional, composto por professores de todos os espaços lusófonos, que ensine o português como língua estrangeira cabendo aos discentes decidirem como aprender a língua, sem demarcação de territórios e variantes. A medida seria implementada com um plano específico do IILP e da CPLP.

Ao mesmo tempo em que esta ação (como parte de um conjunto mais vasto de ações interdependentes) ocorrerá num espaço internacional e virado para o mundo, é mister promover a integração do português ou sua internacionalização no espaço da lusofonia criando um currículo escolar e acadêmico comum, com cooperação técnico-científica e multidisciplinar.

Por exemplo, será conveniente enviar professores lusófonos de História, de Artes e de Língua Portuguesa para todos os países do bloco, especialmente os mais necessitados, para lecionar em regime de intercâmbios e no quadro da cooperação e ajuda ao desenvolvimento.

Note-se que esta integração da língua portuguesa deverá corresponder, em termos político-institucionais, à consolidação da CPLP como uma organização de integração à escala global.

Como é impossível aumentar a presença do idioma sem recursos financeiros, cada membro da CPLP deve prever um orçamento obrigatório e proporcional às suas economias para ações pontuais de promoção do idioma e com medição de resultados.

Fazemos ainda outras sugestões, que, tendo semelhanças com processos de integração político-jurídica, decorrem, também e sobretudo, do sentido de singularidade do projeto da CPLP:

- Estabelecer um órgão ou academia para gerenciamento da língua portuguesa em nível internacional. Como vimos, o IILP poderia exercer esta função, além de ser transformado em um Instituto Internacional de Ensino do Português como Língua Estrangeira;
- Utilizar a rede de Universidades Lusófonas que já pertence à CPLP (a AULP) para auxiliar na estratégia de promoção, com revisões periódicas para apresentação de resultados;
- Fundar um Parlamento da Lusofonia com deputados eleitos por voto popular nos países lusófonos, como é o caso da União Europeia;

- Utilizar as diásporas para organizar cursos de língua com ajuda da iniciativa pública e privada;
- Formar redes de redes baseadas nas tecnologia da informação e da comunicação mais avançadas, beneficiando, por exemplo, da facilidade de o Twitter e o Facebook terem o português como um de seus “idiomas oficiais”;
- Negociar o ensino do português em grandes transnacionais que operam em países lusófonos. É mais lucrativo e operacional manter um professor na empresa que enviar vários empregados a múltiplas escolas de idiomas;
- Tratar a língua como *commodity* integrando-a no pacote diplomático de todas as missões lusófonas no mundo;
- Recomendar ou exigir dos países que querem se associar à CPLP, a oferta de cursos de proficiência no idioma;
- Nomear representantes da diáspora na comunidade científica para coordenar junto à CPLP a política de promoção do português em vários países onde esta mesma diáspora tem uma presença expressiva;
- Iniciar uma zona de livre circulação de pessoas, onde for possível, dentro da lusofonia, com o objetivo de viabilizar, na prática, o Passaporte Lusófono;
- Implementar o Acordo Ortográfico em todos os países sem ambiguidades e atrasos;
- Formar uma rede de embaixadores do idioma, usando especialmente o conceito de *celebrity advocacy*. Estes falarão em português sempre que puderem, em grandes eventos com audiência global, como a entrega dos Oscar, a Copa do Mundo de futebol, as Olimpíadas etc;
- Promover o ensino de línguas locais, ao mesmo tempo em que o português é difundido como língua internacional, criar um sistema de sociedades bilíngues, ou multilíngues, em países que têm várias línguas nacionais como Timor-Leste e os africanos, sem nos esquecermos das línguas indígenas no Brasil, que são oficiais em alguns municípios, e outras línguas faladas no Brasil;
- Desenvolver uma estratégia de promoção digital da língua para a África Lusófona, que ainda irá experimentar a consolidação da rede de *media* e que também se localiza no meio de uma realidade de duas variantes do português;
- Priorizar a expansão do idioma no Timor-Leste enquanto há meios facilitados para fazê-lo com as lideranças atuais do país que falam o idioma e querem

disseminá-lo. A perda do português no Timor representaria a quebra do elo internacional do idioma, uma vez que se prejudicaria a presença na Ásia;

- Fortalecer e multiplicar a existente atividade cultural no espaço lusófono, constituída designadamente por novelas, livros, música, artes e outros elementos da indústria criativa. Promover estes produtos em grandes mercados culturais globalizados;
- Lançar cursos de português como segunda língua gratuitos em redes nacionais de TV, rádio e internet;
- Fortalecer parcerias com outros cursos de língua já estabelecidos numa tentativa de cortar custos. Aulas de português poderiam ser ministradas nas instalações do Instituto Goethe, por exemplo, o que aliás já acontece entre o Instituto Camões e a Aliança Francesa, na África do Sul;
- Formar professores e facilitadores dentro das próprias diásporas. Criar uma rede de professores de português como língua estrangeira, adequando a capacitação às realidades locais;
- Produzir uma série de programas multimédia sobre os dividendos de se falar português, baseados em casos de sucesso na carreira profissional e em exemplos de ganhos políticos em diásporas lusófonas nos Estados Unidos e na Europa. O caso do *caucus* português no Congresso Americano e de uma comunidade portuguesa em Lambeth, na Inglaterra, já referidos aqui não são isolados;
- Harmonizar o atendimento às diásporas integrando falantes do português, sem preocupação com bandeiras e território e criando o conceito de diásporas da lusofonia ou da CPLP.

Verdadeiramente, importa internacionalizar o idioma com ganhos para todos.

Como último ponto de reflexão deste capítulo, queremos dedicar algumas linhas para analisar o engajamento pessoal de um dos líderes da lusofonia na promoção do idioma: o presidente Aníbal Cavaco Silva, de Portugal.

5. CAVACO: MISSIONÁRIO EM PORTUGUÊS

Um engajamento pessoal em busca do reconhecimento da língua comum

Ao anunciar a proposta de internacionalizar o idioma português, na tribuna da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, em 2008, o presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, parece ter tornado a iniciativa uma espécie de missão pessoal junto aos países do grupo.

Ao examinarmos trechos de seus discursos sobre o assunto, verificamos que, para ele, a preservação da língua portuguesa é mais do que uma iniciativa; é, sobretudo uma “obrigação coletiva”. Cavaco Silva lança mão do exemplo da missão primitiva dos jesuítas que levaram o português para as dependências ultramarinas e que, ao serem expulsos, viram o ensino do idioma decrescer em vários territórios portugueses.

Foi ainda durante os governos de Cavaco Silva como primeiro-ministro (1985-1995) que Portugal mais se aproximou de suas ex-colônias de forma convincente. Com base em inúmeras visitas à África e ao Brasil, o então premiê português tentou construir uma ponte de amizade e entendimento com os PALOP e o próprio Brasil, de quem Portugal estava “um pouco afastado.” Para o estadista, o respeito, em nível internacional, e a projeção das nações que falam o português estão intimamente ligados ao “reconhecimento universal da lusofonia”. O presidente afirma que a tarefa é parte de um “dever de memória” e de “fidelidade às raízes”, realçando assim o papel de Portugal, como o berço do idioma.

O presidente atribui às ex-colônias a responsabilidade de seguir o curso. Vale a pena frisar que a maioria das citações aqui mencionadas foi proferida por Cavaco Silva em viagens oficiais aos países de língua portuguesa ou em discursos realizados em Portugal perante representantes dos mesmos.

Ao fazer a ligação entre a promoção do idioma e o poder dos países, o chefe de Estado defende a preservação do português como uma condição *sine qua non* para a influência política do grupo:

*“Quanto melhor cultivarmos o uso da nossa língua mais respeitados seremos no mundo e maior será o reconhecimento do valor universal da lusofonia.”
(...)Dar-lhe impulso e dinâmica é uma responsabilidade de todos os países que têm interesse numa maior projecção da língua comum.”³⁶²*

Na visão de Cavaco Silva, a língua portuguesa tem um poder econômico e político a ser explorado. Como já vimos, um estudo confirma a afirmação: o valor econômico da língua representa 17 por cento do PIB português.

O presidente tenta, assim, aliar a ideia de promoção internacional da língua comum ao progresso e ao desenvolvimento dos países que a falam. Estes como que serão permeados por uma história em comum e “fácil” de ser assimilada. Embora a tarefa não seja fácil, é possível. O líder de Portugal sugere que todos os Estados de língua portuguesa têm possibilidades de ter um papel influente no mundo global. Mas na defesa do projeto de uma maior exposição para o português, o presidente e missionário da língua também revela o maior destaque, inevitavelmente, a Portugal e à lusofonia em geral. E à tarefa de cada país na promoção junta-se uma obrigatoriedade “quase genética”, numa alegoria metafórica.

Em seu discurso, Cavaco Silva expõe um zelo didático ao defender a versão “correta” da língua. Com isso, parece estabelecer assim a autoria sobre o resguardo do português conclamando os demais países à ação imediata de promovê-lo:

“Para a defesa da palavra, a palavra não basta. São precisas realizações concretas, iniciativas palpáveis, para que, no plano interno de cada um dos países em que é língua materna ou língua oficial, se promova eficazmente o conhecimento e o domínio correcto do português falado e escrito. (...)Actos concretos que necessitam, muitas vezes, de uma concertação entre Estados que partilham um interesse comum. É o caso da utilização da nossa língua nas organizações internacionais a que pertencemos.”³⁶³

O empenho do chefe de Estado português na promoção da língua também traduz uma satisfação pessoal, um aparente orgulho de uma “herança portuguesa”, na qual é refletida a riqueza passada do império das navegações históricas.

³⁶² Cf. Discurso do Presidente da República Portuguesa na abertura do Colóquio “Português, Língua Global”, Maputo, 25 de Março de 2008, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=14353> (consultado em 25 de abril de 2010).

³⁶³ Discurso do Presidente da República Portuguesa na abertura do Colóquio “Português, Língua Global”, Maputo, 25 de Março de 2008, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=14353> (consultado em 25 de abril de 2010).

Uma das primeiras nações a se lançar na era das Descobertas, Portugal deixou marcas bem delineadas por onde se aventurou, e, em quase todas elas, a presença da língua portuguesa.

Por isso mesmo, países que não foram colônias mas que serviram de parada para navegadores portugueses refletem, ainda hoje, com informações baseadas em registros tradicionais em seus idiomas, semelhanças lexicais e fonéticas àquelas contidas na língua portuguesa como é o caso de Bangladesh e do Sri Lanka, por exemplo, com os vocábulos “janela” (জানালা) e “sapato” (செருப்பு), respectivamente.

Estudado hoje, como segunda língua, o português está vivo em várias partes do mundo e em países que jamais integraram as antigas rotas marítimas portuguesas.

Durante uma entrevista em Nova Iorque, em 2008, Cavaco Silva falou com orgulho do ensino do português na Polônia, da presença do idioma nas diásporas da Venezuela e da África do Sul. Ao contabilizar cidadãos portugueses e descendentes de portugueses fora de seu país, Portugal finalmente percebeu o valor econômico de sua própria língua.³⁶⁴

Como vimos no decorrer desta pesquisa, analistas mais céticos dizem que, ao promover o português no mundo, com o apoio de um grupo de países que vai das Américas à Ásia, Portugal “estaria assumindo um novo estatuto de liderança”, ressaltando assim uma posição de credibilidade e de um certo poder na União Europeia como um ator global com lastro de influência sobre países emergentes na América do Sul e na África, a exemplo de Brasil e Angola.

Mas é importante também notar que países europeus como a Alemanha e até a Espanha não precisam de Portugal para realizar este contato.

³⁶⁴ Entrevista de Aníbal Cavaco Silva à Rádio ONU, em 24 de Setembro de 2008, na qual diz: “Fiquei muito impressionado ao ouvir o português na Polónia, na Universidade de Varsóvia ao visitar o Lyceu Rui Barbosa. (...) Na África do Sul, há muitos portugueses. Na Venezuela, existem 400 mil pessoas que falam o português.” A entrevista está disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/151087.html> (consultado em 2 de fevereiro de 2010).

A Alemanha, por exemplo, sempre teve uma grande comunidade no Brasil. São Paulo é a maior cidade industrial alemã. O país mantinha e mantém uma longa tradição de concessão a bolsas de estudos de mestrado e doutorado a estudantes brasileiros com direito a curso de alemão, o que é também uma forma dos alemães promoverem o seu idioma.

Já a Espanha, nos últimos anos principalmente, tem estabelecido uma linha direta com o Brasil. O país sul-americano concentra a maior rede de Institutos Cervantes do mundo. O Prêmio Príncipe de Astúrias, o de maior prestígio do país, já foi concedido, desde 1994, a dois ex-presidentes brasileiros: Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Partindo desta mesma análise, poder-se-ia concluir que, ao “afirmar seu idioma no mundo”, Portugal estaria tentando ainda “garantir” a posição do português dentro da União Europeia face a um possível futuro debate sobre a redução de línguas oficiais do bloco. E, claro, mais influência política para o próprio país.

É o próprio presidente quem lembra que um dos problemas iniciais de Lisboa ao ingressar na União Europeia em 1 de janeiro de 1986 foi exatamente o da (falta de) credibilidade política. Num discurso, 20 anos depois, Cavaco Silva explicou que seu país era tratado com “desconfiança”. Mas suas ligações políticas, linguísticas e históricas com as antigas colônias terminaram por “ajudar a elevar” a atuação do governo de Lisboa no grupo:

*“Sabíamos que a Europa ainda olhava para Portugal com alguma desconfiança, às vezes mesclada de algum paternalismo distante. Portugal tinha vivido um período de intensa instabilidade política e a economia portuguesa sofrera consideráveis oscilações de desempenho. A nossa capacidade de interagir com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, nomeadamente nas áreas da cooperação, saiu também reforçada, e a nossa participação na União Europeia permitiu àqueles nossos parceiros um acesso mais facilitado a meios e recursos. Portugal deve ter uma voz consistente e coerente na defesa dos seus interesses fundamentais nas negociações sobre o futuro da União Europeia.”*³⁶⁵

Portugal, segundo Cavaco Silva, foi quem se empenhou para a formalização de uma parceria entre o Brasil e a União Europeia. Durante a presidência portuguesa da União

³⁶⁵ Cf. Discurso do Presidente da República no Seminário Dia da Europa 2006, Lisboa, 8 de Maio de 2006, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=403> (consultado em 15 de maio de 2010).

Europeia, em 1992, o governo de Lisboa promoveu também a primeira reunião entre o Mercosul e a União Europeia.

*“No mundo crescentemente globalizado em que vivemos a língua portuguesa é um activo fundamental para a defesa e afirmação internacional dos nossos países e da nossa forma de vermos o mundo.”*³⁶⁶

As relações com as ex-colônias fazem parte de um sistema de acordos e concertações político-diplomáticas dentro dessas mesmas organizações. E ao defender a promoção do português numa tentativa de enfrentar os “malefícios da globalização”, Portugal vê seu papel de “líder informal” de um grupo político importante reforçado. Uma influência que o Brasil, a única possibilidade de concorrência mais pesada para a ex-metrópole, tratou de descartar logo no início da CPLP, mantendo uma posição neutra para sua atuação.

O presidente prova assim que a língua em comum é também uma forma coordenada de se fazer política. Desde que apresentou a campanha de internacionalizar o português na CPLP, em 2008, o estadista tem intensificado suas gestões para levar o idioma ao grau de língua oficial da Organização das Nações Unidas. E ao tentar convencer seus pares a aderir à missão, Cavaco Silva insiste na importância da vontade política.

*“Com mais de 220 milhões de falantes em todo o mundo, devemos afirmar sem constrangimentos que a língua portuguesa é hoje um instrumento poderoso de afirmação dos países da nossa Comunidade. Nesse sentido, gostaria de propor que assumamos o compromisso de continuar a trabalhar para o reforço da utilização do português no quadro de organizações multilaterais e em particular no quadro das Nações Unidas. Apesar da experiência acumulada ao longo destes primeiros 10 anos, a CPLP é ainda uma instituição jovem que necessita do empenho de todos para continuar a afirmar-se e a projectar a sua influência. (...). Eu estou optimista quanto ao futuro da nossa Comunidade. Mas, não nos podemos esquecer que nada substitui a vontade política dos Estados, nada substitui a ambição de a cada momento querer ir mais longe na nossa acção.”*³⁶⁷

Dados oficiais de Portugal indicam que 55 por cento dos estrangeiros que vivem no país são de nações que formam a CPLP. Em março de 2009, durante uma visita a Angola, o presidente afirmou que a promoção do português era a ferramenta coletiva mais

³⁶⁶ Cf. Declaração de Lisboa, VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 25 de Julho de 2008, p. 1. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=18872> (consultado em 15 de maio de 2010).

³⁶⁷ Cf. Intervenção do Presidente da República na VI Cimeira da CPLP - “Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Desafios e Contribuições da CPLP” Bissau, 17 de Julho de 2006. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=1317>. (consultado em 15 de maio de 2010).

adequada da CPLP para enfrentar a globalização e para se fortalecer em *fora* internacionais.

*“A nossa pertença a um universo linguístico de mais de 240 milhões de pessoas, nos cinco continentes, é um activo estratégico de primordial importância, de que devemos tirar partido para defender as nossas posições e objectivos num mundo global e de forte concorrência. Posições e objectivos cuja defesa muita ganha com a concertação político-diplomática entre os nossos Estados e com a sua participação activa em diferentes espaços de integração regional, como a União Europeia, a União Africana, o Mercosul, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), ou em organizações globais, como as Nações Unidas. Por essa razão, assumimos a promoção da língua portuguesa como o tema prioritário do programa da Presidência Portuguesa da CPLP. Os nossos interesses comuns impõem um trabalho conjunto com vista à crescente afirmação internacional da língua portuguesa, em particular no quadro das Nações Unidas, onde ela de há muito justifica o estatuto de língua oficial.”*³⁶⁸

Assim como o título de seu livro *Afirmar Portugal no Mundo*, Cavaco Silva projeta a herança, as raízes e o “dever de Portugal e de todos” de levar a língua, e, por conseguinte, a lusofonia, a outras partes do globo. Como no antigo império, a expansão do projeto de conquistas se refaz mais de 500 anos depois através de uma viagem pelo português no mundo.

E para fortalecer sua tarefa, o chefe de Estado procura, mais uma vez, um apoio sistemático nas diásporas portuguesas. A maior parte dela está nos Estados Unidos, onde se estima que vivam mais de um milhão de portugueses e lusodescendentes. Para acompanhar sua tarefa, Cavaco Silva criou uma Assessoria para as Comunidades Portuguesas dentro da Casa Civil, onde é monitorada a situação de emigrantes portugueses.

Em 2007, o presidente fez uma extensa viagem pela diáspora portuguesa nos Estados Unidos. Esteve na capital, Washington, assim como em Massachusetts, que concentra uma das maiores comunidades portuguesas no país, e ainda no estado de Nova Jérsei.

Em 2008, foi a vez de visitar o Brasil para comemorar os 200 anos da chegada de

D. João VI ao país.

³⁶⁸ Cf. Discurso do Presidente da República no Banquete de Estado em honra do Presidente da República de Angola, Eng. José Eduardo dos Santos. Palácio Nacional da Ajuda, 10 de Março de 2009. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=21&idi=25350>. (consultado em 9 de maio de 2010).

Num discurso no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 8 de março de 2008, Cavaco Silva voltou a apresentar a língua portuguesa como um “instrumento de poder” ao tentar convencer os presentes da necessidade de uma aliança visando a concertação política entre Brasil e Portugal. Na ocasião, o presidente de Portugal descreveu como interpretava o papel dos dois países na missão de divulgar o português e obter assim influência política:

*“Cabe-lhes, designadamente, tirar partido de todas as oportunidades em que a concertação de posições nos garanta uma maior afirmação na cena internacional. Sem complexos, como parceiros que se compreendem e respeitam e que entendem que esta é a melhor maneira de fazer valer os seus respectivos interesses nacionais. Portugal deu um contributo decisivo para o singular mosaico de culturas em que assenta o universalismo do Brasil, como o Brasil deu um contributo decisivo para o universalismo de Portugal.”*³⁶⁹

Ao formalizar a missão de todos os Estados da CPLP de promoverem o português, de forma igualitária, Cavaco Silva faz repousar sobre os países de língua portuguesa, principalmente sobre Brasil e Portugal, o supremo dever de manterem vivas suas raízes e história comuns.

Em 9 de novembro de 2011, um importante e significativo passo foi dado por Aníbal Cavaco Silva em seu empenho pessoal para projetar o português no cenário internacional. O chefe de Estado presidiu no Conselho de Segurança um diálogo de alto nível inteiramente em língua portuguesa. Na ocasião, Cavaco declarou que pelo seu alcance em nível global, o português “há muito justificava o estatuto de língua oficial das Nações Unidas”, uma afirmação feita em frente a altos representantes dos países-membros do Conselho de Segurança e do próprio Secretário-Geral das Nações Unidas, presentes ao encontro.

Mais uma vez, o estadista português demonstrava, publicamente, o compromisso com sua missão de promover o idioma em parceria com todos os países lusófonos. A missão de Cavaco Silva pode ser vista ainda como uma tentativa de recriar, de forma estratégica, uma aliança política efetiva e duradoura dando continuidade a mais de cinco séculos de história em comum. Essa nova parceria poderá render, se for voluntária e bem aproveitada por todos, ainda mais dividendos no futuro do que gerou no passado.

³⁶⁹ Cf. Discurso do Presidente da República Portuguesa no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 8 de Março de 2008. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=13894> (consultado em 15 de maio de 2010).

CONCLUSÕES

Neste estudo, buscamos compreender o sentido político do projeto de internacionalização da língua portuguesa formalizado pela CPLP em 2008. Este projeto, firmado ao mais alto nível pelos Chefes de Estado e de Governo dos países que têm o português como língua oficial, previa ações de disseminação e o alargamento da presença do idioma em organizações internacionais, assim como o empenhamento dos Estados-membros da organização na difusão da língua portuguesa no mundo. Tratava-se de uma iniciativa suscitada por um estudo encomendado pelo governo português a uma equipe de trabalho coordenada por Carlos Reis e que previa uma profunda transformação das estruturas de apoio à promoção do idioma. Apontava ainda esse estudo para possíveis novas formas de cooperação entre os Estados de língua portuguesa, mas, naturalmente, ao ser aceito pela CPLP, assumiu potencialmente novos contornos. Com efeito, tudo o que até então se falara de política de língua tinha um cunho marcadamente nacional. Falar de internacionalização do idioma, como fez o estudo de Carlos Reis, constituiu um sobressalto epistemológico. Na verdade, sendo um estudo técnico, fazia uso de dimensões pouco habituais nos discursos sobre a língua, nomeadamente de carácter político. Pela suas características o estudo atraiu a atenção de académicos de várias áreas, especialmente da ciência política e relações internacionais. Esta tese nasce precisamente da questão suscitada pelo estudo de Carlos Reis de que existe uma relação entre língua e poder e de que, com as reformas propostas, o português se poderia transformar numa língua de poder à escala global. A natureza política da língua é inquestionável, mas não abundam os estudos de ciência política e relações internacionais na área. A partir do momento em que a questão da internacionalização do português entrou na esfera de atuação da CPLP e se começaram a desenhar outro tipo de raciocínios sobre as potencialidades da língua como objeto político, esta investigação se tornou possível.

A primeira pergunta que fizemos, para efeitos de elaboração desta tese, foi a seguinte: para que serve, e a quem serve, uma política de internacionalização do idioma? De que modo essa política comum conforma as relações de poder entre os Estados-membros da CPLP entre si e as relações destes com o exterior?

Estabelecemos a hipótese de que pretendia com a política de internacionalização obter mais poder e influência política para os Estados-membros da CPLP, porque uma língua efetivamente comporta relações valiosas, do ponto de vista econômico.

Independentemente do grau de comprometimento e de execução dessa política pelos Estados-membros da CPLP e pela própria CPLP, essa hipótese foi confirmada de diversos modos. Vimos, especificamente, que a internacionalização do português conforma potencialmente as relações de poder no âmbito da CPLP porque promove mais trocas comerciais e fortalece a presença política. A prova evidente de que é assim foi a admissão da Guiné-Equatorial na CPLP com perspectivas de dividendos políticos e econômicos para ambas as partes. Realmente aqui relevam dois pontos, sendo um deles principal e outro secundário. A Guiné-Equatorial justifica sua pertença à CPLP para ter relações próximas com Estados cuja língua oficial é o português (ponto principal). Mas para aderir ao bloco, a nação africana se comprometeu em dar internamente um estatuto privilegiado ao português, como língua estrangeira em seu sistema de ensino.

A internacionalização da língua portuguesa implica uma concertação político-diplomática e macroeconômica por parte dos Estados-membros da CPLP, nos termos do disposto nos estatutos da organização. É assim que ela hoje se apresenta.

É notório que a internacionalização comporta relações que não promovem necessariamente a participação de todos os Estados-membros, pelo menos em igual medida. Os dados obtidos mostram que a internacionalização da língua constitui um meio de obter poder e influência talvez não para toda a CPLP, em primeiro lugar, mas para alguns países que se destacam, a saber: Portugal, Brasil e Angola.

Por uma razão pragmática, ao nos referirmos aos países de língua portuguesa, decidimos fazer uso da nomenclatura lusofonia e lusófona/o para significar o que é “de som português”, definindo assim também os países que falam o idioma e o universo ao qual pertencem. Tentamos, em todo o caso, neutralizar polêmicas históricas em torno das expressões, até porque o português é hoje assumido como língua nacional por muitos Estados. De acordo com abundante dados que carreamos para a tese, fica provado que não existe o risco de haver Estados que se sintam excluídos de utilizar a língua em

proveito próprio. Desde antes da independência das ex-colônias que os opositores do regime de Portugal assumiram o português como língua sua.

Essa é também a razão porque Angola intervém neste diálogo seja a propósito do AO ou das estruturas de apoio à língua. Especialmente através das manifestações do Governo de Angola em seus editoriais impressos. Com isso, sinaliza-se que a língua é comum e que todos os países têm o direito de gerenciar a política de língua do português. Para vários líderes políticos lusófonos, incluindo o atual presidente português, Aníbal Cavaco Silva, a importância dos países da CPLP e o aumento da sua influência no mundo globalizado dependerá de uma concertação político-diplomática efetiva. Tal concertação se fará através da língua ou “herança comum”, como o presidente da República prefere chamar a tentativa de união dos membros da CPLP neste grande objetivo.

Para esta corrente de pensamento, os países lusófonos se apresentarão com mais força e prestígio ao mundo se investirem no fortalecimento de seu idioma comum. Com

o crescimento destes países numa perspectiva geoestratégica, o português também adquirirá mais poder, força e prestígio, no século XXI.

Vimos ainda que a “internacionalização”, sob a égide portuguesa, se apresenta como uma espécie de “acerto de contas” com a História ou uma tentativa de recobrar a importância do “mundo em português”, depois do ocaso do idioma como língua franca verificado, como pudemos observar, no século XVI, como consequência das condições históricas que levaram Portugal a se associar à Espanha (1580-1640).

Mas agora o “acerto de contas” é feito a várias mãos. A chamada “internacionalização” da língua portuguesa no século XXI não se dá mais pela força das navegações dos portugueses, mas, como referimos, através de acordos político-diplomáticos feitos pelas nações de língua portuguesa visando o aumento de sua capacidade de influência cultural e política. Neste complexo jogo, quem ganha? Ganharão todos os parceiros o mesmo? As respostas a estas questões exigiram que procurássemos conhecer a natureza das relações. E se havia ou não relações de domínio de uns Estados de língua portuguesa sobre outros.

As conclusões não poderiam ser mais claras. Não obstante a maior capacidade técnica de alguns Estados sobre outros, aí sobressaindo Brasil e Portugal, a natureza das relações põe potencialmente todos os países de língua portuguesa em jogo. Com efeito, sendo a internacionalização fruto das relações os Estados estabelecem à escala global por causa de suas características, nomeadamente linguísticas, a verdade é que praticamente todos os Estados de língua portuguesa têm muito a oferecer, desde logo, recursos econômicos.

A internacionalização da língua assenta em razões que apontam para novas formas de poder. Não estão em causa os interesses soberanos dos Estados, mas apenas o modo de os fazerem valer, o que não será pela força militar, mas pela força dos negócios.

Explicamos esta situação recorrendo ao conceito de poder suave ou *soft power* recortado pelo professor de Harvard Joseph S. Nye.

Nesta linha de raciocínio se percebe que a popularização da língua portuguesa se faça hoje, na era da tecnologia de informação e comunicação, através da mídia se já fruto não apenas da ação dos Estados mas de suas sociedades, ou seja, das pessoas.

A internacionalização é também uma tentativa de remover qualquer carimbo português da iniciativa sobre a (re)união de todos os que falam o idioma. De outro modo, poderia reavivar desconfianças históricas sobre possíveis “novas formas de colonialismo” especialmente os territórios lusófonos africanos que conquistaram suas independências após amargas guerras contra Portugal e que só terminaram há quatro décadas.

Com o discurso da internacionalização da língua, foge-se ainda ao conceito de línguas nacionais, que agora podem ser o português, o crioulo, o tétum, o kikongo, o bantu, o kimbundu, o terena etc. Alguns depoimentos e dados apontam claramente para a necessidade de integrar elementos culturais dos vários países na definição da política de internacionalização, de acordo com a sugestão de Mia Couto de se considerarem as línguas nacionais moçambicanas como “lusofonias”. E porque há falhas na institucionalização do processo político de internacionalização, estas questões avultam

porque são elas que dão sentido prático aos esforços conjuntos dos Estados e dos falantes do idioma. A internacionalização acabou por despertar a nacionalização das línguas locais. O Brasil, por exemplo, decretou em 2010 a criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, INDL, inscrevendo nessa lista três línguas (duas europeias e uma indígenas) faladas no país. Como já vimos, em 2011, foi a vez de a Assembleia Nacional de Angola aprovar o "Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana".

O processo político de internacionalização da língua também consagra a proposta de atrair os Estados e os povos de língua portuguesa em torno da afirmação de que é possível terem mais poder e exercerem maior influência, seja à escala regional ou global. Curiosamente, esta situação reforça a posição de Portugal no contexto da lusofonia dadas suas relações histórico-culturais privilegiadas com suas ex-colônias.

Daqui decorre ainda um importante corolário político: por resultar da possibilidade de partilha de experiências culturais, o processo de internacionalização tende a ocorrer num plano de relações de igualdade entre os Estados, sejam elas multilaterais ou bilaterais, embora com predomínio das primeiras.

Tendo em conta que o português é a língua majoritária em várias nações de língua oficial portuguesa, mas não em todas; tendo ainda e conta que para alguns Estados-membros da CPLP plurilíngues o português é a opção natural como língua internacional, como língua nacional e ainda como língua de comunicação com o exterior; daí decorre que, na perspectiva desses Estados, o fortalecimento do português beneficiará suas relações internas.

Com efeito, nenhuma das línguas locais e nacionais dos países lusófonos pluríngues é entendida por 100 por cento da população, sendo que o processo de internacionalização da língua é também visto como uma oportunidade de “nacionalização” do português, uma vez que reafirma o idioma nesses territórios e confere aos seus falantes maior capacidade linguística dentro e fora de seus países, ao relacionarem-se como o resto do universo lusófono. Assim se justifica que as autoridades políticas das antigas colônias

africanas portuguesas, nos anos 70, e as autoridades do Timor-Leste, no virar do século XXI, tenham escolhido o português como língua oficial.

Um dos pontos mais polêmicos da proposta de política de língua apresentada por Portugal em 2008, e que foi confirmada, dois anos mais tarde pelo Plano de Ação de Brasília, como “a política de língua dos países da CPLP”, foi a previsão da harmonização das duas grafias da língua portuguesa em vigor – a brasileira e a europeia. Desta forma, o Acordo Ortográfico apareceu como o “braço técnico-linguístico” da internacionalização. Menos de seis meses depois da aprovação da estratégia comum, o Brasil iniciou sua implementação voluntária, no que foi seguido por Portugal, ainda que sob protestos de alguns setores da sociedade portuguesa.

Durante esta pesquisa, comprovamos que existe uma forte associação entre língua e poder político. Apesar de ser facilmente intuída, esta associação necessitava de ser provada. Fizemo-lo recorrendo ao exemplo do AO. O melhor argumento a favor do AO, sugerido por diversas fontes, é o de que ele favorece as relações de poder dos Estados de língua portuguesa na medida em que exige concertação de posições e transparência. A implementação voluntária do Acordo Ortográfico no Brasil, em 2009, mostrou que a reforma tinha chances de vingar. Essa possibilidade não está neste momento afastada, mas só ameaçada pelo adiamento. A entrada em vigor obrigatória ficou para 2016, por forma a coincidir com a data de plena entrada em vigor do AO em Portugal.

A verdade é que Brasil e Portugal começaram a aplicar a reforma, com ampla aceitação na comunicação social e no sistema educativo, e mostraram sua liderança política em matéria linguística. Até dezembro de 2012, o único país a não ratificar o tratado era Angola, segundi a CPLP. Moçambique o fez em junho daquele ano, um mês antes de assumir a presidência rotativa do bloco.

A aposta na internacionalização da língua visa a eliminação de barreiras de comunicação e entendimento, o fortalecimento do comércio e, como vimos nos casos da CPLP e do Fórum de Macau, se traduz ainda em altos dividendos políticos e macroeconômicos. São estes também os exemplos da *Commonwealth*, da Organização da Francofonia e da Organização Iberoamericana.

No plano individual, a utilização de uma língua que é partilhada por um grande número de pessoas é um fator determinante nas escolhas profissionais e aumenta a mobilidade das pessoas em geral. É o que se passa com o inglês, cujo domínio possibilita melhores oportunidades de trabalho, comunicação e ascensão social. Saber inglês, como língua estrangeira, é um ativo para profissionais que querem sobreviver num mundo globalizado.

Desde a criação da CPLP, em 1996, que há trabalhos visando a internacionalização do idioma. A velocidade do ritmo pode diferir, mas é um fato constante.

Ainda que a promoção da língua portuguesa seja apenas o terceiro pilar da CPLP, ganhou relevo nos últimos anos e é tido em conta pela generalidade dos Estados-membros.

Como comprovamos, o volume do comércio em língua portuguesa é, hoje, muito maior do que era no início da CPLP, e, nos últimos anos, a cooperação dos países lusófonos com Macau tem sido uma prova de que o uso da língua, quando explorada num contexto macroeconómico, gera altos dividendos.

As oportunidades de negócios em países emergentes como Brasil e Angola, e a descoberta e a exploração de petróleo, respectivamente, em São Tomé e Príncipe e no Timor-Leste, fazem com que os países lusófonos se tornem atraentes para investidores. As relações da Austrália com Timor e da China com os países lusófonos africanos, e também com o Brasil, provam essa afirmação.

Em 2003, com a criação do Fórum de Macau, o crescimento da balança comercial entre a China e os países que falam português foi registrado numa curva ascendente, atingindo uma receita de 117 bilhões norte-americanos, em 2011, quando o mundo vivia uma severa recessão global.

A transformação do português numa língua de poder comercial gerou ainda o aumento do interesse de outros países não-lusófonos pela CPLP, nomeadamente, Austrália, Senegal, Ucrânia e Ilhas Maurício.

A Guiné-Equatorial, outro país rico em petróleo, decidiu adotar o português como língua oficial para ser aceita pela CPLP e foi entretanto admitida na organização. Tudo isso sugere o potencial e a real importância comercial e política do bloco linguístico, assim como da língua portuguesa como ativo e veículo desta cooperação. Como vimos, China e Indonésia foram também algumas nações que anunciaram o ensino do português, como língua estrangeira, nos últimos anos, como forma de potenciar a cooperação com os países de língua portuguesa.

Em 2012, a prestigiada revista de negócios *Monocle* reconheceu o crescimento da importância político-econômica da língua portuguesa numa reportagem de capa intitulada “*Generation Lusophonia: why Portuguese is the new language of power and trade.*” Para a revista, a língua portuguesa era sinónimo de dividendos na nova realidade geopolítica por se tratar da língua oficial de nações emergentes e que desempenhariam um papel ainda mais relevante de carácter político e económico num futuro próximo.

Nesta pesquisa, também concluímos que as relações de poder entre as nações lusófonas são assimétricas, por natureza, e, como reza a *Realpolitik*.

A mesma herança cultural e linguística que sustenta a união dos países lusófonos na CPLP abre espaço, em alguns casos, para desconfianças, nem sempre assumidas publicamente. Ainda assim esses aspectos não têm impedido o aumento da cooperação.

Todos os membros da CPLP fazem parte de entidades regionais influentes. Essas múltiplas pertenças, com já vimos, aumenta o lastro político de cada Estado-membro da lusofonia, tornando-os ainda mais relevantes nas negociações internacionais com outros países alheios à CPLP.

O conceito de lusofonia, como pudemos compreender, desperta reações diversas em várias partes do universo de língua portuguesa. Evitado por alguns setores acadêmicos e políticos em Portugal, e também na África, por receio de que o termo transporte algum conteúdo ou sentimento "colonialista", o conceito não é de todo descartado no Brasil ou até mesmo no Timor-Leste. Nota-se ainda que alguns dos defensores de uma moratória do termo são os que admitem que não existe termo melhor para definir os países de língua ou expressão portuguesa, aparecendo a lusofonia em linha com os termos congêneres: francofonia, hispanofonia e anglofonia.

O conceito de lusofonia serve ainda como uma tentativa de Portugal de classificar o grupo de nações que têm o português como língua oficial, sendo essa aliás a explicação constante na página do governo português na internet. E a ele juntam-se outros termos pertencentes a um campo semântico semelhante: “herança comum” e “língua comum”. Já a expressão “lusofonia global”, utilizada com frequência

por membros do governo liderado por Pedro Passos Coelho (sobretudo nas Relações Exteriores), é como que um prolongamento do conceito de “internacionalização”. É ainda, conforme mostramos, a última tentativa até agora politicamente formalizada de assumir que os Estados de língua portuguesa podem firmar entre si compromissos duradouros.

Nessa linha de raciocínio se inscrevem também as posições favoráveis ao aprofundamento da natureza da CPLP e sua transformação numa união econômica ou, pelo menos, numa zona com liberdade de circulação de fatores produtivos.

No segundo capítulo deste trabalho, ao analisarmos as políticas de promoção da língua em outras “fonias”, comparamos as missões dos Institutos Cervantes e Camões como instrumentos ao serviço da internacionalização das respectivas línguas e economias. Mostramos que se trata de realidades em evolução como forma de se adaptarem à realidade existente. Uma prova do que afirmamos está em que durante o tempo de redação da presente tese se assistiu a uma redefinição da estrutura do Instituto Camões, que se passou a denominar *Camões - Instituto da Cooperação e da Língua*.

Demos conta de uma diferença, que nos parece relevante, entre o Camões e o seu congênere espanhol. Enquanto da missão deste faz parte a promoção das culturas e língua (ou variantes) das ex-colônias, o Camões tem como missão apenas promover a língua e cultura portuguesas. É verdade que promove ações em outros países lusófonos, mas é uma organização que prossegue os interesses portugueses, quando vários autores sustentam a necessidade de criação de mecanismos multilaterais de promoção do idioma. Tendo ainda em conta a escassez de recursos portugueses, assim como a relação Portugal-Brasil, que não se nota, por exemplo, nos casos da hispanofonia ou da francofonia, fica em aberto a possibilidade, sustentada por vários autores de diversos países, de se arriscarem novas formas de promoção da língua à escala global. O mesmo se dá com a DPLP cuja missão é divulgar a norma brasileira da língua portuguesa e a cultura do Brasil. Até agora foi relegada ao IILP a responsabilidade de gerenciar os vários acentos do português e a definição dos vocabulários oficiais, e a verdade é que aquele depende dos

Estados-membros e da própria CPLP, a quem se subordina. É, por isso, um exemplo de uma estrutura gerida de forma partilhada, por contraponto, por exemplo, ao Camões, apesar de suas missões não serem as mesmas. A missão do IILP é fundamental para o êxito de qualquer política de internacionalização do português.

De acordo com os contributos que recolhemos, a atuação do IILP registra um aspecto negativo e um aspecto positivo. Como aspecto negativo, ressalta que o gerenciamento da língua pelo IILP está frequentemente dependente de um “círculo vicioso” no qual todos os Estados prometem avançar mas, na prática, terminam por “esperar um pelos outros. Essa situação está muito evidente na escassez de meios atribuídos pelos Estados-membros da CPLP, a despeito das promessas em sentido contrário e da extrema relevância das atividades prosseguidas pelo IILP.

Como aspecto positivo há a ressaltar a existência de um modelo de gerenciamento da língua de natureza multilateral que pode ser aperfeiçoado com maior cooperação. Com efeito, a alternativa (a aposta nos esforços dos Estados-membros agindo isoladamente) também não parece viável, como notam muitos autores. A capacidade de surpresa dos Estados de língua portuguesa realçada pelo professor Fernando Cristóvão, um homem com experiência de gestão ao mais alto nível no Instituto Camões, pode ser muito proveitosa, se ocorrer na prossecução de projetos ambiciosos.

A política de língua é uma tarefa dos Estados, eventualmente partilhada com entidades privadas. Os modelos analisados nesta tese comprovam essa afirmação. Todavia, os dados são claros num ponto: a capacidade de intervenção da França e da Espanha, nomeadamente em matéria financeira, através dos respectivos institutos, é muito superior à capacidade de Portugal, por exemplo.

É pois claro que, nas atuais circunstâncias, qualquer iniciativa de promoção da língua que dispense os Estados fica fadada ao acaso. Assim como resulta da análise documental e dos depoimentos recolhidos a ideia de que a cooperação em matéria de política de língua deverá ser de natureza multilateral e privilegiar, tanto quanto possível, a atuação do maior número possível de Estados-membros, fica também claro que o

problema da falta de eficácia e recursos sobretudo do que denominamos o grande abismo entre retórica e prática. Com efeito, não faltam resoluções e promessas de medidas e iniciativas para a disseminação do português.

Vimos também que a língua é um ativo econômico que não pode ser desprezado. Segundo o estudo levado a cabo pelo ISCTE e coordenado por Luís Reto que referenciamos, a língua representa pelo menos o equivalente a 17 por cento do PIB de Portugal. Vantagens que podem ser obtidas por qualquer Estado-membro da CPLP que decida investir, estrategicamente, na promoção do idioma. Um cálculo semelhante sobre o espanhol, realizado pelo Instituto Cervantes, concluiu que os negócios com o idioma materno geram o equivalente a 15 por cento do PIB da Espanha.

Todavia, o ritmo de promoção do português, medido pelo número e eficácia de suas iniciativas, apresenta-se mais lento que o de outros idiomas latinos como o espanhol ou

o francês, que contam com estruturas de investimentos do Estado e da iniciativa privada mais sólidas e mais antigas do que Portugal.

Neste processo detectamos ainda uma vantagem comparativa das políticas espanhola e francesa de promoção do idioma em relação à portuguesa que consiste numa atitude mais inclusiva e menos centrada em diferenças com os demais países que falam o idioma.

As divisões e discordâncias sobre o gerenciamento da língua são um entrave sério para a promoção do português. Maior clareza sobre o comando da promoção é, segundo vários autores e pessoas ouvidas no âmbito desta tese, uma das urgências para o sucesso da estratégia. Ao mesmo tempo em que é atribuída à CPLP e ao IILP a tarefa de promoção e internacionalização do idioma, as duas entidades, apesar de muito

próximas, veem-se impedidas de avançar pela forma pela qual estão organizadas. Da experiência comparada, e no que é possível comparar, ressalta como diferença desses países em relação a Portugal não a ausência dos Estados nas operações de gerenciamento, mas a descentralização de funções.

A democraticidade decorrente da institucionalização do princípio de um Estado/um voto na CPLP acaba por estar sujeita à hegemonia de alguns Estados sobre os outros no que se refere às decisões sobre a promoção da língua.

No terceiro capítulo, tratamos da questão de saber quem comanda, efetivamente, a internacionalização da língua portuguesa no mundo. A função de liderança hoje estaria mais concentrada em Brasil, Portugal e Angola? A decisão de Moçambique de ratificar o tratado como penúltimo país africano a fazê-lo, o colocaria em posição de vantagem no gerenciamento da política da língua? Com a crise econômica portuguesa, o ativo “língua em comum” a merecer maior atenção das autoridades portuguesas que aí viram uma possível saída para a crise. O governo Passos Coelho tornou público que iria lançar mão das relações com os países lusófonos para exportar mais e procurar uma janela de oportunidade na lusofonia. Países emergentes como Angola e Brasil foram vistos como alvos privilegiados dada a extensão de seus mercados econômicos regionais, respectivamente, a SADC e o Mercosul. Como coordenar essas premissas?

Ao examinarmos sua história comum, observamos que as relações entre Brasil e Portugal tiveram momentos variados, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial e a independência das colônias africanas, na década de 70 do século passado. Dos dois lados do Atlântico, as opiniões divergiam sobre como se daria a real aproximação e como os interesses de ambos seriam afetados pelas relações recíprocas. O resultado foi uma oscilação entre momentos de intensa cooperação e clamores por políticas externas independentes.

Já as relações do Brasil com a África consolidaram-se, no final do século XX e início do XXI. Mas o aumento da importância geopolítica do Brasil, assim como de Angola, alteraram de vez o tabuleiro do xadrez no eixo Norte-Sul da lusofonia.

Com a descoberta de mais recursos naturais na maioria dos países de língua portuguesa, a China apresentou-se como um “parceiro” apropriado através de sua plataforma lusófona, “Macau”, para promover a realização de negócios. Trata-se de um aspecto para o qual a CPLP só agora começa a despertar, mesmo que a iniciativa Fórum de Macau tenha sido criada sete anos após o nascimento da CPLP. No entanto, há que sublinhar que os Estados-membros da CPLP, isoladamente, têm registrado vantagens nesta cooperação.

Um dos objetivos desta pesquisa passou por tentar perceber de que modo a presença da língua portuguesa no Timor-Leste é necessária para conferir ao idioma a natureza global que tanto almeja. Mostram os dados existentes que os dirigentes timorenses se esforçam para o que o idioma seja ensinado no país; mostram ainda que o número de falantes do português aumentou na última década, mas que a juventude, por uma circunstância histórica, não domina a língua. Se a natureza internacional do idioma não decorre de sua sorte neste país, não há dúvidas de que, à semelhança de Macau, Timor pode desempenhar um papel decisivo na afirmação do português como língua global.

No capítulo IV, examinamos o papel do português na CPLP e as ações do bloco para aumentar a presença do idioma em organizações internacionais, especialmente nas Nações Unidas. A procura da identidade da CPLP torna evidentes as dificuldades internas de gerenciamento, como sejam uma considerável burocracia e idiosincrasias dos Estados-membros sobre a melhor forma de gerir a organização, além da escassez orçamental.

Paradoxalmente, enquanto em alguns países da lusofonia se questiona o valor real da CPLP, outras nações tentam aproximar-se do grupo para obter dividendos de natureza política e econômica. Com 18 anos, a CPLP quer agora avançar na direção da captação de mais comércio e desenvolvimento, e utiliza o português como canal para alcançar o objetivo, o que sugere que o idioma ganha importância, não obstante ser apenas o terceiro pilar da organização em ordem de importância.

Com todos os seus desafios, é inegável para muitos observadores e agentes políticos que a CPLP trouxe vantagens para os países de língua portuguesa e para a própria língua. Ainda que a organização esteja, neste momento, à procura de uma identidade mais em torno de fatores econômicos, os frutos de seu primeiro pilar são evidentes. A CPLP aumentou sua capacidade de concertação político-diplomática. Desse fato beneficiaram-se quer outros Estados-membros da organização, quer a comunidade internacional. Tal decorre, por exemplo, da sua importância na angariação de votos para eleições decisivas em *fora* internacionais incluindo a ONU ou ainda na gestão política de crises regionais, destacando-se sua intervenção na gestão dos mais recentes golpes de Estado em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau.

Com a proposta da “internacionalização” da língua, a CPLP formalizou sua intenção de aumentar a presença do português em organizações internacionais.

Um dos aspectos mais referidos nas entrevistas realizadas para esta pesquisa foi a importância geopolítica do Brasil e até mesmo uma possível entrada deste país no Conselho de Segurança da ONU, o que levaria consigo a um papel de destaque do português. A decisão, no entanto, é prerrogativa dos Estados-membros da organização.

Ao encerrarmos o estudo, deparamo-nos com alguns fatores que ainda impedem uma internacionalização de fato da língua e das nações que utilizam a língua, como sejam a falta de engajamento das diásporas das diversas nações nas políticas de promoção e planeamento do português, a falta de investimento sistemático em novas mídias e no mundo cibernético e, por fim, a insuficiente presença do português como língua de ciência e tecnologia.

Formulamos atrás uma série de propostas para uma internacionalização da língua que seja consequente com os objetivos definidos pela CPLP, em 2008. As propostas são meras conclusões da pesquisa e embasadas no conceito de “ciência prospectiva”, do Professor António Sousa Lara, como já mencionado. Ressalta à vista, especialmente, que é necessário dar passos realistas de aproximação e evitar aspirações talvez irrealistas pelo menos no contexto atual de disseminação da língua.

Na linha do que ouvimos de nossos entrevistados e que procuramos entender à luz da teoria política e linguística, sugerimos uma série de ajustes como, por exemplo, ações para aumentar a autoestima dos falantes do português, principalmente os que vivem nas diásporas, a participação de cidadãos de língua portuguesa na divulgação do idioma, o uso de novas mídias e da internet na promoção da língua. Pensamos ainda que, com os dados atuais da questão, uma internacionalização real da língua portuguesa deverá passar pela criação de um novo instituto de promoção do idioma que possa levar em conta o ensino de todas as variantes do português por capacitadores de todos os países lusófonos.

Sugerimos ainda uma forte ação de cooperação da CPLP e das diplomacias dos Estados lusófonos para tornar o idioma uma *commodity* a ser oferecida com ajuda das relações internacionais firmadas com outros países, com destaque para os localizados em áreas onde o português ainda não é amplamente divulgado.

Para que tal empreendimento vingue, é preciso abolir muitas barreiras.

Com a criação de um Instituto Internacional de Português, as diferenças deverão ser comutadas em ativos, riquezas e atrativos a serem explorados.

Além disso, as pessoas que falam português, onde quer que se encontrem, precisam de se conhecer melhor através de educação, informação e harmonização de currículos dentro do universo lusófono. Mário Soares sugere que os estudantes portugueses do ensino médio deveriam ter a possibilidade de conhecer o Brasil, para ver outro modo de viver em língua portuguesa.

O “mundo que fala português” deve ser uma disciplina obrigatória nas escolas da CPLP assim como o trânsito de quem fala português nestes mesmos países.

Por outro lado, existe hoje consenso de que a riqueza do multilinguismo da CPLP deve ser promovida, celebrada e aproveitada. Em um mundo globalizado, não há espaços absolutos para hegemonias linguísticas.

Falar português e outras línguas, além do inglês, considerado como língua “universal”, é uma mais-valia não só para os países lusófonos, mas para os estrangeiros que querem aprender o português como segunda língua.

Para tal, falta dar passos claros para que o gerenciamento da língua passe a ser uma prioridade real dos Estados e não uma construção retórica. Até hoje a política de língua é mais clara para uns que outros. Só assim se explica que haja duplicações de serviços e começos repetidos. A maior parte das pessoas que ouvimos são de opinião de que se deve tomar como fio condutor o Plano de Ação de Brasília..

E por último, atentar ao começo deste processo, o estudo de Carlos Reis, que na época, concluiu que, se fosse bem executada, a política da promoção levaria 10 anos para render frutos i.e. 2018. Ao entrarmos em 2015, podemos concluir que passamos pela metade do caminho, restando saber se foram obtidos metade dos resultados previstos.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

- ALMEIDA de, Assis e Gabriel, José – *As Instituições do Mercosul: Presente e Futuro*. Mercosul, Rio de Janeiro, Lumen Juris. 2001.
- AGUALUSA, José Eduardo – “A propos de la lusophonie”, crônica publicada no Público, 7 de dezembro de 1997. Disponível em <http://www.ciberduvidas.pt/antologia.php?rid=574> (consultado em 17 de janeiro de 2012).
- ALVES DA SILVA, Regina Helena – “Sociedade em rede: cultura, globalização e formas colaborativas.” UFMG, Brasil. pp. 5 e 6. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/silva-regina-sociedade-em-rede.pdf> (consultado em 6 de janeiro de 2011).
- ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa. 2005.
- ARISTÓTELES – *Arte Poética*. Edición bilingüe de Aníbal Gonzáles. Reimpresiones: 1988,1991,1992. Taurus Universitaria. Madrid.
- ARNDT, Ernst Moritz – *Ueber Volkshass und über den Gebrauch einer fremden Sprache*. Leipzig, 1813. Disponível em linha. (em <http://books.google.com/books?id=CnsHAAAQAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q=trauriger&f=false>) p.12. Alternativtammn: Arndt, E. M. (Ernst Moritz), 1769-1860.
- BAPTISTA, Luís Vicente - *Projecto: "Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: Os Leitorados de Português"*. Lisboa, 2004-2007.
- BAPTISTA, Luís Vicente e PEREIRA, P. - *Internacionalização da Língua Portuguesa: Os leitores enquanto agentes de uma política cultural e de língua*. Lisboa, 2009.
- BARRETO, Lima – *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Editora Ática, 17ª. edição. São Paulo, 1997. Primeira edição impressa em 1915.
- BLAIR, Tony – *A Journey. My Political Life*. Alfred A. Knopf. 2010.
- BLOMMAERT, Jan – “Language Policy and National Identity” in *An Introduction to Language Policy*, p. 241, edited by Thomas Ricento. Australia, 2006.
- BORGES, António Jose – “A Missão de Portugal nas Mensagens de Fernando Pessoa e Agostinho da Silva”, *Nova Águia, Revista de Cultura para o Século XXI*, N. 3, 1.º semestre 2009. In *O legado de Agostinho da Silva, 15 anos após a sua morte*. p.16.
- BUSSMANN, Hadumod – *Lexikon der Sprachwissenschaft*, Alfred Kroener Verlag in Stuttgart, 1990.
- CABRAL, Amílcar – “A Cultura e o Combate pela Independência”, Seara Nova, Lisboa, 1974.
- CALVET, Louis-Jean – *Language Wars and linguistic politics*. Oxford University Press. 1998.
- CALVET, Louis-Jean – “La mondialisation linguistique, les langues latines et le portugais, langue de la lusophonie : un nouveau regard”, apresentação de conclusão do colóquio: La Langue Portugaise, le Brésil, la Lusophonie, La Mondialisation Linguistique: Un Nouveau Regard. Colloque International - 16, 17 et 18 novembre 2005, Montreuil. Disponível em <http://www.arara.fr/ACCALVET1.html> (consultado em 28 de janeiro de 2012).
- CALVET, Louis-Jean – *Por une Écologie des Langues du Monde*. Paris, 1999.
- CAMÕES, Luís de – *Os Lusíadas*. Porto Editora. 2006. Reimpressão da 1ª. edição 1572.
- CÁRCOMO LOBO, Maria Tereza – *A Política Comunitária da Concorrência*. 2008. Texto de "Descobrimento", revista de Cultura n.º 3, 1931, pp. 409-410, transcrito do "Livro do Desassossego", por Bernardo Soares recolhido por Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha; Lisboa, 1982 vol. I, pp. 16-17.

- CARDOSO, Fernando Henrique e SOARES, Mário – *O Mundo em Português, um diálogo*. Gradiva, Lisboa, 1998. pp. 274, 279, 285 e 286.
- CASTRO, Ivo – “Mesa Redonda” em “*Lusofonia: uma História, um Projecto, Uma Questão*.” Discursos, Estudos de Língua e Cultura Portuguesa. Número 15, Universidade Aberta, Abril de 1998, Lisboa. p.73.
- CHABAL, Patrick – *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana University Press. 2002.
- CHOMSKY, Noam – *Secret, lies and democracy*. Odonian Press, Tucson, 1996.
- COOPER, Robert L. – *Language Planning and Social Change*. Cambridge University Press, 1996.
- COUTO, Jorge. *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/conheca/historia/cdnos500anos/seminarios/semin2/fala16.html> (consultado em 29 de outubro de 2011).
- COUTO, Jorge – “A nossa Magna Língua” em revista Actual do semanário português *Expresso*, em 7 de janeiro de 2005, reproduzido por Ciberdúvidas. Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=1806> (consultado em 25 de dezembro de 2011).
- CRUZ e SILVA, Teresa, MENDES de ARAÚJO, Manuel G e CARDOSO, Carlos – *‘Lusofonia’ em África, História, Democracia e Integração Africana*. Codesria, Dacar, 2005.
- CRYSTAL, David – *English as a Global Language*, 2nd edition, Cambridge University Press, 2003. p.3
- CUBOLA, F. – “Considerações para uma Gramática Portófona Africana.” Em *Revista da Lusofonia*, nº29-34, Pontevedra, Braga, Anos 1992/1993.
- CUNHA, Celso – “Intervenção de Celso Cunha” em HOUAISS, Antônio. *Sugestões para Uma Política da Língua*. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1960, p.111.
- CZEMPIEL, Ernst-Otto – *Weltpolitik im Umbruch*, Verlag C.H.Beck, Muenchen, 2ª. Auflage, 2003.
- CZEMPIEL, Ernst-Otto – *Kluge Macht Aussenpolitik fuer das 21. Jahrhundert*. Verlag C.H. Beck. Muenchen. 1999.
- D’ÁVILA, Luiz Felipe e STUENKEL, Oliver – “O desafio de tornar a política externa relevante para o Brasil.” CLP papers, nº3, 2010, tradução: Patrícia Neves, São Paulo, 2010, p.12. Disponível em <http://www.gppi.net/fileadmin/gppi/CLP-Politica-Externa-online.pdf> (consultado em 22 de janeiro de 2012).
- DE CILLIA, R. – “Fremdsprachenunterricht in Oesterreich nach 1945”. In E. Lechnner (ed) *Formen und Funktionen des fremdsprachenunterrichts im Europa des 20. Jahrhunderts* (Bildungsgeschichte und europaeische Identitaet, Vol. 3), Frankfurt: Kohlhammer, 2002.
- ECO, Umberto – *Obra Aberta*. Tradução de João Rodrigo Narciso Furtado. Difel, 2ª. edição, Lisboa, 2009.
- ECO, Umberto – *Dizer Quase a Mesma Coisa sobre a Tradução*. Difel, Algés, 2005.
- CUNHA, Paulo Ferreira da – *Pensamento Jurídico Luso-Brasileiro*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa. 2006.
- CUNHA, Paulo Ferreira da – *Constituição, Direito e Utopia. Do Jurídico-Constitucional nas Utopias Políticas*. Coimbra Editora.1996.
- FARACO, Carlos Alberto – “Novo Acordo Ortográfico” em 31 de janeiro de 2010. Parábola Editorial. (consultado em 7 de novembro de 2011). Disponível em <http://www.parabolaeditorial.com.br/downloads/novoacordo2.pdf>

FARACO, Carlos Alberto – “O Vocabulário VOLP da ABL, 2009.” Disponível em http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao08/artigos_ea_faraco.php (consultado em 7 de dezembro de 2010).

FARACO, Carlos Alberto – “Uma Mudança Necessária” artigo publicado na Gazeta do Povo, de Curitiba, em 21 de outubro de 2007.

FARACO, Carlos Alberto – “Utopia ou Quimera? Língua, história e política.” Conferência proferida no ROSAE – I Congresso Internacional de Linguística Histórica (a ser publicado os Anais do Congresso). Salvador, 29 de julho de 2009.

FAULSTICH, Enilde – “Planificação Linguística e Problemas de Normalização”, Universidade de Brasília. Disponível em http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_9.htm (consultado em 8 de outubro de 2011).

FREYRE, Gilberto – *Casa-Grande e Senzala*. Editora Record. Rio de Janeiro, 1992. Primeira edição publicada em 1933.

FREYRE, Gilberto – *O mundo que o português criou*. Editoria E Realizações Ltda. São Paulo, 2010. Primeira edição 1940.

FIRMINO, Gregório – “Processo de Transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique.” Universidade Eduardo Mondlane, Maputo 25 de março de 2008. Disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=83&Itemid=69 (consultado em 27 de dezembro de 2011).

FRANCO, Manuela – “Petróleo em Português? Em Prol de uma Política Africana”, p. 24, *Revista Nação e Defesa*, 2006. Disponível em <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1105> (consultado em 29 de dezembro de 2011).

FRANCO NOGUEIRA, Alberto – *As Nações Unidas e Portugal*. Editora Ática, Lisboa, 1961.

FREITAS BRANCO, João Maria de – *Agostinho de Silva, Um Perfil Filosófico*. Zéfiro. Lisboa. 2006.

FREIXO, Adriano de – “Minha Pátria é a Língua Portuguesa”: A Construção da Idéia da Lusofonia em Portugal. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Maio de 2007.

FURTADO, Jonas e COUTO, Mia – “Não à Reforma Ortográfica”, *Istoé Independente*. Disponível em http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/3254_NAO+A+REFORMA+ORTOGRAFICA. Entrevista concedida em 27 de setembro de 2007. (consultado em 25 de novembro de 2009).

FUKUYAMA, Francis – *O Fim da História e o Último Homem*. Gradiva, 1ª. edição, p. 269, setembro de 1992, Lisboa.

GALITO, Maria de Sousa – “Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho”. Outubro 2006. p. 47. Disponível em http://www.ciari.org/investigacao/impacto_econ_lingua_portuguesa.pdf (consultado em 26 de dezembro de 2011).

GALITO, Maria de Sousa e CORRÊA d’ALMEIDA, André – “Portuguese Language: Common Legacy with World Potential”. USA, 2009.

GRACIÁN, Baltasar – *El Político*. Linkgua, edição indeterminada do original de *El Político Don Fernando Católico*, Zaragoza, 1640. Barcelona, 2007.

GRADDOL, David – *The Future of English? A Guide to Forecasting the Popularity of the English Language in the 21st Century*. The British Council, 1997, 2000.

GRIN, François – “Economics Considerations in Language Policy” in *An Introduction to*

- HAGEN, S. – Citado por SALOMÃO, Ricardo em “Línguas e Culturas nas Comunicações de Exportação”, Universidade Aberta, Lisboa, 2006. Baseado em Hagen, S. (Ed).. (1988). *Languages in British Business*. Newcastle: Newcastle upon Tyne Polytechnic Products Ltd.
- HALLIDAY, F.E. – *England. A Concise History*. Thames and Hudson. 1999. *Language Policy*, Ricento, 2006. p.81.
- HARRISON, Lawrence E. – *Who Prospers. How Cultural Values Shape Economic and Political Success*. Basic Books. New York. 1992.
- HOBBSBAWM, Eric J. – *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge University Press, 1990.
- HODGES, Tony – *Angola do Afro-Estanilismo ao Capitalismo Selvagem*. Principia, Cascais, 2003.
- HOUAISS, Antônio – *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade-Centro de Cultura, 1985.
- HOUAISS, Antônio – *Sugestões para uma Política da Língua*. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1960.
- HUNTINGTON, Samuel P. – *The Clash of Civilizations Remaking of World Order*. Simon & Schuster, 1996.
- KAPLAN, Robert B. E BAUDAUF JR., Richard B. – *Language Planning from practice to theory*. Multilingual Matters, 1997.
- KARDINAL RATZINGER, Joseph – *Salz der Erde. Christentum und katolische Kirche an der Jahrtausendewende*. Ein Gespräch mit Peter Seewald. Deutsche Verlags-Anstalt Stuttgart. 1996.
- KARIBE, Peter Mendy – “Portugal's Civilizing Mission in Colonial Guinea-Bissau: Rhetoric and Reality.” Author(s): Peter Karibe Mendy Source: *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 36, No. 1, Special Issue: Colonial Encounters between Africa and Portugal. Published by: Boston University African Studies Center. 2003) pp. 35-58.
- KENNEDY, John F. – Discurso proferido em 9 de abril de 1963 por ocasião da concessão da cidadania americana honorária a Winston Churchill em The Churchill Centre and Museum at the Churchill War Rooms, London. Disponível em <http://www.winstonchurchill.org/learn/speeches/speeches-of-winston-churchill/125-united-states-citizen> (consultado em 12 de março de 2012).
- KRISTEVA, Júlia – *História da Linguagem*. Arte e Comunicação, Edições 70, Lisboa, 2007.
- KYMLICKA, W. – *Liberalism, community, and culture*. Oxford University Press. New York. 1989.
- JORGE, Lúcia – Em “Mesa Redonda” no livro *Lusofonia: uma História, um Projecto. Uma Questão*. Discursos Número 15, Universidade Aberta, Abril de 1998, Lisboa. p. 58.
- LESSA, Ivan – “O Português Brasileiro no Carnaval”. BBC Brasil, 15 de fevereiro de 2010. Crônica semanal Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/02/100215_ivanlessa_tp.shtml (consultado em 11 de junho de 2011).
- LOURENÇO, Eduardo – *A Europa Desencantada Para uma Mitologia Europeia*. Gradiva. 2ª. edição, Lisboa, 2005.
- LOURENÇO, Eduardo – *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Gradiva, Lisboa, 3ª. edição, 2004.

LOURENÇO, Eduardo – “Em Paineis 2, Diáspora e Imigração. Encontro Internacional. Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado.” União Latina, 2010. pp. 80-81.

MARGARIDO, Alfredo – *A Lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa, 2000. Edições Universitárias Lusófonas, p. 57.

MARQUES GUEDES, Armando - "A nova geopolítica do Atlântico Sul", *Revista da Marinha*, Lisboa, 2011. P.20-24.

MARQUES GUEDES, Armando - "Da desregulação ao recentramento no Atlântico Sul, e a construção da 'Lusofonia' ". Lisboa, 2012, P.1-37.

MARTÍN MUNICIO, Ángel – *El Valor Económico de la Lengua*. Espasa-Calpe Madrid, 2003.

MARTINS, Moisés de Lemos – *Lusofonia e Luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. Visages d’Amérique Latine, nº3 – Juin 2006. Disponível em <http://www.opalc.org/val/media/val3/16val3lemons.pdf> (consultado em 17 de janeiro de 2012).

MAXWELL, Kenneth – *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1999.

McGUINNESS, Martin – “Martin McGuinness ‘still pondering’ meeting with the Queen.” Citado em reportagem da BBC News, Irlanda do Norte, em 26 de janeiro de 2012.

MENDES, Irene – *O léxico no português de Moçambique* (aspectos neológicos e terminológicos). Maputo, Promédia, 2000, pp. 40-41. citada por FAULSTICH, Enilde.

MILES, Matthew B. e HUBERMAN, A. Michael. *Qualitative Data Analysis: an expanded sourcebook*. 2nd edition, 1994. Printed in the USA.

MIYAMOTO, Shiguenoli – “O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)”, em 2009. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rev. bras. polít. int. vol.52 no.2 Brasília July/Dec. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292009000200002&script=sci_arttext

MORAES, Vinicius – “Valsa à Mulher do Povo” em *Antologia Poética*. Editora A Noite, Rio de Janeiro 1954.

MOREIRA, Adriano – “Temas da Lusofonia” em *Lusofonia: uma História, um Projecto, Uma Questão*.” Discursos, Estudos de Língua e Cultura Portuguesa. Número 15, Universidade Aberta, Abril de 1998, Lisboa. p. 16.

MOTA, Mariana Villares Pires Cerqueira da – “Brasil, Portugal e a CPLP: possíveis estratégias internacionais no século XXI.” Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10022010-174615/>>. pp. 68 e 71 (consultado em 1º de janeiro de 2012).

NEBRIJA, Elio Antonio de – *La Gramática de la lengua castellana* (1492). Madrid. Fundación Antonio de Nebrija.

NOGUEIRA PINTO, Jaime e MARQUES BESSA, António – *Introdução à Política III, Ideologias, Regimes Políticos e Ordem Constitucional*. Verbo 2002.

NYE, Joseph S. – *The Future of Power*. Public Affairs. New York. 2011

NYE, Joseph S. – *Soft Power. The Means to Success in World Politics*. Public Affairs. New York. 2004.

NUNES PEREIRA, Luena Nascimento – “Diversidade Linguística e Identidade Nacional” in CRUZ e SILVA, Teresa, MENDES de ARAÚJO,

CARDOSO, Carlos em *'Lusofonia' em África, História, Democracia e Integração Africana*. Codesria, Dacar, 2005. p.121.

OSTLER, Nicholas – *Empires of the World: A Language History of the World*. 2006.

OSTLER, Nicholas – “Relatório Promoção da Língua Portuguesa no Mundo”, 2007. p.63.

PENNYCOOK, Alastair – “Postmodernism in Language Policy” in *An Introduction to Language Policy*, pp. 60-61, edited by Thomas Ricento. Australia, 2006.

PEREIRA, Cristina Leonor – “Na Senda da Aliança Transatlântica e do Entendimento Cultural: da Utopia à Realidade e à Recuperação da Obra de Agostinho da Silva.” Em *Nova Águia, Revista de Cultura para o Século XXI*, N. 3, 1. semestre 2009. O legado de Agostinho da Silva, 15 anos após a sua morte. p. 20.

PEREIRA, Dulce – *Crioulos de Base Portuguesa*. Caminho, Lisboa, 2007.

PESSOA, Fernando – *Obras de Fernando Pessoa* (Introduções, organização, bibliografia e 261 notas de António Quadros). Porto, Lello & Irmão Editores. Vol.2. 1986.

PLATÃO – *A República. Diálogos III*. Coleção Universidade de Bolso. Tradução de Leonel Vallandro. Ediouro. Rio de Janeiro. 1986.

PRADO TROYJO, Marcos – *Nação-Comerciante. Poder e Prosperidade no Século XXI*. Lex Editora. São Paulo, 2007.

QUEIRÓS, Eça de – Correspondência de Fradique Mendes : memórias e notas / Eça de Queiroz. - [1ª ed.]. – Porto : Livr. Chardron, 1900. Citado trecho da p.139 de Cartas: IV – A Madame S. Disponível em: <http://purl.pt/22/2/1-10066-p> PDF 24-C-R0150/1-10066-p 0000 g-g t24-C-R0150.pdf. Biblioteca Nacional Digital de Portugal. (consultado em 16 de maio de 2012).

RAMPINELLI, Waldir José. *As Duas Faces da Moeda: As Contribuições de JK e Gilberto Freyre ao Colonialismo Português*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2004.

REIS, Carlos (Coord). – Estudo: *Internacionalização da Língua Portuguesa – Para uma Política Articulada de Promoção e Difusão*. Lisboa. 2008. pp. 4, 25, 41. Disponível <http://docslide.com.br/documents/a-internacionalizacao-da-lingua-portuguesapdf.html>

RETO, Luís Antero – *Potential Económico da Língua Portuguesa*. Editora Texto. 2012.

RELVÃO CAETANO, João Carlos – “A Harmonização de Direitos no Direito Europeu”. Tese de doutoramento. Universidade Aberta. Lisboa, 2007.

RIBEIRO, Eurico – “A Lusofonia numa Época da Mudança” em *Nova Águia, Revista de Cultura para o Século XXI*, N. 3, 1. semestre 2009. *O legado de Agostinho da Silva, 15 anos após a sua morte*. pp. 200-201.

RICENTO, T. – *An Introduction to Language Policy, Theory and Method*. Blackwell, Australia, 2006.

SALOMÃO, Ricardo – “Línguas e Culturas nas Comunicações de Exportação”, Universidade Aberta. Lisboa, 2006.

SAMPAIO, Jorge – *Portugueses, Volume X*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra – “CPLP: plataforma para uma frutífera concentração político-diplomática.” em: SARAIVA, José Flávio Sombra (org). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política*. Brasília, 2011. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. pp. 70-71.

SARAMAGO, José – “José Saramago na Sabatina *Folha de São Paulo* – Acordo Ortográfico.” Entrevista concedida em outubro de 2008. Disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=SauiwIEEr1k> (consultado em 21 de janeiro de 2012).

SARAMAGO, José - Palavras de José Saramago na inauguração da Cátedra Luís de Camões – Universidade Carlos III, Madrid. Publicado pela Fundação José Saramago em 22 de setembro de 2009. Disponível em <http://josesaramago.org/6353.html> (consultado em 25 de dezembro de 2011).

SAUSSURE, Ferdinand – *Curso de Lingüística Geral*. [Curs de Linguistique générale] Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1982. p.16.

SARDICA, José Miguel – *O Século XX Português*. Texto Editores, 2011.

SCHMITT, Carl – *The Concept of the Political*. The University of Chicago and London, 1996-2007.

SCHMITT, Carl – *Political Theology, Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. The University of Chicago Press, 2005.

SEABRA, José Augusto – “A Diplomacia da Língua na CPLP”. Colóquios p. 76. Congresso Internacional Anual de Lusofonia, Bragança, 2003.

<http://epub.sub.uni-hamburg.de/epub/volltexte/2011/2194/pdf/actas2003.pdf> (consultado em 7 de novembro de 2011).

SELCHE, Wayne – “Brazilian Relations with Portuguese Africa in the Context of the Elusive “Luso-Brazilian” Community.” *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 18, Nº 1, February 1976. pp.25-58., citado por BERNADINO, Ana Clarissa Maia. *Uma recorrente comunidade lusófona: percepções jornalísticas brasileiras e portuguesas acerca do processo de gestação e formalização da CPLP 1989-1997*, Brasília, 2009. pp. 29-30.

SILVA, Agostinho da – *Agostinho da Silva, ele próprio*. Gravação de António Escudeiro. Associação Agostinho da Silva e Zéfiro, 2006. p. 95.

SILVA, Agostinho da – *Caderno de Lembranças*. Fixação de texto, transcrição, introdução e notas por Amon Pinho Davi e Romana Valente Pinho. (Textos e manuscritos elaborados por Agostinho da Silva em 1986). Zéfiro.

SILVA, Agostinho da – “Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira.” *Nova Águia*, Revista de Cultura para o Século XXI, N. 3, 1. semestre 2009. *O legado de Agostinho da Silva, 15 anos após a sua morte*. pp. 103-104.

SILVA, Mário Filipe da – “Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: Hipótese de Modelo Estratégico”. Tese de doutoramento. Universidade Aberta. Lisboa. 2006.

SILVA, Mário Filipe da - "Internacionalização da língua portuguesa. Uma perspetiva sobre o global." In Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa 2, Évora, 2009.

SIMÕES PEREIRA – “Notas de Intervenção” em Encontro Internacional Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado. União Latina. 2010. p. 209.

SIMÕES PEREIRA – “A Importância Estratégica da CPLP no Mundo Global”. Proferido em 21 de janeiro de 2009.

Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?q=lusofonia&ID=41&Submit.x=4&Submit.y=9>

pp. 6,10. (consultado em 6 de janeiro de 2012).

SKIDMORE, Thomas E. – *Uma História do Brasil*. Tradução de Raul Fiker. 2ª. Edição Paz e Terra. Rio de Janeiro.1992.

SKIDMORE, Thomas E. – *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Tradução Coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 11ª. Reimpressão. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1996.

SLOTEDIJK, Peter – *Falls Europa erwacht*. Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1994.

SOARES, Mário – “História e Cultura nas relações entre o Brasil e Portugal.” Conferência proferida na Academia das Ciências de Lisboa. Em 19 de

Disponível em http://www.fmsoares.pt/mario_soares/textos_ms.php?tipo_de_texto=Confer%EAncia (consultado em 7 de janeiro de 2011).

SOBRINHO, Pedro da Silva Feijó – *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas*. Rio de Janeiro, Revan, 1997, p. 61.

SOUSA LARA, António de - *Subversão e Guerra Fria*, Lisboa 2011.

SOUSA SANTOS, Boaventura de e MENESES, Maria Paula – “Mozambique: The Rise of a Micro Dual State” em *Africa Development*, XXXIV, pp. 3-4, 129-126. 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de – “A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 14, 7-29.

SPÍNOLA, António – *Portugal e o Futuro*. Arcádia, 1974. p.159.

SPOLSKY, Bernard – *Language Management*, Cambridge University Press, 2009;

Language Policy, key topics in sociolinguistics. Cambridge University Press. 2004.

STIGLITZ, Joseph – *Globalization and its Discontent*. Penguin Books. 2002.

TEIXEIRA CARNEIRO, Armando – “Uma Visão Geopolítica do Espaço da Língua Portuguesa”. Disponível em <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1098>

publicado em *Revista Brasileira de Defesa*, 2006, p. 10 (consultado em São Paulo, Martins Fontes

2001. TOCQUEVILLE, Alexis de – *Democracy in America*. Specially Edited and Abridged for the Modern Reader by by Richard D. Heffner. Penguin Book. 1956-1984.

VALIENTE, Luísa Fernando – “*For long la España, neglect of language is Dispositivo de*” <http://www.nytimes.com/2006/10/23/world/americas/23brazil.html> (consultado em 20/01/2011).

XIMENES BELO, Carlos – Participação no IV Colóquio Anual da Lusofonia – 3-4 outubro 2005. “Dos Contadores de Histórias à Literatura Contemporânea: a língua portuguesa em Timor-Leste.” p. 150. Disponível em http://www.lusofonias.net/cat_view/92-coloquios-anteriores/73-braganca-2005.html consultado em 21 de janeiro de 2012).

WEBER, Max – *Ciência e Política duas vocações*. [Wissenschaft als Beruf und Politik als Beruf]. Copyright 1967 e 1968 by Duncker & Humblot, Berlim. Editora Cultrix. São Paulo, 1999.

WEBER, Max. – *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

WOODWARD, Bob – *Obamas's Wars*. Simon & Schuster. New York. 2010.

WRIGHT, Sue – *Language Policy and Language Planning. From Nationalism to Globalisation*. Palgrave Macmillan, London, 2007.

DICIONÁRIOS:

Concise Oxford Spanish Dictionary. Oxford University Press. 1998.

Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 2003-2009.

Dicionário de La Lengua Española. Real Academia Española. Vigésima Primera Edición. Tomo I e Tomo 2. Madrid. 1992.

Duden. Deutsches Universal Wörterbuch. A-Z. Duden Verlag. 1989.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2ª. Edição Revista e Ampliada. Editora Nova Fronteira, 1986.

Oxford Duden German Dictionary. Oxford University Press. Third Edition 2005.

The New Oxford Dictionary of English. Oxford University Press. 1998-2001.

DOCUMENTAÇÃO:

ACTAS do Encontro Internacional. *Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado*. Fundação Calouste Gulbekian, União Latina, 2010.

ACTAS do Encontro Internacional. *Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado*. Fundação Calouste Gulbekian, União Latina, 2010.

ALOCUÇÃO de António Luís Vicente. *A Promoção da língua portuguesa nos Estados Unidos da América*. Colóquio sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa, auditório do edifício novo da Assembleia da República, 16 de junho de 2009. ASDP. Instituto Diplomático, Lisboa 2010. p. 125.

ALOCUÇÃO de Fernanda Jasmin Guimarães. “O Instituto Camões e a Política Externa Cultural Portuguesa”. XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, Disponível em http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212953040_ARQUIVO_trab02.pdf p.4. (consultado em 19 de dezembro de 2011).

ALOCUÇÃO de Ivo Castro no Colóquio sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa, auditório do edifício novo da Assembleia da República, 16 de junho de 2009. ASDP. Instituto Diplomático, Lisboa 2010. p. 49.

ALOCUÇÃO de Jaime Gama na abertura do Colóquio sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa, auditório do edifício novo da Assembleia da República, 16 de junho de 2009. ASDP. Instituto Diplomático, Lisboa 2010. p. 19.

ALOCUÇÃO de José Eduardo Agualusa. A divulgação e tradução de autores em língua portuguesa para outros idiomas. Ponto da situação, políticas e estratégias. Colóquio sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa, auditório do edifício novo da Assembleia da República, 16 de junho de 2009. ASDP. Instituto Diplomático, Lisboa 2010. p. 167.

ALOCUÇÃO de Maria Edileuza Fontenele Reis durante seminário organizado pelo Instituto Internacional de Macau, IIM, em 2 de novembro de 2011. Disponível em <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/noticias/brasil-macau-lusofonia-e-cooperacao> (consultado em 7 de abril de 2012).

ALOCUÇÃO de Mia Couto em *Língua Portuguesa cartão de identidade dos moçambicanos* na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão: A experiência portuguesa, no âmbito dos 50 anos da RTP, realizada no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, no dia 19 de Junho de 2007.

ALOCUÇÃO do Ministro Armando Artur na CPLP em 5 de maio de 2011 conforme consulta no blog de Eduardo Quive em 7 de junho de 2011. Disponível em: <http://quivismo.blogspot.com/2011/05/entrada-de-mocambique-no-novo-acordo.html> (consultado em 7 de junho de 2011).

ALOCUÇÃO do Presidente da República (Cavaco Silva) na abertura da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Centro Cultural de Belém, 25 de Julho de 2008.

ALOCUÇÃO do Presidente Cavaco Silva durante a inauguração da nova sede da CPLP em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2012. <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=61733> (consultado em 6 de fevereiro de 2012).

ALOCUÇÃO do presidente Fernando Henrique Cardoso em 5 de setembro de 2001 em almoço de homenagem ao primeiro-ministro de Portugal, António Guterres, no Palácio Itamaraty, Brasília. Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/2001-2-semester/37.pdf/at_download/file (consultado em 23 de outubro de 2011).

ALOCUÇÃO de Wen Jiabao na Terceira Conferência Ministerial do Fórum de Macau em novembro de 2010. Citado no artigo A nova era do Fórum de Macau, publicado na *Revista Macau*. Disponível em <http://www.revistamacau.com/index.php/lusofonia/3315.html> (consultado em 7 de abril de 2012).

ARQUIVO *Histórico, XVII Governo Constitucional, José Sócrates 2005-2009*. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Portugal/Lusofonia/Pages/default.aspx> (consultado em 21 de janeiro de 2011).

ARTIGO “The Clash of Civilizations?” By Samuel P. Huntington, Summer 1993. Disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/48950/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations#> (consultado em 31 de dezembro de 2011).

ARTIGO “*Brasil e Portugal na Comunidade*” atribuído ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e publicado no *Jornal do Brasil* em 17 de julho de 1996, mesmo dia da inauguração da CPLP em Lisboa. Trecho reproduzido por Dário Moreira de Castro Alves na *Revista de Humanidades e Tecnologias*, p. 7. do artigo: Mundo Lusofonia, Anglofonia, Russofonia. Disponível em revistas.ulusofona.pt/index.php/.../article/.../1187 (consultado em 6 de fevereiro de 2012).

ARTIGO publicado na *Revista Espaço Acadêmico* em 2009. Volume 9. Disponível em <http://www.doaj.org/doaj?func=abstract&id=862384> JAEGER, Dirce citou VALLE, José del. *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2007, pp. 34; 99. (consultado em 18 de dezembro de 2011).

ARTIGO de San Tiago Dantas em *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1962. p. 12, citado por Ewerton Luiz Figueiredo Moura da Silva em “Política externa Independente e guerra no ultramar: aspectos das relações diplomáticas Brasil-Portugal durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964).” Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=75> (consultado em 4 de janeiro de 2012).

ARTIGO do *African Development Bank Group* (2011), ‘Brazil’s Economic Engagement with Africa’ Africa Economic Brief (Volume 2, Issue 5). Disponível em:

http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Brazil%27s_Economic_Engagement_with_Africa_rev.pdf (consultado em 13 de maio de 2013).

CÂMARA Portuguesa de Comércio no Brasil. *Missão brasileira vai a Portugal e Espanha em busca de negócios*. 16 de junho de 2008. Brasil.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (consultado em 14 de outubro de 2012).

CONSTITUIÇÃO da República (de Moçambique), aprovada pela Assembleia da República em 16 de novembro de 2004. Artigos 9 e 10. Disponível em <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf> (consultado em 4 de março de 2012).

CONSTITUIÇÃO da República de Angola aprovada pela Assembleia Constituinte em 21 de janeiro de 2010. Disponível em <http://www.angolaembassy.org.il/documents/AngolaConstitution05.02.2010.pdf> (consultado em 4 de março de 2012).

CPLP, *Interpenetração da Língua e Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP*. CPLP/IILP, Lisboa, 2010.

DECLARAÇÃO Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Firmada em 17 de julho de 1996. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/deaf/cplp/Declaracao%20Constitutiva.htm> (consultado em 6 de novembro de 2011).

DECLARAÇÃO da Praia em 20 de julho de 2009. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/07/22/reuniao-ministerial-da-cplp-praia-20-de-julho> (consultado em 6 de novembro de 2011).

DECLARAÇÃO sobre a Língua Portuguesa. VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 25 de Julho de 2008, disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=445> (consultado em 20 de janeiro de 2011).

DECLARAÇÃO de Lisboa, VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 25 de Julho de 2008, p. 1, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=18872> (consultado em 15 de maio de 2010).

DISCURSO de António Guterres, *Portugal no Mundo*, Outono 98, nº87 – 2ª. série, pp. 7-22. Discurso de Sua Excelência o Primeiro Ministro, proferido no Instituto da Defesa Nacional no dia 26 de Junho de 1998 ao Curso de Defesa Nacional 1997/1998. Publicado na *Revista Nação e Defesa*. Disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD87.pdf> (consultado em 31 de dezembro de 2011).

DISCURSO do embaixador João Augusto de Médicis por ocasião da posse como secretário-executivo na CPLP. Disponível: <http://www2.mre.gov.br/deaf/CPLP/Discurso%20Augusto%20Medicis.htm> (consultado em 23 de outubro de 2011).

DISCURSO de José Eduardo dos Santos na fundação da CPLP em 17 de julho de 1996. Disponível em www.cplp.org, citado em de Freixo, 2007, p. 184.

DISCURSO do Presidente Lula durante a cerimônia de inauguração da Embaixada do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/02-11-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-inauguracao-da-embaixada-do-brasil-na-republica-democratica-de-sao-tome-e-principe/view> (consultado em 14 de outubro de 2011).

DISCURSO do presidente Lula durante brinde por ocasião do jantar oferecido pelo presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, em 10 de julho de 2003. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/brinde-por-ocasio-do-jantar-oferecido-pelo> (consultado em 16 de outubro de 2011).

DISCURSO de Lula em Salamanca em 15 de outubro de 2005 por ocasião da XV Cimeira Ibero-Americana. “A Projeção Internacional da Comunidade Iberoamericana” Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/15-10-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-15a-cupula-ibero-americana-201ca-projecao-internacional-da-comunidade-ibero-americana201d/view> (consultado em 13 de outubro de 2011).

DISCURSO do Presidente da República Portuguesa na abertura do Colóquio “Português, Língua Global”, Maputo, 25 de Março de 2008, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=14353> (consultado em 25 de abril de 2010).

DISCURSO do Presidente da República no Banquete de Estado em honra do Presidente da República de Angola, Eng^o José Eduardo dos Santos . Palácio Nacional da Ajuda, 10 de Março de 2009. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=21&idi=25350> (consultado em 20 de janeiro de 2010).

DISCURSO do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão inaugural da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Brasília 2002. <http://www2.mre.gov.br/deaf/CPLP/Discurso%20Sessao%20Inaugural.htm> (consultado em 20 de janeiro de 2010).

DISCURSO do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na admissão do Timor-Leste como membro da CPLP, Palácio Itamaraty, Brasília, 31 de julho de 2002. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/2002-2-semester/31-de-julho-de-2002-discurso-na->

[admissao-do-timor-leste-como-membro-da-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa/view](#) (consultado em 6 de janeiro de 2011)

DISCURSO *do Presidente da República no Seminário Dia da Europa 2006*, Lisboa, 8 de Maio de 2006, disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=403> (consultado em 15 de maio de 2010).

DISCURSO *do Presidente da República Portuguesa no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 8 de Março de 2008. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=13894> (consultado em 15 de maio de 2010).

DOSSIER *sobre atividades da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa*, Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Documento enviado à autora por email em 1 de setembro de 2011.

ENTREVISTA a Nilce da Silva, “DPLP e a Língua Portuguesa”, 8 de agosto de 2006, disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/879/87910110/87910110.html> (Consultada em 2 de novembro de 2011).

EDITORIAL, do *Jornal de Angola, Património em Risco*, publicado em 8 de fevereiro de 2012. Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/19/42/patrimonio_em_risco (consultado em 10 de fevereiro de 2012).

EDITORIAL de Francisco Moraes Sarmiento, “A situação política da Língua Portuguesa”, publicado no número 5/6 da *Revista Leonardo* em março/setembro de 1989. LEONARDO, *Revista de Filosofia Portuguesa*.

ENSAIO de Juliana Soares Santos, “CPLP: Gênese e Instituições”, P. 2, ao citar FEIJÓ SOBRINHO, Pedro da Silva (1997). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Institucionalização e Relações Culturais, Político-diplomáticas e Econômicas*. Rio de Janeiro, Editora Revan: 44. O ensaio de Soares Santos foi publicado em SARAIVA, José Flávio Sombra (org). *CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: IBRI, 2001. p. 203. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/deaf/CPLP/CPLP-geneseinstituicoes.doc> (consultado em 2 de janeiro de 2011).

ENTREVISTA de Domingos Simões Pereira ao *Le Monde Diplomatique*, Edição Portuguesa, Número 35.

ENTREVISTA ao *Jornal Tribuna de Macau* em 3 de fevereiro de 2012 por Domingos Simões Pereira. “CPLP veria com “muito agrado” maior participação de Macau.” Disponível em http://www.jt.com.mo/news/20120203/news_images/00_03_02_2012.pdf (consultado em 7 de fevereiro de 2012).

ENTREVISTA de Itamar Franco ao *Jornal do Brasil* em 5 de junho de 2010. Reproduzido no blog CAAM. Disponível em <http://www.ceaam.net/?sec=71&assunto=¬icia=1005> (consultado em 11 de junho de 2010).

F. CUBOLA – *Considerações para uma Gramática Portófona Africana*. Congresso Internacional “A Língua Portuguesa no mundo, terceira língua de comunicação internacional, 200 milhões de lusófonos”. Em homenagem aos professores Lindley

Cintra e Manuel Ferreira. Revista da Lusofonia, nº 29-34. Pontevedra, Braga, Anos 1992/1993. p. 175.

INTERVENÇÃO do presidente Lula em Porto, Portugal, em 13 de outubro de 2005. “Oportunidades de Novos Negócios e Investimentos Brasil-Portugal”, disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/13-10-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-seminario-201coportunidades-de-novos-negocios-e-investimentos-brasil-portugal/view> (consultado em 13 de outubro de 2011).

INTERVENÇÃO do Presidente Cavaco Silva no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no início do debate aberto sobre “Protecção de Civis em Conflitos Armados” Nova Iorque, 9 de Novembro de 2011. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=21&idi=58878> (consultado em 9 de outubro de 2012).

INTERVENÇÃO do Presidente da República de Portugal na Sessão de Abertura da Conferência A Língua Portuguesa: Presente e Futuro, realizada na Fundação Calouste Gulbenkian em 6 de Dezembro de 2004. Título da responsabilidade do Ciberdúvidas. 10/12/2004. Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=1739> . (consultado em 19 de junho de 2011).

INTERVENÇÃO do Presidente da República na VI Cimeira da CPLP – “Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Desafios e Contribuições da CPLP” Bissau, 17 de Julho de 2006. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=1317>. (consultado em 15 de maio de 2010).

INTRODUÇÃO do evento a Internacionalização da Língua Portuguesa. Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República. 16 de junho de 2009. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Diplomático.

LEI DO DIRETÓRIO: “Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário.”, elaborado em 1755, o diretório tornou-se público em 1757. No parágrafo 6, lê-se: “*Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.*” Disponível em http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm (consultado em 30 de julho de 2013).

NOVA ÁGUIA, *Revista de Cultura para o Século XXI*, 2009. Pág. 16.

PALESTRA do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa 05/01/2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras->

[comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exterior/palestra-do-ministro-das-relacoes-exterior-do](#) (consultado em 22 de outubro de 2011).

PETIÇÃO *para Tornar Oficial o Idioma Português nas Nações Unidas*. Ação organizada pelo Elos Clube Internacional da Comunidade Lusíada, 2005. <http://new.petitiononline.com/AB5555/petition.html> (consultado em 24 de fevereiro de 2012).

PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA, *Brasília, março de 2011*. Disponível em <http://iilp.wordpress.com/2011/06/15/plano-de-acao-de-brasilia-para-a-promocao-a-difusao-e-a-projecao-da-lingua-portuguesa-2/> p. 10.(consultado em 7 de novembro de 2011).

PROGRAMA *de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) do Ministério da Educação do Brasil*. Disponível http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12283&Itemid=533 Total de bolsas por distribuição: Cabo Verde: 50 estudantes; Timor-Leste 34; Angola 18 e São Tomé e Príncipe 3. (consultado em 3 de agosto de 2013).

PROGRAMA *do XVIII Governo Constitucional de Portugal 2009-13*, p. 118. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/Programa_GC18.pdf (consultado em 6 de novembro de 2011).

PTLINGUAGLOBAL, Gregório Firmino - Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique Gregório Firmino, 25 de março de 2008. p.5. (consultado em 17 de janeiro de 2012).

RELATÓRIO *do MLA* divulgado em 8 de dezembro de 2010, em Nova Iorque. Disponível em http://www.mla.org/pdf/2009_enrollment_survey_pr.pdf. (consultado em 26 de novembro de 2011).

RESOLUÇÃO *aprovada pela Assembleia Geral. 61/66 Multilingualism, em 8 de junho de 2007*. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/510/33/PDF/N0651033.pdf?OpenElement> (consultado em 23 de dezembro de 2012).

REVISTA *de Imprensa, Expresso, 23 de dezembro de 2011*. “Brasil não quer professores portugueses.” Disponível em <http://aeiou.expresso.pt/a-primeira-pagina-do-expresso=f696077> (consultado em 22 de janeiro de 2012).

SÍNTESE *da Intervenção de David Graddol em Relatório da Promoção da Língua Portuguesa no Mundo*. p. 33.

TRECHO *do Texto de "Descobrimento"*, revista de Cultura n.º 3, 1931, pp. 409-410, transcrito do "Livro do Desassossego", por Bernardo Soares recolhido por Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha; Lisboa, 1982 vol. I, pp. 16-17.

TRECHO *da comunicação "Condições e missão da comunidade luso-brasileira", proferida por Agostinho da Silva no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros promovido, em 1959, pela Universidade da Bahia e pela UNESCO. Apud*

RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. op. cit., p. 247. Citado por De Freixo, pp. 137, 282. 2007.

UK *Trade & Investment* - UK Official Website, London, 2007.

UNESCO. International Technical Cooperation Project Documentation of Brazilian Indigenous Languages and Cultures. "Current estimates place the number of indigenous languages spoken in Brazil between 150 and 180". P.8. Disponível em http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/el_Brasilia_prodoc.pdf (consultado em 30 de julho de 2013).

SÍTIOS DE INTERNET:

(Jornais, agências, blogs, periódicos em linha)

ACORDAR Melhor.com.br, Brasil

Abaixo assinado organizado pelo Professor Ernani Pimentel contra a implementação do Acordo ortográfico. Disponível em acordarmelhor.com.br (consultado em 10 de fevereiro de 2012).

Agência Lusa, Portugal:

"Ministro defende rede de escolas portuguesas em toda CPLP. Entrevista à agência Lusa em 11 de junho de 2009." Notícias da Agência Lusa, reproduzida pela Embaixada de Portugal e disponível em <http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com/2009/06/rede-de-escolas-portuguesas-em-toda.html> (consultado em 12 de novembro).

"Escritores Lusos defendem integração entre Portugal e Brasil." 8 julho 2008.

"Angola: Guiné-Equatorial pede o apoio de Luanda para o ensino da língua portuguesa." Notícia da agência *Lusa* reproduzida pela SIC. Disponível em <http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011/02/11/angola-Guiné-Equatorial-pede-apoio-de-luanda-para-o-ensino-da-lingua-portuguesa> (consultado em linha em 24 de junho de 2013).

"ABL lança Vocabulário Ortográfico para unificação do idioma." Agência *Lusa*, Brasil. 17-03-2009. (consultado em 1 de setembro de 2009).

"Universidade da CPLP, Porque a língua portuguesa é uma prioridade, afirma ministro." *Jornal Mundo Lusíada*, Online. Brasil. 204.Cf., Agência Lusa, 22 de abril de 2008

"Universidade chinesa cria Centro de Estudo dos Países de Língua Portuguesa." Reportagem da *Lusa* reproduzida pelo *Público* em 16 de janeiro de 2012 sob a retransmissão Lusofonia. Disponível em <http://www.publico.pt/Educa%C3%A7%C3%A3o/universidade-chinesa-cria-centro-de-estudos-dos-paises-de-lingua-portuguesa-1529265> (consultado em 17 de janeiro de 2012).

Agência Brasileira de Cooperação, Brasil:

Agência Brasileira de Cooperação, ABC, “A Cooperação Técnica do Brasil para a África”, Prefácio de Celso Amorim, p. 5. Disponível em http://www.abc.gov.br/download/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf (consultado em 23 de fevereiro de 2012).

“Dilma diz que política externa deve valorizar América Latina e África.” *Agência Brasil*, 16 de dezembro de 2011. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-12-16/dilma-diz-que-politica-externa-deve-valorizar-america-latina-e-africa> (consultado em 18 de dezembro de 2011).

Academia Galega, Espanha:

“Galiza participa nas reuniões do Instituto Internacional de Língua Portuguesa”, 5 de outubro de 2011. Disponível em <http://www.academiagalega.org/info-atualidade/galiza-participa-nas-reunioes-do-instituto-internacional-da-lingua-portuguesa.html> (consultado em 1 de março de 2012).

Alliance Française, França:

“L’Association dite ‘Aliance Française’, fondée en 1883, a pour mission d’enseigner la langue française dans le monde, d’organiser des manifestations culturelles, de rassembler à l’étranger les amis de la France. Elle a pour misión de maintenir ou de Developper la pratique de la langue française et le goût des cultures francophones.” www.alliancefr.org/html_fr/pdf/.../diaporama_france.ppt (consultado em 25 de julho de 2010).

BBC.co.uk – Reino Unido

“New Grammar Book Seeks to ‘Unify’ Spanish Language”, BBC News. Artigo publicado em 11/12/09. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/8407231.stm> (consultado em 21 de janeiro de 2011).

“Europe leaders warn of difficult 2012”, BBC News Europe, Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-16377010> (consultado em 2 de janeiro de 2012).

LYNCH, Michael – “Talking Portuguese – China and East-Timor, Michael Lynch”, artigo republicado pela AETA, Australia- East-Timor Association. Disponível em http://www.mmiets.org.au/news/documents/Leach_Talking_Portuguese.pdf (consultado em 30 de outubro de 2011).

“Portugal’s jobless graduates flee to Africa and Brazil”, by Lucy Ash, 31 de agosto de 2011, disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-14716410> (consultado em 10 de dezembro de 2011).

“Angolanos olham para o Brasil, mas brasileiros não olham para Angola”, diz escritor. Entrevista de Pepetela à Júlia Dias Carneiro, *BBC Brasil*, 9 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/09/110908_angola_entrevista_jc.shtml (consultado em 25 de dezembro de 2011.)

383

“The French Connexion.” Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-us-canada-16549624> Consultado em 26 de janeiro de 2012. Mais detalhes em

Romney lambasted in attack for speaking French.” BBC News, 13 janeiro de 2012. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-us-canada-16549624> (consultado em 26 de janeiro de 2012).

“Martin McGuinness ‘still pondering’ meeting with Queen”, BBC News, Northern Ireland. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/uk-northern-ireland-16669129> (consultado em 26 de janeiro de 2012).

BBC Online, “Rwanda Opts for English Teaching”, Martin Plaut, 10 October 2008. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7663298.stm> (consultado em 18 de dezembro de 2011).

B&H equipment store, Estados Unidos:

http://www.bhphotovideo.com/bnh/controller/home?O=NavBar&A=changeLanguage&Q=&ul=P&umse=0&cm_sp=Footer- -Internatnl- -Brazil

Biblioteca Nacional de Portugal:

http://purl.pt/222/2/1-10066-p_PDF/1-10066-p_PDF_24-C-R0150/1-10066-p_0000_g_t24-C-R0150.pdf

Books.Google.com

para citações sobre Arndt e Herder.

Canal A Notícias, Angola:

Canal A, “Comércio Próspera entre Angola e Portugal”, declaração de Francisco Ribeiro Telles em 16/7/2010. Disponível <http://www.rna.ao/canalA/noticias.cgi?ID=35548> Dados sobre o Brasil são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (consultado em 21 de janeiro de 2011).

Charte OIF.

http://www.francophonie.org/IMG/pdf/charte_francophonie.pdf (consultado em 10 de fevereiro de 2012).

CPLP:

Estatutos: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=445>

http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf

Diário de Notícias, Portugal:

“Carlos Reis: Política de língua precisa de vontade política bem determinada e bem orientada”. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1623242 (consultado em 10 de dezembro de 2010).

Vasco Graça Moura em artigo de opinião “Luís Figo e a Política da Língua”, publicado no *Diário de Notícias* em 9 de julho de 2008. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=994708&page=1 (consultado em 7 de novembro de 2011).

“Vasco Graça Moura em entrevista à agência de notícias *Lusa* / DN Portugal” em 21 de julho de 2010. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1623237 (consultado em 7 de novembro de 2011).

Mário Soares. “Brasil e Portugal”, 13 de abril de 2010, artigo publicado no *Diário de Notícias*. Disponível em http://www.fmsoares.pt/mario_soares/textos_ms/002/358.pdf (consultado em 7 de janeiro de 2012).

“Mario Vargas Llosa recusa oferta para presidir o Instituto Cervantes”, 20 de janeiro de 2012. Notícia da agência *EFE*, reproduzida pelo sítio G1. Disponível em <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2012/01/mario-vargas-llosa-recusa-oferta-para-presidir-o-instituto-cervantes.html> (consultado em 27 de julho de 2013).

Económico, Portugal:

“Mário Soares nota ausência do governo brasileiro em colóquio da CPLP”. *Diário Económico*, p. 24, 7 de fevereiro de 2012. (consultado em 11 de fevereiro de 2012).

Portugal deve usar o “soft power” da sua língua e cultura. Entrevista à Mafalda de Avelar, *Jornal Económico*, 18 de março de 2012. Disponível em http://economico.sapo.pt/noticias/portugal-deve-usar-o-soft-power-da-sua-lingua-e-cultura_140482.html (consultado em 9 de abril de 2012).

Elvocero.com, Porto Rico:

Entrevista com Rick Santorum para *El Vocero*, “En suelo boricua Santoro.” Entrevista concedida à Maricarmen Rivera Sánchez em 12 de março de 201. Disponível em <http://www.vocero.com/puerto-rico-es/politica-es/en-suelo-boricua-santorum>. (consultado em 14 de março de 2012).

EL País.es, Espanha:

IV Congreso de la lengua el futuro del español como lengua internacional – “España descubre el petróleo de la lengua”, 24 de março de 2007, jornal *El País*. Disponível em http://www.elpais.com/articulo/semana/Espana/descubre/petroleo/lengua/elpepuculbab/20070324elpbabese_13/Tes (consultado em 18 de dezembro de 2011).

“Expresso das Ilhas”, Cabo Verde (www.expressodasilhas.sapo.cv):

“Crioulo no currículo escolar facilitará a aprendizagem do português”, Manuel Veiga. Entrevista concedida ao *Expresso das Ilhas* em 6 de março de 2012. <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/crioulo-no-curriculo-escolar-facilitara-a-aprendizagem-do-portugues---manuel-veiga> (consultado em 12 de março de 2012).

Expresso, Portugal:

“Português faz pleno nas intervenções dos países da CPLP na Assembleia Geral.” Notícia da *Lusa* reproduzida pelo jornal *Expresso* em 23 de setembro de 2011.

Disponível em <http://aeiou.expresso.pt/onu-portugues-faz-pleno-nas-intervencoes-dos-paises-cplp-na-assembleia-geral=f676061> (consultado em 26 de dezembro de 2011).

Carlos Reis, entrevista ao *Expresso* em 5 de julho de 2008. “Está na moda aprender português”, disponível em <http://aeiou.expresso.pt/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202> (consultado em 7 de novembro de 2011).

FLAD, Estados Unidos – Portugal:

www.flad.org

Goethe Institute, Germany:

Missão: “We promote the study of German abroad and encourage international cultural exchange. We also foster knowledge about Germany by providing information on its culture, society and politics.” Sítio do Instituto Goethe. <http://www.goethe.de/uun/enindex.htm> (consultado em 25 de julho de 2010).

Governo de Portugal:

Governo de Portugal, Mapa V, Receitas dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica, com especificação das receitas globais de cada serviço e fundo. p.1. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/736284/oe2013_mapa05.pdf (consultado em 27 de julho de 2013).

Harvard University, Estados Unidos:

“A public address by President of Brazil Dilma Rousseff. Institute of Politics John F. Kennedy Jr. Forum, disponível em <http://forum.iop.harvard.edu/content/public-address-president-brazil-dilma-rousseff> (consultado em 3 de agosto de 2013).

International Organization on Migration, Switzerland:

“Study shows changing migration flows between Latin America, Caribbean and EU.” Disponível em <http://www.iom.int/jahia/Jahia/media/press-briefing-notes/pbnEU/cache/offonce/lang/en?entryId=32297> Publicado em 5 de outubro no sítio da OIM. (consultado em 6 de outubro de 2012).

Instituto Camões, Portugal:

Missão: “O Instituto Camões tem por missão propor e executar a política de divulgação e de ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e promover o português como língua de comunicação internacional. (.).”. <http://www.instituto-camoes.pt/missao-do-instituto-camoes/index.html> (consultado em 25 de julho de 2010).

Instituto Cervantes, Espanha:

Missão: “El Instituto Cervantes es la institución pública creada por España en 1991 para la promoción y la enseñanza de la lengua española y para la difusión de la cultura española e hispanoamericana. Se encuentra en Madrid y en Alcalá de Henares, Madrid, España, lugar de nacimiento del escritor Miguel de Cervantes. Los centros del Instituto están situados en los cinco continentes.” Sítio do Instituto Cervantes.

http://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/informacion.htm (consultado em 25 de julho de 2010).

Jornal de Notícias, Portugal:

“Cidadão Repórter. Versão portuguesa do site oficial da FIFA escrita em português brasileiro.” *Jornal de Notícias*, 11 de junho de 2010. Disponível em http://www.jn.pt/CidadaoReporter/Interior.aspx?content_id=1590694 (consultado em 4 de dezembro de 2011).

Jornal O Estado de São Paulo, Brasil:
<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,em-paris-hoteis-e-lojas-ja-atendem-em-portugues,613313,0.htm>

Jornal Oje, Portugal:

<http://www.oje.pt/gente-e-negocios/entrevistas/joanna-kuenssberg-osullivan-o-investimento-portugues-no-reino-unido-distingue-se-pela-qualidade>

l'Université Cheikh Anta Diop, Senegal:
http://www.ucad.sn/index.php?option=com_content&view=article&id=771:faculte-des-lettres-et-sciences-humaines-flsh&catid=160:facultes&Itemid=373

Ministério das Relações Exteriores do Brasil, MRE:

Disponível em <http://www.dc.mre.gov.br/> (consultado em 1 de novembro de 2011).

Novo Milênio, Brasil:

“Lei municipal oficializa línguas indígenas”.

<http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20021211.htm> “(consultado em 14 de outubro de 2011).

Notícias Lusófonas. Com

Jorge Sampaio “Um desafio do presente para o futuro”, 7/12/2004. disponível em <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=8403&catogory=Comunidades> (consultado em 10 de dezembro de 2010).

“Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil. Missão brasileira vai a Portugal e Espanha em busca de negócios.” 16 de junho de 2008. Brasil.

Internet World Stats

<http://www.internetworldstats.com/top20.htm> *Top Ten Languages in the Internet 2010.” Disponível em <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm> (consultado em 6 de dezembro de 2011).

Observatório de Língua Portuguesa, Brasil:

<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/o-valor-economico-da-LP/>

OGlobo.com, Brasil:

“Estudantes de três escolas do Rio vão aprender mandarim.” Os estabelecimentos em questão são, segundo a reportagem: Escola Municipal Rivadávia Correa, Orsina da Fonseca e Bolívar. *O Globo*, 12 de março de 2012. Disponível em <http://oglobo.globo.com/educacao/estudantes-de-tres-escolas-do-rio-va-aprender-mandarim-4288887> (consultado em 7 de abril de 2012).

“Em alta, ensino de português para estrangeiros cresce no Rio.” *O Globo.com*, 19 de janeiro de 2012. Reportagem de Isabel Kopschitz. Disponível em <http://oglobo.globo.com/emprego/em-alta-ensino-de-portugues-para-estrangeiros-cresce-no-rio-3711437> (consultado em 28 de janeiro de 2012).

“Tom Cruise no Twitter. Publicado em 22 de abril de 2011.” Disponível em: <http://oglobo.globo.com/tecnologia/tom-cruise-tuita-em-portugues-em-busca-de-seguidores-para-seu-orkut-2792835> (consultado em 7 de novembro de 2011).

O País, Luanda – Angola

“Marcolino Moco: O Primeiro Secretario Executivo da CPLP”, *O País*, Luanda, 23 de julho de 2010. Disponível em <http://www.opais.net/pt/opais/?id=1647&det=14474&mid=322> (consultado em 11 de julho de 2011).

Miguel Relvas “Um angolano é um português em Portugal.” *O País*, Luanda, em 14 de janeiro de 2012. Disponível em <http://www.opais.net/pt/opais/?det=25112&id=1647&mid=290> (consultado em 17 de janeiro de 2012).

Portal Angop, Angola:

“Rosa Cruz afirma que o Estatuto das línguas angolanas visa regular linguística nacional.” Artigo publicado em 26 de outubro de 2011 pela *Angop*, Luanda. Disponível em http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2011/9/43/Rosa-Cruz-afirma-que-estatuto-das-linguas-angolanas-visa-regular-linguistica-nacional,95ad8d2b-5c54-4a87-a602-dec5d6a82665.html (consultado em 3 de março de 2012).

“Constituição da República de Angola aprovada pela Assembleia Constituinte” em 21 de janeiro de 2010. Disponível em <http://www.angolaembassy.org.il/documents/AngolaConstitution05.02.2010.pdf> (consultado em 4 de março de 2012).

EDITORIAL, do *Jornal de Angola*, “Património em Risco”, publicado em 8 de fevereiro de 2012. Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/19/42/patrimonio_em_risco (consultado em 10 de fevereiro de 2012).

“Gigante chinês absorve “quase 40 por cento das exportações de petróleo” http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/economia/2012/1/9/Gigante-chines-absorve-quase-porcento-das-exportacoes-petroleo,651eae28-946e-44c3-948f-41d5d4a5f534.html (consultado em 15 de março de 2012).

“Língua Portuguesa vai agora ser ensinada em universidade”, *Angola Press*, 11 de maio de 2011. Disponível em http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/internacional/2011/4/19/Lingua-Portuguesa-vai-agora-ser-ensinada-universidade,c768556e-ef1c-4782-9063-b922178cfbc8.html (consultado em 4 de dezembro de 2011).

Pesquisas Tecnológicas, Brasil:

“OMPI aceita português como língua oficial de depósito internacional de patentes.” 10 de outubro de 2010. <http://pesquisastecnologicas.com.br/site/?p=544> (consultado em 5 de fevereiro de 2012).

PSD, Portugal:

Luís Montenegro defende uma aposta na Lusofonia, em 29 de fevereiro de 2012, página do PSD. Disponível em http://www.psd.parlamento.pt/news_v.asp?id=2333&dossier=0 (consultado em 7 de abril de 2012).

Público.pt: Portugal:

“Governo anuncia plano para promover português no estrangeiro.” 14 de julho de 2008, *Público* com base em notícia da agência *Lusa*. Entrevista com Carlos Reis. Disponível em <http://www.publico.pt/Cultura/governo-anuncia-plano-para-promover-portugues-no-estrangeiro-1335429> (consultado em 18 de dezembro de 2011).

“Deputado português tenta sensibilizar Sarkozy para o valor da língua portuguesa”, artigo publicado em *Público*. Pt em 06/01/2011. Disponível em http://www.publico.pt/Cultura/deputado-do-ps-sensibiliza-sarkozy-para-a-lingua-portuguesa-nas-universidades-francesas_1473897 (consultado em 20 de janeiro de 2011).

Sapo.pt, Portugal:

“PR diz que faz sentido projeto-piloto para ensinar línguas maternas.” 17 de fevereiro de 2012. http://noticias.sapo.pt/internacional/artigo/pr-diz-que-faz-sentido-projeto-piloto-para-ensinar-linguas-maternas_13830786.html (consultado em 4 de março de 2012).

Seppir, Brasil:

UNEB é a 1a. do Brasil a ter línguas angolanas seminário hoje (11) aborda oferta de disciplinas. 11 de maio de 2011. Disponível em http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/05/uneb-e-1a-do-brasil-a-ter-linguas-angolanas-seminario-hoje-11-aborda-oferta-de-disciplinas (consultado em 3 de março de 2012).

Portugal Música:

“Reino Unido: Autarca de Lambeth defende promoção do ensino da língua portuguesa.” Disponível em: Agência *Lusa*, 13 de abril de 2011. http://www.portugalmusica.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=442:reino-unido-autarca-de-lambeth-defende-promocao-do-ensino-da-lingua-portuguesa&catid=31:noticias-em-destak-&directory=45 (consultado em 25 de novembro de 2011).

NewYorkTimes.com, Estados Unidos

“Why China is Weak on Soft Power”, Joseph S. Nye Jr., *New York Times*, 17 de janeiro de 2012. Disponível em <http://www.nytimes.com/2012/01/18/opinion/why-china-is-weak-on-soft-power.html> (consultado em 22 de janeiro de 2012).

“In Tough Times, Irish Call Their Diaspora”, *New York Times*, 18 de julho de 2011. Report on project Ireland Reaching Out. “The project is based on a very simple idea: Instead of waiting for people of Irish heritage to trace their roots, we go the other way,” said Mike Feerick, who has been leading the charge to rekindle ties between the Irish and their diaspora. Disponível em <http://www.nytimes.com/2011/07/19/world/europe/19iht-irish19.html> (consultado em 4 de dezembro de 2011).

Luiz Fernando Valente em “At long last, a neglected language is put on a pedestal”, publicado no *New York Times*, 23/11/2006. Disponível em <http://www.nytimes.com/2006/10/23/world/americas/23brazil.html> (consultado em 20/01/2011).

Pontifícia Universidade de São Paulo, PUC – Brasil

“A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português.” Waldir José Rampinelli. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_waldir.pdf (consultado em 5 de janeiro de 2012).

Pontofinal.macao, China:

Mari Alkatiri, “Não me vejo como candidato à Presidência da República.” *Pontofinalmacau*, 17 de outubro de 2011. Entrevista à Inês Santinhos Gonçalves. Disponível em <http://pontofinalmacau.wordpress.com/2011/10/17/%E2%80%9CNa-me-vejo-como-candidato-a-presidencia-da-republica%E2%80%9D/> (consultado em 17 de janeiro de 2012).

Revista Língua, Brasil:

“O Valor do Idioma. Crescimento e valorização do português no mundo acompanham atual destaque econômico e cultural do Brasil.” *Revista Língua* Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=12426> (consultado em 8 de dezembro de 2011).

Revista Monocle, Reino Unido:

Report Lusophone HQ, “Talk it Out – Lisbon”, parte da reportagem “Generation Lusophonia: why Portuguese is the new language of power and trade.” Writer Steve Bloomfield, photographer Steve Storer. p. 47. Monocle. Issue 57, October 2012. Published in London.

Riotimesonline.com:

“Harvard’s presence in Brazil.” May 3, 2011, *Rio Times*. Disponível em <http://riotimesonline.com/brazil-news/rio-business/harvards-presence-in-brazil/> (consultado em 24 de fevereiro de 2012).

Telegraph.co.uk, Reino Unido:

“Rwanda joins the Commonwealth.” *The Telegraph*, 29 de novembro de 2009. Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/rwanda/6685316/Rwanda-joins-the-Commonwealth.html> (consultado em 24 de fevereiro de 2012).

TheEconomist.com, Reino Unido:

“The sun never sets. How Facebook connections mirror old empires.” March 19th 2012, *The Economist* online, London. Disponível em <http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2012/03/daily-chart-12> (consultado em 24 de março de 2012).

Helen Joyce. “Brazilian Portuguese is the best language”, *The Economist*, March/April 2012, the Big Question. Disponível em <http://moreintelligentlife.com/page/what-best-language-learn> (consultado em 25 de março de 2012.)

UN News.com, Nações Unidas Notícias

“Secretary General’s Message on the 40th Anniversary of la Francophonie.” SG/SM/12809. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2010/sgsm12809.doc.htm> (consultado em 20 de janeiro de 2011).

UNnews.org - <http://www.un.org/News/Press/docs/2010/sgsm12809.doc.htm>

“UNHCR seeks support of Portuguese in Switzerland for Angola projects.” Disponível em www.unhcr.org/456487424.html (consultado em 3 de dezembro de 2011).

Wikipedia:

http://en.wikipedia.org/wiki/Lambeth_Council_election,_2006 (consultado em 25 de novembro de 2011).

Xinhua.com, China

“China, Portuguese-speaking countries set new goals for trade ties.” 14 de novembro de 2010. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2010-11/14/c_13606410.htm (consultado em 5 de fevereiro de 2012).

UK Trade: <https://www.uktradeinfo.com/index.cfm?task=AboutUs>

UNESCO [Unesco.org](http://unesco.org)

União Africana, Etiópia:

<http://www.au.int/en/>

YOUTUBE:

Margaret Thatcher: <http://www.youtube.com/watch?v=zysONVi84s>

Trecho da entrevista coletiva de Guido Westerwelle:
<http://www.youtube.com/watch?v=91mbT03oHYw>

Mia Couto e Agualusa:
http://www.youtube.com/watch?v=bE1EMuh_Tn8&feature=related

Programa Sempre um Papo, Mia Couto e Agualusa, 2009. Entrevista em São Paulo para a TV Câmara. (consultado em 22 de janeiro de 2012).

António Sousa Lara: <https://www.youtube.com/watch?v=MKWQ-weTaXI> Entrevista ao Presidente da ALA, Academia de Letras e Artes, António Sousa Lara; Portugal por António Sousa Lara. Entrevistado pelo Professor da Universidade Aberta, João Caetano.

AUDIOGRAFIA:

BBC Brasil Radio:

AGUALUSA, Eduardo - *Brasil adota reforma em meio a incerteza*. BBC Brasil. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/01/090122_reformaabreiracemarw_tc2.shtml (consultado em 7 de dezembro de 2010).

Maria Alzira Seixo, “Panorama BBC Especial discute o acordo ortográfico.” 22/01/2009. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/multimedia/2009/03/090302_panoramadebate.shtml (consultado em 20 de janeiro de 2011).

João Malaca Casteleiro, “Panorama BBC Especial discute o acordo ortográfico.” 22/01/2009. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/multimedia/2009/03/090302_panoramadebate.shtml (consultado em 20/01/2011).

Reportagem da BBC Brasil “Maioria dos portugueses é contra a reforma ortográfica”. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090319_ortografia_portugal_rc.shtml (consultado em 1 de dezembro de 2010).

Rádio Nacional de Angola:

Canal A - Rádio Nacional de Angola. “Comércio entre a República de Angola e a República Portuguesa.” 14 de maio de 2009, Angola.

UN Radio:

Entrevista da senadora Ana Amélia de Lemos (PP-RS) à Rádio ONU sobre a proposta de adiamento para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico no Brasil. “Brasil deve esperar Portugal para Acordo Ortográfico, diz senadora”. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2012/12/brasil-deve-esperar-portugal-para-acordo-ortografico-diz-senadora/index.html> (consultado em 16 de dezembro de 2012). Confira a entrevista na íntegra <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2012/12/entrevista-acordo-ortografico/> trecho a partir do minuto 02:09”).

Entrevista de Aníbal Cavaco Silva à Rádio ONU, em 24 de Setembro de 2008, na qual ele diz: ‘Fiquei muito impressionado ao ouvir o português na Polónia, na Universidade de Varsóvia ao visitar o Lyceu Rui Barbosa. (..). Na África do Sul, há muitos portugueses. Na Venezuela, existem 400 mil pessoas que falam o português.’ A entrevista está disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/151087.html> (consultado em 2 de fevereiro de 2010).

Entrevista de Antônio Patriota à Rádio ONU em 17 de novembro de 2010. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/187814.html> (consultado em 15 de janeiro de 2011). Copyright: Rádio ONU.

Embaixador na OMC diz que português facilita ganhos a países lusófonos. Entrevista concedida à Rádio ONU em 6 de junho de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/06/embaixador-na-omc-diz-que-portugues-facilita-ganhos-a-paises-lusofonos/> (consultado em 26 de dezembro de 2011).

Entrevista de Mário Soares à Radio ONU por ocasião de a Unesco ter concedido ao presidente Lula da Silva, o Prêmio Félix Houphouet Boigny, 26 de junho de 2009. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2009/06/entrevista-mario-soares/index.html> (consultado em 6 de janeiro de 2011).

Entrevista: Paulo Portas em 23 de novembro de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/11/entrevista-paulo-portas/> (consultado em 13 de dezembro de 2011).

Fernando Henrique Cardoso em entrevista em 21 de setembro de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/09/fernando-henrique-diz-que-brasil-deve-investir-mais-em-politica-da-lingua/>

Comentário consta da entrevista de Brites Pereira em 13 de julho de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/07/mercados-lusofonos-fazem-parte-da-prioridade-de-cooperacao-de-portugal/> (consultado em 8 de outubro de 2011).

Entrevista: Jorge Carlos Fonseca em 26 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/08/entrevista-jorge-carlos-fonseca/> (consultado em 17 de dezembro de 2011).

Discurso de José Maria Neves na Assembleia Geral das Nações Unidas em 24 de setembro de 2011. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/09/discurso/> (consultado em 17 de dezembro de 2011).

José Eduardo Agualusa em entrevista em 16 de junho de 2009. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/165644.html> (consultado em 9 de outubro de 2011).

Entrevista do presidente Armando Guebuza na qual ele comenta a ratificação do Acordo Ortográfico, em 23 de setembro de 2011, Nova Iorque. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/09/exclusiva-armando-guebuza-2/index.html> (consultado em 8 de outubro de 2012).

Murade Murargy em entrevista em 5 de outubro de 2012 sobre a cooperação da CPLP. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2012/10/exclusiva-murade-muragy/> Declaração feita aproximadamente no minuto 11 da entrevista. (consultado em 7 de outubro de 2012).

Xanana Gusmão, entrevista em 11 de fevereiro de 2011 em Nova Iorque. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/02/exclusiva-xanana-gusmao/> (consultado em 12 de junho de 2011).

Zacarias Albano da Costa em entrevista à Rádio ONU. Afirmação a partir do minuto 07:04 do áudio. Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/11/entrevista-zacarias-albano-da-costa-2/> (consultado em 24 de fevereiro de 2012).

Radiobrás, Brasil:

Celso Amorim em entrevista à Radiobrás, Agência Brasil, em 1º de outubro de 2003.

RTP Rádio e TV:

“O (des) acordo ortográfico segundo Vasco Graça Moura”; 23 de janeiro de 2010. Entrevista ao programa Bom Dia, Portugal da RTP, reproduzida em Minha Agenda e disponível em <http://aminhaagenda.aroucaonline.com/2010/01/23/23-de-janeiro-de-2010-o-desacordo-ortografico-segundo-vasco-graca-moura/> (consultado em 20 de janeiro de 2011).

TSF Rádio, Portugal:

“Martins da Cruz e Luís Amado aprovam aposta na vertente económica da CPLP.” TSF, Portugal, 6 de fevereiro de 2012. Disponível em http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=2286984 (consultado em 6 de fevereiro de 2012).

VIDEOGRAFIA:

“Margaret Thatcher’s speech at the Conservative Party Conference in Blackpool, 1999. “(..). In my lifetime all our problems have come from mainland Europe, and all the solutions have come from English-speaking nations across the world”. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=zysONVi84s> (Do minuto 1:12 ao 1:24. Consultado em 21 de janeiro de 2011).

Correio da Manhã, Vídeo sobre Emigração. Passos Coelho: “Queremos cobrar menos impostos em 2015”. Entrevista concedida em 18 de dezembro de 2011. Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/politica/passos-coelho-queremos-cobrar-menos-impostos-em-2015-com-videos>

“A Entrevista.” Gilvan Müller de Oliveira. TCV, Televisão de Cabo Verde. 12 de outubro de 2011, 2ª. parte. Disponível em http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=41&id_cod=12861&nome_programa=A+Entrevista&data=2011-10-12&codigo= (consultado em 13 de dezembro de 2011).

“Língua portuguesa...no Líbano.” Reportagem da RTP1 em 26 de julho de 2006. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=gun49RL6rag> (consultado em 6 de janeiro de 2012).

Depoimento de Adriano Moreira, no YouTube, carregado em 15 de julho de 2011 ao sítio do Movimento Internacional Lusófono, MIL. Disponível em <http://www.youtube.com/user/movimentolusofono#p/search/0/1axUDoCW4Vg> (consultado em 30 de outubro de 2011).

Carta de Maputo. Colóquio de Maputo sobre a Diversidade Linguística nos Países da CPLP, realizado de 12 a 14 de setembro de 2011. Disponível em http://www.iilp.org.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=75:carta-de-maputo&catid=3:destaques&Itemid=77 (consultado em 1 de março de 2012).

Entrevista de Domingos Simões Pereira ao *Jornal das 9*, em 9 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=WazgjWFMU74&feature=related> (consultado em 10 de dezembro de 2011).

Miguel Real em depoimento para o MIL, divulgado em 25 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Xo2OLlxuu78> (consultado em 2 de novembro de 2011).

Entrevista à Teledifusão de Macau em 13 de setembro de 2010. Disponível em <http://videos.sapo.pt/tySzyT9jzVEb0juqmZEc> (consultado em 6 de novembro).
258. Ibidem.,

Intervenção de Crisódio Araújo “Antigas e novas diásporas do Timor-Leste.” Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas, 28 a 30 de novembro de 2011. Cidade da Praia.
http://www.livestream.com/coloquiolinguaportuguesa/video?clipId=pla_ddf51547-3508-4037-be3f-cc9b6f726a0a&utm_source=lslibrary&utm_medium=ui-thumb

Depoimento de D. Duarte Pio de Bragança. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=vPgZP5hs7io> Publicado em 3 de outubro de 2011. (consultado em 2 de novembro de 2011).

Matéria da RTP Internacional no “Repórter África” em 15 de julho de 2011. Disponível em <http://videos.sapo.pt/cplpmultimedia/139LILDZDCF0kkZwucpz> (consultado em 6 de novembro de 2011).

Domingos Simões Pereira em matéria da RTP Internacional em 26 de julho de 2011 no “Repórter África”. Disponível em <http://videos.sapo.pt/cplpmultimedia/JvtWht68WjMPjLUT3dj4> (consultado em 6 de novembro de 2011).

Hélder Amaral. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=KPYGffF-kLk> Consultado em 2 de novembro de

Programa “Sempre um Papo” com Mia Couto e Agualusa, 2009. Entrevista em São Paulo para a TV Câmara. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=bE1EMuh_Tn8&feature=related (consultado em 22 de janeiro de 2012).

ANEXOS

Transcrição de entrevistas conduzidas pela autora com diversos especialistas e personalidades sobre o tema da tese.

ANEXO 1

Xavier North, 17/11/11

I am a general delegate for the French Language at the Ministry of Culture. Let me first say a few remarks. We have been very much involved in the definition of linguistic European policy since 2008 when France had the presidency of the European Union. In this commitment we had a very particular relationship to Portugal. Especially with your foreign Minister of Culture and the President of Instituto Camões, Ms. Simoneta. And why was it so? Because one has to realize that in Europe you have only 4 languages that can be considered as international languages. English, of course, but English is only spoken by 2 countries in Europe. Secondly French, thirdly Spanish and finally Portuguese. And of course, we see some sort of solidarity, some sort of similarity with Portuguese. Because it is a language that is spoken both in Europe and a major country outside of Europe. So our position was quite similar to the position of Portuguese during this European context... You know Spanish is only spoken in Spain and in Latin America and now it is more and more in North America, in the US. But Portuguese is being spoken in South America and also in Africa and so is French as you well know. That creates a link a close link between our languages.

MVG: But French is miles away from the Portuguese...

XN: In status or in the number of speakers?

MVG: No. In Language Policy, not in the number of speakers, Portuguese has more speakers. On the level of Politics, the Alliance Française is very professional. You are very organized in the language strategy in the country.

XN: Historically, we have two organizations to promote French language abroad. The first historically speaking is the network of Alliance Française. One should insist on the originality of the Alliance Française because the Alliance Française is never French. It is always a local structure. Its status is not run by the French Government. It is an association and it is headed locally by natives not by French people. You see? It is a very original model of the cultural exchange. It is a very original way of promoting French because we rely on the people who actually want to speak French. Can you understand that what I am saying? Now that is the first network historically speaking. Again, the Alliance Française its aim is to disseminate the French language and to create a strong language between the country where its rooted and France but it is never French. It is never French. It promotes French but it is made up of local people. Now we have a second network of Institut Français, Centre Culturelle Français, French Cultural Centres. These centres exist all over the world. You have about 155 or 168 it varies, 140 perhaps. They are run by the French Government, by the French Ministry of Foreign Affairs. It was decided two years ago to create headquarters (maison mair) for this network of cultural centres for the institut français. And two decisions was made that they would be called Institut Français and not Cultural Institute anymore. And second decision to have they run by the HQs in Paris. And the Institut Français at Headquarters has a very similar structure to that of British Council, Goethe Institute and Instituto Camões.

MVG: Was there a particular reason to change the name?

XN: To have a better visibility. To have a single logo, a single wording, because you know you had an Insititute Français in the United Kingdom but then French Cultural Centre could be called Antoine de Saint Exupery, Institute Camus or whatever. You see? It was supposed to have a single denomination.

MVG: What you telling me is this is seen as a Government-directed initiative and the Alliance Française is not.

XN: What it is. It is now. We have two families. You see, we have two centres. One is government run and the other one is more private.

MVG: But the Government doesn't give any money at all to the Alliance Française?

XN: Of course! It gives a huge amount of money. It does two things it appoints, but with the agreement of the AF, of course, it appoints their directors. In many cases... It gives them money for their activities and millions of euros are devoted every year to the AF but the AF is free to do what it wants with that.

MVG: Monsieur North. Why France is investing so much in the promotion of French?

XN: French culture?

MVG: French Language.

XN: Of the French language? Because we think it is very useful to influence. You see?

MVG: Political influence?

XN: Influence as such. We have a very interesting concept in France which is not the equivalent of soft power. The Anglo-Saxons, the English-speaking world speaks about soft power. We speak of influence (influence). There are number of reasons, one reason is historical. Up until shall we say the end of the 19th century or at least perhaps, the middle of the 20th century, French was probably not a universal language but it was widely spoken throughout the world, and the decision to promote French after the 2nd World War, was to try to retain that status, you see? Which has straw backs, because when you want to retain a status that does not correspond to your real power, it might give an impression of arrogance, you see?

MVG: Do you think people have this impression?

XN: Some of our partners do. They say, why should French be spoken at the Olympic games? Do the results of France in the Olympics justify the use of French? Certainly not, but then the status of French at the Olympic games has been decided upon at the beginning of the 20th Century when they were founded by a Frenchman. It is a question of status. One of the reasons is to maintain, as much as possible, is not always possible to do so, but one of the reasons is to main the status of French as an international global language. Of course is not in rivalry, in competition anymore with English. Our language is not anymore in competition with English. Because the difference is too big... When you think the numbers of French speakers, people speaking French or

Portuguese is above 200 million. The difference between people speaking English is 1 to 20. So we are not anymore in competition with English. English as a global language. The second reason we think it is important is not a question of status is a much deeper reason. I can explain it in two different ways. First of all we consider that it is a question of influence because if people speak French they tend to be receptive to French ideas, but commercially also to French products, you see, they are more interested in our country. Because the language you speak is not innocent you see? The language you speak brings you closer to the country which is birth nested (berçau). And the second reason is more recent, more actual. It is because by defending French, we are defending diversity as such.

MVG: How?

XN: How? Because if we do not defend French, which is a very powerful language, the French language does not survive in a unified world, what would become of less powerful languages? If a language as strong as French disappears, guess what would become of less powerful languages? All the other languages would disappear as well. So it is a question of linguistic diversity. This is the struggle we have. This is our struggle for the future. In that respect we fight alongside with our Portuguese friends, with our Spanish friends, with all languages that believe in diversity.

MVG: So you (the French State) see yourself as a leader of diversity in this case with the other romance languages?

XN: Not necessarily because I think it is strong to present ourselves as a leader. But historically speaking it is a fact, it is simple fact, I am not saying it is good or bad, but it is a fact that French as a language has had wider dissemination than Spanish or Portuguese, not simply geographically but socially.

MVG: What do you mean "socially"?

XN: Socially. I mean French was spoken by the elite of South America almost a century. French was almost the official language of the Royal courts in Europe, for ages.

MVG: So, that gives it more prestige than a language spoken by poor migrants?

XN: Absolutely, absolutely.

MVG: If somebody asks me about the reason for creating this Institute Français, what would it be the main reason?

XN: Perhaps to be more efficient. To be more efficient by taking some distance with the Ministry of Foreign Affairs because it is a Government body but it is not a Ministry, you see it is an agency. It is not a NON governmental organization. It is quasi non-governmental organization, it is a quango. Almost, it is an agency, almost like a foundation.

MVG: And they report to whom?

XN: To the Ministry of Foreign Affairs. But they are not run directed by the Ministry of FA.

MVG: What is the interest for instance of the language policy in France towards Portuguese-speaking countries like Cape Verde, Guinea-Bissau, São Tomé e Príncipe?

XN: Oh, there is an enormous interest. In fact, one of our major cultural centres, one of our major Institute Français is in Mozambique. Our Institute Français is probably the major cultural centre at all in Maputo. So there is an enormous interest for Mozambique, Angola, for Cape Verde and of course for Brazil which is an emerging power.

MVG: But the interest is because it is an emerging power or it is because some people in Cape Verde speak French as well and you would like to strengthen your role there?

XN: For a very variety of reasons because Cape Verde has a very thriving culture, Brazil I do not have to explain the reasons why because it is an emerging power. Mozambique, Angola it has petroleum, it is very rich. Mozambique because it is extremely interesting this Portuguese-speaking outpost in the East Coast of Africa and surrounded by English-speaking countries.

MVG: This is what you explained before about the influence.

XN: Yes. It is.

MVG: I know you have an excellent cooperation with Camões and the AF in South Africa. Would you like to extend it to others, other languages?

XN: When I was director of cultural affairs at the Quai d'Orsay we had no time to do so, I stayed only three years and we had our number of priorities, we had to strengthen our links with Germany and so forth but we feel some sort of affinity with Portuguese and Portugal, our wish is to develop a much closer cooperation with Instituto Camões, and as a matter of fact we had the interest of joint projects ventures particularly in Africa.

MVG: Would that be only Portuguese or other languages as well.

XN: I think according to context, you have a great variety of contexts, but at in certain contexts I think Instituto Camões could be a privileged partner. We have a very close cooperation with Insitituto Cervantes as well and of course we have a very close cooperation in foreign policy with Germany. For instance we have a common Franco German front to help cultural projects abroad, which is a very interesting initiative, and I think we could develop similar initiatives with the Camões.

MVG: But you are talking about Portugal and the African countries and also about Brazil, but you know that there is a difference between the Portuguese spoken in Brazil and in Portugal?

XN: Of course. I am aware of that. But there is also differences between French spoken in France and in Canada.

MVG: But we are now moving towards one orthography.

XN: I think it is very wise, very wise for the future of Portuguese, it helps enormously to have an international standard.

MVG: Portugal made a very interesting study and realized that Portuguese represents 17% of their GDP. Does France have a similar study as well, how much is the value of the French language?

XN: No. I do not think we have done a similar study and it would be a source of inspiration.

FIM

ANEXO 2

Jorge Sampaio, 18/5/2011

Mônica Villela Grayley: Eu quero começar pela língua portuguesa. Analisando alguns documentos do seu mandato, notamos que o sr. foi um dos presidentes que mais fizeram pela promoção do idioma. Por que este tema é tão importante e politicamente estratégico?

Jorge Sampaio: Porque a língua é uma forma de preservar e de aumentar a identidade e o conhecimento desta identidade através do mundo, porque é uma fonte de ligação entre os vários portugueses e os portugueses falantes. E porque é um instrumento de política cultural, de política-política, da política propriamente dita. Espero que seja, cada vez mais, um instrumento de política científica também e tecnológica, e, portanto, digamos assim, é um poderoso instrumento de ampliação da nossa influência, quer dizer, da nossa influência no mundo, do nosso conhecimento, da nossa história. E ao mesmo tempo, é também uma dimensão de futuro que esse instrumento deve ter. No fundo, temos uma identidade. E não há nada melhor para reforçar uma identidade que uma língua própria. E ainda por cima falada com o auxílio dos brasileiros, e de outros membros da CPLP, angolanos, moçambicanos, etc. É uma língua falada por mais de 200 milhões de pessoas, e, portanto, em crescimento. Isso significa que hoje já não é só esse instrumento de identidade, aumento de influência, mas passou a ser também uma língua de trabalho. Há pessoas que na China aprendem português. Há pessoas que em África querem aprender português e por toda a parte do mundo. Eu estive em Paris em seminários de estudantes de português estrangeiros porque estão exatamente à espera de mercados de trabalho em sítios onde se fala português. Ela deixou de ser apenas um instrumento de afirmação de uma determinada identidade, de uma determinada projeção no mundo, para passar a ser também um instrumento de qualificação profissional, o que lhe amplia, naturalmente, as possibilidades.

MVG: O sr. tomou várias medidas de promoção durante o seu mandato. O sr. se lembra de algumas que poderia citar?

JS: Há pelo menos duas ou três. A primeira foi uma... Havia a preocupação sempre, em todas as viagens que eu fiz oficialmente, de ter uma manifestação cultural que vivenciasse a nossa cultura, a nossa pintura, arquitetura, toda a sorte de manifestações culturais de índole, de base, portuguesa. Isso foi sempre uma constante significativa, bem-recebida e que, pelo menos, deixou marcas. A visita às universidades, onde se davam cursos de português, foi sempre uma constante. Na Europa, e noutros países fora da Europa, sempre, sempre, sempre eu visitei, localidades, leitorados, universidades onde havia não só os nossos leitores, portanto professores de português portugueses, mas como havia também estrangeiros que ensinavam português e estudantes que ensinavam português, bibliotecas que era preciso reforçar, enfim, chamando sempre a atenção. E além disso, enfim, por fazer força para que a língua fosse ensinada como, digamos, aquilo que sempre chamei a porta aberta para além dos institutos que aqui existiram. E depois, uma coisa muito significativa que foi o Congresso da Língua Portuguesa feito aqui pela Fundação Gulbenkian em dezembro de 2004. Uma determinada propaganda entre aspas num bom sentido, em Paris, numa das últimas viagens que eu fiz em 2005 também para o lançamento do estudo do português, para

além dos portugueses que estão em França, e que estão portanto abertos também aos franceses que queiram aprender português, na exata medida em que é uma língua de trabalho, o que se fez com que se publicasse uma brochura que foi distribuída nas escolas, aos intelectuais, etc, sobre o português, uma coisa muito bem feita, muito bem desenhada. E o discurso na Biblioteca Solvei, em Bruxelas, e também no Japão, quando fui de visita ao Japão por causa da exposição universal, obviamente em Kyoto fui à Universidade, onde estavam a estudar português e onde os portugueses têm, os portugueses em geral, e a língua em particular, têm uma grande ressonância, pela circunstância de termos lá chegado primeiro que outros e, portanto, essa preocupação foi uma constante.

Eu acho que é nunca deixar em todos os momentos de estar com essa preocupação na cabeça. Isso significa estar com os escritores portugueses, estar com os professores, significa estar nas exposições ligadas com isso, significa, por exemplo, estar em São Paulo e visitar a exposição naquela velha Gare (estação de trem) de São Paulo espantosamente transformada no Museu da Língua. Significa mostrar que esta questão não é uma questão arrumada, é uma questão que precisa de ser permanentemente alimentada em todas as frentes em que ela se pode por. No ensino, na ciência, na cultura, (...) nas organizações internacionais, evidente que você poderá dizer: mas como é que isso é possível? Precisamos de dinheiro, de investimentos e nem sempre há aquilo que poderia haver. O esforço que se fez para que o português se mantivesse em Timor, o esforço que o Ministério da Educação fez para mandar cooperantes, professores cooperantes que estiveram colocados no interior de Timor em condições muito exigentes, do ponto de vista físico, mas que deram um contributo. Os desafios permanecem, mas eu penso que uma coordenação e uma preocupação, no bom sentido, permanente sobre isso faz resultado. Esqueci-me de uma outra coisa que acho importante que é o ensino do português no estrangeiro para portugueses, para nascidos no estrangeiro ou imigrantes do estrangeiro que querem manter, para além da escolaridade desses países, o ensino do português. Em alguns casos, isso é difícil, e a solução que a política portuguesa foi encontrando, nem sempre com facilidade, e há muitos sítios onde isso não se faz, mas a solução era integrar o ensino do português nos currículos das escolas oficiais desses países. Em alguns casos, conseguimos como em França, por exemplo, e no Luxemburgo, mas o peso de aprender as línguas locais mais o português, há jovens, no Luxemburgo, que têm que aprender quatro línguas, e tudo ao mesmo tempo é difícil. Em todo o caso, há uma rede de professores de português no estrangeiro, há obviamente uma nova área que se abre completamente que é usar a internet, que é usar a escola a distância, eu acho que esse é o caminho que está em curso.

MVG: Como português e como ex-chefe de Estado, na sua opinião, qual é o objetivo dessa proposta de internacionalização? Alguns analistas diplomáticos dizem que Portugal utiliza esta oportunidade para se afirmar como um país que tem laços com potências emergentes como Brasil e Angola. O sr. concorda?

JS: Quer dizer, eu acho que temos legitimidade para isso. Eu acho que num país mais pequeno que tem relações tão profundas, históricas, com países que são os tais países emergentes, nós estamos a pôr ao serviço de todos aquilo que deve ser um patrimônio comum, com o que isso pode significar de influência. Claro que uns poderão ser mais influentes do que outros, mas nós não temos complexos a esse respeito. E sabemos perfeitamente que a língua portuguesa serve como língua oficial de unidade nacional em países como Angola e como Moçambique, e portanto isso é fundamental para esses

países. Atenção: é fundamental para esses países, e é fundamental também para, digamos assim, ficarmos com aquilo que foi o nosso patrimônio original, por forma a torná-lo mais atual, a torná-lo mais científico, a torná-lo mais partilhado, a torná-lo como um instrumento de progresso desses vários países todos, e portanto um instrumento comum. Eu acho que há aqui diplomaticamente, cientificamente, tudo isso, um enorme campo para avançar e que não podemos deixar de lado. O Brasil aqui tem um papel muitíssimo importante porque obviamente o inglês domina em todas as direções. Não acho que haja mal nisso, mas acho que é importante que o português se afirme cada vez mais, como, digamos, como presença efetiva. Para nós e para aqueles que falam português também.

MVG: E até que ponto falar português traz dividendos políticos e econômicos importantes?

JS: Econômicos traz com certeza. Uma vez que se você quiser fazer investimentos em vários sítios onde se fala português. Ou em sítios onde se começa a falar português, o português se internacionaliza. Isso é uma vantagem muito grande. Estamos a falar em países em vias de desenvolvimento ou países mais pobres que aspiram a ter condições de desenvolvimento, e aí obviamente que o português acaba por ser uma língua de unidade nacional, como eu dizia, é o caso dos países africanos, e isso tem imensa importância, visto que aqueles que falam português têm uma vantagem. Mas quem diz isso, dizem os médicos, dizem os professores, diz toda a gente que pode contribuir de uma forma muito importante para o progresso desses países. E inclusivamente também para o nosso próprio progresso porque o português é uma coisa de duas direções. Para um sentido e para o outro, não é? Quer dizer, cada vez há mais brasileiros em Portugal. E isso é muito significativo e importante. Nós gostamos de ter uma imigração qualificada de que precisamos, se houver pessoas cada vez mais apetrechadas quer nos negócios, quer nas empresas mais significativas, nas médias empresas, no turismo, etc, que falam português, por exemplo, vêm do Brasil, o que se verificou nesses últimos anos, tanto melhor, eu só vejo isso como vantagem para o Brasil, sem dúvida, e para Portugal, sem dúvida também. Portanto, aqui é um local, onde eu já não falo naquele velho argumento da porta que está aqui à beira do Atlântico, que é o primeiro sítio onde tocam quando vêm do Brasil, mas isso significa uma relação também com a Europa, mais direta e mais íntima. Eu sei que isso pode passar por cima, mas eu acho que é portanto o que se percebeu, sem dúvida nenhuma, depois de um grande investimento português no Brasil, também é hoje muito acariciado o investimento brasileiro em Portugal, para não dizer do investimento angolano que está a começar a acontecer com bastante força, para não dizer aquilo que as faculdades portuguesas estão a fazer, por exemplo, no ensino superior em Moçambique porque há escolas e professores e cursos que acontecem na Guiné-Bissau, em Moçambique, porventura também em Angola, já para não dizer Timor. E, portanto, sabe, isto é sempre uma coisa de duas vias. Eu sou sempre a favor de duas vias. Há sempre vantagens para todos. E obviamente que há lideranças mais significativas. Dalgum modo, é muito importante para o português que seja falado por brasileiros, por angolanos e por moçambicanos e não apenas os portugueses de sempre, não é?

MVG: Quando estava na Presidência, o sr. reclamou, e com muita propriedade, da questão do abismo entre o discurso “promoção da língua portuguesa” e das intenções, estratégias e do que realmente acontecia de ações concretas. Por que existe este abismo e como acabar com ele?

JS: Sabe que isso tem que começar ao mesmo tempo naquilo que eu digo na porta aberta não chegam os institutos. É preciso ter escolas abertas como a Alliance Française, o British Council, onde as pessoas vão e se inscrevem, querem aprender português, e pronto. A promoção internacional do português e a afirmação de que há uma cultura, há uma identidade com traços comuns, influências comuns e, portanto, a união faz a força, isso significa que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem a esse respeito um campo de ação muitíssimo significativo. E ao fim de 10 anos, ou mais de 10 anos da sua existência, eu julgo que demos um passo para criar essa comunidade com os outros países. Isso foi muitíssimo importante, e à medida que os outros países se interessam por isso também, nós aumentamos as possibilidades. Mas nada se pode fazer sem uma política do livro, sem dúvida nenhuma. Há manuais universitários portugueses que se vendem no Brasil, nomeadamente no campo do direito, com muita facilidade. E isso é muitíssimo importante. As telenovelas do Brasil, em Portugal, tiveram uma enorme influência. Nós percebemos melhor o vosso sotaque brasileiro do que vocês percebem o nosso. E portanto tem essa vantagem comparativa. Há uns anos atrás, havia sete novelas brasileiras por dia nas televisões portuguesas. Isso habituou-nos a conhecer o sotaque, a conhecer também outras maneiras de ver as realidades. Continuam aí, ainda bem. Isso aliás ocasionou a formação de uma escola de novelas portuguesas feitas com atores portugueses. Veja bem, veio a desenvolver uma escola interna. Não é uma escola no sentido estrito. É uma indústria com uma certa dimensão que abrange jovens atores, cineastas, guionistas, etc. E os exemplos podem multiplicar-se, portanto, a arquitetura que viaja. A vossa arquitetura, a nossa arquitetura. Eu já fiz uma exposição sobre arquitetura portuguesa em Milão uma vez. Exatamente em uma daquelas viagens e foi muitíssima apreciada porque não era conhecida, embora tivesse grandes mestres. Repare que nós tivemos dois arquitetos portugueses que ganharam os Prêmios Pritzker – que é o (Álvaro) Siza Vieira e o (Eduardo) Souto de Moura – este ano (2011), o que significa que há também aqui uma afirmação, uma maneira de ver as coisas que é significativa. Eu acho que, por um lado, coordenando tudo isso, e, por outro lado, dando possibilidades, iniciativas, e as escolas, os professores, a porta aberta, os institutos, digamos com a irradiação que é preciso existir, e que é preciso que seja fornecida, porque se não é suscitada pelo centro também não se chega lá.

MVG: Mas, nesse ponto, o sr. acha que nós erramos quando duplicamos institutos, instituições? Nós temos o IPOR, nós temos o Camões, nós temos o IILP...?

JS: Não. Eu não acho que isso seja um erro multiplicar iniciativas. O que eu acho é que, às vezes, se poderiam coordenar um pouco melhor, se poderiam discutir entre si, sem estar a ver nisso lutas pelo poder de influência, não é? Os recursos são sempre menores que as necessidades. Sempre. E vão continuar a ser como toda a gente já percebeu. E portanto, vocês fazem isso, nós fazemos aquilo. Haver umas coisas conjugadamente aplicadas num determinado sítio. E não ter a mania que há zonas de influência pré-concebidas e datadas e “aqui sou eu, ali és tu, e tu não vens para aqui, e eu não vou para ali”. Isso não é bom porque não faz com que a inovação, a invenção e a criatividade possam ser afirmadas. Isto tem que ser conversa permanente, distribuição de trabalho, sei que estou a ser muito utopista porque cada país tem, obviamente, a prossecução dos seus objetivos, mas num país como o nosso, que é um país cheio de história, é certo, mas com poucos recursos, nós, obviamente, temos que ter alianças permanentes. Quer dizer, eu já ouvi dizer que, por exemplo, na Argentina, isso existe. Na Argentina,

brasileiros e portugueses ensinam português. Quer dizer, é algo da demonstração do que estou a dizer. É possível fazer algo. Os brasileiros na Argentina têm mais condições, mas os portugueses também podem ter alguma. Por que não se juntam para fazer algo? Essa experiência me foi relatada há uns quatro, seis anos atrás. Altamente positiva. Por exemplo, Angola. Há tanto para ensinar em português, por que não? Mas aí naturalmente podem convergir vários e ter a possibilidade de coordenar os seus esforços. Agora, somar competições sem ter uma avaliação concreta das possibilidades, das conclusões, dos erros e do benefício da coordenação e do trabalho comum, isso, às vezes, como se sabe é negativo, e é esse trabalho comum que se deve incentivar e a coordenação e as iniciativas conjuntas.

MVG: O sr. acredita que o português venha a ser, vá se tornar um dia língua oficial das Nações Unidas, e quando seria esse dia?

JS: Eu não sei. Eu não faço ideia. Tenho esperanças que venha a ser. Mas como se sabe essas coisas precisam sempre de muito dinheiro, para tradutores e por aí fora. Dependerá da evolução das coisas, das economias, das finanças, das posições que cada país que fala português nas Nações Unidas tiveram a ocupar em cada momento. Sem dúvida que o Brasil nisso é significativo. É importante, não é?

MVG: Portugal tem uma política sistemática de língua. O Brasil para já não tem. O sr. acha que isso é um impedimento?

JS: Não, não acho, porque eu não sei exatamente. Agora fez uma pergunta que eu não sei diretamente responder. Mas quando se trata de 193 milhões (de pessoas) e a crescer, bem, isso vai ter influência, vai ter peso, e, ainda por cima, dizendo sempre que falam português, quer dizer, o que é uma coisa muito significativa. E sabendo bem que o vosso próprio sotaque ajuda a compreensão do português falado por vocês. (Risos...) É verdade. Tenho tido muitos estrangeiros que sabem o português que nos dizem que somos mais difíceis de entender e eles (os brasileiros) são mais fáceis. E eu fico todo contente. E ainda bem porque isso significa que o português está a espalhar. Não me interessa agora o sotaque. Interessa é que a construção seja igual ou seja parecida, idêntica completamente. E que todos digam que falam português com os sotaques, com as novas palavras, com a criação que vai acontecendo. Quem lê literatura brasileira fica espantado, a mesma coisa acontece com os angolanos, com os moçambicanos, com a criatividade que a língua vai tendo. E tudo faz parte do meio local ou nacional, onde se desenvolveu neste grande mundo que está a evoluir. Os portugueses falam hoje de maneira diferente do que falavam há 300 anos, há 200 anos. E, portanto, este movimento, esta ampliação, este conhecimento que a realidade vai dando é fundamental.

MVG: Então o sr. é totalmente a favor do acordo ortográfico?

JS: Eu sou a favor embora, agora, de repente, digo isto a rir, com um sorriso, como ainda não estudei o acordo ortográfico, e como não obedeço o acordo ortográfico, acho que já estou a escrever cheio de erros em português outra vez. Não sei exatamente. Mas, enfim, eu nunca fui contra o acordo ortográfico, acho que é uma coisa que é importante. Não sou, neste ponto, um purista daqueles que ainda aí a batalhar, com toda a consideração que tenho por eles, mas eu acho que é preciso incorporar na língua

portuguesa um conjunto fantástico de coisas que a língua portuguesa veio ampliando e trazendo.

MVG: Um dos problemas enfrentados pelos linguistas que lidam com a questão da maior exposição do português no mundo é o tema da autoestima das comunidades portuguesas no exterior. Muitos acham que o português não é importante, não tem condição de ser língua internacional ou global. O sr. gostaria de comentar esta questão da autoestima linguística?

JS: Não, eu acho que o problema da autoestima não é só linguística. É um problema em geral daqueles que falam português. Não é o caso dos outros que falam português, mas é

o caso do português português. Daqui de Lisboa, onde estamos, no continente, português antigo e atual. É que nós temos um problema de autoestima e, portanto, nós não percebemos muitas vezes ou não valorizamos aquilo que fomos fazendo pelo mundo afora, aquilo que são as nossas características, a nossa identidade, ou até o nosso orgulho que devemos ter naquilo que fomos fazendo. E, portanto, acho que temos que assumir, dada a nossa discussão, que há português em toda a parte, há coisas que acontecem em toda a parte. Acho que isso é um motivo de orgulho, não é um motivo de retraimento, muito pelo contrário, nós somos às vezes mais apreciados por outros do que por nós próprios. Isso é fatal para quem se queira afirmar na sociedade internacional. Nós também já não aumentaremos, ao menos aumentaremos pela ciência, pela arte, pela indústria, pelos serviços, pela cultura, pelos nossos escritores, que já obviamente são muito traduzidos, muitos deles. Isso é grande um salto que se deu, nomeadamente com Saramago, jovens escritores portugueses que estão a lançar-se muito significativamente no estrangeiro, e isso é altamente positivo. Então, a gente tem que ter autoestima. E tem que fazer alguma coisa para a conservar

MVG: Presidente, a minha penúltima pergunta é sobre a questão da lusofonia. A francofonia une todos esses países que falam francês e ninguém reclama disso. Mas a lusofonia tem aqui, acolá, alguns críticos. Como é que a gente vai unir todos esses países que falam português, se alguns têm este problema com a nomenclatura?

JS: Isso é tudo muito novo, não é? A independência das colônias com exceção do Brasil, que felizmente teve um filho de um rei (...) portanto é um caso único que eu me lembre, portanto é extraordinário. O resto é que houve guerras, houve... são coisas dolorosas e, portanto, não é fácil, muitas vezes. Eu acho que isso deu um grande salto qualitativo com a formação da CPLP e com o que a CPLP tem feito e com a capacidade de troca, redes comerciais, com engenheiros aqui, com arquitetos acolá. E, portanto, nós temos condições muito importantes, não é para ser o inglês, mas é para ser, com certeza, alguma coisa que é tão válida, tão importante. Foi preciso Macau estar integrado na China (.....) para os chineses terem percebido que com aquilo que querem fazer em várias partes do mundo, inclusive em África, que Macau poderia ser um sítio extremamente significativo para a aprendizagem do português, que aumentou entretanto e para tudo que isso significa. Ou seja, há outros que estão a perceber que o português passou a ser uma língua (...) passou a ser uma língua importante. E a gente também pode dar uma ajuda que é a nossa própria língua. Acho que não devemos ter nenhum sentimento de, digamos, de culpa, porque colonialismo foi colonialismo. Está arrumado na história. Uns arrumam melhor que outros. (.... de vez em quando). Eu, como vivo

com isso, vivi a guerra, e tive que aturar a descolonização, num bom sentido, e ouvir o que me disseram nesta altura quando eu estava a favor da negociação pela paz com tudo que isso significa, pois bem acho que a História é a História. E a gente tem que olhar para o futuro. Toda a história é a história. Foi assim. Não vale a pena estar agora a esconder o que toda a gente sabe e conhece, etc. Eu relembro perfeitamente uma vez o que me disse o presidente Lula da Silva. “Eu até me espanto”, dizia ele, “Como é que vocês sendo tão poucos conseguiram manter a unidade territorial deste grande país? Isso devemos a vocês”. E esse foi o maior elogio que eu tive porque nós conseguimos (...) e eram outros, ninguém está a dizer que foi exclusivo. Mas essas frase dele era uma frase de quem percebeu como é que a formação do Brasil foi o que foi e permitiu que seja o que é, quer dizem, obviamente com todos os outros que vieram, e de todos os outros que quiseram vir e que a gente não deixou, e depois todos os outros que vieram e que ficaram e que deram esta multiplicidade que o Brasil é, que é uma riqueza para o Brasil, claro.

MVG: Minha última pergunta. Caso o sr. pudesse voltar ao Palácio Presidencial que medida concreta o sr. tomaria para avançar com a promoção da língua portuguesa?

JS: Ah, eu fazia... Para já, não volto. Nem posso voltar, nem penso em voltar. Mas acho que ainda mais preocupação de permanência sobretudo na necessidade de escolas secundárias e do apoio aos estudantes para escreverem em português, para lerem em português. Claro que o ambiente deste tempo é difícil, porque estão sempre nos computadores, na internet, mas, por outro lado, não leem livros que você e eu lemos nas nossas diversas idades, mas não podemos desistir porque a continua, apesar de tudo, os livros continuam, os livros estão também nos computadores, mas é essa preocupação, essa batalha de todos os dias que nos daria, com certeza, uma maior sustentação disso que nós pretendemos.

FIM

ANEXO 3

José del Valle 26/07//2011 (entrevista concedida pessoalmente)

MVG: Sobre a estratégia da Espanha e de suas empresas para promover o espanhol. A promoção do idioma está muito associada, talvez aos países, e aos meios acadêmicos?

JDV- O interesse por promover o espanhol na Espanha existe há algum tempo. Já nos finais do século XIX (e me deparei com isso em meu trabalho de pesquisa), lendo as publicações de uma instituição que se criou na Espanha que se chamava (Unión Iberoamericana), encontrei alguma referência a necessidade de promover o estudo do espanhol no âmbito internacional, além do âmbito *hispanohablante*. Por outro lado, também neste mesmo período, existe uma clara consciência em certos setores da intelectualidade e da classe empresarial espanhola de que era importante aproveitar a língua compartilhada com as ex-colônias para preservar a ideia de comunidade cultural, e através dela garantir a proeminência da Espanha, um status privilegiado da Espanha no contexto de fala hispânica. Quer dizer que a América hispânica e a língua espanhola são elementos importantes no desenho das estratégias políticas internacionais de Espanha, já desde o século 19. Pelo menos havia uma consciência de que o são. O que parece que não havia era um compromisso político forte e um investimento econômico para lançar esses projetos. Existia sim a Real Academia Española, que se fundou em 1703, no princípio do século 18. E a partir de 1870, ela inicia um projeto que era destinado a consolidar seu status na América hispânica e nas Filipinas também. Em 1870 foi quando a RAE lança o projeto de promoção de criação de academias da língua em toda a América de fala espanhola que serão correspondentes associadas dela (RAE). O que tenho argumentado em alguns dos meus artigos é que este projeto de construir uma proeminência da Espanha sobre as ex-colônias existe desde fins do século 19, mas – verdadeiramente - não se chega a adotar políticas enérgicas. E não se chega a comprometer dinheiro necessário de se comprometer para fazê-lo. Isso se vai ocorrer a partir dos anos 80 e 90 do século 20. Em 1975, Franco morre. Aprova-se uma lei de reforma política, o país se democratiza e ao largo dos anos 80 se leva a cabo a reconversão industrial e neste contexto Espanha se localiza de uma maneira mais clara entre as democracias ocidentais. Ingressa na OTAN, na Comunidade Econômica Europeia, tudo isso sob o comando do Partido Socialista. Na OTAN, ingressaram antes, mas o PS faz um referendo sobre a entrada e a mesma é aprovada. Neste contexto apareceram uma série de setores empresariais fortes; nas comunicações, a Telefónica. No energético, Iberdrola, Repsol. O setor editorial na Espanha era muito forte. No bancário, Santader e Bilbao Vizcaya emergem como bancos muito potentes. E em seguida, se percebe a América hispânica e mais além da América hispânica, a América Latina incluindo o Brasil como um mercado que se começa a descrever como “natural e legítimo”. Isso, eu tenho citado em alguns dos meus artigos. Na Espanha se constrói a percepção da presença deste país na América Latina como natural e legítima. De onde procedem esta “naturalidade e legitimidade”? Basicamente do fato de compartilhar uma língua. Da cultura associada com esta língua. Então começam a ocorrer investimentos da Espanha na América Latina. Ao largo dos anos 90, começam as privatizações de muitas empresas estatais na América Latina. E aí começa a ser executado este processo, que é complexo, e no qual intervêm tanto o governo espanhol, defendendo os interesses

de suas empresas, as empresas espanholas, que ambicionam se expandir pela América Latina, e a classe política autóctona da América Latina, que A: privatiza as empresas e B: deixa entrar as companhias espanholas e logo certos setores de âmbito intelectual e cultural.

Então, eu vejo as políticas da RAE, como elas se concretizam nos anos 90 e até a atualidade, como políticas que se inscrevem neste contexto, como políticas que servem para oferecer-lhe cobertura cultural e ideológica a este projeto de penetração da Espanha na América Latina. A ideia seria que a presença da Espanha na América Latina não seja percebida como uma presença estrangeira, mas sim como a presença “dos nossos irmãos espanhóis”, o mandato que se constrói a partir da língua em comum. Creio que é uma construção ideológica. Desde o ponto de vista da criação do Instituto Cervantes e as reformas que se realizam no seio da RAE são respostas às novas condições geopolíticas pelas quais passa a Espanha. E que são consequências de um processo que se desenvolve em diferentes frentes. Na frente política: se produz a reforma, a passagem da ditadura à democracia que ocorre nos anos 70. No âmbito econômico com a privatização das empresas públicas que ocorre nos anos 80 durante o governo socialista de Felipe González que se chamou “a reconversão industrial”, e também nos anos 80, o ingresso da Espanha na OTAN. A Espanha então se inscreve no âmbito político, econômico e de defesa ocidental e tem que responder a uma série de novos interativos geopolíticos. E neste contexto, é no qual se cria o Instituto Cervantes para que seja parte e lidere, inclusive, a diplomacia cultural espanhola. Para que o IC pelo mundo seja uma forma de advogado da Espanha, uma carta de apresentação cultural da Espanha. A atual diretora do IC, Carmen Tafarel, disse isso de forma muito explícita. Ela disse que “o IC serve para abrir portas a empresas espanholas.” Ela o disse de maneira muito explícita. E de fato, em declarações públicas de figuras políticas espanholas e de pessoas destacadas do IC não se oculta que sua missão ainda que seja cultural está escrita dentro da política exterior espanhola. A RAE cumpre com uma função relacionada, mas distinta porque o IC não pode operar...

MVG: Em sua opinião a língua promove os negócios ou os negócios promovem a língua?

JDV: Eles se promovem mutuamente. Veja: a decolagem econômica da Espanha é o que gera o dinheiro que permitirá lançar os projetos políticos-linguísticos. É por isso que a partir dos anos 90 quando se começa a produzir uma ortografia e uma gramática pan-hispânicas, quando se começa a celebrar, com regularidade, os congressos internacionais da língua espanhola é porque existe o dinheiro. E este dinheiro procede, em grande parte dos patrocinadores que com frequência são Repsol... Como está aqui neste Dicionário de Americanismos. Aqui na parte dos agradecimentos se diz: “são muitas as instituições e empresas que ajudaram a Associação de Academias com o Dicionário de Americanismos. Em primeiro lugar a empresa Repsol, mecenas principal sempre generosa com o trabalho acadêmico. E neste caso especialmente interessada em enaltecer os valores próprios de Espanha no outro lado do Atlântico”. Aqui você poder ver. Está claramente expressado. Não é algo sutil. Está explícito no meio acadêmico. Este dicionário se publicou em 2010.

MVG: E por que não se pode fazer isso com o caso do português?

JDV: Eu creio que esta é a principal razão. Não conheço o caso português. Mas quando a Espanha no final dos anos 80 e princípio dos 90, não existe nenhum país na América

de fala espanhola que esteja em condição de competir com a Espanha pela liderança da gestão do idioma. Mas eu creio que com Portugal, que convive no âmbito lusófono como Brasil, que é um país do ponto de vista econômico e no contexto internacional muito mais importante. Portugal se enfrenta na hora de construir, ou de uma suposta construção de uma lusofonia, se encontra com uma relação com o Brasil muito diferente da que Espanha tem com México, Argentina, Colômbia, Bolívia, etc. É uma relação de natureza muito diferente, que creio que dificulta que se leve a cabo este projeto. Por outro lado, no âmbito *hispanohablante* o fato é que existia uma estrutura, um dispositivo institucional que nasceu em 1870. Estava a RAE e as Academias da Língua Espanhola, uma em cada país. Havia uma nas Filipinas e outro em Porto Rico. Que eu saiba não existe um dispositivo institucional equivalente nos países de língua portuguesa, não neste momento.

MVG: Mas no governo Lula se firmou um acordo com a Espanha para ensinar o espanhol nas escolas brasileiras. Isso está funcionando bem?

JDV: Isso foi antes. As negociações começaram antes, mas em 2005 se aprovou a lei que tornava obrigatória a oferta do espanhol em todas as escolas públicas do país. Foi Lula que firmou, mas foi Fernando Henrique Cardoso que trabalhou, de forma muito ativa, e durante o período em que se estava negociando, foi entregue a Fernando Henrique Cardoso o Prêmio Príncipe de Astúrias “pelo seu trabalho no apoio da língua espanhola no Brasil.”

MVG: No sul, como o sr sabe, professoras argentinas cruzam a fronteira e também as brasileiras para ensinar os respectivos idiomas.

JDV: Aí, eu creio que vale a pena examinar os marcos que o Mercosul criou para o desenvolvimento de programas multilaterais de ensino e aprendizagem do espanhol e do português. Ver que tipo de marco legal, o Mercosul criou para que se implementem políticas linguísticas de aprendizagem do espanhol no Brasil e do português no Paraguai, no Uruguai e a Argentina. Obviamente, o Brasil trabalha em múltiplos eixos. Obviamente, está trabalhando sua relação com a Espanha à medida em que há empresas espanholas muito importantes investindo no Brasil. Este cortejo que havia entre a diplomacia espanhola e os governos do Brasil. Mas outros eixos nos quais o Brasil trabalha é o Mercosul. E creio que vale a pena explorar este marco. Há gente que o fez. Mexicanos e argentinos. (Enrique Jamel, Obira Arnur, Leonora Cunha).

MVG: Por que dizem que quando se fala de internacionalização, os institutos nacionais competem em vez de agregar valor. Na América Latina, existem outros institutos de língua?

JDV: Não me consta que haja outras instituições equivalentes ao Cervantes. Quer dizer, instituições criadas pelo governo e que como no caso do Cervantes dependam diretamente do Ministério das Relações Exteriores e portanto esteja a serviço dos interesses do país e que formam parte da engrenagem da diplomacia cultural. Não me consta que haja nenhuma instituição equivalente. Creio que na Argentina, existem algumas Universidades que se dedicam ao ensino do espanhol como língua estrangeira. E a trazer estudantes europeus, norte-americanos, brasileiros para aprender o espanhol na Universidade de Rosário. E no México, recentemente houve um chamamento para a

criação de uma instituição equivalente. Isso foi feito por Jaime Labastida. Ele é o atual diretor da Academia Mexicana da Língua. Creio que assumiu em fevereiro. Ele vem do mundo editorial. E fez declarações públicas desde que assumiu o cargo dizendo que o México tem que adotar políticas linguísticas mais enérgicas. Entre elas, a criação de uma instituição equivalente ao Instituto Cervantes. Obviamente um mercado, e aí estamos pensando no ensino do espanhol como língua estrangeira. E ademais, o espanhol como instrumento ideológico para construir uma relação de irmandade. Um mercado muito cobiçado é os Estados Unidos, naturalmente. Por todos os países do mundo. Quem não quer vender nos Estados Unidos? E claro a população *hispanohablante* dos Estados Unidos é um mercado muito desejado pelas empresas espanholas como pelas mexicanas, imagino. Eu também escrevi um artigo a este respeito. A Espanha está prestando muita atenção à população latina dos EUA. E, de fato, alguns políticos e empresários espanhóis chegaram a formular, muito claramente, a ideia de que convém à Espanha criar consciência entre os latinos que existe uma afinidade cultural com a Espanha porque é isso que vai permitir ou facilitar às empresas espanholas a penetrar este mercado.

Eu li na imprensa que os bancos espanhóis estão se expandindo bastante pelo sudoeste dos Estados Unidos. Bancos como o Bilbao ou Santander estão comprando pequenos bancos locais pelo Novo México, pelo Arizona. E México, naturalmente, ambiciona um pedaço deste bolo.

MVG: Minha última pergunta é sobre a União Europeia. Ali, ainda que o espanhol seja falado por tanta gente, ali não faz diferença. É apenas uma língua oficial, mas não de trabalho. Este é um sinal que este argumento não ajudaria ao português, a convencê-los.

JDV: Provavelmente não. Se não funciona para a Espanha. Não funcionaria para o espanhol. Eu creio que a realidade da vida cotidiana nas burocracias da União Europeia é que todos falam inglês. Uma coisa são os discursos de defesa de pluralidade da UE, os discursos de defesa das identidades nacionais. E outra coisa é a prática cotidiana dos burocratas da UE que se desenvolve, imagino, em inglês. E que eles têm essa consciência de que para o funcionamento da UE não é absolutamente necessário que se aumente o número de línguas de trabalho. O que eu imagino que esteja por trás seja isso. Eu não sei.

MVG: Na sua opinião então seria o inglês porque é a lingua franca, o francês por causa da política e o alemão por causa do dinheiro.

JDV: Os dois países que mandam na UE são Alemanha e França. São as duas potências mais importantes da UE. Eles têm a garantia de que se querem que sua língua seja a língua de trabalho o será. Inglaterra o tem, ainda que seja mais periférica e cética com relação ao assunto europeu, mas o tem garantido porque sua língua é o inglês. E fora disso, creio que nenhum outro país tem possibilidades. Espanha, eu creio é o que mais tem possibilidade, por causa do número enorme de países que falam o espanhol e pelo grande mercado que é a América de fala espanhola. Mas eu imagino que os burocratas da UE não percebem a necessidade. Não de falar espanhol, mas de tornar o espanhol como língua de trabalho da UE. A percepção de que é bom falar espanhol existe. Eu estive em várias Universidades da Europa. E é notável o aumento do espanhol como língua estrangeira em todos os países. E os jovens não são burros. Se estão estudando espanhol é por algo. É por causa da América Latina, o que suscita o interesse é a América hispânica. Não sei se trabalho, viagem, oportunidades...

FIM

ANEXO 4

Mia Couto, 22/2/12 (entrevista concedida por email)

Mônica Villela Grayley: Como você define a lusofonia? Considera-a excludente de alguma forma? “Neocolonialista”, como afirmam alguns?

Mia Couto: Existem lusofonias, no plural. Aquela que é mais produtiva historicamente é a que funciona de modo aberto, de forma a que não o idioma não surja como critério absoluto e excludente. Há muitos habitantes dos países chamados lusófonos que não são lusófonos. A necessidade apressada de legitimar essa entidade chamada lusofonia tomou por verdade que existem 200 milhões de falantes do português. Não é exactamente verdade. A língua é um fator de união, a história é outro. Eles existem não foram inventados agora, às pressas. Mas existem outros fatores como a economia, a religião e a inserção geográfica que contam, ao mesmo tempo, como forças centrífugas e centrípetas. As nações africanas conquistaram recentemente a sua independência. Possuem sensibilidades e feridas que nem sempre foram superadas. Uma comunidade criadas pelos povos (e não pelos políticos) e legitimada por fundamentos verdadeiros e não por proclamações fáceis, uma família que respeitasse a diversidade linguísticas do seu espaço: essa é a lusofonia que eu gosto e quero. A ameaça da neocolonização é real, mas eu tenho para mim que esses sistemas não necessitam de uma língua comum e que são sempre criados a duas mãos, isto é, com cumplicidades de ambas as partes, das forças que ganham no centro e na periferia.

MVG: Acredita que, como defendem alguns (pesquisadores), "a lusofonia é uma invenção lusitana para promover a influência de Portugal sobre as ex-colônias" e afirmar o país no cenário internacional, como interlocutor privilegiado?

MC: Acredito que nasceu assim. Acredito que outros conceitos de lusofonia se ergueram, entretanto, e que colidem com essa pretensão de manutenção de domínio quando as outras formas de domínio já não existem. Há dificuldades concretas para quem tenha um propósito de se privilegiar como centro numa família como a nossa. Primeiro, esse lugar será naturalmente disputado. O Brasil, Portugal e Angola têm razões para se apresentarem como “cabeça” desse corpo. E os outros países também. Por outro lado, existem diferentes espaços geográficos que determinam geoestratégias tão diversas que é muito complicado que todos sejam guiados por uma mesma agenda.

MVG: Acredita que a “internacionalização do português” com seu elemento técnico-linguístico (o Acordo Ortográfico) é útil para promover a língua portuguesa no mundo no mesmo patamar em que são promovidos o francês e o espanhol? Seria ainda este o passo crucial para facilitar a intenção de tornar o português, um dia, língua oficial das Nações Unidas?

MC: Não acho que o português tenha tido dificuldades de se impor por razões ligadas à grafia. Não creio que o que se passa nas reuniões das Nações Unidas tenha essa importância. Essa é a justificação. Grande parte dos políticos portugueses, brasileiros, angolanos e moçambicanos não perde oportunidade para demonstrar que falam bem

inglês, como prova da sua competência a nível global. As razões são outras. E uma vez mais, eu creio que a atitude correcta é transformar o negativo.

MVG: Até o momento, Moçambique e Angola não ratificaram o Acordo Ortográfico. O presidente de Moçambique disse que o país ainda está estudando os termos do tratado para saber se vai ratificá-lo ou não. Por que a dificuldade em implementar as regras, já introduzidas por Brasil e Portugal? (E ratificadas por Cabo Verde e São Tomé e Príncipe?)

MC: Já respondi. Há várias lusofonias. Algumas das lusofonias foram proclamadas e celebradas sem rigor e sem verdade. Essa definição sumária de uma cidadania demarcada pelo idioma era excludente e não tinha em conta a situação real e diversa dos membros desta comunidade. Mesmos nos países africanos existem segmentos da população nacional que é lusófona, no sentido de ter o português como língua materna. Mas esse português é sentido como algo específico, que fornece identidade nacional mais do que um sentimento de pertença a uma família supranacional. Os moçambicanos que falam português são orgulhosos do “seu” português, das suas particularidades lexicais e fonéticas.

Mas o verdadeiro motivo tem a ver com as dificuldades técnicas e financeiras para implementar esses acordos. Há um pouco essa ideia de que “quem decidiu agora que acarrete com as consequências”.

MVG: Parece a você que a “internacionalização do português” “prejudica” as línguas locais moçambicanas e angolanas, além de outras línguas locais nos demais países lusófonos?

MC: Não tem a ver com a internacionalização do português. O português já é “internacional”. O convívio do idioma português com os outros idiomas de Moçambique depende apenas de políticas internas que pensem e resolvam este mosaico de forma equilibrada

MVG: *“Não é de esquecer o passado que necessitamos, mas de o entender”*. Foi uma declaração que você fez num texto sobre a língua portuguesa. Integrar a “lusofonia” ajuda este processo?

MC: Moçambique tem mais de 21 línguas. Está ainda a construir a sua própria identidade, com base nessa enorme diversidade cultural e lingüística. As línguas de origem bantus não são, como muitos crêem, línguas tribais. São línguas nacionais, tanto como é o português. Numa palavra, estamos ainda construindo a nossa própria lusofonia, partindo do princípio que este processo pode ser feito sem imposição hegemônica.

MVG: CPLP. Qual é a necessidade da existência dela? Que utilidade tem esta organização para Moçambique, Brasil, Portugal e outras nações?

MC: Creio que foi uma invenção portuguesa. E agora, ela é como aqueles fantasmas que há força de baterem à porta da realidade acabam por se materializar. Não é que eu esteja contra, até porque não há muito que estar contra. Mas não pode haver dúvida que

há brigas de poder e de hegemonias nessa comunidade. Moçambique sempre colocou objeções de fundo a esse critério de conceber familiaridade na base do idioma. Até porque a maior parte dos moçambicanos tem outra língua materna que não o português. Centenas de milhares de moçambicanos nem sequer falam o português. O que aconteceria com esta gente: ficaria sobrando dessa identidade comunitária? A verdade é que a intenção hegemônica que essa organização pode ter transportado inicialmente pode ser vencida por uma outra prática, pela imposição soberana dos seus membros. E creio que isso está a acontecer. Nenhum dos países da CPLP quer reviver experiências de colonização com outra roupagem.

MVG: Por que usar a língua comum para forjar uma irmandade, “concertação diplomática”? Cooperação comercial?

MC: Não creio que o idioma seja fundamental para criar essa comunhão de interesses. A economia e a política são de longe muito mais determinantes. As geo-estratégias de cada uma das nações será sempre produzida a partir de outros factores, mais importantes do que a proximidade linguística.

MVG: Acredita que em Portugal (alguns setores mais conservadores) estão incomodados com o crescimento da variante brasileira sobre a portuguesa? Existem muitas divisões entre os países de língua portuguesa?

MC: Sim, tenho a certeza. Para alguns destes sectores a perda da hegemonia da variante lusitana significa uma resignação do velho sonho de um império que sempre existiu mais na ilusão do que na realidade. O modo exaltado com que alguma opinião pública se ergueu contra o recente “acordo ortográfico” é uma ilustração desse sentimento. Devo dizer que, mesmo entre alguns moçambicanos, prevalece ainda a idéia de que o “bom” português é aquele que é veiculado pela norma portuguesa e pelo sotaque português (se é que há um único sotaque português). Recordo-me da reação negativa de alguns pais quando numa escola secundária da capital de Moçambique se anunciou que o professor de português seria um brasileiro. Isto aconteceu há um tempo atrás mas pode bem voltar a acontecer.

Quanto à segunda parte da pergunta: não, não creio que existam divisões que mereçam ser citadas. Existem questões históricas que pertencem ao passado, quase todas elas mais ou menos resolvidas. Eu ainda noto ainda uma certa necessidade de tipificar o “português”, de o reduzir a uma anedota, como se os portugueses coubessem facilmente num estereotipo e esse estereotipo fosse uma vingança contra a história. Mas também verifico que em Portugal subsistem alguns clichês ao pensar o Brasil. O intelectual Eduardo Lourenço escreveu textos muito interessantes sobre o que há ainda a curar nesse relacionamento. Os povos africanos de expressão oficial portuguesa curaram alguns dos ressentimentos do passado porque fizeram uma luta armada, uma rebelião de ruptura ao nível cultural. Mataram o “pai”.

FIM

ANEXO 5

João Alberto Dourado Quintaes, 6 de julho de 2011.

MVG: De que maneira o trabalho da CPLP ajuda o trabalho do Brasil nas Nações Unidas?

JADQ: O tema é realmente muito novo. Nós não temos os elementos para avaliar de uma forma mais detalhada a participação do Brasil na CPLP e da CPLP como uma instituição orgânica na atuação brasileira na ONU. Muito possivelmente será positivo. O tema é novo. Desde o ano passado, estamos, tem havido essa mobilização de certa forma até espontânea, dos países da CPLP aqui em NY para atuar concertadamente, coordenadamente para equacionar vários temas de interesse comum. Como no caso de candidaturas de países-membros do grupo, trocamos votos nessas candidaturas. E na sintonia de posições também comuns. Temos posições comuns com relação a vários temas.

MVG: Quais temas?

JADQ: Por exemplo, a cooperação Sul-Sul. É um tema muito importante para a CPLP. A CPLP é composta por oito países. Possivelmente 9, a nossa Guiné-Equatorial está quase lá. É uma organização integrada por sete países em desenvolvimento, 7 PEDs, digamos assim. Sete países em desenvolvimento e um desenvolvido que é membro do OCDE, que é Portugal. Ocorre que Portugal sempre teve essa política agressiva, agressiva entre aspas, com relação à África. Foi o primeiro país a se expandir para fora do continente europeu. Uma das causas-efeito do renascimento europeu foi a expansão marítima, das corridas com as grandes navegações, onde Portugal, o próprio Fernando Bordel, aquele historiador genial sobre temas mediterrâneos, analisou muito isso no livro dele “Mediterrâneo”; Portugal foi um país que, surpreendentemente, tomou a linha nessas grandes navegações. E a partir daí, desenvolveu sua política colonialista, para o bem ou para o mal. Portugal foi o último país a se desvencilhar do colonialismo e de suas colônias na África. Também foi um país contra o qual todos esses países que se tornaram independentes guerrearam. Ao passo que no caso de países emergentes de colonização inglesa ou francesa ou alemã, ou espanhola, na África, todas essas independências, sua maioria com raras exceções foram negociadas, entre as elites dos países africanos que queriam ser independentes e as elites coloniais, europeias. E no caso de Portugal, não. Foi à guerra até o fim. Até à Revolução dos Cravos, como sabemos em 1974. E isso fez com que Portugal tenha uma vertente africana desenvolvida em comparação com outros países europeus, à exceção da França, que até hoje, também, desenvolve uma relação fortíssima com suas ex-colônias na África inclusive através da francofonia, da Organização da Francofonia. Tudo isso para explicar porque Portugal é o país desenvolvido que tem essa vertente de muita participação, de uma participação bastante ativa na CPLP. A CPLP foi uma organização que emergiu com fins culturais. Era unicamente para administrar o patrimônio comum da língua portuguesa. E ao longo desses 10, 15 últimos anos, o que se viu foi que surpreendentemente a organização expandiu, passou além dessa proposta de se tornar apenas uma entidade cultural, de aglutinação entre esses países. Para ir evoluindo para se tornar um corpo orgânico, política, com vida própria, surpreendendo a todos, inclusive nós brasileiros. Hoje em dia, a CPLP já está cada vez mais tomando formas

políticas, de uma organização política, multilateral, de uma organização econômica, que supervisiona o comércio entre seus integrantes. A criatura que escapou aos seus criadores.

MVG: A CPLP surpreendeu o Brasil. O Brasil achou que ia ficar um bloco linguístico, restrito...

JADQ: Isso. Surpreendeu. Os africanos tiveram muita contribuição nisso. A África, também para surpresa mundial, não só do Brasil, nesta última década, emergiu como continente. Com voz ativa, todos estamos vendo que a África não é aquele bloco monocórdico. Há países progressistas, há países que estão conseguindo desenvolver suas democracias, participação ativa da sociedade civil. A Guiné-Bissau é um caso que aglutinou a CPLP em torno dela. É um país que foi convulsionado por uma guerra civil e que até hoje não foi curado. A CPLP surpreendeu o Brasil por quê? Porque os africanos passaram a ter uma voz muito ativa. A África passou a ter uma voz muito ativa nos últimos 10 anos. Os bens econômicos produzidos por esses países passaram a alcançar um valor muito mais alto na escala. Veja o caso de Angola. Angola se tornou uma potência realmente. Teve um ano que cresceu 20%. Parece que foi o maior crescimento do mundo, uns dois anos atrás. E Angola tem tudo. Tem petróleo de alta qualidade, tem terras boas agricultáveis. Tem brasileiro já produzindo soja em Angola. As grandes empresas brasileiras de construção já estão todas lá, tem um centenar de projetos. Então os africanos estão ganhando uma prepoderância impressionante. Todos os continentes estão reconhecendo isso e ampliando suas relações comerciais, econômicas e políticas com os principais países africanos. E no âmbito da nossa CPLP, Angola despontou como um país de potencial incrível, econômico e político, de articulação. Um país de 10, 12 milhões de habitantes tem grandes chances de se tornar um dos cinco primeiros da África, e um país importante de escala mundial. Moçambique também se recuperou muito bem da guerra civil, de uma forma mais rápida e duradoura, mais sólida e consolidada.

MVG: Não foi por coincidência então que durante o governo Lula, o Brasil aprofundou ainda mais esta relação?

JADQ: Não foi por coincidência. Foi detectado esse movimento da África, de crescimento desses países. E naturalmente esses países nos procuraram para aprofundar essas relações.

MVG: Porque se relacionam melhor com o Brasil...

JADQ: Eles se sentem muito à vontade. Em Guiné-Bissau, em Angola, eu já estive nesses dois países. E também uma admiração, de uma forma genuína, por tudo que deu certo no Brasil. Eles sabem o que deu errado, querem só o que deu certo. Eles também são inteligentes.

MVG: O Brasil tem uma referência forte até por ser uma ex-colônia.

JADQ: Somos uma ex-colônia. Eles se sentem super à vontade de negociar conosco.

MVG: A relação do Timor-Leste é assim com o Brasil ou não? Ou é um pouco mais distante?

JADQ: Já é uma relação um pouco mais complicada porque já envolve o componente asiático. Aí já entra a Austrália, como um grupo de pressão muito forte no sul, o Japão, e descobriram petróleo, e a Austrália já está com todas as suas companhias lá. Então escapa um pouco a CPLP. Mas mesmo assim, o Xanana Gusmão, todos os líderes históricos do Timor sabem do apoio, que nós arriscamos muito por eles. Na época da independência Portugal chegou a ter relações diplomáticas cortadas com a Indonésia. Foi um momento muito delicado. E com a CPLP, eles viram que não estavam sozinhos.

MVG: Mas essa cooperação dos países da CPLP na ONU, aqui em NY, começou agora?

JADQ: Começou neste ano de 2011. A cooperação estava acontecendo nos últimos cinco anos, mas sempre em torno de temas extraordinários. Agora ela vai virar todo mês. Teremos uma reunião. Angola que pediu essa reunião. Os africanos estão vendo que a CPLP está aparecendo...

MVG: Agora está sendo então uma cooperação sistemática. Mas já dá para perceber a força desta cooperação? Por exemplo, na mídia leu-se que o Timor-Leste ajudou com os países asiáticos, com a ASEAN no caso da eleição de Portugal para o Conselho de Segurança?

JADQ: Nós o Brasil ajudamos, decisivamente, jogamos todo nosso peso por trás da eleição portuguesa. A África também. Toda a CPLP fechou com Portugal. Foi bonito. Portugal entrou mesmo e ganhou bem do Canadá. Portugal se comprometeu a atuar sempre em transparência com relação à CPLP, a encaminhar nossos pleitos. A CPLP teve um papel muito importante. Acho até que decisivo, até. Principalmente o Brasil. Nós nos empenhamos muito. A CPLP é vista como uma organização simpática.

MVG: E isso é mais por causa da CPLP do que por causa da língua também. Por que antes talvez a CPLP não se colocaria tanto na frente política...

JADQ: É verdade. Engraçado isso que você falou. A razão da organização foi promover esse conagraamento em torno da línguas, mas ela está se destacando mais politicamente, economicamente, comercialmente que...

MVG: Interessante que todo mundo pensava, que quando ela foi fundada em 1996, que seria aquela organização da língua, da solidariedade, mas ao analisarmos os pilares da CPLP, os próprios pilares da CPLP, a língua é o terceiro. O primeiro é concertação político-diplomática.

JADQ: Sim. As pessoas estão respeitando.

MVG: No geral qual é a orientação para a CPLP? “Nós devemos votar junto sempre que pudermos, nós devemos fechar juntos”. A Austrália tem interesse em observar o trabalho da CPLP. A Guiné-Equatorial deve entrar em 2012. E a CPLP é respeitada?

JADQ: Aí é o nosso desafio agora. É o nosso futuro trabalho de curto prazo fazer a CPLP mais presente, mais conhecida na ONU. Muitos países desconhecem,

principalmente os delegados aqui em NY. Os europeus principalmente os do norte não conhecem muito, do leste também não. No contexto da própria sociedade civil americana, sabemos que é complicado. Esse é o nosso desafio agora, mostrar mais o nosso rosto. Tenho certeza que esse tema será integrante da pauta das próximas reuniões. Como fazer a CPLP mais ativa, e parecer também ser ativa.

FIM

ANEXO 6

Joseph S. Nye, 9/4/12

MVG: Mr. Nye, you mentioned in your interview that Portugal should use its language and culture as tools to exert soft power of its former colonies, why do you think this is important?

JN - I think it allows Portugal to accomplish some of what it wanted more easily if it is popular and attractive in these countries. So if Portugal has requests in places like Brazil and Angola and Portugal is regarded as attractive. It makes it more likely that those requests will be granted.

MVG: Would it be more important now that Portugal is in an economic crisis?

JN: I think that it not important only in any circumstances. Soft power is always useful.

MVG: There are differences between the Portuguese spoken in Brazil and in Portugal, and also in Africa. Right now, these countries are trying to implement an orthographic reform to bring about harmonization at least of the written standard but there are frictions because some countries want to keep their variants intact. How would it be possible to harmonize all this?

JN: Well, if you spend too much time trying to push them into standard Portuguese this can free resentment, whereas if you allow the variants but there is still sense of common culture that probably is more helpful to you.

MVG: Is Portugal really important or crucial for the Brazilian pursuing of soft power or economic power in general?

JN: I think again that it is more in the cultural sense. The ability to think back historically and culturally provides a degree of soft power. So it is not the size of the market as much it is the cultural connection.

MVG: Could you give me some examples on how these special relationships would work?

JN: I suppose that similar examples would be the Francophonie of former French colonies and the British Commonwealth which allows cultural ties. It doesn't necessarily determine political issues but makes it more a (congenial) environment.

Well, I think officially China wants to control Macau, I suppose, but I think that the fact that the Portuguese language is still used, gives Portugal some opportunities there that it wouldn't have let's say in Hong Kong.

(...) I think the Chinese are very keen on assuring access to resources particularly oil. So I think anything they can do to try to increase their access they will do. I think it probably doesn't amount to all that much to me. If one had oil crisis it is not clear that ownership is what guarantees access to oil. In my book "The Future of Power" I argue that the Chinese strategy is probably mistaken because oil is a functionable market. If China gets the oil from Angola, the oil from Indonesia previously went to China they go then to Rotterdam or some place else. I think the Chinese strategy; the idea that they control access to oil is probably not as effective as the Chinese think.

MVG: Portugal indeed came up with the idea to rally all countries around the promotion of the Portuguese language (this happened in 2008). In principle all 8 Portuguese-speaking countries agreed but when it came to put into practice, some countries are more active than others?

JN: If you have too much friction over control of the details of the language then you lose some of the cultural attraction because of the political fighting about certain details and that is why a looser attitude that stresses culture is maybe more useful.

FIM

ANEXO 7

Ivo Castro, 10/10/11

Mônica Valéria Grayley: Eu quero começar perguntando ao sr. sobre os papéis de liderança do Brasil e de Portugal. Vários analistas dizem que, ao mesmo tempo que Portugal quer que o Brasil tenha um papel maior na promoção da língua dentro da CPLP, Portugal também é "muito sensível em qualquer coisa relacionada à língua." Como fica a cooperação na liderança?

Ivo Castro: O papel de liderança do Brasil e de Portugal é justificado porque são, dentro do conjunto da CPLP, os dois países com mais densidade: histórica, cultural e as outras todas. Não há nenhum outro país, para já, que tenha condições para desempenhar funções de liderança neste conjunto. Angola e Moçambique, vemos, dentro de algumas gerações, certamente que terão uma palavra a dizer. Mas para já, não é preciso ser explicado. E é a natureza das coisas que faz que Portugal e Brasil tenham um papel de liderança. Lideranças diferentes. E que nem sempre são conjugadas. Aqui, eu olho para a segunda questão que me mostrou: o porquê de o Brasil não ter uma política da língua, e respondo-lhe que não sei. Não sei, e não tenho nenhuma informação e acesso a verificar se esta informação sua é verdadeira ou não. Quando eu leio a sua terceira pergunta que fala de uma concorrência entre Portugal e o Brasil, eu pergunto se é possível haver uma concorrência na atuação linguística no âmbito da CPLP, sem haver uma política de língua. Ou seja, se há concorrência é porque o Brasil tem alguma política de língua. Eu tenho a impressão de que o seu segundo tópico e o seu terceiro tópico jogam um contra o outro. A minha impressão é que o Brasil sim tem uma política de língua.

MVG: O Brasil tem uma política de língua?

IC: Tem uma política de língua. E é uma política que tem evoluído. Observando de fora. E não tenho nenhuma informação, digamos assim, boa no último ano, mas parece-me que a política seguida durante os últimos anos do governo Lula, do Brasil em relação à África, não está a ser continuada.

MVG: Em que sentido?

IC: Parece-me que a política brasileira de investimento na formação de professores... Estou a falar apenas do plano da língua, não estou a falar do plano económico. Estou a falar apenas no plano da língua e da educação. O forte investimento que caracterizou-se nos últimos anos do governo Lula, não parece pelo menos que tenha sido continuado nos primeiros tempos do governo da Dilma (Rousseff). Que muito, portanto, se não se dá que estamos a assistir a uma reorientação do Brasil para outros horizontes.

MVG: Que horizontes? O que está faltando?

IC: Quando lemos os jornais, e vemos que o Brasil, neste momento, está com uma relação de maior proximidade com os Estados Unidos. Quando o Brasil está no âmbito

dos BRIC a querer ter uma intervenção global mais importante do que a tida até agora. Quando, inclusivamente, há propostas brasileiras no sentido de ter uma intervenção no quadro de política financeira da Europa. A impressão é que o Brasil transferiu os seus horizontes do âmbito da CPLP para o âmbito planetário, o que faz todo o sentido. Mas deixa, talvez, para trás o investimento na aproximação linguística e da educação entre Brasil e África que estava a desenvolver-se.

MVG: Mas será que transferiu, ou será que essa é uma característica versátil da diplomacia brasileira de fazer tudo ao mesmo tempo, de forma dinâmica?

IC: Ah, mas é que antes não fazia. No tempo, no governo do Lula não fazia tanto como está a fazer no plano planetário. Agora, não está a fazer tanto em África, como fazia antes. Pode ser que seja uma coisa temporária. Agora, eu não vejo aqui nenhum problema. Vejo indícios de uma evolução interessante. Problema pode ser para o título da sua tese. Nestes 10 meses até a conclusão e depois nos meses seguintes que demorar até ela ser discutida, e depois nos meses seguintes que demorar até ela ser publicada sob a forma de livro, há alguma possibilidade de que as relações de poder entre os países de língua portuguesa vão evoluindo. O que é um problema muito estimulante para a sua tese. Será um problema negativo se não o tiver em conta enquanto está a escrever a tese. Será um problema muito interessante, se pensar que está a escrever sobre o aspecto da areia da praia enquanto as ondas vão e vêm. E depende do calçado que tiver calçado. Eu digo isto porque aí é que me parece, na economia da elaboração da sua tese, é que me parece que pode haver algum cuidado a ter. No que respeita ao que o Brasil faz da sua política e não faz, isso temos que assistir e interpretar, mas mais nada. Ou seja, já lhe disse que parece que ao perguntar sobre a concorrência entre os dois, está afinal de contas a admitir que o Brasil tem uma política linguística e que os dois tópicos estão em conflito um com outro. Quanto à questão inicial que cobre tudo isso sobre os papéis de liderança do Brasil e de Portugal, eu tenho a impressão de que são dois papéis que nem sempre têm sido conjugados. Em alguns momentos, mas nem lhe sei dizer quais, houve incompreensão de um dos lados quanto à liderança do outro, noutras momentos tem havido uma harmonia absolutamente admirável como nós desejamos que aconteça.

MVG: Mas o sr. acha que dentro de três setores, primeiro a comunidade académica, depois a classe governante, legisladora, que manda na política da língua, e também a população, o sr. acha que existe um certo incômodo com a questão da variante brasileira e a variante portuguesa, europeia?

IC: É muito bom por a questão das populações. Há muito lugar comum que se diz, e muita observação baseada em anedotas particulares. Generalizando, eu diria que a população portuguesa tem uma certa concepção do que é o Brasil, do que são os brasileiros, de como é que os brasileiros vivem e falam. A telenovela é um veículo importante, mas não é só. É também o fato de haver, nos últimos anos, muitos brasileiros vivendo em Portugal. E são brasileiros de classe média.

MVG: Classe média que o sr. está falando?

IC: Sim ou seja, média-baixa talvez. Mas nem só. No comércio, nós temos muito brasileiros que não são de maneira nenhuma de classe baixa. Tudo isso contribui para que haja uma certa ideia generalizada no país a cerca do que é o Brasil, os brasileiros e a língua. No Brasil não há nada disso em relação a Portugal. A não ser o estereótipo do

imigrante que chegou há 70 anos ao Brasil. Com a bota pesada e o lenço na cabeça. Anedotas de português e coisas deste gênero. No Brasil, espontaneamente um português não é identificado como tal até se apresentar como tal. Não há uma visão brasileira do que é ser português, do que é Portugal e de como se fala em Portugal. Portanto, esses graus diferentes de consciência do outro não ajudam que os problemas se resolvam, não é?

MVG: Que problemas, professor?

IC: Os problemas da relação, não é?

MVG: Então o sr. acha que há uma relação difícil entre esses dois povos?

IC: Muitos portugueses ainda pensam. Eu não lhe digo se é a maioria, se não é a maioria, não faço ideia. Muitos portugueses ainda pensam que a língua que falam é a língua como deve ser falada. E que os brasileiros deturpam a língua. Isto é um equívoco que está presente em muitas coisas. Quando você me perguntar mais adiante pela ortografia, esse equívoco vai aparecer aí a contaminar as atitudes portuguesas.

MVG: E talvez isso aconteça também porque nós não temos novelas portuguesas no Brasil. Então os brasileiros conhecem os portugueses que lá vivem e acham que eles são brasileiros também, e não conhecem os portugueses e Portugal...

IC: Agora temos que perguntar é se uma novela portuguesa podia passar na televisão brasileira. (...) Eu não tenho uma visão lusocêntrica dessas coisas. Nós não somos os bons da História, vocês não são os índios. Mas realmente a nível de percepção das populações, como diz, mesmo havendo do lado europeu, uma maior exposição à imagem do brasileiro, não há daí uma percepção mais perfeita. A comunidade acadêmica, ela própria não tem, creio eu, grande problemas a este nível. Há um fluxo nas duas direções constante. Há muitos anos. As pessoas dos dois países, os acadêmicos, conhecem-se ao nível das relações pessoais. Ou seja, têm lá os seus amigos e os seus inimigos, e há, digamos assim, um entrosamento muito grande entre as comunidades acadêmicas, que não têm um papel de influência sobre a opinião pública tão grande como isso. Mas isso é consequência do fato de que a comunidade acadêmica existiu bastante dentro de si. E não faz muita pedagogia e muita divulgação. Na comunidade acadêmica há, talvez, alguns preconceitos de natureza ideológica que influenciam algumas posições, mas eu diria, que de modo geral, não há fronteiras entre as comunidades acadêmicas dos dois países. Podíamos acrescentar aí os outros países da CPLP. A este nível só se distinguem talvez do Brasil e de Portugal pela quantidade. Ou seja, há cientistas muito bons. São poucos. Em alguns países, como em Angola, estão a ser feitos agora. Em Moçambique já há uma comunidade considerável. E que estão à vontade em São Paulo como em Lisboa. Mas é questão de quantidade, mas que de qualidade neste caso. A nível de comunidade acadêmica.

A nível da população africana, francamente, eu não sei dizer, o que a população africana pensa do Brasil e de Portugal. Talvez, intuitivamente, eu diria que os africanos conhecem os portugueses, conhecem menos os brasileiros. Ou seja é um bocadinho ao contrário do que acontece entre Portugal e Brasil.

Quanto aos políticos, eu diria que os políticos sabem muito pouco.

MVG: Do Brasil?

IC: Todos os políticos sabem bastante pouco e não estão anos suficientes no poder para aprenderem e levarem até o fim a conclusão daquilo que aprenderam. O que significa que os gestos decisivos das relações no quadro da CPLP são muitas vezes tomados por pessoas que, ou procedem intuitivamente, ou são influenciadas pela última coisa que lhe disseram.

MVG: O sr. acha que o futuro será um futuro sem fronteiras para os países lusófonos?

IC: Não creio que pelo fato de falar a mesma língua isso venha a ser uma consequência direta e previsível. Quando fala de fronteiras alfandegárias e fronteiras de pessoas, eu creio que, cada vez, há mais fronteiras no mundo. Cada vez, as pessoas passam mais tempo e mais aborrecimento nos aeroportos antes de poder entrar no avião.

MVG: Mas já tem um acordo entre Portugal e Angola para livre circulação?

IC: Não é para livre circulação. É para dispensa de vistos extremamente complicados de obter. É o retirar de algumas complicações. Eu não creio que o mundo, tomado na globalidade, caminhe para o baixar de fronteiras. E entre os países lusófonos não vejo que isso seja possível.

MVG: O presidente de Moçambique, Armando Guebuza, disse que o seu país ainda está estudando a implementação do Acordo Ortográfico, e disse que a CPLP tem que analisar a questão do interesse de outros países que não falam português.

IC: O tema da Guiné-Equatorial foi um problema sério que houve na Cimeira de Luanda do ano passado. Eu creio que são poucos os países da CPLP que estão interessados na admissão na Guiné-Equatorial. Eu diria que, por exemplo, Moçambique é associado do *Commonwealth*. Eu creio que associações a comunidades de que fazem parte a maior parte dos países vizinhos, faz sentido. Neste sentido também, admitiria que a Guiné-Equatorial, independentemente do problema do regime político, também poderia ter alguma forma de ligação à CPLP. Agora ser um país-membro como Portugal, como Angola, como Moçambique, faz favor; isso aí é um bocado longe demais.

MVG: O sr. acha que esses países serem associados à francofonia é certo? (Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe).

IC: Em Cabo Verde, há duas línguas oficiais. O crioulo e o português. Não é o francês. Na Guiné-Bissau, há uma zona de fronteira em que se fala francês. Está rodeado de fronteiras em que se fala francês. Mas nenhuma das línguas da Guiné-Bissau são o francês. Mas naquele nível de pertencer de uma forma associada, não com estatuto, membro de pleno direito, a associações francófonas, não me parece chocante. Parece-me, digamos assim, pragmático. E neste nível também é que deveria ser colocada a questão da Guiné-Equatorial ou da Austrália. Há uma pergunta sua sobre o Timor-Leste. O papel do Timor-Leste é muito importante. É o único Estado do Oriente em que o português é língua oficial. E nesse aspecto vai contra uma tendência que tem 300 anos. E isso é muito importante. O papel do português em Timor-Leste é o de ser uma

alternativa forte à influência do inglês na Austrália. E nesse aspecto ainda bem que os timorenses têm a possibilidade de usar o português.

MVG: Mas o sr. acha que, por exemplo, que países que não falam português: Austrália, Senegal, Ilhas Maurício, Ucrânia, todos esses países que demonstraram um interesse na CPLP. O sr. acha que eles poderiam ter um status de membros associados, mas não de membros plenos.

IC: É isso ou alguma coisa parecida com isso. Eu creio que deveria haver, por um lado, os membros plenos que são estes Estados que nós temos. E não estou a ver nenhum a fazer-se de novo, a menos que, por exemplo, Amapá se transforme em Estado independente e nessa altura poderiam entrar. Mas o aparecimento de um novo Estado em que o português seja a língua oficial dominante, não creio que, sob pena de descaracterização do que é a CPLP.

MVG: Mas por que o sr. acha que os Estados africanos ainda não implementaram este acordo? O que eles estão esperando?

IC: Mas para isso, precisam de manuais. E houve um episódio de manuais oferecidos à Guiné-Bissau que foram rejeitados, no tempo do Lula. Houve uma oferta que não foi concretizada porque a Guiné-Bissau não aceitou. Talvez não tenha sido exatamente assim. Talvez tenha havido um elemento daquilo que eu lhe disse há pouco. Os africanos, gostem ou não dos portugueses, e uns gostam e outros não, conhecem os portugueses. E percebem o que o português quando estar a falar com ele, quer, e onde é que quer chegar. E não têm a mesma apreciação em relação aos brasileiros. E isso, evidentemente, a Mônica compreende, é uma generalização das mais baratas que pode haver. Não tenho maneiras de fundamentar isto a não ser com histórias que me contam e que acabam logo ali. Mas o Brasil tem em África o problema de se fazer conhecer e acreditar.

MVG: Ah, ainda tem que percorrer este caminho?

IC: Se não, não vai lá. Em sociedades antigas, estruturadas de forma tribal, muito tradicional, muito conservadora, as pessoas só entram se eles quiserem. Os dois grandes países: Angola e Moçambique ainda não viram o que é que ganham em aderir ao Acordo. E vão aderir, no momento, em que isso se traduza em algum ganho de natureza política, diplomática ou espetacular. E não vão aderir ao mesmo tempo.

MVG: Por que não?

IC: Porque nunca fazem nada ao mesmo tempo.

MVG: Com relação ao conceito de lusofonia.

IC: Eu não gosto do conceito de lusofonia, na medida em que ele é um bocado anestesiante da realidade. Ele assenta numa coisa que não é verdadeira, que é o convencimento de que pelo fato desses povos falarem a mesma língua estão ligados por relações de simpatia, de colaboração, etc. Mas as línguas não aproximam as pessoas. As línguas servem para as pessoas compreenderem os outros, para insultarem os outros, para enganarem os outros. Uma língua é um instrumento que serve uma multiplicidade de finalidades. Não é uma pomba da paz. Ou seja, nada decorre de feito adquirido para aproximação entre esses países do fato de terem a mesma língua como língua oficial. E de em alguns países ser a língua maioritária, noutros não é. Nada fica adquirido com isso. O trabalho todo tem que ser feito depois disso. É por isso que eu digo que o conceito de lusofonia é um conceito anestesiante na medida em que dá uma falsa ilusão de que é possível, de que não é preciso fazer mais nada. Quando todos os temas que têm aparecido na sua entrevista: liderança, relações de poder, implementação internacional da língua, tudo isso está constantemente a ser aprimorado apesar de todos falarem a mesma língua.

MVG: Mas não facilita falar a mesma língua?

IC: Não. Francamente não. Se falássemos em inglês entenderíamos tão bem como... Não é isso o que estou a dizer. O que estou a dizer é que duas pessoas que dominem o inglês como língua de trabalho entendem-se facilmente em inglês, provavelmente um português e um alemão conversando em inglês a cerca de seu trabalho estão mais à vontade, estão mais nivelados, do que um português e um brasileiro a falarem em português com o português a achar que fala o português melhor que o brasileiro, e o brasileiro não perceber nenhuma das vogais que o português está a dizer. E a meterem ideologia e preconceitos ancestrais no meio dessa comunicação. Conclusão: lusofonia como conceito de aproximação cultural, linguística e de mentalidades entre esses povos é uma falsidade.

MVG: De que maneira o sr. vê a lusofonia de forma positiva? O que seria positivo para o sr. no conceito de lusofonia?

IC: A palavra. Porque quando me pergunta se tem outra melhor, o conceito de lusofonia é mal. Não é melhorável. Agora, a palavra eu não encontro outra mais simples para substituir essa. É uma coisa que me indigna muitas vezes.

MVG: Mas, professor. O sr. falou algo interessante. O fato de falar a mesma língua não significa que temos que concordar em tudo. Mas eu vou citar uma frase atribuída a Mandela, onde ele dizia que quando ele fala a língua materna do interlocutor, ele fala ao coração, e quando ele fala uma língua estrangeira, ele fala ao intelecto. E vou citar um exemplo simples. A palavra “saúde”, em inglês, levaria tempo para explicar. E já isso não ocorreria com uma pessoa em Angola ou Moçambique.

IC: Sim é pratico. Aliás, há palavras fáceis como lusofonia que têm uma certa vantagem. É fácil. Mas não creio que seja por isso que algumas coisas se resolvem.

MVG: Mas e aí, como a gente faz? Como fazer para descrever os países que têm a língua portuguesa como língua oficial. Como é que a gente se define. Esse grupo é o que?

IC: É o dos países quem têm o português como língua oficial.

MVG: Vamos falar do Acordo Ortográfico e as línguas locais nos países africanos. Eu tenho observado que este Acordo está despertando um certo sentimento nas línguas locais, um certo renascimento nacionalista local, regional, da riqueza das línguas nacionais.

IC: Eu tenho que lhe dar uma resposta rápida a este respeito. A questão não é simples. Do ponto de vista português. Não vou falar do ponto de vista brasileiro. O ponto de vista português é o seguinte: o desenvolvimento que a língua portuguesa está a ter, sobretudo em Angola e Moçambique, não devia ser motivo para que as línguas locais, que são línguas nacionais, não fossem estudadas e promovidas. Mas, o desenvolvimento dessas línguas acaba por ser benéfico para o crescimento do português nesses países. É uma equação complicada mas que está demonstrada em várias situações. Ou seja, numa situação de plurilinguismo, a língua de veículo, que é o português, não perde com o desenvolvimento das outras línguas. Ganha com o desenvolvimento das outras línguas. Portanto, do ponto de vista europeu, é bom que as línguas locais se desenvolvam. Do ponto de vista africano, creio que pensam o mesmo. Mas o que na prática, o que está a acontecer, é que cada vez mais pessoas nascem falando o português como língua materna e não estas línguas, e isso é o que está a acontecer. E daqui a 50 anos, a população que terá as línguas locais como língua materna será bem menor do que agora. Portanto se nós achamos que elas merecem cuidados é agora que temos que os implementar. E isso não é ir contra os interesses da língua portuguesa. Devia ser uma causa da CPLP. O que é difícil de explicar pela execução. Ou seja, o português ganha com o desenvolvimento das outras línguas. À primeira vista parece que é um absurdo, que não é assim. Mas é assim.

IC: O português, língua de trabalho das Nações Unidas. Neste aspecto parece-me que o desenvolvimento do português como língua de trabalho nas organizações internacionais depende de as lideranças portuguesas e brasileiras e colaboração dos africanos ser eficaz e ser unânime.

MVG: Mas por que eles não fazem disso uma prioridade então?

IC: Eu creio que estão sempre a tentar fazê-lo, mas são muitos palcos, custa muito dinheiro. Vocês aí sabem melhor do que eu. O custo de colocar uma cabine de intérprete nas Nações Unidas. Custa muito dinheiro e é muito complicado.

MVG: E na União Europeia?

IC: Nunca foi uma coisa muito grande. Com o Brasil e África por trás podia o português revelar-se mais interessante aos europeus. Mas não. A maior parte dos europeus não veem Portugal como um país pelo qual se poder chegar ao Brasil e África. Mas era preciso que nas instâncias europeias os países tivessem sempre de acordo. Mas por exemplo, o Brasil e Portugal fazem políticas que não são previamente acordadas entre si.

FIM

ANEXO 8

Juan Pedro Basterrechea, 24/11/11

MVG: Cómo es la coordinación con empresas españolas en la promoción del idioma?

JPB – Con las empresas, nosotros tenemos sobretodo una relación basada sobretodo en el patrocinio. Las empresas españolas que tienen presentes al exterior a menudo patrocinan al instituto. Y muchas veces como parte de esta colaboración, además del patrocinio también hay cursos de formación en español para el personal de estas empresas que lo necesitan. Para los que no son hispanohablantes y por estar trabajando en una multinacional española pues se interesan aprender el español. Entonces esos dos tipos de relación se dan a menudo. Tanto el patrocinio como los cursos a los trabajadores pues son patrocinadores del Instituto Cervantes pues empresas como Telefónica, Banco Santander, Iberia, Iberrola, Repsol, Aksa, en la página del IC hay un círculo de amigos y la relación de las empresas que tienen una vinculación más estable con el Instituto.

MVG: Y cuál es el interés de ellas?

JPB – Bueno, estas empresas tienen intereses diversos. Hay algunas que reconocen que su presencia en el mundo está muy vinculada al hecho de que el español es un idioma internacional. Hay que tener en cuenta que muchas de estas empresas españolas justamente donde se han expandido es en Hispanoamérica. Y portanto su expansión está muy vinculada al español y al hecho de que los países donde están son países hispanohablantes, y eso ha servido de plataforma para estas empresas y a otros países ya no hispanohablantes. Es el caso del Banco Santander, por ejemplo, o la propia Telefónica. Y pronto, eso es una especie de reconocimiento que tienen estas empresas hacia esa oportunidad que les ha dado el hecho de repartir el idioma con tantos países hispanohablantes y de alguna manera devuelven este favor, esta ventaja con un compromiso con el Instituto. Pero también muchas de estas empresas también dan al instituto una forma de retornar de querer un retorno a esta vinculación de patrocinio con el Instituto pues gracias a que el Instituto también les abre muchas puertas. Hay que tener en cuenta que cada IC en el mundo tiene contacto con muchas instituciones, entidades, personas influyentes en el ámbito que está situado. Y todos estos contactos todas estas redes de redes pues sirven también para los intereses de las empresas. Y a las empresas españolas les interesan con frecuencia ir de la mano del Instituto para relacionarse con Universidades, con los ámbitos de la cultura, de la política, de la red de comunicación, de la empresa en los países donde nosotros estamos muy presentes y tenemos una buena gran red de contactos.

MVG – Es decir, el idioma y la promoción del español tienen claramente un valor económico muy grande.

JPB – Claro. Claro. Todo está absolutamente relacionado. En última instancia el interés de los países en hacer una difusión de su lengua y de su cultura es un interés que tiene muchas facetas, ¿no? Y una de ellas muy importante pues es la de trabajar las relaciones, eso que se llama ahora diplomacia blanda, la de tender puentes, establecer vías de intercomunicación y de interacción con todos agentes de los países, donde nos acogen y claro contribuir con ellos a fomentar la imagen de la marca país. En nuestro caso de la marca España, pero en el caso del British Council, la marca Reino Unido, y en el caso del Goethe, pues la marca Alemania, no? Y claro y con la acción cultural, pues agregamos a esta imagen de marca país, valores que son percibidos

como muy positivos y que contribuyen y facilitan pues toda la tarea de la internacionalización de las empresas españolas, en la medida que la imagen de la marca país es más favorable pues es más fácil introducir el producto de un país en el país donde se tiene esta imagen más favorable y etc, ¿no? Y todo esto forma parte del tramado de la presencia, en nuestro caso de España en el exterior. Presencia que tiene pues distintas instituciones pues empezando pelas Embajadas, las oficinas comerciales, los institutos culturales, etc. Y todos ellos contribuyen de alguna forma a establecer una relación con los países que nos acogen y donde estamos presentes, que tienen muchos objetivos, y uno de ellos también es favorecer los intercambios comerciales y económicos que puedan tener las empresas españolas.

MVG –Usted afirma que todo está relacionado, la política, la economía y la lengua, entre otro factores. ¿Argentina y México ya intentan hacer sus propios institutos de lengua. Como Usted ve eso?

JPB – Bueno, nosotros siempre hemos dicho que la lengua es común y la cultura es común, aunque que evidentemente tiene, tanto una como otra, tienen matices, y variantes y aspectos que son peculiares y que añaden riqueza y valor. Pero nosotros siempre hemos defendido la lengua y la cultura. No la lengua o la cultura de España, sino la lengua española de 21 países que tenemos la lengua española como lengua oficial y la cultura de todos esos países. Y en definitivo toda la cultura que nasce en español. Para nosotros, y que si la literatura hispana de los Estados Unidos también es cultura española, no vamos, española no pero sí en español. Y portanto también tenemos interés end difundirla. Si otros países hispanos, la medida en que tienen cada vez una presencia más fuerte en el mundo y un desarrollo económico más potente, nos permite también abordar la posibilidad de crear una cosa parecida, pues vamos a ver positivamente, claro, sea que en última instancia será una gente más, algo más con quienes colaboraremos y con los quienes trabajaremos junto com muchísimo gusto, pues al fin y al cabo tenemos en muchos sentidos intereses comunes, y en otros pues puede surgir una cierta competencia sana pero que no impide de alguna manera una colaboración. Por otra parte, México que tiene una amplia red de centros en Estados Unidos, venimos colaborando con ellos desde hace muchísimos años. O sea que eso no es una novedad tampoco y además es algo que lógicamente veremos estupendamente porque al fin y al cabo lo que hace es añadir más fuerza en la difusión de la lengua y de la cultura en español.

MVG – Pero en lá práctica, ¿eso no es una pérdida de influencia para España y para las empresas españolas.

JPB – ¿Pérdida de influencia? Pues yo no lo veo así porque en última instancia nosotros que llevamos la bandera de la cultura de estos países también, no sé. No creo que eso haya por supuesto ninguna merma de influencia para estos países, todo lo contrario. Cuando ellos estén presentes en otros países llevando la bandera del español y de la cultura española, de la cultura en español, pues yo estoy seguro que al final también suma. En el mundo nos ven a los hispanos como algo bastante relacionado, bastante homogéneo, bastante unido, y lo cierto es que es así, no? Y por tanto la presencia de estos países y de estos institutos culturales lo que hace es sumar al esfuerzo de todos, yo creo que no nos es una pérdida de influencia para nosotros, para nada.

FIM

ANEXO 9

Carlos Alberto Faraco, 31/05/2011

Mônica Villela Grayley - O que significa o conceito da Lusofonia para o sr. e por que existem reservas a esta nomenclatura em alguns países de língua portuguesa, o que não ocorre, por exemplo, com a francofonia.

Carlos Alberto Faraco - Veja, no caso da francofonia, a França sempre liderou este processo com mão de ferro. Ela organizou aquela entidade, chamada Organização da Francofonia, que é um “Ministério da França”, quase um departamento do governo francês, embora no discurso, eles tentem esconder isso. Então, a França e a Espanha também lideram este processo de promoção do francês e do espanhol no mundo. Mas no caso do português, como o sistema colonial português demorou muito pra terminar, só terminou em 1974, a duras penas, se você pensar na guerra colonial etc, a expressão “lusofonia” acabou carregada de um certo neocolonialismo. Então há uma suspeita muito grande sobre a questão da lusofonia. O termo vem a aparecer com mais força no governo do Mário Soares, e com isso existe esta desconfiança de que a lusofonia representaria o neocolonialismo...

MVG - O sr. acompanhou esta proposta de Portugal para internacionalizar o português?

CAF - Sim, eu participei inclusive da organização daquele grande congresso que aconteceu em Brasília, em março do ano passado... Mas veja, essa questão hoje... nós estamos atrás de uma palavra, na verdade, porque os africanos têm uma reação à lusofonia. Eles dizem que nos países africanos têm outras línguas. Fora Angola, apenas cerca de 10% da população falam o português. Mas no Brasil, nós ainda temos uma noção romântica... Então, há sim primeiro uma falta de direção na questão da gestão da língua. Se você analisar, verá que os portugueses trabalham numa perspectiva muito nacional no Instituto Camões, trabalhando numa perspectiva bem mesmo de interesse do país Portugal. E a cooperação da CPLP, a CPLP tem o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, que cuida da questão internacional da língua, mas a atuação do Instituto ainda está muito embaraçada. Nós temos uma situação em que não há gestão internacional da língua portuguesa. Há ambiguidades que ainda não se resolveram.

MVG – Qual é o papel político da CPLP?

CAF - Acho que o papel político da CPLP ainda não se definiu ainda. A CPLP tem três eixos de atuação, mas eles ainda não se estabeleceram. Existem coisas periféricas. Ela poderia ter um papel relevante na gestão da língua. A própria proposta de internacionalização foi liderada pela CPLP, mas ela não avança.

MVG – Por que?

CAF - A minha impressão é que não há interesse dos países, minha impressão é que eles preferem uma cooperação bilateral que uma cooperação num espaço conjunto. A minha suspeita, e eu não tenho provas suficientes para isso, mas a minha impressão é que no espaço da língua portuguesa, o Brasil é muito grande. Portugal tem um concorrente. É diferente da francofonia e da hispanofonia, por exemplo. A França não

tem um concorrente, a Espanha também não. Mas creio que o tamanho do Brasil é um problema para Portugal, o Brasil é um concorrente. Então o tamanho do Brasil acaba sendo um problema principal aí da viabilização da CPLP.

MVG - Mas o sr. acha que esta “desconfiança” seria só entre Brasil e Portugal, ou dos demais países de língua portuguesa com o Brasil?

CAF- Não, eu acho que os demais países, eles têm interesse na relação bilateral com o Brasil ao mesmo tempo em que querem manter a relação bilateral com Portugal. Para eles, uma cooperação dos dois lados é muito interessante. E por isso, eles não assumem uma posição nem contrária nem a favor. Eles procuram uma ação diplomática bilateral para evitar exatamente o conflito.

MVG- De que forma?

CAF- Por exemplo, na questão da política da língua, ele (Brasil) sempre espera que Portugal dê o primeiro passo. Nós não conseguimos até hoje uma cooperação Brasil-Portugal, na promoção da língua, em outros contextos fora dos países de língua oficial portuguesa. Onde tem o Instituto Camões, o Camões não se abre para a ação brasileira. E onde a ação brasileira é forte também, ela não se abre para a ação portuguesa. Eu diria que Portugal tem muito mais preocupação, atualmente, com o Brasil, do que o Brasil com Portugal. Mas por uma tradição da nossa diplomacia há sempre este “pé atrás”. Essa é uma impressão que você tira exatamente desses documentos assinados, por Brasil e Portugal, essas cimeiras que acontecem, de dois em dois anos, os documentos são maravilhosos, todos com “juras de amor” e promessas, mas aí quando você vai olhar as ações decorrentes, você vê que nada se transforma em ação definitivamente. Então isso marca de um lado a resistência portuguesa a abrir o flanco para o Brasil, do outro lado, a posição brasileira de não avançar, se Portugal não avançar. Então estamos numa situação assim: O Brasil poderia assumir a liderança? Eu acho que podia, tem todas as condições para isso, mas não assume. Portugal poderia assumir? Não sei, eles têm medo de serem taxados de neocoloniais, principalmente na África. Então diferente da francofonia e da hispanofonia, nós não temos um centro que puxe a política, a cooperação.

MVG – Agora por que o Brasil não fez até agora uma política sistemática da língua, nesses moldes?

CAF- Ah, essa é uma outra questão que até hoje não se entendeu. O Itamaraty tem uma política muito atípica até com a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, um representante dela uma vez declarou, claramente, que todos os nossos programas de leitorado não têm programa. As nossas ações de leitorado nas diversas universidades, devem ser uns 40 ou 50 leitores brasileiros mundo afora, nós não temos nenhum programa definido para isso. O leitor está lá solto, ele representa o Brasil, a língua portuguesa, mas ele faz o que passar na cabeça dele. Não tem um programa, uma diretriz, para orientar o trabalho desse pessoal.

MVG – Muitos análises diplomáticos dizem que a promoção da língua portuguesa é uma forma de promover Portugal como um país que quer se afirmar no mundo através da língua. O sr. concorda?

CAF – Eu concordo em parte. Veja, a nossa inércia, a inércia do nosso governo, acho que, em parte, resulta no fato de que o Brasil atrai, independente da ação governamental. O Brasil tem uma presença forte na América do Sul e na América Latina em geral. O Brasil tem uma imagem positiva, em geral, na Europa, na África, que busca a cooperação com o Brasil. Então, a música brasileira, o cinema brasileiro, enfim, aparecem no mundo sem a ação do governo. Eu acho que isso é a razão da nossa inércia.

MVG – É uma política assistemática então?

CAF – É bem assistemática. Ninguém tem uma política. Nem o Ministério da Cultura, nem o Ministério das Relações Exteriores. O Ministério da Educação tem alguma coisa interessante na cooperação, na área da educação, com Uruguai, Argentina, Colômbia para o ensino do português como língua estrangeira nesses países. E coisas interessantes como escolas bilíngues em fronteiras. Então, acho que o Ministério da Educação, de alguma maneira, faz mais pela promoção do português do que o Ministério das Relações Exteriores.

MVG – Esta proposta de internacionalização, como surgiu em 2008, o objetivo dela era fazer do português língua oficial das Nações Unidas. Mas de 2008 para cá, não houve um grande avanço para fazer do português língua oficial. O que se afirmou é que a crise econômica atrapalhou um pouco este processo, que custaria só para começar cerca de US\$ 150 milhões. Mas nesta reunião de Brasília, da qual o sr. participou, passou-se a nomenclatura língua oficial, para língua de documentação. O que o sr. acha?

CAF- No congresso, foram discutidos três temas. E os diplomatas estiveram na escuta, nos primeiros temas, e seguiram muito aquilo que os técnicos disseram. Na questão da promoção da língua, se discutiu a questão do português como língua 1, língua 2 e língua 3.

MVG – O que é isso?

CAF- Língua 1 é a língua falada pelos nativos, como primeira língua, língua 2, é o ensino do português nos países africanos, porque eles têm a língua de casa, e aprendem português como língua oficial nas escolas, e não é interpretado como língua estrangeira porque é língua oficial do país. E a terceira é o português para estrangeiros, por exemplo, na Argentina, hoje, o português é oferta obrigatória no ensino médio.

MVG- E no caso do Português para a Diáspora?

CAF- Isso. Aí seria quase que um quarto conceito. A língua portuguesa na diáspora porque a comunidade está sob pressão da língua do país, onde ela está, e aí surge a tentativa de manter viva na comunidade a língua dos pais. Então foram esses quatro eixos. Houve uma discussão técnica, e os diplomatas seguiram à risca a questão das propostas técnicas. E o terceiro ponto foi a discussão da presença do português nos organismos internacionais. E nessa, os diplomatas é que tomaram conta, nós, os técnicos não fomos ouvidos, nós ficamos só de audiência mesmo, e aí eles tomaram conta e discutiram essa questão da língua de trabalho nas Nações Unidas. Eles tiveram essa discussão de introduzir o português, pouco a pouco, e ganhando espaço como língua de trabalho no maior número de organismos internacionais, e aos poucos chegando na

ONU também como tentativa de língua de trabalho. E aí, se saiu essa expressão sobre língua de documentação, eu teria que rever o documento, mas eu não me lembro dessa expressão. Eu lembro que a discussão sempre foi língua de trabalho e língua oficial. Eu lembro dos diplomatas brasileiros sempre dizendo que a língua oficial não era uma meta exequível no momento, e que nós tínhamos que pensar num modelo como língua de trabalho, e que isso teria um custo muito grande, e portanto a questão na ONU seria de longo prazo.

MVG- Por que o sr. acha que Portugal decidiu fazer esta política agora em 2008, e logo depois o Brasil anunciou esta Universidade da CPLP no nordeste, por que o sr. acha que isso aconteceu neste momento?

CAF- Eu acho que o Brasil, desde 2003, para cá, deu um certo avanço na questão da promoção da língua portuguesa. Criaram, no Itamaraty, a Divisão para Promoção da Língua Portuguesa, deram uma divisão administrativa para aquele tema. Depois, o Brasil saiu na vanguarda da necessidade de se implantar o Acordo Ortográfico, em 2004, 2005, e constituiu uma comissão interna com vistas à promoção da língua portuguesa, interna e externamente. E o Brasil deu muitos sinais, eu acho, que estava em vias de desenvolver uma política que assumiria uma liderança nessa questão da promoção da língua portuguesa. E Portugal é muito sensível neste aspecto. Imediatamente, eles fizeram então uma proposta, apresentaram este estudo que é muito interessante, sobre o valor econômico da língua portuguesa, para o PIB português, e aprovaram o aditivo do Acordo Ortográfico, que faltava, e partiram para ocupar esse espaço, né? Porque eles sentiram que o Brasil estava avançando. E aí o congresso que Portugal propôs, eu acho que é uma reação à política brasileira. E no momento em que Portugal propôs, o Brasil imediatamente se ofereceu como parceiro na organização do congresso. Já há um congresso definido para 2012. A CPLP está preparando um Congresso Internacional da Língua Portuguesa, em Lisboa. O Brasil assumiu a direção-executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, e de repente o Brasil começou a apostar na promoção da língua por meio do IILP, eu acho que isso foi outra coisa que mexeu com Portugal. Essa sequência de fatos desde 2003 até 2010 levou Portugal a tomar essa medida.

MVG – O Brasil teria tomado esta medida sobre a Divisão de Língua Portuguesa no Itamaraty com que interesse?

CAF- Eu acho que o interesse geral é aproveitar este início da CPLP para congregar esses países, de língua portuguesa, no projeto de tornar o Brasil membro permanente do Conselho de Segurança. Acho que faz parte dessa política mais geral. Eles não declaram diretamente esse interesse político, mas eu acho que qualquer movimento que a diplomacia vem fazendo na última década, no fundo, ela tem este interesse, de conquistar adeptos e amigos para a causa brasileira de ocupar uma posição permanente no Conselho de Segurança.

MVG – Mais do que nunca, esta política de promoção da língua por Portugal, ou esta medida de promover a língua, pelo Brasil, ainda que não tenha uma política sistemática,

e qualquer outra medida tomada neste sentido, tem o interesse político de apoio desses países?

CAF – Acho que sim. É para criar um momento favorável para que depois, se possa dizer: “Olha, vamos assinar aqui um compromisso. A Cimeira Brasil-Portugal... aí Portugal pode declarar que o Brasil deve ter o assento permanente, que apoia a candidatura. E Portugal já o declarou. Então tem um pouco esse jogo para se alcançar os objetivos políticos. E com certeza, usa-se a língua como plataforma comum. Mas tem um terceiro elemento para você observar aí, que é o papel de Angola

MVG – Em que sentido?

CAF- Angola é hoje o terceiro país com o maior número de falantes da língua portuguesa. Moçambique não chega a 10% da população que fala português como língua 1. E em Angola já chega a 30% quase 40%. Então Angola está a todo momento dizendo ou querendo dizer, e isso ocorreu no congresso lá em Brasília, que ela é parceira de primeira linha nessa discussão da língua. Ela também é dona dessa língua.

MVG – Mas ela diz isso para o Brasil ou para Portugal?

CAF – Para os dois. Para os dois. Eu ouvi inclusive um diplomata angolano, em *off* lá no Itamaraty, dizendo que “Angola é o segundo maior país de língua portuguesa.” É um exagero dele, mas veja, qual é o espírito? O espírito é esse: “Nós somos coproprietários da língua. Não queiram vocês decidir sozinhos.” Tanto que até agora, eles não adotaram o Acordo Ortográfico. Estão fazendo embaraços nesta área.

MVG – E interessante notar que Angola é um país emergente, super importante.

CAF – Eles têm um potencial grande. Outro dia, parece uma coisa banal, mas quando você vê o quadro geral, percebe o que está acontecendo. A Guiné-Equatorial, uma ex-colônia espanhola, pediu para ser membro-observador da CPLP. E foi aceita. E aí quando o novo embaixador da Guiné-Equatorial em Angola chegou, ele fez um discurso pedindo a Angola, apoio para a implementação do ensino do português na Guiné-Equatorial. É uma noticiuzinha bem banal de pé de página de jornal, mas que indica tudo. Quer dizer, Angola faz um movimento diplomático, para que, de repente, a Guiné não dissesse: “Nós vamos pedir apoio ao Brasil e a Portugal para o ensino do português. Não. Vamos pedir a Angola”. E com isso, Angola agrega valor ao seu cacife político na CPLP, na gestão da língua.

MVG – Professor, o sr. acha que o português vai crescer ainda mais como língua 3, para estrangeiros?

CAF – Eu acho que sim. Acho que há um crescimento, na América do Sul com certeza, em função do fato de o Brasil colocar o espanhol como oferta obrigatória no ensino médio, como língua estrangeira, e como o mesmo tipo de política em relação ao português no Uruguai, na Argentina, na Venezuela, na Colômbia. Então há uma expansão como língua estrangeira na América Latina. Eu acho que à medida que a economia brasileira vai crescendo também vai expandir o interesse nos Estados Unidos, na Europa. Ainda hoje, há um programa de formação de técnicos que falam a língua portuguesa na China em razão de seus interesses políticos e econômicos na África e no

Brasil. Então, eu acho que é uma língua em crescimento. O português está crescendo como língua materna, é um crescimento vegetativo só na África, mas está crescendo. Como língua 2, sem dúvida, na África, é bem marcante, e como língua estrangeira, se você pensar, na Europa, China, na América Latina, nos Estados Unidos, eu acho que o português vai crescer. Não concorre com o espanhol, em razão do número de falantes que o espanhol já tem, da expansão geográfica do espanhol, mas eu acho que o português, na próxima década, será uma língua com crescimento significativo.

FIM

ANEXO 10

Celso Nunes Amorim, 4/7/2011

MONICA VILLELA GRAYLEY: Qual é o objetivo político e econômico da estratégia, apresentada por Portugal, sobre a internacionalização do idioma como foi feita em 2008?

CELSO AMORIM: Eu não sei definir os objetivos de Portugal, agora obviamente a língua é um veículo de cultura, mas também de relações econômicas, políticas. Então, a internacionalização da língua naturalmente trará outras consequências e outros benefícios. Eu aliás, frequentemente em reuniões... Eu li até pelas suas perguntas que você considera, ou outros consideram, talvez com razão, que o Brasil não tenha feito suficiente. Mas em várias das reuniões que eu participei da CPLP, eu sempre chamei muita atenção para a necessidade de uma política da língua, né? Com otimização dos instrumentos de que a gente possa dispor até em alguns lugares onde existem comunidades que falam português, ou digamos, pelo menos tenham afinidade com o português. Por exemplo, a comunidade de cabo-verdianos como existe na Holanda e outras. E poderia se fazer um trabalho conjunto: Brasil, Portugal, Cabo-Verde se for o caso, Angola, dependendo de onde for, para manter e desenvolver este potencial. Acho que o objetivo é perfeitamente compreensível. Os países grandes tendem a ser um pouco introvertidos. E é certamente o caso do Brasil, dos Estados Unidos, da Rússia. Quando você vai à Rússia, claro que uma elitzinha vai falar inglês e uma outra língua. Mas o povo russo, fala russo, o povo americano fala inglês, e o povo brasileiro fala português. E é natural. E eles são muito voltados para si próprios e se preocupam menos com a difusão fora. Mas eu acho que o Brasil, no momento em que estamos vivendo agora, inclusive de grande expansão das nossas relações internacionais, nós temos que tratar de ter uma política ativa da língua. Por exemplo, eu acho que nós cometemos um erro. Não nós o Brasil, mas a CPLP cometeu um erro em ainda não ter admitido a Guiné-Equatorial como membro pleno porque veja bem, nós somos todos cheios de escrúpulos. Não é que eu não seja. É claro que eu sou a favor da democracia (...). (interrupção na gravação). (...) capacidade de influência. Eu me lembro que a primeira vez que eu fui procurado a respeito, eu era embaixador na ONU. Mas isso já deve ter uns 12 anos, e eu entusiasticamente disse que sim. O Brasil, independentemente dos governos todos que teve, sempre apoiou (a entrada da Guiné-Equatorial na CPLP). Mas sempre encontrou dificuldades e principalmente Portugal, e no caso, até com, provavelmente, não quero me meter em coisas internas, mas até com diferenças entre os partidos políticos dentro de Portugal. Então é um evento claro em que nós estamos deixando de fazer uma política da língua. E nós ficamos num purismo “Ah, mas o português lá não é língua oficial, ah foi feito língua oficial, mas não é para valer”. Ora, é nossa tarefa fazer com que isso seja usado, e não esperar. Olha, eles têm dinheiro. Eles terão capacidade de mandar bolsistas para Portugal, pro Brasil, para algum outro país, pra Angola, pra algumas coisas talvez. E depende de nós sabermos usar esse potencial. E no entanto, nós ficamos aqui fazendo os que outros pregam mas não fazem.

MVG: Ministro, este parece ser um desafio dentro da CPLP porque é um bloco também linguístico, mas o seu primeiro pilar é a concertação político-diplomática, com oito

países, mas esses países são importantes, cada um pensa de uma forma diferente. O sr. acha que essas soberanias atrapalham um pouco na hora de resolver em consenso?

CA: Não. Mas isso é natural. Eu acho que a soberania, enquanto existir o Estado-nação, e enquanto o mundo estiver organizado desta forma, todos prezarão e zelarão por sua soberania, e é natural que seja assim. Mas, evidentemente, isso não impede a concertação política, pelo contrário, aí na ONU, nós fizemos muito nisso em muitas questões. Foi o Brasil até que propôs um sistema de todo o ano termos uma reunião, mesmo quando os ministros vão, da CPLP, frequentemente é um almoço ou um outro evento, naturalmente com o crescimento das atividades, as coisas vão ficando mais difíceis, mas eu acho que isso é possível. E com relação à própria língua, eu acho que tudo tem que ser negociado e discutido, mas nós conseguimos chegar ao Acordo Ortográfico. Ele está em vigor. Acho que ele é importante até para prestação de assistência técnica. Por exemplo, o Brasil poderia fornecer livros didáticos, em quantidade, a países de língua portuguesa. Sei lá, vamos pegar o caso mais extremo, Timor-Leste, onde é necessário difundir o português, mas não pode fazer direito porque a ortografia ainda não é exatamente igual. Eu não sei se o Timor-Leste já ratificou o tratado....

MVG: Pois é. O Acordo ele entrou em vigor no Brasil. O Brasil foi o primeiro país a colocar o Acordo em vigor, em 1º de janeiro de 2009, mas ele até agora não entrou em vigor, plenamente, em nenhum dos outros países. Portugal ainda vai decidir neste segundo semestre se implementa o Acordo nas escolas. Não é um pouco complicado isso?

CA: Olha é complicado, mas nós temos que liderar neste aspecto, compreender os problemas que existem.

MVG: ‘Nós,’ o Brasil?

CA: Nós, Brasil. Porque nós temos 200 milhões de habitantes, praticamente. E eu acho que, hoje em dia, somos o país de maior desenvolvimento. Em renda per capita, Portugal está na nossa frente, mas o Brasil tem um dinamismo hoje muito grande, então nós temos que ter uma, que exercer uma liderança. Agora, tem que ser uma liderança não-impositiva. Tem que ser através da persuasão, da conversa, da discussão. E eu acho que o próprio crescimento da ação brasileira na área cultural, por exemplo, em Moçambique. Em Moçambique, nós temos instalada, estou falando de coisas que aconteceram no final do governo Lula, tem a Universidade Aberta. Atividades do Senai que estão sendo montadas em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, em vários outros. Tudo isso tenderá a levar a uma pressão, a uma demanda pela uniformização. Agora também com um certo nível de compreensão de que essas coisas não ocorrem automaticamente, de que há também pruridos nacionais. Mas enfim, eu acho que é muito importante que Portugal que já ratificou, implemente logo, e que os outros países também façam isso porque isso facilita muito. Agora, se isso não ocorrer, o inglês da Inglaterra também não é igual ao dos Estados Unidos, nem por isso deixa de haver uma interação, mas seria muito melhor do ponto de vista, levando em conta sobretudo que existe essa carência de cooperação técnica, de ensino a distância, seria muito importante que os países vissem que dessa maneira, essas coisas ocorriam de maneira mais fácil.

MVG: Ministro, eu estive na CPLP há um mês e pouco, e a Austrália acaba de comunicar por escrito ao Secretário-Executivo (da CPLP) que tinha instruído o embaixador deles para acompanhar o trabalho da CPLP. Hoje, a CPLP é importante para a Austrália, para o Senegal, para a Ucrânia, para a Guiné-Equatorial. O que esses países têm a ganhar? Por que eles estão interessados na CPLP?

CA: Bom, a Guiné-Equatorial aliás só para distinguir quer ser membro pleno da CPLP. E é um caso diferente porque é o único país na África Subsaariana que fala espanhol. E tem inclusive uma ilha lá, que é a ilha de Bomtempo, onde ainda existem resquícios do português, da época da colonização portuguesa, depois houve uma troca lá. Então eu acho que seria muito importante que a Guiné-Equatorial entrasse como membro pleno. Isso é uma questão de querer exercer a sua influência econômica, comercial e política. Bom, então isso é um caso meio à parte. Com relação a esses outros, demonstra que a CPLP é um espaço de concertação-política que tem repercussão. A Austrália é óbvio tem um interesse imediato por causa do Timor-Leste, onde eles têm muitos investimentos. Eles têm investimento de petróleo, mas futuramente talvez até se interessem até porque coabitam o Oceano Índico, tem interesse também em Moçambique. Então eu acho que é uma demonstração de que há um grande potencial de cooperação. Claro que nós sabemos também das limitações. Você não pode fazer da CPLP uma união aduaneira, porque os países pertencem portanto a um mercado comum, porque muitas vezes, as pessoas sonham com essas coisas, mas elas não são realizadas. Agora, você pode sim, sobretudo os países em desenvolvimento da CPLP que no caso inclui todos menos Portugal, você pode ter esquemas comerciais, preferenciais, isso é perfeitamente possível, requer um pouco de persuasão. Sobretudo aqui entre os nossos, porque por exemplo, quando você fala no Mercosul em dar uma vantagem comercial para um outro, eles pensam que você está tirando vantagem do Uruguai e do Paraguai. E não é assim. Por exemplo, só para ilustrar: Angola, potencialmente é um grande importador de carne, que Uruguai e Paraguai exportam, né? Mas enfim, às vezes leva um pouco de tempo para você convencer a todos.

MVG: Analistas dizem que essa internacionalização foi feita, e vale lembrar que ela foi idealizada por Portugal, mas endossada por todos os países da CPLP na VII Cimeira. E alguns analistas (ouvidos para esta tese) dizem que ela foi feita com o intuito de frear o crescimento da variante brasileira. Por que esta preocupação se a língua é a mesma?

CA: Olha, eu não vejo muito isso não. Isso aí é uma coisa menor. E depende com quem você fala em Portugal porque naturalmente em todos os países há várias mentalidades. E eu acabei de citar o que eu acho um erro porque em grande parte foi Portugal que freou a entrada da Guiné-Equatorial (na CPLP) como membro pleno, volto sempre a esse ponto porque acho que é um ponto ilustrativo, mas eu não vejo isso assim. Eu vi, por exemplo, o ex-primeiro-ministro Sócrates dizer claramente que a entrada do Brasil no Conselho de Segurança deve ser um objetivo estratégico de Portugal porque a projeção do Brasil é boa para Portugal. Isso me foi dito, a mim e ao presidente Lula, na minha presença, mais de uma vez, pelo primeiro-ministro Sócrates e por outros, quer dizer, Portugal só ganha com isso. Agora, evidentemente que o brasileiro vai continuar falando com o sotaque brasileiro. Não pode esperar que a gente mude a maneira de falar. Mas eu acho que sempre tem forças muito conservadoras, não só politicamente, mas culturalmente que são refratárias a essas mudanças, a esses avanços, mas eu acho que isso não deve subsistir.

MVG: E de que forma, na sua opinião, uma língua comum ajuda a relação de poder entre os países?

CA: Bom a língua é o principal instrumento de comunicação. Então, se nós pudermos nos entender sem necessidade de intérpretes ou tradutores é obviamente uma grande vantagem. A possibilidade da difusão de outros elementos culturais através da língua, cinema, música não só a melodia, mas também a letra, que expressam sentimentos, eu acho que isso ocorre. Poderia ocorrer muito mais, mas acho que ocorre. E isso vai criando um espaço cultural que por sua vez tem até importância do ponto de vista mercadológico. Eu diria, de um modo geral, que sou até otimista com esta questão da CPLP. Eu vejo, por exemplo, no Brasil, para ser franco e falar claramente, hoje em dia até um pouco menos, mas houve muito resistência com relação a tudo que dizia respeito à África. Não na teoria, na teoria todo mundo era a favor, mas qualquer iniciativa que o presidente Lula tomava, ou que nós tomávamos, “ah, mas por que abrir tantas embaixadas na África, por que fazer isso ou aquilo?” Bom, hoje em dia, o nosso comércio com a África, em sete anos, ele se multiplicou por cinco. Mas, eu não sinto a mesma resistência aos países da CPLP, curiosamente. Talvez porque na própria elite brasileira, apesar de uma certa resistência inconsciente a essa aproximação com a África, há uma atração pelo valor da língua. Então isso penetrou um pouco mais. Então, eu não vejo resistência aqui no Brasil a uma intensificação do trabalho com a CPLP, não. Sinceramente não vejo. Vejo assim, topicamente, que também houve em Portugal, isso também ocorreu no Brasil, não no governo de pessoas falando que a Guiné-Equatorial não deveria entrar na CPLP, e você ouve os argumentos mais absurdos, mas aí já é uma outra questão.

MVG: Ministro, o Brasil perdeu há dois dias um de seus maiores estadistas: o presidente Itamar Franco. Ele relatou numa entrevista ao JB no ano passado, as resistências que o embaixador José Aparecido de Oliveira enfrentou para criar a CPLP. "Desconfianças, competições, afirmações de neocolonialismo". Hoje, ao analisarmos os textos das resoluções, especialmente, sobre a promoção do português, eles são quase perfeitos, mas na prática, a promoção parece estar travada. Existe um abismo entre retórica e ação. O sr. acabou de falar que isso leva tempo, mas além do tempo, poderia haver alguma coisa que esses países poderiam fazer neste momento para avançar esta estratégia?

CA: Olha, são duas coisas que são necessárias. Tempo e recurso. Você pode acelerar os tempos se você dispuser de mais recursos. Nós aumentamos muito os recursos durante o governo do presidente Lula para a difusão cultural. E qualquer difusão cultural que se queria fazer, mesmo da língua, mas mesmo quando não é especificamente da língua você está promovendo a língua, ao mostrar um filme em português, ou as referências brasileiras, de alguma maneira está se levando adiante. Mas provavelmente é necessário muito mais quando você compara com o que faz a França, ou a China com os Institutos Confúcio, você teria que fazer muito mais. E eu acho que há talvez ainda uma certa desconfiança, eu não diria desconfiança, mas uma certa resistência a um trabalho conjunto. Quer dizer, nós temos nossos Centros Culturais, Portugal tem os seus Institutos Camões. E eu acho até correto que seja assim porque tem coisas que são específicas de cada país. Mas eu acho que nós poderíamos fazer mais promoções em conjunto. E isso teria um grande mérito. Não fui eu que iniciei ou participei diretamente, mas eu sei que houve grandes esforços da TV Brasil em trabalhar junto com a Rádio e Televisão Portuguesa para maior difusão de programas sobretudo em

países de língua portuguesa. Então eu acho que esse trabalho pode se desenvolver mais. A TV é o principal veículo, talvez seja suplantada pela internet, mas aí eu nem sei como começar a agir. Mas televisões, um trabalho mais intenso entre elas seria uma coisa muito boa. Mas veja bem, o presidente Itamar Franco que você muito bem mencionou foi quem deu o impulso e o aval político para a criação da CPLP. E o embaixador José Aparecido foi o grande batalhador. Então o mérito maior cabe aos dois. Eu era ministro e fiz a parte que me cabia. A primeira reunião ministerial dos países da CPLP, embora ela não existisse formalmente foi em Brasília, acho que em meados de 1994. Mas infelizmente só se pôde formalizar já quando Itamar já não era o presidente. As coisas levam tempo. E o José Aparecido também aí, por ciúmes, bobagens, deixou de ser o primeiro Secretário-Executivo da CPLP. Mas isso não impediu que ela se desenvolvesse. Se nós formos aliás olhar mais para trás, vamos ver que o José Aparecido já havia sido o inspirador da realização da primeira cúpula de países de língua portuguesa, no Maranhão, na época do presidente Sarney. E aí se criou o Instituto de Língua Portuguesa. Então, essas coisas realmente vão levando tempo. Agora, eu, por vezes acho que o preconceito, a falta de entusiasmo faz com que as coisas andem mais devagar do que deveriam. Eu acho que todos sabem perfeitamente o valor que a língua tem como instrumento de política cultural, comercial, de política, política mesmo, né, porque as pessoas... veja bem, e não é só, e aí acho que é o erro que às vezes a gente comete ao pensar que vai trabalhar só dentro dos países de língua portuguesa. Não. Você tem que promover o português fora. Uma vez, eu recebi em Brasília um grupo da televisão nigeriana, e veio trabalhando na produção do evento, uma estudante nigeriana que morava no Brasil. E ela dizia assim: “olha, se vocês ensinarem um pouco mais o português, todo mundo vai querer vir para cá, porque os africanos se identificam muito mais com o Brasil do que com a Inglaterra, com a França e as potências coloniais.” Mas os recursos são escassos, e nós estamos sempre tendo que cobrir, fazer o superávit primário, e mesmo que esse dinheirinho que vai para a cultura seja tão modesto, é muito duro você conseguir arrancar das autoridades financeiras esse dinheiro. Eu, às vezes, até brincava dizendo que no futuro, eu não queria ser ministro das Relações Exteriores, eu queria estar num desses órgãos, o COFIG ou da CEPLAN que decide orçamento porque aí você vai fazer política verdadeiramente.

MVG: Por que o Brasil não faz essa política sistemática da língua, ministro, como Espanha, França, Portugal? Alguns analistas dizem que o país não precisa porque tem o maior número de falantes, tem a cultura, a música?

CA: Não isso é bobagem. É claro que o Brasil precisa. Veja que os Estados Unidos que são um país com o poder que tem, tem o Instituto Thomas Jefferson em toda a parte do mundo com esse nome ou com outro. E a França que já não é a grande potência que foi, mas continua sendo uma potência importante tem também os Institutos Descartes, Maison de France em toda a parte do mundo, como você sabe. E a China também está criando, os Institutos Confúcio e a Alemanha e todos outros. E o Brasil não pode querer ser a sétima economia do mundo, oitava, ou sexta sei lá, por que varia um pouco com o câmbio, e não ter também uma influência cultural correspondente. Isso é fundamental porque você vai querer também que as pessoas também venham ao Brasil, que conheçam a tecnologia brasileira, que se interessem pelo Brasil. Mas isso também custa dinheiro. Eu acho que a nossa visão até pouco tempo atrás, era muito.... primeiro dizia que nós não podíamos, que éramos muito coitadinhos, mas mudar a mentalidade das pessoas leva tempo, sabe? Eu acho que no Itamaraty, certamente, já existe uma outra visão e em círculos bastante amplos do governo também. Mas é um trabalho constante,

é um trabalho de dia-a-dia. (...) Eu começo a ver da própria empresa privada um maior interesse. A gente tem que entender que não ocorre de uma hora para outra, mas vai ocorrer.

MVG: Ministro, muitos altos representantes do Brasil, e de outros países lusófonos, continuam falando em inglês quando comparecem à ONU e outras organizações internacionais. O sr. acha que falar português deveria começar em casa? Deveria haver uma determinação ou não?

CA: Bom, eu sempre que falei aí na Assembleia Geral, falei em português. O presidente Lula obviamente, mas eu sempre falei em português. O presidente Fernando Henrique apesar de falar língua estrangeira, sempre falou em português também. Eu acho que o Brasil tem plena consciência de que é preciso valorizar. É claro que às vezes, você está em reuniões de trabalho, não tem intérprete, você tem que se adaptar à realidade. Mas eu acho que nas ocasiões oficiais, nós temos, sem dúvida alguma, de falar o português, valorizar a nossa língua. E eu acho que isso é uma maneira de valorizar a nossa própria personalidade, a nossa maneira de ser. E enfim, além do que o português é bonito, né?

MVG: O sr. falou em 120 milhões, e eu me lembro que o estudo de viabilidade para começar a fazer o português mais presente na ONU era de US\$ 150 milhões. Angola, Brasil e Portugal ficaram de arcar com este gasto, mas veio a recessão e atrapalhou um pouco. O sr. acha que estaria na hora de retomar esse projeto, uma vez que em nível de ONU, em três anos, a estratégia não avançou muito?

CA: É, bem, eu acho que nós podemos e devemos retomar esse projeto, talvez de uma forma que nós não tenhamos que cobrir tudo porque eu acho que também tem que haver um reconhecimento por parte da comunidade internacional que o português é hoje uma língua mais falada, falada por mais indivíduos que o francês, por exemplo. Português tem mais indivíduos que falam o português com língua oficial do que o francês. E tem um número de países importantes, que já é importante em todos os continentes. Então eu acho que é preciso que haja esse reconhecimento também da ONU. Mas talvez, no início, você tenha que cobrir uma parte importante disso. Mas da maneira como está a economia mundial e, enfim, a dificuldade que Portugal está passando neste momento, torna-se difícil para ser realista pensar que isso vai ocorrer agora. Nem o Brasil, apesar de o Brasil estar indo bem, não tem tantos recursos assim para conseguir. Nós fizemos alguns avanços na OMPI. Eu acho que seria mais fácil você fazer em organizações especializadas, inicialmente, e talvez para certas situações em organismos internacionais. Na OMM também justamente pela natureza especializada do organismo.

FIM

ANEXO 11

Rui Rocha, 31/3/12

MVG: Quantos alunos tem o IPOR e deste total, quantos são chineses / macaenses?

RR: Os alunos do IPOR são na quase totalidade de etnia chinesa. Existem situações pouco expressivas de alunos de outras nacionalidades (russa, filipina, tailandesa, italiana, etc pelo facto dos cônjuges serem portugueses).

MVG: Existe uma tendência de aumento da demanda? Se comparado aos números dos últimos cinco anos, por exemplo?

RR: Sim, a tendência é de crescimento da procura dos cursos de português. Junto mapa da evolução do nº de alunos do IPOR de 2000 a 2012.

MVG: Na sua opinião, o interesse pela língua portuguesa é fundamentalmente de ordem económico-financeira? (Com o português, há chances de fazer negócios com os países lusófonos, ser empregado em altos escalões do governo, direito macaense é baseado no direito português, isso confere ao idioma estatuto especial?)

RR: O interesse do ensino da língua portuguesa na China começou logo após a independência das ex-colónias portuguesas de África.

Recordaria o Centro de Cooperação Internacional para a Saúde em Chengdu, da Província de Sichuan, a mais populosa província da China, que desde 1976 ensina PLE a médicos, enfermeiros e intérpretes – tradutores para irem trabalhar para esses novos países de África. Recordaria também o importante papel da famosa Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim no ensino da Língua Portuguesa, cujo departamento de Português fora criado em 1961, o 1º em toda a China.

No início dos anos 90, quando se tornaram regulares as reuniões do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês, mais de 50% dos membros da delegação chinesa falava fluentemente Português, enquanto que na delegação portuguesa apenas o intérprete-tradutor falava fluentemente a língua chinesa. Mas na verdade o grande boom do interesse na aprendizagem da língua portuguesa surge por volta desse ano.

As razões de tal interesse a partir do ano 2005, em que a China vê crescer a sua economia em mais de 20%, tem a ver com os promissores mercados do Brasil, de Angola e de Moçambique (ver o artigo de Helena Rodrigues em http://www.igadi.org/china/2011/pr/xr_a_afirmacao_da_china_em_africa_pr.htm)

A China, por via da utilidade económica da língua portuguesa, faz crescer o valor e, consequentemente, a procura da língua portuguesa na bolsa de valores das línguas. A China ocupa atualmente a posição 29 no ranking no Índice de Competitividade Global. Quarenta e seis empresas chinesas entraram na lista da Fortune Global 500 em 2010, o que parecem ser indicadores auspiciosos para o futuro da língua portuguesa na China e como instrumento de trabalho daquele país com os PALOP.

No que respeita a Macau, o papel do IPOR é de relevante importância uma vez que é a instituição que ensina PLE aos funcionários públicos, incluindo as Forças de Segurança de Macau, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária e o Instituto de Formação Turística mas também a uma larga faixa de cidadãos da comunidade de Macau. No que respeita à China, mas também à Ásia, o IPOR poderá aprofundar a cooperação ativa

com o Instituto Camões na coordenação pedagógica e didática dos leitorados de português por razões de proximidade geográfica com tais leitorados e por razões de economia de custos. A utilização de plataformas de e-learning para a formação de professores, para a permuta de informação didática, de webgrafias, etc são instrumentos em que o IPOR poderá cooperar com o Instituto Camões. O acompanhamento sistemático da atividade pedagógica e didática dos leitores da China e da Ásia Oriental e a permuta de informação com o IPOR parece-nos essencial para o reforço das competências no ensino PLE, sobretudo em países cuja distância interlinguística nas áreas da fonética, da escrita, da morfossintaxe entre a língua portuguesa e a língua dos aprendentes é grande. Isto porque, na China e a título de exemplo, o leitor ensina português a falantes de uma língua tonal, com uma estrutura morfossintática bem diferente, uma construção lexical associado a um sistema de escrita morfossilábica, não alfabética portanto, o que coloca questões interessantes em termos de aquisição da língua portuguesa como língua estrangeira.

Esta intermediação linguística está atualmente mais facilitada dado que os alunos que concorrem para cursos de licenciatura em línguas dominam, em regra, a língua inglesa e adquiriram alguma competência linguística numa escrita alfabética. Mas há todo um trabalho contrastivo das línguas que interessa estudar para um melhor desempenho do ato formativo na língua portuguesa.

No plano formal há uma clara vontade política para que a língua portuguesa consolide o seu estatuto de 2ª língua oficial de Macau. Por razões de ordem diversas: a manutenção do ordenamento jurídico de Macau, dos seus direitos, liberdades e garantias, da sua doutrina, das suas fontes, da sua jurisprudência que se exprime na sua matriz em língua portuguesa; a importância da língua portuguesa como vetor de projeção estratégica das relações da Macau e da China com os países lusófonos que tem sido entusiasticamente apoiada pelo governo central da China até como operação de charme na aproximação aos mercados PALOP; e, obviamente, a crescente importância que o governo central da China tem vindo a atribuir ao Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa criado em Macau, como entreposto negocial até pela semelhança de ordenamentos jurídicos entre Macau e os PALOP.

No plano substancial existem condições para oferecer mais e melhor ensino de PLE em Macau. Num espaço como é Macau, com uma escala humana, com tão pujantes recursos financeiros, mas com uma grande raridade de recursos profissionais qualificados no domínio da docência da língua portuguesa, e particularmente PLE, útil seria para o presente e para o futuro da língua portuguesa em Macau uma maior abertura ao diálogo e à convergência de esforços das instituições promotoras da língua portuguesa em matéria de permuta, de avaliação de metodologias, de práticas pedagógicas, de produção didática para PLE. Reflete-se pouco em Macau sobre tais matérias, investiga-se e publica-se menos ainda.

MVG: Qual é o orçamento do IPOR? Quanto é dedicado ao ensino / difusão da língua exclusivamente? Junto envio o Orçamento do IPOR que é quase exclusivamente dedicado ao ensino da língua portuguesa em Macau Quem são os investidores? Quanto vem do governo português, quanto da China ou outras fontes?

RR: O Instituto Português do Oriente (IPOR) é uma instituição portuguesa de Macau, de utilidade pública e sem fins lucrativos, concebida pela Fundação Oriente, seu associado fundador e maioritário com 54% de contribuição associativa até 17 de dezembro de 1999, e constituída por escritura pública em 19 de setembro de 1989, tendo

como associados também o Governo de Macau e o Estado Português, através do ICALP, com contribuições associativas, respetivamente de 31% e 15%.

No dia 17 de dezembro de 1999, também por escritura pública, são alterados os estatutos do IPOR. A composição associativa passa a ser a seguinte: os associados fundadores detêm uma participação associativa maioritária de 95% (Estado Português, representado pelo Instituto Camões com 51% e Fundação Oriente com 44%); os associados ordinários detêm uma participação associativa de 5%. Esses novos associados são o BCM - Banco Comercial de Macau, o BES – Banco Espírito Santo; BNU – Banco Nacional Ultramarino, a CESL Ásia- Investimentos e Serviços, a EDP – Eletricidade de Portugal; a HOVIONE, Sociedade Química, o IPE – Investimentos e Participações Empresariais e a PORTUGAL TELECOM - Internacional, SGPS. Com a extinção em Portugal do IPE é convidada a STDM – Sociedade de Turismo e Diversões de Macau a integrar a Assembleia-Geral do IPOR, que aceita.

Com a última alteração dos Estatutos do IPOR, publicada a 27 de maio de 2009, no Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau nº 21 – II Série, consigna-se a vocação prioritária do IPOR de promover o ensino da língua portuguesa, enquanto língua oficial consagrada na Lei Básica da RAEM, assegurando o seu ensino não curricular como língua de trabalho em articulação com instituições representativas das atividades profissionais de Macau.

Consignam também os novos Estatuto a constituição de uma rede de contactos com as entidades representativas do sistema de ensino da RAEM, com vista a interagir com as mesmas, no sentido de melhor promover o ensino do Português Língua Segunda ou Língua Estrangeira.

Consignam ainda os novos Estatutos o desenvolvimento de programas de formação científica e técnica de professores de Português de língua não materna em estreita colaboração com as instituições de ensino da RAEM, bem como a produção de materiais didáticos sobre a língua portuguesa adaptados às matrizes linguísticas chinesas.

A composição associativa mantém-se inalterada no que respeita a participação associativa maioritária e minoritária, tendo perdido a a qualidade de associado a PT e o BCM por decisão das mesmas empresas.

O IPOR passa a ter, como vocação genuína e afirmação institucional, o ensino da língua portuguesa como língua estrangeira em Macau.

A ação cultural é também uma vertente complementar importante da ação de difusão da língua portuguesa no IPOR, cuja articulação com o ensino da língua portuguesa é necessária e desejável.

O IPOR é proprietário da Livraria Portuguesa cuja missão nuclear é a de promover, divulgar e comercializar as iniciativas editoriais redigidas em língua portuguesa, mas também iniciativas editoriais redigidas nas línguas chinesa e inglesa, de algum modo relacionada com a língua e cultura portuguesas.

MVG: Qual é a cooperação exata com o Camões Instituto da Cooperação e da Língua? Como a mudança do Camões refletirá na parceria com vocês? Quem tem a palavra final na administração do IPOR, em níveis docente e financeiro? A quem o diretor do IPOR se reporta? Quem é o seu chefe?

RR: O IPOR é uma instituição privada de Macau e tem um algo grau de autonomia por razões estatutárias, geográficas e também de conformação pedagógico-didática com a realidade sociocultural de Macau. O universo discente é maioritariamente de etnia chinesa, os modelos de ensino-aprendizagem têm de ser adaptados a esse público-alvo,

o que exige portanto um conhecimento preciso das realidades socioculturais deste universo. O IPOR produz os seus materiais didáticos próprios, as unidades didáticas para diferentes plataformas de ensino on-line sempre na perspectiva da realidade de Macau e dos seus alunos. A cooperação com o Camões liga-se mais a aspectos de avaliação formal de professores aos serviços do IPOR e na utilização de materiais on-line que o IC disponibiliza. Não se prevê qualquer tipo de alteração com o IPOR pelo facto de ter havido uma fusão IC/IPAD tanto mais que a Sra. Presidente do ex-IC foi reconduzida no cargo.

A palavra final na Administração do IPOR é a Assembleia-Geral dos Associados. Ao nível de docente o Director tem poderes estatutários para recrutar, gerir e demitir trabalhadores, incluindo professores. A nível financeiro o Director do IPOR está estatutariamente obrigado a cumprir o orçamento aprovado, baseado no princípio do equilíbrio orçamental. O director do IPOR reporta-se diretamente à Assembleia-Geral dos Associados e ao dois associados fundadores Instituto Camões e Fundação Oriente.

MVG: O IPOR faz diferença entre português de Portugal e do Brasil? Teriam ou aceitariam professores brasileiros?

RR: Não aceitaria porque a norma que o IPOR ensina é a norma portuguesa continental pois o IPOR é uma instituição portuguesa de Macau, cujo associado maioritário é o Instituto Camões/Ministério dos Negócios Estrangeiros do governo de Portugal. Para além disso, historicamente a construção cultural e política de Macau é luso-chinesa.

MVG: O IPOR contribui para o ensino do português no Timor-Leste? Gostaria / poderia contribuir?

RR: O IPOR tem como área de atuação Macau apenas. Pode facultar apoio em materiais didáticos a Timor como, de resto, tem feito.

MVG: Qual é a relação do mesmo com o IILP?

RR: Iniciou o IPOR em Novembro do passado ano uma colaboração ativa com a CPLP, através do IILP, a partir do convite formulado pelo Sr. Diretor Executivo do Instituto Internacional de Língua Portuguesa da CPLP ao diretor do IPOR para integrar um grupo de 15 especialistas para participar no colóquio da Praia sobre o ensino de português nas diásporas. Consideramos que o convite formulado ao IPOR foi especialmente importante, uma vez que de Macau, para além do diretor do IPOR, apenas o Coordenador da Comissão Executiva do II SIMELPE, Prof. Dr. Roberval da Silva foi um convidado.

MVG: Existe algum grande projeto de intercâmbio no campo da difusão do português como o Brasil e os demais países lusófonos?

RR: Não. O IPOR defende uma política sistemática de difusão da língua portuguesa? Sim, consta dos seus estatutos que junto neste e-mail.

MVG: Como a nomenclatura lusófono /a é usada pelo IPOR?

RR: Pelo seu nome Lusófono/a.

MVG: Qual é a política de promoção de autores / escritores e da cultura de outros países lusófonos pelo IPOR?

RR: O IPOR tem uma colaboração ativa com o concessionário da Livraria Portuguesa na promoção de autores portugueses e lusófonos. No ano passado dedicou um dia a cada país de língua oficial portuguesa onde foram apresentados os aspectos mais relevantes da cultura de cada um desses países. No âmbito das iniciativas inteiras do IPOR assinalamos várias efemérides relacionadas com os autores portugueses e lusófonos e promovemos feiras do livro com esse objectivo.

MVG: Que autores são estudados / divulgados por vocês?

RR: Os cursos de Português do IPOR são cursos de ensino extra-curricular, não são curso de ensino universitário. Os alunos aprender o português funcional e apenas nos últimos níveis de ensino, como é compreensível, apresentamos os autores contemporâneos portugueses e da literatura lusófona.

FIM

ANEXO 12

Mário Von Haff, 28/11/2011*

(*Entrevista com o encarregado da CPLP na Missão de Angola junto à ONU, Mário Von Haff. Van Haff falou em nome de Angola, mas, em alguns momentos da entrevista, deixou claro que estava expressando apenas sua opinião pessoal).*

Mônica Villela Grayley: Vocês se reúnem uma vez ao mês, os países da CPLP, isso foi iniciado por Angola aqui na ONU?

MVH: Eu acho que existia, se calhar, não existia com tanta frequência. Cabe sempre ao país que estiver a presidir de fazer as reuniões de concertação, de coordenação. A frequência depende de cada país. Nós por exemplo, fazemos uma vez por mês.

MVG: O que vocês discutem nessas reuniões?

MVH: Sobretudo questões aqui das Nações Unidas. Como vamos coordenar em questões de eleições nas Nações Unidas. Um caso dentro da CPLP é a Guiné-Bissau. Falamos muito sobre a questão da Guiné-Bissau. Como está a andar. Em que pé que está. Sobre o que foi feito, o que precisa ser feito. As eleições, como podemos apoiar uns aos outros quando há candidatos da CPLP (nas Nações Unidas) como devemos proceder em relação a outros candidatos. Há uma série de coisas para conversar e para concertar.

MVG: E o que vocês discutem aqui vai para a CPLP, em Lisboa?

MVH: Sim. É em concertação com a CPLP, em Lisboa. Por exemplo, na questão da Guiné-Bissau não tem como não termos alguma relação com eles em Lisboa. Porque o grosso do trabalho é feito lá. Eles é como se fossem a base. Nós aqui, sobretudo, as questões ligadas às Nações Unidas, o que passa na ONU é que estamos a nos concertar.

MVG: E vocês notaram alguma mudança, desde que a CPLP começou a se organizar desta maneira aqui? Por exemplo, antes, por falta de alguma informação algum voto não era dado, fechado, com todo o grupo... E estas reuniões facilitam agora este contato?

MVH: As reuniões facilitam. Se bem que antes já existia esta concertação de maneira mais informal. Se calhar... Acredito que havia reuniões de vez em quando, e uma vez ou outra pontualmente, temos os *elections officers* de cada lado, e isso eles entres eles se entendiam.

MVG: Mas agora é mais sistemático.

MVH: Acho que sim. Fica mais fácil quando há uma frequência de encontros, acho que muita coisa fica melhor organizada.

MVG: Eu tenho conversando com várias pessoas: especialistas, politólogos, linguistas, diplomatas, políticos, e muitas delas me dizem que ninguém esperava que a CPLP fosse

crescer tanto como cresceu. E que a CPLP está se tornando, cada vez mais importante, principalmente por causa do crescimento da África. Onde você tem países como Angola que é uma potência regional.

MVH: E não só...Acho que a maior parte dos países da CPLP também está em África. São quatro ou cinco, então isso significa alguma coisa. Há uma necessidade de atenção especial para África. A estabilidade desses países pode afetar a estabilidade do grupo. Então acho que é, mais ou menos, por aí... De uma forma geral, acho que todos nós, fora a Guiné-Bissau que está agora está com esta pequena instabilidade. Mas que já está a entrar pelos eixos, está dentro do controle, está a trabalhar. A CPLP está tendo um papel muito importante na estabilização da Guiné-Bissau. Acho que é por aí... Mas isso da força da CPLP. Acho que está a se começar a dar o real valor. Ainda é um número muito grande de pessoas que falam português. Parece que não....

MVG: 245 milhões como língua nativa. Sem falar as diásporas aqui nos Estados Unidos, na Ásia, na Europa.

MVH: Só para ter uma ideia, há países que estão como observadores. Não me lembro de todos, mas só para dizer que a Guiné-Equatorial está como observador e creio que estão a adotar o português como uma das línguas oficiais. Só para ter uma ideia da força do português em si.

MVG: Você falou uma coisa super importante: a estabilidade da África é estabilidade da CPLP. E o crescimento da África. O continente deixou de ser um local que precisava de ajuda para ser um local de investimento. Grandes países estão investindo na África. A China, por exemplo...

MVH: A China sim. A China tem grandes investimentos. Angola é um exemplo disso. Acho que a China já é o maior investidor em Angola. Acho que alguns, muitos ainda não abriram os olhos para este lado. Mas muitos já viram que o grande potencial da África, e que é melhor associar essa África em vez de virar as costas...

MVG: Agora, em entrevistas da CPLP, o Secretário-Executivo afirmou que Brasil e Portugal eram os dois grandes pilares da CPLP. Mas o momento em que a África cresce, será que a CPLP do futuro vai ser a CPLP onde os países africanos terão mais influência?

MVH: Bem isso depende...Pode ser que sim, pode ser que não. Isso depende de como cada país vai dar importância à língua portuguesa que é a base do grupo, isso vai ver a importância que cada país vai dar à CPLP em si, como organização a que fazem parte. Então, por exemplo, se o Brasil definir que é um organismo importante para eles, e que tem a sua utilidade, e tem vindo a dar alguns frutos e que é uma aposta válida para eles, então acho que é por aí, dependendo do... com o tempo, o mesmo nos países africanos é como a importância que vamos dando à CPLP, e que vamos nos empenhando mais, se calhar, tirar mais da própria CPLP como organização. Acho que por aí.

MVG: Então nesse contexto. Qual é a importância que Angola dá para a CPLP?

MVH: Acho que a importância é grande.

MVG: Então para Angola, é importante (a CPLP) talvez mais pela questão da língua do que por outras questões.

MVH: Não. Não. Também é importante por exemplo, Portugal e Brasil são grandes parceiros comerciais. É indiscutível. Antes até, de por exemplo, aparecer a China, acho que um dos maiores investidores era Brasil ou Portugal. Entre esses dois. São países com os quais temos relações muito antigas...Portugal é aquela famosa relação de ex-colônias, aquela relação... pronto que já sabe, que acho que tem com todos os países da CPLP. E o Brasil também é uma relação antiga...

MVG: Foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola...

MVH: Exatamente isso que eu ia dizer. Então é uma relação muito antiga, de amizade, relações comerciais, cultural, é muita coisa, acho que isso também tem o seu peso e sua importância. Não só por causa da língua ou que vamos nos juntar por causa da língua. Há outros elementos. É a questão comercial, os laços de amizade. Os outros países da CPLP.

Também são os laços culturais e de amizade porque todos eles lutaram juntos pela independência uns e doutros, então é um laço que se criou antes da independência. E que se mantém, de certa forma, através também desse organismo.

MVG: Com relação à Guiné-Bissau. É a CPLP que está ajudando a manter a calma lá...

MVH: Sim. Temos grandes contributos. Angola é um grande ator na Guiné-Bissau neste momento. Temos uma missão angolana lá. O nome da Missão é Misang. Depois tem o Brasil que está lá com a formação de militares. Portugal também está na formação dos militares e da polícia. Estamos lá muito ativos. Há a necessidade de estabilizar o continente o quanto anos. Uma Guiné-Bissau estabilizada é bom para a CPLP, para a África, para todos. Estamos a falar de um país irmão. Não só africano, mas irmão de língua, irmão de luta. Todos os interesses há em encontrar a estabilidade neste país.

MVG: Vocês (em Angola) não falam só português, mas muitas línguas...

MVH: É assim. O português é a língua oficial. A única oficial que temos é o português. Depois temos línguas nacionais oficiais. Eu só falo português e meus pais também só falam português. É uma falha entre aspas. Tem duas componentes. Nós fomos os “melhores alunos” dos portugueses, e isso é minha opinião pessoal. Era proibido falar línguas nacionais. E havia represálias se os portugueses ouvissem-nos falar línguas nacionais. Os nossos avós evitavam que os filhos falassem línguas nacionais. Essas represálias duraram todo o tempo em que os portugueses estiveram lá. Então, nossos avós, falavam as línguas nacionais só de vez em quando, mas evitavam que os filhos falassem-nas. Sobretudo, nos centros urbanos. Se for mais para o interior de Angola, talvez ouvisse as línguas locais, muita gente fala. Mas depois da independência, o português serviu de fator de união também. Foi como uma ferramenta de união nacional. Eu costumo dizer que nós somos um dos poucos países em África que não teremos problemas étnicos. Nós não temos essa discriminação, porque tivemos uma componente de união que é o português.

MVG: Tem algo mais que eu deveria saber de CPLP?

MVH: O que eu acho que já mencionamos é que a CPLP está a ter o seu espaço. Estamos garantindo que as intervenções na Assembleia Geral sejam em português. Alguns no Conselho de Segurança também. Tem havido uma resolução, a cada dois anos, sobre a relação da CPLP com as Nações Unidas.

MVG: Isso já é parte da vontade que a CPLP tem de fazer do português, língua oficial das Nações Unidas?

MVH: Se calhar são sinais. Por que isso a meu ver envolve muitas coisas. Isso tem custo, há muitas coisas que tem que se fazer. É um processo muito longo e que envolve custos. A CPLP está em condições de assumir um custo desses? Acho que não. E os outros países não lhes interessa a ver mais uma língua a sobressair assim. Acho que já está aí nas Nações Unidas há algum tempo para saber de algumas coisas. Não depende sempre da nossa boa vontade.

FIM

ANEXO 13

Rita Botelho dos Santos, 22 de janeiro de 2013 (a entrevista com a secretária-geral adjunta do Fórum de Macau foi concedida por email).

Mônica Villela Grayley: Qual é a importância da língua portuguesa para as atividades do Fórum de Macau?

Rita Botelho dos Santos: É da maior importância a valorização das línguas chinesa e portuguesa no âmbito do Fórum de Macau, visto serem as línguas oficiais da RAEM. Foi por sugestão da China que o Fórum de Macau foi sediado na RAEM, o que expressa claramente a importância que o Governo Popular Central confere também ao vector linguístico nas relações entre os Países Participantes, ao mesmo tempo que ilustra a valorização que a China atribui às vantagens particulares de Macau como plataforma de relações entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A importância da língua portuguesa é consagrada na Lei Básica da RAEM no seu artigo 9º que menciona “Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial”.

MVG: Quantas pessoas falam português de facto em Macau?

RBS: O Português é língua oficial de Macau, para além de se registarem diferentes níveis de utilização funcional e social da língua, nunca houve um estudo sobre esta matéria, sendo também necessário definir com critérios adequados o que se entende por um falante de língua portuguesa em Macau. Sabemos que uma significativa fatia da população chinesa de Macau fala português ou é capaz de comunicar minimamente em português, embora não seja a língua de uso diário para a maioria dos habitantes. De entre os residentes de Macau que utilizam diariamente a língua portuguesa encontram-se sobretudo os portugueses e os macaenses, entre 7 a 10% da população total.

Embora não haja esse estudo preciso sobre os falantes de português em Macau, podemos retirar algumas pistas indiciárias dos dados estatísticos dos Serviços de Recursos Humanos da Função Pública de Macau sobre conhecimentos linguísticos. Assim, num universo de 24, 280 funcionários públicos (2012), podemos verificar que 93.22 % são de língua materna cantonense, 0.55% de língua materna em Mandarim e 5.50% de língua materna portuguesa, correspondendo em termos quantitativos a 22, 634 falantes de cantonense, 134 falantes de Mandarim e 1,335 falantes de língua portuguesa como língua materna. No entanto, dentro desta amostra, destaca-se ainda que 10073 funcionários, ou seja, quase a metade, afirma falar português.

MVG: Que incentivos o Fórum dá para o ensino do português?

RBS: O Fórum de Macau é, por natureza, um mecanismo de cooperação na área económica e comercial, pelo que não está inscrito nas suas funções originais a promoção linguística. O 1º Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial assinado em 2003 estipula que “Os Ministros concordam com o estabelecimento de um mecanismo de acompanhamento, através da constituição de um Secretariado Permanente em Macau”. No entanto, verifica-se que o Fórum de Macau tem, na persecução dos seus objectivos, dado um grande contributo para a promoção da língua

portuguesa na China. Assim no 3º Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial assinado em 2010 na 3ª. Conferência Ministerial do Fórum de Macau, os Países participantes consagraram a importância do ensino das línguas chinesa e portuguesa no ponto 7.10 dedicado ao tema da “Cooperação na Área dos Recursos Humanos”, declarando-se: “Os Ministros reiteram a necessidade de reforçar activamente a coordenação entre os Países Participantes do Fórum de Macau para as acções de formação na área dos Recursos Humanos, de acordo com as suas potencialidades, através da elaboração de projectos de formação, do alargamento das áreas e do âmbito da formação, da diversificação, da nacionalidade dos formadores e do aumento do número de formandos”. Para concretizar este objectivo, a título de exemplo, o Fórum de Macau através do seu Centro de Formação incluiu no seu Plano de Formação para o ano de 2012 a organização de um colóquio sobre “Ensino das Línguas Chinesa e Portuguesa na China e nos Países de Língua Portuguesa” que decorreu em Macau e em Pequim, reunindo especialistas em linguística e docentes da China e dos Países de Língua Portuguesa.

MVG: De que forma negociar na mesma língua beneficia a China na cooperação com os países lusófonos?

RBS: A negociação na mesma língua de trabalho representa, como é consabido, um factor de impulso aos negócios, para além de vector de compreensão cultural. Estou convicta de que, através de Macau, a China tem vindo a beneficiar muito desta aproximação linguística e cultural aos Países de Língua Portuguesa no desenvolvimento das suas trocas comerciais.

MVG: O volume de relações comerciais do Fórum com países lusófonos é comparável a de outros grupos de cooperação Sul-Sul do qual a China participa?

RBS: Considerando o núcleo restrito de Países que integram o Fórum de Macau, em comparação com, por exemplo, o Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) que integra muito mais países, não é muito fácil comparar outros mecanismos de cooperação Sul/Sul que a China integra. No entanto, podemos salientar que, dada a natureza do Fórum de Macau e a sua localização estratégica na RAEM, a China e os Países de Língua Portuguesa dispõem de uma plataforma muito privilegiada de contactos, o que não se verifica nos outros fora de cooperação Sul/Sul já existentes.

MVG: Quem são os maiores parceiros da China dentro do contexto do Fórum de Macau?

RBS: Todos os Países Participantes do Fórum de Macau são de igual importância para a China e não existe qualquer tipologia de diferenciação. Contudo, podemos verificar que certos Países têm um intercâmbio comercial, em termos de volume de trocas, mais pronunciado com a China como é o caso do Brasil ou de Angola, respectivamente.

MVG: A China está a inserir o ensino do chinês nos países lusófonos via cooperação do Fórum de Macau?

RBS: A China tem uma rede de ensino da língua chinesa no estrangeiro pela via do Instituto Confúcius que actualmente conta com representações muito activas no Brasil e Portugal.

MVG: O ensino do português na China está no mesmo nível do ensino do chinês nos países que falam o português e participam do Fórum?

RBS: Nota-se que nos últimos anos os Países Participantes do Fórum de Macau procuraram dar maior importância à divulgação e aprendizagem do mandarim, processo que se deve ampliar no futuro.

MVG: Qual é participação do Fórum na CPLP? É membro observador, quer ser?

RBS: O Fórum de Macau não participa na CPLP. O Fórum de Macau é um mecanismo de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e não apenas entre os Países de Língua Portuguesa.

MVG: Por que a China (Macau) ainda não entrou na CPLP, já houve convite direto do antigo Secretário-Executivo a Macau?

RBS: Desconheço se existiu um convite formal para a China fazer parte da CPLP. Na última visita a Macau do Secretário-Executivo da CPLP falou-se em possíveis vias de cooperação entre a CPLP e o Fórum de Macau, até porque a CPLP, enquanto organização internacional, marca sempre presença como entidade convidada nas Conferências Ministeriais do Fórum de Macau.

MVG: A que atribui os bons resultados comerciais das atividades do Fórum de Macau, que vem subindo a cada ano?

RBS: Segundo as últimas estatísticas disponíveis dos Serviços de Alfândegas da China, as suas trocas comerciais com os Países de Língua Portuguesa de Janeiro a Outubro de 2012 atingiram 108.200 milhões de dólares, um aumento de 11.851 milhões de dólares e um acréscimo de 12,3%, face ao mesmo período de 2011 (96.349 milhões de dólares), o que evidencia o grande dinamismo do intercâmbio comercial entre os Países Participantes desde a criação, em 2003, do Fórum de Macau.

MVG: Mais pessoas estão se interessando em aprender português em Macau por causa do Fórum ou da importância de países emergentes?

RBS: É difícil promunicar-me sobre as razões certamente variadas que levam cada vez mais pessoas em Macau a aprender português. Pode, porém, afirmar-se que o interesse pela língua portuguesa em Macau tem vindo a registar um significativo aumento desde a criação do Fórum de Macau, em 2003. Obviamente que a importância comercial de países emergentes como Angola e Brasil tem levado a um crescente interesse pela aprendizagem da língua portuguesa, mas este elemento não pode ser interpretado como dado adquirido que a decisão da localização da sede do Fórum de Macau na RAEM por vontade expressa das partes, tanto da China como dos Países de Língua Portuguesa, desencadeou um interesse redobrado pela aprendizagem da língua portuguesa depois da transferência de soberania de Portugal para a China. Considerando que a China desejou atribuir a Macau um papel de Plataforma de ligação entre a China e os Países de Língua Portuguesa no intuito de aproveitar plenamente as vantagens locais de Macau nas suas relações históricas com os Países de Língua Portuguesa, podemos afirmar que o Fórum de Macau contribuiu em grande parte para

um renovado interesse pela língua portuguesa em Macau, não apenas pelas oportunidades profissionais que se adivinham, mas também como expressão da reafirmação da cultura local e da especificidade linguística e cultural de Macau no contexto da grande China.

FIM

ESTATUTOS DO IILP

ESTATUTOS DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP)

Artigo 1.º

Âmbito

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) que, à luz da estratégia definida pela Comunidade, visa a construção de políticas concertadas de promoção e difusão da Língua Portuguesa, conducentes à sua internacionalização efectiva e afirmação como Língua Global.

Artigo 2.º

Estatuto jurídico

- 1 - O IILP goza de personalidade jurídica.
- 2 - O IILP executa as deliberações e dá seguimento às orientações das Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, do Conselho de Ministros, do Comité de Concertação Permanente bem como das Reuniões Ministeriais da CPLP relativas às políticas de promoção e difusão da Língua Portuguesa.
- 3 - Para a prossecução das suas atribuições, o IILP é dotado de autonomia científica, administrativa e patrimonial.

Artigo 3.º

Sede e representações

- 1 - O IILP tem sede permanente na Cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde.
- 2 - O IILP poderá ter representações junto de organismos ou instituições fora do espaço da CPLP, cada uma a ser designada Delegação do IILP junto de ...
- 3 - O IILP poderá ter escritórios regionais, com funções técnico-científicas e de assessoria, nos Estados membros, estando a sua criação sujeita à aprovação do Comité de Concertação Permanente.
- 4 - Os custos integrais da manutenção e actividades das representações, incluindo a cessação e ou contratação de recursos humanos, serão da responsabilidade da Comunidade e aqueles relativos aos escritórios regionais serão da responsabilidade do Estado membro anfitrião.

Artigo 4.º

Missão e atribuições

- 1 - O IILP tem por missão a promoção, a valorização e a difusão da Língua Portuguesa como:
 - i) Língua de expressão de diferentes culturas;
 - ii) Língua de comunicação global e de utilização oficial em fora internacionais;
 - iii) Língua de educação, formação e informação;
 - iv) Língua de conhecimento científico e tecnológico;
 - v) Língua de negócios e de desenvolvimento socioeconómico.
- 2 - São atribuições gerais do IILP:

- a) Elaborar e executar planos estratégicos e consequentes programas e projectos conducentes à internacionalização efectiva da Língua Portuguesa, nomeadamente junto de organizações internacionais e regionais;
- b) Promover, propor e apoiar a execução de projectos culturais, numa perspectiva integrada e de interculturalidade, de difusão da Língua Portuguesa;
- c) Fomentar a promoção do conhecimento da Língua Portuguesa e das Culturas da CPLP, nomeadamente, através do estabelecimento de redes de investigação e de intercâmbio de experiências;
- d) Promover e acompanhar o desenvolvimento de instrumentos de normalização linguística comum;
- e) Propor e ou avaliar projectos multilaterais de apoio ao desenvolvimento e optimização das competências em Língua Portuguesa em Estados membros da CPLP;
- f) Apoiar a adequada articulação entre a Língua Portuguesa e as demais línguas nacionais;
- g) Assegurar a representação da CPLP em fora internacionais sobre multilinguismo e multiculturalismo, por delegação do Secretário Executivo da CPLP;
- h) Colaborar com instituições dos Estados membros e de Estados terceiros no desenvolvimento de programas e projectos relevantes para a Língua Portuguesa.

Artigo 5.º

Órgãos

- 1 - São órgãos do IILP o Director Executivo e o Conselho Estratégico.
- 2 - O IILP é dirigido pelo Director Executivo.

Artigo 6.º

Director Executivo

- 1 - O Director Executivo é funcionário internacional com direitos e deveres equiparados aos dos funcionários internacionais da CPLP, de acordo com o estatuto diplomático conferido pelo Estado membro de que é cidadão, com as especificidades constantes do presente Estatuto do IILP, do Acordo entre o Governo de Cabo Verde e o IILP referente ao estabelecimento da sede do IILP em Cabo Verde (Acordo Sede) e de outra regulamentação interna da CPLP.
- 2 - O Director Executivo é recrutado, entre cidadãos nacionais dos Estados membros, por concurso público internacional, para um mandato de três anos, renovável, uma única vez, por igual período.
- 3 - O Director Executivo, para o exercício das suas funções, é coadjuvado por uma Estrutura de Apoio.
- 4 - Compete ao Director Executivo:
 - a) Gerir o IILP, chefiar e coordenar a Estrutura de Apoio;
 - b) Nomear, após concurso público, o pessoal da Estrutura de Apoio;
 - c) Organizar as reuniões do Conselho Estratégico, em articulação com o respectivo Presidente;
 - d) Propor a convocação de reuniões extraordinárias ao Presidente do Conselho Estratégico, sempre que a situação o justifique;
 - e) Propor e apresentar, ao Conselho Estratégico, devidamente orçamentados, o plano estratégico, o plano de gestão e investimento e o plano de actividades;
 - f) Executar o plano estratégico e o plano de actividades aprovados pelo Conselho Estratégico;
 - g) Articular a execução dos projectos com as respectivas equipas responsáveis, internas ou externas;

- h) Apresentar ao Conselho Estratégico, periodicamente, relatórios de progresso dos programas e projectos do plano de actividades por ele aprovado;
 - i) Submeter o relatório e contas do exercício anual e a proposta de orçamento ao Conselho Estratégico, para parecer, e ao Comité de Concertação Permanente, para aprovação, ad referendum do Conselho de Ministros da CPLP;
 - j) Definir os termos de referência para a contratação do pessoal administrativo da Estrutura de Apoio;
 - k) Submeter ao Conselho Estratégico, anualmente, a avaliação dos membros da Estrutura de Apoio e a sua própria auto-avaliação;
 - l) Receber propostas de alteração aos Estatutos, submetê-las a parecer do Conselho Estratégico e encaminhar ambos ao Comité de Concertação Permanente;
 - m) Representar o IILP junto de instituições governamentais e organismos internacionais;
 - n) Procurar parcerias, contribuições financeiras, doações e outros valores ou bens, junto de instituições públicas ou privadas e organismos internacionais, para a concretização dos programas e projectos.
- 5 - Em caso de ausência ou impedimento até seis meses, o Director Executivo será substituído pelo técnico mais graduado da Estrutura de Apoio.
- 6 - Em caso de ausência maior ou vacatura, proceder-se-á à abertura de novo concurso.

Artigo 7.º

Estrutura de Apoio

- 1 - A Estrutura de Apoio é constituída por uma equipa técnica e outra administrativa.
- 2 - O recrutamento, a composição e o funcionamento da Estrutura de Apoio constam do Regimento Interno do IILP.

Artigo 8.º

Conselho Estratégico

- 1 - O Conselho Estratégico é constituído por um máximo de dois representantes de cada Comissão Nacional, pelo Secretário Executivo da CPLP, pelo Coordenador do Comité de Concertação Permanente (CCP) e pelo Director Executivo.
- 2 - O Presidente do Conselho Estratégico será indicado pelo Estado membro que exerça a Presidência da CPLP, de entre os elementos do Conselho Estratégico, para um mandato de dois anos.
- 3 - Compete ao Conselho Estratégico:
 - a) Dar posse ao Director Executivo e renovar o seu exercício de funções, quando for o caso;
 - b) Elaborar e aprovar o Regimento Interno do IILP;
 - c) Apreciar, alterar, se necessário, e aprovar o plano estratégico de acção do IILP apresentado pelo Director Executivo;
 - d) Apreciar e aprovar o plano de actividades proposto pelo Director Executivo, globalmente e por programa;
 - e) Apreciar os relatórios de progresso apresentados pelo Director Executivo;
 - f) Emitir parecer sobre o relatório e contas do exercício anual e a proposta de orçamento do IILP;
 - g) Apreciar e aprovar programas e projectos que lhe sejam submetidos pelas Comissões Nacionais, desde que se integrem no plano estratégico aprovado;
 - h) Adoptar os termos de referência para a contratação do pessoal técnico da Estrutura de Apoio;

- i) Avaliar, anualmente, o desempenho do Director Executivo, após apreciação da sua auto-avaliação;
 - j) Homologar as avaliações do pessoal da Estrutura de Apoio apresentadas pelo Director Executivo;
 - k) Deliberar sobre as doações e contribuições a favor do IILP;
 - l) Dar parecer sobre as propostas de alteração dos Estatutos que sejam submetidas por um ou mais Estados membros;
 - m) Decidir sobre a participação de entidades públicas ou privadas nas actividades do IILP;
 - n) Deliberar sobre qualquer outro assunto de interesse do IILP.
- 4 - Os actos referidos no número anterior serão adoptados por consenso entre os seus membros.
- 5 - O Conselho Estratégico reúne-se, ordinariamente, duas vezes por ano.
- 6 - O Conselho Estratégico pode reunir-se extraordinariamente quando solicitado por dois terços dos Estados membros ou pelo Director Executivo.
- 7 - O Conselho Estratégico pode autorizar a presença de convidados e observadores nas suas reuniões.
- 8 - Compete ao Presidente do Conselho Estratégico:
- a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
 - b) Presidir às reuniões;
 - c) Velar pelo cumprimento e execução das deliberações do Conselho Estratégico.
- 9 - Em caso de ausência, impedimento ou vacatura, o seu substituto será um outro elemento do Conselho Estratégico, indicado pela Presidência da CPLP em exercício.
- 10 - A organização das reuniões do Conselho Estratégico consta do Regimento Interno do IILP.

Artigo 9.º

Comissões Nacionais

- 1 - Cada Estado membro cria uma Comissão Nacional, composta por representantes de instituições governamentais e ou entidades públicas e privadas ligadas às áreas de actuação do IILP.
- 2 - Compete às Comissões Nacionais:
- a) Assegurar a execução dos projectos e actividades, de acordo com o plano aprovado em Conselho Estratégico, sempre que para tal seja solicitado pelo Director Executivo;
 - b) Apresentar relatórios de progresso desses projectos e actividades ao Director Executivo.
- 3 - As Comissões Nacionais podem apresentar e propor ao Director Executivo programas e projectos, para apreciação e eventual integração no plano de actividades.

Artigo 10.º

Recursos financeiros

- 1 - Os recursos financeiros do IILP serão assegurados por contribuições, doações e outros valores ou bens de procedência governamental, de organizações internacionais, de entidades públicas ou de entidades privadas, bem como por recursos provenientes de um fundo especial da CPLP para a Língua Portuguesa e por receitas próprias.
- 2 - O Director Executivo do IILP deverá certificar-se de que a origem dos fundos provenientes de entidades privadas provém de fonte legal, idónea e legítima.
- 3 - Os doadores poderão designar os sectores a que se destinam as suas contribuições, de entre as áreas prioritárias definidas pelo Conselho de Ministros.

Artigo 11.º

Património

O património do IILP é constituído por todos os bens móveis e imóveis adquiridos, atribuídos ou doados por pessoas e instituições públicas ou privadas.

Artigo 12.º

Alterações

1 - O Estado ou Estados membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão ao Director Executivo uma notificação, por escrito, contendo as propostas de emenda.

2 - O Comité de Concertação Permanente pronuncia-se sobre as propostas de alterações, após parecer do Conselho Estratégico, e envia o projecto de alteração dos Estatutos para o Conselho de Ministros para aprovação.

Artigo 13.º

Depositário

Os textos originais dos presentes Estatutos serão depositados na sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados membros.

Artigo 14.º

Produção de efeitos

Os presentes Estatutos entrarão em vigor após a notificação ao depositário do cumprimento das formalidades constitucionais por todos os Estados membros.

Feitos em Luanda, em 22 de Julho de 2010.

ESTATUTOS DA CPLP:

Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006, Lisboa 2007, e da XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Luanda, a 22 de Julho de 2010)

Artigo 1º (Denominação)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros.

Artigo 2º (Estatuto Jurídico)

A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 3º (Objectivos)

São objectivos gerais da CPLP:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Artigo 4º (Sede)

A Sede da CPLP é, na sua fase inicial, em Lisboa, a capital da República Portuguesa.

Artigo 5º (Princípios Orientadores)

1. A CPLP é regida pelos seguintes princípios:
 - a) Igualdade soberana dos Estados membros;
 - b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
 - c) Respeito pela sua identidade nacional;
 - d) Reciprocidade de tratamento;
 - e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
 - f) Respeito pela sua integridade territorial;
 - g) Promoção do Desenvolvimento;
 - h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.
2. A CPLP estimulará a cooperação entre os seus membros com o objectivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos.

Artigo 6º
(Membros)

1. Para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos.
2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita por decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, e tem efeito imediato.
3. O pedido formal de adesão deverá ser depositado no Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 7º
(Observadores)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá admitir Observadores com categoria de Associados ou com categoria de Consultivos.

Poderá ser atribuída a categoria de Observador Associado:

1. Aos Estados que embora não reunindo as condições necessárias para ser membros de pleno direito da CPLP, partilhem os respectivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos, e prossigam através dos seus programas de governo objectivos idênticos aos da Organização;
2. Às organizações internacionais, universais ou regionais, aos organismos intergovernamentais e às entidades territoriais dotadas de órgãos administração autónomos que partilhem os princípios orientadores e os objectivos da CPLP nos termos referidos na alínea anterior;
3. Os Estados, as Organizações Internacionais Universais ou Regionais, os organismos intergovernamentais e as entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos, a que se refere o número anterior, beneficiarão dessa qualidade a título permanente e poderão participar, sem direito a voto, nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à correspondente documentação não confidencial, podendo ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizados. Poderão ser ainda convidados para Reuniões de carácter técnico;
4. Poderá ser atribuída a categoria de Observador Consultivo às organizações da sociedade civil interessadas nos objectivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respectivo envolvimento em iniciativas relacionadas com acções específicas no âmbito da Organização;
5. A categoria de Observador Consultivo permitirá às entidades a quem for atribuída assistir a reuniões de carácter técnico e o acesso às decisões tomadas nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como pelo Conselho de Ministros;
6. As candidaturas à categoria de Observador Associado deverão ser devidamente fundamentadas de modo a demonstrar um interesse real pelos princípios e objectivos da CPLP. Serão apresentadas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros, o qual recomendará a decisão final a ser tomada pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
7. As candidaturas à categoria de Observador Consultivo, devidamente fundamentadas, serão dirigidas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros para decisão;
8. A qualidade de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verifiquem alterações das condições que

recomendaram a sua concessão. A decisão final caberá ao órgão que decidiu a respectiva admissão, com base em proposta do Secretariado Executivo e após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente;

9. Qualquer Estado membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma Reunião tenha lugar sem a participação de Observadores.

Artigo 8º

(Órgãos)

1. São Órgãos de Direcção e Executivos da CPLP:

- a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- b) O Conselho de Ministros;
- c) O Comité de Concertação Permanente;
- d) O Secretariado Executivo.

2. A Assembleia Parlamentar da CPLP é o órgão que reúne os Parlamentos nacionais dos Estados Membros.

3. Além dos referidos no número anterior, também são órgãos da CPLP a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e as Reuniões Ministeriais.

4. Na materialização dos seus objectivos a CPLP apoia-se também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados membros da CPLP.

Artigo 9º

(Instituto Internacional de Língua Portuguesa)

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP que tem como objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais.

Artigo 10º

(Conferência de Chefes de Estado e de Governo)

1. A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados membros e é o órgão máximo da CPLP.

2. São competências da Conferência:

- a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
- b) Adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
- c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
- d) Eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
- e) Eleger o Secretário Executivo da CPLP.

3. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros.

4. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados membros.

Artigo 11º

(Competências do Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo)

São competências do Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo:

- a) Presidir às reuniões da Conferência;
- b) Acompanhar a implementação das decisões da Conferência e a acção dos demais órgãos da CPLP;
- c) Representar a CPLP;
- d) Convocar e transmitir orientações ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
- e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência.

Artigo 12º

(Conselho de Ministros)

1. O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados membros.
2. São competências do Conselho de Ministros:
 - a) Coordenar as actividades da CPLP;
 - b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;
 - c) Definir, adoptar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP;
 - d) Aprovar o orçamento da CPLP e do IILP;
 - e) Formular recomendações à Conferência em assuntos da política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP;
 - f) Recomendar à Conferência o candidato para o cargo de Secretário Executivo;
 - g) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objectivos e programas da CPLP;
 - h) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência.
3. O Conselho de Ministros elege de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos.
4. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.
5. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência, à qual deverá apresentar os respectivos relatórios.
6. As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.

Artigo 13º

(Competências do Presidente do Conselho de Ministros)

São competências do Presidente do Conselho de Ministros:

- a) Presidir às reuniões do Conselho;
- b) Acompanhar a acção dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência e do Conselho;
- c) Representar a CPLP;
- d) Convocar e transmitir orientações ao Coordenador do Comité de Concertação Permanente e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e do Conselho e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
- e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência e pelo Conselho.

Artigo 14º

(Comité de Concertação Permanente)

1. O Comité de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada um dos Estados Membros da CPLP.
2. Compete ao Comité de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP.
3. Compete ainda ao Comité de Concertação Permanente acompanhar as acções levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral da CPLP.
4. O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.
5. O Comité de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.
6. As decisões do Comité de Concertação Permanente são tomadas por consenso.
7. O Comité de Concertação Permanente pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas.
8. O Comité de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 12º, ad referendum do Conselho de Ministros.

Artigo 15º

(Assembleia Parlamentar da CPLP)

1. A Assembleia Parlamentar é o órgão da CPLP que reúne representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países.
2. Os Parlamentos Nacionais têm igual voto na Assembleia.
3. Compete à Assembleia Parlamentar:
 - a) Apreciar todas as matérias relacionadas com a finalidade estatutária e a actividade da CPLP, dos seus órgãos e organismos;
 - b) Emitir parecer sobre as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP;
 - c) Reunir-se, a fim de analisar e debater as respectivas actividades e programas, com o Presidente do Conselho de Ministros, o Secretário Executivo e o Director Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP e bem assim com os responsáveis por outros organismos equiparáveis que venham a ser criados no âmbito da Organização;
 - d) Adoptar, no âmbito das suas competências e por deliberação que reúna a maioria expressa do conjunto das suas delegações, votos, relatórios, pareceres, propostas ou recomendações.
4. A Assembleia Parlamentar tem direito a receber e a obter a informação e a documentação oficial dos órgãos da CPLP.
5. A Assembleia Parlamentar pode constituir grupos de trabalho e missões de observação internacional, nomeadamente missões eleitorais, bem como designar enviados especiais para relatar sobre assuntos específicos no âmbito da Comunidade.
6. O Presidente da Assembleia Parlamentar, eleito por um período de dois anos não renovável, tem assento nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Artigo 16º

(Competências do Instituto Internacional de Língua Portuguesa)

1. Na prossecução dos seus objectivos, quer entre Estados-Membros, quer no plano internacional, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) tomará em consideração a orientação geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a diversidade cultural dos países que a constituem.
2. O IILP gozará de autonomia científica e administrativa, recebendo orientação quanto aos objectivos a prosseguir dos seus órgãos próprios nomeadamente do Conselho Estratégico.
3. O IILP é chefiado por um Director Executivo, recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros, mediante concurso público internacional, para um mandato de três anos, renovável, uma única vez, por igual período.
4. A acção do Director Executivo será apoiada pelo Conselho Estratégico que se reunirá, no mínimo, anualmente, e será composto por representantes de todos os Estados membros e pelo Secretário Executivo.

Artigo 17º

(Secretariado Executivo)

1. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:
 - a) Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente;
 - b) Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;
 - c) Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;
 - d) Acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.
2. O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

Artigo 18º

(Secretário Executivo)

1. O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Estados membros da CPLP, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros por ordem alfabética crescente.
2. No final do mandato, é facultado ao Estado Membro cujo nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo apresentar candidatura, por mais um mandato de dois anos, para o cargo de Secretário Executivo.
3. São principais competências do Secretário Executivo:
 - a) Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objectivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento;
 - b) Apresentar propostas ao Conselho de Ministros e às Reuniões Ministeriais, após consulta ao Comité de Concertação Permanente;
 - c) Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comité de Concertação Permanente;
 - d) Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP;
 - e) Propor a convocação de reuniões extraordinárias sempre que a situação o justifique;
 - f) Responder pelas finanças, pela administração geral e pelo património da CPLP;
 - g) Representar a CPLP nos fora internacionais;

- h) Celebrar acordos com outras organizações e agências internacionais, após aprovação pelo Comité de Concertação Permanente;
- i) Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comité de Concertação Permanente;
- j) O Secretário Executivo poderá delegar no Director Geral parte das suas funções incluindo, com carácter excepcional e informados os Estados membros, a sua representação no exterior.

Artigo 19º (Director Geral)

1. O Director Geral é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período;
2. O Director Geral é responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente do Secretariado, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projectos levados a cabo pelo Secretariado.

Artigo 20º (Reunião dos Pontos Focais de Cooperação)

1. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP.
2. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação é coordenada pelo representante do Estado membro que detém a Presidência.
3. Compete à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade, devendo o seu coordenador apresentar ao Comité de Concertação Permanente um ponto de situação sobre a execução dos programas apresentados no início de cada semestre.
4. Os Pontos Focais de Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

Artigo 21º (Reuniões Ministeriais)

1. As Reuniões Ministeriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros.
2. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, em nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.
3. O Estado membro anfitrião promoverá o depósito, junto do Secretariado Executivo dos documentos aprovados nas Reuniões Ministeriais, que deles dará conhecimento ao Comité de Concertação Permanente.
4. As acções aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais serão financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos. As acções a serem financiadas pelo Fundo Especial da CPLP deverão submeter-se às normas e procedimentos previstos no Regimento do Fundo Especial.

Artigo 22º (Quórum)

O Quórum para a realização de todas as reuniões da CPLP e de suas instituições é de pelo menos seis Estados membros.

Artigo 23º
(Decisões)

As decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso de todos os Estados membros.

Artigo 24º
(Regimento Interno)

Os órgãos e instituições da CPLP definirão o seu próprio regimento interno.

Artigo 25º
(Proveniência dos Fundos)

1. Os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros.
2. A CPLP conta com um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das Acções Concretas levadas a cabo no quadro da CPLP, constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, e regido por Regimento próprio, aprovado pelo Conselho de Ministros.

Artigo 26º
(Orçamento)

1. O orçamento de funcionamento da CPLP estende-se de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do mesmo ano.
2. A proposta orçamental é preparada pelo Secretário Executivo e, depois de apreciada pelo Comité de Concertação Permanente, submetida à decisão dos Estados membros, pelo menos três meses antes do início do novo exercício orçamental.
3. O Director Executivo do IILP apresentará, anualmente, ao Comité de Concertação Permanente, um Projecto de Orçamento de Funcionamento acompanhado das necessárias notas explicativas. No início de cada ano, o Director Executivo do IILP apresentará um relatório detalhado da execução orçamental, por forma a que este seja apresentado às Auditorias que inspeccionam as contas da CPLP.
4. O orçamento de funcionamento do IILP será aprovado, anualmente, pelo Comité de Concertação Permanente ad referendum do Conselho de Ministros, devendo seguir procedimentos similares aos do orçamento de funcionamento da CPLP.

Artigo 27º
(Património)

1. O Património da CPLP é constituído por todos os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos, ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

Artigo 28º
(Emenda)

1. O Estado ou Estados membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão por escrito ao Secretário Executivo uma notificação contendo as propostas de emenda.
2. O Secretário Executivo comunicará ao Comité de Concertação Permanente as propostas de emenda referidas no n.º 1 do presente Artigo, que as submeterá à aprovação do Conselho de Ministros.

Artigo 29º
(Entrada em Vigor)

1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura e, definitivamente, após a conclusão das formalidades constitucionais por todos os Estados membros.
2. Os presentes Estatutos serão adotados por todos os Estados membros em conformidade com as suas formalidades constitucionais.

Artigo 30º
(Depositário)

Os textos originais da Declaração Constitutiva da CPLP e dos presentes Estatutos serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados membros.

PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA:

Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Brasília na sua VI Reunião Extraordinária, no dia 31 de março de 2010: Em cumprimento às decisões contidas na “Declaração sobre a Língua Portuguesa”, adotada na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 25 de julho de 2008; Cientes de que a promoção e difusão da língua portuguesa constitui um dos três objetivos gerais estabelecidos nos Estatutos da Comunidade; Reafirmando a assunção de políticas partilhadas para a projeção da língua portuguesa como língua global; Reiterando que a ação conjunta nessa matéria deve guiar-se pelos pressupostos do realismo na fixação de objetivos, do pragmatismo em sua execução e da persistência na concertação política necessária; Ressaltando que a dimensão interna e a externa da ação conjunta devem ser complementares; Registrando, com satisfação, a conclusão dos trabalhos de revisão dos Estatutos e do Regimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com vistas a dotá-lo de meios para transformar-se em um instrumento útil às políticas comuns e nacionais dos países da CPLP nas diversas vertentes da promoção, da difusão e da projeção da língua portuguesa; Tendo recebido o relatório da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, convocada pela XIV Reunião do Conselho de Ministros (“Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo”, Praia, 20 de julho de 2009) e realizada em Brasília, de 25 a 30 de março de 2010; Havendo examinado as recomendações formuladas pelas delegações oficiais à Conferência, reunidas em seu segmento técnico-governamental nos dias 29 e 30 de março de 2010; Conscientes de que tais recomendações se beneficiaram do exame prévio por todos os Estados Membros de sugestões de peritos sobre estratégias para a difusão do ensino da língua portuguesa e sua implantação em organismos internacionais, assim como sobre o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, em atenção à “Declaração da Praia”; Expressando seu reconhecimento pela contribuição dos peritos e pelo empenho das delegações à Conferência na formulação de recomendações consensuais para a atuação da Comunidade em favor da projeção da língua portuguesa como língua global; DECIDE: 1. Tomar nota do relatório da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. 2. Recomendar à VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, a adoção do “Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa”, em anexo à presente Resolução. 3. Acolher a proposta de Portugal de organizar uma II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, a realizar em 2012. Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa

I - Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais O português é uma das seis línguas mais faladas no mundo. É língua oficial em oito países, inseridos em múltiplas matrizes geopolíticas e culturais. Esses países têm assumido participação ativa em instâncias internacionais e operações humanitárias e de manutenção da paz. São contribuintes significativos para organismos internacionais. Assim sendo, é natural a expectativa de que a língua portuguesa ocupe o lugar correspondente à sua importância no contexto global. O português já é utilizado – como língua oficial, de trabalho ou de documentação – em mais de duas dezenas de organismos multilaterais ou regionais. A consolidação e o reforço dessa presença

internacional da língua portuguesa contribuirão para sua crescente afirmação no plano mundial. Na VII Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (Lisboa, 25 de Julho de 2008), os Chefes de Estado e de Governo reiteraram a importância da atuação conjunta no processo de efetiva mundialização da língua portuguesa e, nesse contexto, sublinharam o apoio à introdução do português em organizações internacionais, bem como a sua utilização efetiva naquelas em que o português já constitui língua oficial ou de trabalho. Sublinharam também a necessidade de coordenar esforços na formação de tradutores e intérpretes, bem como na implementação de tecnologias da informação e da comunicação ao serviço da tradução e interpretação. Na XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP (Praia, 20 de julho de 2009), assinalou-se a necessidade de que a ação conjunta nessa matéria se oriente pelos princípios de realismo nos objetivos, de pragmatismo na execução e de persistência na concertação da ação política. Nesse sentido, estabelecem-se as seguintes linhas de ação: 1. Considerar as medidas necessárias para a possível introdução do português como “língua de documentação” das Nações Unidas, através da publicação sistemática em português de documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, e por meio da criação de um corpo de tradutores especializados no âmbito do Secretariado das Nações Unidas, cujo funcionamento seria financiado por contribuições dos Estados Membros da CPLP. Nesse sentido, estabelecer um mecanismo de coordenação a ser integrado por representantes das Missões Permanentes dos Estados Membros em Nova Iorque, para avaliar custos e benefícios que decorreriam da introdução do português como “língua de documentação” daquela Organização. 2. Dar prosseguimento à iniciativa de adoção do português como língua de trabalho na Conferência Geral da UNESCO, através da continuação da coordenação entre as delegações dos Estados Membros da CPLP junto àquela Organização, assegurando-se a promoção da diversidade cultural e do multilingüismo. 3. Promover gradualmente a tradução para o português dos portais virtuais das Nações Unidas, com prioridade para o sítio principal e para aqueles cujo conteúdo tem maior impacto para a cidadania nos países da CPLP (direitos humanos, UNICEF, questões sociais, OMS, etc.). Igualmente, reforçar o apoio ao Departamento de Informação das Nações Unidas, especialmente à Seção de Língua Portuguesa da Rádio das Nações Unidas. Caberá às Missões Permanentes dos Estados Membros da CPLP em Nova Iorque, Genebra e outras cidades-sede de organismos do sistema das Nações Unidas realizar a coordenação necessária para a implementação das ações, incluindo a definição do modo de financiamento. 4. Promover a formação especializada de tradutores e intérpretes para atuação em organismos internacionais, inclusive através da colaboração e coordenação com instituições de ensino superior. Deverá o Secretariado da CPLP elaborar um levantamento das experiências nessa área, sua avaliação e, em concertação com o IILP, apresentar propostas concretas para a ampliação e otimização desses serviços. 5. Criar mecanismos permanentes de coordenação entre os Estados Membros da CPLP para a contratação de serviços de interpretação para eventos de alto nível (Assembleia Geral das Nações Unidas, OIT, UNESCO e outras instâncias), com o objetivo de maximizar a utilização dos recursos. Tal coordenação será assegurada por meio das Missões Permanentes dos Estados Membros em Nova Iorque, Genebra, Paris e outras cidades-sede de organismos do sistema das Nações Unidas. 6. Assegurar a utilização efetiva do português nos organismos internacionais em que já é língua oficial e/ou de trabalho. Com essa finalidade: a) solicitar a publicação, sem atraso, de documentos em português, nos termos das regras de procedimento de cada organismo; b) utilizar, sempre que possível, o português em documentos e/ou intervenções em debates, sem prejuízo da eventual utilização de outras línguas de trabalho em reuniões informais; c)

reforçar o controle de qualidade dos textos elaborados em português ou traduzidos para o português, assegurando-se as competências técnicas e linguísticas dos tradutores. 7. Apoiar candidaturas de nacionais de Estados Membros da CPLP, ou de nacionais de Estados terceiros que tenham o domínio da língua portuguesa, para os organismos internacionais, em particular nos casos que envolvam a atuação de tais organismos, em missões de caráter temporário ou permanente, nos respectivos Estados. Na medida do possível, promover um maior ingresso e incentivar as carreiras de jovens profissionais oriundos dos Estados Membros da CPLP, ou de Estados terceiros que tenham o domínio da língua portuguesa, nos secretariados de organismos internacionais, tendo também em conta o princípio da igualdade de gênero. 8. Instruir o Secretariado da CPLP a retomar os contatos com a Comissão da União Africana com vistas a desenvolver projetos que contribuam para o reforço da presença do português naquela organização. Tais projetos serão suscetíveis de inclusão em instrumento de cooperação a ser concluído entre o Secretariado da CPLP e a referida Comissão. Deverão contemplar, com especial destaque, a tradução para o português dos conteúdos do sítio eletrônico da União Africana. O Secretariado promoverá igualmente a sinergia entre esses projetos e iniciativas já existentes por parte de Estados Membros da CPLP. Considerar-se-ão iniciativas semelhantes para o reforço da presença do português em outras organizações regionais africanas.

II - Estratégias de Promoção e Difusão do Ensino da Língua Portuguesa

(i) Ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP

Adotar as seguintes iniciativas, tendo presentes as metas do Fórum Mundial de Dacar de, até 2015, melhorar em 50% a taxa de alfabetização de adultos; expandir a educação e o cuidado na primeira infância; garantir o acesso de todas as crianças em idade escolar à educação primária completa, gratuita e de boa qualidade; ampliar as oportunidades de aprendizagem dos jovens e adultos; eliminar as disparidades entre os gêneros na educação; melhorar todos os aspectos da qualidade da educação:

1. Otimizar os programas de formação de professores de língua portuguesa e em língua portuguesa. Para tanto:
 - 1.1. Encomendar ao IILP, com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP, um levantamento dos programas em curso nos países da CPLP na área de formação de professores de língua portuguesa (nos contextos de formação inicial e contínua/continuada), acompanhado, quando possível, de uma avaliação desses programas pelos órgãos competentes dos respectivos Estados, a ser apresentado ao Comitê de Concertação Permanente até julho de 2011.
 - 1.2. Articular ações de cooperação para a capacitação de professores de língua portuguesa do ensino fundamental/básico e médio/secundário.
 - 1.3. Formar os professores de língua portuguesa para o conhecimento das especificidades do português, conforme o uso padrão em cada Estado Membro.
 - 1.4. Ampliar o alcance dos programas de formação contínua/continuada de professores, para atender não só os professores de língua portuguesa, mas também os professores que ensinam disciplinas diversas em português.
 - 1.5. Continuar a desenvolver programas para a formação em pós-graduação, mediante uma maior oferta de vagas e de bolsas, com vistas ao fortalecimento do corpo docente das universidades dos Estados Membros da CPLP.
2. Desenvolver a cooperação para:
 - 2.1. Identificar e editar materiais didáticos e pedagógicos de referência existentes nos Estados Membros.
 - 2.2. Editar e distribuir materiais didáticos e pedagógicos que atendam às características socioculturais, políticas, econômicas e linguísticas dos Estados Membros;
 - 2.3. Utilizar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) no ensino presencial e a distância. Nesse contexto, analisar os métodos e recursos utilizados, à luz da sua adequação ao ensino de línguas, em reunião das Comissões Nacionais do IILP e do Grupo Executivo de Educação, a serem convocados pelo Secretariado Executivo até julho de 2011.
3. Incrementar a cooperação entre os Estados Membros para o fortalecimento das ações nos seguintes

planos: - Educação básica, incluindo a educação da infância; - Alfabetização e educação de jovens e adultos; - Ensino profissionalizante; - Educação técnica, profissional e tecnológica; - Formação técnica e científica, inicial e contínua; - Utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação; - Novas oportunidades de educação e formação. 4. Intensificar a cooperação para o estabelecimento de sistemas de avaliação educacional relacionados ao aprendizado da língua. Para tanto: 4.1. Encomendar ao IILP, com o apoio do Secretariado Executivo, um levantamento, junto aos Estados Membros, do perfil de saída dos alunos de língua portuguesa ao final do ensino básico e médio/secundário, a ser concluído até julho de 2011. 4.2. Com base em tal levantamento, examinar a viabilidade de adoção de marcos de referência comuns para a avaliação de competências em língua portuguesa dos alunos ao final do ensino básico e médio/secundário, em reunião do Grupo Executivo de Educação, a ser convocada pelo Secretariado Executivo até o final de 2011. 5. Incrementar a cooperação para o desenvolvimento e aprimoramento de currículos escolares, com atenção para a necessidade de incorporar abordagens de ensino de línguas em contextos de aprendizagem multilíngües. Para tanto: 5.1. Considerar o estudo, a preservação e o ensino das línguas nacionais de cada Estado. 5.2. Compartilhar experiências já existentes em educação bilíngüe (escrita de línguas ágrafas, desenvolvimento curricular e elaboração de material didático). 5.3. Fomentar o intercâmbio de experiências na elaboração de matrizes curriculares e material didático adequado às diferentes situações sociolingüísticas dos Estados Membros da CPLP. 6. Desenvolver mecanismos de cooperação para atualizar e/ou criar bibliotecas (físicas e virtuais) em instituições educacionais dos países da CPLP, para o fortalecimento de programas editoriais. 7. Aprimorar mecanismos que permitam: - Estimular a graduação e pós-graduação locais; - Promover as candidaturas de estudantes para vagas de graduação e pós-graduação oferecidas por universidades de Estados Membros da CPLP. Para tanto, incrementar a divulgação dos programas existentes junto a órgãos públicos e entidades privadas de ensino. 8. Atender as especificidades e os desafios da língua portuguesa em Timor-Leste e apoiar os esforços de reafirmação da língua portuguesa neste Estado Membro, nomeadamente no âmbito do Plano Estratégico de Apoio a Timor-Leste. (ii) Fortalecimento do ensino de português como língua estrangeira (PLE) 1. Otimizar os programas de formação de professores de Português como Língua Estrangeira (PLE). Para tanto:

1.1. Encomendar ao IILP, com o apoio do Secretariado Executivo, um levantamento dos programas em curso nos países da CPLP na área de formação de professores de língua portuguesa (nos contextos de PLE), acompanhado, quando possível, de uma avaliação desses programas pelos respectivos Estados, a ser apresentado ao Comitê de Concertação Permanente, até julho de 2011. 1.2. Articular ações de cooperação para a capacitação de professores de PLE. 1.3. Assegurar que a formação de professores inclua o conhecimento das especificidades do português, conforme o uso padrão em cada Estado Membro. 1.4. Continuar a desenvolver programas para a formação em pós-graduação, mediante maior oferta de vagas e de bolsas, com vistas ao fortalecimento do corpo docente das universidades dos Estados Membros da CPLP. 2. Fortalecer os sistemas de certificação do PLE, mediante a criação de sistema de equivalência entre os certificados. 3. Estimular programas de apoio à formação de tradutores e intérpretes e contribuir para a valorização dos profissionais que atuam nessa área, mediante, em particular, a criação de um cadastro internacional de tradutores e intérpretes no sítio eletrônico do IILP. 4. Estimular a oferta de formação em língua portuguesa para públicos diversificados, designadamente a formação para fins específicos. 5. Ampliar a oferta de formação em língua portuguesa no ensino básico e secundário em países

terceiros. 6. Ampliar a oferta de cursos de língua portuguesa em universidades estrangeiras, mediante a abertura de cátedras, leitorados e centros de língua portuguesa.

(iii) Instrumentos

1. Listar as recomendações ao IILP emanadas dos órgãos da CPLP no sentido de fazê-las constar num Plano Estratégico do Instituto, a ser implementado a curto e médio prazo.
2. Atribuir ao IILP a tarefa de criar uma plataforma comum na Internet relativa ao ensino do português, contendo, entre outros recursos: - Rede virtual de professores de português para a partilha de experiências pedagógicas e recursos didáticos; - Acesso a recursos didáticos baseados nas tecnologias da informação e comunicação.
3. Desenvolver instrumentos concertados de publicidade para a promoção da aprendizagem do português.
4. Estimular a cooperação para o desenvolvimento de recursos partilhados, relevantes para o conhecimento do português, nomeadamente criando condições de acesso a repositórios artísticos, culturais e científicos sobre a língua portuguesa e/ou em língua portuguesa.
5. Identificar, em todo o mundo, as instituições, públicas e privadas, em que a língua portuguesa é ensinada, com o objetivo de otimizar a articulação das ações dos vários Estados Membros.
6. Caracterizar as representações do português nos Estados Membros da CPLP e avaliar, à luz destas representações, a adequação do ensino do português como Língua Materna e Língua Não Materna, na perspectiva da valorização da realidade social e cultural de cada país.
7. Analisar as especificidades do português nas comunidades das diásporas dos Estados Membros.

III - Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico

1. Ainda estão por ser concluídos os procedimentos internos para a ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em alguns dos Estados Membros da CPLP.
2. Há notórios avanços na introdução da nova ortografia no Brasil e em Portugal em documentos públicos, na imprensa, bem como em outros planos.
3. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa não prevê a elaboração de vocabulário ortográfico comum, mas apenas de um vocabulário comum das terminologias científicas e técnicas, cuja existência, nos termos do Acordo, não está posta como condição prévia à sua aplicação.
4. A existência de terminologias científicas e técnicas harmonizadas em todo o espaço da CPLP constitui: i) uma vantagem em termos económicos; ii) um importante instrumento de consolidação e reforço da língua portuguesa nas organizações internacionais a que pertencem países de língua oficial portuguesa; iii) um meio privilegiado para veicular informação e construir conhecimento na comunicação especializada. As instituições e os organismos responsáveis pela normalização terminológica nos países da CPLP deverão ser congregados em um projeto, para a elaboração, edição e distribuição de glossários, com áreas ou domínios cuja eleição deverá obedecer a critérios que atendam as realidades terminológicas dos Estados Membros.
5. Nos pontos em que o Acordo admite grafias facultativas, é recomendável que a opção por uma delas, a ser feita pelos órgãos nacionais competentes, siga a tradição ortográfica vigente em cada Estado Membro, a qual deve ser reconhecida e considerada válida em todos os contextos de utilização da língua, em particular nos sistemas educativos.
6. É recomendável que os Estados Membros que ainda não possuem Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa desenvolvam a sua elaboração, edição e distribuição, de modo que se produza, posteriormente, em formato eletrónico, sob coordenação do IILP e com a participação de uma comissão de especialistas designados pelos Estados Membros, o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, que consolide tanto o léxico comum quanto as especificidades de cada país.

IV – Difusão pública da língua portuguesa

1. Apoiar os esforços do Secretariado Executivo para o desenvolvimento de um “projeto CPLP-TV” e incentivar a sua fase inicial, relativa à formação de uma agência para difusão de informação e conteúdos.
2. Estimular contatos entre empresas públicas e privadas de comunicação dos Estados Membros, com o objetivo de ampliar a

difusão de material audiovisual em língua portuguesa na programação televisiva internacional. 3. Desenvolver programas de formação educacional em língua portuguesa – ensino da língua e de disciplinas acadêmicas ou profissionalizantes ministradas em língua portuguesa – para transmissão por meios de comunicação de massa. 4. Desenvolver e apoiar o Portal da Língua Portuguesa da CPLP, com condições que permitam o acesso à produção literária, científica e educacional em português e conexões com editoras, jornais, agências de notícias, emissoras de rádio e TV, revistas e periódicos, instituições universitárias e departamentos de língua portuguesa em universidades estrangeiras, escolas, centros culturais, fundações, galerias de arte e outras entidades educacionais e culturais dos países da CPLP. 5. Apoiar projetos de edição, distribuição e divulgação de coleções e antologias de obras literárias de autores dos Estados Membros da CPLP, inclusive para a adoção em cursos de formação de professores e em bibliotecas públicas. 6. Incentivar a tradução, publicação, distribuição e divulgação de obras de autores de Estados Membros da CPLP em terceiros países, assim como a participação, sempre que possível conjunta, em feiras internacionais do livro.

7. Promover a cultura dos países de língua portuguesa, mediante o incentivo a bibliotecas digitais, o aprofundamento da cooperação na área das indústrias culturais, o aumento do intercâmbio de expressões culturais (cinema, música, teatro, dança e artes visuais, entre outras) e a realização, sempre que possível conjunta, de festivais, mostras, temporadas culturais e eventos diversos em terceiros países. 8. Promover, através do IILP, com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP, um concurso para revelação de autores inéditos em língua portuguesa, bem como editar e distribuir as obras vencedoras. 9. Cooperar para a realização, nos países da CPLP e em terceiros países, de exposições relacionadas à história e à importância da língua portuguesa.

V – Importância da língua portuguesa nas diásporas

1. Promover a oferta do ensino do português como língua curricular, desde a educação pré-escolar até o ensino secundário, nos países e regiões onde existam comunidades de cidadãos provenientes dos Estados Membros da CPLP, através de negociação com os responsáveis locais. 2. Promover ações de sensibilização dessas comunidades para as vantagens da educação em língua portuguesa. 3. Estimular o desenvolvimento dos níveis de literacia/letramento em língua portuguesa dessas comunidades, mediante a criação de programas específicos. 4. Identificar oportunidades de convergência entre as políticas governamentais relativas às diásporas nacionais, nos locais onde haja concentração de imigrantes de duas ou mais nacionalidades dos Estados Membros. 5. Apoiar, tanto quanto possível, inclusive com material didático e pedagógico, as instituições sem fins lucrativos dedicadas à formação e ao aperfeiçoamento de professores de língua portuguesa nos países em que residem as diásporas. 6. Valorizar e apoiar os veículos de comunicação que transmitem conteúdos em língua portuguesa dirigidos às comunidades emigradas. 7. Promover, por meio da atuação, sempre que possível conjunta, das Embaixadas e Consulados dos Estados Membros da CPLP, a comemoração anual, a 5 de maio, do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, organizando eventos culturais e outros, envolvendo as comunidades da CPLP residentes em países terceiros. 8. Realizar encontros literários, palestras de autores e exibições de produção cinematográfica em língua portuguesa, destinados às diásporas dos Estados membros, com especial atenção para as atividades voltadas à infância e à juventude.

VI – Participação da sociedade civil

1. Fomentar o apoio da sociedade civil à execução de ações previstas no presente documento, inclusive pelo estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas. Nesse sentido, incluir o tema da promoção e difusão da língua portuguesa no I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, a ser convocado no corrente ano. 2. Estabelecer formas de cooperação

entre instituições públicas e privadas para a elaboração e difusão pública de programas educativos e profissionalizantes em língua portuguesa.

3. Contemplar, em projetos de cooperação técnica, parcerias com instituições da sociedade civil dos países da Comunidade para a difusão e valorização da língua portuguesa.